JULIANA DI CESARE MARGINI MARQUES

TERRITÓRIOS DA INDÚSTRIA REVISITADOS:
a trajetória da atividade industrial no Município de São Paulo

Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora:
Profa. Dra. Sueli Terezinha Ramos Schiffer

São Paulo
2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: jdcmarques@gmail.com

Marques, Juliana Di Cesare Margini
M357t Territórios da indústria revisitados : a trajetória da atividade industrial no Município de São Paullo -- São Paulo, 2010.
383 p. :il

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.
Orientadora: Sueli Terezinha Ramos Schiffer

1. Áreas industriais – São Paulo (SP) 2. Planejamento territorial urbano – São Paulo (SP) 3. Concentração industrial – São Paulo (SP) I.Título

CDU 043:711.554(816.11)

Tu não podes descer duas vezes no mesmo rio, porque novas águas correm sempre sobre ti

Heráclito de Éfeso (540 a.C – 470 a.C)

As soluções sempre aparecem quando saímos do pensamento e ficamos em silêncio, absolutamente presentes, ainda que seja só por um instante.

Eckhart Tolle (2009)

Ao meu amor Marcos

Aos meus queridos pais Angela e Ivan

Ao meu querido irmão Fernando

Ao Thor e à Bella

AGRADECIMENTOS

Para mim uma das fases mais gostosas do processo de elaboração de uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado é escrever os “Agradecimentos”. Primeiro porque a dissertação ou tese já está praticamente pronta, o que dá uma enorme sensação de satisfação e alívio. Segundo, porque ao escrever os agradecimentos podemos lembrar de todo o processo de pesquisa e, assim, de todas as pessoas que nos ajudaram, das mais variadas formas e intensidades. E depois, porque não tem nada mais satisfatório do que poder ter a oportunidade de simplesmente agradecer.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer minha orientadora Profa. Dra. Sueli Schiffer, a quem devo todos os aspectos positivos dessa tese. Meu convívio com ela transformou minha forma de pesquisar e a qualidade das minhas pesquisas. Gostaria de enaltecer sua seriedade, dedicação, envolvimento e conhecimento, permeados tanto pelo rigor técnico quanto pela calorosa amizade.

Gostaria de agradecer também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pelo apoio financeiro.

À Profa. Dra. Regina Meyer e ao Prof. Dr. Eduardo Nobre, que foram imensamente prestativos na Banca de Qualificação. Agradeço os dois pela disponibilidade e qualidade das orientações.

À querida amiga e professora Nadia Somekh, cuja ética, metodologia de trabalho, poder de liderança, sabedoria e dedicação ao processo científico de pesquisa visando à prática são verdadeiros exemplos a serem seguidos. Sem sua presença e seu apoio, esta pesquisa não teria saído do papel.

Ao Prof. Dr. Ciro Biderman, cuja confiança em meu trabalho abriram as portas para a realização do estágio de doutorado no Massachusetts Instiute of Technology (MIT) de Agosto a Dezembro de 2008.

No MIT gostaria de agradecer especialmente a Profa. Karen Polenske. É com muito carinho que guardo em meu coração os momentos de aprendizagem que tive ao seu lado. Ao mesmo tempo, gostaria de agradecer aos excepcionais professores do MIT com quem tive convívio. Em especial aos professores Alice Amsden, Judith Tendler, Michael Flaxman, Juan Carlos Moreno e Xavier de Souza Briggs.

Agradeço também aos grandes professores da FAUUSP, em especial à Rebeca Scherer, Marcelo Giacaglia e João Sette Whitaker Ferreira e ao laboratório Infurb, pela acolhida.

Agradeço ao Laboratório de Urbanismo da Metrópole (LUME), onde aprendi muito e tenho saudade, em especial às coordenadoras Profa. Dra. Regina Meyer e Profa. Dra. Marta Grostein e aos pesquisadores Luciana Travassos, Lucia Souza e Silva, Nisimar Caldas, Simone Shoji, Juliana Gonçalves, Mateus e Jaime. Agradecimentos especiais à Simone Shoji pela colaboração a essa pesquisa no georreferenciamento e elaboração dos mapas.

Gostaria também de agradecer aos grandes companheiros de pesquisa que estão ao meu lado desde o início de minha carreira acadêmica no mestrado. São eles Prof. Dr. Carlos Leite, Profa. Dra. Gilda Bruna, Profa. Dra. Angélica Alvim, Prof. Dr. Luiz Guilherme de Castro, Prof. Dr. Roberto Righi, Profa. Dra. Volia Kato e Profa. Dra. Silvana Zioni.

Agradecimentos também a Daniel Rocha e José Roberto Manna, pelo apoio técnico no trabalho com a base de dados Rais-Caged.

Agradeço a meus queridos pais, Angela e Ivan, meus cantinhos mais próximos de Deus, e ao meu irmão, Fernando, que me ensinou a leveza de viver. Suas forças são meus mais sólidos pilares de sustentação nessa vida e meus eternos incentivadores!

Agradeço também às minhas avós, D. Nerina e D. Ju, às minhas tias, Maria Regina e Raquel, ao meu tio, Ronaldo e aos meus primos, Mariana e Bruno.

Ao meu noivo Marcos Mansour, luz da minha vida. Pelos dias de sol, dias de chuva; dias frios, dias quentes; tempestades, neblinas, céu azul de brigadeiro; pelas manhãs ensolaradas, noites de lua cheia; olhares estreitos, sorrisos sinceros; flores de todas as cores; frutos verdes e maduros; meu pequenino jardim de luz. E à sua família por todo apoio. Em especial à Lulo, José, D. Linda e Felipe pelas inúmeras velinhas acesas.

Gostaria de agradecer especialmente à minha querida Dra. Célia de Mathis, a quem devo a alegria de ser uma pessoa melhor a cada dia.

À grande amiga (e madrinha de casamento) Paula Jorge Vendramini. Eu não estaria aqui escrevendo esses agradecimentos se não fosse por ela e não tenho palavras para agradecer tudo o que ela fez por mim.

Às minhas preciosas amigas (e também madrinhas) Ana Cecília Melo, Bruna Parkinson, Cynthia Matos, Daniela Leme e Denise Prado, que mostram a cada dia o significado de amor incondicional, a todos os meus amigos e à amiga Carol Bazo, que me acolheu em Nova York e me acompanhou na visita a estudos de caso.

À querida Sara Haidar, minha irmã em Boston.

Agradeço também à maravilhosa Eunice Rossa e a todo grupo da Fraternidade Universal do Karma Yoga a quem devo meus momentos de fuga.

E simplesmente agradeço a Deus.

A todos muito obrigada!

RESUMO

Essa pesquisa trata da caracterização da trajetória da indústria no Município de São Paulo com ênfase na localização no âmbito da estrutura urbana municipal ao longo dos anos e as respectivas políticas públicas que auxiliaram na configuração do processo em estudo, com vistas a gerar subsídios à gestão urbana das áreas industriais do município e a formulação de estratégias de intervenção.

O recorte espacial é o Município de São Paulo, que desempenha papel fundamental no processo de industrialização do Brasil e mantém sua posição de pólo econômico e industrial primaz até os dias atuais. O recorte temporal é delimitado desde o surgimento das primeiras indústrias no município, por volta de meados do século XIX, até 2005, com ênfase nos anos entre 1985 e 2005, que se caracterizam por situar-se logo após o auge do processo de desconcentração industrial e durante o processo de reestruturação produtiva. Para a análise desse período utilizou--se o banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego - MTE) e elaboraram-se mapas temáticos que mostram a trajetória da concentração industrial no Município tendo como unidade geográfica espacial os distritos da capital paulista.

Avaliam-se as transformações no número de estabelecimentos, no número de pessoal ocupado, nos setores predominantes e na localização espacial das indústrias no Município de São Paulo para os anos 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005. Ao final são apresentados os sete distritos da capital que se mantiveram importantes do ponto de vista da atividade industrial, de sua trajetória industrial no século XX até os primeiros anos do século XXI.

ABSTRACT

This research disserts about the characterization of the industry trajectory in São Paulo city, focusing on the evolution of city's urban structure over the years, and on public policies that might influenced this process, with the objective of giving assistance to urban governance of the city's industrial areas.

The geographic frame is the city of São Paulo, which has played fundamental role in the Brazilian process of industrialization and which maintains the position of economic leadership until nowadays. The timing frame started since the first installation of industries in the city, around mid nineteenth century, until 2005, with emphasis between 1985 and 2005 – a period of time characterized by the end of descentralization industrial process and during the production restructuring process. To analyze this period of time, we had used RAIS database from Ministry of Labour, and we prepared series of GIS maps containing the industrial trajectory in the São Paulo city using a special geographic unit called "distrito".

The aim of this research is to evaluate transformations that might have occurred in the number of industrial establishments, in the number of employees, in the prevailing industrial sectors and in the industrial spatial localization in the city of São Paulo, to the years of 1985, 1990, 1995, 2000, and 2005. In the conclusions we presents seven important geographic units of the city (distritos) which have been relevant to the city's industrial trajectory from the beginning of 20th century to the first years of 21th century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 29

1. ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM SÃO PAULO 35

1.1 O início da industrialização brasileira 39

1.2 Cidade de São Paulo: locus do desenvolvimento industrial brasileiro 46

1.3 Do final do século XIX a 1930: da atividade artesanal incipiente a consolidação dos setores tradicionais 54

1.4 A cidade de São Paulo e a localização da atividade produtiva do final do século XIX a 1930 64

2. DE 1930 A 1975: DIVERSIFICAÇÃO E EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL 69

2.1 De 1930 a 1955: o desenvolvimento da indústria nacional 71

2.2 De 1955 a 1975: parque industrial diversificado e capacidade produtiva industrial expandida e modernizada 94

3. DE 1975 A 1985: O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO - CENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL 129

3.1 A cidade de São Paulo e a localização da atividade produtiva de 1975 a 1985 150

4. PÓS-1985: O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O NOVO PADRÃO DA INDÚSTRIA PAULISTANA 173

4.1 A cidade de São Paulo e a localização da atividade produtiva industrial pós-1985 192

5. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO RECENTE DA ATIVIDADE INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 231

5.1 O Município de São Paulo 231

5.2 Avaliação por distritos do Município de São Paulo 270

5.3 Análise específica de alguns distritos do Município de São Paulo 314

CONCLUSÕES 354

REFERÊNCIAS 372

ANEXOS 381

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Carta das estradas de ferro em São Paulo em 1878 47

Mapa 2: São Paulo em meados do século XIX 55

Mapa 3: Evolução da área urbanizada do município de São Paulo de 1872 a 1929 63

Mapa 4: Primeiros bairros de concentração industrial em São Paulo (1916) 64

Mapa 5: Localização industrial em 1914 65

Mapa 6: Concentração industrial em 1930 66

Mapa 7: Principais distritos de concentração industrial entre as décadas de 1940 e 1950 83

Mapa 8: Concentração industrial em 1950 85

Mapa 9: Diferença entre a área urbanizada em 1929 e a área urbanizada entre 1930 e 1949 87

Mapa 10: Legislação de zoneamento de 1931 a 1946 90

Mapa 11: Legislação de zoneamento 1957 92

Mapa 12: Principais rodovias pavimentadas no Brasil: 1955 e 1964 104

Mapa 13: Uso do solo Grande São Paulo – 1968: destaque para o uso industrial 108

Mapa 14: Distritos com maiores número de estabelecimentos em São Paulo em 1965 113

Mapa 15: Lei dos Ruídos (Lei no. 4805 de 1955) 117

Mapa 16: Lei de Zoneamento de 1972 124

Mapa 17: Distribuição de Indústrias nos eixos macrometropolitanos 152

Mapa 18: Evolução da área urbanizada do Município de São Paulo (1975-1985) 158

Mapa 19: ZUPI no Município de São Paulo 169

Mapa 20: Área Construída Industrial – 1991 195

Mapa 21: Área Construída Industrial – 1995 196

Mapa 22: Área Construída Industrial – 2000 197

Mapa 23: Área Construída Industrial – 2005 198

Mapa 24: Localização industrial no Município de São Paulo: 201

Mapa 25: Crescimento demográfico da Região Metropolitana de São Paulo – 1991 a 2000. 204

Mapa 26: Densidade do emprego em 2000. 205

Mapa 27: Renda per capita em 2000 206

Mapa 28: Mapa de Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo – 2005. 207

Mapa 29: Uso do solo industrial no Município de São Paulo – 2004. 208

Mapa 30: Assentamentos subnormais em 2000. 209

Mapa 31: Leis de Uso e Ocupação do Solo - Zonas Predominantemente Industriais – 2004. 219

Mapa 32: Leis de Uso e Ocupação do Solo – 2004 e Zonas de uso Industriais. 220

Mapa 33: Macrozonas do Município de São Paulo segundo PDE 2002 222

Mapa 34: Operações Urbanas propostas para o Município de São Paulo segundo PDE 2002 226

Mapa 35: Setores industriais predominantes por número de estabelecimento, MSP - 1985. 246

Mapa 36: Setores industriais predominantes por número de estabelecimento, MSP – 1990 247

Mapa 37: Setores industriais predominantes por número de estabelecimento, MSP – 1995 248

Mapa 38: Setores industriais predominantes por número de estabelecimento, MSP - 2000 249

Mapa 39: Setores industriais predominantes por número de estabelecimento, MSP - 2005 250

Mapa 40: Setores industriais predominantes por pessoal ocupado – Município de São Paulo, 1985 258

Mapa 41: Setores industriais predominantes por pessoal ocupado – Município de São Paulo, 1990 259

Mapa 42: Setores industriais predominantes por pessoal ocupado – Município de São Paulo, 1995 260

Mapa 43: Setores industriais predominantes por pessoal ocupado – Município de São Paulo, 2000 261

Mapa 44: Setores industriais predominantes por pessoal ocupado – Município de São Paulo, 2005 262

Mapa 45: Número de estabelecimentos Industriais - Município de São Paulo, 1985 282

Mapa 46: Número de estabelecimentos Industriais – Município de São Paulo, 1990 283

Mapa 47: Número de estabelecimentos Industriais – Município de São Paulo, 1995 284

Mapa 48: Número de estabelecimentos Industriais – Município de São Paulo, 2000 285

Mapa 49: Número de estabelecimentos Industriais – Município de São Paulo, 2005 286

Mapa 50: Pessoal ocupado na indústria – Município de São Paulo, 1985 298

Mapa 51: Pessoal ocupado na indústria – Município de São Paulo, 1990 299

Mapa 52: Pessoal ocupado na indústria – Município de São Paulo, 1995 300

Mapa 53: Pessoal ocupado na indústria – Município de São Paulo, 2000 301

Mapa 54: Pessoal ocupado na indústria – Município de São Paulo, 2005 302

Mapa 55: Distritos mais importantes ao longo da história da industrialização no Município de SP 318

ANEXO A –Mapa: Glossário dos Distritos do Município de São Paulo 383

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação entre os Censos Industriais realizados pelo IBGE – 1907 a 1985 36

Tabela 2: Estradas de Ferro: trechos e ano de inauguração 48

Tabela 3: Iniciativas das construções de estradas de ferro 49

Tabela 4: Entrada de imigrantes em São Paulo por período 50

Tabela 5: Setores Industriais e Número de Estabelecimentos no Estado de São Paulo em 1907 59

Tabela 6: Setores Industriais e Número de Operários no Estado de São Paulo em 1907 60

Tabela 7: Evolução da Indústria de Transformação do Estado de São Paulo (1907-1928) 61

Tabela 8: Estrutura Setorial da Indústria de Transformação do Estado de São Paulo (1928) 62

Tabela 9: Evolução da população na São Paulo capital 62

Tabela 10: Comparação entre Valor da Produção agrária e Valor da Produção Industrial - Brasil 74

Tabela 11: Comparação entre os Censos Industriais de 1907, 1920, 1940 e 1950 realizados pelo IBGE 75

Tabela 12: Concentração industrial e "produtividade" relativa de São Paulo 79

Tabelas 13 e 14: Evolução da área edificada, área urbanizada e população no Município de São Paulo 88

Tabela 15: Origem dos investimentos estrangeiros no Brasil (1955-1957) – US$ 1 milhão 97

Tabela 16: Concentração da produção industrial no Estado de São Paulo (1949 e 1959) 98

Tabela 17: Valor da Transformação Industrial por Grupo de indústrias – MSP (em porcentagem) 106

Tabela 18: Censos Industriais 1907, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975 106

Tabela 19: Porcentual relativo ao valor da transformação industrial 107

Tabela 20: Localização e Número de Estabelecimentos em São Paulo em 1960 112

Tabela 21: Concentração espacial do Valor da Produção Industrial em SP até 1970, regiões do estado 130

Tabela 22: Taxa de crescimento do PIB nacional entre 1974 e 1981 (variação anual) 131

Tabela 23: Inflação e PIB brasileiro (variações anuais) 132

Tabela 24: Dívida externa brasileira (em milhões de dólares) 135

Tabela 25: Modificações Espaciais da Indústria de Transformação do ESP (porcentagem do VTI) 136

Tabela 26: Distribuição espacial da indústria de transformação do Brasil 137

Tabela 27: Distribuição espacial do Valor de Transformação Industrial para regiões do ESP (em %) 143

Tabela 28: Distribuição espacial do pessoal ocupado na indústria para regiões do ESP (em %) 144

Tabela 29: Distribuição espacial do número de estabelecimentos industriais para regiões ESP (em %) 147

Tabela 30: Empregados na indústria segundo porte dos estabelecimentos no Município de São Paulo 157

Tabela 31: Taxa de motorização da cidade de São Paulo 161

Tabela 32: Distribuição regional em relação ao estado de SP e participação setorial – RMSP - 1996 **185**

Tabela 33: Concentração industrial por número de estabelecimentos e pessoal ocupado em SP de acordo com o tamanho da indústria **187**

Tabelas 34: Distribuição do Valor Adicionado industrial por atividades (1996 e 2001) **189**

Tabelas 35 e 36: Distritos com área construída industrial maior do que 500.000m^2 **192**

Tabelas 37 e 38: Distritos com área construída industrial maior do que 500.000m^2 **193**

Tabela 39: Número de estabelecimentos e número de pessoal ocupado na indústria – Município de São Paulo – de 1960 a 2005 **235**

Tabela 40: Setores industriais por número de estabelecimentos - 1985 **237**

Tabela 41: Setores industriais por número de estabelecimentos – 1990 e 1995 **239**

Tabela 42: Setores industriais por número de estabelecimentos – 1995 e 2000 **241**

Tabela 43: Setores industriais por número de estabelecimentos – 2000 e 2005 **242**

Tabela 44: Setores industriais por número de estabelecimentos – Município de São Paulo **244**

Tabela 45: Comparação entre o número de estabelecimentos entre 1985 e 2005 **245**

Tabela 46: Comparação por número de pessoal ocupado entre 1985 e 2005 **257**

Tabela 47: Comparação por média de empregos por estabelecimento entre 1985 e 2005 **268**

Tabela 48: Média da área construída industrial por estabelecimento **320**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Setores industriais por número de estabelecimentos– Município de São Paulo, 1985 237

Gráfico 2: Setores industriais por número de estabelecimentos– Município de São Paulo, 1990 238

Gráfico 3: Setores industriais por número de estabelecimentos– Município de São Paulo, 1995 240

Gráfico 4: Setores industriais por número de estabelecimentos– Município de São Paulo, 2000 241

Gráfico 5: Setores industriais por número de estabelecimentos– Município de São Paulo, 2005 243

Gráfico 6: Setores industriais por número de pessoal ocupado– Município de São Paulo, 1985 251

Gráfico 7: Setores industriais por número de pessoal ocupado – Município de São Paulo, 1990 252

Gráfico 8: Setores industriais por número de pessoal ocupado – Município de São Paulo, 1995 253

Gráfico 9: Setores industriais por número de pessoal ocupado – Município de São Paulo, 2000 254

Gráfico 10: Setores industriais por número de pessoal ocupado – Município de São Paulo, 2005 256

Gráfico 11: Setores industriais por média de empregos por estabelecimento – Município de São Paulo, 1985 263

Gráfico 12: Setores industriais por média de empregos por estabelecimento – Município de São Paulo, 1990 264

Gráfico 13: Setores industriais por média de empregos por estabelecimento – Município de São Paulo, 1995 265

Gráfico 14: Setores industriais por média de empregos por estabelecimento – Município de São Paulo, 2000 266

Gráfico 15: Setores industriais por média de empregos por estabelecimento – Município de São Paulo, 2005 267

Gráfico 16: Distritos por número de estabelecimentos – Município de São Paulo, 1985 272

Gráfico 17: Distritos por número de estabelecimentos – Município de São Paulo, 1990 274

Gráfico 18: Distritos por número de estabelecimentos – Município de São Paulo, 1995 276

Gráfico 19: Distritos por número de estabelecimentos – Município de São Paulo, 2000 278

Gráfico 20: Distritos por número de estabelecimentos – Município de São Paulo, 2005 280

Gráfico 21: Distritos por número de empregos – Município de São Paulo, 1985 288

Gráfico 22: Distritos por número de empregos – Município de São Paulo, 1990 290

Gráfico 23: Distritos por número de empregos – Município de São Paulo, 1995 292

Gráfico 24: Distritos por número de empregos – Município de São Paulo, 2000 294

Gráfico 25: Distritos por número de empregos – Município de São Paulo, 2005 296

Gráfico 26: Distritos pela média de empregos por estabelecimentos – Município de São Paulo, 1985 304

Gráfico 27: Distritos pela média de empregos por estabelecimentos – Município de São Paulo, 1990 306

Gráfico 28: Distritos pela média de empregos por estabelecimentos – Município de São Paulo, 1995 308

Gráfico 29: Distritos pela média de empregos por estabelecimentos – Município de São Paulo, 2000 310

Gráfico 30: Distritos pela média de empregos por estabelecimentos – Município de São Paulo, 2005 312

Gráfico 31: Número de estabelecimento do Distrito do Belém 324

Gráfico 32: Número de empregos na indústria no Distrito do Belém 325

Gráfico 33: Média do número de empregos por estabelecimento no Belém 325

Gráfico 34: Número de estabelecimentos no distrito do Bom Retiro 328

Gráfico 35: Número de empregos na indústria no distrito do Bom Retiro 329

Gráfico 36: Média do número de empregos por estabelecimento no Bom Retiro 329

Gráfico 37: Número de estabelecimentos no distrito do Brás 332

Gráfico 38: Número de empregos na indústria no distrito do Brás 333

Gráfico 39: Média do número de empregos por estabelecimento no Brás 333

Gráfico 40: Número de estabelecimentos no distrito do Ipiranga 337

Gráfico 41: Número de empregos na indústria no distrito do Ipiranga 338

Gráfico 42: Média do número de empregos por estabelecimento no Ipiranga 338

Gráfico 43: Número de estabelecimentos no distrito da Lapa 341

Gráfico 44: Número de empregos na indústria no distrito da Lapa 342

Gráfico 45: Média do número de empregos por estabelecimento no distrito da Lapa 342

Gráfico 46: Número de estabelecimentos no distrito da Mooca 345

Gráfico 47: Número de empregos na indústria no distrito da Mooca 346

Gráfico 48: Média do número de empregos por estabelecimentos na Mooca 346

Gráfico 49: Número de estabelecimentos no distrito de Santo Amaro 349

Gráfico 50: Número de empregos na indústria no distrito de Santo Amaro 350

Gráfico 51: Média do número de empregos por estabelecimentos em Santo Amaro 351

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Centros de Emprego na Indústria – Área Metropolitana (1967) **111**

Quadro 2: Número de estabelecimentos e de empregos dos principais gêneros industriais no MSP **213**

Quadro 3: Política de Desenvolvimento Urbano por Áreas Diferenciadas –as áreas industriais **214**

Quadro 4: Setores industriais predominantes – Município de São Paulo, 1985 **269**

Quadro 5: Setores industriais predominantes – Município de São Paulo, 2005 **269**

Quadro 6: Distritos do MSP com maior concentração de estabelecimentos industriais de 1985 a 2005 **281**

Quadro 7: Distritos do MSP com maior concentração de emprego industrial – 1985 a 2005 **297**

Quadro 8: Distritos de maior concentração industrial– Município de São Paulo, 1985 **313**

Quadro 9: Distritos de maior concentração industrial– Município de São Paulo, 2005 **313**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Teoria do círculo de Hoyt aplicado à Cidade de São Paulo **89**

Introdução

O presente trabalho trata a caracterização da trajetória da indústria no Município de São Paulo, locus primaz da industrialização brasileira desde fins do século XIX até os dias atuais, com vistas a avaliar o período recente que abrange o processo de desconcentração industrial iniciado em meados dos anos 1970 até 2005.

A cidade de São Paulo mantém sua posição de principal pólo econômico nacional, mesmo após anos sob o processo de desconcentração industrial, que teve seu auge entre 1975 e 1985 e que foi caracterizado pelo deslocamento de linhas de produção fabril localizadas no Município de São Paulo para outras regiões do país, notadamente para o Interior do estado de São Paulo.

O recorte temporal é delimitado desde o aparecimento das primeiras indústrias no município, por volta de meados do século XIX, até 2005, ano em que foram disponibilizadas as estatísticas e dados mais atuais e passíveis de interpretação. Dentro desse período abrangente, o foco de análise foram os anos compreendidos entre 1985 e 2005, que delimitam o período logo após o auge do processo de desconcentração industrial e o período em que Município atravessou um intenso processo de reestruturação produtiva após 1990.

O processo de reestruturação produtiva foi a reorganização do sistema e dos processos produtivos e a reorganização dos sistemas de gestão que vieram como resposta aos

problemas de crise econômica mundial da década de 1970 (como a queda na produtividade industrial).

Nos países avançados, anteriormente ao processo de reestruturação produtiva que se iniciou entre as décadas de 1960 e 1970, a indústria se caracterizava por grandes unidades de produção especializadas, que funcionavam tendo em vista a padronização de produtos e a rotinização de processos. Com isso, havia o constante aumento da produção por unidade produtiva e o aumento da produtividade do trabalhador industrial (STORPER, 1990).

Com o processo de reestruturação produtiva, houve a "*fragmentação organizacional do processo de produção*", resultando na descentralização da atividade produtiva e no aumento da racionalização dos processos, culminando com o fechamento de um grande número de fábricas. Nesse processo de "*externalização difusa das atividades produtivas*" as unidades produtivas passam a ser menores e menos especializadas. A "velha" forma de competição por preços passa a ser também pela competição pela diferenciação e qualificação dos produtos. Novas tecnologias passam a desempenhar um papel fundamental e são formadas redes de produtores, na maioria das vezes formada por pequenas e médias indústrias (STORPER, 1990:134).

A maioria dos estudos sobre as transformações econômicas recentes e seus impactos na estrutura urbana e nas relações entre as cidades parte do pressuposto de que as grandes aglomerações urbanas tenderam, em um determinado momento, a induzir a concentração de atividades produtivas industriais e que, após mudanças na economia mundial, essas mesmas aglomerações passaram por processos de desconcentração dessas atividades Essa dinâmica foi assumida pela maioria dos estudos acerca do tema, principalmente nos casos dos países tidos como de economia avançada, como os Estados Unidos e certos países da Europa.

No entanto, recentemente, essa dissociação entre um processo e outro tem sido posta em xeque. Polenske (2003) criou o conceito de economias de dispersão para caracterizar o movimento das empresas industriais no território ao lado das economias de aglomeração. Estudos como o de Polenske e Yu Li (2003), por exemplo, mostram que as

cadeias produtivas podem ao mesmo tempo se beneficiar de economias/deseconomias de aglomeração e das economias/deseconomias de dispersão.

Essa tese parte do pressuposto de que as diferentes forças convivem lado a lado na cidade de São Paulo e sua região macrometropolitana, fazendo com que determinadas indústrias de beneficiem de uma ou de outra situação e formando uma relação de complementaridade. Essa realidade pressupõe políticas públicas urbanas e intervenções que tenham em vista essa realidade de convivência. Essa "mistura" de diferentes condições industriais pode ser considerada de importante riqueza urbana, tendo em vista as constantes argumentações de que a heterogeneidade e a mistura de usos e de atividades são favoráveis ao desenvolvimento de uma cidade que possa oferecer, dentre seus diversos atributos, cada vez mais qualidade de vida aos seus moradores.

Cabe a essa pesquisa, portanto, mostrar a realidade da convivência de espaços industriais heterogêneos na cidade de São Paulo, desde 1985, após o auge do processo de desconcentração industrial, até 2005, passando pelo processo de reestruturação produtiva que ocorreu primordialmente na década de 1990. Os principais objetivos dessa pesquisa são:

- Analisar o processo histórico da industrialização do município de São Paulo, desde sua origem até os dias atuais, com foco na identificação da localização das atividades industriais devidamente mapeadas nos diferentes períodos, e inseridas no contexto da estrutura urbana do município.
- Entender os processos de concentração e desconcentração industrial do Município de São Paulo, discutindo as teorias existentes a respeito do tema, bem como o recente debate sobre um possível processo de reconcentração industrial;
- Analisar as transformações das políticas públicas urbanas no que diz respeito às áreas industriais da cidade, e assim avaliar a atuação do Estado nesse processo, através das políticas públicas e planos urbanos em vigor no período em questão;
- Identificar os resultados espaciais do processo de concentração e desconcentração industrial.

Em síntese, a pesquisa desenvolvida apresenta um estudo sobre o processo de industrialização do Município de São Paulo, particularmente com vistas a entender seus

efeitos espaciais. Com base neste estudo, focou-se em definir áreas para o desenvolvimento e implantação de diretrizes de políticas públicas urbanas específicas ao uso do solo industrial em São Paulo de acordo com suas características históricas e com as transformações recentes avaliadas

Tendo como hipótese que a dinâmica econômica do Município de São Paulo, em especial do processo de industrialização e de transformação das atividades industriais ao longo das últimas décadas, tem gerado tanto espaços ociosos/degradados, verdadeiros entraves espaciais, como espaços economicamente dinâmicos do ponto de vista industrial. Ambos requerem intervenções específicas, e diferentes entre si, tanto na forma de políticas públicas quanto de projetos urbanos para requalificar e/ou reordenar essas áreas com vistas a um melhor ordenamento da estrutura urbana da cidade neste século XXI.

Assim, procurou-se avaliar com base do processo histórico de industrialização e das recentes atividades industriais na cidade de São Paulo quais os aspectos relevantes para a formulação de novas diretrizes voltadas a um melhor desenvolvimento da cidade. Ao mesmo tempo, relatou-se um extenso levantamento do processo de industrialização e localização das atividades industriais no município de São Paulo desde sua origem até os dias atuais como o objetivo de criar uma base de dados relevante tanto para atuação do poder público como para futuros estudos sobre o tema.

As fontes dos dados utilizados nessa pesquisa foram as pesquisas dos Censos Industriais da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP) da Fundação Seade, base de dados da Relação Anual de Informação Social (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla/PMSP), Cadastro Territorial Predial, de Conservação e Limpeza Urbano (TPCL), entre outras, além da bibliografia pertinente ao tema.

No intuito de atingirmos objetivos de pesquisa, essa tese foi elaborada da seguinte forma.

O primeiro capítulo intitula-se "**Origens da Industrialização em São Paulo**" e se refere à análise dos primórdios do processo de industrialização brasileira em meados do século

XIX e das razões de sua origem em São Paulo. Como foco foi pesquisado a atuação do Estado no desenvolvimento da indústria e a relação estabelecida entre a localização industrial e o desenvolvimento da estrutura urbana do Município de São Paulo.

O segundo capítulo, intitulado "**De 1930 a 1975: diversificação e expansão do parque industrial**", aborda o período da grande concentração da indústria em São Paulo, principalmente na capital paulista e em sua Região Metropolitana e também analisa a atuação do Estado na localização e no desenvolvimento da indústria nesse período, além de também identificar e relacionar a distribuição dos estabelecimentos industriais com a estrutura urbana do Município de São Paulo.

Já o terceiro capítulo, chamado "**De 1975 a 1985: o processo de desconcentração-centralização industrial**", analisa, também sob os aspectos da atuação do Estado e das relações entre a localização industrial e a estrutura urbana do Município de São Paulo, o processo de desconcentração da indústria a partir de São Paulo e, ao mesmo tempo, salienta a manutenção da condição hegemônica de São Paulo na economia nacional.

O quarto capítulo, sob o título "**Pós-1985: o processo de reestruturação produtiva e o novo padrão da indústria paulistana**" analisa o período mais recente do desenvolvimento industrial de São Paulo, e conseqüentemente do Brasil. Mostra os impactos do processo de reestruturação produtiva sobre a economia nacional e mais especificamente sobre a dinâmica industrial do Município de São Paulo, sob a análise também de sua estrutura urbana.

O quinto e último capítulo "**Caracterização do processo recente da atividade industrial no Município de São Paulo**" apresenta a análise dos dados RAIS e mostra a situação do parque industrial paulistano por distrito desde 1985, de cinco em cinco anos, até 2005. Esse panorama sobre a trajetória da localização industrial no município, analisado também sob a forma de mapas temáticos (georreferenciamentos com base nos dados da RAIS), possibilitou a definição do padrão dos assentamentos industriais, que definidos, podem ser alvo de políticas públicas para a atuação em áreas industriais do Município de São Paulo.

Capítulo 1

Fonte: SHOJI, 2008.

Origens da industrialização em São Paulo

O tema da industrialização de São Paulo tem sido analisado por diversas frentes de estudo desde seus primórdios. Seu estudo abrange uma série de vertentes e questionamentos e ganha ainda mais importância pelo fato de São Paulo ser o cerne do processo de industrialização brasileira e o carro chefe da economia do país há mais de um século.

A primeira grande dificuldade que qualquer estudioso encontra quando se pré-dispõe a analisar o desenvolvimento industrial da cidade de São Paulo está nos dados disponíveis. Como órgão oficial do governo federal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) garantiu a pesquisa e compilação dos dados referentes à economia industrial do país desde o primeiro censo de 1907. Entretanto, os dados estão restritos ao estado de São Paulo, como unidade mínima de agregação. O mesmo se repete para os censos dos anos de 1920, 1940 e 1950. Apenas no censo de 1960 conseguem-se dados do IBGE referentes ao município de São Paulo – dados que

possibilitam apenas a comparação com os fornecidos pelos censos dos anos posteriores, como os de 1970, 1975, 1980 e 1985.

A Tabela 1 permite a comparação entre todos os censos realizados pelo IBGE para o Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo no que diz respeito ao número de estabelecimentos industriais e ao número de pessoal ocupado na indústria.

Tabela 1: Comparação entre os Censos Industriais realizados pelo IBGE – 1907 a 1985

		1907*	1920*	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
BRASIL	**Estab.**	3.187	13.336	49.418	83.703	110.771	164.793	187.237	214.158	207.157
	Pes. Ocup.	149.140	275.512	960.633	1.177.644	1.799.376	2.699.969	3.881.051	5.004.522	5.608.704
ESTADO DE SP	**Estab.**	326	4.157	14.225	23.303	36.254	50.556	60.376	62.426	59.343
	Pes. Ocup.	24.186	85.466	329.344	458.535	831.339	1.295.810	1.822.786	2.287.045	2.527.141
MUNICÍPIO DE SP	**Estab.**	-	-	-	-	14.576	20.543	25.444	24.842	-
	Pes. Ocup.	-	-	-	-	463.867	643.672	836.621	920.481	-

Fonte: FIBGE, Censos Industriais 1907, 1920, 1940, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985.

Do ponto de vista histórico, apresentam-se estudos consagrados que pretendem analisar a atividade industrial de São Paulo e do Brasil, como os de Bandeira Junior (1901), Roberto Simonsen (1939) e Richard Morse (1970). A leitura dos levantamentos realizados por Bandeira Jr. e Morse foi feita por autores como Heitor Ferreira Lima (1954), Paul Singer (1977), Edgard Carone (2000), Warren Dean (1991), Dirceu Lino de Mattos (apud Aroldo Azevedo, 1958) e Nícia Vilela Luz (2004), que focaram seus estudos na análise da formação do parque industrial brasileiro e, conseqüentemente, do paulistano.

Ao mesmo tempo em que esses documentos registraram sob diferentes enfoques a situação do parque industrial paulista como uma incipiente atividade no século XIX, outros analisaram seu franco desenvolvimento a partir de 1920, e principalmente na década de 1950, como o próprio Dean (1991) e Mattos (1958), além de Pereira (1967).

Já a desaceleração da economia industrial da cidade de São Paulo a partir da década de 1970 foi analisada principalmente por Lencioni (1994), Schiffer (1989), Negri (1996), Diniz (1993), Azzoni (1986), Caiado (2004) e Cano (2007).

Sob o olhar da produção do espaço urbano de São Paulo autores como Langenbuch (1971), Olsner (1975), Villaça (2007) e Schiffer (1989) analisaram a relação da estrutura

urbana com a localização da indústria e da atividade econômica na cidade, além de Feldman (2005) que dissertou sobre a construção do zoneamento da cidade.

É consenso para todos esses autores a concentração industrial na cidade de São Paulo até meados da década de 1970 e o papel da cidade como centro do processo de industrialização do Brasil.

Mas como se deu essa concentração industrial e por que ela surgiu na cidade de São Paulo? Por que ela se desenvolveu com força apenas no século XX e qual foi o papel do Estado brasileiro nesse desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à localização dos estabelecimentos industriais?

Nesse Capítulo 1 procuramos responder essas perguntas para posteriormente, nos demais capítulos, avaliar 1) como foi o movimento máximo de concentração da indústria na cidade de São Paulo a partir de 1930 e qual foi a atuação do Estado nesse movimento; 2) como se deu o processo de desconcentração dessas atividades industriais a partir de 1975 e mais uma vez de que forma o Estado interferiu nesse processo; 3) como vem se desenvolvimento a localização da atividade industrial no município de São Paulo a partir de 1985 e quais tem sido as diretrizes em termos de políticas públicas urbanas adotadas pelo Estado a partir de então.

Com base nessas questões avalia-se como foi a atuação do Estado no desenvolvimento da indústria brasileira especificamente na cidade de São Paulo com foco na sua localização no espaço urbano paulistano.

Como tese, defende-se que o Estado no Brasil vem continuamente sendo objeto de interesse das elites, que se utilizam dos instrumentos poderosos do chamado agente provedor do “bem comum” em detrimento de seus interesses particulares.

Assumi-se nesse trabalho que o Estado não é palco de luta de classes, mas sim, como colocado por Schiffer (1989), o meio viabilizador do processo de acumulação de capital e condicionante da hegemonia de determinada classe social.

> Ao se tratar em particular da produção do espaço, o Estado é, sem dúvida, um dos elementos determinantes. Não o Estado como sujeito da história, mas aquele que, ao implantar os projetos políticos da classe dominante, assume uma condição histórica. Deste modo não só terá a responsabilidade de construir diretamente a infra-estrutura física, necessária à acumulação e reprodução capitalista, mas difundir a ideologia para manter a dominação entre classes (SCHIFFER, 1989: 21).

Segundo Schiffer (1989), os interesses da classe dominante se materializam no território também por meio da produção do espaço e isso se dá via políticas públicas, especialmente via políticas econômicas. Para a autora, para se avaliar essa produção do espaço capitalista deve-se, portanto, analisar a distribuição das atividades econômicas, a distribuição da população no território e a distribuição da infra-estrutura, já que uma das condições necessária à reprodução social é a homogeneização do espaço nacional.

Schiffer (1989) colocou que para entender determinado momento Histórico deve-se caracterizar os interesses dominantes e os modos de viabilizá-los. Com isso, identifica-se o papel do Estado em dado momento e evidenciam-se quais interesses esse Estado capitalista representa.

Nosso intento é avaliar a atuação do Estado nas questões relativas à localização da atividade industrial no município de São Paulo, historicamente falando, tanto no processo de concentração como no de desconcentração industrial que se seguiu após meados da década de 1970, além de apontar qual vem sendo sua atuação nas décadas mais recentes, a partir de 1985.

O que temos visto ao longo das últimas décadas é a disseminação da idéia de que São Paulo passou, desde 1970, por um processo de desindustrialização, semelhante ao ocorrido com as grandes cidades industriais dos países centrais, e se aproxima cada vez mais de uma economia basicamente dominada pelo setor terciário.

Essa idéia é tão forte que vem dominando o debate dentro e fora da academia e vem influenciando uma atuação seletiva do Estado em relação à localização industrial na cidade de São Paulo, que se consolida por meio de políticas públicas direcionadas apenas à reestruturação das antigas áreas industriais, sem considerar os movimentos de

uma indústria nova, que sinalizam um novo padrão de localização industrial no município e em sua região macrometropolitana.

A leitura que se faz hoje do Plano Diretor Estratégico, por exemplo, nos permite concluir que o Estado não vê as especificidades da indústria e sua inserção como parte da cidade. Ao invés de planejar e condicionar sua localização de acordo com procedimentos urbanísticos, o que foi sendo feito ao longo do século XX em termos de políticas públicas urbanas foi consolidar as antigas áreas industriais existentes.

1.1 O início da industrialização brasileira

Durante o século XIX a política econômica do Brasil basicamente oscilou entre os interesses agrícolas de um lado e os anseios de industrialização de outro.

O Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, instituído pelo príncipe regente D. João de Portugal no dia 28 de Janeiro de 1808, em Salvador, abriu os portos brasileiros ao comércio com outras nações que não só Portugal. Até então, como previa o Pacto Colonial, toda mercadoria que saísse do Brasil passava obrigatoriamente por Portugal, assim como toda mercadoria importada ao Brasil também era antes intermediada pelo país português. Inicialmente os Estados Unidos foram os maiores favorecidos pela abertura do comércio no Brasil, mas logo depois a Grã-Bretanha foi o país mais beneficiado, após a negociação da tarifa aduaneira a favor dos interesses ingleses em 1810.

Logo após, o Alvará de 01 de Abril de 1808 concedeu ao Príncipe Regente D. João o controle sobre as colônias de Portugal visando à inauguração no Brasil de uma era industrial (LUZ, 2004). Nesse sentido, o Alvará de 28 de Abril de 1809 instituiu que as matérias-primas necessárias à indústria nacional tinham isenção de direitos aduaneiros e os produtos produzidos no país tinham isenção de impostos de exportação.

Medidas como estas atendiam todas as indústrias de maneira geral. Entretanto, havia também algumas concessões que direcionavam benefícios somente a alguns setores. Havia, por exemplo, privilégios exclusivos de 14 anos para os inventores ou introdutores de novas máquinas no país. Outra forma de privilégio era dada às manufaturas que

procurassem o governo alegando necessitar de auxílio. Essas poderiam receber anualmente dinheiro do governo central. Diante destas concessões a única contrapartida exigida pelo governo era o crescente desenvolvimento da fábrica.

Entretanto, essas medidas adotadas pela Monarquia não resultaram em efeitos positivos a favor da industrialização brasileira. Naquele momento, os interesses agrícolas prevaleceram e foram mais fortes no direcionamento da economia do país.

Na década de 1810, o tratado comercial entre Brasil e Inglaterra deu preferência para a importação de manufaturas inglesas, que passaram a ter uma tarifa de apenas 15% – tarifa menor do que as impostas aos próprios produtos portugueses, que eram taxados em 16%. Posteriormente, para resolver o problema que essa medida causou para a economia brasileira, o governo simplesmente começou a diminuir as tarifas de importação dos produtos dos demais países. Em 1928, todos os produtos estrangeiros importados pelo Brasil estavam sujeitos a taxa de 15% inicialmente concedida apenas aos ingleses (LUZ, 2004).

Segundo Simonsen (1939), nessa primeira metade do século XIX se perpetuou a falta de fatores favoráveis à industrialização. Essa forte concorrência com os produtos ingleses, e depois com os produtos dos demais países, e a adoção contínua de uma política de câmbio liberal, ou seja, baixas taxas de importação para produtos estrangeiros, facilitando a entrada de produtos manufaturados importados, se revelaram verdadeiros impedimentos à evolução industrial brasileira.

De acordo com Luz (2004), em 1840 se deu o fim dos tratados comerciais e o surgimento de uma nova oportunidade para o desenvolvimento da indústria nacional com a adoção da tarifa Alves Branco em 1844. Diferente da política livre cambista adotada pelo governo até então, a tarifa Alves Branco incidiu uma cobrança de 30% sobre a maioria dos produtos estrangeiros, revelando uma essência protecionista ao mesmo tempo em que visava aumentar a renda do Estado.

Ainda segundo a autora, outra tentativa de favorecer a indústria nacional aconteceu em 1847, quando houve a concessão de isenção de direitos aduaneiros às matérias-primas que entravam no país para abastecerem a indústria nacional.

Entretanto, em meados do século XIX a economia do Brasil era dominada pela lavoura e os capitais eram continuamente empregados na agricultura até a crise da economia cafeeira no início do século XX.

Apesar da forte tendência agrícola, a política imperial não deixou de apoiar as indústrias já existentes no país. Houve pressão durante décadas para se reduzir os impostos de importação em favor da produção agrícola nacional, ao mesmo tempo em que a política alfandegária visava concretamente à arrecadação fiscal.

Mesmo no âmbito dos dirigentes do Império, as opiniões se dividiam entre o apoio às indústrias e ao protecionismo aduaneiro e o apoio à lavoura e ao liberalismo econômico. O apoio às indústrias, entretanto, vinha junto com interesses fiscais, o que acabou por gerar um abrandado protecionismo no país, principalmente durante os meados do século XIX, quando apareceram de forma incipiente algumas indústrias, como colocado por Luz (2004:35): "*Assinalou-se, nos meados do século, uma inusitada atividade industrial que possivelmente tivesse sido favorecida pela tarifa ligeiramente protecionista de Alves Branco, mas que foi principalmente um reflexo da expansão econômica do Brasil, nessa época*".

Na década de 1860, testemunhos mostraram a falta de potência da indústria nacional, mesmo daquela que recebia amparo governamental. Nas palavras de Borja Castro, em 1866, ativo defensor da industrialização (apud LUZ, 2004: 39):

> (...) então forçoso será confessar a triste verdade de uma indústria sem vida e sem vigor e sobretudo reconhecer que, neste momento, falecem ao Brasil os principais requisitos para ser uma nação verdadeiramente industrial.

Alguns fatores que desestimulavam a disseminação dos produtos estrangeiros no território nacional, como a falta de estradas de ferro que penetravam no interior do país e a falta de linhas telegráficas, por exemplo, foram cada vez mais sendo supridos, fazendo com que os produtos estrangeiros alcançassem novos mercados dentro do país, impulsionados também pelo progresso técnico europeu.

O governo imperial adotou uma posição política mais liberal com a Tarifa Rio Branco de 1874, seguindo algumas exigências do setor comercial. Essa tarifa isentava máquinas e equipamentos de direitos aduaneiros e reduzia algumas taxas de importação. Entretanto, essas medidas não agradaram o setor industrial, que queria taxas de importação mais altas que pudessem reprimir a entrada de produtos estrangeiros no país.

Segundo Simonsen (1939), entre os anos de 1862 a 1885 houve um leve progresso na manufatura nacional. Algumas fábricas surgiram no Distrito Federal, então Rio de Janeiro, mas o forte da economia do país ainda era a produção agrícola, que retinha tanto o capital quanto a mão-de-obra disponível.

De fato, até o final da década de 1880, quando houve a abolição da escravatura e a proclamação da República, o processo de industrialização brasileira apresentava enormes dificuldades, principalmente pela falta de capitais, de mão-de-obra e de máquinas e equipamentos.

> Sem entrar em considerações de ordem política, devemos considerar que a deficiência de capitães, a ausência de indústrias básicas e a falta de combustíveis têm embaraçado sobremódo a nossa evolução industrial (SIMONSEN, 1939: 32-33).

Além disso, Luz (2004) aponta também um ambiente de desânimo, uma certa insegurança econômica no setor industrial, pela instabilidade política que o país vinha atravessando (e que culminou com o fim do Império em 1889) e pela forte competição que a indústria travava com produções agrícolas momentaneamente mais lucrativas para o Brasil. Aliado ao clima de insegurança, a autora aponta também um clima de desconfiança que pairava sobre o desenvolvimento industrial, pois haviam medidas protecionistas por parte do governo que favoreciam apenas certas indústrias.

Segundo Simonsen (1939), o primeiro surto industrial brasileiro se deu entre 1880 e 1890. Segundo o autor, em 1881, o Brasil contava com 44 estabelecimentos têxteis, sendo 12 na Bahia, 9 em São Paulo, 8 em Minas Gerais, 6 no Rio de Janeiro, 5 na Capital Federal e os 4 restantes distribuídos entre Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Sul. Esses estabelecimentos empregavam 3.000 operários.

Entre 1880 e 1884, 150 novas indústrias foram criadas em todo o território nacional. Entre 1885 e 1889 surgiram mais 248 novos estabelecimentos industriais. Ao todo, no último ano da Monarquia (1889) havia mais de 636 fábricas no país, empregando 54.169 operários. Em termos de capital, 60% estavam concentrados na indústria têxtil e os 40% restantes distribuídos entre alimentação (15%), produtos químicos (10%), madeiras (4%), vestuário e objetos de "toucador" (3,5%) e metalurgia (3%) (SIMONSEN, 1939).

A situação do parque industrial brasileiro começou a se alterar com a Proclamação da República, em 1889. Naquele momento, segundo Luz (2004), a necessidade de industrialização nacional tornou-se uma questão política que visava consolidar a República como novo regime nacional. O então Ministro da Fazenda Rui Barbosa, por exemplo, expôs a preocupação de que os "senhores de terra", defensores da política econômica agro-exportadora, pudessem se organizar para pleitear a volta do regime monárquico (LUZ, 2004).

Na intenção política e econômica de desenvolvimento da indústria nacional, o governo de Floriano Peixoto iniciou um período de concessões aos estabelecimentos industriais. Em 1892 foi aprovado o empréstimo público às indústrias nacionais via Banco do Brasil da República. Além disso, foram concedidos outros "favores" como a isenção de direitos sobre máquinas e matéria-prima.

Entretanto, estas medidas geraram também uma série de críticas, principalmente porque promoviam desigualdades entre as próprias indústrias na medida em que privilegiavam umas em detrimento de outras.

Outro fator importantíssimo ao desenvolvimento industrial do final do século XIX foi a instituição da quota-ouro em 1890, conciliando interesses tanto dos industriais quanto do fisco em relação à forma de arrecadação de tributos a produtos importados.

As críticas, no entanto, só aumentavam. Rodrigues Alves (Ministro da Fazenda do Governo de Prudente de Moraes – 1894) criticava o poder público por este estar oferecendo muitos créditos à indústria e aos bancos, deixando de lado a lavoura (LUZ, 2004).

Apesar dessas medidas à favor da indústria, a produção industrial continuava incipiente. O país de um modo geral continuava essencialmente agrícola e havia pouca urbanização. Em 1896 a crise econômica se agravou, com o crescimento ainda maior da inflação e a queda dos preços do café, gerando a primeira grande crise da economia cafeeira (LUZ, 2004).

Na tentativa de achar uma solução para a crise econômica, o Governo de Campos Sales lançou em 1900 a Tarifa Murtinho, que propunha a elevação dos direitos alfandegários e a manutenção de uma taxa cambial baixa. Essas medidas, apesar de não terem sido elaboradas para esse fim, favoreceram a indústria.

Outro governo da República Velha que tomou medidas a favor da industrialização foi o do presidente Rodrigues Alves (1902-1906). Durante seu mandato, Rodrigues Alves promoveu o desenvolvimento da produção nacional, principalmente em função do auxílio que dispôs aos transportes, mão-de-obra e capital. Segundo Luz (2004), nesse período foram construídas estradas de ferro com apoio estatal, além dos subsídios à mão-de-obra imigrante e ao desenvolvimento de redes bancárias.

Para Nícia Luz (2004) os fatores que realmente impulsionaram o desenvolvimento industrial no Brasil foram o desenvolvimento do nacionalismo econômico, na forma de amparo à indústria para consolidar o novo regime ou na forma de instrumento para o equilíbrio da balança de pagamentos, principalmente após a crise do café de 1896. Foi igualmente influenciável, por parte do governo nacional, as emissões de papel moeda no final do século XIX, também com a intenção de superar a crise. A autora não deixou de fora a importância dos empreendedores particulares, que não participavam a frente do nacionalismo econômico, mas que contribuíram de forma bastante ativa para o desenvolvimento de seus estabelecimentos, e conseqüentemente, para o desenvolvimento da indústria no Brasil, em especial em São Paulo.

Luz (2004) deixou claro em sua análise do processo de industrialização brasileiro a luta entre dois tipos de nacionalismos econômicos. De um lado, o setor agro exportador defendia o desenvolvimento do Brasil com base na monocultura agrícola e na exportação de suas matérias-primas naturais. De postura econômica mais liberal, os

chamados “ruralistas” defendiam a continuidade da importação de bens manufaturados e eram contra a vida nas cidades e o desenvolvimento da indústria nacional.

De outro lado, havia os industrialistas, que defendiam a indústria nacional como a maneira mais segura para o desenvolvimento e o progresso do país, frente a todas as problemáticas de instabilidade advindas de uma economia baseada em apenas um tipo de produto agrícola. Essa vertente nacionalista defendia a intervenção do Estado a favor do desenvolvimento da indústria, sendo assim chamada também de protecionista.

Durante a República Velha, no entanto, não houve plano suficiente para a real proteção à indústria nacional. O protecionismo pleiteado por uma série de políticos e governantes assumia cunho meramente fiscal. As tarifas alfandegárias eram, portanto, instrumento fiscal e não tinham poder de proteção suficiente para impulsionar a indústria nacional. Aplicadas de forma anárquica, sem planejamento, as tarifas aduaneiras ora favoreceram a indústria, ora favoreceram o fisco ou ora favoreceram os consumidores. Mesmo os subsídios concedidos pelo governo, que poderiam configurar apoio ao desenvolvimento industrial nacional, eram destinados apenas a algumas indústrias como favores especiais (LUZ, 2004).

Desde o período colonial houve a formação de uma elite dominante no Brasil, que veio, ao longo dos anos, buscando reproduzir a acumulação interna e, ao mesmo tempo, manter sua condição de dominação perante a sociedade brasileira. Essa elite, no entanto, não tinha um caráter homogêneo e único, em relação aos interesses que defendia. Como comenta Schiffer (1989), essa elite é composta por grupos de interesses distintos, o que continuamente gera conflitos dentro da própria classe.

Segundo Schiffer (1989), a implementação de políticas econômicas é um dos instrumentos mais eficazes de reprodução de acumulação e manutenção da condição de elite dominante. Foi visto por meio do exposto nesse capítulo, como a elite brasileira se dividiu entre dois grupos principais no período de transição da política agro-exportadora para a industrial.

Luz (2004) mostrou exatamente esse conflito e a luta dentro da elite entre os interesses de uma elite “rural”, que defendia uma política econômica baseada na exportação de

matéria-prima sustentada pela lavoura, e de outra elite "urbana", que vislumbrava a industrialização do Brasil. Sob a roupagem ideológica do "nacionalismo econômico", as duas vertentes da elite expunham seus argumentos do que seria melhor para o desenvolvimento do país, visando, no entanto, a manutenção de seus interesses enquanto classe dominante e o controle do processo de reprodução do capital.

De um modo geral, do ponto de vista econômico, o século XIX foi marcado por essa disputa. À indústria coube o esforço de se estabelecer no "mercado nacional" historicamente dominado pelos produtos estrangeiros e pela produção agrícola voltada para a exportação. Foi só a partir de 1905 que o ritmo do desenvolvimento industrial brasileiro passou a ser efetivamente crescente. Segundo Simonsen (1939), até 1907 o Distrito Federal, então Rio de Janeiro, assumiu a liderança da indústria nacional, passando-a para São Paulo somente a partir de 1910.

1.2 Cidade de São Paulo: *locus* do desenvolvimento industrial brasileiro

Como visto acima no âmbito da classe dominante nacional, o início do desenvolvimento da indústria no Brasil se deu entre interesses díspares onde a indústria foi se delineando como uma forte vertente do nacionalismo econômico no final do século XIX e início do XX.

Nessa etapa, serão analisadas as razões pelas quais a cidade de São Paulo foi o *locus* do desenvolvimento industrial brasileiro. Além das políticas econômicas adotadas pelo Estado ao longo do século XIX e das disputas pelo eixo do desenvolvimento econômico brasileiro (entre lavoura e indústria) – analisadas no capítulo anterior – quais foram os fatores que impulsionaram o desenvolvimento industrial na cidade?

O estado de São Paulo foi o epicentro da economia cafeeira, o que é unanimemente aceito como o principal fator para ter sido na cidade de São Paulo o local privilegiado para o desenvolvimento industrial brasileiro.

A economia do café criou um círculo virtuoso que gerou efeitos automáticos positivos para o desenvolvimento interno da economia nacional. Os principais efeitos positivos gerados por esse processo foram o investimento em infra-estrutura, principalmente a de

transportes, a crescente e rápida urbanização, a gama de serviços que naturalmente acompanha esse processo, e o surgimento de algumas indústrias de bens de consumo (FURTADO, 2007).

Segundo Singer (1977:39), o café passou a ser importante para a economia de São Paulo a partir de 1860. Para o autor, o café representou "*uma segunda fundação*" para a cidade de São Paulo que passou de um "*modesto burgo colonial de 1860*" a uma "*pujante cidade comercial do fim do século*". Quando a cultura cafeeira se expandiu e a ligação ferroviária entre São Paulo e Santos (porto para exportação) se estabeleceu, elas garantiram um novo desenvolvimento para a cidade de São Paulo a partir de 1868.

Para Mattos (1958) a grande contribuição da economia do café na segunda metade do século XIX para o surto de industrialização em São Paulo no início do século XX foi a construção das estradas de ferro ligando a Capital a diversos centros no interior do estado de São Paulo. A criação de um eixo ferroviário paulista garantiu tanto para a agricultura quanto para a indústria a formação de um importante sistema de circulação de riquezas (matérias-primas, equipamentos e produtos acabados, no caso da indústria). Segundo Mattos (1958:9), *"(...) não resta a menor dúvida que constituiu uma vantagem inestimável a existência de um aparelhamento ferroviário em perfeito funcionamento*".

Mapa 1: Carta das estradas de ferro em São Paulo em 1878

Fonte: Bardi, 1983.

Em 1920, 88% da rede ferroviária paulista Santos-Jundiaí já estava implantada. Em 1870 essa rede possuía apenas 139 km. Vinte anos depois, em 1890, esse número avançou para 2.425 km, para 6.616km em 1920, 7 mil em 1928 e 7.540 km em 1940 (NEGRI, 1996).

Tabela 2: Estradas de Ferro: trechos e ano de inauguração

Companhias	Trechos	Inauguração
S. Paulo Railway	Santos - SP - Jundiaí	1867
Pedro II (atual Central do Brasil)	Até Cachoeira	1875
E.F. SP-RJ (atual Central do Brasil)	Cachoeira - SP	1877
Paulista	Jundiaí - Campinas	1872
	Campinas - Santa Barbara - Limeira - Rio Claro	1876
	Cordeiros - Araras - Leme - Pirassununga - Porto Ferreira - Descalvado	1881
	Rio Claro - São Carlos - Araraquara Visconde de Rio Claro	1885
	Jaú	1887
Ituana	Jundiaí - Itaici - Itu	1873
	Itaici- Capivari - Piracicaba	1879
	Piracicaba - São Pedro	1881
	Chave - Porto João Alfredo	1885
	Porto Martins - São Manuel	1888
Sorocabana	São Paulo - Sorocaba - Ipanema	1879
	Ipanema - Bacaetava	1880
	Bacaetava - Tietê	1883
Mogiana	Campinas - Mogi Mirim	1875
	Jaguari - Amparo	1875
	Mogi Mirim - Casa Branca	1878
	Casa Branca - São Simão - Ribeirão Preto	1883
	Mogi Mirim - Penha do Rio Peixe	1882
	Cascavel - Poços de Caldas	1886
	Ribeirão Preto - Batatais	1886
	Batatais - Franca - Jaguará	1888
	Mogi Guaçu - Espírito Santo do Pinhal	1888
	Casa Branca - São José do Rio Pardo	1888
	São José do Rio Pardo - Mooca - Canoas	1891
	Itapira - Eleutério	1891
Bragantina	Campo Limpo - Atibaia - Bragança	1884
Itaibense	Louveira - Itatiba	1890

Fonte: Eugenio Lefebvre, 1937 apud Carone, 1954:29.

Saes (1981) apontou que apesar das ferrovias servirem de apoio ao café, pela diminuição dos custos de transporte que elas proporcionavam (comparado ao transporte por mula que era feito até então), havia uma espécie de "solidariedade" entre o café e a ferrovia. No auge do período cafeeiro, por exemplo, de 30 a 40% da receita das ferrovias provinham do transporte de café. Ou seja, café e ferrovia eram sinônimos de lucro. Além disso, o café e a ferrovia eram vistos como uma empresa

"única" na medida em que muitos dirigentes ferroviários eram também cafeicultores. Saes, portanto, chamou a atenção para a ferrovia como empresa e como mais um meio de reprodução e acumulação de capital.

Portanto, diferente do que se pode imaginar e diferente do que aconteceu em outros países (quando o Estado assume seu papel de maior provedor da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento nacional), no Brasil e em especial em São Paulo, foram os fazendeiros do café os principais agentes responsáveis pela implantação da maioria das linhas de trem no estado. Segundo Cano (2007), em 1910 haviam 20 ferrovias no estado de São Paulo, das quais apenas 4 (duas do governo federal, uma do governo estadual e uma de capital estrangeiro) eram de propriedade do Estado. O restante (16) eram de propriedade privada. A Tabela 3 mostra a proporcionalidade entre as iniciativas.

Tabela 3: Iniciativas das construções de estradas de ferro

Ano	Km	Iniciativa
1920	4.434	Particular
	1.776	Gov. do Estado de SP
	354	Gov. Federal
	26	Município de Piraju

Fonte: Paul Walle, 1921 apud Carone, 1954:29.

Portanto, os fazendeiros de café, principal segmento da classe dominante da época, tiveram um importante papel no desenvolvimento da indústria em São Paulo. Primeiro porque investiram em infra-estrutura, como as ferrovias, visando o desenvolvimento da economia cafeeira. Segundo porque introduziram o trabalho assalariado no país, com a vinda de imigrantes para trabalhar nas lavouras de café, após a abolição da escravatura em 1888. E terceiro porque propiciaram indiretamente o financiamento de indústrias nas áreas urbanas, já que precisavam reinvestir o excedente produzido no auge da economia cafeeira em atividades não ligadas à produção de café, já com preços em declínio na economia internacional.

O café, portanto, trouxe a possibilidade de acumulo de capitais e sua reinversão na indústria (MATTOS, 1958; PEREIRA, 1967; DEAN, LANGENBUCH (1971), 1991; RIGHI, 1981; SAES, 2004; CANO, 2007).

Diferente do que aconteceu com as estradas de ferro, o governo estadual ofereceu subsídios relativos aos custos financeiros e administrativos da vinda de mão-de-obra estrangeira para trabalhar no país, logicamente após a abolição da escravatura. Coube ao Estado os créditos pela chegada de um milhão e duzentos mil imigrantes em São Paulo entre os anos de 1887 e 1930 (CANO, 2007).

A Tabela 4 apresenta a quantidade de imigrantes que chegaram a São Paulo. No período que vai de 1901 a 1930 entraram cerca de 1,57 milhão de imigrantes, sendo 82% deles estrangeiros.

Tabela 4: Entrada de imigrantes em São Paulo por período

Período	Número de imimgrantes
Século XIX	1 milhão
1911 a 1915	356 mil
1926 a 1930	409 mil
Década de 1920	688 mil

Fonte: Negri, 1996.

A partir da chegada dos imigrantes europeus foram introduzidas novas relações de trabalho no país e novas técnicas de produção. Inaugurou-se o período do assalariamento da mão-de-obra, que foi, como já mencionado, um dos fatores determinantes ao desenvolvimento da indústria em São Paulo.

Entretanto, deve-se salientar que o objetivo do governo foi subsidiar a vinda de mão-de-obra estrangeira para as lavouras de café e não para a indústria, que até então era demasiadamente incipiente. Entretanto, quando a economia cafeeira entrou em crise nas últimas décadas do século XIX esses imigrantes passaram a trabalhar nas poucas indústrias localizadas na capital. Migrando para as áreas urbanas, passaram também a constituir um novo mercado consumidor, mesmo que ainda pouco desenvolvido.

Essa vinda de imigrantes para as áreas urbanas, a vinda também de algumas famílias de fazendeiros de café e da população em geral em busca de trabalho geraram também em São Paulo um crescimento demográfico e deram início a um acelerado processo de urbanização.

Segundo Saes (2004), alguns fatores importantes que evidenciaram esse crescente processo de urbanização na cidade de São Paulo foram os investimentos em infra-estrutura, como gás, transporte urbano e água. No início do século XX, somou-se a modernização provocada pela incorporação de mudanças tecnológicas advindas da Segunda Revolução Industrial, ou seja, a implantação de energia elétrica e do transporte coletivo, promovidos pela Cia. Light a partir de 1899.

Segundo Richard Morse (1970), São Paulo foi um dos poucos casos no mundo em que o processo de urbanização antecedeu o processo de industrialização. Normalmente, estes dois processos ocorrem temporalmente juntos.

Esse acelerado processo de urbanização, aliado ao assalariamento e à formação de um mercado de trabalho na cidade, forneceram as condições capitalistas necessárias ao desenvolvimento da industrialização, que nesse momento convivia com a predominante economia cafeeira.

Como assinalou Schiffer (1989), a forma de reprodução do capitalismo é a generalização da forma-mercadoria, ou seja, a predominância da produção de mercadoria no âmbito do processo de acumulação. Existem duas formas para se estabelecer essa generalização. Uma é por meio do assalariamento, que traz as condições necessárias para incorporar ao sistema o setor de subsistência que passará a consumir as mercadorias produzidas industrialmente. E a outra é no estabelecimento de um mercado nacional unificado para que se assegure a expansão da produção de mercadoria a todo território nacional.

Nesse período de gênese da industrialização do país e de estabelecimento do capitalismo, a abolição da escravatura, a vinda de imigrantes estrangeiros e a introdução do assalariamento foram pontos cruciais para a generalização da forma-mercadoria no país. Igualmente cruciais foram também os investimentos em infra-estrutura de transportes (ferrovia), na medida em que foram um dos principais instrumentos para a formação de uma rede de cidades brasileiras e assim paulatinamente de um mercado nacional unificado.

Além da existência de um sistema ferroviário já estabelecido no início do processo de industrialização, Mattos (1958) apontou também as melhorias realizadas no Porto de Santos como outro fator de destaque para São Paulo sediar o desenvolvimento da indústria. Em um primeiro momento o Porto de Santos teve a função de exportar café e, posteriormente, de importador de maquinário e matéria-prima, ganhando mais tarde a função de exportador de produtos manufaturados.

O café também favoreceu o desenvolvimento de uma rede bancária em São Paulo, que futuramente apoiou o desenvolvimento da indústria.

Para Saes (2004), que avaliou a vida econômica da São Paulo republicana, a cidade nas últimas décadas do século XIX já contava com uma vida comercial intensa, com grande número de lojas que vendiam no varejo e algumas no atacado (em sua maioria importadoras), além de importante atividade financeira, com oito bancos sediados em 1887, além de estabelecimentos industriais de importância como três fábricas de tecido de algodão, uma fábrica de fósforos com 120 operários e duas fábricas de chapéus, uma com 170 e outra com 75 operários.

Singer (1977) apontou os efeitos diretos e indiretos do sucesso da cultura do café para o desenvolvimento econômico e, posteriormente, para o surto industrial em São Paulo. Concorda-se com o autor com relação aos principais fatores elencados por ele:

Crescimento demográfico e intensificação da urbanização (economia cafeeira dependia também do desenvolvimento do comércio e não somente da produção do café, o que fez com que muitos fazendeiros se mudassem para as áreas urbanas visando promover esta comercialização);

Ampliação do seu papel como centro comercial, pois a cidade recebia cruzamentos de diversas rotas comerciais, intensificadas primeiro com a exportação do açúcar e depois do café;

Estabelecimento de uma rede bancária (concentração de estabelecimentos bancários em São Paulo, principalmente pelo fato dos fazendeiros de café necessitarem constantemente de crédito);

Estabelecimento de um fluxo de capitais, em função do estabelecimento da rede bancária para provir investimentos e créditos necessários à cultura cafeeira, e expansão dos serviços e comércio em função do aumento demográfico e da vinda de parte das famílias de fazendeiros. São Paulo também concentrava a oferta de capitais estrangeiros, que nesta época sustentavam a economia de exportação por meio de créditos concedidos aos fazendeiros de café na forma de financiamentos;

Estabelecimento de um mercado de trabalho, em função da vinda de imigrantes que primeiramente vieram trabalhar nas fazendas de café e depois passaram a trabalhar na indústria. A vinda de imigrantes foi favorecida pela abolição da escravatura e pela subvenção via governo da mão-de-obra imigrante para trabalhar inicialmente nas lavouras de café;

Consolidação de uma rede ferroviária, abarcando as principais cidades do interior do Estado de São Paulo;

Melhoramento dos serviços públicos: melhoramento do sistema de iluminação pública; serviço telefônico em 1884; melhoramento do serviço de abastecimento de água e de escoamento de esgoto com a inauguração da Companhia Cantareira em 1877; melhoramento das ruas, com alargamento de algumas vias; inauguração do serviço de bondes por tração animal em 1872.

Mattos (1958) salientou os fatores geográficos favoráveis ao surto industrial em São Paulo, como a suave topografia, a presença das várzeas dos rios Tamanduateí e Tietê, o traçado das vias férreas nessas áreas de várzea e os preços mais baixos dos terrenos localizados na Várzea dos rios.

Segundo o autor, propriamente o sítio geográfico de São Paulo por si só não tinha características positivas suficientes para justificar o estabelecimento do surto industrial na cidade. Entretanto, a situação geográfica privilegiada da cidade foi um fator fundamental, em função da sua proximidade com o Porto de Santos e da formação de um sistema regional de circulação que conectava diferentes partes do país, além da proximidade com grandes quedas d'água, que garantiu energia elétrica abundante.

Portanto, a origem da industrialização em São Paulo pode ser justificada principalmente pela posição geográfica favorável da cidade, pela existência de um sistema de transporte ferroviário que interligava a cidade tanto ao Porto de Santos quanto ao Interior paulista, e pela implantação do sistema de assalariamento, que possibilitou a criação da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento industrial.

A seguir serão analisadas as características do "parque industrial" paulistano e sua relação com o crescimento e a formação da estrutura urbana da cidade.

1.3 Do final do século XIX a 1930: da atividade artesanal incipiente a consolidação dos setores tradicionais

Até 1920 o processo de industrialização em São Paulo se caracterizou principalmente por uma atividade industrial incipiente: um pequeno número de fábricas produzia apenas bens de consumo de primeira necessidade e de pequena complexidade.

Principalmente entre 1808 e 1890, São Paulo contava com uma produção artesanal, caracterizada por pequenas oficinas, que utilizavam processos manuais de produção e matéria-prima local.

Segundo Morse (1970), São Paulo apresentava, em 1820, uma produção doméstica ou realizada por artífices (alguns deles escravos). Os que possuíam permissão oficial para produzir para o público e vender seus produtos em loja naquela época eram 4 sapateiros, 4 alfaiates, 2 seleiros, 1 caldeireiro e 1 carpinteiro.

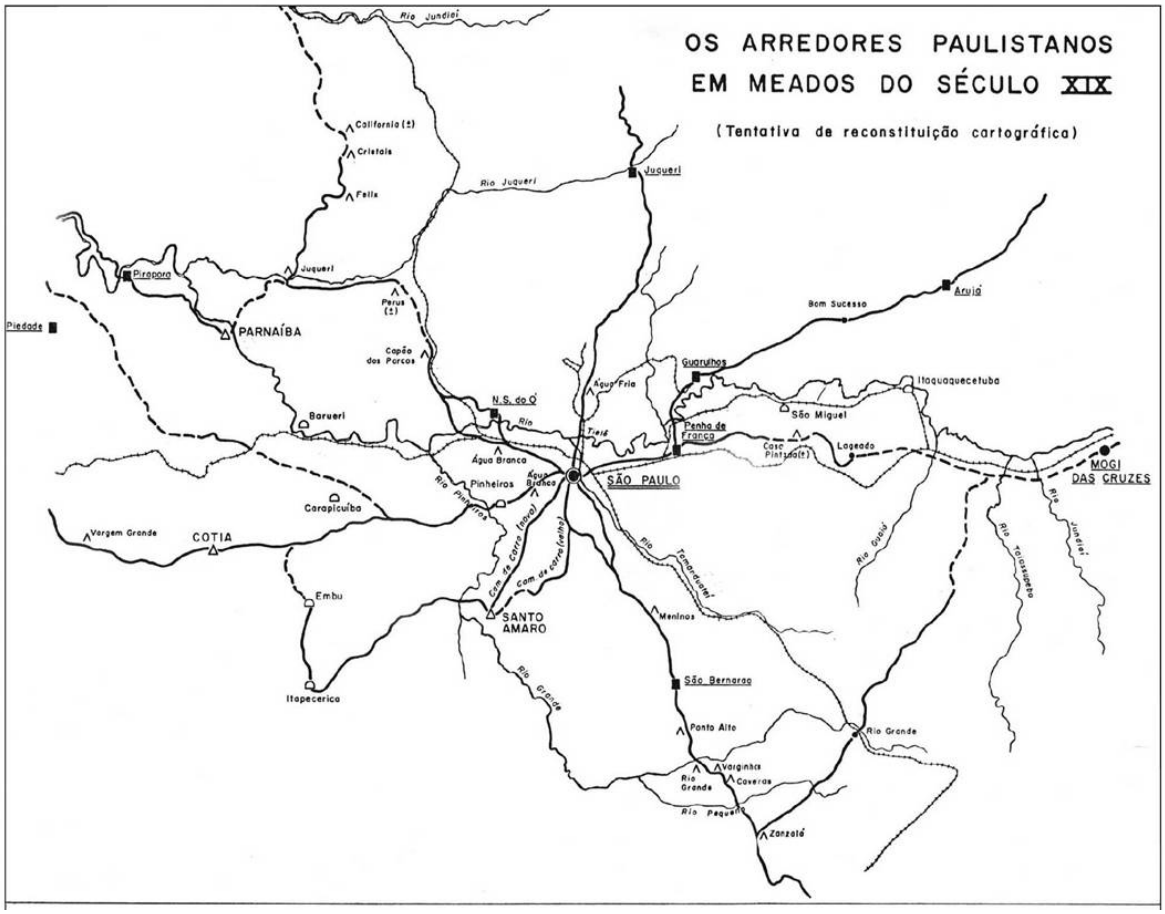
Esse padrão de produção feita via artífices continuou na segunda metade do século XIX, como mostrou o levantamento feito por Müller (1958 apud Singer, 1977). Em 1860 a cidade de São Paulo contava com 77 carpinteiros, 69 sapateiros, 54 alfaiates, 38 oleiros, 30 ourives e 28 marceneiros.

Na primeira metade do século XIX, São Paulo ainda era uma cidade "colonial": havia constantes inundações nas várzeas dos rios, escassez de água potável e apenas nove escolas para atender uma população de quase 22.000 habitantes em 1836 (MORSE, 1970).

Ainda no início da segunda metade do século XIX, a cidade São Paulo mantinha suas características coloniais. O abastecimento de água e a coleta de esgoto ainda eram péssimos. Havia apenas um jardim público e uma penitenciária. No período que se estendeu entre 1855 e 1872 a cidade ganhou um enorme contingente populacional de imigrantes estrangeiros: de 495 habitantes estrangeiros em 1855 passou para 1.102 em 1872, em um aumento de mais de 50% (MORSE, 1970).

São Paulo perdeu as características de cidade colonial após a década de 1880, principalmente com o avanço da rede de estradas de ferro e com o estabelecimento de um sistema bancário. Em termos de estrutura urbana, foi a formação do sistema de linhas férreas e o leito dos rios que delinearam a forma de ocupação.

Mapa 2: São Paulo em meados do século XIX



Fonte: Emplasa, 1983.

Em 1850, São Paulo era um povoado concentrado entre o Convento de São Francisco, Convento de São Bento e Convento do Carmo e amparado pelos rios Tamanduateí a leste e Anhangabaú a oeste. Os outros núcleos urbanos existentes eram conectados com

esse núcleo urbano central por um sistema radio – concêntrico, que seguia em direção a Santo Amaro, Pinheiros e Santana, e também em direção ao Rio de Janeiro e a Santos.

Em 1867 foi inaugurada a ferrovia São Paulo Railway, ligando a região de produção de café do Vale do Paraíba ao Porto de Santos. Em 1875 houve a inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana e em 1877 da E.F São Paulo – Rio (futura Dom Pedro II).

No mesmo ano de 1867 havia 26 mil habitantes na cidade, chegando a 65 mil em 1890 e 120 mil em 1893, após a chegada de grande número de imigrantes estrangeiros. Logo após em 1900 a explosão demográfica foi ainda maior, com a população chegando a 240 mil habitantes.

Na década de 1870 foram realizados pela administração da Província diversos melhoramentos públicos, como calçamento de ruas na área central, reforma do Jardim da Luz, drenagem e aterro de parte da Várzea do Carmo e a abertura e alargamento de ruas que delinearam um novo sistema viário ao redor da cidade (ACKEL, 2002).

Segundo Morse (1970), na década de 1880 a Companhia Cantareira tinha sido inaugurada, provendo água potável e tratamento de esgoto para a cidade. Em 1872 foi inaugurada a primeira linha de bonde ligando a Sé à Estação da Luz. Já em 1887 havia sete linhas de bonde na cidade, totalizando 25 km de extensão, evidenciando o crescimento territorial da área urbana. Segundo Ackel (2002), em 1912 a cidade já contava com 190 quilômetros de linha de bonde instalados.

Ainda no final do século XIX, alguns loteadores começaram a desenvolver novas áreas residenciais na cidade, como o loteamento do Morro do Chá e o bairro dos Campos Elíseos, planejado e promovido por Frederico Glette e Victor Nothmann e que passou a abrigar a elite paulistana de então. Ainda no final do século (entre a década de 1880 e 1890) outros loteamentos foram sendo realizados também para abrigar a elite na região oeste da cidade, como a Vila Buarque, Santa Cecília, Higienópolis e a Avenida Paulista.

Em direção oposta, seguindo a várzea que contornava as recém construídas estradas de ferro, foram sendo estabelecidas as fábricas, armazéns e depósitos para abrigar a

incipiente produção industrial paulistana, ao lado da população operária que se estabelecia nas vilas operárias e cortiços adjacentes ao conjunto fabril.

Com a inauguração do Viaduto do Chá, em 1892, a região oeste da cidade passou a ser definitivamente valorizada, principalmente com os incentivos de ocupação da elite e com a valorização imobiliária (ACKEL, 2002).

Na virada do século XIX para o XX e nos anos seguintes da República Velha melhoramentos foram sendo feitos pela cidade, como calçamento de ruas, abertura de estradas e construções de pontes e viadutos.

Nessa virada de século aumentou-se também drasticamente a concentração populacional nos distritos mais populares. Segundo Ackel (2002), o número de habitantes por domicílio passou de 6,2 para 10 em função da explosão do número de cortiços. Em três anos (1890-1893) o Bairro de Santa Ifigênia, por exemplo, teve sua população aumentada de 14 mil para 43 mil habitantes.

> Tal padrão de segregação impressionava visitantes e outros observadores que descreviam a coexistência de duas cidades distintas: a aglomeração industrial e operária que crescia no Brás, na Mooca e na Barra Funda à margem do tratamento urbanístico conferido à cidade "oficial"- o centro e os bairros nobres (ACKEL, 2002:26).

As ferrovias e o leito dos rios foram consolidando essa segregação espacial e socioeconômica que se estabelecia entre a zona leste e oeste da cidade. De um lado os bairros nobres da elite e, de outro, a grande maioria das indústrias instaladas ao longo das ferrovias e a população operário residente no entorno, em vilas operárias ou em cortiços.

Em 1887 a cidade de São Paulo apresentava incontáveis pequenas fábricas, além das oficinas de artesãos diversos, com destaque para: 3 tecelagens; 1 cerâmica; 5 fundições; 4 fábricas de artefatos de madeira e 1 de mobília; 1 fábrica de produtos suínos; 1 fábrica de fósforos; e 2 fábricas de chapéus (MORSE, 1970).

Segundo dados do levantamento de Bandeira Junior (1901) havia 165 indústrias no estado de São Paulo em 1901, empregando 15.000 operários. Especificamente na cidade

de São Paulo, Bandeira Jr. apontou a existência de 108 indústrias em 1901. Dessas 108, 94 foram catalogadas quanto ao ano de sua fundação. Dessas 94, 4 foram fundadas antes de 1870 e 41 foram fundadas entre 1870 e 1890. De acordo com o autor, a maioria das fábricas existentes em São Paulo no início do século XX era controlada por estrangeiros. No auge da industrialização em São Paulo, apenas o industrial italiano Francisco Matarazzo, por exemplo, contava com 365 fábricas.

Para Mattos (1958), a característica incipiente e artesanal da indústria se alterou em 1912, quando a velocidade do crescimento industrial em São Paulo foi tão grande que alcançou a façanha de criação de duas novas fábricas a cada 24 horas.

De fato, como apontou Negri (1996), o maior crescimento da indústria nessa fase que vai do final do século XIX até 1930 se deu entre os anos de 1907 e 1919, principalmente no caso da indústria de bens de consumo não duráveis.

Até 1920, a produção paulista preponderante era a de tecidos, de produtos alimentícios e de objetos de uso pessoal ou para o trabalho. A indústria mais importante era a têxtil, que tinha a maior quantidade de unidades locais e que empregava mais de 20.000 operários. Logo depois apareciam as indústrias de calçados e chapéus, de produtos químicos, fundições e de produtos alimentícios. No geral, os estabelecimentos industriais eram pequenas e médias oficinas artesanais que utilizavam um mínimo de maquinaria (PEREIRA, 1967).

A predominância dos setores de produtos alimentares e de bebidas em São Paulo pode ser confirmada pelo Censo de 1907 (FIBGE), conforme Tabela 5. Nessa tabela nota-se que juntos esses setores representavam em 1907 cerca de um terço (34%) dos estabelecimentos presentes no estado. Em seguida, aparecem os setores têxtil, vestuário, calçados e artigos de tecidos e metalurgia representando um pouco menos de 10% dos estabelecimentos. A Tabela 5 mostra os setores da indústria e o respectivo número de estabelecimentos presentes no estado de São Paulo em 1907 de acordo com o Censo Industrial (FIBGE).

Tabela 5: Setores Industriais e Número de Estabelecimentos no Estado de São Paulo em 1907

Setores Industriais	N° de Estabelecimentos
Extração de produtos minerais	-
Extração de produtos vegetais	5
Transformação de minerais não metálicos	17
Metalúrgicas	27
Mecânicas	8
Material elétrico e comunicações	-
Construção e montagem mat. transporte	5
Madeira	23
Mobiliário	16
Papel e papelão	4
Borracha	-
Couros e peles e produção Sin.	14
Químicas e farmacêuticas	20
Têxteis	28
Vestuários, calçados e art. de tecidos	29
Produtos alimentares	53
Bebidas	54
Fumo	2
Editoriais e gráficas	-
Diversas	9
TOTAL	**314**

Fonte: Censo Industrial de 1907 (FIBGE) apud RIGHI, 1981.

A relevância dos setores têxtil e de produtos alimentares em São Paulo nesse período era evidente. Vale ressaltar, no entanto, que o governo federal adotou diversas políticas que favoreceram esses ramos industriais, como o período de concessões iniciado pelo Governo de Floriano Peixoto (1891-1894), que oficializou empréstimos a indústrias via Banco do Brasil da República e concedeu favores a certos ramos industriais com a isenção de direitos sobre máquinas e matérias-primas.

Diferente da interpretação de Pereira (1967), Saes (2004) mostrou que, segundo o levantamento do Centro Industrial Brasil, já em 1907 havia grandes empresas operando na cidade, se medidas pelo número de operários, como se pode observar na Tabela 6.

Tabela 6: Setores Industriais e Número de Operários no Estado de São Paulo em 1907

Ramos industriais	Indústria	N° de Operários
	Regoli e Crespi	610
	Cia. Industrial de SP	500
	F. Matarazzo e Cia. – F. Mariângela	450
Fiação e Tecelagem	Cia. Nacional de Tecidos de Juta	1.500
	Elias Farhat & Irmão	450
	Coelho da Rocha & Cia	500
Calçados	Clark Ltd.	300
Cerveja	Cia. Antarctica Paulista	362
Chapéus	M. Serichio & Cia	205
	Cia. Mecânica e Importadora	353
Fundição	Lidgerwood & Co.	206
Moinho de Trigo	F. Matarazzo & Cia.	200
Fósforos	Cia. Nacional de Fósforos de Segurança	600
	Cia. Melhoramentos de SP	308
	Jácomo Cresta & Cia.	220
Materiais de Construção e Papel	Cia. Progresso Paulista	154
	Vidraria Santa Marina	408
	Dr. Manoel Silva	186
Vidros e Cristais	Conrado Sorgenitch	102

Fonte: FIBGE, 1986 apud SAES, 2004.

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a crise gerada na economia dos países exportadores gerou impactos na economia industrial brasileira. Por um lado indiretamente a Primeira Guerra Mundial provocou um crescimento industrial, pois em função da diminuição das importações o país teve a necessidade imediata de produzir seus bens de consumo. Mas, por outro, não houve uma expansão do parque industrial em complexidade ou na criação de novas empresas de grande porte. As indústrias que surgiram nesse momento continuavam a ser de pequeno porte, com número reduzido de operários e com pouca necessidade de força motriz e de capitais (SAES, 2004).

Segundo Simonsen (1939), durante a Primeira Guerra Mundial surgiram 5.936 estabelecimentos industriais no Brasil, somando 13.336 estabelecimentos registrados em 1920.

Ou seja, no início da década de 1920 se deu a consolidação dos setores industriais tradicionais, como o têxtil, calçados, chapéus, moagem de trigo, cerveja e fósforos. A Tabela 7 mostra o salto no número de estabelecimentos industriais do estado de São Paulo, que cresceu cerca de doze vezes entre 1907 e 1919 e depois mais que dobrou entre 1919 e 1928.

Tabela 7: Evolução da Indústria de Transformação do Estado de São Paulo (1907-1928)

Anos	Número de estabelecimentos	Número de operários	VP de SP/VP Brasil
1907	327	24.686	15,90%
1919	4.112	80.782	31,50%
1928	9.603	158.746	37,10%

Fonte: Censo Industrial (1907 e 1920); Deic – Saic/SP (1928); CANO, 1981 apud Negri, 1996.

O período que se estendeu de 1920 a 1930 foi marcado inicialmente por um crescimento industrial, mas que futuramente se estagnou em função da nova centralização de capital na produção de café, que culminou com a crise de 1929.

Segundo Pereira (1967), esse reinvestimento de capitais na produção de café entre 1924 e 1929 significou uma estagnação do desenvolvimento industrial brasileiro, pois não houveram progressos técnicos na indústria nacional e houve uma grande competição interna por mercados**.**

De acordo com Saes (2004), foram nos anos de 1920 a 1930 que se instalaram as indústrias que produziam bens de consumo duráveis, diferentemente das décadas anteriores em que a produção industrial visava atender apenas as necessidades básicas da população. Entretanto, o autor apontou a grande instabilidade ainda presente no desenvolvimento industrial brasileiro, pois ao mesmo tempo em que algumas indústrias tradicionais se expandiam, outras entravam em crise.

A Tabela 8 mostra a existência de indústrias produtoras de bens intermediários e de indústrias produtoras de bens de consumo duráveis no estado de São Paulo no final de década de 1920. Por outro lado, ainda se observa a grande relevância dos estabelecimentos industriais produtores de bens de consumo não-duráveis, que totalizavam quase 84% de todos os estabelecimentos industriais, enquanto que os produtores de bens intermediários e de bens de consumo não duráveis somavam juntos apenas os restantes pouco mais de 16%.

Tabela 8: Estrutura Setorial da Indústria de Transformação do Estado de São Paulo (1928)

Grupos e Ramos	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	Número	%	Número	%
Predom. Produtores de bens de consumo não-duráveis	**8.055**	**83,87**	**11.980**	**70,53**
Produtos Alimentícios	4.189	43,62	14.438	9,09
Têxtil	508	5,29	67.673	42,62
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	2.617	27,25	13.273	8,36
Bebidas	176	1,83	4.441	2,79
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	44	0,46	578	0,37
Fumo	18	0,19	1.009	0,64
Perfumaria, Sabões e Velas	104	1,08	1.223	0,78
Editorial e Gráfica	198	2,06	5.461	3,44
Mobiliário	201	2,09	3.884	2,44
Predom. Produtores de bens intermediários	**947**	**9,87**	**32.802**	**20,68**
Minerais Não-metálicos	200	2,08	9.541	6,01
Química	114	1,19	3.920	2,46
Metalurgia	232	2,41	7.652	4,82
Papel e Papelão	37	0,39	4.086	2,57
Borracha	11	0,11	1.049	0,67
Couros, Peles e Similares	155	1,62	2.373	1,50
Madeira	198	2,07	4.181	2,65
Predom. Produtores de bens de consumo duráveis	**601**	**6,26**	**13.964**	**8,79**
Mecânica	166	1,73	5.977	3,76
Material de Transportes	317	3,30	4.930	3,10
Material Elétrico	18	0,19	741	0,46
Diversos	100	1,04	2.316	1,47
TOTAL	**9.603**	**100,00**	**158.746**	**100,00**

Fonte: Deic – Saic/SP Estatística Industrial de São Paulo apud Negri, 1996.

Este momento foi acompanhado de intensa modernização urbana, como visto no item acima, e de um forte crescimento demográfico em um processo que vinha se desenrolando desde a última década do século XIX. A Tabela 9 mostra o salto no número de habitantes da capital entre 1850 e 1890 e a rapidez do crescimento da população entre 1900 e 1930.

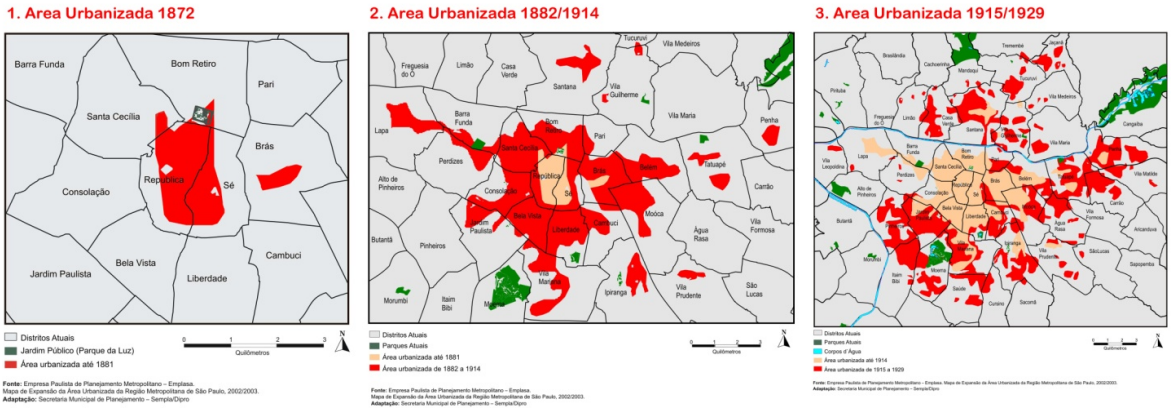
Tabela 9: Evolução da população na São Paulo capital

Ano	SP Capital
1827	25.471
1837	30.000
1850	30.000
1890	240.000
1900	239.820
1910	375.439
1920	587.072
1930	887.810

Fonte: Carone, 2000.

A evolução da urbanização da cidade pode também ser vista no Mapa 3.

Mapa 3: Evolução da área urbanizada do município de São Paulo de 1872 a 1929



Fonte: Elaborado pela autora de adaptação de Sempla/Dipro de Mapa Emplasa 2002/2003.

Segundo Morse (1970) o crescimento urbano era tanto que os serviços públicos, como limpeza e pavimentação de ruas, coleta de lixo e sistema de esgotos, além da drenagem, não eram capazes de acompanhar o rápido desenvolvimento da cidade.

São Paulo, de um modo geral, se dividia entre a população residencial de classe alta estabelecida a sul e a oeste, nos pontos mais altos da cidade, e nos terrenos mais baixos e próximos às indústrias vivia a população de classe mais baixa, notadamente a classe operária.

> (...) as famílias mais ricas preferiram abandonar o centro da cidade, que estava se tornando um local de negócios. Elas procuraram construir suas casas em bairros novos. Por outro lado, as ferrovias e suas estações ocuparam as partes baixas e planas (MONBEIG, 1953).

Sem planejamento e com rápido crescimento não se podia evitar a mistura de usos. As poucas regulamentações urbanísticas da época, como o Código de Posturas de 1886, se preocupavam com as instalações de moradia coletiva operária (as vilas ou os cortiços), exigindo padrões para a instalação de esgoto, de limpeza e ventilação. Entretanto, um levantamento dos cortiços realizado em 1893 mostrou que esses padrões não estavam sendo respeitados. Uma pesquisa realizada em 1940 apontou que de 40 a 60% dos moradores de classe baixa viviam abaixo das condições normais de habitabilidade em São Paulo (MORSE, 1970).

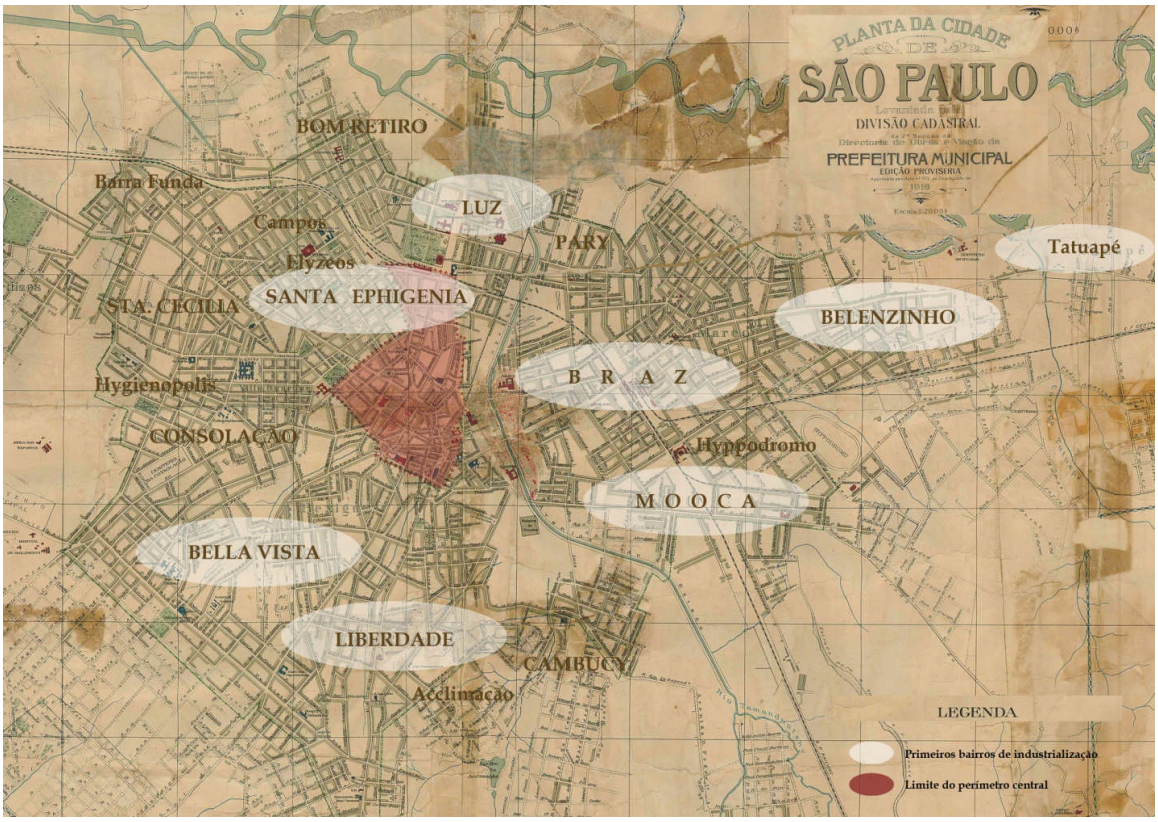
São Paulo se estruturava, portanto, de um lado pela população de mais alta renda e de outro pela concentração de fábricas, vilas operárias e cortiços, que sustentavam o crescente desenvolvimento industrial brasileiro.

O fim da primeira fase da industrialização se deu em 1930, quando, segundo Cano (2007), terminou o período em que o capital industrial esteve subordinado ao capital cafeeiro, exatamente após a superação da Crise de 1929.

1.4 A cidade de São Paulo e a localização da atividade produtiva do final do século XIX a 1930

Nessa primeira fase da industrialização (final do século XIX até 1930), os estabelecimentos fabris estavam localizados no centro da cidade de São Paulo.

Mapa 4: Primeiros bairros de concentração industrial em São Paulo (1916)



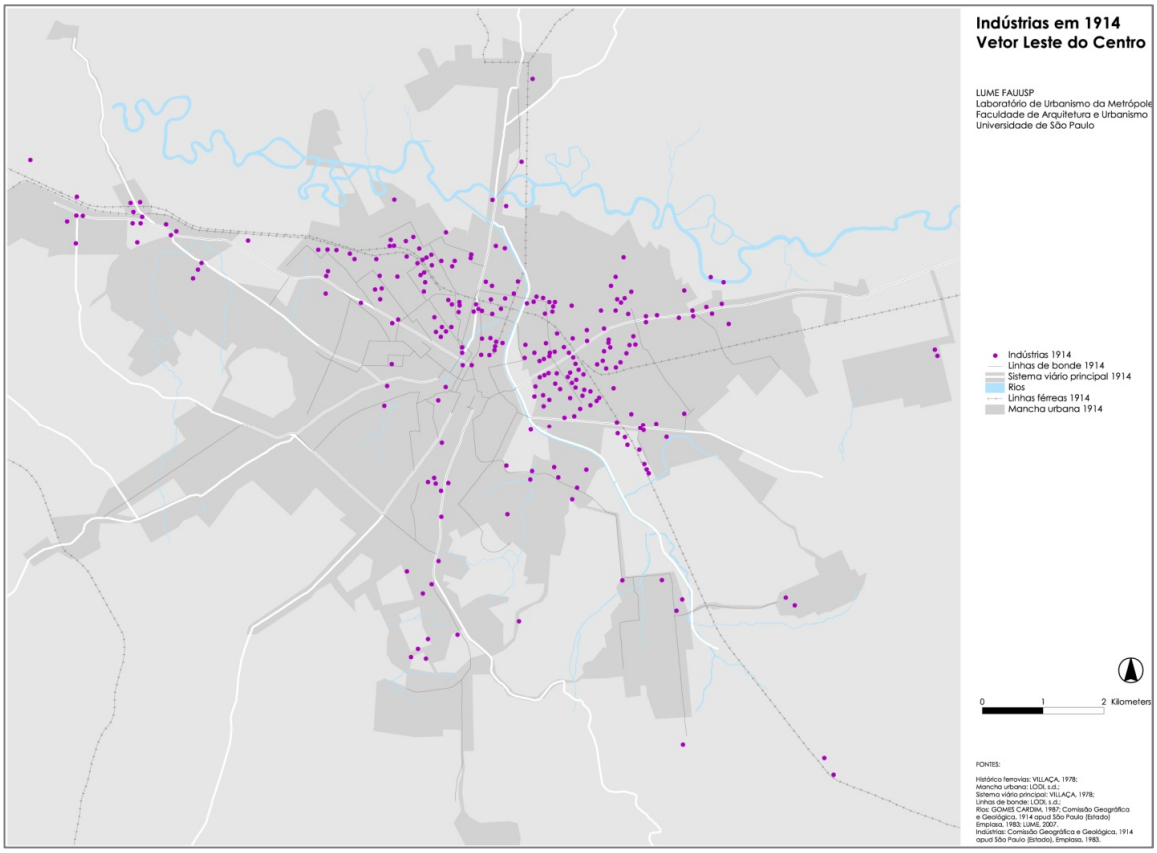
Fonte: Elaborado pela autora com base em Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico. Acervo - Tombo: 1355, 1176 e 1356. Mapa original disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br.

De início estavam situados principalmente nos distritos de Santa Ifigênia, Luz, Liberdade e Bela Vista. Com a chegada dos setores têxtil, metalúrgico e mecânico, as plantas

industriais passaram também a se localizar nos distritos Brás, Mooca, Belenzinho e Tatuapé (OELSNER, 1975).

A crescente necessidade de matéria-prima e equipamentos levou os estabelecimentos fabris a se concentrarem as margens da ferrovia Santos-Jundiaí e da Estrada de Ferro Central do Brasil, em função da ligação com o Porto de Santos e com o Interior do estado e o restante do país. São Paulo se tornava o principal entreposto comercial do país.

Mapa 5: Localização industrial em 1914



Fonte: LUME FAUUSP, 2006. Elaborado a partir de Mattos (1958).

Langenbuch (1971) caracteriza para o período de 1875-1915 a existência de duas novas zonas industriais antigas na cidade de São Paulo, além da presença de alguns estabelecimentos isolados na malha urbana. São elas:

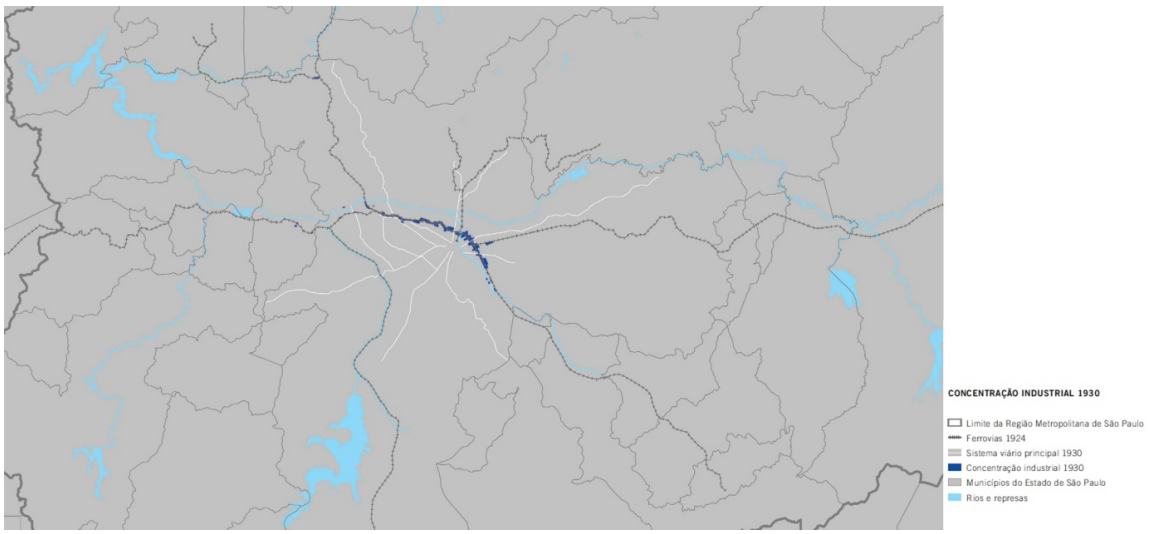
- Faixa Industrial de Beira –Linha (Lapa-Utinga);
- Zona Mista Sub-ferroviária (Bairros a leste).

Segundo o autor, a concentração de estabelecimentos fabris nessas zonas de industrialização antiga se deve principalmente em função da proximidade com as linhas férreas. Esta concentração se intensifica após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Langenbuch (1971) dá grande importância ao surgimento de centros suburbanos com concentração industrial e residencial. Neste sentido, o autor aponta a preferência dos operários por regiões mais afastadas em função do preço da terra e da proximidade com a indústria (emprego).

Oelsner (1975) também aponta este movimento de suburbanização. A partir de 1920 a localização industrial atingiu pela primeira vez zonas mais afastadas do centro, cobrindo a faixa que se estende de Osasco até São Caetano. Ao mesmo tempo, a grande concentração de indústrias continuava sendo o centro da capital, que era a principal atração para as manufaturas pequenas. Os dois grandes complexos industriais que surgiram em 1930 foram Ermelino Matarazzo e São Miguel Paulista, que configuraram grandes centros de atração de massa operária.

Mapa 6: Concentração industrial em 1930



Fonte: Meyer, Grostein e Biderman, 2004.

Para Langenbuch (1971) no período que se estende de 1915 a 1940 as margens das ferrovias continuaram sendo as localizações preferidas das indústrias. Entretanto, cada vez mais a ocupação se dá para fora do município de São Paulo, com os estabelecimentos procurando terrenos maiores e mais baratos. Segundo Grillo (1997), neste momento há um "debordamento" das atividades industriais, mas continua o

padrão de localização que se baseia no tripé “terrenos planos - ferrovia - fartura de água”.

Conclui-se, assim, que nessa primeira fase a cidade de São Paulo se desenvolveu junto com a industrialização. De uma atividade industrial incipiente e de uma estrutura urbana formada apenas por um núcleo central em meados do século XIX, a cidade passou por um franco desenvolvimento, com o crescimento demográfico, baseado principalmente na vinda de imigrantes estrangeiros para trabalhar nas lavouras de café, e o crescimento de suas funções comerciais e industriais, a partir da instalação das linhas férreas conectando o Interior do estado de São Paulo, principal produtor de café na época, ao Porto de Santos, principal escoador da produção agrícola.

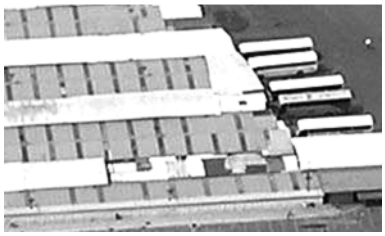
Com a produção de riquezas gerada pela produção cafeeira e com o desenvolvimento da indústria, com o aumento do número de estabelecimentos e da mão-de-obra empregada, veio também o aumento da população. A elite veio se estruturar nos pontos mais altos da cidade e a indústria, junto com a classe operária que a seguia, vieram se estabelecer às margens baixas das ferrovias e dos leitos dos rios.

A principal fase do desenvolvimento industrial na cidade, no entanto, ainda estava por vir. No Capítulo 2, vamos entender o principal período de concentração industrial e como a indústria se diversificou e se qualificou em São Paulo a ponto de transformar a cidade no principal pólo econômico do país.

Capítulo 2

Fonte: SHOJI, 2008.

De 1930 a 1975: diversificação e expansão do parque industrial



Como visto no Capítulo 1, o período anterior (do século XIX até 1930) foi caracterizado por um Estado dominado basicamente por interesses “ruralistas”, marcado pelo poder de uma elite que desenvolveu sua estratégia de desenvolvimento baseada em uma economia agroexportadora e sempre associada aos interesses e à economia de outros países. Para isso, o Brasil vestiu uma roupagem político-econômica liberalista, ou seja, pregava a não intervenção do Estado nas questões econômicas como regulador, mas se valendo de um discurso baseado no nacionalismo econômico.

A partir de 1930 esse cenário se alterou com o desenvolvimento e mudança do papel da indústria na economia brasileira e iniciou-se a fase de consolidação da hegemonia econômica de São Paulo, depois do auge da economia cafeeira.

A Revolução de 1930 permitiu que novas classes chegassem ao poder e a Crise de 1929, fez com que a própria cafeicultura tomasse conhecimento da fragilidade do sistema econômico voltado apenas para o mercado externo e baseado na exportação do café.

O Golpe de Estado de 1937 trouxe a ditadura ao poder do Estado no Brasil. O controle do poder político passou a estar então nas mãos de novas classes sociais, ou seja, dos setores mais fortes da sociedade civil, além dos militares e de parte da classe média. Foi o fim do regime oligárquico com a instituição da ditadura (IANNI, 1971).

De acordo com Schiffer (2004), a elite, formada então pela oligarquia rural e pelos industriais emergentes, associada ao capital estrangeiro, passou por um momento em que, para manter sua condição de dominação e "status quo" como parte integrante da hegemonia de São Paulo como centro econômico brasileiro, incentivou a formação de um mercado nacional unificado.

A herança dos tempos de colônia de Portugal, quando a economia era voltada apenas para o mercado externo, deixou ao Brasil fragmentos de áreas territoriais em diferentes níveis de desenvolvimento, de acordo com os interesses econômicos da metrópole portuguesa de então.

Para que esse mercado se desenvolvesse e se unificasse mantendo a hegemonia paulista havia duas condições básicas: (1) a transformação do território nacional, dotando-o da infra-estrutura necessária com base em investimentos públicos e privados; e (2) a extensão do assalariamento a todo território nacional (SCHIFFER, 2004).

Nesse Capítulo 2 será analisado, portanto, essa segunda principal fase da industrialização brasileira e paulistana, que teve início após a Revolução de 1930 e a Crise de 1929, quando se caracterizou o fim do Estado oligárquico e se estabeleceu o início de um novo Estado, comprometido agora com a elite industrial.

Esse "Estado Novo", formado por uma elite que pregava o desenvolvimento econômico fundamentado nas indústrias de base, no sistema de transportes e na defesa do território nacional, passou a promover o discurso do nacionalismo econômico baseado na industrialização e no intervencionismo do Estado nas questões econômicas do país

sob a roupagem desenvolvimentista visando a manutenção da posição de dominação e hegemonia do capital paulista.

Pós Estado Novo a política de Juscelino Kubistchek (1955-1961) reimplantou as relações de associação entre o Brasil e os outros países.

Ianni (1971) destacou o movimento pendular da política econômica do país entre 1930 e 1970. De um lado, estabeleceu-se a estratégia nacionalista, representada principalmente pela figura de Getulio Vargas e que se estendeu nos períodos de 1930-1945 e 1951-1954. Do outro lado, estabeleceu-se a estratégia do desenvolvimento dependente, que predominou nestes 40 anos entre 1930 e 1970.

> Ao longo dos anos 1930-1970, a política econômica governamental foi estatizante ou privatista, nacionalizante ou internacionalista, desenvolvimentista ou estabilizadora, conforme a constelação política dominante e a natureza dos dilemas econômicos existentes na ocasião (IANNI, 1971: 255).

Mesmo entre essas duas estratégias, o período entre 1940 e 1970 foi caracterizado pelo processo de formação do mercado nacional unificado, tendo como epicentro o Estado de São Paulo e, mais especificamente, a Região Metropolitana de São Paulo.

Para melhor entender esse período, o Capítulo 2 foi dividido em duas partes. A primeira parte (item 2.1) analisa o período que se estendeu entre os anos de 1930 a 1955, onde se caracterizou o período da industrialização em que foram lançadas as bases para o grande desenvolvimento da indústria no Brasil, no período seguinte. A segunda parte (item 2.2) diz respeito à análise do segundo período, que se estendeu de 1955 a 1975 e que se caracterizou pela fase da "industrialização pesada", pelo crescente processo de urbanização e pela concentração de atividades produtivas na Região Metropolitana de São Paulo.

2.1 De 1930 a 1955: o desenvolvimento da indústria nacional

Segundo Ianni (1971) é inegável a influência da Crise de 1929 e da primeira e segunda guerra mundial no favorecimento ao desenvolvimento industrial brasileiro. Entretanto,

foi a estratégia político-econômica do Governo de Getúlio Vargas o elemento fundamental à expansão da indústria no Brasil de 1930 a 1955.

Getúlio Vargas assumiu o poder no período do "Estado Novo" no Brasil em 1937. Após a Constituição de 1934 que já deixava de lado alguns princípios da doutrina econômica liberal, a Constituição de 1937 consolidou os ideais nacionalistas e intervencionistas do Estado aliados à estratégia e prática do planejamento como método a ser aplicado nas esferas econômicas e políticas.

A forte atuação do Estado na esfera econômica nesse período, no entanto, longe de objetivar a defesa dos ideais comuns da nação como um todo, se justificava pela necessidade da elite e do capital estrangeiro em unificar o mercado nacional e desenvolver a industrialização. A ação do Estado, nesses pontos, foi indispensável, tendo em vista sua ação como principal investidor e provedor dos melhoramentos necessários em um país dotado de uma rede de infra-estrutura ainda precária.

 De acordo com Ianni (1971), a crise da economia agroexportadora no Brasil aliada às seguintes crises mundiais e à expansão do setor industrial e terciário, a crescente urbanização e a maior divisão social do trabalho, com o crescimento da elite industrial e do proletariado, possibilitaram o nascimento de uma corrente a favor da emancipação brasileira face à dominação e associação com outros países e contra o capital estrangeiro.

Entretanto, apesar do discurso emancipador, a forte presença do capital estrangeiro na economia brasileira prevaleceu. Segundo Schiffer (2004), as empresas estrangeiras, principalmente as norte-americanas, estavam neste período (1930-1945) em um processo de instalar filiais em países periféricos, como o Brasil. Para o sucesso dessas empresas, era fundamental que o Brasil tivesse um mercado nacional unificado, capaz de absorver os produtos dessas empresas, além de um mínimo desenvolvimento da indústria nacional que pudesse apoiar a expansão e o desenvolvimento da indústria estrangeira no Brasil.

Entre os anos de 1930 e 1945 se consolidou, portanto, como uma vertente do nacionalismo econômico, um discurso político baseado no desenvolvimento, na

industrialização e na independência. Essa vertente fundamentada pela figura de Getúlio Vargas pressupunha a criação de um capitalismo nacional, por meio da revisão das relações existentes dentro e fora do país e da estrutura e papel do Estado.

> Tratava-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar, e incentivar as atividades produtivas em geral. Ou seja, tratava-se de formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das fôrças produtivas no mercado brasileiro. Além disso, pretendia-se, também, estabelecer novos padrões e valôres, ou reafirmar os padrões e valôres específicos das relações e instituições do tipo capitalista (IANNI, 1971: 22-23).

Algumas medidas adotadas neste período pretendiam dar força ao tripé "desenvolvimento – industrialização – independência", como a instituição do Conselho Federal de Comércio Exterior (1934-1949), que tinha como principal objetivo "*diversificar e expandir a produção*", e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e da Companhia Nacional de Álcalis (1943), que, como empresas estatais, iniciaram a formação dos setores de base da economia nacional. Também foi criada a Coordenação da Mobilização Econômica em 1942, que englobou o Setor da Produção Industrial – SPI e estabelecidas recomendações à política industrial, como criação de indústrias de base, a proteção e incentivo às pequenas e médias empresas e a modernização do parque industrial em geral (IANNI, 1971).

Sabe-se, no entanto, que por trás do discurso político, essas medidas visavam à criação da infra-estrutura necessária para a formação do mercado nacional unificado e para o desenvolvimento da indústria, tendo São Paulo como seu centro nacional.

Segundo Righi (1981) a partir dessas políticas adotadas pelo governo Vargas entre 1930 e 1940 houve um importante crescimento da produção industrial com impulso aos setores não tradicionais da economia, como os relacionados à produção de matérias-primas e de máquinas e equipamentos, ou seja, houve uma diversificação da estrutura de produção com aumento da participação dos setores mais dinâmicos.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por exemplo, a indústria que mais se desenvolveu foi a indústria de base, como a dos produtos não metálicos, da borracha,

óleos e graxas vegetais, bebidas e fumos, já que esse foi um momento de impossibilidades de importação (RIGHI, 1981).

O Recenseamento de 1940, de acordo com Mattos (1958), evidenciou essa nova etapa do processo de industrialização marcada pela diversificação do parque industrial, pois mostrou a presença de 22 diferentes grupos industriais no Brasil.

Schiffer (2004) mostrou a importância adquirida pelo setor industrial do país em 1950 quando comparou o Valor da Produção agrária e o Valor da Produção da transformação industrial. Já em 1940 o valor da produção industrial (7,7 bilhões de cruzeiros) quase se equiparou ao valor da produção agrária (8,0 bilhões de cruzeiros), sendo que em 1950 o valor da produção industrial ultrapassou o valor da produção agrária em 6,3 bilhões de cruzeiros (valores de 1950).

Tabela 10: Comparação entre Valor da Produção agrária e Valor da Produção Industrial - Brasil

Ano	Valor da Produção Agrária*	Valor da Produção Industrial*
1920	4,7	1,3
1940	8	7,7
1950	40	46,3

* em bilhões de cruzeiros de 1950

Fonte: Camargo, 1960 apud Schiffer, 2004: 84.

A comparação entre os Censos Industriais de 1907, 1920, 1940 e 1950 mostra a evolução do número de estabelecimentos industriais e pessoal ocupado na indústria para o Brasil e para o Estado de São Paulo.

Em nível nacional, em vinte anos, de 1920 a 1940, o número de estabelecimentos industriais aumentou cerca de 370% e o número de pessoal ocupado na indústria saltou de pouco mais de 275.000 empregados para mais de 960.000, ou seja, um aumento de 349%. Já de 1940 a 1950 o número de estabelecimentos industriais aumentou quase 70% e o número de pessoal ocupado na indústria aumentou cerca de 22%.

Os números mostram também a concentração da indústria no Estado de São Paulo. Em 1920 o Estado de São Paulo concentrava cerca de 30% do número de estabelecimentos

industriais existentes no Brasil. Em 1940 esse número praticamente se manteve, tendo uma leve queda para 29%. Quanto ao número de empregados, em 1920 o Estado de São Paulo concentrava 31% dos empregados industriais passando para pouco mais de 34% em 1940. Já em 1950, houve leve queda novamente, pois o número de estabelecimentos industriais no estado de São Paulo foi de praticamente 28%. No entanto, o número de operários industriais continuou aumentando, chegando a quase 39% em 1950.

Tabela 11: Comparação entre os Censos Industriais de 1907, 1920, 1940 e 1950 realizados pelo IBGE

		1907*	1920*	1940	1950
BRASIL	**Estabelecimentos**	3.187	13.336	49.418	83.703
	Pessoal Ocupado	149.140	275.512	960.633	1.177.644
ESTADO DE SP	**Estabelecimentos**	326	4.157	14.225	23.303
	Pessoal Ocupado	24.186	85.466	329.344	458.535

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos censos IBGE 1907, 1920, 1940, 1950.

No Governo de Getúlio V**a**rgas (1930-1945) o Estado brasileiro passou a organizar o mercado de trabalho, com novas diretrizes políticas que pretendiam sistematizar a relação entre assalariados e empregadores com base em uma legislação trabalhista, que instituía, por exemplo, o salário mínimo, a jornada de trabalho de 8 horas diárias e o direito a férias remuneradas.

Algumas medidas adotadas pelo governo nesse sentido foram a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (com o Decreto 19.443 de novembro de 1930), a criação do Departamento Nacional do Trabalho (com o Decreto 19.671 de fevereiro de 1931) e a regulamentação de sindicatos e classes patronais (com o Decreto 19.770 de março de 1931). A revisão das leis trabalhistas e sua consolidação, além do estabelecimento de vínculo entre sindicato e Estado, vieram com a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943 (IANNI, 1971).

Em 1945 um novo Golpe de Estado depôs Getulio Vargas do poder sob o discurso da necessidade de redemocratizar o Brasil. A nova Constituição de 1946 teve como diretriz o pensamento econômico baseado no liberalismo, ou seja, a crença da menor intervenção do Estado na economia, deixando com que o mercado regulasse as

condições necessárias ao seu próprio funcionamento – conceito das forças que derrubaram Vargas, comandadas principalmente pelos conservadores brasileiros e por grupos políticos estrangeiros, que queriam a volta da situação da subordinação (consentida) do Brasil em relação a suas economias.

Entre 1946 e 1950 o Brasil foi governado por Eurico Gaspar Dutra, e teve restabelecidas as condições de associação econômica em relação aos outros países centrais, como era a política econômica anterior ao Governo de Getúlio Vargas. Com o Governo Dutra foram retomados os princípios liberais, ou seja, contra o intervencionismo estatal nas questões econômicas, ao mesmo tempo em que foram favorecidos o capital estrangeiro e as empresas privadas, tanto nacionais quanto estrangeiras.

As principais medidas desse governo foram a retirada de restrições à entrada de produtos estrangeiros no país, o confisco salarial, que sob o discurso da estabilidade financeira visava a expansão do setor privado, o Plano Salte e a Comissão Abbynk, que sob o discurso liberal, ou seja, pouca interferência do Estado na regulação da economia, pôs em prática os interesses das empresas privadas (IANNI, 1971).

O papel do Estado têm sido, ao longo do sistema capitalista, o de assegurar a maior ampliação possível do mercado, com base no fornecimento da infra-estrutura e produção do espaço necessários para essa ampliação. Marxistas divergem sobre a definição de Estado dividindo-se principalmente entre o conceito instrumentalista de Miliband, onde o Estado atua de acordo com os interesses da classe dominante, e o conceito estruturalista de Poulantzas, onde o Estado é o principal agente mantenedor da reprodução do capital, para além de uma atuação simplista de acordo com os interesses da classe dominante. Ao longo dos períodos de desenvolvimento do sistema capitalista, o Estado tem assumido diferentes atuações, como o de Estado Liberal, Estado Intervencionista ou Estado Regulador.

Em 1951 a presidência da República voltou às mãos de Getúlio Vargas, que retomou a estratégia do desenvolvimento econômico como direção da política econômica a partir da década de 1950, com o Estado atuando em seu papel como provedor da infra-estrutura e do aparato institucional necessários à reprodução do capital. Nesse

momento, o país enfrentava problemas como alta da inflação, deficiência de máquinas e equipamentos para a indústria e escassez de energia e de sistemas de transportes.

Segundo Ianni (1971), o Brasil já contava com uma classe industrial fortalecida, dividida em três grupos distintos: o pequeno grupo industrial (produtor de bens de consumo tradicionais); o grande grupo industrial nacional (também produtor de bens de consumo tradicionais, mas formado por grandes empresas, algumas ligadas também aos setores da agricultura e pecuária); e o grande grupo industrial internacional (ligado ao capital estrangeiro).

Nessa política de abandono dos ideais liberais em prol de maior intervencionismo estatal, o Governo Vargas se associou a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e importante por revisar as relações dos países latino-americanos, e elaborou o Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico em 1951. Conhecido como Plano Lafer, pois foi desenvolvido sob as coordenadas do então Ministro da Fazenda Horácio Lafer, esse plano previa investimentos às indústrias de base, aos setores de transporte e energia e à modernização da agricultura (IANNI, 1971).

Vargas continuou sua "*política trabalhista*" de apoio às massas urbanas, na definição de Ianni (1971), em meio a um proletariado cada vez mais organizado, submetido a baixos salários e onde se multiplicavam tensões sociais, principalmente nas grandes cidades.

O estímulo à industrialização continuou como política econômica dessa segunda etapa do presidente Vargas à frente do comando do Estado brasileiro. Nesse sentido, Getúlio Vargas deu segmento a sua política nacionalista de intervencionismo estatal na economia.

Até 1953 vigorou a política cambial estabelecida pelo Governo Dutra desde 1947, a qual liberava as importações estabelecendo uma relação de prioridades entre os produtos importados. Entre 1953 e 1957 essa política se alterou com a Instrução 70, do SUMOC, que estabeleceu cinco categorias de importação, de acordo com o que foram considerados produtos de consumo essencial e o que foram considerados produtos de consumo supérfluo.

As novas condições criadas pelo Estado brasileiro à expansão da economia nacional e à continuidade do processo de unificação do mercado brasileiro entre 1952 e 1953 foram a criação do BNB (Banco Nacional do Nordeste); do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento); da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia); da Petrobrás (indústria de base estatal); além do Plano Nacional de Eletrificação e da criação da Eletrobrás em 1954 (IANNI, 1971). Essa estrutura pôde ser criada em função dos resultados da Comissão de Desenvolvimento Industrial (1952), da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (1951-1953) e do Grupo Misto BNDE – Cepal (1953) (SCHIFFER, 2004).

Em continuidade com a estratégia de unificação do mercado nacional, o Estado se preocupou também com a interligação entre os pólos nacionais e o restante do país e suas áreas de influência. Para isso, a partir de 1920 começaram a ser construídas as rodovias dentro do território nacional, em especial na região sudeste, com ênfase para as décadas de 1940 e 1950, quando os investimentos nesse setor foram mais acentuados.

Em meio ao clima de intensa industrialização e crescimento acelerado de diversos núcleos urbanos pelo país, com intensa migração de pessoas do campo para as cidades, houve o suicídio de Getúlio Vargas em 1954.

A herança da Era Vargas e a inauguração do mais importante período para a industrialização brasileira serão tratadas no próximo capítulo.

A seguir analisa-se como se deu a continuidade do processo de concentração da industrialização na cidade de São Paulo entre os anos de 1930 e 1955 e quais foram as preferências de localização dos estabelecimentos industriais na cidade e sua relação com a estrutura urbana da cidade e com as políticas urbanas de desenvolvimento implantadas nesse período.

2.1.1 A diversificação e expansão do parque industrial paulistano entre 1930 e 1955

A importância de São Paulo para a indústria brasileira pode ser constatada com base nos dados do Valor da Produção Industrial do estado de São Paulo em relação ao Brasil. A Tabela 12 mostra a concentração de determinados ramos da indústria no estado de São Paulo entre os anos 1907, 1919 e 1939. Os ramos industriais que, de acordo com a Tabela 12, concentravam mais de 50% da produção industrial nacional no estado em 1939 eram: Mecânica, Material elétrico e de comunicações, Material de transportes, Química, Têxtil, e Indústrias diversas.

Tabela 12: Concentração industrial e "produtividade" relativa de São Paulo

Ramos	Concentração Industrial de São Paulo (%) (a)			Produtividade Relativa de São Paulo (b)		
	1907	1919 (c)	1939	1907	1919 (c)	1939
Minerais não metálicos	30,4	50,1	43,8	101,5	117,6	110,1
Metalúrgica		45,4	41,4	69,9	130,4	120,0
Mecânica	19,8		73,0			104,8
Mat. elét. e de comunic.			67,5			96,4
Ma. De transporte	3,9	54,6	87,1	96,0	36,5	1108,7
Madeira	10,5	22,1	31,0	93,9	129,8	132,4
Mobiliário	12,0	27,5	42,4	86,2	112,0	125,8
Papel	37,8	48,0	47,3	228,6	113,6	103,2
Borracha		25,9	33,6		59,9	35,0
Couros e peles	14,6	32,1	29,0	142,2	132,0	125,7
Química		30,9	61,2		102,1	65,1
Farmacêutica	11,5	12,7	23,2	51,8	110,8	101,4
Perf. sabões e velas	3,8	25,8	38,6	77,2	79,4	115,5
Têxtil	26,3	36,6	60,6	153,8	130,8	199,7
Vestuário	22,0	38,0	44,9	76,6	104,4	131,0
Alimentar	9,9	26,0	33,0	112,2	131,8	146,7
Bebidas	12,7	34,1	37,6	100,9	99,2	119,0
Fumo	0,9	14,7	34,4	347,5	179,3	266,5
Editorial e gráfica			39,4			110,7
Diversas	11,5	24,2	50,8	98,5	48,9	85,8
Total	15,9	31,5	45,4	100,0	112,2	135,6

(a) Porcentagem do Valor Bruto da Produção Industrial de SP, em relação ao total do Brasil
(b) Valor Bruto da Produção por operário: Índice 100, em c ada ano, resultado médio do total do Brasil, exclusive SP
(c) Ajustado o valor de 1919, com inclusão da produção açucareira

Fonte: Censos Industriais de 1907, 1920 e 1940 apud CANO, 2007:147.

A Tabela 12 acima evidencia, portanto, a alta concentração industrial no estado de São Paulo, principalmente em 1939. Segundo Mattos (1958), a maior parte das indústrias

existentes no estado estava concentrada na Grande São Paulo (Capital, São Caetano do Sul, Santo André, São Bernardo do Campo e Guarulhos).

Nas décadas de 1940 a 1950 o ritmo da industrialização brasileira foi bastante acentuado. Como visto anteriormente, esse período significou um maior desenvolvimento dos setores industriais de base, o que foi confirmado pelo levantamento de Pereira (1967). Segundo o autor, mais da metade das indústrias mecânicas, um terço das metalúrgicas e um quarto das indústrias de materiais elétricos e comunicações que havia na cidade de São Paulo em 1958 surgiram entre 1940 e 1950.

Ainda segundo Pereira (1967), entre 1940 e 1955, houve aumento de 892% no número de estabelecimentos industriais produtores de bens de capital e aumento de 165% do número de estabelecimentos industriais produtores de bens de consumo, apesar da diminuição da participação da indústria têxtil. O autor destacou que nesse período houve um importante aumento no número de estabelecimentos industriais e que, além disso, houve uma transformação qualitativa da produção, com a paulatina introdução de novas máquinas e a diminuição da mão-de-obra empregada.

Mattos (1958) analisou os principais ramos da indústria localizados na cidade de São Paulo em 1948, com base nas informações contidas no Catálogo das Indústrias do Município da Capital, realizado pelo Departamento Estadual de Estatística de São Paulo em 1945.

O autor apontou em sua análise, por exemplo, a importância da **indústria têxtil**, que ocupava cerca de 35% dos operários da indústria da Capital. A maioria ainda era de pequenas fábricas, espalhadas pela malha urbana, cuja origem tanto do capital investido quanto da matéria-prima era nacional.

A **indústria alimentícia**, com 427 estabelecimentos e 24.416 operários, era semelhante à indústria têxtil quanto ao número de fábricas e de operários. Era uma indústria que produzia para o mercado interno, com matéria-prima nacional, mas baseada em capital estrangeiro (MATTOS, 1958).

A **indústria metalúrgica e mecânica** era modesta, apesar de São Paulo ter sua posição de liderança no setor mesmo assim. Dos 1.546 estabelecimentos existentes no estado de São Paulo, 892 estavam localizados na Capital. Assim como dos 56.842 operários, 49.469 estavam na Capital. Entretanto, desse número a maioria eram pequenas indústrias mecânicas que não atuavam no processo de fabricação. Com capital acima de 500.000 cruzeiros havia apenas 12 estabelecimentos na Capital. Assim como a indústria têxtil, esse setor apresentava seus estabelecimentos espalhados na malha urbana, sem caracterizar aquela paisagem típica fabril (MATTOS, 1958).

A **indústria química e farmacêutica** era modesta e recente, apresentando claras características de estar em processo de desenvolvimento, pois vinha crescendo e se diversificando rapidamente no estado de São Paulo. A indústria química, por exemplo, saltou em número de estabelecimentos de 265 em 1920 para 636 em 1940 e para 1014 em 1950. Na Capital também eram geralmente pequenos estabelecimentos espalhados na malha urbana, sendo as grandes plantas localizadas predominantemente no Interior do estado (MATTOS, 1958).

No caso da **indústria de artefatos de borracha**, dos 93 estabelecimentos existentes no Brasil em 1950, 44 estavam localizados na Capital paulista. A partir de 1930 essa indústria ganhou impulso com a introdução de capital estrangeiro, como a instalação das fábricas da Good-Year do Brasil e da Firestone (MATTOS, 1958).

A **indústria de papel e papelão** se via nesse momento totalmente dependente de matéria-prima estrangeira. Com apenas 140 estabelecimentos na Capital São Paulo, ela atuava apenas no mercado interno (MATTOS, 1958).

A **indústria de calçados** era ainda uma indústria artesanal formada por pequenas fábricas. A de **vestuário,** apesar de antiga, produzia para satisfazer o consumo local, principalmente de artigos de luxo. A novidade para essa indústria foi a introdução da chamada “indústria de roupas feitas”, com o estabelecimento das Lojas Garbo, José Silva e Assunção (MATTOS, 1958).

O último setor analisado por Mattos (1958) foi a **indústria de fumo**. Com tendência à concentração técnica e financeira, ela surgiu em São Paulo em 1916, em meio à Primeira

Guerra Mundial. O Censo de 1950 registrava apenas 10 estabelecimentos no estado de São Paulo, empregando 3.361 operários.

Portanto, São Paulo concentrava a maioria das indústrias nacionais no período até 1955. Algumas ainda de pequeno porte e dependentes de capital estrangeiro ou apenas atuando no mercado interno. Havia pouco desenvolvimento da indústria mecânica e daquela produtora de máquinas e equipamentos, sendo o Brasil ainda bastante dependente da importação desses artigos. Apesar da diversificação do parque industrial, a maioria dos ramos industriais ainda era daqueles voltados para a produção de bens de consumo não duráveis.

Segundo Déak (1991), essas características evidenciavam a associação do Brasil com outros países da economia capitalista mundial, em um sistema em que o Brasil continuamente enviava o excedente de sua produção nacional a esses países, sem que houvesse a possibilidade desse excedente ser reinvestido no Brasil e, assim, impossibilitando a formação de uma economia capitalista nacional forte.

2.1.2 A cidade de São Paulo e a localização industrial de 1930 a 1955

Em 1950 dos três milhões de habitantes em São Paulo, 420.000 eram operários trabalhando no setor industrial. Não existia no país maior concentração de operários do que em São Paulo. Na cidade a preferência de localização se dava nos bairros a Leste e Sudeste. A mais importante área industrial seguia a direção de Osasco e à Sudoeste seguia a direção de São Caetano do Sul e Santo André, principalmente nos eixos Tietê e Tamanduateí. Os principais bairros de concentração industrial eram Lapa, Água Branca, Barra Funda, Freguesia do Ó, Casa Verde, Bom Retiro, Pari, Belenzinho, Tatuapé, Penha, Vila Carrão, Mooca, Ipiranga e Vila Prudente (MATTOS, 1958), conforme Mapa 7 (a seguir).

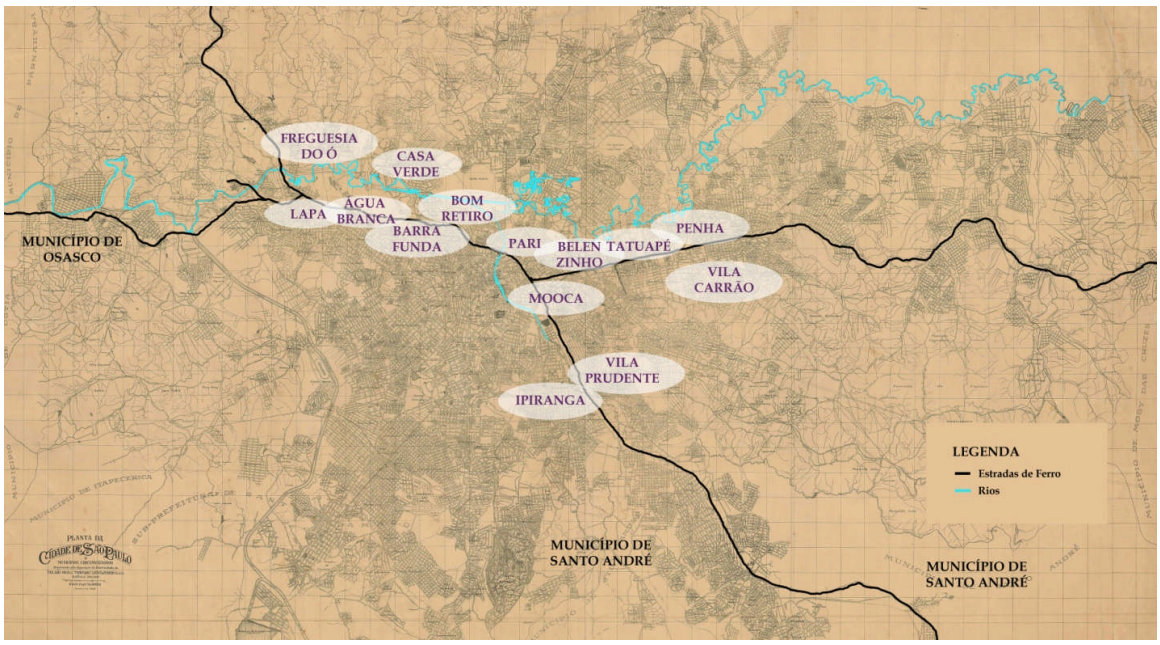
Nas décadas de 1940 e 1950 foram implantados os primeiros parques industriais, como o de Osasco, e se instalaram as indústrias do setor de materiais elétricos e comunicações. As preferências de localização se estenderam para Barra Funda e Bom Retiro e depois para Freguesia do Ò e Vila Guilherme. Na área que hoje se considera a

Região Metropolitana de São Paulo, as indústrias foram se instalando nos municípios de Santo André e Mauá (OELSNER, 1975).

Segundo Villaça (2001) até 1950 as indústrias estavam majoritariamente concentradas ao longo das ferrovias, mas principalmente localizadas ao longo da ferrovia que seguia em direção a Santos. Nos demais eixos, em direção a Campinas e em direção ao Rio de Janeiro, havia baixíssima concentração industrial, como também pode ser constatada no Mapa 7 (a seguir).

Essa prioridade pela concentração industrial no eixo São Paulo – Santos, de acordo com Villaça (2001), se deu pelo fato de o Porto de Santos até 1950 ter sido o principal ponto de escoamento de produtos industriais de São Paulo para o restante do país e do mundo. Diferente do que passou a ocorrer com a inauguração das rodovias a partir do final da década de 1940, nesse momento de primazia do Porto de Santos as mercadorias seguiam de São Paulo para as demais regiões do Brasil via mar. Segundo o autor, tanto as mercadorias manufaturadas, que saíam de São Paulo para as demais regiões, quanto as matérias-primas, que vinham das demais regiões do Brasil para serem utilizadas pelas indústrias de São Paulo, o faziam via transporte marítimo.

Mapa 7: Principais distritos de concentração industrial entre as décadas de 1940 e 1950



Fonte: Elaborado pela autora com base em Mattos (1958). Mapa base Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC. Acervo - Tombo: 1171 e 1152.

Foi também nesses mesmos bairros que continuou a grande concentração residencial do operariado industrial, nas chamadas vilas operárias. Segundo Villaça (2001) os locais onde a população residente trabalhava no próprio bairro coincidiam com os bairros industriais até 1950. O centro da cidade estava ainda reservado para as camadas de população de renda mais altas, que também se concentravam na porção sudoeste da cidade, em bairros tipicamente residenciais.

A partir de 1940, Langenbuch (1971) constatou a saturação das antigas zonas industriais estabelecidas por ele no início do processo de industrialização, ou seja, a saturação da Faixa de Beira-Linha e da Zona Mista. A expansão residencial de média e alta renda em parte dessas áreas provocou uma diminuição da oferta para uso industrial. Ao mesmo tempo, os estabelecimentos industriais passaram a ter necessidades de ampliações, o que levou automaticamente a mudanças nos padrões de localização.

A ferrovia perdeu o posto de transporte "por excelência" quando o governo federal passou a investir massivamente no transporte rodoviário, com a adoção de políticas a favor da indústria automobilística e dando continuidade ao projeto de unificação do mercado nacional iniciado em 1930.

Conseqüentemente, algumas áreas próximas às ferrovias ficaram prejudicadas com a preferência pelo transporte rodoviário, pois estavam situadas em áreas de difícil acesso para veículos grandes e de carga, como os caminhões (vias sem travessia das ferrovias e com dificuldade de manobra). Essa inversão ferrovia versus rodovia também provocou uma mudança de uso das edificações próximas às estradas de ferro, que passaram de uso industrial para comércio varejista, principalmente depósitos (LANGENBUCH, 1977).

Nota-se, portanto, que, como apontado por diversos autores, a partir das décadas de 1940 e 1950 houve uma **alteração da dinâmica de localização do assentamento industrial** no município de São Paulo, movida principalmente pela construção das rodovias, que se tornaram o principal meio de distribuição de mercadorias do país, ocupando o papel exercido até então pelas ferrovias via Porto de Santos.

Segundo Feldman (2005), após 1940 a capital paulista passou por um processo de relocalização industrial, a partir da construção das auto-estradas que possibilitaram

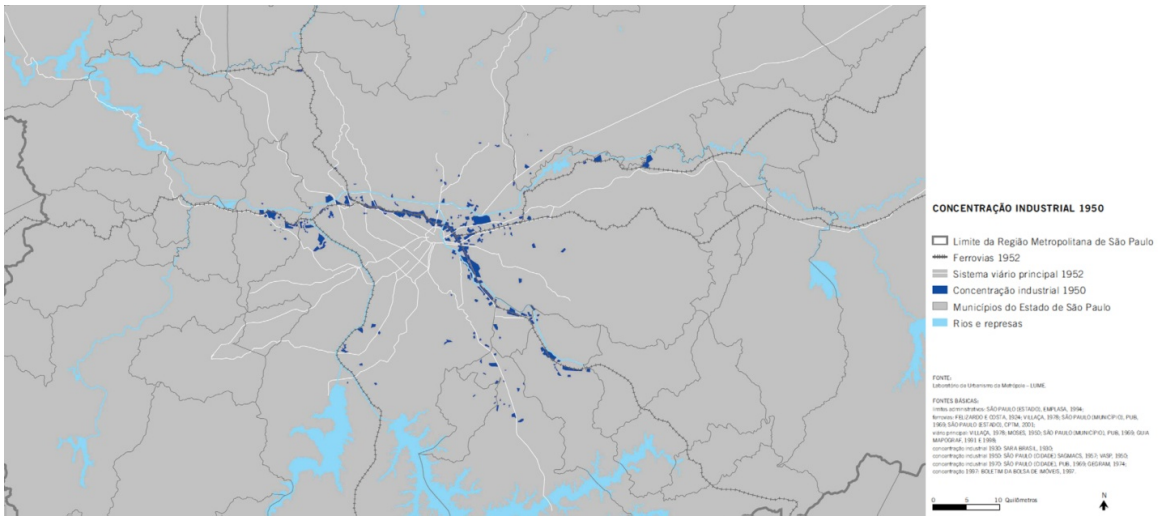
ligações com novas regiões do país. Em 1947 houve a construção da Rodovia Anchieta, em direção a Santos, e posteriormente foram construídas a Rodovia Anhanguera, em direção a Campinas, e a Rodovia Presidente Dutra, em direção ao Rio de Janeiro.

De um modo geral, segundo Righi (1981), de 1915 a 1940 houve uma expansão suburbana dos usos industriais e residenciais, caracterizando o início do processo de metropolização da capital paulista.

Entretanto, não se pode esquecer que, como apontaram Mattos (1958), Langenbuch (1971) e Oelsner (1975), até a década de 1940 a maior parte das indústrias ainda estava concentrada nos bairros centrais do Brás, Mooca, Ipiranga, Cambuci, Belém e Tatuapé, mesmo que já apontando outros municípios da Região Metropolitana como diferentes focos de expansão.

Em 1950 as indústrias estavam majoritariamente localizadas ao longo da ferrovia que ligava São Paulo a Santos, notadamente no centro da cidade ao longo também da várzea do Rio Tamanduateí e Rio Tietê. Havia a tendência à expansão da concentração industrial ao longo desse mesmo eixo, dirigindo-se mais a oeste em direção à Osasco e mais a sudeste em direção a São Caetano e Santo André. Ao mesmo tempo, clarifica-se também a tendência de concentração das atividades industriais a sudoeste, em direção a Santo Amaro ao longo do Rio Pinheiros.

Mapa 8: Concentração industrial em 1950



Fonte: Meyer, Grostein e Biderman, 2004.

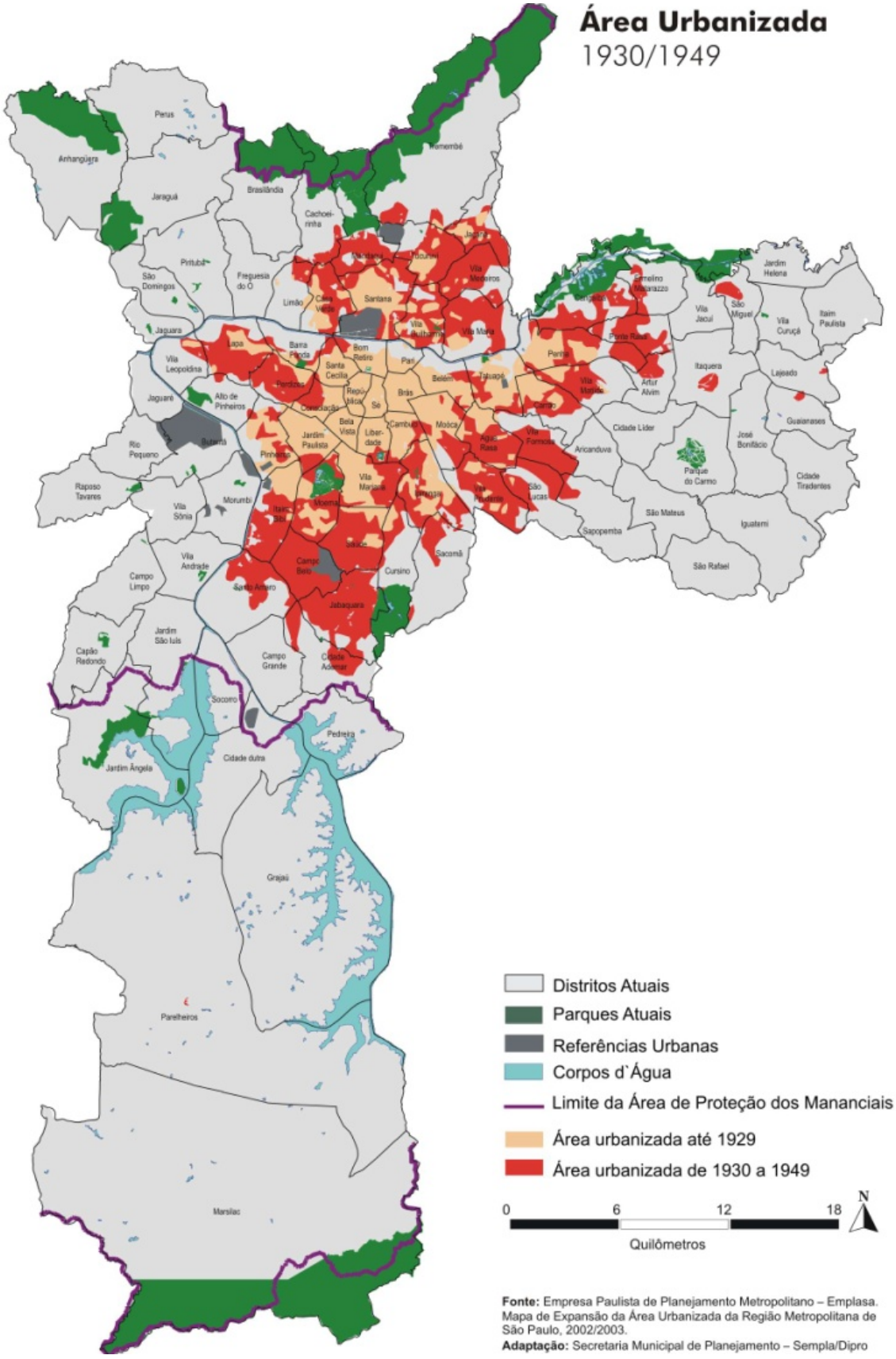
Concomitantemente à expansão da localização das atividades industriais e, portanto, do emprego, a capital paulista entre 1930 e 1950 passou por um intenso processo de expansão da mancha urbana e crescimento populacional.

Segundo Feldman (2005), em 1940 o centro da cidade de São Paulo ainda concentrava uma grande variedade de atividades, desde comércio e indústrias até profissionais liberais e grande parte do setor financeiro. Segundo a autora, durante a administração do prefeito Prestes Maia (1938-1945) São Paulo passou por um intenso processo de expansão urbana com a construção de arranha-céus e a intensificação do número de estabelecimentos industriais e de serviços.

Os edifícios verticais contribuíram significativamente para o aumento da população na cidade de São Paulo. Até 1940 a Sé era o único bairro com alguma concentração de edifícios verticais. A partir daí, surgiram outros bairros dotados de arranha-céus, como Santa Efigênia, Campos Elíseos, Consolação, Vila Buarque, Jardim América, Liberdade, Cambuci, Vila Mariana, Paraíso e Aclimação (PUB, 1968), notadamente bairros de localização e concentradores de população de rendas mais altas.

O Mapa 9 (a seguir) mostra a diferença entre a área urbanizada da cidade de São Paulo até 1929 (indicada na cor salmão claro no mapa) e a área urbanizada entre 1930 e 1949 (indicada na cor vermelha no mapa). Nota-se o crescimento acentuado principalmente em direção ao Sul, e depois em direção ao Norte e a Leste.

Mapa 9: Diferença entre a área urbanizada em 1929 e a área urbanizada entre 1930 e 1949



Fonte: Sempla/Dipro de Mapa Emplasa 2002/2003.

De acordo com Feldman (2005), a extensão cada vez maior da mancha urbana e o processo de metropolização em curso eram os maiores debates urbanísticos da época. A Tabela 13 mostra o crescimento acentuado da área edificada na cidade de São Paulo e a Tabela 14 salienta a evolução da área urbanizada desde o final do século XIX até 1954, relacionada com o aumento populacional.

Tabelas 13 e 14: Evolução da área edificada, área urbanizada e população no Município de São Paulo

Ano	Área edificada (ha)
1930	17,6
1954	47,3
1957	63,9
1962	91,3

Fonte: Villaça, 2001 apud Feldman, 2005.

Ano	Área Urbanizada	População aproximada
1880	2	40.000
1900	-	200.000
1930	130	3.000.000
1954	420	6.500.000

Fonte: Santos, 1990 apud Ramos, 2003.

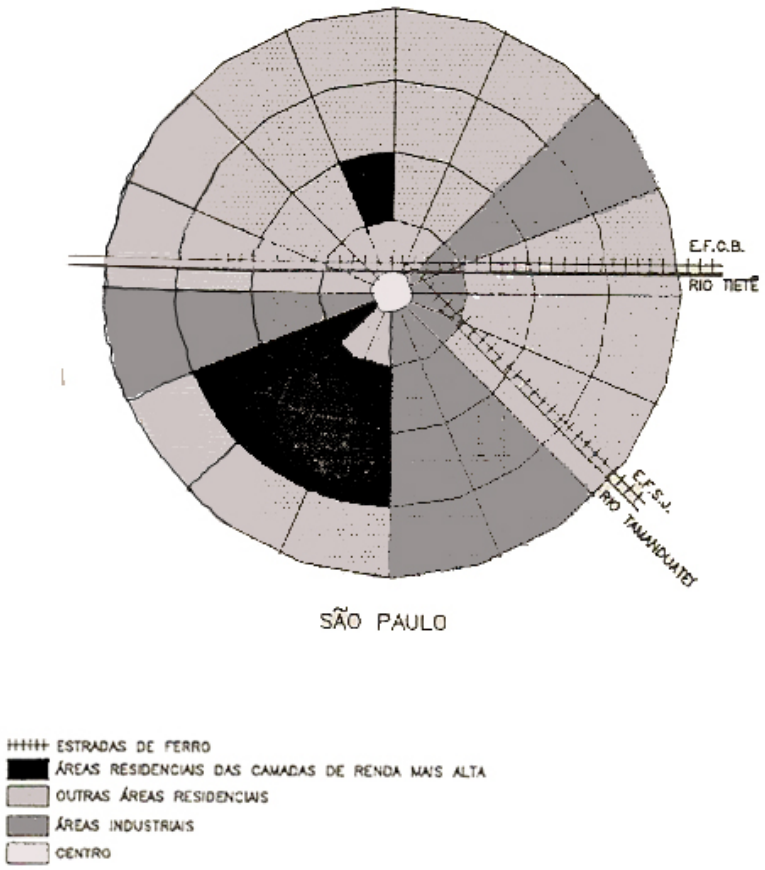
Segundo essas tabelas, a área edificada do Município de São Paulo teve um grande salto entre 1954 e 1967, quando ela cresceu 35% em 3 anos, e entre 1957 e 1962, quando ela cresceu quase 43% em 5 anos. Esse grande crescimento também pode ser observado pelo aumento da área urbanizada entre 1930 e 1954, quando houve crescimento de 232%, e pelo crescimento da população, que mais do que dobrou nesse período.

Esse processo de metropolização em curso também pode ser evidenciado pela revisão da área territorial da chamada Grande São Paulo a partir de 1940. Antes com 11 municípios pertencentes à metrópole, o território metropolitano chegou a 37 municípios em 1968.

A partir de 1954, foram incorporados ao núcleo metropolitano as regiões do ABC paulista, Osasco, Santo Amaro e São Miguel. A influência do processo de industrialização e expansão da ferrovia foi notável: desses 27 municípios incorporados à Grande São Paulo, apenas 6 deles não tinham sua sede servida pela ferrovia (PUB, 1968).

Em termos de distribuição da população e de usos e da formação urbana de São Paulo, Villaça apontou dois elementos estruturadores: as zonas industriais e os bairros de alta renda concentrados majoritariamente na porção sudoeste da cidade, como o autor mostrou na Figura 1 a seguir:

Figura 1: Teoria do círculo de Hoyt aplicado à Cidade de São Paulo



Fonte: Villaça, 2001.

De acordo com o esquema elaborado por Villaça (2001), São Paulo teve sua estrutura urbana marcada pelas linhas férreas, que concentravam as atividades industriais ao longo dos seus eixos leste-oeste e sudeste. Sabe-se que até meados da década de 1970, essas eram as localizações preferidas das indústrias no município, reforçadas pelas auto-estradas que foram sendo construídas, principalmente pela Rodovia Presidente Dutra, em direção ao Rio de Janeiro, cuja concentração industrial está representada pela mancha cinza escuro no quadrante nordeste da Figura 1.

O esquema de Villaça também evidencia a concentração dos bairros de alta renda a sudoeste do município (representada pela mancha na cor preta na Figura 1), a qual foi sendo historicamente construída, apropriada e protegida pelas elites.

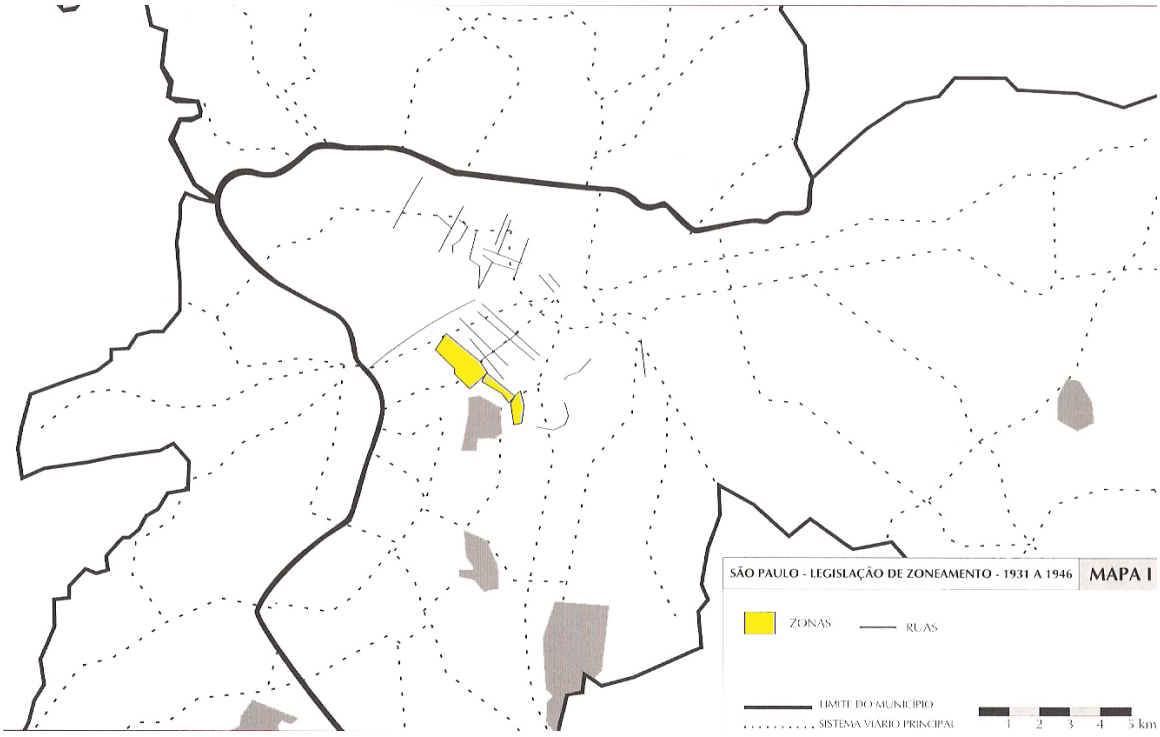
Segundo Mattos (1958) e Feldman (2005), em termos de paisagem industrial, como alguns estabelecimentos estavam concentrados e outros dispersos, ao mesmo tempo em que havia na cidade grandes galpões característicos da paisagem fabril havia

também pequenos estabelecimentos manufatureiros espalhados por bairros residenciais.

Feldman (2005), que analisou a construção do zoneamento e sua relação com o planejamento na cidade de São Paulo entre 1947 e 1972, mostrou como foi a distribuição dos usos na cidade e como o zoneamento foi protetor das áreas mais valorizadas, atendendo às demandas da elite e ocupando o lugar do plano.

Segundo a autora, o Acto 127 de 1931, sob a prefeitura de Anhaia Mello, foi a primeira tentativa de determinar áreas na cidade com usos e parâmetros definidos. Foi o início do processo de regulamentação do uso e ocupação do solo em São Paulo com base na "*proteção das áreas de maior prestígio e proteção do valor de seus terrenos*" (FELDMAN, 2005:153).

Mapa 10: Legislação de zoneamento de 1931 a 1946



Fonte: Feldman, 2005.

Esse Acto 127 definiu a demarcação de uma zona residencial, nos padrões das unidades de vizinhança, compreendendo um núcleo comercial para servi-la e prevendo 6 metros de recuo frontal para todas as edificações. O Acto 127 previu também a criação de uma

comissão, formada pelo prefeito e por técnicos da prefeitura, para discutir a construção de um zoneamento para a cidade.

Em 1934 o Acto 127 foi incorporado pelo Código de Obras Arthur Saboya, onde foram redigidos dois artigos que se referiram ao Acto 127. O Artigo 40 delimitou a zona residencial do Jardim América, que se tornou a única zona demarcada na cidade até 1954. E o Artigo 41 instituiu a comissão para elaboração do futuro zoneamento (FELDMAN, 2005).

Três anos depois, em 1937, foi promulgada a Lei no. 3.571. Nessa lei o Artigo 40 passou também a regular as vias públicas, como total ou parcialmente residenciais. As vias paulistanas incorporadas nesse momento foram a Avenida Paulista, Avenida Angélica, a Avenida Dom Pedro I, a Avenida Pompéia, a Avenida Higienópolis e a Rua Maranhão. Esta lei, que também acrescentou dois artigos – o da construção de habitações coletivas, tipo apartamento, e o da possibilidade de aplicar o Artigo 40 a outras vias da cidade – instituiu o zoneamento às áreas já consolidadas (FELDMAN, 2005).

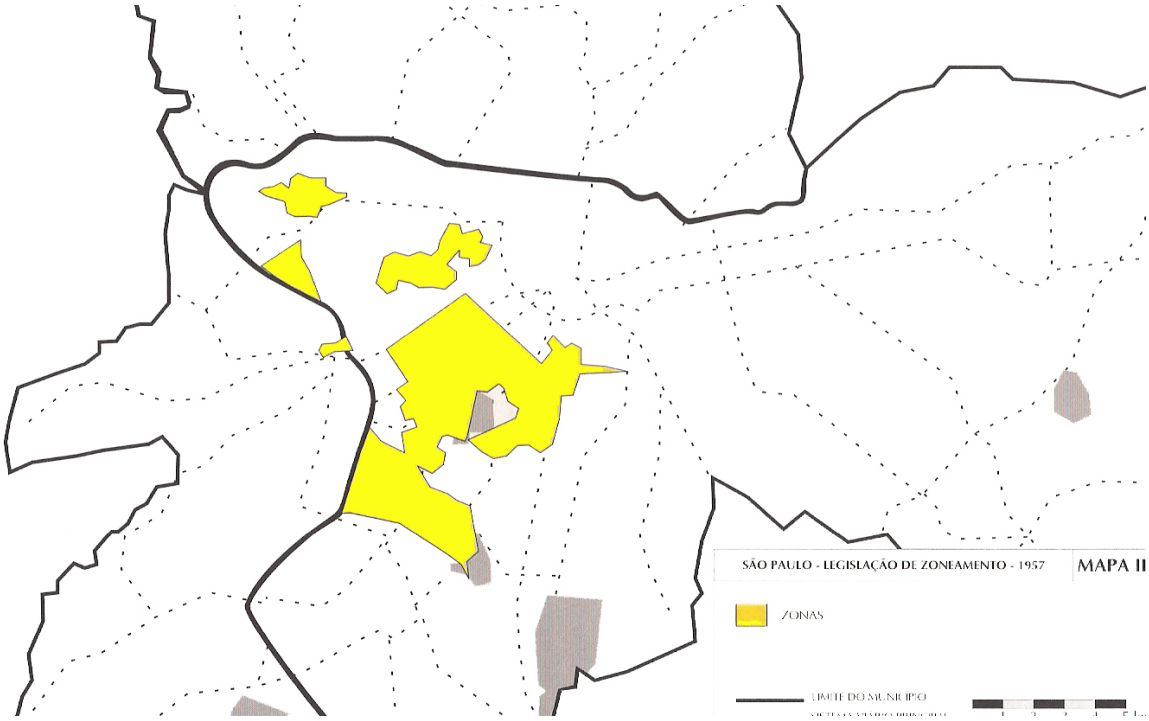
Depois dessa lei, o Decreto 99 de 1941 instituiu alterações no perímetro e nos padrões construtivos estipulados para o Jardim América, que se tornou estritamente residencial. Atendendo às exigências da Cia City, o poder público abandonou o conceito de unidades de vizinhança, que previam outros usos para dar apoio às áreas residenciais. O Decreto 99 reuniu pela primeira vez parâmetros de uso, altura e área do lote para uma mesma zona na cidade. Segundo Feldman (2005:162):

> (...) o Decreto 99 é exemplar para ilustrar a submissão do poder público a um contrato estabelecido entre uma empresa privada e proprietários de terrenos, transformando em lei municipal especificidades de um empreendimento voltado para a parcela mais rica da população.

Segundo Feldman (2005), a Lei no. 3.571 sofreu alterações em três momentos, em 1952, 1954 e 1955, para incluir novos usos que pudessem dar sustentabilidade às áreas residenciais instituídas na cidade. Essa lei incidiu basicamente nos bairros de alto padrão, se estendendo de Higienópolis ao Pacaembu, depois Jardins e alguns trechos de Perdizes, Santo Amaro e Vila Mariana.

Ou seja, no período entre 1954 e 1957 vários decretos foram aprovados, visando agregar bairros ou áreas da cidade às áreas residenciais. O Decreto 2.578 de 1954 criou a primeira zona residencial após a instituição do Jardim América, próxima a Avenida Santo Amaro. Logo após, o Decreto 2.654 de 1954 aplicou o Artigo 40 e criou novas zonas residenciais: Jardim Paulistano, Jardim Europa, Vila Primavera, Vila Paulista e Vila Nova Conceição. Em 1957 foram criados o Alto da Lapa e as áreas ao longo da Avenida Morumbi (FELDMAN, 2005).

Mapa 11: Legislação de zoneamento 1957



Fonte: Feldman, 2005.

Como se vê pelo processo histórico de construção do zoneamento em São Paulo analisado por Feldman (2005), as zonas industriais, apesar de sua enorme importância para o desenvolvimento da cidade, não foram objeto de políticas urbanas de ordenação, planejamento ou desenvolvimento urbano pelo menos até meados da década de 1950, quando é aprovada a "Lei dos Ruídos" – que será analisada mais adiante.

As áreas que sempre mereceram atenção e destaque em São Paulo foram as áreas residenciais, notadamente as apropriadas pela população de mais alta renda, como já explicitou Villaça (2001).

Até então as indústrias estavam concentradas ao longo das ferrovias e rodovias, principalmente em bairros populares, junto às vilas operárias, onde residiam as populações de mais baixa renda. Pela elite, não havia, portanto, a necessidade de regular a localização industrial, tendo em vista que (1) elas não geravam incômodo às classes sociais de mais alta renda, pois não estavam localizadas nos bairros em que residiam; e (2) era do interesse da elite, principalmente do grande grupo industrial, que a indústria pudesse se desenvolver plenamente no município, se expandir e aumentar o número de estabelecimentos – o que poderia ser obtido bem mais facilmente se não houvesse restrições por parte do Estado.

Nesse sentido, concorda-se com Feldman (2005) quando a autora evidencia o caráter antidemocrático da construção do zoneamento na cidade de São Paulo. De caráter "*elitista e discriminatório*" a legislação urbanística de São Paulo vem sempre representando os interesses das elites.

Da mesma maneira analisou Villaça (2001: 335):

> As camadas de mais alta renda controlam a produção do espaço urbano por meio do controle de três mecanismos: um de natureza econômica – o mercado, no caso, fundamentalmente o mercado imobiliário; o outro de natureza política: o controle do Estado, e, finalmente através da ideologia.

O controle da produção do espaço via controle do Estado pelas classes dominantes é feito, segundo Villaça (2001), de três formas majoritárias: pela localização dos equipamentos públicos na cidade; pela produção de infra-estrutura; e pela legislação urbanística. Na questão da legislação urbanística, o autor apontou: "*(...) esta, é sabido, é feita pela e para as burguesias*".

Cabe a esse trabalho, portanto, mostrar via análise da legislação urbanística do uso industrial na cidade de São Paulo os interesses da elite que estava por trás do poder público, quando esse decidiu, por exemplo, não implantar restrições quanto à localização da indústria no município até 1955 (ano da implantação da "Lei dos Ruídos") em contraposição a todas as leis e decretos que foram promulgados estipulando o

controle e a proteção às áreas residenciais, no que diz respeito ao ordenamento ou qualidade urbanística, que faziam parte do seu foco de interesse.

A seguir será analisado como a política econômica brasileira prosseguiu após 1955, quando se iniciou o estágio da "industrialização pesada". Será visto também como essa política econômica deu continuidade a primazia do estado de São Paulo como pólo econômico nacional e como esse processo repercutiu na produção do espaço urbano do município de São Paulo.

2.2 De 1955 a 1975: parque industrial diversificado e capacidade produtiva industrial expandida e modernizada

A década de 1950 representou uma intensa transformação da indústria brasileira, com grande contribuição da adoção de políticas públicas federais. A partir de 1955, com o presidente Juscelino Kubitschek e a política adotada no Plano de Metas, intensificou-se a unificação do mercado nacional e a conseqüente expansão da industrialização nacional. Este período entre 1955 e 1960 ficou conhecido na história brasileira como "industrialização pesada".

A política econômica do Plano de Metas deu início a um novo momento de intervenção do Estado na economia nacional, desta vez com o objetivo de acelerar o desenvolvimento da industrialização e impulsionar o setor privado tanto nacional quanto estrangeiro que investisse no Brasil.

Negri (1996) também salienta a forte atuação do Estado no incentivo ao crescimento acelerado da capacidade produtiva nacional, nos grandes investimentos visando a entrada de capitais estrangeiros e no reforço à industrialização concentrada, principalmente, no Estado de São Paulo.

Neste sentido, Schiffer (1989), que investigou as relações entre as políticas nacionais e a transformação do espaço paulista entre 1955 e 1980, desvenda os interesses das classes dominantes por trás das ações do Estado neste período. Segundo a autora, e como visto anteriormente, desde 1930 a hegemonia político-econômica brasileira vinha se

transferindo das mãos dos grandes latifundiários para os industriais e para os empresários do setor financeiro, sob a cortina da ideologia nacionalista.

Principalmente na década de 1950 um novo grupo da classe dominante, que era formada pelos industriais em ascensão desejosos do desenvolvimento do país "para dentro", lutava com a elite nacional tradicional (historicamente formada pelos latifundiários), que era contra a unificação e o desenvolvimento do mercado nacional e contra a industrialização do país, pois tinha seu alicerce de dominação construído com base na economia agro-exportadora.

O grupo industrial se dividia, no entanto, entre dois grupos: um mais "nacionalista", pois não se beneficiava das relações que se estabeleciam com o capital estrangeiro; e outro que foi paulatinamente se associando ao capital estrangeiro e se beneficiando dessa associação (IANNI, 1971).

Coube, portanto, ao Estado, que tinha por trás dele agora os interesses de uma nova elite, formada principalmente pelo grande grupo industrial, estabelecer as diretrizes econômicas do país comandado por Juscelino Kubitschek, com base na estratégia definida pelo Plano de Metas.

Segundo Ianni (1971), o objetivo maior do Plano de Metas, principal instrumento da política do presidente Juscelino Kubitschek, era transformar a estrutura econômica do Brasil, via criação de indústrias de base e reformulação das condições da associação do país com o sistema econômico mundial. Para isso, eram fundamentais os investimentos públicos em infra-estrutura, que era deficiente, a expansão das indústrias de base, notadamente a automobilística, a indústria pesada e a de materiais elétricos, e atração de investimentos estrangeiros.

Os quatro setores prioritários do Plano de Metas eram energia, transportes, alimentação e indústrias de base. Com a aceleração da industrialização criaram-se novos setores industriais, ao mesmo tempo em que outros se expandiram e se modernizaram, principalmente aqueles relacionados aos quatro setores prioritários de desenvolvimento.

Houve diversificação do parque industrial, porém com diferenciação entre os setores. Alguns cresceram mais, outros cresceram lentamente e outros praticamente estacionaram ou decresceram. Ianni (1971), com base no Censo de 1960, mostrou que os setores que mais cresceram entre 1950 e 1960 no Brasil foram o setor de mecânica (que teve seu valor adicionado industrial bruto saltando de 2,1% para 3,5% do total do Valor Adicionado industrial bruto brasileiro); o setor de material elétrico (que saltou de 1,6% para 3,9% do total do Valor Adicionado industrial bruto brasileiro); o setor de química (que saltou de 5,3% para 8,7% do total do Valor Adicionado industrial bruto brasileiro); e o setor de transportes, que foi o que mais cresceu (saltou de 2,2% para 7,5% do total do Valor Adicionado industrial bruto brasileiro).

Ao mesmo tempo, outros setores decresceram como o têxtil (de 19,6% caiu para 12,0% do total do Valor Adicionado industrial bruto brasileiro), o de editorial e gráfica (1,4% para 1,3% do total do Valor Adicionado industrial bruto brasileiro) e o de vestuário, calçados e etc. (caiu de 4,2% para 3,6% do total do Valor Adicionado industrial bruto brasileiro).

O período pós 1955 foi caracterizado pela grande expansão industrial, que estava voltada agora para a produção também de bens de produção. Foi quando se desenvolveu a indústria mecânica, quando houve a expansão dos antigos estabelecimentos industriais metalúrgicos e a criação de novos, além do grande impulso sentido pela indústria química e farmacêutica (PEREIRA, 1967).

Ianni (1971) mostrou, no entanto, que esta grande expansão da indústria no Brasil neste período pós-1950 teve um preço: a reafirmação e o aprofundamento das relações de associação do país com a economia mundial e o capital externo. Para promover a industrialização criaram-se novas necessidades internas que deveriam ser supridas por empresas de tecnologia e capital estrangeiros.

Ou seja, apesar da diversificação da estrutura industrial do país e da redução das importações de alguns produtos, se fixaram novamente relações de associação e de complementaridade com as economias de outros países, principalmente dos Estados Unidos, como mostra a Tabela 15.

Tabela 15: Origem dos investimentos estrangeiros no Brasil (1955-1957) – US$ 1 milhão

	1955	1956	1957
Total	31,3	55,7	108,2
EUA	12,0	24,3	61,4

Fonte: Relatório SUMOC, 1964 apud Ianni, 1971: 164.

Este período de abertura da economia brasileira representou a expansão das empresas multinacionais em vários os ramos industriais no país, em especial os mais dinâmicos, o que só fez aumentar a dependência do Brasil em relação aos financiamentos e tecnologias estrangeiros. Singer (1976) aponta que muitas empresas nacionais que dominavam certas tecnologias foram compradas por empresas multinacionais naquele momento.

Portanto, o Plano de Metas tinha como condição para o aceleramento da industrialização brasileira a atração de investimentos externos. Como aponta Ianni (1971), a instrução 113 da SUMOC (1955) deixava claro: "*atrair capital e tecnologia estrangeiros*", principalmente via "Carteira de Comércio Exterior" (CACEX). Cabia ao governo brasileiro garantir as condições econômicas básicas para minimizar os riscos dos investimentos estrangeiros no país, via, por exemplo, estabilidade cambial.

O resultado principal do Plano de Metas foi a opção política pelo fortalecimento do setor privado (relacionado ao sistema econômico mundial) e pela internacionalização da economia brasileira (via associação e interdependência com o capital externo). Diferente do período anterior em que Getúlio Vargas associou a intervenção estatal à emancipação ou independência do Brasil em relação à economia mundial, Juscelino Kubitschek reestabeleceu as condições de maior associação com o capital externo via intervenção do Estado brasileiro na economia (IANNI, 1971).

Segundo Ianni (1971), do governo de Getulio Vargas para o Governo de Juscelino Kubitschek houve uma mudança na ideologia de desenvolvimento. Enquanto Vargas pregava a industrialização como caminho para o desenvolvimento do capitalismo nacional, Kubitschek colocava que essa industrialização só seria possível mediante associação e interdependência com o capital externo.

Schiffer (1989) também aponta o privilégio do capital estrangeiro no país no período do Plano de Metas, principalmente na entrada de máquinas e equipamentos e de tecnologias e a conseqüente expansão do setor privado. A autora mostra ainda que esta concentração de capital se deu no Estado de São Paulo, principalmente na capital, em Campinas, Santos e no Vale do Paraíba. A crescente concentração da produção industrial no Estado de São Paulo pode ser verificada na Tabela 16, com base nos dados do Valor da Transformação Industrial (VTI) e do número de operários para 1949 e 1959.

Tabela 16: Concentração da produção industrial no Estado de São Paulo (1949 e 1959)

	Valor da Transformação Industrial (VTI) (%)	Número de Operários (%)
1949	48,85	41,01
1959	55,55	46,06

Fonte: Cano, 1985 apud Schiffer, 1989.

O Estado de São Paulo foi, portanto, se tornando cada vez mais rico e industrializado. Em contraste, as regiões periféricas do país foram cada vez mais deixadas de lado. Não é à toa, como coloca Singer (1976) que a indústria Têxtil do Nordeste, tão bem desenvolvida historicamente, tenha se tornado cada vez mais obsoleta, assim como ocorreu com as produções artesanais e com as pequenas indústrias espalhadas pelo país.

Segundo Schiffer (2004:89), o período da "industrialização pesada" significou a consolidação da posição de hegemonia do Estado de São Paulo na economia nacional. "*Territorialmente esse estágio da industrialização brasileira significou um concentração de capital e atividades produtivas justamente onde já estava implantado o maior parque industrial do país*".

O período político-econômico que se seguiu, compreendido entre 1961 e 1964, também se caracterizou pela concentração das atividades produtivas no Estado de São Paulo. No entanto, teve início uma profunda crise na economia e na política nacional. Segundo Ianni (1971), houve redução de investimentos no país, redução na entrada de capital externo, redução das taxas de lucro e aumento da inflação. Enquanto que a taxa média do PIB *per capita* de crescimento do Brasil entre 1947 e 1961 foi de 3% ao ano, em 1962 ela caiu para 2,3%, seguindo para uma queda drástica em 1963, quando atingiu 1,5%.

Neste período o Brasil foi governado por Janio Quadros (Janeiro-Agosto de 1961) e João Goulart (1961-1964). Segundo Ianni (1971) este dois governos oscilaram entre a opção pela expansão do capitalismo nacional e a opção pela aceleração da internacionalização da economia brasileira. Não houve, no entanto, opções coerentes, nem diretrizes concretas que pudessem definir a estratégia de um ou de outro governo neste período.

No Governo de Janio Quadros o maior problema enfrentado foi a inflação. A política antiinflacionária foi a opção principal durante o início do governo, que também pendeu para restabelecer os interesses agro-exportadores, a tanto tempo deixados de lado pela política econômica nacional. Entretanto, o resultado destas ações foi o crescimento dos preços internos e o aumento do custo de vida. Tendo em vista o insucesso destas medidas, o governo tentou retomar as diretrizes para o desenvolvimento da economia, mas já estava em colapso o sistema da "democracia representativa" (IANNI, 1971).

No governo de João Goulart as contradições entre as diretrizes políticas continuaram. O Plano Trienal, de base conceitual cepalina e desenvolvido por Celso Furtado, deveria ter sido implantado de 1963 a 1965, mas as políticas de combate à inflação e as negociações com os Estados Unidos e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não deram certo, ainda mais diante do discurso populista de Goulart, que pregava reformas de base via políticas de independência com o capital externo, o que inviabilizou a implantação do Plano (IANNI, 1971).

Segundo Schiffer (1989) neste momento de crise o parque nacional não possuía tecnologia suficiente para competir com as empresas estrangeiras que estavam se instalando no país. A solução foi se associar a elas, principalmente às multinacionais pertencentes aos setores mais dinâmicos. Com isso, voltou-se ao modelo de dependência externa adotado pelo Plano de Metas, onde há contínua expatriação do excedente, na concepção teórica de Déak (1991).

Como já estava sendo apontado na década de 1950, o Brasil entra na década de 1960 com dois grupos políticos formados. De um lado, o desenvolvimento "nacionalista", formado pelos industriais nacionais que lutavam pela ampliação irrestrita do mercado nacional. De outro, o grupo formado pelo grupo dos latifundiários e pelas indústrias estrangeiras, que defendiam a associação com o mercado externo e a ampliação do

mercado nacional apenas até o ponto necessário ao desenvolvimento, sem acarretar a perda da posição dominante (SCHIFFER, 1989).

Em 1964 as forças armadas do Brasil derrubaram João Goulart do cargo de presidente da República e instauraram mais um período de ditadura no Brasil. Este período político, entre os anos de 1964 e 1970, quando estiveram à frente do governo o presidente Castello Branco (1964-1967), o presidente Costa e Silva (1967-1969) e o presidente Médici (1969-1974), diferente dos governos Vargas e Juscelino Kubitschek, promoveu a reimposição dos padrões de dominação da elite nacional, ou seja, associada ao capital estrangeiro para manter a acumulação interna restrita.

Na administração de Castello Branco, por exemplo, foram reimplantadas políticas e reformas para atender os interesses da elite, tendo em vista a superação da crise econômica que vinha se desenrolando no país desde 1962. Um exemplo destas políticas foi o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) implantado entre 1964 e 1966 e que propunha reformas visando à modernização administrativa e a centralização de decisões, fundamentadas, por exemplo, no discurso da aceleração do desenvolvimento econômico, na contenção da inflação e na minimização dos desequilíbrios regionais (SCHIFFER, 1989).

Foi Castello Branco que impôs os Atos Institucionais, representando a supremacia do poder executivo sobre o legislativo, estabelecendo apenas dois partidos políticos no Brasil, extinguindo o sistema sindical e impondo o Sistema Nacional de Informação - SNI (SCHIFFER, 1989). Além disso, os Atos Institucionais, segundo Ianni (1971:273), forma utilizados para impor as políticas econômicas com o mínimo de obstáculos e foi uma forma do governo "*manipular as condições da vida econômica*".

O Governo Castello Branco, também interessado no processo de ampliação do mercado nacional, promoveu a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que desencadeou o aquecimento da construção civil, e aumentou os mecanismos de crédito ao consumidor e às indústrias privadas, com a criação, por exemplo, da Coordenação Nacional de Crédito Rural (CNCR), do Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE); do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos

Industriais (FINAME); e do Fundo de Financiamento para Estudos, Projetos e Programas (FINEP) (IANNI, 1971).

Segundo Schiffer (1989), o Regime pós-64 manteve as prioridades de crescimento da indústria de base e da implantação de infra-estrutura de energia, transportes e comunicações, no intuito de continuar o projeto de unificação do mercado nacional e favorecer a expansão da indústria privada, tanto nacional quanto estrangeira.

O sucessor de Castello Branco, o presidente Costa e Silva, deu continuidade às políticas econômicas de seu antecessor. Em 1968 seu governo lança o Programa Estratégico de Desenvolvimento, que na prática era uma continuidade ao PAEG, no favorecimento à expansão das indústrias nacionais e estrangeiras no país. (IANNI, 1971)

No Governo Médici, sucessor de Costa e Silva, o privilégio às indústrias privadas continuou aliado ao incentivo à entrada de capital externo no país, tanto na forma de capital quanto na forma de tecnologias.

O período que se estendeu entre 1964 e 1970, portanto, significou uma nova fase nas relações entre Estado e indústria privada no Brasil, ao mesmo tempo em que houve a aceleração da concentração de capital em determinados setores, regiões e camadas sociais. Segundo Ianni (1971), este foi um momento de favorecimento à expansão das multinacionais, com base em uma política antiinflacionária que pudesse assegurar os riscos de investimentos externos no país. Com esta intenção de dar segurança aos investimentos externos, o governo, por exemplo, assinou o Acordo de Garantia de Investimentos, com o governo dos Estados Unidos. No intuito de "*estimular e garantir as inversões estrangeiras no Brasil*" (IANNI, 1971: 269) se estabeleceram novas relações de interdependência com outros países, notadamente com os Estados Unidos.

> As desigualdades na distribuição espacial das atividades produtivas e da renda, mais do que heranças coloniais, fazem parte da própria acumulação capitalista, além de particularmente constituírem instrumentos auxiliares para o controle do desenvolvimento das forças produtivas internas como forma de manutenção da classe dominante (SCHIFFER, 2004: 101).

O favorecimento a concentração de renda também se deu com o "congelamento salarial" de 1964, sob o Governo Castello Branco. Conhecida popularmente como "arrocho salarial", esta política manteve as mesmas diretrizes do "confisco salarial" realizada em anos anteriores em que sistema de salários era comandado pela empresa privada, ou seja, pelo empregador. Este momento significou uma nova fase para o sindicalismo brasileiro, aonde o governo vinha tentando estimular as funções não políticas do sindicato ao mesmo tempo em que tentava vinculá-lo ao Estado (IANNI, 1971).

O período entre 1964-1970, portanto, teve nova orientação político-econômica, pois baseava o crescimento do país na reintegração do Brasil no capitalismo mundial, sob hegemonia dos Estados Unidos.

No entanto, a grande aceleração da economia brasileira só se deu no período seguinte, entre 1967 e 1973. Este período ficou conhecido na história brasileira como "Milagre Econômico", justamente em função deste acelerado crescimento da economia nacional, quando o PIB brasileiro chegou a taxa altíssima de 11,3% ao ano no período (Bresser Pereira, 1985 apud Schiffer, 1989).

Segundo Singer (1976), a partir de 1968, no período do "Milagre Econômico", houve aumento da demanda interna por bens duráveis, em função da pequena melhora da concentração de renda aliada à facilidade de crédito ao consumo, aumento da demanda externa, com a intensificação do comércio internacional e dos subsídios à exportação, e aumento do capital externo investido no Brasil.

Entretanto, Schiffer (1989) coloca a tendência à expansão das multinacionais em território brasileiro. Uma estratégia que, aliada à grande contratação de empréstimos estrangeiros, só reforçou a relação de dependência do Brasil com o restante da economia mundial, ou seja, significou a continuidade dos entraves ao pleno desenvolvimento nacional.

Como visto anteriormente, o Governo Médici foi uma continuidade, em termos de projetos políticos e econômicos, dos governos de Castello Branco e Costa e Silva. Segundo Schiffer (1989), em 1970, com o plano "Metas e Bases para a Ação do

Governo", intensificou-se o desenvolvimento da agricultura juntamente com o desenvolvimento industrial, visando um desenvolvimento integrado. Alguns dos projetos prioritários deste governo foram a Rodovia Transamazônica, a Rodovia Cuiabá-Santarém, o Plano de Irrigação do Nordeste e o Programa de Colonização dos Vales Úmidos do Nordeste.

Entre 1972 e 1974 foi instituído o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), na tentativa de solucionar os problemas com o enfraquecimento da participação das grandes empresas nacionais na economia e a desproporção do crescimento dos diferentes setores industriais (SCHIFFER, 1989).

Entretanto, segundo Schiffer (1989), a partir de 1973, com a retração internacional após a crise mundial do petróleo, o Brasil passou a ter problemas para expandir sua produção, além das altas taxas de inflação interna que se seguiram.

Diante deste momento de crise, coube ao Estado brasileiro adotar uma série de novas medidas tendo em vista a volta do crescimento, como o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Estas medidas serão analisadas no próximo capítulo, que compreende o período entre 1975 e 1985, quando houve intensa desconcentração da atividade econômica industrial da capital São Paulo.

A seguir analisamos ainda o período de 1955 a 1970 para entender o processo de concentração das atividades produtivas em São Paulo e, posteriormente, as preferências de localização das indústrias no Município.

2.2.1 A modernização do parque industrial de São Paulo entre 1955 e 1970

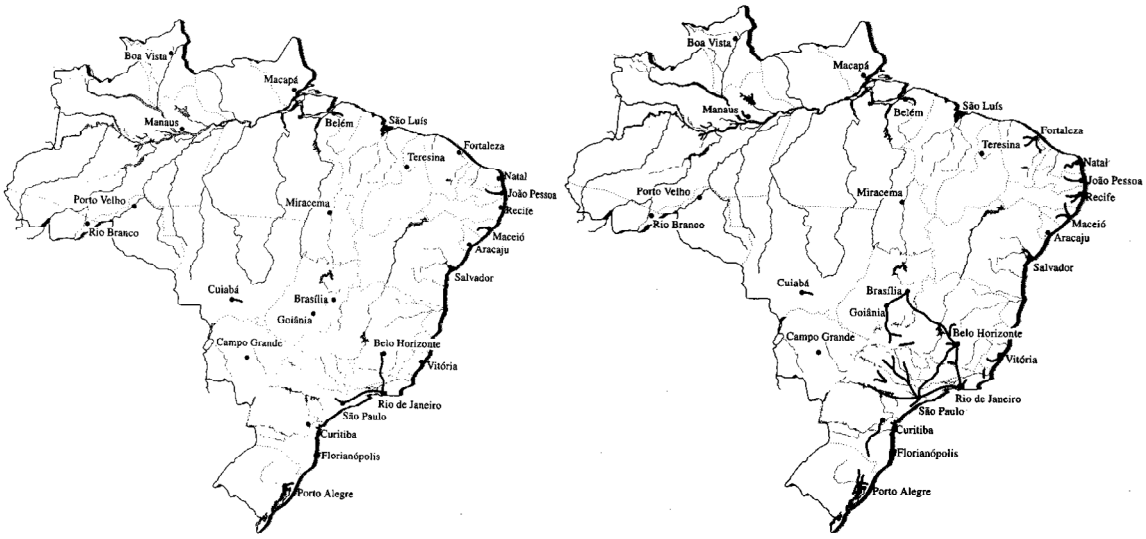
Como visto anteriormente, a hegemonia do Estado de São Paulo, e principalmente de sua capital e região metropolitana, como pólo econômico nacional foi resultado da intenção política e econômica das classes dominantes, desde o surto do café em meados do século XIX.

A construção e manutenção desta hegemonia só foram possíveis com a manutenção do processo de acumulação restrito, com base no desenvolvimento controlado da

homogeneização do território paulista e nacional, tendo em vista o aumento da demanda por produtos industrializados. Entretanto, esta homogeneização tinha certo limite, de modo a impedir que outras regiões do país pudessem se desenvolver tão bem quanto ou mais do que São Paulo, o que acarretaria a perda da hegemonia do capital sediado em São Paulo.

> Interligar o pólo industrial paulista às demais regiões visava, em primeira instância, alargar o mercado consumidor potencial dos produtos industrializados, além de propiciar a drenagem de mão-de-obra (qualificada ou não) e capitais (...) da capital paulista (SCHIFFER, 2004: 91).

Mapa 12: Principais rodovias pavimentadas no Brasil: 1955 e 1964



Fonte: Schiffer, 2004, com base em IBGE/DNER.

Como resultado deste projeto político e econômico o município de São Paulo chegou à década de 1960 concentrando 5,3% da população brasileira e gerando 13% do PIB do país, em uma área territorial correspondente a apenas 0,18% do território nacional. Só a Grande São Paulo (composta por 37 municípios na época) gerava 16% do PIB nacional. Em termos setoriais, o município de São Paulo gerava 15,3% do PIB correspondente ao setor terciário e 22,6% do setor secundário (PUB, 1968).

A hegemonia de São Paulo também pode ser medida pela concentração do emprego industrial. Segundo levantamento do PUB (1968), em 1960 o Estado de São Paulo concentrava 46,2% da mão-de-obra industrial do Brasil, enquanto que a Região Metropolitana de São Paulo concentrava 32,2% e o Município de São Paulo 25,8%.

A importância do município de São Paulo em relação ao Estado de São Paulo pode ser medida pelo PIB. O município de São Paulo correspondia em 1939 a 38,3% do PIB do estado, sendo que esta porcentagem aumentou para 40,4% em 1959. O peso da metrópole de São Paulo também impressiona: 41,3% em 1939 e 49,7% em 1959. Já em 1967 a Grande São Paulo concentrava 34% do emprego da indústria de transformação do Brasil. Se forem consideradas as indústrias dinâmicas, este número salta para 51,5%, sendo que as tradicionais ficaram com apenas 16,7%. Em relação ao PIB do município, as atividades industriais foram responsáveis por 35,3% da geração do PIB em 1939. Este número passou para 40,9% em 1949 e para 59,0% em 1959 (PUB, 1968).

Como pólo industrial nacional, São Paulo não poderia deixar de concentrar neste período pós-1955 os setores industriais mais relevantes dentro do projeto político do Plano de Metas, ou seja, os setores mais dinâmicos e os de bens de consumo duráveis. Portanto, na década 1960 houve principalmente o desenvolvimento da indústria de material de transporte e a concentração na capital da indústria de material elétrico, além da expansão da indústria mecânica. Em 1967, por exemplo, é implantado o parque automotivo e de autopeças no ABC paulista, formado pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

O levantamento feito para o PUB (1968) também mostra que a partir da década de 1950 houve profundas transformações na estrutura do que era industrialmente produzido na Região Metropolitana de São Paulo. Segundo este levantamento houve perda da produção das indústrias tradicionais, como a têxtil e as produtoras de alimentos, e ganho das indústrias dinâmicas, como as produtoras de materiais elétricos e as produtoras de material de transporte.

A partir de 1960 tem-se maior disponibilidade de dados para analisar a concentração industrial em São Paulo, tanto do Estado quanto da capital. A Tabela 17, por exemplo, mostra a evolução do número de estabelecimentos industriais e de pessoal ocupado na indústria no município de São Paulo de 1960 a 1975.

Tabela 17: Valor da Transformação Industrial por Grupo de indústrias – Município de São Paulo (em porcentagem)

Grupo de Indústrias	1949	1959	1962
Tradicional	41,9	26,3	26,8
Intermediário	34,3	32,9	29,4
Dinâmico	23,8	40,8	43,8

Fonte: Censos Industriais e IBGE apud PUB, 1969.

Nota-se que de 1960 a 1970 no Município de São Paulo houve um crescimento de 40% no número de estabelecimentos industriais e de quase 39% no número de pessoal ocupado na indústria. Para o período de 1970 a 1975 o crescimento já foi menor, de 24% para o número de estabelecimentos industriais e de 30% para o número de pessoal ocupado na indústria.

Em relação ao grau de concentração do número de estabelecimentos industriais e de pessoal ocupado do estado de São Paulo em relação ao Brasil, com base na Tabela 18 temos que em 1960 o estado concentrava 32,7% dos estabelecimentos industriais do Brasil e 46,2% do pessoal ocupado na indústria nacional.

Já em 1970 o estado concentrava 30,6% dos estabelecimentos industriais do Brasil, mas saltava para 48% do pessoal ocupado na indústria nacional. Em 1975 o estado passou a concentrar 32,3% dos estabelecimentos industriais do Brasil e 47% do pessoal ocupado na indústria nacional.

Tabela 18: Censos Industriais 1907, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975

		1907*	1920*	1940	1950	1960	1970	1975
BRASIL	**Estabelecimentos**	3.187	13.336	49.418	83.703	110.771	164.793	187.237
	Pessoal Ocupado	149.140	275.512	960.633	1.177.644	1.799.376	2.699.969	3.881.051
ESTADO DE SP	**Estabelecimentos**	326	4.157	14.225	23.303	36.254	50.556	60.376
	Pessoal Ocupado	24.186	85.466	329.344	458.535	831.339	1.295.810	1.822.786
MUNICÍPIO DE SP	**Estabelecimentos**					14.576	20.543	25.444
	Pessoal Ocupado					463.867	643.672	836.621

* Resultados censitários das diversas indústrias e usinas açucareiras

Fonte: Censos Industriais do IBGE. Anos 1907, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975.

Entretanto, a partir de 1975 inicia-se um novo processo de localização da atividade industrial em São Paulo. O chamado período de desconcentração industrial se

caracteriza pelo deslocamento de plantas industriais em direção ao interior do Estado de São Paulo e até em direção a outros estados do país. Este processo de desconcentração industrial pode ser evidenciado pela queda da produção industrial da Região Metropolitana de São Paulo, como nos mostra Schiffer (2004) por meio da Tabela 19:

Tabela 19: Porcentual relativo ao valor da transformação industrial

Ano	RMSP/BRASIL	ESP/BRASIL	RMSP/ESP	MSP/ESP
1960	39,8	54,5	73,8	54,8
1970	42,2	56,6	74,6	48,1
1975	38,0	54,7	69,4	44,0

Fonte: Fibge. Anuários estatísticos e Censos Industriais, vários anos; Emplasa, 1994 apud Schiffer, 2004.

O processo de desconcentração industrial, suas características e o debate teórico em torno da "desconcentração", "descentralização" ou "desindustrialização" da cidade de São Paulo são analisados no capítulo seguinte. A seguir analisaremos como se deu a localização das atividades produtivas no município de São Paulo e sua relação com a estrutura urbana da cidade.

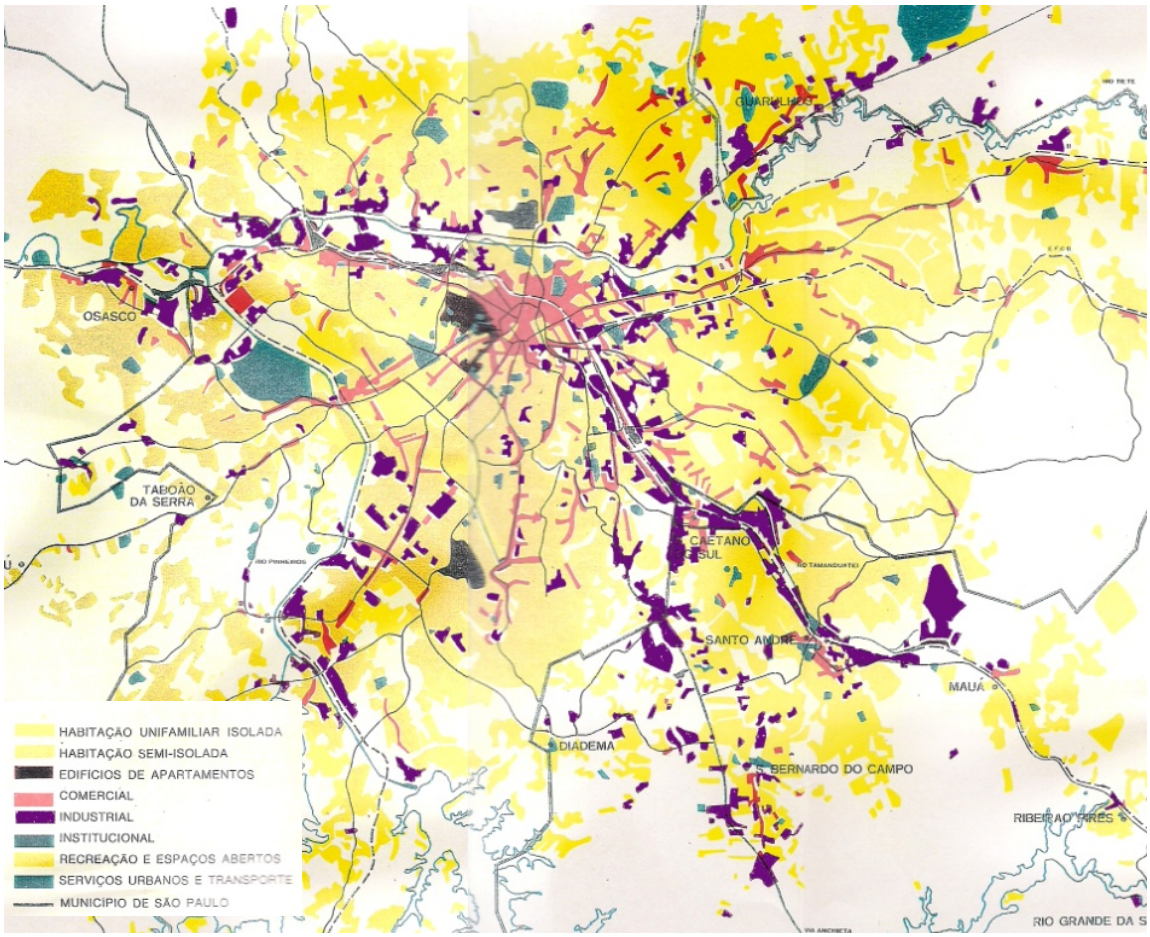
2.2.2 A cidade de São Paulo e a localização industrial entre 1955 e 1970

Como visto anteriormente, a partir de 1940 o grande investimento estatal na infra-estrutura rodoviária e o grande salto da indústria automobilística alteraram as preferências pelo meio de circulação e a distribuição de riquezas no país, que passou do transporte sobre trilhos para o transporte sobre pneus. A grande função da ferrovia como transporte de carga (matéria-prima e equipamentos) passou a ser de transporte de mão-de-obra, principalmente porque os funcionários das indústrias estavam morando cada vez mais longe do centro da cidade em função dos altos custos de vida daquela área.

O fim da fase anterior da industrialização (1930-1955) também significou o fim de um **padrão de localização do assentamento industrial** no município de São Paulo. O tripé "terreno plano - ferrovia – fartura de água" se alterou para o binômio "terreno plano – rodovia".

No novo padrão de localização industrial, as áreas ao longo de eixos rodoviários, mas ainda sem urbanização, passaram a receber indústrias, como o caso da via Anchieta, Dutra, Anhanguera, Raposo Tavares e Regis Bittencourt. Langenbuch (1971) salienta, entretanto, que poucas foram as indústrias que se dirigiram para a Raposo Tavares e a Regis Bittencourt neste momento. As mais procuradas eram as vias Anchieta e Dutra (em direção a São Bernardo do Campo e Guarulhos).

Mapa 13: Uso do solo Grande São Paulo – 1968: destaque para o uso industrial



Fonte: Grillo, 1997 apud PUB, 1969.

A construção de rodovias no estado de São Paulo recebeu altos investimentos. Segundo Grillo (1997), nas décadas de 1940 e 1950 o estado contou com 9.000 km de estradas pavimentadas, sendo que só a capital recebeu 5 rodovias em um sistema radial-tronco.

Os municípios mais industrializados do Estado de São Paulo, segundo levantamento realizado para o PUB (1968), estavam localizados ao longo das rodovias Presidente Dutra, Anhanguera e Anchieta. Na cidade de São Paulo o uso industrial seguia de 15 a

20km a partir do centro nas direções sul, norte, oeste e sudoeste. O PUB (1968) destacou os bairros de Vila Leopoldina, Jaguaré e Jurubatuba como sendo as principais áreas industriais na cidade que foram construídas para este fim até a década de 1960.

Oelsner (1975) também elencou os novos núcleos industriais que foram surgindo com a implantação das rodovias. A Via Dutra potencializou a concentração fabril na Vila Maria e no município de Guarulhos. A Via Anchieta possibilitou a inserção na Saúde, em São João Clímaco e Rudge Ramos. Alguns setores da cidade se tornaram zonas especialmente industriais, como foi o caso da Vila Leopoldina, Jurubatuba, Indianópolis, Jabaquara e Itaim Bibi. Com a construção da Marginal Pinheiros se desenvolveram Capela do Socorro, Vila Olímpia e Ibirapuera.

Outras indústrias se instalaram fora das zonas industriais, isoladas, como foi o caso da indústria Chohfi que foi para o Parque São Lourenço, em São Mateus, onde o acesso viário era precário e não havia ferrovia (GRILLO, 1997). Da mesma maneira salienta o levantamento feito pelo PUB (1968: 115 – vol.II):

> No estudo da localização de áreas industriais aparecem ainda indústrias dispersas, dentro da área urbana, localizadas em maio a lotes com outros usos: comerciais, residenciais, etc. A ocorrência desse tipo de indústria, geralmente manufaturas e pequenas oficinas, se dá principalmente em bairros mais antigos, onde não há restrições legais e na periferia, onde o valor dos terrenos ainda é relativamente baixo.

Segundo Langenbuch (1971), com as antigas faixas industriais saturadas, as novas indústrias foram para novas zonas industriais, como as margens do Rio Tietê e Pinheiros. Os problemas com inundações destas várzeas foram solucionados com obras de retificação e aterramento do Rio Pinheiros em 1940 e do Rio Tietê entre 1940 e 1950.

Segundo Grillo (1997), a saturação das áreas tradicionais de industrialização do município de São Paulo e a preferência pela localização às margens dos rios Tietê e Pinheiros não significou o esvaziamento dessas antigas zonas industriais. Na maioria das vezes, a substituição foi feita por indústrias com menos demanda de espaço, além da diversificação de usos, com a chegada dos depósitos.

No período pós-1950 vale salientar que o crescimento da capacidade produtiva e a diversificação do parque industrial, em consonância à consolidação do mercado interno, trouxeram necessidades de ampliação para os estabelecimentos industriais, que passam também a procurar grandes terrenos.

Paralelamente, a cidade de São Paulo como um todo intensificou seu processo de metropolização. Ao mesmo tempo em que os núcleos industriais foram crescendo ao longo das novas rodovias que foram sendo construídas, foram crescendo também novos núcleos residenciais em área periféricas, não só pelo uso cada vez mais popular do automóvel, como também pela facilidade e flexibilidade impostos pelo transporte coletivo via ônibus.

Entretanto, a ocupação das áreas mais periféricas da cidade se deu de forma desordenada, sem planejamento e distribuída de forma rarefeita. Ocupada cada vez mais pela população de mais baixa renda, o resultado ao longo dos anos foi a intensificação dos serviços públicos (água, esgoto, iluminação pública, coleta de lixo, etc.) nas áreas mais centrais, deixando de lado estas áreas periféricas, que passaram a sofrer cada vez mais com a falta de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Villaça (2001) aponta a constante segregação das classes sociais na cidade de São Paulo: as classes de mais alta renda no quadrante sudoeste, enquanto que as classes de mais baixa renda se deslocaram cada vez mais a leste da cidade. Para o autor, fator determinante para a localização das classes sociais na cidade é a distância de deslocamento em relação ao centro da cidade. Na década de 1950, por exemplo, o centro da cidade foi dividido entre 'Centro Novo", voltado à direção sudoeste, onde se concentravam as lojas mais luxuosas, os profissionais liberais e ampla gama de serviços, e "Centro Velho", voltado à leste e ocupado pelas classes mais populares.

Pesquisa realizada pela SAGMACS (apud Villaça, 2001) em 1957 aponta que mais de 50% dos trabalhadores moradores dos bairros de alta renda trabalhava no centro. No entanto, a partir de 1960 o "Centro Novo" também foi abandonado pela classe de alta renda, sendo transferido para os arredores da Avenida Paulista e Rua Augusta e criando um novo centro. Já no início da década de 1970 o centro antigo já estava bastante

abandonado, perdendo suas funções de local de compras, diversão e localização preferidas dos escritórios da população de alta renda (VILLAÇA, 2001).

Uma análise realizada pelo PUB (1968) mostrou os principais centros de atração de mão-de-obra industrial na região metropolitana de São Paulo. Com base no Quadro 1, reeditado do PUB (1968), podemos destacar a importância no final da década de 1960 para os bairros do Brás, Mooca e Tatuapé e ainda salientar o surgimento de centros industriais na região metropolitana de São Paulo, como Santo André, São Bernardo e São Caetano.

Quadro 1: Centros de Emprego na Indústria – Área Metropolitana (1967)

Viagens diárias atraídas	Localização
Acima de 30.000 viagens/dia	Centro metropolitano Brás Tatuapé Mooca
Acima de 10.000 viagens/dia	Santo André São Bernardo Santro Amaro Cambuci São Caetano Ipiranga Bom Retiro Barra Funda Lapa
Acima de 5.000 viagens/dia	Guarulhos Ibirapuera Vila Mariana Osasco Vila Hamburguesa E. Matarazzo
Acima de 3.000 viagens/dia	Jaguaré Casa Verde Vila Maria Socorro Pinheiros Vila Prudente Mauá

Fonte: PUB, 1968: 207.

Um importante instrumento para analisar a localização e a distribuição industrial no Município de São Paulo é o Cadastro Industrial de São Paulo de 1960, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este cadastro foi realizado para o Estado de São Paulo, onde foram registrados 159.919 estabelecimentos industriais dos setores de mineração, beneficiamento e transformação (foram excluídas as atividades industriais relacionadas à construção civil e à energia elétrica).

A Tabela 20 mostra que das quase 160.000 unidades locais existentes no Estado em 1960, de acordo com o IBGE, mais de 16.000, ou seja, mais de 10%, estavam localizadas na capital. Destas por volta de 60% estavam ainda localizadas na região central do município de São Paulo, o que mostra a tendência à concentração de determinados tipos industriais e as vantagens locacionais que o centro mantinha para estas indústrias na década de 1960.

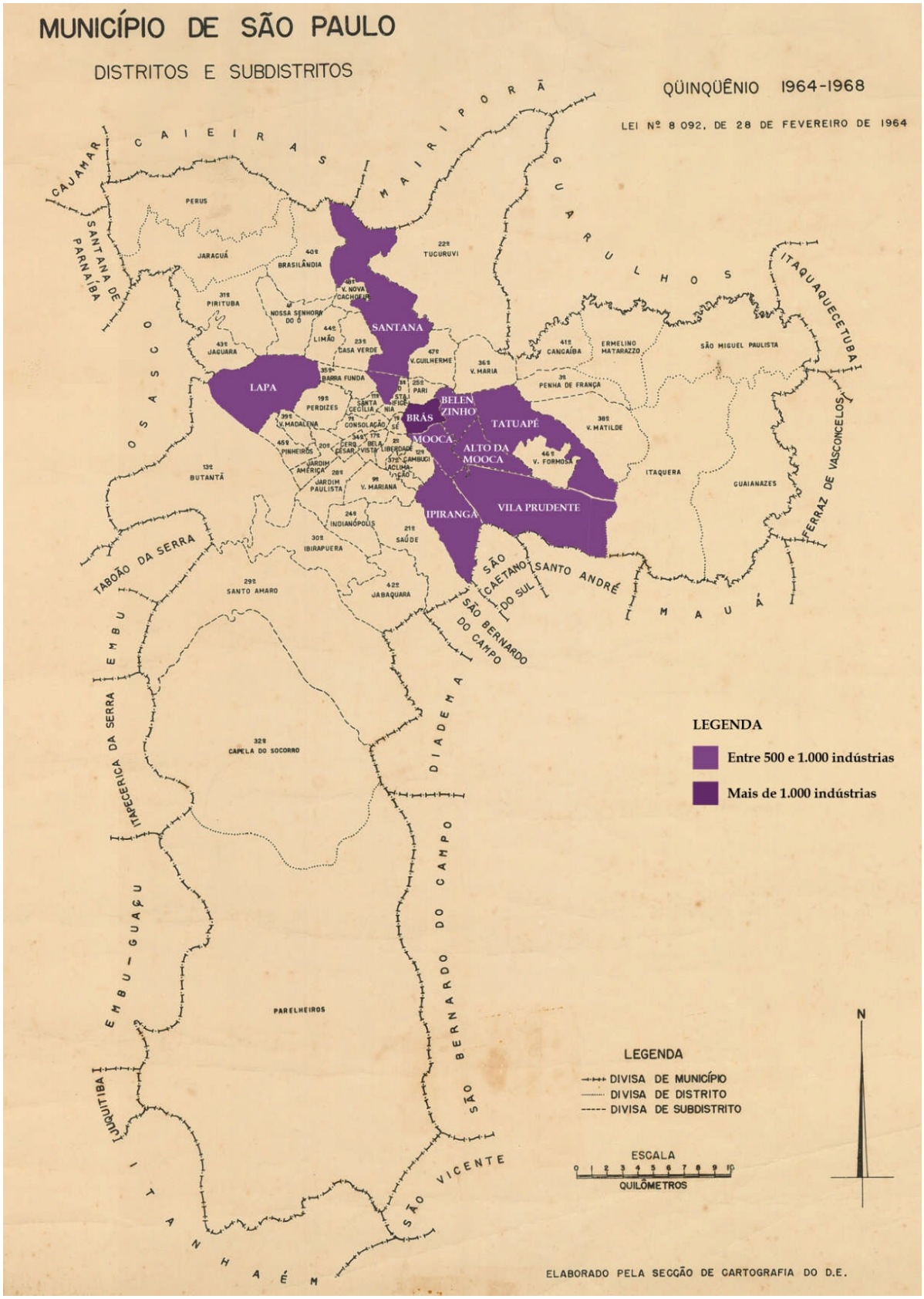
Tabela 20: Localização e Número de Estabelecimentos em São Paulo em 1960

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE
Brás	1.128	Bela Vista	203
Bom Retiro	996	Casa Verde	199
Ipiranga	944	Nossa Senhora do Ó	190
Lapa	876	Pinheiros	190
Tatuapé	823	Ibirapuera	186
Alto da Mooca	789	Cerqueira César	148
Belenzinho	691	Santa Cecília	147
Vila Prudente	592	Jabaquara	141
Mooca	515	Capela do Socorro	132
Santana	515	Aclimação	111
Santo Amaro	498	Vila Matilde	107
Saúde	487	Jardim América	93
Santa Ifigênia	437	São Miguel Paulista	70
Pari	432	Pirituba	68
Cambuci	407	Limão	62
Barra Funda	388	Vila Formosa	55
Liberdade	356	Jaguará	54
Penha de Franca	320	Vila Madalena	51
Vila Maria	308	Itaquera	43
Tucuruvi	306	Parelheiros	40
Consolação	302	Cangaíba	40
Sé	300	Ermelino Matarazzo	31
Jardim Paulista	297	Guaianazes	29
Vila Mariana	288	Vila N. Cachoeirinha	19
Indianápolis	274	Perus	13
Perdizes	261	Brasilândia	9
Butantã	239	Jaraguá	4
Vila Guilherme	229	**TOTAL**	**16.433**

Fonte: Elaborado com base no Cadastro Industrial – 1960 produzido pelo IBGE.

A Tabela 20 foi transformada em mapa com o objetivo de evidenciar os distritos com maior concentração industrial do Município de São Paulo em 1960. A base do mapa a seguir foi elaborada pelo Departamento de Estatística do Governo do Estado de São Paulo, com resultado da Lei 8.092 de 28 de Fevereiro de 1964 que define os distritos e subdistritos da cidade de São Paulo.

Mapa 14: Distritos com maiores número de estabelecimentos em São Paulo em 1965



Fonte: Mapa base Governo do Estado de SP, 1964. Informações da concentração industrial adicionadas pela autora sobre o mapa com base no Cadastro Industrial de 1965 produzido pelo IBGE.

Como vimos, a atividade industrial no início da década de 1970 estava localizada em São Paulo ao longo das ferrovias; ao longo das rodovias, principalmente Anhanguera, Dutra, Anchieta e Fernão Dias, ao longo da Marginal Pinheiros e da Av. do Estado e especialmente concentrada nos bairros de Brás, Bom Retiro, Mooca, Belenzinho, Ipiranga, Vila Prudente, Tatuapé, Lapa e Santana. A indústria estava também presente em áreas mais distantes como São Miguel Paulista, São Mateus e Jaraguá.

Em termos de políticas públicas urbanas e de desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, como foi a atuação do poder público em relação à localização industrial no município? A seguir mostraremos as diferentes políticas que legislaram sobre a atividade industrial no estado e no município de São Paulo.

Políticas Estaduais

Em meados da década de 1960 foram criados a Comissão de Industrialização do Estado, o Grupo de Descentralização Industrial (GDI) e o Grupo de Análise Territorial (GAT) com o intuito de elaborar políticas governamentais para conduzir os assentamentos industriais no interior do estado de São Paulo. Entretanto, não houve grandes recomendações, já que os resultados dos estudos mostraram a tendência de um movimento natural das indústrias para outras áreas que não a capital do estado.

Em 1970 foi elaborado pela primeira vez o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI) para a região da então Grande São Paulo. No geral, até hoje os PMDI's são planos formulados para todas as regiões metropolitanas do estado de São Paulo, com a função de basear projetos e programas para essas regiões. O conteúdo dos planos trata basicamente do Planejamento Integrado; Uso e Ocupação do solo; Transporte e sistema viário regional; Habitação; Saneamento básico; Meio ambiente; Desenvolvimento econômico; Atendimento social (educação e saúde).

Este Plano também considerava a desconcentração Industrial como um movimento "natural" das indústrias em direção ao interior do estado de São Paulo. Segundo Grillo (1997), este PMDI definiu as diretrizes para o crescimento da metrópole (principalmente em direção a leste, oeste e nordeste) e recomendou a descentralização das atividades produtivas.

O Governo de Laudo Natel (1971-1975) foi importante no tocante à distribuição das atividades produtivas no estado de São Paulo, pois elaborou o Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento (PROINDE), que propunha o desenvolvimento do Interior do estado, e criou a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, que é responsável até hoje pelo controle das emissões geradas pela indústria no estado.

Estas políticas estaduais visavam, no entanto, mais do que simples diretrizes físico-territoriais, promover o espraiamento da atividade industrial para fora da Região Metropolitana de São Paulo. Segundo Schiffer (1989) esta desconcentração industrial partindo da capital em direção ao Interior do estado era necessária para manter a hegemonia do estado de São Paulo como pólo econômico nacional, tendo em vista, por exemplo, a forte pressão operária que havia na Região Metropolitana por parte de sindicatos cada vez mais centralizados e organizados.

> A tendência de concentração espacial de capital e atividades produtivas tem sido substituída gradualmente por uma descentralização do setor secundário localizado na região metropolitana de São Paulo desde a década de 1970. A **perda da participação relativa da produção industrial no Estado de São Paulo e de sua região metropolitana**, refletida nos indicadores específicos já em 1975, **não significou**, contudo, **perda da hegemonia econômica**, **mas, antes de tudo, reforço das condições de dominação do capital paulista no âmbito nacional.** No nível local, constata-se que esse processo visou ainda **desarticular a crescente pressão sindical** observada nesse período nas áreas industriais da metrópole (SCHIFFER, 2004: 108 – grifo nosso).

Em nível estadual, a principal colaboração do poder público em relação ao uso e ocupação do solo industrial foi a legislação industrial metropolitana, criada pela Lei 1.817 de 1978. Esta lei será analisada no próximo capítulo, que compreende o período de 1975 a 1985.

Políticas Municipais

Com vimos anteriormente, o Código de Obras de 1934 (via Ato 663) havia estabelecido quatro zonas de uso de acordo com suas funções já existentes na cidade: zonas

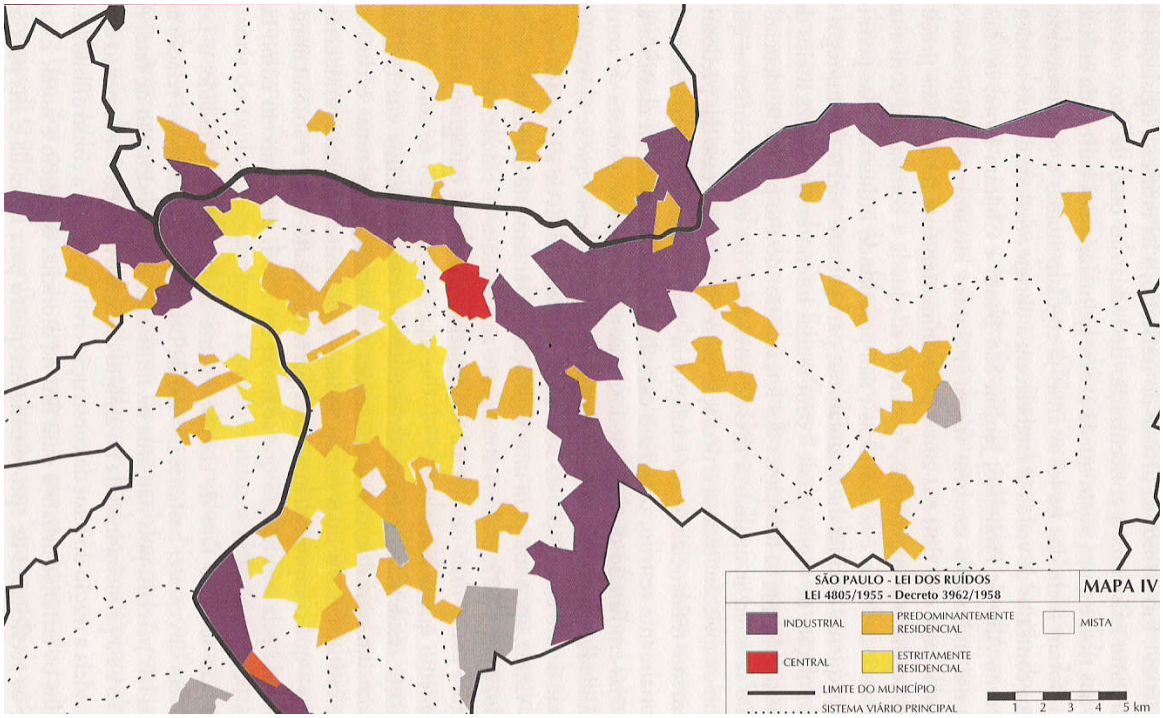
predominantemente residenciais, zonas estritamente residenciais, zonas mistas e zonas fabris.

Em 1955 foi instituída a Lei municipal 4805, conhecida como "Lei dos Ruídos", que propunha o controle dos ruídos urbanos, de forma a proteger o "*bem-estar e o sossego públicos*". Em 1958 o Decreto no. 3.962 regulamentou a Lei 4.805/55, consolidando também os parâmetros de uso e ocupação do solo pré-existentes.

A lei 4.805 disciplinou a localização das indústrias no Município de São Paulo, com base nos critérios de emissão de ruídos, poluição, perigo de incêndio, etc. Esta lei dispunha "(...) *sobre ruídos urbanos, localização e funcionamento de indústrias incomodas nocivas ou perigosas, e da outras providencias*" e classificou os estabelecimentos industriais quanto o grau de poluição ar, ruído, segurança, número de empregados e força motriz; estabelecimentos industriais perigosos ou nocivos; estabelecimentos industriais incômodos; estabelecimentos industriais gerais ou comuns; e estabelecimentos industriais pequenos.

Nas zonas estritamente residenciais nenhuma indústria era permitida. Já nas zonas predominantemente industriais eram permitidas as pequenas indústrias. No caso das zonas mistas, podiam funcionar as pequenas indústrias e as indústrias gerais, e nas zonas fabris podiam se estabelecer qualquer tipo de indústria menos as perigosas ou nocivas (BALDONI, 2002). A delimitação dos perímetros de cada uso pode ser vista no Mapa 15.

Mapa 15: Lei dos Ruídos (Lei no. 4805 de 1955)



Fonte: Feldman, 2005.

Baldoni (2002) aponta a segregação existente na cidade, principalmente entre os usos industrial e residencial. O uso industrial se mistura muito pouco com outros usos e não foi utilizado como fator de integração urbana.

Ao analisar o Mapa 15 vemos que a Lei 4.805 praticamente corroborou a situação já existente na cidade, tanto quanto a distribuição das indústrias, que vemos claramente distribuídas ao longo das linhas férreas e rodovias, quanto na distribuição do uso estritamente residencial, continuamente protegido no quadrante sudoeste da cidade. Como coloca Feldman (2005:179):

> Em termos de divisão do território, a lei ratifica a legislação de zoneamento existente, a concentração de indústrias que, de fato, ocorre, junto aos rios, e o uso misto que já ocorre na maioria dos bairros da cidade.

Segundo o PUB (1968) a aplicação e eficácia da Lei 4805/55 foram comprometidas pois ela pressupunha a existência de um corpo de fiscais, que pudesse controlar os níveis de emissão de ruídos, o grau de emissão de poluição, etc., o qual o poder público não possuía.

Em 1956 a prefeitura de São Paulo contratou a SAGMACS (Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sociais) para realizar um diagnóstico do município tendo em vista a elaboração de um planejamento abrangente para a cidade contendo um zoneamento.

Em 1969 o GEGRAM (Grupo Executivo da Grande São Paulo, criado em 1967 pelo governo do estado para estudar o tema da metropolização) encomendou à Interconsult uma pesquisa sobre o setor industrial da Grande São Paulo. Logo em seguida coube a um consórcio internacional de empresas de consultoria o desenvolvimento do Plano Urbanístico Básico (PUB), com a intenção de realizar um diagnóstico e elaborar propostas urbanísticas para São Paulo.

Com relações às atividades econômicas da capital paulista, o PUB se colocava:

> Deverão permanecer as atuais funções básicas da Metrópole e do Município em relação à região, como grandes centros de serviços e comércio, parque industrial-manufatureiro e centro administrativo e cultural (PUB, 1968:302).

O PUB (1968) propunha um disciplinamento do uso do solo industrial, ao mesmo tempo em que estimulava a entrada de novas indústrias. As zonas industriais estabelecidas no PUB eram aquelas áreas já consolidadas com o uso industrial ou aquelas com claras tendências para receber este uso.

> No âmbito do fomento às **atividades econômicas**, considera-se imprescindível que o **Governo municipal intervenha para reorganizar suas localizações,** num sentido coerente com o planejamento urbanístico básico. Impor-se-á a **determinação de zonas industriais** e de serviços, com reserva suficiente de áreas e preservação de requisitos locacionais válidos para os empreendimentos privados. Essa medida deverá ser complementada com a **oferta adequada de infra-estrutura e de serviços urbanos e com a criação de incentivos fiscais diversificados**. No conjunto, essas providências deverão **evitar a transferência para municípios vizinhos de muitos empreendimentos já estabelecidos em São Paulo e atrair para a Capital volume significativo de novos empreendimentos**. A idéia central é que as deseconomias de aglomeração, que hoje bloqueiam parcialmente o crescimento da Metrópole, não resultam de uma saturação em termos absolutos, mas de má distribuição - especial, das atividades terciárias – e, em parte, das indústrias -, ocasionada pelo desenvolvimento urbano espontâneo e assistemático (PUB, 1968:146-147 – grifo nosso).

A seguir vê-se a clara intenção do poder público em assessorar a localização das atividades industriais no município de São Paulo, assim como sua intenção em desenvolver distritos industriais, como sendo, segundo o PUB, a melhor forma de ocupação para a indústria.

> (...) caberá ao Governo do Município de São Paulo estimular as atividades produtivas e reorientá-las quanto à localização (PUB, 1968:147).

> (...) deverão ser criados instrumentos específicos (...). Em relação ao setor secundário, um dos mais importantes será o **estabelecimento de distritos industriais**, com urbanização de glebas destinadas, exclusivamente à industrialização. Para esse mesmo setor, a política fiscal do Município deverá prever incentivos, entre os quais isenção de impostos territorial e predial (PUB, 1968:148).

Como conceitos e diretrizes relacionadas ao uso industrial e a distribuição das atividades de emprego no território o PUB propunha:

> Promover uma **distribuição mais equilibrada da população e do emprego** no Município e na Área Metropolitana, a fim de possibilitar **maior proximidade entre os locais de residência e de trabalho** e permitir a operação de um sistema de transporte que proporcione alta mobilidade com mínimo congestionamento de tráfego (PUB, 1968:14vol. II – grifo nosso).
>
> **Preservar e expandir áreas para uso industrial e estimular a concentração dessas atividades**, mediante provisão de serviços urbanos, aplicação de técnicas de controle do uso do solo e incentivos para investimentos (PUB, 1968:16vol. II – grifo nosso).

O PUB (1968) fez uma previsão de 24.800 ha como áreas especiais destinadas ao uso industrial em 1990, sendo que 7.350 há já existiam. Portanto, foi considerada em 1968 a necessidade de incremento de 33.000 há de área industrial na região metropolitana de São Paulo, subtraindo os 25% de áreas que devem ser destinadas às vias públicas. Para estas áreas, foram consideradas como localizações mais apropriadas as que fossem próximas às vias de transporte, preferencialmente de rodovias ou ferrovias, fora da malha urbana para as indústrias nocivas ou perigosas, próximas a concentrações industriais já existentes e com declividade não maior do que 15%.

Ao mesmo tempo, o Plano incentiva a mistura de usos para as indústrias não nocivas ou incômodas:

> É desejável que as áreas industriais não sejam exclusivas, mas admitam, em certa proporção, usos como o comércio e serviços e mesmo residências. Por outro lado, os estabelecimentos industriais que não seja incômodos ou nocivos, poderão localizar-se em áreas não industriais, o que permitirá maior equilíbrio entre a população e o emprego (PUB, 1968: 236 – vol II).

O Plano Urbanístico Básico (1969) propôs diretrizes para as áreas industriais em nível metropolitano e em nível local. Em nível metropolitano o PUB pretendia:

> Prover áreas para uso predominantemente industrial e de comércio atacadista, adjacentes a vias expressas e, de preferência, também a vias férreas e promover progressiva concentração de indústrias e depósitos nessas áreas (PUB, 1968: 319 – vol II).
>
> Prover áreas, fora da trama urbana, para localização de estabelecimentos nocivos ou perigosos.

> Localizar as áreas industriais onde possam ser servidas por transporte coletivo e, sempre que possível, junto a concentrações industriais já existentes (PUB, 1968: 319 – vol II).

Em nível local, ou seja, no nível do município de São Paulo, as principais considerações foram:

> Localizar concentrações atacadistas junto a pontos de acesso a vias expressas.
>
> Condicionar a localização de estabelecimentos industriais, em zonas de uso predominantemente não industrial, a seu enquadramento em padrões de "performance" especiais.
>
> Prover a obrigatoriedade de espaços para carga e descarga e estacionamento dentro dos terrenos de uso industrial (PUB, 1968: 319-320 – vol II).

Quanto à localização das áreas industriais no município ficou estabelecido:

> De modo geral, as zonas industriais propostas constituem ampliação das áreas que já evidenciaram essa vocação, contando atualmente com alguns estabelecimentos. Novas áreas foram propostas, notadamente na área de Parelheiros, cujo desenvolvimento se propões estimular (PUB, 1968: 390 – vol II).

Segundo Feldman (2005), o PUB foi concebido no último ano do governo Faria Lima e seu sucessor, Paulo Maluf, não quis levar o plano adiante pelo fato dele ter sido desenvolvido pela administração anterior. Esses fatos levaram ao arquivamento do Plano Urbanístico Básico.

A herança do PUB, no entanto, foi a proposta para a legislação urbanística do Município de São Paulo que foi composta pela Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI). Em 1971 o PDDI foi implantado, com base na Lei n° 7.688. As diretrizes contidas no PDDI 1971 remeteram às recomendações do PUB 1968 e se limitaram ao planejamento físico-territorial.

> Primeiro plano aprovado em São Paulo após mais de 40 anos dede o Plano de Avenidas, o PDDI é, antes de tudo, a negação da concepção de plano diretor que o PUB representou: o plano composto por exaustivos diagnósticos e abrangente a todos os aspectos da vida urbana (FELDMAN, 2005:243).

Quanto às áreas industriais, como vimos acima na análise do PUB, elas deveriam se concentrar em áreas de fácil acesso, principalmente ao longo das ferrovias, rodovias ou vias expressas, e estarem preferencialmente concentradas próximas umas das outras. Além disso, a atividade industrial foi dividida de acordo com categorias: I1 - indústria não incômoda; I2 - Indústria diversificada; e I3 - indústria especial, classificação que vai ser retomada pela Lei de Zoneamento de 1972.

Segundo Feldman (2005), o PDDI propunha a descentralização e hierarquização da cidade de São Paulo, via melhoramento do sistema de circulação e da organização funcional e via elaboração de um plano de uso do solo. Os mecanismos utilizados seriam a distribuição das vias expressas, a utilização do conceito de unidades de vizinhança e a elaboração de um zoneamento.

Entretanto, a primeira lei geral de zoneamento de São Paulo só foi implantada em 1972 pela Lei 7.805, que visava implementar algumas diretrizes do PUB de 1968 e do PDDI de 1971. Esta lei de zoneamento esteve em vigor até 2002 com a implantação do Plano Diretor Estratégico (PDE), mesmo após a elaboração do Plano Diretor de 1988.

A legislação de uso e ocupação do solo (Lei 7806) em 1972 evidenciou a preocupação com o crescimento desordenado da cidade e deu origem a políticas públicas de regulação do uso do solo, como mostra a minuta da lei no Artigo 1º: "*Esta lei dispões sobre a divisão do território do Município em zonas de uso e regula o parcelamento, uso e ocupação do solo (...)*" (PMSP, 1972:1).

Quanto à indústria, esta lei previu a criação de zonas industriais com índices de ocupação e restrição à atividade industrial fora dessas zonas específicas.

Assim como estabelecido pelo PUB e pelo PDDI, a maioria das áreas onde já havia concentração industrial foi transformada pelo poder público em zonas industriais. A Lei

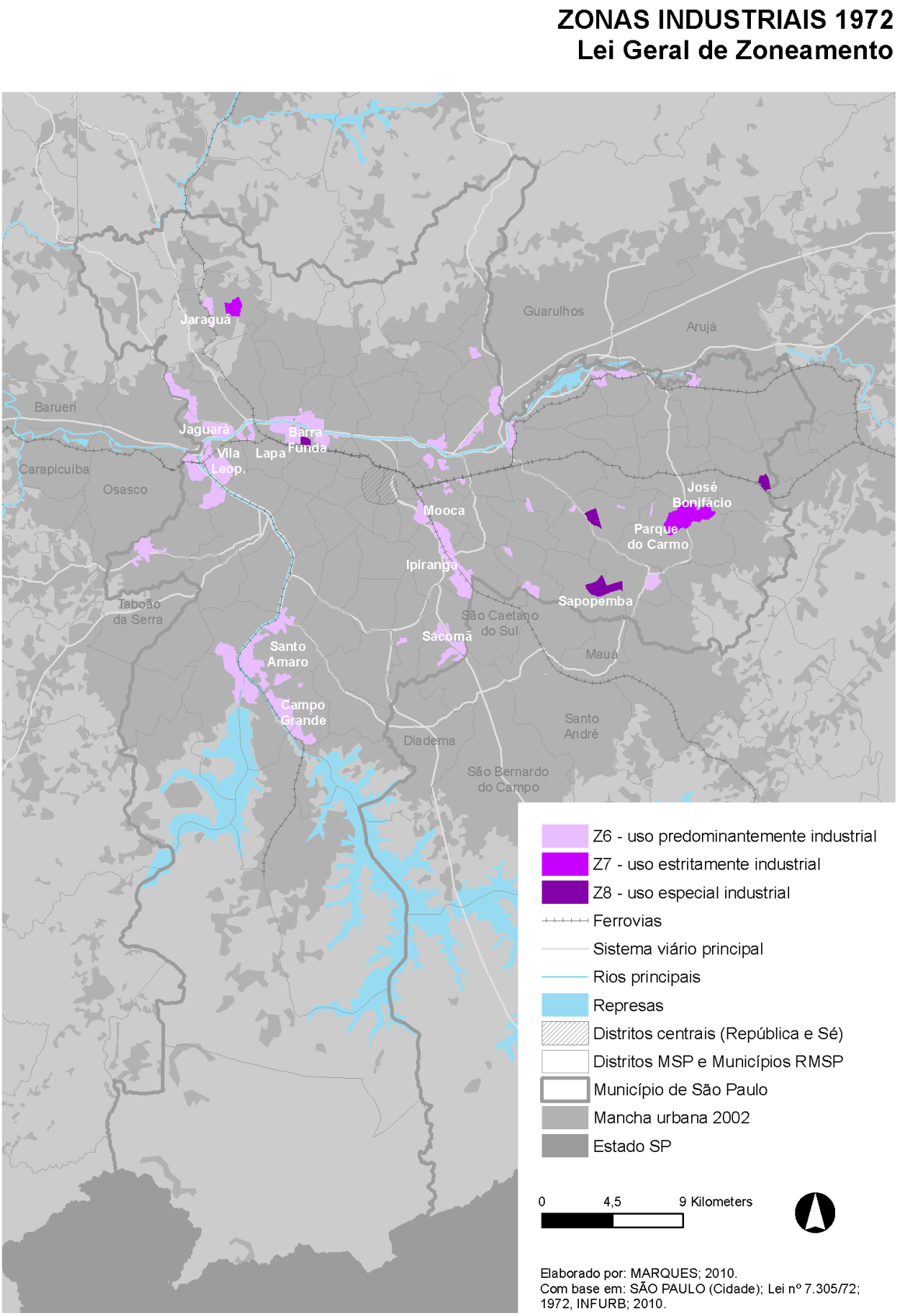
de Zoneamento (no. 7805/72) deu prioridade para áreas no eixo leste-oeste e freou a expansão norte-sul, em função dos Mananciais.

Entretanto, algumas áreas já tradicionalmente ocupadas pelas indústrias, como Brás e Bom Retiro, não foram sedimentadas como zonas industriais nesta Lei Municipal de Zoneamento de 1972. A intenção do governo neste momento era reurbanizar esta área, verticalizando-a, pois estava muito próxima ao centro da cidade. O mapeamento realizado pelo GEGRAM em 1973 mostrou a presença de indústrias fora das zonas industriais, ou seja, espalhadas pela malha urbana. Algumas restrições à ampliação dos estabelecimentos de indústrias isoladas presentes na Lei de Zoneamento de 1972 pretendiam induzir a relocalização destes estabelecimentos para que se restabelecessem dentro das zonas industriais (GRILLO, 1997).

Esta Lei de Zoneamento estipulou duas zonas de uso industrial para a cidade de São Paulo: a Z6 e a Z7, com parâmetros urbanísticos adotados para receber indústrias de grande porte. Esta lei também definiu 48 perímetros para as zonas industriais Z6. A Lei no. 8001 de 1973 manteve os 48 perímetros estipulados em 1972 e criou mais 10.

A Z6 é uma zona predominantemente industrial, cujo Coeficiente de Aproveitamento (CA) é de 1,5 e a Taxa de Ocupação (TO) é de 0,7, o que favorecia a implantação das grandes plantas industriais horizontais. A Z7: é uma zona estritamente industrial, cujas regras foram estabelecidas na Lei no. 8001/73. Porém, nenhum perímetro da cidade foi enquadrado nesta zona até 1981, quando foi criada a Z7 em Itaquera numa estratégia municipal de levar emprego para a população de baixa renda moradora dos conjuntos habitacionais localizados na região.

Mapa 16: Lei de Zoneamento de 1972



No Mapa 16 estão destacadas as zonas de uso propostas pelo Zoneamento de 1972, a saber: Z1 – uso estritamente residencial com densidade demográfica baixa; Z2 – uso predominantemente residencial com densidade demográfica baixa; Z3 – uso predominantemente residencial com densidade demográfica média; Z4 – uso misto com densidade demográfica média alta; Z5 – uso misto com densidade demográfica alta; Z6 – uso predominantemente industrial; Z7 – uso estritamente residencial; e Z8 – usos especiais. Como vemos na análise do Mapa 16, mais uma vez a legislação municipal via lei de zoneamento consolidou a situação pré-existente na cidade quanto às formas de uso e ocupação do solo. Como coloca Feldman (2005:263):

> A adoção de uma lei geral e a criação da Comissão de Zoneamento, nesse sentido, podem ser interpretadas como não mais que um recurso para legitimação e garantia de sobrevivência de práticas discriminatórias no controle de uso e ocupação do solo que vinham, há décadas, sendo utilizadas.

Em 1974, o Decreto 11.106 estabeleceu parâmetros de classificação industrial, como nível de incomodidade e ruído gerados, e determinou os tipos industriais de acordo com a classificação antes determinada pelo PDDI de 1971. Alguns dos critérios utilizados para esta classificação foram a potência elétrica instalada, a potência do sistema de ar comprimido e o número máximo de empregados.

As indústrias do tipo I1 eram as indústrias consideradas não incômodas (e permitidas em todo município de São Paulo). De acordo com o Artigo 15 do Capítulo III da minuta de Lei:

> VII – Indústria não incômoda (I1) – estabelecimentos que podem adequar-se aos mesmos padrões de usos não industriais, no que diz respeito às características desocupação dos lotes, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e aos níveis de ruídos, de vibrações e de poluição ambiental, com área construída máxima de 250 (duzentos e cinqüenta) metros quadrados por lote. (PMSP, 1972:15-16).

Nota-se que com a Lei 8.001 de 1973, que complementou a Lei de Zoneamento de 1972, a área máxima dos estabelecimentos industriais para serem enquadrados como I1 passou de 250 m^2 para 500 m^2.

As indústrias do tipo I1 eram as indústrias diversificadas (e permitidas nas Z4, Z5, Z6 e Z7). De acordo com o Artigo 15 do Capítulo III da minuta de Lei:

> VIII – Indústria diversificada (I2) – estabelecimentos que implicam na fixação de padrões específicos referentes às características de ocupação dos lotes, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e aos níveis de ruído e de poluição ambiental (PMSP, 1972:16).

As indústrias do tipo I1 eram as indústrias especiais (e proibidas em todo município de São Paulo). De acordo com o Artigo 15 do Capítulo III da minuta de Lei:

> IX – Indústrias especiais (I3) – estabelecimento cujo funcionamento possa causar prejuízo à saúde, à segurança e bem estar público e à integridade da flora ou da fauna regional (PMSP, 1972:16).

O único padrão urbanístico definido para as zonas industriais quanto ao ordenamento das construções era o Artigo 17 do Capítulo III da minuta de Lei:

> Os usos enquadrados nas categorias C3, I2, I3 e E3 somente serão permitidos em lotes que tenham frente para a via de circulação com largura igual ou superior a 18 (dezoito) metros (PMSP, 1972:21).

Portanto, a produção da legislação urbanística no município de São Paulo veio consolidar a posição de dominância das classes sociais de mais alta renda quanto à produção do espaço legalizado, bem como na proteção de suas áreas residenciais. A alteração para uma lei geral de zoneamento em 1972, além de consolidar definitivamente este processo, trouxe à tona algumas considerações urbanísticas necessárias ao momento, como a contenção do crescimento desordenado da mancha urbana e a diminuição dos problemas ambientais, como ruídos e poluição. No entanto, estas diretrizes foram pouco eficazes, dentre outras razões, porque a prefeitura não possuía um corpo de fiscais disponíveis para fiscalizar a cidade como um todo.

Por outro lado, os novos padrões de incomodidade adotados para as atividades industriais eram condizentes ao processo em que o Estado pretendia levar as plantas produtivas para fora da capital paulista, assegurando, assim, a hegemonia de São Paulo através da manutenção das sedes das empresas.

A saída dos estabelecimentos industriais entre os anos de 1975 e 1985, não só da área central do Município de São Paulo, com também do próprio município em direção ao interior do estado e a até outros estados revelou um novo padrão de localização dos estabelecimentos industriais, principalmente daqueles com produção bastante verticalizada e que necessitavam de edifícios de enormes dimensões para abrigar todo o operariado e toda a linha de produção.

Por outro lado, Righi (1981) aponta que a tendência à concentração na Região Metropolitana de São Paulo continuou para os setores mais dinâmicos da indústria. Em relação aos dados sobre pessoal ocupado, o autor destaca que em 1940 o Estado de São Paulo concentrava 53% do operariado industrial. Em 1950 este número passou a 57,30% e em 1960 para 58,25%. Na década de 1970 se iniciou o declínio, com uma queda para 53,58%. Por outro lado, na RMSP este índice aumentou de 13,40% em 1940 para 23,85% em 1970, revelando um aumento da participação quantitativa desta metrópole na produção industrial.

De um modo geral, o final deste período se caracterizou pela efetiva mudança nos padrões de localização da grande indústria. Como já foi colocado, o rápido crescimento da capacidade produtiva da indústria aliado à diversificação do parque industrial e à ênfase nos setores mais dinâmicos proporcionou um aumento do número e do porte dos estabelecimentos, que passaram a procurar terrenos maiores, mais baratos e dotados de infra-estrutura, principalmente rodoviária.

O que se percebe no período seguinte é a consolidação deste novo padrão, que se intensificou a partir dos incentivos e fomentos por parte do Estado que, como visto anteriormente, promoveu a desconcentração das atividades industriais. Veremos no capítulo seguinte como se deu esse processo e quais foram as transformações ocorridas na produção do espaço urbano paulistano em função dessa mudança de política.

Capítulo 3

Fonte: SHOJI, 2008.

De 1975 a 1985: o processo de desconcentração - centralização industrial

No comportamento espacial da indústria brasileira, de um modo geral, observou-se, até meados da década de 1970, a intensa e crescente concentração das atividades produtivas no Estado de São Paulo, majoritariamente na sua Capital São Paulo e sua Região Metropolitana.

A porcentagem do Valor de Transformação Industrial (VTI)[1] da indústria de transformação do país correspondente ao Estado São Paulo aumentou de 55,6% em 1959 para 58,1% em 1970 (NEGRI, 1996), o que revela a intensa concentração industrial no território paulista.

O maior poder de aglomeração estava na capital e sua região metropolitana, apesar de ao longo dos anos alguns

[1] O VTI é comumente utilizado por pesquisadores para definir o valor agregado de certa produção industrial. Segundo o IBGE "*VTI é a diferença entre valor bruto da produção industrial (soma de vendas, variação dos estoques e produção própria realizada para o ativo imobilizado) e o custo das operações industriais (custos ligados diretamente à produção)*", ou seja, o VTI é o valor da produção subtraídos os custos operacionais.

municípios do interior terem recebido um peso considerável em função principalmente da existência de matérias-primas e da constante ampliação e melhoria da malha ferroviária e rodoviária.

Tabela 21: Concentração espacial do Valor da Produção Industrial (VPI) em São Paulo até 1970 de acordo com regiões do estado

	Em relação a São Paulo				Em relação ao Brasil			
Região	**1939**	**1949**	**1959**	**1970**	**1939**	**1949**	**1959**	**1970**
1. Grande São Paulo	64,5	66,3	71,1	70,7	29,3	31,8	37,1	38,5
1.1 Capital	53,9	54,2	51,7	43,8	24,5	26,0	27,0	23,8
1.2 Outros municípios	10,6	12,1	19,4	26,9	4,8	5,8	10,1	14,7
2. Interior	35,5	33,7	28,9	29,3	16,1	16,2	15,1	15,9
Total do Estado	100,0	100,0	100,0	100,0	45,4	48,0	55,7	54,4

Fonte: IBGE – Censos Industriais de 1940, 1950, 1960 e 1970.

Viu-se no final do Capítulo 2 que essa característica fortemente baseada na concentração e na aglomeração das atividades industriais começou a se alterar em meados da década de 1970, formando um novo padrão de localização que se prolongou pelos próximos anos, predominantemente até 1985.

Nesse Capítulo 3 será analisado esse período de auge da desconcentração industrial brasileira (1975-1985), com enfoque não só em suas características específicas, mas também nas razões que impulsionaram tal movimento e na distribuição espacial do parque industrial paulistano frente a esse novo processo.

O período que se estendeu, então, de 1975 a 1985 se estabeleceu após o fim do chamado "Milagre Econômico" brasileiro (1968-1973), cuja marca foi o alto índice de crescimento econômico aliado a estabilidade e baixa inflação.

Os investimentos na indústria de transformação, por exemplo, mostraram a magnitude do crescimento da economia nacional neste período. Segundo Bresser Pereira (1982), entre 1967 e 1973 os investimentos neste setor cresceram a uma taxa anual de 26,5%, dos quais 23,6% estavam voltados para as indústrias produtoras de bens de consumo durável.

Já os anos que se estenderam de 1974 a 1980 foram marcados por uma fase de desaceleração econômica, que culminou com a primeira marca de Produto Interno Bruto (PIB)[2] negativo da história brasileira após 1930 (-1,9%).

Na mesma análise de Bresser Pereira (1982) exposta anteriormente, os investimentos na indústria de transformação que tinham uma taxa anual de crescimento de 26,5% entre 1967 e 1973 caíram drasticamente para uma taxa anual de 0,1% entre 1973 e 1980.

Portanto, após o período de grande expansão, que foi de 1967 a 1973, veio o período de desaceleração da economia. Segundo Bresser Pereira (1982), o valor do produto industrial brasileiro que crescia 12,7% ao ano entre 1967 e 1973 caiu para 5,4% ao ano entre 1974 e 1981. A queda também pode ser vista no PIB, apesar de suas oscilações, conforme Tabela 22 a seguir:

Tabela 22: Taxa de crescimento do PIB nacional entre 1974 e 1981 (variação anual)

ANO	PIB
1974	9,5
1975	5,6
1976	9,7
1977	5,4
1978	4,8
1979	6,8
1980	7,9
1981	-1,9

Fonte: FGV e Banco Central apud Bresser Pereira, 1982.

O fim do "Milagre Econômico" coincide com a primeira grande Crise Mundial do Petróleo, em 1973. Esta crise, assim como a alta das taxas de juros internacionais, influenciou a economia nacional e contribuiu para o processo de desaceleração econômica que se seguiu. Entretanto, estes não foram os fatores principais, nem os decisivos para desencadear o início do período de desaceleração econômica que se seguiu.

Bresser Pereira (1982) apontou alguns dos fatores importantes para o início desse período de desaceleração. A produção de bens de consumo durável, por exemplo,

[2] Segundo o IBGE, Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos "*Bens e serviços produzidos no país descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante o ano*".

estava crescendo, entre 1967 e 1973, muito mais do que a capacidade de consumo dos trabalhadores, o que pode ter provocado uma crise de subconsumo. Segundo Serra (1982), a política salarial de contenção de salários que se deu até 1974 também contribuiu para a diminuição da capacidade de endividamento das famílias brasileiras.

Ainda de acordo com Bresser Pereira (1982), a partir de 1973 ocorreu a insustentabilidade da superprodução de bens de consumo duráveis. A capacidade de consumo estava praticamente esgotada diante do fácil acesso ao crédito no período anterior, o que também provocou um provável esgotamento do limite da capacidade de endividamento da população.

A tentativa da elite em manter seu lucro elevado, mesmo nesse período de desaceleração, visando sustentar o processo de acumulação capitalista, também foi um dos fatores que provocou a alta da inflação a partir de 1973. Essa fase de desaceleração da economia a partir de 1973 pode ser observada com base nos dados do PIB, mostrados na Tabela 23 a seguir, e com base na elevada alta da taxa da inflação no período entre 1973 e 1980.

Tabela 23: Inflação e PIB brasileiro (variações anuais)

Ano	PIB	Inflação (/GP)
1967	4,8	28,3
1970	8,8	19,3
1973	14	15,5
1975	5,6	29,4
1980	7,9	110,3

Fonte: FGV e Banco Central apud Bresser Pereira, 1983:226.

Com o intuito de superar esta fase de desaquecimento econômico, marcada pelo aumento da inflação e queda do Produto Interno Bruto (PIB), e recuperar o crescimento da economia nacional, o governo brasileiro, sob a liderança de Geisel, implementou o II Plano Nacional Desenvolvimento, que, segundo Serra (1982:118), foi *"(...) sem dúvida o mais importante e concentrado esforço do Estado desde o Plano de Metas no sentido de promover modificações estruturais na economia*".

O plano consistia em avaliar os principais problemas que afetavam o crescimento econômico nacional, como entraves ao desenvolvimento da indústria de bens de

produção e alimentos e a alta dependência do petróleo. Com base neste diagnóstico foram levantados os principais objetivos do Plano e delineados os instrumentos para alcançá-los (SERRA, 1982).

O II PND de acordo com Serra (1982) pretendia atender os objetivos básicos de fortalecer a grande empresa privada nacional, preferencialmente as de bens de capital e de bens de consumo duráveis; ampliar os investimentos estatais em infra-estrutura, notadamente nas áreas de energia, transportes e comunicações; e ampliar o recebimento no Brasil de tecnologias e recursos externos. O Plano visava fortalecer o papel do Estado como provedor dos principais insumos básicos para o desenvolvimento nacional, como energia elétrica, aço e petróleo.

Os grandes investimentos estatais foram direcionados principalmente para grandes projetos criados pelo governo no intuito de suprir a carência de infra-estrutura em certos setores. Alguns desses projetos foram a Hidrelétrica de Tucuruí (Pará), a Hidrelétrica de Itaipu, a Usiminas, o Projeto Carajás, o Proálcool e a Ferrovia do Aço, além de melhoramentos dos aeroportos. Schiffer (1992) ressalta que esses investimentos proporcionaram a manutenção da média das taxas de crescimento nacional até 1980. Como vimos na Tabela 23, entre 1974 e 1981 houve queda no PIB, entretanto, na média foi mantida a porcentagem de crescimento de 5,4% entre esses anos.

A indústria de bens de capital foi a indústria que recebeu a maior parte dos investimentos e a que teve maiores avanços. Segundo Serra (1982) isso pode ser avaliado na redução do coeficiente de importação de máquinas e equipamentos, que caiu de 26 para 19% no período que se estendeu de 1973 a 1979.

Durante o II PND (1973-1976), segundo Bresser Pereira (1982), a velocidade do processo de desaceleração econômica passou a ser moderada, uma vez que a taxa de acumulação estava sendo sustentada pelos créditos estrangeiros. Por outro lado, as taxas de juros continuavam caindo e a inflação aumentando.

Com base no modelo exportador e não expatriador, o II PND tinha como objetivo principal a formação do parque industrial brasileiro baseado em tecnologias avançadas e

em novas relações entre o Brasil e os demais países. Serra (1982) apontou esta nova característica do parque industrial nacional com a participação dos produtos manufaturados nas exportações do país entre 1973 e 1981. A participação dos produtos manufaturados aumentou de 23% para 45% das exportações totais brasileiras neste período.

Desta forma, o II PND visava o livre desenvolvimento da produção interna, o que era prejudicial ao 1modelo de desenvolvimento imposto até então pela elite, pois "*(...) esta reorientação colidia fortemente com interesses enraizados historicamente e fortalecidos desde a implantação da industrialização pesada"* (SCHIFFER, 1992:93)

O II PND, planejado para se estender de 1974 a 1979, foi parcialmente implantado, sendo interrompido em 1976, principalmente porque propunha a ampliação e o fortalecimento das forças produtivas internas do país, com o desenvolvimento do parque industrial nacional e uma nova inserção do Brasil nas relações econômicas internacionais, o que ameaçava a condição de dominância da elite nacional, liderada ainda pelo capital paulista.

Com a interrupção do II PND o país voltou ao modelo de desenvolvimento entravado, que impulsionava minimamente o fortalecimento das forças produtivas nacionais, como vinha sendo feito anteriormente à implantação do Plano. A inflação continuou alta (no ano de 1978 era o dobro do que era em 1973, segundo Serra, 1982) e o endividamento externo apareceu como um dos grandes problemas a serem enfrentados. Serra (1982) revelou que em 1978 a dívida externa líquida era igual a 2,5 vezes o valor das exportações, o que entre 1971 e 1972 correspondia a apenas 1,6 vezes.

O processo de endividamento externo, segundo Bresser Pereira (1982), já tinha se iniciado no período do "Milagre Econômico", mas ganhou força a partir de 1970 para financiar a expansão da economia, principalmente os investimentos necessários ao desenvolvimento do II PND, e posteriormente como solução ao processo de desaceleração econômica e como manutenção dos níveis de consumo, entre 1978 e 1980. O elevado aumento da dívida externa pode ser analisado pela Tabela 24, a seguir.

Tabela 24: Dívida externa brasileira (em milhões de dólares)

Ano	Dívida bruta
1967	3.372
1970	5.295
1975	21.171
1980	53.847

Fonte: Banco Central apud Bresser Pereira, 1983: 229.

No final dos anos 1970, a situação econômica do Brasil era alarmante. A inflação, por exemplo, chegava a 72,2% ao ano em 1979 (BRESSER PEREIRA, 1982). Em 1981, o país passou de um período de desaceleração econômica para o período de recessão, com uma profunda crise instaurada de alta inflação, baixa exportação e descontrole do endividamento externo, além do agravamento das condições sociais e da má distribuição de renda. Aliado a essa crise interna, a situação se agravou ainda mais com a segunda Crise do Petróleo no final da década de 1970 e a conseqüente nova alta dos juros internacionais.

Para manter a hegemonia da elite nacional, reimpulsionar o processo de acumulação de capital e, assim, continuar com o modelo de desenvolvimento "*contido e dependente"* (SCHIFFER, 1992:94), foi utilizada a estratégia de descentralização das atividades produtivas tendo como ponto de partida a capital paulista e sua região metropolitana, e seguindo em direção ao Interior do estado e também aos demais estados brasileiros, desde que controlada.

Em 1975, portanto, como colocou Schiffer (1992:88), iniciou-se um "*processo de descentralização controlada das atividades econômicas*", pois a elite, para continuar com sua dominação do processo de acumulação interna de capital, precisava do "*alargamento geográfico do mercado interno*" (SCHIFFER, 1992:89). A elite paulista, para manter sua posição hegemônica e dar segmento ao processo de reprodução de riquezas, precisava expandir o mercado nacional, diante do esgotamento das condições econômicas existentes até então no Município e Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, essa expansão e unificação do mercado brasileiro não poderia se completar de fato, a ponto de desenvolver de tal modo as forças produtivas internas e acarretar na perda da hegemonia da própria elite paulista.

A modificação da política salarial em 1974-75 e os crescentes movimentos sindicais em 1978, 1979 e 1980, principalmente no Grande ABC paulista, também deram impulso a política de descentralização econômica proposta pelo Estado no II PND (1974-1979) como principal diretriz ao desenvolvimento industrial brasileiro na medida em que propunha a desconcentração das atividades industriais estabelecidas na Região Metropolitana de São Paulo e o fortalecimento de pólos industriais em outras regiões do país. Estava ficando cada vez mais difícil para a elite industrial controlar o operariado, no sentido de manter suas altas taxas de lucro em função de baixos salários; operariado este que, geograficamente concentrado em São Paulo e em sua Região Metropolitana, se apresentava cada vez mais organizado. Por exemplo, os dois sindicatos mais fortes do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), além da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), estavam sediados em São Paulo.

A Tabela 25 mostra a perda de posição tanto da Capital paulista quanto de sua Região Metropolitana em relação ao Interior do Estado de São Paulo e o aumento considerável da posição dos municípios do Interior, no que diz respeito à porcentagem do Valor de Transformação Industrial.

Tabela 25: Modificações Espaciais da Indústria de Transformação do Estado de São Paulo (valores em porcentagem do VTI)

Região Metropolitana e Interior	1959	1970	1975	1980	1985
1. RMSP	73,8	74,7	69,4	62,9	56,6
1.1 Capital	54,8	48,1	44,0	34,8	29,8
1.2 RMSP, exceto capital	19,0	26,6	25,4	28,1	26,8
2. Interior	26,2	25,3	30,6	37,1	43,4
Total do Estado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* em bilhões de cruzeiros de 1950

Fonte: Fibge – Censos Industriais de 1959, 1970, 1975, 1980 e 1985 apud NEGRI, 1996.

O principal receptor de estabelecimentos industriais foi o Interior paulista, com vistas a dar continuidade hegemônica à liderança da elite nacional à elite de São Paulo, fundamentalmente os municípios de Campinas, São José dos Campos, Cubatão, Sorocaba e Ribeirão Preto. Após esse primeiro movimento das indústrias em direção ao Interior, muitas indústrias passaram a sair do Estado de São Paulo, se deslocando para

outros estados, com destaque para Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, como mostra a Tabela 26 a seguir, com base na distribuição do Valor da Transformação Industrial.

Tabela 26: Distribuição espacial da indústria de transformação do Brasil

Regiões e Estados	Distribuição percentual do VTI da indústria de transformação				
	1970	1975	1980	1985	1990
Nordeste (menos BA)	4,2	4,5	4,4	4,8	4,5
Bahia	1,5	2,1	3,1	3,8	4,0
Minas Gerais	6,4	6,3	7,8	8,3	8,7
Rio de Janeiro	15,7	13,6	10,2	9,5	9,8
São Paulo	58,1	55,9	54,4	51,9	49,2
a) Metrópole	43,4	38,8	34,2	29,4	26,2
b) Interior	14,7	17,1	20,2	22,5	23,0
Paraná	3,1	4,0	4,1	4,9	5,7
Santa Catarina	2,6	3,3	3,9	3,9	4,2
Rio Grande do Sul	6,3	7,5	7,9	7,9	7,7
Outros Estados	2,1	2,8	4,2	5,0	6,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Negri, 1996.

De fato, o modelo de desenvolvimento nacional desse período baseava-se na desconcentração econômica. Para isso, era necessário tanto desenvolver-se socialmente quanto integrar-se nacionalmente, visando o fim dos desequilíbrios regionais. Nesse sentido, o governo federal criou nove regiões metropolitanas no país e adotou uma política nacional de desenvolvimento urbano (Resolução no. 003 de 11 de Setembro de 1979).

A Lei Complementar nº 14, de 8 de Junho de 1973 em seu Art. 1º dizia: "Ficam estabelecidas, na forma do art. 164 da Constituição, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza". Posteriormente, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi instituída pela Lei Complementar nº 20 de 1º de Julho de 1974.

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, aprovada para o período entre 1980 e 1985 com a Resolução número 003 de 11 de Setembro de 1979,

havia programas para as regiões metropolitanas, para as capitais e para as cidades de pequeno e médio, além de programas também para núcleos urbanos de apoio.

Vale ressaltar que, principalmente após 1976 com o fim do II PND, essa política de desenvolvimento urbano e de descentralização econômica era continuamente freada visando o controle da expansão do mercado interno, já que a elite estava conduzindo um processo que se caracterizava tanto pela expansão necessária ao processo de acumulação quanto pelo controle dessa expansão tendo em vista a manutenção de sua posição hegemônica.

Os primeiros estudos a respeito do fenômeno da desconcentração das atividades econômicas no Brasil remeteram a teorias de reversão da polarização, como as de Richardson (1980), que foram baseadas principalmente nos processos de desindustrialização ocorridos em cidades norte-americanas.

Em São Paulo o processo se ateve à desconcentração da produção com a ampliação do raio de localização da indústria paulistana sem que tenha havido despolarização. Em muitas cidades norte-americanas, por exemplo, o fenômeno foi diferente, com a saída de praticamente todos os estabelecimentos industriais das grandes cidades, exclusive as sedes, e sua completa substituição por empresas do setor terciário.

Alguns autores, como Azzoni (1986), Diniz (1993), Negri (1996), Pacheco (1999) e Cano (1988), atribuíram à desconcentração das atividades produtivas, com a redistribuição das plantas industriais e sua relocalização nos municípios do Interior, a fatores locacionais, como aos fenômenos das economias e deseconomias de aglomeração[3], e/ou aos incentivos desenvolvidos por planos governamentais.

É de Azzoni (1986) a expressão "desconcentração concentrada", processo pelo qual São Paulo passou pelo espraiamento de seus estabelecimentos industriais que passaram a se deslocar para o Interior do Estado em um raio de 150 quilômetros. A essa nova área de atuação do setor produtivo o autor chamou de "campo aglomerativo".

[3] Entende-se por deseconomias de aglomeração os fatores urbanos economicamente desvantajosos decorrentes do alto grau de aglomeração de atividades, pessoas e serviços, como alto custo dos terrenos urbanos, alto custo de transporte, em função do aumento cada vez maior dos congestionamentos viários, alto custo de impostos territoriais e exigências ambientais mais rigorosas. Hoover (1936) definiu mais precisamente esse termo que trata das externalidades geradas também pela grande concentração industrial.

Negri (1996), Pacheco (1999) e Cano (1988) discutiram a problemática das novas localizações industriais e da interiorização da produção nas décadas de 1970 e 1980 com base nas deseconomias de aglomeração da metrópole e apontaram a influência das políticas de descentralização federais, estaduais e municipais neste processo.

A visão de Diniz (1993) trouxe para a elucidação deste processo não só o comportamento das empresas como também a unificação do mercado nacional e a atuação do Estado, mas não deixou de considerar os recursos naturais; as economias e deseconomias de aglomeração; e a concentração regional de pesquisa e renda como fatores determinantes para o processo de desconcentração das atividades industriais.

Lencioni (1994), assim como Azzoni (1986), Negri (1996) e Diniz (1993), apontou a importância do papel do Estado, através do governo federal foi responsável por políticas de descentralização, com incentivo à industrialização do Nordeste; através do governo estadual paulista foi responsável pelo deslocamento das indústrias para o Interior; e através de governos locais, que estabeleceram vários incentivos fiscais e de preço responsáveis por atrair estabelecimentos produtivos aos municípios do Interior, principalmente com base de políticas de implantação de distritos industriais.

Também para Caiado (2004), o movimento de relocalização da indústria dos setores mais tradicionais e de grande porte, que abandonaram as antigas plantas fabris da capital, pode ser explicado pela presença de deseconomias de aglomeração oriundas da impossibilidade de ampliação das plantas industriais (alto custo do terreno e ocupação consolidada do entorno), e das dificuldades com o transporte de cargas e restrições ambientais.

Ainda para Caiado (2004:12) também favoreceram o deslocamento industrial os *"(...) elevados rendimentos com terrenos liberados de antigas fábricas, disponíveis para novos empreendimentos imobiliários (renovação urbana de antigas zonas industriais no Brás, Mooca, Itaim Bibi, Santo Amaro, entre outros)*". Assim, de acordo com o autor, não se pode deixar de considerar a enorme pressão do mercado imobiliário para a saída das indústrias da Capital, liberando seus terrenos de grandes dimensões para outros tipos de investimento então mais lucrativos.

Escapou, no entanto, ao entendimento desses autores a magnitude política do processo de desconcentração industrial - magnitude essa que se procura esclarecer aqui.

Considera-se na nossa pesquisa que a desconcentração industrial em São Paulo ocorreu com as linhas de produção, principalmente as de grande porte, que se deslocaram majoritariamente para o Interior do Estado.

Contribuíram para o deslocamento dos setores relacionados às linhas de produção industriais a forte pressão sindical concentrada em São Paulo e em sua Região Metropolitana que exigiu cada vez mais benefícios aos trabalhadores. Também contribuíram outros fatores como o alto custo dos terrenos urbanos, devido à constante escassez de terrenos de grande porte em locais de fácil acesso e no centro; o alto custo de transporte, tanto de matéria-prima como de produtos acabados, em função do aumento cada vez maior dos congestionamentos viários na cidade; além de outros fatores como aumento dos impostos territoriais.

 Esses fatores são comumente chamados de deseconomias de aglomeração. Hoover (1936) definiu mais precisamente esses termos. Para o autor, existem dois tipos de externalidades geradas pela concentração industrial: as economias de localização e as economias de urbanização. As economias de localização são as externalidades geradas pela concentração em uma mesma região de um mesmo tipo de indústria. Já as economias de urbanização são as externalidades geradas pela concentração em uma mesma região de diferentes tipos de indústria. Acredita-se que essa definição de economias de urbanização é a mais adequada para definir a situação de São Paulo e sua Região Metropolitana.

No entanto, além dessas características, evidencia-se aqui o papel do Estado como fator decisivo para o fenômeno de desconcentração industrial. O Estado, como instrumento político da elite, agiu de acordo com os interesses desta, na medida em que incentivou a desconcentração industrial como estratégia para expandir o processo de acumulação de capital da elite, via expansão e unificação dos mercados internos, e manter sua posição de dominância, via controle dessa expansão.

Os números são claros. Realmente o estado de São Paulo passou por um processo de desconcentração industrial. Como um todo, o estado apresentou queda na sua participação na produção industrial do país e na sua participação no PIB industrial brasileiro. Em 1970 a participação paulista no valor do produto industrial era de 58,2%, caindo para 49,2% em 1990, e a participação do estado no PIB industrial brasileiro era de 57%, porcentagem que caiu para 45% em 1984 (NEGRI, 1996).

Por outro lado, apesar desse processo de desconcentração dos estabelecimentos industriais, grande parte da produção de riqueza industrial no Brasil ainda estava concentrada no Estado de São Paulo em 1984, mesmo no período auge do processo de desconcentração das atividades produtivas. De um total nacional, estamos falando que 45% do PIB industrial (1984) e 49,2% do valor do produto industrial (1990) estavam sendo produzidos pelo Estado de São Paulo.

Portanto, como mostraram Rolnik, Kowarick e Somekh (1991), essa queda da parcela do Estado de São Paulo no PIB industrial nacional foi relativa. Para os autores, concomitantemente ao processo de desconcentração industrial houve um processo de modernização do parque industrial paulista, o que também colaborou para reforçar sua posição de liderança nacional.

> (...) a perda de participação do Estado de São Paulo na geração da renda nacional, particularmente no setor industrial, está longe de ameaçar sua liderança econômica (ROLNIK, KOWARICK & SOMEKH, 1991:21).

Essa modernização pode ser analisada pela concentração de setores industriais mais complexos e dinâmicos, a saber, os produtores de bens intermediários e de bens de consumo duráveis.

Segundo Rolnik, Kowarick e Somekh (1991), a participação da indústria de bens de consumo não duráveis no PIB do Estado de São Paulo caiu de 37% em 1970 para 26% em 1980. Por outro lado, os setores mais modernos produtores de bens intermediários e as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis aumentaram sua participação, subindo de 34% para 40% no caso dos bens intermediários e de 29% para 35% no caso dos bens de consumo duráveis, nos mesmos anos.

Essa modernização também pode ser vista no aumento dos empregos no setor terciário, tanto formal quanto informal. Schiffer (1992) mostrou que 46,3% do total nacional de empregos em 1970 estava concentrado no setor terciário. Porcentagem que subiu ainda mais com o passar dos anos, alcançando 53,5% do total nacional em 1989, ou seja, a maioria dos empregos no Brasil era do setor terciário. Segundo Rolnik, Kowarick e Somekh (1991), em 1980 o setor terciário também era o maior gerador de renda nacional, com 52%.

Alterando a escala de análise, dentro do Estado de São Paulo as conclusões são semelhantes: houve queda do Valor da Transformação Industrial da Região Metropolitana de São Paulo e queda da participação da Região Metropolitana de São Paulo no total de pessoal ocupado na indústria do estado, ao mesmo tempo em que houve aumento do emprego no setor terciário como um todo.

A Região Metropolitana de São Paulo foi, aliás, a região que apresentou maior queda no percentual do VTI nacional: de 43,3% em 1970 caiu para 26,3% em 1990 (NEGRI, 1996). No Estado de São Paulo, a participação do VTI da RMSP que era de 74,7% em 1970, passou para 62,8% em 1980 e 56,6% em 1985. Por outro lado, a participação do VTI do Interior do estado de São Paulo cresceu de 19,6% em 1980 para 20,6% em 1985.

Em relação ao pessoal ocupado na indústria de transformação, a RMSP concentrava 70% do total do Estado de São Paulo em 1970, porcentagem que caiu para 65,7% em 1980 e depois para 62,1% em 1985 (SCHIFFER, 1992).

Portanto, como analisado para o Estado de São Paulo em relação ao Brasil, mesmo com a queda nas porcentagens do VTI e do pessoal ocupado na indústria entre 1970 e 1985, a RMSP continuava concentrando a maioria do Valor de Transformação Industrial e a maioria do pessoal ocupado da indústria do Estado de São Paulo: mais de 50% do VTI em 1985 e mais de 60% do pessoal ocupado em 1985.

Dentro da RMSP, no entanto, foi o Município de São Paulo o maior responsável pela queda no Valor de Transformação Industrial. A Tabela 27 mostra, inclusive, que a importância do VTI dos demais municípios da RMSP em relação ao Estado de São Paulo cresce no período de 1960 a 1980 aproximadamente 9%, passando de 19,98% para

28,10%. Enquanto isso, o Município de São Paulo apresenta queda de sua importância do VTI em relação ao Estado de quase 20%, passando de 54,81% em 1960 para 34,84% em 1980.

Portanto, como já demonstrou Schiffer (2004), a desconcentração industrial atingiu de forma mais acelerada o Município de São Paulo. Mesmo assim, entretanto, a importância industrial do município se manteve: em 1980 a cidade concentrava cerca de 30% do Valor da Produção Industrial[4] do estado de São Paulo e em 1985 abrigava cerca de 40% do pessoal ocupado na indústria do estado (ROLNIK, KOWARICK & SOMEKH, 1991).

Tabela 27: Distribuição espacial do Valor de Transformação Industrial para regiões do Estado de São Paulo (em porcentagem)

Regiões	Ano			
	1960	1970	1975	1980
Município de São Paulo	54,81	48,15	44,00	34,84
Outros municípios da RMSP	18,98	26,54	25,41	28,10
Inteior	26,21	25,31	30,59	37,06

Fonte: Fibge: Censos Industriais de 1960, 1970, 1975 e 1980 apud Rolnik, Kowarick e Somekh, 1991: 140.

Entretanto, é inegável o aumento da importância do Interior do estado de São Paulo, conforme a Tabela 27 acima, que compara os percentuais do VTI das diferentes regiões do Estado de São Paulo para os anos entre 1960 e 1980.

Estas transformações requereram maior disponibilidade de infra-estrutura, como ocorreu com a construção de novas auto-estradas, como a Rodovia dos Bandeirantes e a Castelo Branco, e a construção de usinas para melhoramento do abastecimento de energia elétrica. No entanto, para manter a hegemonia da elite, os investimentos estatais foram controlados e destinados principalmente às regiões que sediaram a desconcentração.

[4] Segundo IBGE "*Valor da Produção corresponde ao valor de venda ou transferência, na fábrica, do conjunto de mercadorias produzidas, excluindo os impostos e taxas que incidem sobre a produção*".

Em termos de pessoal ocupado na indústria, tanto a RMSP quanto o Município de São Paulo tiveram uma queda relativa no período de 1960 a 1985 em comparação com o estado de São Paulo.

A RMSP caiu de 70,7% em 1960 para 64,2% em 1985. Entretanto, dentro da RMSP enquanto o Município de São Paulo também teve queda relativa, de 55,9% em 1960 para 40,4% em 1985, os demais municípios da RMSP tiveram um aumento da participação do pessoal ocupado na indústria de quase 10% nesse período (ver Tabela 28 a seguir). Vale ressaltar, no entanto, que a queda no pessoal ocupado na indústria é histórica, acompanhada dos processos de modernização dos processos produtivos, e não particular do processo de industrialização de São Paulo.

O aumento da participação dos demais municípios da RMSP foi, na verdade, maior entre 1960 e 1985 do que o aumento da participação do Interior, em termos de pessoal ocupado, já que o Interior teve um aumento de quase 7%.

As porcentagens de participação do pessoal ocupado por região do Estado de São Paulo podem ser analisadas com base na Tabela 28 a seguir.

Tabela 28: Distribuição espacial do pessoal ocupado na indústria para regiões do Estado de São Paulo (em porcentagem)

Região	1960	1970	1975	1985
RMSP	70,7	70,1	68,1	64,2
Capital	55,9	49,9	46,1	40,4
Demais municípios	14,8	20,2	22,0	23,8
Interior	29,3	29,9	31,9	35,8

Fonte: Fibge: Censos Industriais de 1960, 1970, 1975 e 1985 apud Tunes, 2004: 61.

A queda nos percentuais do VTI e do pessoal ocupado na indústria da RMSP e Capital evidencia o processo de desconcentração das atividades produtivas entre 1975 e 1985. Entretanto, precisa-se analisar como se deu esse processo de desconcentração, no sentido de analisar quais setores e quais tipos de estabelecimentos industriais saíram da cidade e Região Metropolitana de São Paulo e se a região perdeu dinâmica industrial com esse processo.

Em relação à queda do VTI, Schiffer (1992) colocou, por exemplo, que uma das razões foi o fato das grandes e médias plantas industriais, majoritariamente, terem transferido suas linhas de produção do município e da RMSP em direção ao Interior do estado.

Na análise da queda no número do pessoal ocupado na indústria, Tinoco (2001) fez uma importante consideração: não dá para deduzir que um emprego perdido na década de 1980 na RMSP, por exemplo, tenha a mesma representação em produtividade do que um emprego perdido na década de 1990. Isso se dá porque um emprego na década de 1980 não representa o mesmo montante em termos de produção que um emprego na década de 1990, em função dos processos de modernização da produção que se desenvolveram nesse período. Da mesma forma, o autor apontou que um emprego perdido no Interior também não tem a mesma representatividade produtiva do que um emprego perdido na Capital ou Região Metropolitana. Partindo-se desse princípio deve-se ter cautela na comparação dos dados de pessoal ocupado.

Portanto, mais do que dizer que São Paulo passou por um processo de desconcentração do emprego industrial, deve-se agir com cuidado e analisar o tipo de emprego industrial que decresceu.

Segundo Fani Carlos (2004: 55), "*a diminuição dos empregos industriais deve ser analisada com cautela*", pois no caso da cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana ela não significou a "*perda de importância da indústria*", mas sim "*um processo de modernização no processo produtivo*".

A hipótese defendida por Tunes (2004: 106) foi a de que São Paulo passou nos anos 1970 e 1980 por um processo de "*desconcentração seletiva da indústria*". A autora analisou que nesse período a cidade de São Paulo havia desconcentrado os ramos mais tradicionais da economia e mantido a concentração dos ramos mais complexos e dinâmicos. No entanto, não foi isso que ela verificou de forma unânime, porque apesar da maioria dos ramos industriais tradicionais terem desconcentrado e a maioria dos ramos industriais mais modernos terem mantido sua concentração na Capital, alguns ramos tradicionais também permaneceram concentrados na cidade de São Paulo.

Portanto, sua hipótese geral de que "*os ramos industriais não são atingidos da mesma forma e com a mesma intensidade*" no período do auge de desconcentração industrial, a saber, entre 1975 e 1985, é uma afirmação verdadeira. Mas, como dentre os ramos que mantiveram sua concentração na Capital apareceram Vestuário, calçados e artefatos de tecido e Editorial e gráfica, que são considerados ramos tradicionais, Tunes (2004) não pode afirmar que todos os ramos tradicionais deixaram a Capital no período de desconcentração industrial e que todos os ramos mais modernos permaneceram.

A autora concluiu que, no geral, ramos industriais tradicionais, como Têxtil, Metalúrgico e Mecânico, perderam participação na Capital em relação ao Estado de São Paulo tanto em número de estabelecimentos, quanto em pessoal ocupado e Valor de Transformação Industrial. Enquanto ramos mais modernos, como material elétrico e comunicações e produtos farmacêuticos e veterinários, mantiveram suas altas taxas de participação na Capital no mesmo período (TUNES, 2004).

Ou seja, Tunes (2004) apontou que há uma probabilidade maior dos ramos mais tradicionais da indústria deixarem a capital ou a região metropolitana e, conseqüentemente, uma probabilidade maior dos ramos mais modernos permanecerem.

Segundo Tunes (2004) sete ramos industriais continuaram a apresentar alta concentração no Município de São Paulo em 1985, com mais de 50% de concentração em relação ao Estado de São Paulo em todos os dados pesquisados pela autora (número de estabelecimentos, número de pessoal ocupado na indústria e Valor da Transformação Industrial). Esses sete ramos eram: Editorial e gráfica; Produtos farmacêuticos e veterinários; Perfumaria, sabões e velas; Vestuário, calçados e artefatos de tecido; Matéria plástica; Material elétrico e comunicações; e Indústrias Diversas.

Diferente dos dados sobre Valor da Transformação Industrial e pessoal ocupado na indústria, que apresentaram queda considerável entre 1975 e 1985, os dados sobre número de estabelecimentos não mostram o mesmo movimento decrescente.

Ao se analisar o número de estabelecimentos não se observou queda entre os anos de 1970 e 1985. Pelo contrário, o número de estabelecimentos industriais da RMSP no total

estadual cresceu entre 1970 e 1980 de 51% para 55,9%. Logo depois houve uma leve queda para 53,1% em 1985 (SCHIFFER, 1992).

Segundo a Tabela 29, a seguir, na Capital a porcentagem de estabelecimentos industriais em relação ao Estado de São Paulo praticamente se manteve estável entre 1960 e 1985.

Tabela 29: Distribuição espacial do número de estabelecimentos industriais para regiões do Estado de São Paulo (em porcentagem)

Região	1960	1970	1975	1985
RMSP	48,3	51,8	54,4	54,7
Capital	40,5	41,2	41,6	40,7
Demais municípios	7,8	10,6	12,8	14,0
Interior	51,7	48,2	45,6	45,3

Fonte: Fibge: Censos Industriais de 1960, 1970, 1975 e 1985 apud Tunes, 2004: 61.

A análise dos dados sobre número de estabelecimentos confirma, portanto, a continuidade da dinâmica industrial da cidade de São Paulo e salienta sua importância ainda como centro industrial do país, principalmente para certos ramos da indústria.

Em síntese, analisando-se o processo de desconcentração industrial durante o período de 1975 a 1985 verificou-se, como analisado acima, que, apesar de ter ocorrido um processo de relocalização de estabelecimentos industriais e uma nova distribuição do pessoal ocupado na indústria, a queda da porcentagem do VTI do Estado de São Paulo, de sua Capital e RMSP não significou a perda da hegemonia de São Paulo na produção industrial nacional.

Mesmo porque, no tocante à concentração das atividades produtivas no Estado de São Paulo, a Capital e sua Região Metropolitana mantiveram nesse período sua posição de liderança entre as regiões de maior concentração dentro do Estado, mesmo com os movimentos de desconcentração em andamento.

Os dados mostraram também que o movimento de desconcentração industrial foi, no geral, seletivo. Ou seja, ao se analisar o processo de desconcentração por ramos industriais, verifica-se que os ramos tradicionais tenderam a sair da RMSP e da Capital e os ramos mais modernos tenderam a permanecer.

Ou seja, São Paulo, estado, região metropolitana e capital, mantiveram sua posição de liderança na economia industrial nacional. No entanto, estabeleceu-se a partir de 1975 uma nova relação entre a cidade, a RMSP e o Estado e suas demais regiões. Essa nova relação, agora baseada na complementaridade, permitiu a continuidade do processo de acumulação de capital em São Paulo e a manutenção de sua posição hegemônica nas relações econômicas nacionais.

Essa complementaridade pode ser analisada pela manutenção em São Paulo das sedes de administração e controle das empresas, sejam elas industriais ou não. Schiffer (2004b) apontou o aumento de sedes de empresas do setor financeiro em São Paulo, Com dados baseados na revista Gazeta Mercantil para vários anos a autora mostrou, por exemplo, que em 1986 havia 18 dos 40 maiores bancos comerciais privados brasileiros estavam sediados em São Paulo. Em 1997 esse número passou de 18 para 31 dos maiores bancos privados brasileiros com sede em São Paulo. A cidade, além de manter as sedes das empresas que uma vez deixaram de se localizar na capital, passou também a atrair outras sedes. Ou seja, São Paulo estava mantendo sua posição de liderança na economia mundial com base também no estabelecimento de novas relações entre as empresas.

Segundo Rolnik (2000) apesar da perda em números absolutos de estabelecimentos industriais e da queda no Valor Adicionado, a cidade de São Paulo e Região Metropolitana não perderam sua dinâmica econômica, e menos ainda sua dinâmica industrial, ou seja, não houve desindustrialização. A autora afirmou que algumas indústrias se deslocaram de São Paulo em direção a pontos específicos do Interior paulista, região que passou a estabelecer uma relação de complementaridade produtiva com a Capital e a RMSP, pois a cidade de São Paulo e a RMSP passaram a abrigar as unidades industriais mais inovadoras. Esse novo território de complementaridade produtiva é chamado de macrometrópole paulista.

> O que precisa ser evidenciado é que a indústria montada na periferia nacional era complementar à de São Paulo, e dependente de seu mercado de insumos, bens de capital e produtos finais (NEGRI, 1996: 144).

Portanto, utiliza-se aqui a expressão determinada por Fani Carlos (2004: 58) "*desconcentração-centralização*" para definir o processo pelo qual passou a cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana no período entre 1975 e 1985. Definir dessa forma o que ocorreu com São Paulo nesses anos evita uma série de erros metodológicos

Lencioni (1994), com o intuito de esclarecer o processo pelo qual passou a economia industrial brasileira a partir da década de 1970, distinguiu os processos de concentração e centralização. Enquanto o processo de concentração prevê a existência de grande número de estabelecimentos em uma mesma região, o processo de centralização pressupõe que a dinâmica industrial e o processo decisório estejam concentrados em determinada região e não necessariamente o maior número de estabelecimentos.

Ou seja, pode haver concentração de estabelecimentos sem que haja centralização da dinâmica industrial, ao mesmo tempo em que pode não haver a concentração de estabelecimentos, mas pode haver centralização, que é justamente o caso de São Paulo e sua Região Metropolitana.

A autora não viu, portanto, a transformação da industrialização do estado de São Paulo como um processo de descentralização, já que o controle e o processo decisório continuaram concentrados na capital, mesmo com a efetividade do processo de desconcentração dos estabelecimentos industriais.

Desse modo, Lencioni (1994) definiu que a cidade de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980 passou por um processo de desconcentração das atividades industriais, sem, no entanto, deixar de centralizá-las.

Também como afirmou Tunes (2004: 83):

> Em outras palavras, a Capital não se desindustrializa, e mesmo não há uma descentralização da indústria, como as políticas governamentais tanto afirmam.

E Rolnik (2000: 32-33):

> As transformações na estrutura produtiva do interior paulista, da Região Metropolitana e do Município de São Paulo constitui um processo que não confirma a idéia de esvaziamento industrial da metrópole e da capital (...)
>
> É certo que a desconcentração industrial, apesar de ser real até um certo ponto, não é tão intensa a ponto de esvaziar a dinâmica gerada pelas indústrias que permanecem nessa região.

Como resultado deste processo de "*desconcentração-centralização*", Schiffer (1992) apontou o aumento ainda maior da concentração de renda e a aceleração do processo de urbanização do país. A autora evidenciou o aumento do número de cidades com mais de 10.000 habitantes entre 1950 e 1980 no Brasil. Enquanto em 1950 havia 11 cidades deste porte, em 1960 já eram 31, saltando para 58 em 1970 e depois para 95 em 1980.

A seguir, será analisado como a cidade de São Paulo, em termos de estrutura urbana, se modificou juntamente com esse processo de desconcentração industrial e quais foram as alterações no padrão de localização da indústria dentro do Município de São Paulo, já que novas relações de complementaridade foram estabelecidas entre as regiões sem que São Paulo tenha perdido sua primazia de centro econômico industrial.

3.1 A cidade de São Paulo e a localização da atividade produtiva de 1975 a 1985

O que se viu até meados da década de 1970 foi a alta concentração das atividades industriais na cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana. Dentro do Município de São Paulo, até a década de 1940, a maior parte dos estabelecimentos industriais estava concentrada nos distritos centrais da cidade e ao longo de seus braços ferroviários, que proporcionavam terrenos lindeiros planos e de baixo custo, com facilidade para a chegada e saída de matéria-prima e produtos acabados.

Na década de 1940 e 1950, conforme apontado no Capítulo 2, a preferência pela localização das atividades produtivas passou da linha férrea para os eixos rodoviários, diante da importância que os mesmos adquiriram nas conexões entre São Paulo e o restante do país. Nesse momento, surgiram as concentrações industriais ao longo da Rodovia Castelo Branco, Via Dutra, Via Anchieta, etc, quando se estenderam para além

do Município de São Paulo, atingindo outros municípios da região Metropolitana, notadamente Osasco, Guarulhos, Santo André e Mauá, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo.

As melhorias da rede viária, que favoreceu a circulação de mercadorias e da força de trabalho, e a aceleração da industrialização entre 1950 e 1960 contribuíram para a alteração da estrutura urbana da cidade de São Paulo que passou a se basear no modelo centro-periferia.

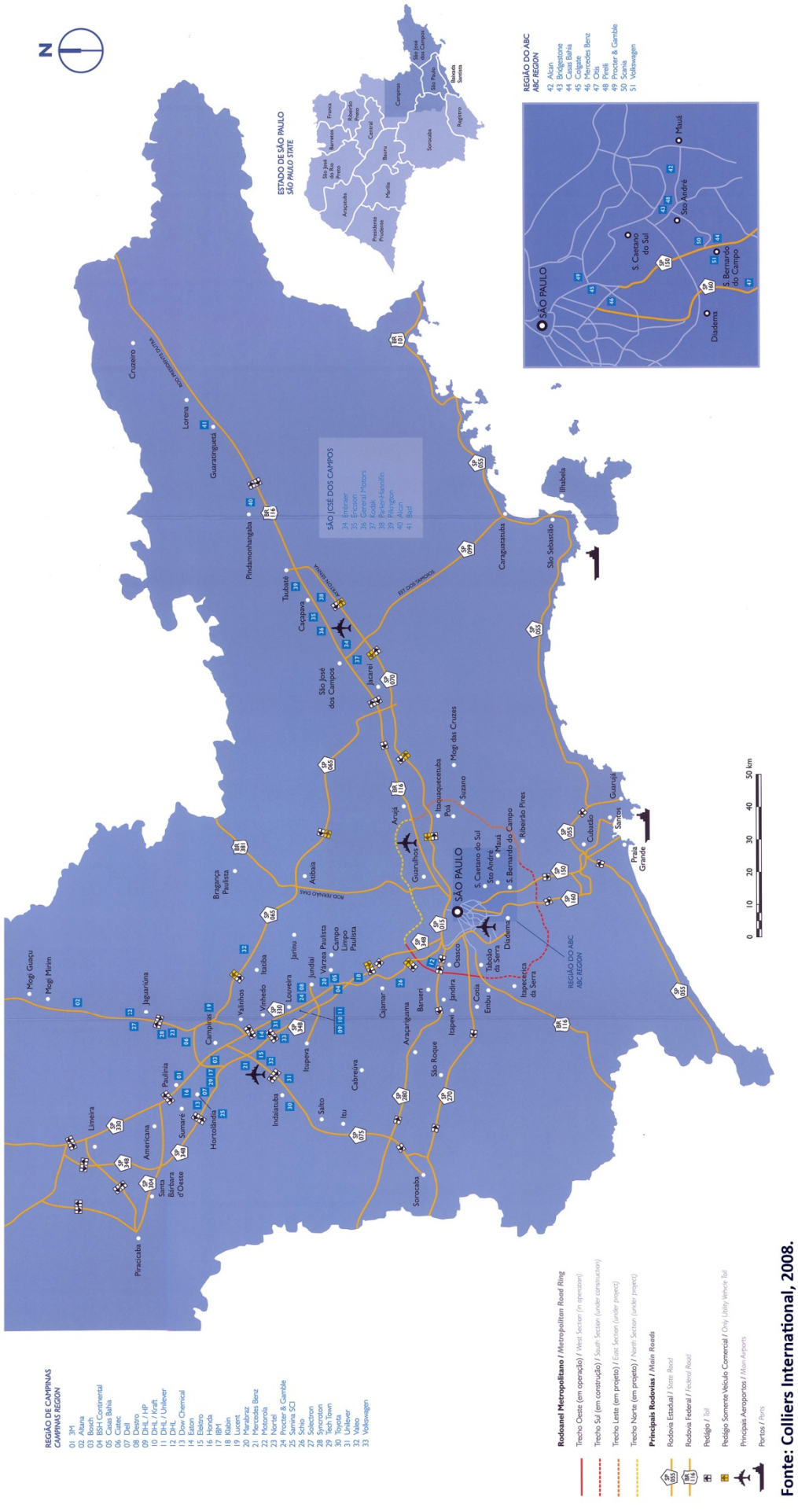
Até a década de 1970, a cidade vinha se estruturando com base no modelo centro-periferia, em um padrão excludente e periférico de crescimento, como uma das características principais da estrutura urbana formada para sustentar a grande etapa de desenvolvimento industrial. Esse padrão de segregação sócio-espacial presumia que o crescimento econômico andasse de mãos dadas com o crescimento da pobreza concentrada nas periferias de baixa densidade da cidade.

O alargamento das bordas da mancha urbana, acentuando o crescimento periférico em um padrão radio - concêntrico, se intensificou entre 1950 e 1970, quando a localização da atividade industrial priorizou a Região Metropolitana de São Paulo.

Em 1970 tem-se o momento de inflexão da concentração da atividade industrial em São Paulo, capital e Região Metropolitana, iniciando o período de desconcentração industrial com base na cidade de São Paulo, que teve seus fatores e características analisados anteriormente.

Naquele momento, grande parte das indústrias, principalmente as de grande porte e representantes dos setores tradicionais da economia, passaram a preferir o Interior do Estado de São Paulo como *locus* principal de sua produção, transferindo para municípios como Campinas, São José dos Campos e Sorocaba suas grandes plantas industriais e deixando na Capital e Região Metropolitana a sede de suas empresas.

Mapa 15: Distribuição de indústrias nos eixos macrometropolitanos



Fonte: Colliers International, 2008.

O mapa acima, fornecido pela divisão de mercado imobiliário industrial da empresa Colliers International, mostra a preferência de localização de novas plantas industriais instaladas com a ajuda da empresa em 2008.

A cidade de São Paulo, no que diz respeito aos estabelecimentos industriais, teve grandes plantas industriais que deixaram o município em detrimento de outras regiões no Interior do Estado entre 1975 e 1985. Entretanto, em termos de estrutura urbana e morfológica, os galpões e plantas industriais advindos da primeira e segunda fases da industrialização permaneceram na cidade obsoletos e inalterados morfologicamente.

As grandes glebas industriais do início do século XX contribuíram para a formação da estrutura urbana da cidade na medida em que definiram eixos de desenvolvimento econômico ao longo das ferrovias e posteriormente ao longo das rodovias.

Esses grandes eixos econômicos também acabaram por definir regiões de concentração residencial de baixa renda dentro da cidade, como foi o caso dos loteamentos populares em Osasco ou as vilas operárias no centro de São Paulo. Entretanto, com a sua saída para outros municípios, grande parte destes terrenos foi deixada de lado ou mesmo foi subaproveitada.

Um estudo da Emplasa (1978) mostrou o subaproveitamento das áreas destinadas ao uso industrial (Z6 e Z7) na Região Metropolitana de São Paulo. Essa pesquisa apontou a existência de vazios em aproximadamente 75% do total dessas áreas. Esse estudo também apontou que, em 1975, cerca de 40% das áreas do Município de São Paulo destinadas, em legislação de uso e ocupação do solo, para a atividade industrial estavam vazias.

Em relatório realizado pela Emplasa em 1981, foram ressaltados os problemas para a relocalização de estabelecimentos industriais na RMSP e seu entorno, salientando as características de determinados tipos de estabelecimentos industriais que intrinsecamente se associam às vantagens do caráter metropolitano:

> Ocorre que nem sempre é possível a mudança para áreas do entorno da região metropolitana e, tampouco, de todo desejável. Esse fato ocorre com os estabelecimentos industriais tidos como de especialização metropolitana, ou seja, aqueles que mantêm vínculos estritos com a região, como por exemplo a compra e venda de mercadorias (EMPLASA, 1981:19).

Esta característica do parque industrial paulistano influenciou também o padrão de localização dos novos estabelecimentos no território do município. Antes preferidos os eixos ferroviários ou rodoviários, a partir da década de 1980 esses pequenos estabelecimentos encontraram-se dispersos na malha urbana, pulverizados pelos distritos da capital.

O Departamento Normativo do Uso do Solo da Secretaria Municipal de Planejamento (DENUSO/SEMPLA) fez um estudo sobre os estabelecimentos industriais com menos de 100 empregados no Município de São Paulo na década de 1980. Esse estudo revelou a existência de indústrias de pequeno porte fora das zonas industriais definidas na legislação municipal e estadual, estando predominantemente espalhadas na malha urbana da Zona Leste da capital (GRILLO, 1997).

Os resultados desse estudo também mostraram que a maioria das zonas industriais definidas pelas legislações de uso e ocupação do solo estava sendo superestimada. O uso de serviços passou a ocupar preferencialmente essas áreas, principalmente com a função de depósitos ou como transportadoras.

Em algumas delas houve ocupação pelo uso residencial, como aconteceu com as regiões de Jurubatuba e Santo Amaro, que foram ocupadas principalmente pelo uso residencial de alto padrão. O setor imobiliário atuou em algumas dessas áreas também para a construção de grandes empreendimentos do setor terciário, como shopping centers, hotéis, etc.

Esse estudo apontou que a ocupação das áreas originalmente industriais com outros usos, principalmente o residencial de alto padrão, foi um fator negativo para as indústrias que ainda estavam ali instaladas. O crescimento do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) decorrente fez com que muitas indústrias deixassem essas áreas no município, dando lugar a empreendimentos imobiliários mais vantajosos.

A acessibilidade via rodovias ainda era um fator importante para a localização industrial, mas algumas zonas mesmo com boa acessibilidade tinham baixa ocupação, como foi o caso da Rodovia Raposo Tavares. As zonas industriais perto das ferrovias, que tanto foram favorecidas no período inicial da industrialização em São Paulo quando o principal meio de transporte de mercadorias e mão-de-obra era o trem, passaram a ter problemas de localização, pois o sistema viário onde estavam instaladas era descontínuo e os espaços para manobra de caminhões eram bastante restritos, o que dificultava o transporte de sua produção via rodovias.

O município de São Paulo, a partir da década de 1980, passou, então, a ser a localização preferencial para os pequenos e médios estabelecimentos industriais (em termos de número de empregados), principalmente aqueles voltados aos setores mais modernos e dinâmicos da economia.

Rolnik (2000), baseada nos dados da pesquisa do SENAI para os anos 1981 e 1987, distinguiu a concentração industrial dentro do Município de São Paulo por distrito de acordo com a distribuição dos empregos industriais, salientando os ramos da indústria e o porte dos estabelecimentos.

Nessa pesquisa, Rolnik (2000) apontou que os distritos do Ipiranga, Vila Prudente, Alto da Mooca e Tatuapé foram os que tiveram maior perda de emprego industrial entre 1981 e 1987. Os distritos mais geradores de emprego industrial no mesmo período foram Lapa e Santo Amaro (ver Tabela 30 a seguir).

A queda dos empregos industriais nos distritos do Ipiranga, Vila Prudente, Alto da Mooca e Tatuapé ocorreu em todos os ramos industriais, tanto modernos quanto tradicionais, sendo que a maior queda ocorreu na indústria têxtil.

No caso da Lapa e Santo Amaro, o aumento do emprego ocorreu nas indústrias mais modernas, como metalurgia, mecânica e materiais elétricos, de comunicação e transporte.

Quanto ao porte dos estabelecimentos, a Zona Leste da cidade abrigava em 1987 majoritariamente estabelecimentos de porte pequeno (de 5 a 99 empregados, segundo

definido pelo SENAI) e médio (de 100 a 499 empregados, segundo definido pelo SENAI). Dos 170.988 empregados na indústria na Zona Leste em 1987, 120.000 estavam empregados nas indústrias de pequeno e médio porte.

Já as zonas Sul e Oeste tiveram queda no número de empregos dos estabelecimentos de grande porte (mais de 500 empregados, segundo definido pelo SENAI), estagnação nos empregos das pequenas indústrias e aumento dos empregados nos estabelecimentos de porte médio.

As zonas Norte e Sul, por outro lado, tiveram queda no número de empregados nos estabelecimentos de todos os tamanhos e em todos os setores, revelando uma baixa atividade industrial nestas regiões da cidade.

O Centro possuía, em 1987, grande quantidade de estabelecimentos industriais de pequeno porte principalmente nos distritos do Brás e Bom Retiro, concentrados no setor de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos. A pesquisa do SENAI revelou também a existência ali de baixo número de empregados com carteira assinada, principalmente nos setores mais tradicionais e nos estabelecimentos de pequeno porte.

Rolnik (2000) revelou com base na pesquisa do SENAI (1981 e 1987) que a cidade de São Paulo apresentava, no final da década de 1980, dinamismo industrial nos distritos da Lapa e Santo Amaro, que concentravam estabelecimentos de médio porte e pertencentes aos ramos industriais mais modernos, e na região central da cidade, principalmente nos distritos Brás e Bom Retiro, que concentravam estabelecimentos de pequeno porte e pertencentes aos ramos industriais mais tradicionais.

A Tabela 30, a seguir, mostra os resultados da pesquisa SENAI analisados por Rolnik (2000):

Tabela 30: Empregados na indústria segundo porte dos estabelecimentos no Município de São Paulo

Tamanho dos estabelecimentos	Pequeno (5 a 99 empregados)			Médio (100 a 499 empregados)			Grande (Mais de 500 empregados)			Total	
Zonas	1981	1987	Aumento	1981	1987	Aumento	1981	1987	Aumento	1981	1987
Norte	29.256	25.805	-11,8	30.473	25.745	-15,5	23.613	20.731	-1,2	83.342	72.281
Sul	75.139	75.766	0,83	112.128	123.542	10,8	127.741	106.325	-16,8	315.008	305.633
Leste	68.019	59.316	-12,8	71.011	60.241	-15,2	63.582	51.431	-19,1	202.612	170.988
Oeste	51.321	49.506	-3,5	82.246	101.116	22,9	95.601	80.032	-16,2	229.168	230.654
Centro	73.561	72.265	-1,8	64.510	65.601	1,7	50.555	63.448	25,5	188.626	200.223
MSP	297.299	282.658	-4,92	360.368	376.245	4,4	361.092	321.967	-10,8	1.018.756	980.870

Zona Norte: Subdistritos Santana, Tucuruvi, Vila Guilherme, Vila Maria, Casa Verde, Vila N. Cachoeirinha.
Zona Sul: Subdistritos Jardim Paulista, Vila Mariana, Indianópolis, Saúde, Ipiranga, Ibirapuera, Jabaquara, Santo Amaro, Capela do Socorro.
Zona Leste: Subdistritos Belenzinho, Tatuapé, Alto da Mooca, Vila Prudente, Vila Formosa, Penha, Vila Matilde, Itaquera, Guaianazes, Cangaíba, E. Matarazzo, S. Miguel Paulista, Sapopemba.
Zona Oeste: Subdistritos Butantã, Lapa, Pinheiros, Vila Madalena, Perdizes, Barra Funda, Limão, N. Sra. do Ó, Brasilândia, Jaraguá, Perus.
Zona Centro: Subdistritos Sé, Brás, Pari, santa Ifigênia, Bom Retiro, Santa Cecília, Consolação, Jd. América, Cerqueira César, Vela Vista, Liberdade, Aclimação, Cambuci, Mooca.

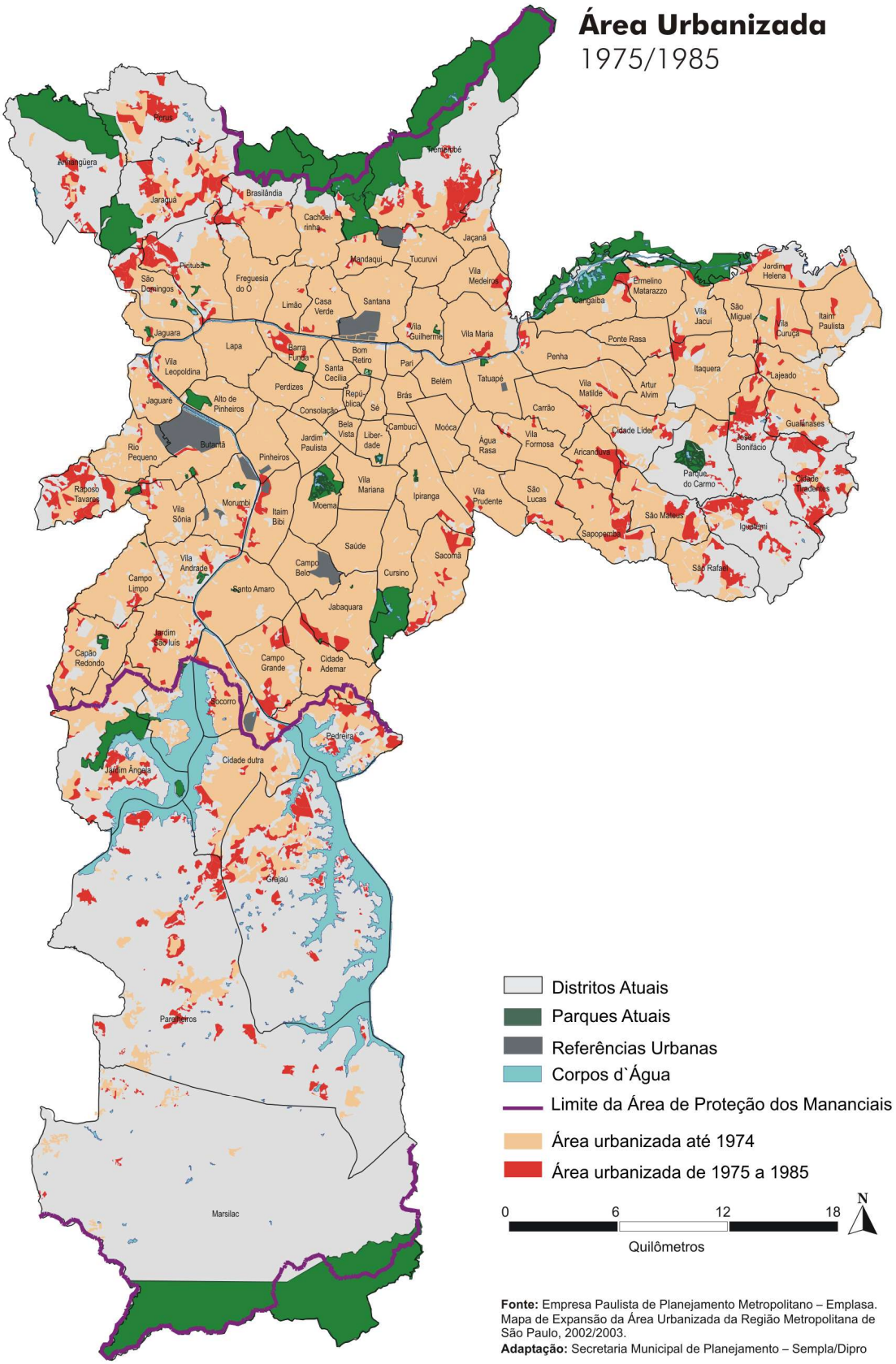
Fonte: SENAI – SP/ Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação, 1981 e 1987 apud Rolnik, Kowarick e Somekh, 1991.

Junto com as mudanças nas localizações e padrões da indústria, o Município de São Paulo, na década de 1980, teve o adensamento populacional como uma de suas principais características. Segundo a Pesquisa Origem e Destino (Metrô, 1977 e 1987) entre 1977 e 1987 o número de habitantes por hectare na cidade de São Paulo subiu de 50hab/ha para 71hab/ha, ou seja, um aumento de 42%. Em relação à RMSP o aumento da densidade populacional foi ainda proporcionalmente maior nesse período. Subiu de 22hab/ha para 35hab/ha, ou seja, aumentou 59% em 10 anos.

São Paulo passou a se adensar não só no centro e seu entorno, em função do aumento de cortiços e favelas, mas também em diversos distritos, em função também do aumento do processo de verticalização. O processo de adensamento atingiu também outros municípios da RMSP, na forma de loteamentos populares.

Paralelamente, como já foi visto, aumentou o número de pequenas e médias indústrias que passaram a se localizar pulverizadas na malha urbana. A mancha urbana teve nesse período poucos acréscimos em sua área urbanizada, já que o principal elemento de crescimento passou a ser o adensamento, como se pode analisar no mapa a seguir observando as novas áreas urbanizadas, que estão destacadas em vermelho.

Mapa 18: Evolução da área urbanizada do Município de São Paulo (1975-1985)



Fonte: Emplasa, 2002/2003.

O novo padrão de segregação sócio-espacial passou a se basear no que Rolnik (2000) chamou de "*periferização da periferia*" e também "*periferização da área central*" da cidade.

O contínuo adensamento da periferia e a melhoria parcial da infra-estrutura das áreas periféricas provocaram um aumento do valor dessas terras, o que acabou por "expulsar" a população de menor poder aquisitivo para mais longe ainda do centro, alcançando outros municípios da RMSP. Este foi o movimento de "*periferização da periferia*", onde houve ampliação do território chamado de "periferia" que passou a conubar-se com outros municípios da RMSP que sofriam com a falta de infra-estrutura e que, portanto, eram mais acessíveis economicamente às populações mais pobres.

O Município de Embu, na RMSP, foi um dos que mais cresceu demograficamente, com uma taxa de crescimento demográfico anual de 14,3% na década de 1980. Atrás dele vieram os municípios metropolitanos de Carapicuíba, com taxa de 9,5%, Jandira, com 8,04% e Francisco Morato, com 6,7% (ROLNIK, KOWARICK & SOMEKH, 1991).

O movimento de "*periferização da área central*" foi responsável por uma pequena alteração do padrão centro-periferia na medida em que representou a vinda parcial da população de baixo poder aquisitivo e seu estabelecimento em áreas mais centrais da cidade, como colocou Rolnik (2000: 12): "*A pobreza geralmente ocupando os interstícios abandonados entre os territórios da riqueza*".

Em 1975, apenas 1,6% da população do Município de São Paulo estava morando em favelas (TASCHNER, 1996). Valor que aumentou para 6% do total da população no começo da década 1980 e que passou para 8% no final da mesma década (ROLNIK, KOWARICK & SOMEKH, 1991).

Em relação aos cortiços, no início da década de 1980, 1,7 milhão de pessoas moravam em cortiços no Município de São Paulo.

Estes números mostram a precariedade das condições de vida de grande parte da população moradora da cidade de São Paulo e confirmam a afirmação de Ronlik (2000:116) da "*expansão precária, ilegal e irregular*" da cidade nas últimas décadas do

século XX. Ao mesmo tempo, atesta-se as excelentes condições de infra-estrutura e serviços urbanos para outra parte da população, a que possui melhores condições socioeconômicas e que vive nos melhores bairros já consolidados da cidade. Ou seja, a desigualdade das condições de vida era também um dos traços marcantes da cidade de São Paulo nessas décadas.

Por exemplo, em relação ao abastecimento de água, enquanto área central da cidade e os bairros consolidados tinham 100% dos domicílios atendidos, os distritos da área periférica tinham um abastecimento entre 65 e 75% dos domicílios. No caso da rede de esgoto, a situação era ainda mais grave. Enquanto a área central e os distritos consolidados apresentavam também 100% dos domicílios atendidos pela rede de esgoto, nos distritos mais periféricos a rede de esgoto atendia apenas entre 11 e 33%. Os distritos mais afetados pela falta de saneamento básico na década de 1980 eram Perus, Guaianazes, Jaraguá, Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, Brasilândia e Itaim Paulista (ROLNIK, KOWARICK & SOMEKH, 1991, com base em dados da Sabesp e Sempla, 1990).

A cidade também teve agravados seus problemas ambientais, como enchentes e ocupação ilegal de lotes nas periferias. Segundo Rolnik, Kowarick e Somekh (1991) em 1981 havia 3.567 loteamentos irregulares na cidade divididos em 1 milhão e 200 mil lotes individuais e ocupando uma área de 31.147ha, o que representava na época 35% da área urbana da cidade de São Paulo.

O modelo rodoviarista, incentivado nas décadas anteriores com a ampliação da infra-estrutura viária e do desenvolvimento da indústria automobilística, continuou predominante na cidade e foi mais valorizado do que o transporte público coletivo, o que também gerou enormes problemas de congestionamento. O aumento gigantesco da frota de veículos em São Paulo mostra isso. Os 306 mil veículos particulares existentes em 1965 passaram para 4,5 milhões em 1989. A taxa de motorização (número de automóveis/mil habitantes) calculada por Rolnik (2000) também apontou esta preferência pelo sistema rodoviário na Capital, conforme Tabela 31 a seguir:

Tabela 31: Taxa de motorização da cidade de São Paulo

Ano	Taxa de motorização
1967	70
1977	135
1987	141
1997	184

Fonte: Rolnik, 2000, com base em dados do PITU 2020 - SETM, 1999.

Diferente das décadas anteriores, as décadas de 1980 e 1990 se caracterizaram pelo aumento da disputa, por parte das diversas faixas de renda, pela ocupação dos espaços dentro da cidade e não mais somente a ocupação da periferia pelas faixas de população de mais baixa renda. Segundo Rolnik, Kowarick e Somekh (1991), iniciou-se um período cuja marca era a convivência "lado a lado" das áreas mais valorizadas da cidade com as favelas, cortiços e residências de classe média, como as mediações da Avenida Eng. Luiz Carlos Berrini, por exemplo.

Como analisou Schiffer (2004b), a principal característica da cidade de São Paulo passou a ser a dualidade urbana, ou seja, uma cidade dotada de infra-estrutura, transporte, boas condições de moradia e elevado padrão socioeconômico convive lado a lado com uma cidade de infra-estrutura precária, péssimas condições de moradia e transporte, problemas ambientais e baixíssimo padrão socioeconômico. Os anos de 1970 e 1980 foram os embriões dessa cidade dual, que se concretizou nos anos 1990, com base em uma estrutura urbana original em si segregadora e que não se alterou significativamente desde os primórdios da urbanização paulistana na passagem do século XIX para o XX. A análise dessa São Paulo de 1990, marcada pelo agravamento das condições de segregação e exclusão, será feita no Capítulo 4.

Esta nova característica da estrutura urbana fez com que crescesse ainda mais a disputa por terras dentro da cidade, aumentando também a procura e o valor dos terrenos originalmente ocupados pelas grandes indústrias, já que estes foram se tornando os únicos remanescentes de grandes glebas na região central da cidade.

As instâncias governamentais, diante desse quadro urbano, desenvolveram uma série de políticas públicas relacionadas ao uso e ocupação do solo para as atividades industriais.

Entender essas políticas é, de certo modo, entender como o Estado focou a questão da localização industrial em São Paulo, tanto em nível municipal, quanto em nível estadual e até metropolitano.

A seguir são mostradas as diferentes políticas públicas que legislaram sobre a atividade industrial em São Paulo entre 1975 e 1985.

Políticas Municipais

No Município de São Paulo, permaneceu nesse período, como lei ordenadora do uso e ocupação do solo, a Lei de Zoneamento de 1972, já discutida no capítulo anterior.

Como complemento a esta lei, em 1981 a Lei 9300 estipulou que a Z7 passasse a ser predominantemente industrial com índices de Coeficiente de Aproveitamento e Taxa de Ocupação diferentes da Z6. Esta Lei 9300 de 1981 permitiu também que atividades industriais de grande porte fossem instaladas apenas em certas zonas rurais, que passaram a configurar como Z8100/1, ou zona de expansão urbana. Antes desta lei era possível instalar estabelecimentos industriais em qualquer extensão da zona rural. Nessa zona Z8100/1 os lotes mínimos eram de 20.000 m^2, sendo o Coeficiente de Aproveitamento de 0,2 e a Taxa de Ocupação de 0,1.

Os decretos 13.588 de 1976 e 15.881 de 1979 vieram aprimorar a classificação industrial. O Decreto 13.588/76 agregou o fator número de empregados à Categoria industrial I3 permitida no município de São Paulo, além do enquadramento de classificação já utilizado em função das atividades industriais desenvolvidas nos estabelecimentos. Este decreto também atribuiu às indústrias localizadas na Zona Z6 e classificadas como I3 e que queiram passar para a categoria I2 a necessidade de apresentarem laudo técnico expedido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) ou pela Cetesb, atestando que a indústria se enquadra nos níveis de ruído e de vibração permissíveis para a zona de uso Z6 (com exceção de algumas atividades que devem sempre estar enquadradas como I3, como fabricação de cimento ou curtição de couros e peles).

O Decreto 15.881/79 seguiu as mesmas recomendações do Decreto 13.588/76, acrescentando somente as mesmas condições do decreto anterior também para a Zona Z8/100 – Zona Rural. No entanto, com o tempo, estes decretos se tornaram obsoletos, principalmente pela rápida transformação pelo que passou o processo produtivo a partir deste período.

Enquanto o Município de São Paulo ajustava a legislação de uso e ocupação do solo, os municípios do Interior começaram a atuar com políticas de favorecimento de distritos industriais e incentivos fiscais para atrair indústrias. A estratégia de desenvolvimento de distritos industriais passou a configurar como política de atração de investimentos dos municípios do Interior e tornou-se padrão na formulação de seus planos diretores a partir da década de 1970.

O Governo do Estado de São Paulo atuou fortemente em conjunto com os governos municipais no sentido de incentivar essa política de implantação de distritos industriais. Como colocou a Secretaria do Interior (1980: 13) em estudo para identificação de áreas de potencial industrial no estado: "*(...) um dos instrumentos que têm sido utilizados para dar suporte à planificação do desenvolvimento – através do fomento e dinamização da atividade industrial – é a implantação de Distritos Industriais*".

Como exemplo coloca-se a política de implantação do distrito industrial do Município de Jundiaí, elaborada em 1971:

> (...) procurando (...) contribuir efetivamente com o clima propício à intensificação do progresso industrial - em decorrência da estabilidade econômica assegurada pelo governo federal – idealizou e colocou em funcionamento o PLANIDIL - Plano de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial.
>
> Da coordenação desse organismo com os demais setores da Prefeitura, somados os valiosos subsídios da área privada, resulta o presente estudo: o programa de implantação do distrito industrial (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, 1971: 1).

E também trechos do Estudo de Viabilidade Econômica, Física e Financeira para o Distrito Industrial de Santos, realizado pela empresa Prodesan (19?: 1), cujo *"(...)*

objetivo é estudar as condições econômicas objetivas que fundamentem a elaboração de uma política de incentivo à localização de indústrias no Município de Santos".

> O estabelecimento de distritos industriais tem sido utilizado como elemento **promotor da atividade industrial**, pela criação de economias externas. O objetivo usual é o de criar condições para o surgimento e expansão de pequenas e médias empresas que isoladamente não teriam condições de surgir ou sobreviver outras vezes, visa-se a **descentralização industrial** para um desenvolvimento mais equilibrado em termos regionais.
>
> (...)
>
> Por outro lado, a implantação de um distrito industrial corresponde a um aumento da eficácia da ação do Poder Público na realização dos investimentos de infra-estrutura para as indústrias.
>
> (...)
>
> O conceito de distrito industrial decorre não apenas da localização específica da atividade industrial como também das necessidades impostas pela **concorrência entre as cidades ou regiões**, disputando a localização das empresas (PRODESAN, 19?: 1 – grifo nosso).

Os trechos expostos acima mostram a importância adquirida pelos distritos industriais como estratégia bastante utilizada pelos governos municipais para atrair investimentos industriais e reforçam a política de "descentralização" industrial praticada tão fortemente pelo governo estadual, como será analisado a seguir.

Políticas estaduais

A partir da década de 1960, os governos estaduais tinham como foco resolver os problemas do "caos urbano" das grandes cidades. Com esta justificativa, o poder público estadual atuou fortemente no sentido de conduzir uma política de "descentralização" das atividades industriais.

A Secretaria do Interior (1981: 1), em estudo para identificação de áreas industriais do estado, evidenciou a clara "*(...) preocupação do setor público em promover a descentralização do crescimento econômico*". Ainda segundo a Secretaria (1981: 3), "*(...)*

a partir de meados da década de 60, a desconcentração/descentralização vem se constituindo em um dos principais objetivos do Governo".

Entre 1975 e 1978 o governo estadual implantou a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo sob o discurso de atenuar as desigualdades regionais. Os principais programas de "descentralização" estadual desse período estavam envolvidos nessa política. Entre eles pode-se citar o Programa de Cidades Pequenas e o Programa de Desconcentração e Descentralização Industrial.

Os dois principais programas estaduais que envolviam a "descentralização" eram o programa de Macroeixo Rio–São Paulo e Programa de Cidades Médias, que previam investimentos públicos em infra-estrutura via transferência de recursos estaduais para os governos municipais. O principal investimento em infra-estrutura desse período foi a construção da Rodovia dos Bandeirantes.

Entre 1979 e 1982 as políticas diretas de "descentralização" industrial tomaram menos espaço dos esforços estaduais. O governo tentou nesse período, sob a justificativa de descongestionar a Região Metropolitana de São Paulo, deslocar a capital para outro município do Interior, o que não teve ressonância na prática. No que diz respeito à atividade industrial, o governo estadual entre 1979 e 1982 desenvolveu uma série de diagnósticos de áreas com potencial para receber investimentos. Porém, nenhuma dessas áreas industriais foi implantada.

Por exemplo, a Secretaria do Interior, da Coordenação de Ação Regional do Governo do Estado, realizou em 1980 um estudo em 117 municípios do estado para identificar áreas para a localização industrial.

Segundo a Secretaria do Interior (1980: 4):

> (...) cabe ao setor público promover a criação ou fortalecimento de áreas alternativas ao crescimento industrial, levando-se em conta de que a descentralização concentrada constituiu etapa necessária e consistente durante o processo de descentralização no seu sentido mais amplo.

> Entende-se descentralização concentrada a indução governamental promovida através da implantação ou dinamização de áreas de crescimento alternativo, com o objetivo de irradiar seu dinamismo para outros centros de menor hierarquia sob sua influência, proporcionando uma maior intensificação das relações e maior integração e harmonia do crescimento regional.

Esse estudo mostrou que 80% dos municípios pesquisados tinham uma política de isenção de impostos municipais para atrair investimentos industriais. Ele mostrou também que nos 117 municípios pesquisados, que concentravam 95% do Valor da Produção Industrial do estado, haviam 52 distritos industriais implantados – a maioria recente (com menos de 6 anos) e de propriedade do poder municipal. Segundo esse estudo: *"(...) os distritos e áreas industriais constituem-se em instrumentos para uma ação descentralizadora e disciplinadora (...)*" (SECRETARIA DO INTERIOR, 1980: 100).

Na década de 1980 a política de "descentralização" tomou a vertente administrativa, no momento em que o governo paulista criou as Regiões de Governo. A maior contribuição, no entanto, para o deslocamento das atividades produtivas nesse período foram os maciços investimentos em infra-estrutura viária, como a duplicação de rodovias e a construção de novas estradas vicinais. No período do governo Quércia, por exemplo, o governo do estado promoveu a duplicação de 1.200 quilômetros de rodovias, entre elas D. Pedro I, Santos Dumont, Washington Luís, Marechal Rondon e Manuel da Nóbrega, além da construção de mais de 550 quilômetros de rodovias no estado de São Paulo e da construção de 6.758 quilômetros de estradas vicinais nas zonas rurais do estado paulista[5].

Uma das principais atuações do estado paulista nesse período, em relação ao desenvolvimento industrial, foi a definição da regulamentação estadual do uso e ocupação do solo dos assentamentos industriais.

O uso industrial estadual

As principais leis estaduais que tiveram impacto na localização dos assentamentos industriais nesse período de 1975 a 1985 foram:

[5] Dados extraídos do website http://www.pmdbsp.org.br/realizacoes.asp. Acesso em Janeiro de 2010.

- Lei estadual no. 1.172/76: normas de uso e ocupação do solo em área de proteção de mananciais, cursos d'água, etc.;
- Lei estadual no. 997: controle de poluição, com índices máximos de poluentes para água, solo e ar;
- Lei estadual no. 1817/78: zoneamento industrial.

A Lei Estadual no. 1817 de 27 de Outubro de 1978 teve como foco o desenvolvimento e o zoneamento industrial da Região Metropolitana de São Paulo. A lei:

> Estabelece os objetivos e as diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano e disciplina o zoneamento industrial, a localização, a classificação e o licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana da Grande São Paulo e dá providências correlatas.

Os objetivos estabelecidos pela Lei 1817/78, de acordo com seu Artigo 1º eram: manter a vitalidade do Parque Industrial da Grande São Paulo; promover a melhor distribuição espacial dos empregos industriais; compatibilizar o desenvolvimento industrial com a melhoria de condições de vida da população e com a preservação do meio ambiente; criar condições para expandir as inovações tecnológicas nos estabelecimentos industriais da RMSP; estimular a renovação de indústrias obsoletas com vistas a que atingem novos níveis tecnológicos; e estimular a descentralização de estabelecimentos industriais que não sejam de especialização ou de vocação metropolitana para outras regiões.

A seguir a Lei define o que seriam os estabelecimentos com vocação metropolitana:

> **Artigo 2º** - Consideram-se de especialização ou de vocação metropolitana, observada a classificação desta lei, os estabelecimentos industriais que possuírem características urbanísticas, econômicas, produtivas e tecnológicas viáveis, notadamente no contexto metropolitano, apresentando, pelo menos, uma das seguintes condições:
>
> **I -** necessidade de recursos humanos especializados;
>
> **II -** dependência do setor terciário metropolitano;

> **III -** dependência de alta tecnologia ou de insumos industriais de origem metropolitana, bem como de instalações de apoio produtoras de utilidades, existentes na Região Metropolitana;
>
> **IV -** absorção e transmissão de tecnologia;
>
> **V -** outras condições que vierem a ser determinadas pelo Conselho Deliberativo da Grande São Paulo.

No tocante ao ordenamento de uso e ocupação do solo industrial, a Lei 1817/78 criou três tipos de zonas de uso:

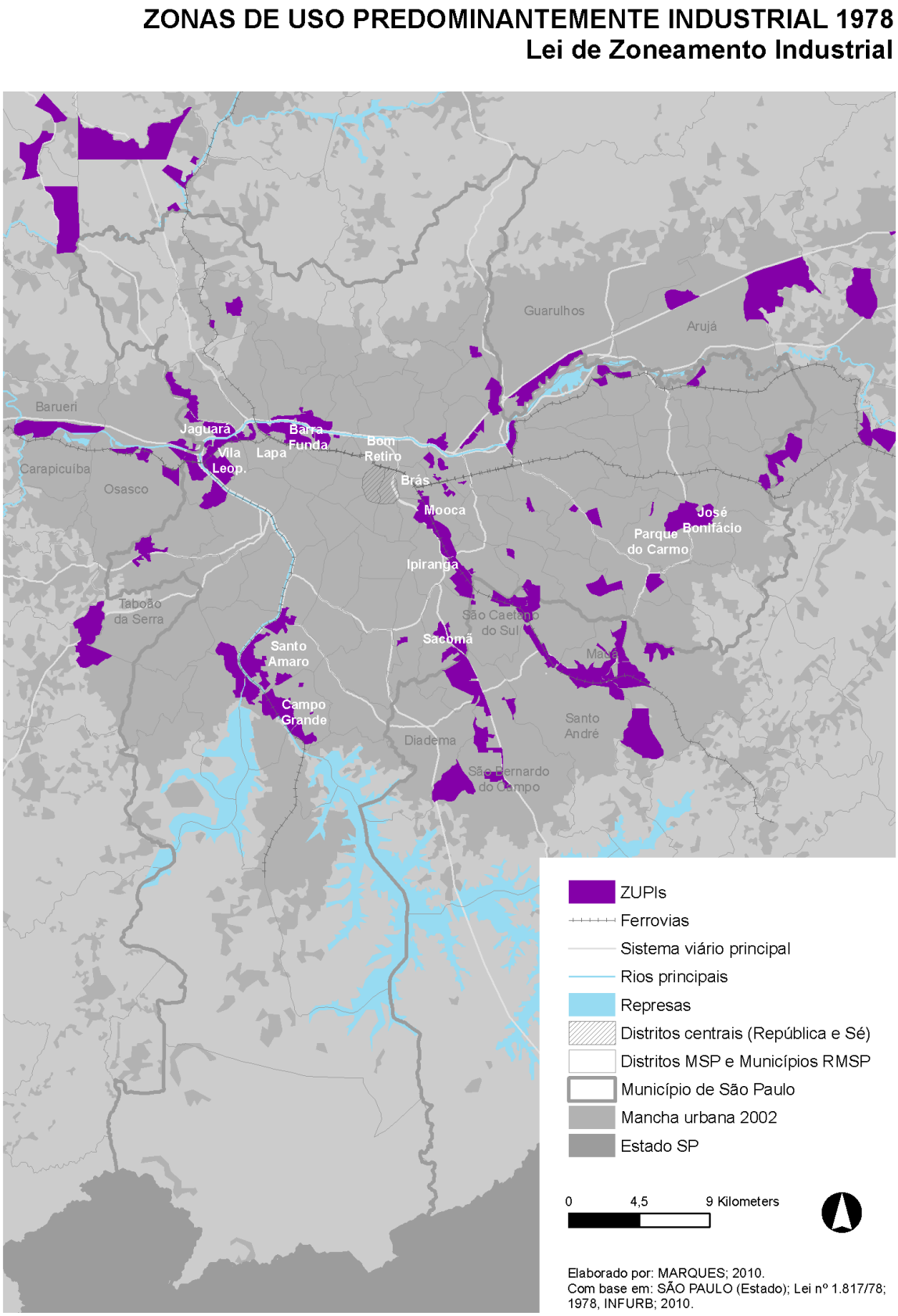
- ZEI – Zona de uso Estritamente Industrial (com nenhum perímetro traçado para a RMSP);
- ZUPI – Zona de uso Predominantemente Industrial;
- ZUD – Zona de Uso Diversificado (toda a mancha urbana fora das ZUPI's).

A ZUPI foi divida em dois grupos, sendo que nesses dois ficou proibida a implantação de escolas, hospitais e residências, considerados naquele momento como usos incompatíveis com o uso industrial. Estes grupos eram:

- ZUPI 1: sem limite de área construída para a indústria, com Coeficiente de Aproveitamento de 1,0 e Taxa de Ocupação de 0,7;
- ZUPI 2: com limite de área construída para a indústria de 10.000 m^2, com Coeficiente de Aproveitamento de 1,5 e Taxa de Ocupação de 0,7.

Os perímetros destas zonas foram definidos conforme as zonas industriais já determinadas pelos municípios do Estado. No caso do Município de São Paulo a maior parte das zonas industriais foi definida como ZUPI 1, sendo que nem toda área em Z6 e Z7 se transformou em ZUPI.

Mapa 19: ZUPI no Município de São Paulo



O Estado de São Paulo também definiu categorias industriais conforme o porte do estabelecimento e o tipo de atividade. De acordo com o porte, ficou assim definido:

- IB (mais de 10.000 m^2) – permitida na ZUPI;
- IC (até 10.000m^2) – permitida na ZUPI;
- ID (até 2.500m^2) – permitida na ZUD;
- IA (sem limitação) – proibidas na RMSP (nocivas);
- IN (sem limitação) – proibidas na RMSP (nocivas).

Os governos no estado de São Paulo cercearam as atividades industriais fora das zonas de uso industriais e determinaram um limite de 500m^2 para alguns ramos. Quando foi promulgada a legislação estadual de 1978, o porte das indústrias passou para 2.500m^2 e grande parte das indústrias instaladas foi classificada como não poluente.

A autonomia dos municípios para legislar sobre o zoneamento industrial só veio em 1989 com a Constituição Estadual. Ao governo estadual coube nesse momento apenas dar as diretrizes. Entretanto, a Lei no. 1817/78 continuou em vigor, mesmo após a implantação das regulamentações municipais.

Em 1975 a Lei de Proteção aos Mananciais (Lei n.º 898/75), aprovada pelo governo do estado, impediu de certa forma a expansão dos estabelecimentos industriais para as áreas dos mananciais e de proteção ambiental do Município e Região Metropolitana.

Foi visto nesse capítulo, portanto, o novo padrão de localização industrial que se instaurou em São Paulo entre 1975 e 1985 e as razões e políticas públicas que o incentivaram.

Mostrou-se a seletividade da desconcentração industrial, em relação aos ramos que deixaram e os que permaneceram na Capital e RMSP durante esse processo. Mostrou-se também a manutenção da posição de liderança do Estado de São Paulo na economia nacional e a posição de liderança da Capital paulista e de sua Região Metropolitana na economia do Estado de São Paulo. Ou seja, definiu-se que o período auge do processo de desconcentração industrial foi marcado pela desconcentração – centralização das

atividades produtivas em São Paulo, dentro de um padrão de seletividade que variava entre a saída de ramos mais tradicionais e a permanência de ramos mais modernos.

Dentro do Município de São Paulo evidenciou-se a manutenção da estrutura morfológica dos galpões e plantas industriais tradicionais, subutilizados, e a proliferação de indústrias de pequeno e médio porte espalhadas pelos distritos da Capital. Foi visto também como a estrutura urbana centro-periférica se alterou e como a cidade teve suas características excludente e segregadora agravadas, mesmo com a ocupação de seus interstícios urbanos mais centrais por parte da população de mais baixa renda.

No próximo capítulo será analisado o período que se estende de 1985 a 1995, quando a desconcentração industrial se estagna na Capital paulista e a cidade passa a reconcentrar determinados ramos industriais, além das sedes administrativas de empresas de médio e grande porte. É quando também a característica de dualidade urbana é seriamente agravada.

Capítulo 4

Fonte: SHOJI, 2008.

Pós-1985: o processo de reestruturação produtiva e o novo padrão da indústria paulistana

Como visto nos capítulos anteriores, a localização industrial brasileira se concentrou no Estado de São Paulo, majoritariamente em sua Capital e Região Metropolitana com maior intensidade até 1975. Foi visto também que entre 1975 e 1985 se consolidou o período de inflexão dessa concentração. Entretanto, São Paulo não perdeu sua posição de líder da economia nacional, mesmo nesse período de auge da desconcentração industrial. É verdade que a Capital e sua Região Metropolitana perderam participação relativa tanto em valor de produção quanto em número de empregados e em número de estabelecimentos, mas, mesmo assim, ainda concentravam grande parte das atividades produtivas brasileiras em 1985.

Nessa trajetória da economia nacional até meados da década de 1980, pautada no desenvolvimento industrial, o Estado desempenhou um papel fundamental. Até então, o poder público assumiu um caráter intervencionista, provendo a infra-estrutura

necessária ao desenvolvimento econômico e estabelecendo taxas de importação que deram condição ao desenvolvimento da indústria brasileira, protegendo alguns setores da competição e da concorrência internacional.

Será mostrado nesse capítulo que, no início dos anos 1990, essa situação política e econômica brasileira se alterou, com a abertura da economia para o mercado internacional e a adoção de políticas neoliberais por parte do Estado.

Essa mudança da estratégia histórica do desenvolvimento nacional, teoricamente passando de um Estado interventor para um Estado minimalista, ou seja, aquele que regula minimamente nas questões do mercado, acarretou em uma grande transformação da estrutura produtiva nacional e, como não poderia deixar de ser, gerou impactos profundos na estrutura das cidades, notadamente da cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana que, como líderes da economia brasileira, receberam com maior magnitude os impactos dessa transformação.

 A globalização, ou seja, a internacionalização da economia mundial, adquiriu maior intensidade a partir da década de 1970 nos países centrais, principalmente após o aparecimento de novas tecnologias da informação e comunicação. Esse aumento do fluxo comercial, a partir da maior mobilidade do capital com a unificação dos mercados financeiros, foi possível também com a introdução da automação e da robótica nos processos produtivos e com o estabelecimento de novas relações de organização industrial, como a terceirização de vários setores anteriormente desenvolvidos internamente.

Esse processo de transformação nos padrões de produção, a chamada reestruturação produtiva ou reestruturação industrial, se caracterizou pela atualização tecnológica dos processos de produção, assim como pela reestruturação da gestão administrativa das empresas industriais.

Rodwin e Sazanami (1989) foram, ao lado de Bluestone e Harrison (1984), os autores que melhor analisaram esse processo para o caso norte-americano, extensivo aos países centrais. Segundo eles, a maior característica do processo de reestruturação produtiva foi o aumento da mobilidade do capital, que passou a alcançar novos mercados

nacionais e internacionais, com a introdução das novas tecnologias da informação e comunicação e com a diminuição dos custos de transporte. Inovações tecnológicas contribuíram para o aumento da flexibilidade das organizações, gerando alterações nas escalas de produção e nos padrões de contratação de mão-de-obra.

Desta forma, com a facilidade de alocar recursos em vários países e investir em locais onde a força de trabalho tinha menor custo, muitas indústrias ganharam também a possibilidade de separar as diversas funções da produção, que passaram a não depender mais da proximidade de localização geográfica uma das outras. Muitas atividades produtivas, além de alguns serviços, foram sendo transferidos para outras localizações, muitas vezes em diferentes países, à procura da melhor oferta de mão-de-obra e da redução dos custos de produção.

Nesse sentido, as grandes indústrias passaram a depender de um amplo sistema de redes, formado por fornecedores e distribuidores, terceirizando atividades, reduzindo o número de pessoal ocupado e inovando tanto nos processos de produção quanto nos produtos (RODWIN; SAZANAMI, 1989).

O ritmo das transformações nos processos produtivos dos países em desenvolvimento foi muito mais lento do que o ritmo dos processos ocorridos nos países centrais desde a década de 1970. O Brasil, por exemplo, estava na década de 1980 de certo modo ainda distante do modelo de desenvolvimento neoliberal, que pressupunha a abertura comercial para o mercado internacional e a menor intervenção do Estado na economia.

Antunes (2004) apontou que, no Brasil, o processo de reestruturação produtiva iniciou-se realmente em 1980, de forma lenta e seletiva, ampliando-se apenas nos anos 1990. Os primeiros passos para o processo de reestruturação produtiva ocorreram na década de 1980 a partir da adoção, por parte das indústrias, de novos padrões produtivos, como a introdução de robôs na linha de produção, do sistema *just in time* e de programas de controle de qualidade de produção finais. O marco, entretanto, ocorreu em 1985, quando houve a ampliação das inovações tecnológicas, principalmente com a introdução da automação.

Segundo Antunes (2004), foi na década de 1990, com a sucessão de governos democráticos e com o início do processo de liberalização do comércio e facilitação de investimentos estrangeiros na economia brasileira, que o processo de reestruturação produtiva realmente se desenvolveu no país. Com a estabilização relativa da moeda nacional, os elementos que caracterizaram a reestruturação produtiva encontraram um quadro macroeconômico propício ao seu desenvolvimento.

Segundo Laplane e Sarti (1999), o fluxo de investimentos estrangeiros no Brasil aumentou significativamente entre o início e meados da década de 1990. No início da década foram investidos US$ 730 milhões (US$ 630 milhões de Investimento Direto Estrangeiro - IDE), passando para US$ 7,24 bilhões em 1995 (US$ 4,3 bilhões de IDE) que dobraram para US$ 15,4 bilhões depois de um ano (US$ 9,2 bilhões de IDE em 1996).

O Brasil estava também entre os principais países receptores de investimento direto estrangeiro na década de 1990. Entre os países em desenvolvimento, foi o segundo maior receptor, atrás apenas da China, e superou em volume países como Canadá, Espanha, Suécia e Austrália (Laplane e Sarti, 1999 apud SOBEET, 1997 e UNCTAD, 1997).

Portanto, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil a partir de 1990 veio novamente consagrar a associação do país com o capital estrangeiro, renovando as relações historicamente estabelecidas pela elite nacional no sentido de manter tanto os padrões de acumulação do capital quanto sua posição de liderança política e econômica no cenário brasileiro.

Em termos políticos, a adoção do discurso neoliberal, assumido a partir de 1990, pregava o Estado Mínimo, ou seja, a livre atuação das forças de mercado e a diminuição das forças de controle e regulação do Estado, e se baseava na flexibilização do mercado de trabalho. Segundo Dupas (2005: 314), esse discurso chegou aos países em desenvolvimento, principalmente aos países da América Latina como o Brasil, sob os dizeres "*abrir, privatizar e estabilizar*".

Enquanto nos países centrais o processo de reestruturação produtiva e de desconcentração industrial foi evidente pela transferência das plantas industriais menos qualificadas para países em desenvolvimento, pelo alto grau de automação e pelo

aumento significativo do desemprego, nos países em desenvolvimento esse processo veio acompanhado pela abertura econômica, desregulamentação liberal, privatizações e pelo aumento significativo dos trabalhos informais (WHITAKER, 2003).

Esse processo de abertura econômica e de reestruturação da produção nos países centrais trouxe como conseqüência negativa o aumento da informalidade no mercado de trabalho, que acarretou no aumento da precariedade das condições de vida e no aumento da miséria. Mais tarde, quando introduzidos nos países em desenvolvimento, esses novos processos produtivos foram determinantes no aumento da exclusão social e no aumento da desigualdade de renda (DUPAS, 2005: 317):

> (...) desregulam-se os mercados, privatizam-se os serviços e assiste-se a uma progressiva deterioração do quadro social, o que – paradoxalmente – requer um Estado forte e um aparato regulador muito eficiente (...).

Nesse novo contexto macroeconômico, o Brasil estabeleceu um novo padrão de desenvolvimento pós-1994, a partir da implantação do Plano Real que estabeleceu a estabilidade da moeda, dando condições novamente à associação com o capital estrangeiro.

Com o Plano Real (1994), veio a estabilidade econômica nacional, junto com a desregulamentação financeira e com privatizações de grandes empresas estatais, como a Eletropaulo, empresa de distribuição e transmissão de energia, a Fepasa, empresa de transporte ferroviário, a Sabesp, empresa de distribuição de água e saneamento, a Congás, empresa de distribuição de gás, e o banco Banespa. Desse modo, houve nova inserção do Brasil na economia internacional depois de sua abertura comercial.

Segundo Cunha (2008), o período que se estendeu de 1994 a 2005 pode ser dividido em duas fases. A primeira vai de 1994 a 1998 e se caracterizou pela liberalização comercial e financeira, pela reestruturação produtiva e pela estabilidade da moeda aliada à estratégia da alta valorização do câmbio. Ao mesmo tempo, houve aumento da capacidade de consumo das famílias brasileiras e grande aumento das importações.

Já a fase que compreende os anos de 1999 a 2005 foi marcada pela desvalorização cambial e pelo grande crescimento das exportações. Foi o momento de consolidação do modelo neoliberal, com base em novas relações entre o Estado e o Mercado.

Com a abertura comercial brasileira, surgiu um novo ambiente competitivo para as empresas nacionais. A racionalização da produção, que veio como estratégia imposta pelo processo de reestruturação produtiva para reduzir custos e, assim, dar mais condições de competitividade, gerou um aumento da produtividade da indústria brasileira nos anos 1990, mas sempre em consonância com o "modelo de acumulação entravada", discutido no Capítulo 3.

As empresas nacionais, quando passaram a dividir o mercado brasileiro com empresas internacionais, tecnologicamente muito mais preparadas para competir em preço e qualidade, se viram obrigadas a reorganizar sua estrutura produtiva e organizacional para se inserirem no novo ambiente de competição instaurado no mercado nacional.

Segundo Sabóia (1997: 57 e 61), a grande conseqüência do processo de reestruturação produtiva para as empresas brasileiras nesse novo ambiente competitivo foi a drástica diminuição do tamanho dos estabelecimentos industriais (o chamado "downsizing"). Os setores mais modernos foram os que adotaram em maior escala as novas técnicas de gestão e produção e foram também os que sofreram maior impacto na redução do tamanho de seus estabelecimentos.

Segundo Dupas (2005), a reestruturação produtiva trouxe novas formas de produção e, com base nas novas relações de subcontratações, as empresas menores passaram a alimentar a cadeia produtiva central com custos menores, o que fez com que surgisse um novo papel para as pequenas e médias empresas na economia brasileira.

Todas essas transformações tiveram impactos de maior ou menor magnitude nos territórios urbanos e nas estruturas das cidades brasileiras.

O estado de São Paulo, a Região Metropolitana de São Paulo e o Município de São Paulo, por serem as regiões de liderança na economia industrial do país, foram as áreas mais impactadas pelo processo de reestruturação produtiva. São Paulo passou por esse

processo principalmente pós-1990, que gerou uma reorganização da estrutura produtiva no território. Com maior flexibilidade de localização, algumas indústrias puderam definitivamente deixar os grandes centros geradores de economias de aglomeração, como a Capital paulista.

Entretanto, como visto anteriormente, esse movimento das indústrias, que saíram da Capital principalmente em direção ao Interior paulista, não significou um processo de descentralização econômica. A dispersão das atividades produtivas foi uma tendência do processo de constituição do espaço macrometropolitano paulista, onde ocorreu maior adensamento do centro metropolitano e a afirmação crescente da centralidade da Capital, que passou a concentrar majoritariamente as sedes das indústrias.

Caiado (2004) apontou que entre 1975 e 1985 o Interior do Estado de São Paulo se tornou o foco industrial do país. Entretanto, segundo ele, essa desconcentração da produção da metrópole paulista que vinha em curso desde meados de 1970 estagnou no período de 1985 e 2000. Ainda assim, a Região Metropolitana de São Paulo continuou sendo o núcleo predominante da acumulação de capital no país.

Portanto, apesar de todo o processo de desconcentração industrial, já debatido no Capítulo 3, e fomentado por políticas estatais que vinham em curso desde 1975, o estado de São Paulo chegou em 1985 como principal centro de produção industrial do país.

Segundo Negri (1996), o estado de São Paulo concentrava em 1985 um produto industrial maior do que a soma dos produtos industriais das regiões Norte, Nordeste e Sul do país, ou ainda, maior do que a soma dos produtos industriais de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná (NEGRI, 1996).

No tocante à Região Metropolitana de São Paulo, entre 1980 e 1985, a indústria de transformação teve queda em números absolutos em todas as variáveis: em relação ao número de estabelecimentos, a região perdeu 900 unidades produtivas (de 32,2 mil passou para 31,3 mil estabelecimentos), quanto ao pessoal ocupado na indústria a queda foi de 1,73 mil para 1,56 mil e em relação ao VTI a redução foi de 15,9% (NEGRI, 1996:216).

Por outro lado, apesar da queda em números absolutos, a Região Metropolitana de São Paulo continuou concentrando em 1985 "*a maior parcela da produção industrial dos mais modernos e importantes ramos da indústria brasileira*" (NEGRI, 1996: 220). Segundo dados do Censo Industrial de 1985 (apud Negri, 1996), na análise do VTI, a maior parte das indústrias da Região Metropolitana de São Paulo pertencia ao grupo de indústrias produtoras de bens de capital e bens de consumo duráveis (38,3%), sendo que a maior concentração estava no setor de Material elétrico e de comunicações (12%).

Em 1985, a maioria do pessoal ocupado do estado de São Paulo empregado na indústria de bens de capital e bens de consumo duráveis (67,2%) estava concentrada na Região Metropolitana de São Paulo, assim como a maioria dos empregados das indústrias produtoras de bens intermediários (64,1%) e de bens de consumo não-duráveis (54,8%). Quanto ao VTI, 65,4% do VTI industrial do estado de São Paulo das indústrias de bens de capital e bens de consumo durável estava concentrado na Região Metropolitana de São Paulo (NEGRI, 1996).

Não só em relação ao estado, mas também em relação ao país, a Região Metropolitana de São Paulo continuava concentrando em 1985 a maior produção industrial dos mais modernos setores da indústria, apesar de ter passado por um processo intenso de desconcentração de suas grandes plantas industriais na década anterior.

Segundo Negri (1996), a Região Metropolitana de São Paulo concentrava, em 1985, 46,5% do produto industrial do setor de material elétrico e de comunicações do país, 47% do setor de material de transportes e 51,3% dos produtores de borracha, por exemplo.

Na década de 1990, essa tendência que vinha se desenhando durante a segunda metade da década de 1980, de modernização do parque industrial com diminuição de pessoal ocupado e, em média, de diminuição do tamanho dos estabelecimentos com aumento da produtividade, se intensificou.

Esse foi um dos importantes impactos do processo de reestruturação produtiva sobre o território paulista. Determinados setores industriais (os mais tradicionais que não conseguiram se reestruturar de acordo com as novas exigências impostas pelos novos

padrões de competitividade), de determinado porte (na maioria das vezes, médio e grande), encontraram vantagens de localização fora dos grandes centros urbanos, enquanto outros conseguiram se reestruturar e se modernizar a ponto de continuarem localizados no território metropolitano.

Segundo Caiado (2004), apesar da saída de determinados setores industriais, a Região Metropolitana de São Paulo não teve seu parque industrial deteriorado da mesma forma que ocorreu com as cidades dos "países avançados" que passaram por processos semelhantes.

Dados da pesquisa Paep (SEADE, 1999 apud ARAÚJO, 2001) mostram a importância da economia industrial da Região Metropolitana de São Paulo, em relação ao estado de São Paulo em meados da década de 1990.

Segundo essa pesquisa, em 1996 pouco mais de 60% do Valor Adicionado industrial do estado estava concentrado na Região Metropolitana de São Paulo, que também concentrava quase 57% das unidades locais industriais e 57% do pessoal ocupado na indústria do estado.

Se for analisada a porcentagem dos estabelecimentos considerados pela pesquisa como intensivos em ciência e tecnologia, as porcentagens são ainda maiores: em 1996 a Região Metropolitana de São Paulo concentrava 73% do Valor Adicionado industrial do estado, 68% das unidades locais desse segmento e 65% do pessoal ocupado.

Houve também um aumento em relação ao setor de serviços concentrado na Região Metropolitana de São Paulo. Segundo Araújo (2001), em 1985 a região concentrava 41% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado e em 1997 já passava para 57% do VAB.

Iwakami (2003) mostrou, baseada em dados da pesquisa Paep (SEADE, 1999), que a Região Metropolitana de São Paulo teve um aumento do setor de serviços, principalmente dos serviços produtivos, sem a substituição do setor industrial.

> Na verdade, a reestruturação produtiva em curso no país, acelerada a partir dos anos 90, longe de esvaziar a Região Metropolitana como centro industrial, agregou-lhe o papel de principal centro financeiro e de grande prestador de serviços produtivos. Ou seja, além de manter níveis de concentração industrial semelhantes aos de 1985, a RMSP se converteu nesse final de século no locus das sedes de grandes empresas industriais, financeiras e prestadoras de serviço do país exatamente porque é seu pólo industrial.

Pode-se afirmar, portanto, que a RMSP, na última década passou *não* por um processo de "desconcentração", mas *sim* de reestruturação industrial. Se algumas plantas (ou parte delas) foram transferidas da região, outras ali se instalaram, principalmente empresas inovadoras intensivas em ciência e tecnologia e as sedes dos conglomerados financeiros (ARAÚJO, 2001: 21-22).

Essa interação entre o setor secundário e o setor terciário foi, na visão de Acca (2006), resultado do processo de reestruturação produtiva pelo qual passou a Região Metropolitana de São Paulo a partir da década de 1990. São Paulo teve nessa década grandes investimentos no setor de serviços e, ao mesmo tempo, se manteve como o maior e mais complexo parque industrial do país.

Veltz (2002 apud Acca, 2006) apontou a consolidação de uma *nova economia industrial* que depende enormemente do setor de serviços e se consolida essencialmente nas metrópoles, que são territórios capazes de gerar a concentração das atividades intensivas em conhecimento tão necessária a essa nova dinâmica produtiva.

Anau (2001) analisou as transformações econômicas do Grande ABC[6], importante porção industrial da Região Metropolitana de São Paulo, durante as décadas de 1980 e 1990 e observou que o processo de reestruturação em curso desde 1980 provocou a extinção das vagas de emprego típicas da indústria.

O autor apontou que a grande transformação da região do Grande ABC foi a diminuição do pessoal empregado na indústria (emprego formal) e o aumento do Valor Adicionado

[6] A região do Grande ABC compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

industrial da região, ou seja, aumento da produtividade apesar do estreitamento do mercado de trabalho.

Segundo Anau (2001) os setores que tiveram a maior redução do número de empregos no Grande ABC foram material de transporte, metalúrgico, mecânico, produção de borracha e químico. De acordo com o autor, esses setores representaram pouco menos de 80% de todo o número de pessoal ocupado na indústria do Grande ABC entre 1986 e 1998 (menos 143.300 empregos).

A perda do emprego no caso do ABC paulista foi maior, segundo Anau (2001), na população subalfabetada, do sexo masculino e em idade madura. Por outro lado, a região se notabilizou pelo acervo de mão-de-obra qualificada. Um importante aspecto dessa transformação da estrutura do emprego levantado por Anau (2001) é o fato de que nem todo emprego perdido na indústria teve sua compensação como emprego ganho nos setor terciário.

Cidades como Santo André e São Caetano do Sul estavam em franco processo de terceirização de sua economia nas décadas de 1980 e 1990, enquanto outras cidades do ABC paulista, como São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá, tiveram seu caráter industrial mais preservado, pois passaram por um alto grau de modernização de sua estrutura produtiva (ANAU, 2001).

Essa característica marcante do processo de reestruturação produtiva no Grande ABC, de modernização de seu parque industrial e aumento significativo da economia terceirizada, foi resultado da modificação da estrutura produtiva da região. De acordo com Anau (2001), os setores com maior participação no Valor Adicionado da região na década de 1990 eram, em ordem de importância: material de transporte, metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, produtos de borracha, indústria química, indústria têxtil e de material de plástico. Todos esses setores concentravam 90% do Valor Adicionado industrial do Grande ABC em 1990.

Essa avaliação da competitividade das empresas industriais do Grande ABC, medida pelo Valor Adicionado produzido por empregado, permitiu a Anau (2001: 165) afirmar:

> (...) uma primeira resultante das informações apresentadas é a observação de que o ABC não sofreu propriamente uma desindustrialização à Detroit, como algumas avaliações repetiram ao longo da década estudada.

O crescimento da competitividade analisado por Anau (2001) e o crescimento do Valor Adicionado da indústria não foi apenas diagnosticado para o Grande ABC, já que aconteceu também no estado de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo.

Nesse sentido Caiado (2004) também afirmou que o movimento espacial da indústria da Região Metropolitana de São Paulo durante o período de 1985 e 2000 foi além do simples movimento linear de saída de plantas industriais. Esse processo esteve baseado na entrada e saída de determinados setores industriais. Alguns setores, aqueles com baixa competitividade e baixa inovação tenderam a sair da Região Metropolitana de São Paulo. Outros setores, no entanto, como os que englobam tecnologias mais complexas e que conseguiram transformar sua estrutura produtiva garantindo maior competitividade, tenderam a se reconcentrar na Região Metropolitana de São Paulo.

Ou seja, como também apontou Anau (2001) houve um estreitamento da base industrial, mas também houve uma requalificação do parque industrial remanescente, com claro crescimento da capacidade competitiva dos estabelecimentos.

Segundo Iwakami (2003), a pesquisa Paep mostrou a complexidade e heterogeneidade do parque industrial metropolitano em 1996. Segundo essa pesquisa, os setores que tenderam a se concentrar na metrópole paulistana foram: fabricação de máquinas para escritórios e equipamentos de informática, que concentrava mais de 90% do Valor Adicionado do estado de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo; o setor de Edição, impressão, reprodução e gravação, que concentrava cerca de 88% do Valor Adicionado do estado de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo; o setor de Fabricação de produtos químicos, que concentrava mais de 83% do Valor Adicionado do estado de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo; o setor de Fabricação e montagem de veículos, que concentrava mais de 85% do Valor Adicionado do estado de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo; e o setor de Fabricação de material elétrico e de comunicação, que concentrava mais de 87% do Valor Adicionado do estado de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo.

Tabela 32: Distribuição regional em relação ao estado de São Paulo e participação setorial – RMSP - 1996

Porte, categoria de uso e atividades selecionadas	Número de		Valor Adicionado		Pessoal Ocupado	
	Distrib. Regional	Partic. Setorial	Distrib. Regional	Partic. Setorial	Distrib. Regional	Partic. Setorial
Indústria de Transformação	57,5	100,0	71,3	100,0	63,1	100,0
Pequeno porte (5 a 99 pessoas ocupadas)	57,1	90,2	67,7	16,4	58,8	31,3
Médio porte (100 a 499 pessoas ocupadas)	61,6	8,0	66,0	22,5	61,8	27,4
Grande porte (500 e mais pessoas ocupadas)	61,7	1,9	74,6	61,1	67,9	41,3
Bens de Consumo Não-duráveis	54,7	45,2	63,9	27,5	55,3	33,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	65,8	7,3	88,1	8,6	79,2	5,6
Fabricação de produtos alimentícios e de bebidas	38,9	6,8	57,2	10,3	45,6	9,0
Bens de Consumo Intermediários	57,1	36,2	72,9	39,1	66,5	37,4
Fabricação de produtos químicos	67,5	5,3	83,8	16,8	78,5	8,8
Fabricação de artigos de borracha e plástico	73,3	8,5	78,5	6,1	76,3	8,0
Bens de Capital / Consumo Duráveis	66,6	18,6	76,8	33,4	70,1	28,8
Indústria do complexo metalmecânico	65,0	14,4	75,5	26,4	69,7	24,0
Fabricação e montagem de veículos automotores	64,2	3,1	85,8	14,0	80,4	11,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	61,8	7,6	63,6	9,0	58,5	8,9
Indústrias Intensivas em Ciência	72,9	4,2	82,4	7,1	72,4	4,9
Fabricação de materiais eletrônicos e de comunicações	79,5	1,6	87,7	4,7	74,7	2,3
Fabricação de ma'quinas para escritório e equip. de informática	91,6	0,4	93,6	0,6	93,1	0,5
Fabricação de instrum. médicos, instrum. de prec. e autom. Ind.	70,5	1,7	79,3	1,2	72,8	1,4
Fabricação de outros equipamentos de transporte	54,1	0,5	53,2	0,6	56,4	0,7

Fonte: Iwakami, 2003.

O que foi visto, portanto, foi o *(...) reforço da industrialização na RMSP e também um crescimento do setor de serviços, ancorado no setor industrial* (BALDONI, 2002: 89), ocorrido também no Município de São Paulo. No ano de 1993, a atividade industrial correspondia a 25% da receita do município de São Paulo e ocupava 20% dos empregados formais, com destaque para o pessoal ocupado nos serviços de apoio à indústria (GRILLO, 1997).

Apesar do crescimento do número de estabelecimentos de alguns ramos industriais, o mesmo não aconteceu com o número de pessoal ocupado na indústria, que caiu drasticamente desde meados de 1975. Em 1986 o pessoal ocupado na indústria em São Paulo correspondia a 30,88% dos empregados formais da cidade, caindo para 21,07% em 1993 (GRILLO, 1997).

A recente queda no pessoal ocupado da indústria se deve principalmente à absorção de inovações tecnológicas, ao aumento da terceirização das atividades e à flexibilização dos contratos de trabalho, conseqüências básicas do processo de reestruturação produtiva que, como visto acima, se instaurou no Brasil a partir de 1980.

A queda no pessoal ocupado veio, portanto, acompanhada de um aumento na produtividade. Em 1990, por exemplo, 1 trabalhador do setor industrial produzia em média 100 produtos, enquanto que em 2000 o mesmo trabalhador passou a produzir em média 213 produtos. Ou seja, a produtividade mais do que dobrou em dez anos[7].

Segundo Acselrad (1995 apud Grillo), o período de reestruturação produtiva gerou nas grandes cidades como São Paulo um aumento do número de empregados na indústria com primeiro e segundo graus completos, em um movimento de qualificação relativa do trabalhador tão necessário a essa nova estrutura de produção. O mesmo foi verificado por Anau (2001) na região do Grande ABC, com a diminuição dos empregos de baixa qualificação e aumento da reserva de recursos humanos qualificados.

Grillo (1997) comparou o tamanho dos estabelecimentos que saíram da Capital e o tamanho dos estabelecimentos que ficaram na cidade entre 1985 e 1990. Os estabelecimentos industriais com até 99 empregados, ou seja, de pequeno porte, aumentaram 29,5% nesse período.

Os estabelecimentos industriais entre 100 e 499 empregados, ou seja, de porte médio, aumentaram 1,2% e os estabelecimentos industriais acima de 500 empregados, de grande porte, aumentaram 3,4%. Ou seja, grande parte dos estabelecimentos industriais que entraram no Município de São Paulo entre 1985 e 1990 foram os de pequeno porte.

De acordo com Grillo (1997), que analisou os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a indústria com até 50 empregados (pequena indústria) correspondia a 91,17% dos estabelecimentos industriais do Município de São Paulo em 1993.

A micro indústria, com até 9 empregados, era a base dos estabelecimentos no Município, correspondendo a 65,34% dos estabelecimentos industriais de São Paulo, e a indústria com mais de 100 empregados representava apenas 4,5% dos estabelecimentos industriais, mas empregava 60,59% da mão-de-obra.

A Tabela 33 a seguir mostra a concentração industrial por número de estabelecimentos e pessoal ocupado em São Paulo de acordo com o tamanho da indústria.

[7] Dados extraídos da reportagem "Retratos do Brasil: a fábrica" do Jornal O Estado de São Paulo, Caderno de Reportagens, edição de 01 de Maio de 2006.

Tabela 33: Concentração industrial por número de estabelecimentos e pessoal ocupado em São Paulo de acordo com o tamanho da indústria

Faixas de número de Empregados	% do total de estabelecimentos industriais	% do total de pessoal ocupado
0 a 9	65,34	7,86
10 a 49	25,83	20,32
50 a 99	4,33	11,23
100 a 499	3,90	20,25
Mais de 500	0,60	30,34

Fonte: Rais, 1993 apud GRILLO, 1997.

Grillo (1997) verificou um aumento da atividade industrial em São Paulo quando se considera o número de empregados. O aumento total do número de empregados entre 1985 e 1990 foi pequeno, de 3,9%, mas ocorreu. As indústrias médias tiveram queda de 3,7% e as grandes de 2,4% no número de empregados entre 1985 e 1990. Ou seja, quem teve aumento do número de pessoal ocupado neste período foram as pequenas indústrias, com crescimento de 20,3% em 1990 em relação a 1985.

Ou seja, a década de 1990 foi marcada por uma nova dinâmica da atividade industrial no Município de São Paulo, onde predominaram as pequenas e médias empresas em termos numéricos.

O Município de São Paulo a partir da década de 1990, assim como sua região metropolitana, passou por um processo de reorganização de sua estrutura produtiva ao lado de forte terceirização econômica. Esses processos envolveram novos setores da indústria e fizeram surgir novas atividades produtivas, também na forma de serviços produtivos que, sob diferentes formas de organização, tiravam vantagens das economias de aglomeração e possuíam condições para se localizarem nas áreas das grandes cidades, como menores impactos ambientais.

Caiado (2004) avaliou as fortes transformações na estrutura industrial de São Paulo, Município e Região Metropolitana, a partir de 1985. Para ele, foram os setores industriais mais modernos e complexos que tenderam a se reconcentrar na Capital e sua Região Metropolitana, destacando-se o setor de Edição, impressão e reprodução de gravações e o setor Químico, como igualmente demonstrou Grillo (1997).

A grande expansão do setor terciário na cidade de São Paulo também significou um crescimento e uma diversificação da indústria. Isso porque houve a criação de novos serviços, auxiliares à produção industrial, no momento em que a reestruturação produtiva provocou a terceirização das atividades, ou seja, certas atividades que antes eram realizadas dentro de uma mesma planta industrial passaram a ser feitas fora, por uma nova empresa que passou a prestar serviços para o antigo estabelecimento industrial. Assim, por exemplo, abriu-se espaço para serviços de empresas de pequeno e médio porte que passaram a atuar como fornecedoras de outras grandes empresas industriais.

Muitas das atividades produtivas antes realizadas dentro da mesma planta industrial passaram a ser realizadas fora, ou seja, foram terceirizadas, criando uma nova gama de serviços voltas às atividades produtivas, os chamados serviços industriais. Esse processo, portanto, não correspondeu a uma ruptura da indústria a favor dos serviços, nem mesmo de uma transição da característica industrial para a de serviços, mas sim estabeleceu uma nova relação de complementaridade entre esses dois setores (ACCA, 2006).

> (...) o crescimento do setor terciário traz a lume a sua complementaridade com o setor industrial na organização socioeconômica do território, tornando a RMSP não um espaço metropolitano pós-industrial ou terciário, mas uma metrópole industrial de serviços (ACCA, 2006:123).

Segundo Acca (2006), boa parte dos estudiosos endossou a análise de um processo de desindustrialização na metrópole paulistana nas últimas décadas do século XX. Segundo o autor, essa análise foi uma "ilusão estatística", pois deixou de considerar o principal fenômeno em curso naquele momento que foi o processo de reestruturação produtiva que reorganizou a produção das atividades em São Paulo.

Acca (2006) destacou o processo pelo qual vem passando a cidade de São Paulo, na formação da "*economia industrial de serviços*", como característico das grandes cidades dos países em desenvolvimento. Segundo ele, São Paulo e Cidade do México, por exemplo, passaram pelo mesmo processo de expansão dos setores industriais intensivos

em conhecimento, que são justamente aqueles que mantêm maiores sinergias com o setor de serviços.

A distribuição do Valor Adicionado no âmbito do setor industrial mostra que a maior concentração estava dividida em quatro setores: Químico (22,9%), Alimentos e Bebidas (13%), Edição, impressão e reprodução de gravações (10,5%) e Máquinas e Equipamentos (8,7%), que somados garantiam pouco mais de 50% do Valor Adicionado industrial do Município de São Paulo em 2001 (Paep, 2001). A Tabela 34 a seguir mostra essa distribuição.

Tabelas 34: Distribuição do Valor Adicionado industrial por atividades (1996 e 2001)

Atividades	Em porcentagem	
	1996	2001
Total	100,0	100,0
Indústria Extrativa	0,5	0,2
Fabricação de Alimentos e Bebidas	10,0	13,0
Fabricação de Produtos Têxteis	4,7	2,1
Confecção de Vestuários e Acessórios	5,3	2,8
Preparação e Confecção de Artefatos de Couro	0.4	0,6
Fabricação de Celulose e Papel	3,4	2,6
Edição, Impressão, Reprodução de Gravações	13,8	10,5
Fabricação de Combustíveis, Refino de Petróleo, e Produção de Álcool	0,0	1,2
Fabricação de Produtos Químicos	13,0	22,9
Fabricação de Artigos de Borracha e Plásticos	5,2	3,9
Fabricação de Produtos Minerais Não-Metálicos	2,5	2,2
Metalurgia Básica	2,0	7,1
Fabricação de Produtos de Metal (exclusive Máquinas e Equipamentos)	6,3	4,6
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	11,7	8,7
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	0,8	0,6
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	3,1	6,1
Fabricação de Material Eletrônico e Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	6,1	3,6
Fabricação de Equipamentos Médicos, Ótica, Relógios, Instrumentos de Precisão e Automação Industrial	1,6	1,5
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	4,7	2,6
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,7	1,0
Outras Indústrias	4,4	2,2

Fonte: SEADE, Paep, 1996 e 2001.

São Paulo teve, portanto, na década de 1990, seu papel de centralidade reforçado com o processo de reestruturação produtiva. Segundo Baldoni (2002), esse papel se tornou ainda mais complexo com os processos de reconcentração industrial que passaram a se instaurar na Região Metropolitana e no Município de São Paulo desde a década de 1990.

A Região Metropolitana e o Município de São Paulo passaram a apresentar, além das conhecidas desvantagens, também vantagens de aglomeração, como excelente infra-estrutura, presença de mão-de-obra qualificada e proximidade com fornecedores e

clientes. A concentração cada vez maior do setor de serviços também acabou por favorecer a concentração dos setores administrativos das indústrias, ou seja, suas sedes, como já apontado no capítulo anterior.

Assim, conclui-se que tanto a Região Metropolitana quanto o Município de São Paulo, passaram a reconcentrar alguns setores industriais após o processo de reestruturação produtiva dos anos 1990. Especificamente, os setores que tenderam a se localizar ali foram os que mais se beneficiavam das características apresentadas pelo território metropolitano e paulistano e os que tinham sua competitividade menos afetada pelos tão conhecidos problemas urbanos desenvolvidos por esses territórios até então.

Baldoni (2002) identificou a reconcentração de três setores industriais no Município de São Paulo, o químico, o editorial e gráfico, e o de alimentos e bebidas, como os únicos que tiveram aumento no número de estabelecimentos com até 99 empregados durante a década de 1990. Por outro lado, alguns setores mais tradicionais, como o de minerais não-metálicos, têxtil, borracha, calçados, couro e fumo e borracha, foram os que tiveram menos vantagens comparativas em permanecer no aglomerado paulistano.

Entretanto, na análise de Anau (2001) sobre a dinâmica dos setores industriais no Grande ABC, o setor têxtil apareceu como um dos setores tradicionais que mais de modernizou e se adequou às novas exigências competitivas. O mesmo aconteceu com a indústria de material de transporte e com a metalúrgica, além de parte da indústria química que dava suporte ao setor automotivo.

De qualquer forma, a heterogeneidade do parque industrial paulistano é inegável. Segundo Baldoni (2002), ao mesmo tempo em que a cidade passou a conglomerar os setores mais modernos, como a indústria química, ela também continuou atraindo algumas indústrias tradicionais, como a de confecções e artigos de vestuário, que, após reestruturarem sua forma de produção, passaram a depender de outras indústrias ou empresas de serviços produtivos que formaram uma rede de fornecedores e/ou clientes estabelecida na cidade.

O autor definiu duas tendências do Município de São Paulo no início do século XXI: uma de reconcentrar estabelecimentos de pequeno porte, que se beneficiaram da

proximidade do mercado consumidor e da proximidade com empresas maiores; e outro formado por essas indústrias maiores que, reestruturadas após a década de 1990, formaram uma ampla rede produtiva de empresas terceirizadas.

A cidade de São Paulo, portanto, chegou ao ano 2000 reorganizada após uma década de implementação de processos de reestruturação produtiva e abertura econômica. Alguns distritos, especialmente os "novos centros modernos" da cidade, passaram a abrigar as atividades industriais de comando, as sedes das empresas, enquanto outros, mais dispersos, passaram a concentrar as atividades produtivas propriamente ditas, notadamente as que mais se beneficiam da nova estrutura econômica da cidade.

Essa articulação da estrutura produtiva garantiu à cidade um caráter complexo, que vai além da simples definição de cidade industrial ou cidade terciária. Ela permitiu que São Paulo tivesse uma economia fortalecida tanto pelo setor industrial quanto pelo setor terciário (de comércio e serviços) e, portanto, única no sistema nacional.

Em 2004, o Município de São Paulo ganhou a posição de quarto maior Produto Interno Bruto (PIB) do país se comparado com as demais unidades da federação, atrás somente do estado de São Paulo, do estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. O PIB *per capita* em 2004 era de US$ 5.067,00, valor muito acima da média brasileira que era de US$ 3.326,00 (SEMPLA, 2004).

Uma análise mais aprofundada sobre o período que se estendeu de 1985 a 2005, período objeto dessa tese, será realizada no próximo capítulo, a fim de entender as reais especificidades do processo de transformação da estrutura produtiva do Município de São Paulo.

Antes disso, no entanto, será analisado como a estrutura urbana de São Paulo se modificou no período pós-1985 e quais foram as políticas públicas urbanas adotadas nesse período no que diz respeito à localização das atividades produtivas no Município.

4.1 A cidade de São Paulo e a localização da atividade produtiva industrial pós-1985

O estudo da concentração de área construída industrial pelos diferentes distritos é capaz de mostrar a distribuição da indústria pelo Município de São Paulo em diferentes momentos históricos. Os dados do Cadastro Territorial e Predial de Conservação e Limpeza (TPCL) para os anos de 1991, 1995, 2000 e 2005 permitem a comparação de cinco em cinco anos da distribuição de área industrial construída entre os distritos da Capital.

A seguir as tabelas 35, 36, 37 e 38 mostram essa comparação. Em cinza mais escuro estão representados os distritos com área construída industrial maior do que um milhão de metros quadrados e os representados na cor cinza mais claro são os distritos com área construída industrial entre quinhentos mil e um milhão de metros quadrados.

Tabelas 35 e 36: Distritos com área construída industrial maior do que 500.000m²

1991	
Distrito	**Área construída**
Santo Amaro	1.312.882
Campo Grande	1.293.735
Mooca	1.167.799
Lapa	1.162.718
Ipiranga	1.012.723
Belém	920.230
Sacomã	752.241
Tatuapé	741.839
Cambuci	683.997
Socorro	670.083
Vila Leopoldina	644.590
Jaguaré	537.443
Brás	536.252
Vila Maria	535.568
Barra Funda	529.180
Total no MSP	**21.449.719**

1995	
Distrito	**Área construída**
Santo Amaro	1.359.058
Campo Grande	1.305.261
Lapa	1.197.426
Mooca	1.168.997
Ipiranga	1.068.174
Belém	975.128
Sacomã	859.891
Tatuapé	753.428
Socorro	730.663
Vila Leopoldina	657.909
Cambuci	653.785
Vila Maria	553.446
Jaguaré	550.779
Barra Funda	546.373
Brás	536.386
Vila Prudente	518.796
Total no MSP	**22.850.837**

Fonte: TPCL, 1991 e 1995.

Na análise das duas tabelas acima, verifica-se que entre 1991 e 1995 todos os distritos com mais de quinhentos mil de metros quadrados de área construída industrial tiveram área construída industrial acrescida, com exceção para o distrito de Socorro, cuja área construída industrial decresceu. O destaque foi a inclusão do distrito de Vila Prudente

entre os distritos da Capital com mais de quinhentos mil metros quadrados de área construída industrial em 1995.

Também segundo o TPCL (1991 e 1995) os cinco distritos com maior número de área construída industrial em 1991, Santo Amaro, Campo Grande, Mooca, Lapa e Ipiranga, mantiveram sua posição em 1995. Em 2000, no entanto, o distrito de Campo Grande assumiu a liderança no lugar de Santo Amaro e o distrito da Mooca desceu de categoria, passando a ter menos de um milhão de metros quadrados de área construída industrial.

As tabelas 36 e 37 mostram também que, diferente do período entre 1991 e 1995, no período entre 1995 e 2000 a maioria dos distritos com área construída industrial maior do que quinhentos mil metros quadrados perderam área construída industrial. Os únicos que tiveram acréscimo foram os distritos de Socorro, Jaguaré, Vila Maria e Cambuci. Destaque desse período foi a queda do distrito Brás, que passou a ter menos de quinhentos mil metros quadrados de área construída industrial em 2000.

Tabelas 37 e 38: Distritos com área construída industrial maior do que 500.000m^2

2000	
Distrito	**Área construída**
Campo Grande	1.275.434
Santo Amaro	1.140.128
Lapa	1.094.008
Ipiranga	1.038.551
Mooca	988.391
Sacomã	959.275
Belém	943.702
Socorro	732.819
Cambuci	657.307
Jaguaré	610.786
Tatuapé	579.862
Vila Maria	575.430
Vila Leopoldina	546.416
Barra Funda	531.389
Vila Prudente	506.494
Total no MSP	**22.451.277**

2005	
Distrito	**Área construída**
Campo Grande	1.100.217
Santo Amaro	972.431
Mooca	936.526
Sacomã	913.126
Ipiranga	898.496
Lapa	889.314
Belém	856.469
Socorro	698.610
Cambuci	547.712
Jaguaré	535.321
Vila Maria	506.331
Total no MSP	**20.000.834**

Fonte: TPCL, 1991 e 1995.

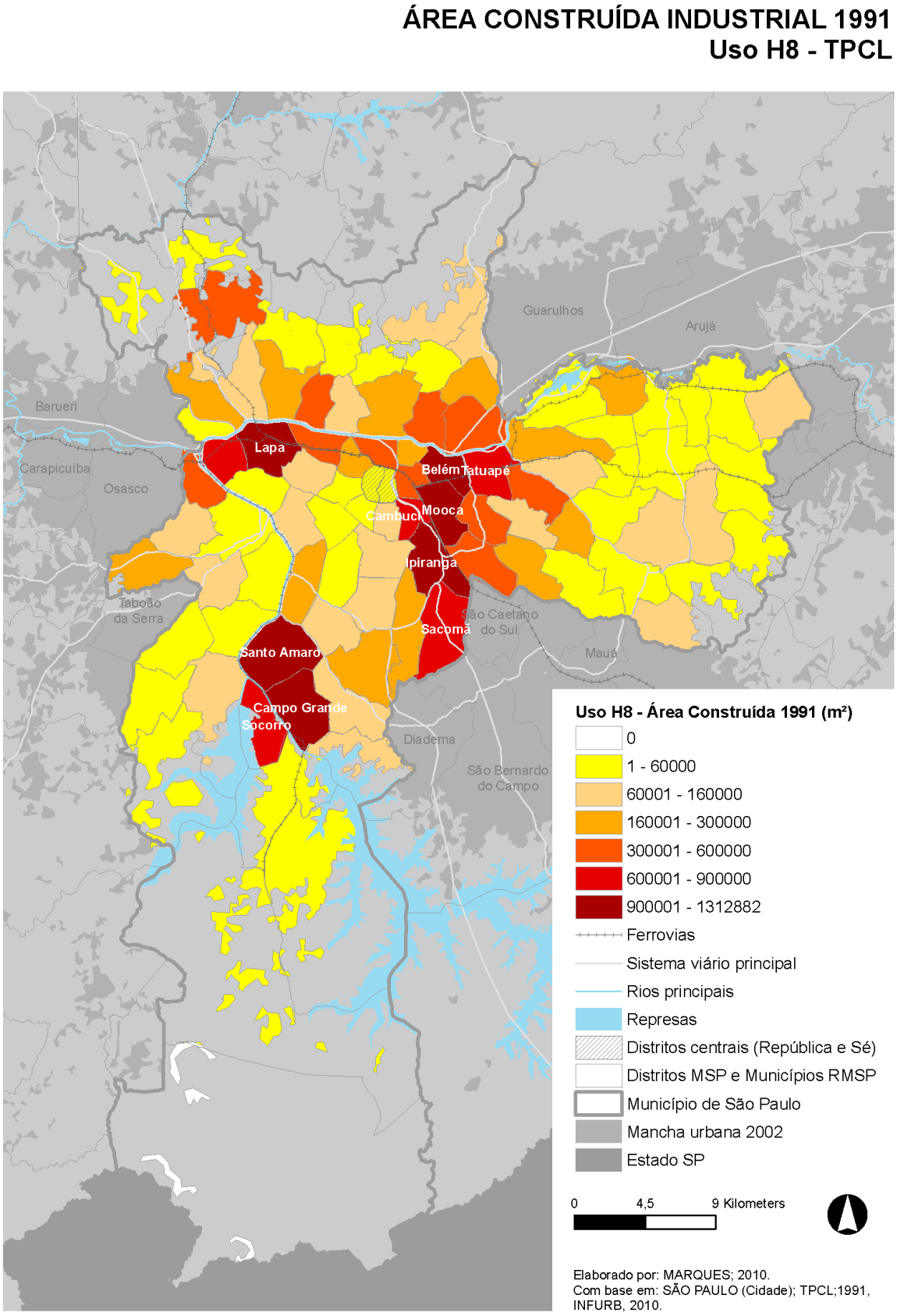
Entre 2000 e 2005 as mudanças foram mais evidentes. Apenas o distrito de Campo Grande permaneceu com mais de um milhão de metros quadrados de área construída

industrial em 2005. Todos os outros distritos com mais de quinhentos mil metros quadrados de área construída industrial perderam área construída industrial nesse período.

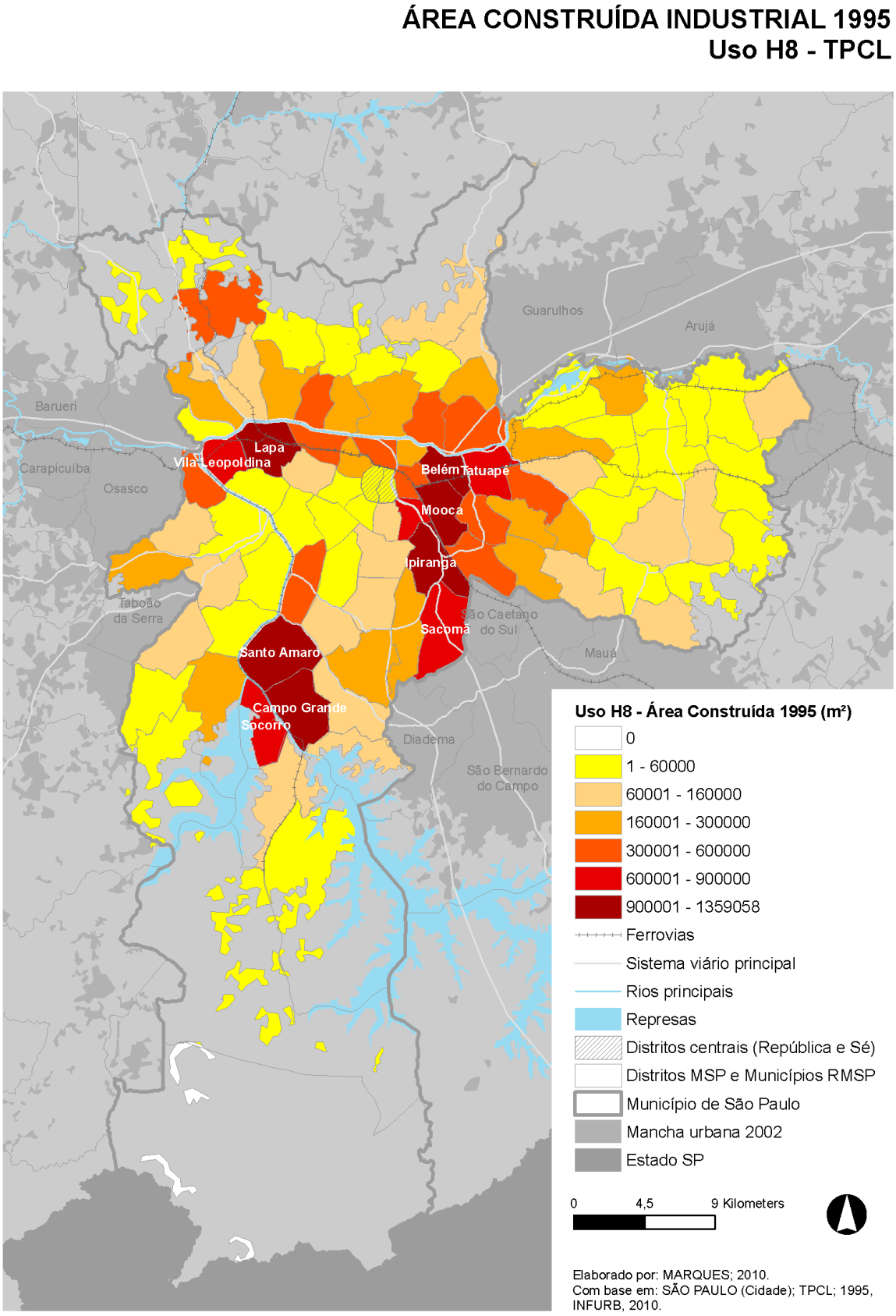
Ou seja, diferente dos períodos anteriores, entre 2000 e 2005 nenhum distrito teve acréscimo de área construída industrial. Os distritos de Tatuapé, Vila Leopoldina, Barra Funda e Vila Prudente desceram de categoria, passando a ter menos de quinhentos mil metros quadrados de área construída industrial em 2005.

A seguir, apresentamos quatro mapas que mostram a alteração da área construída industrial entre os distritos da capital para os anos 1991, 1995, 2000 e 2005.

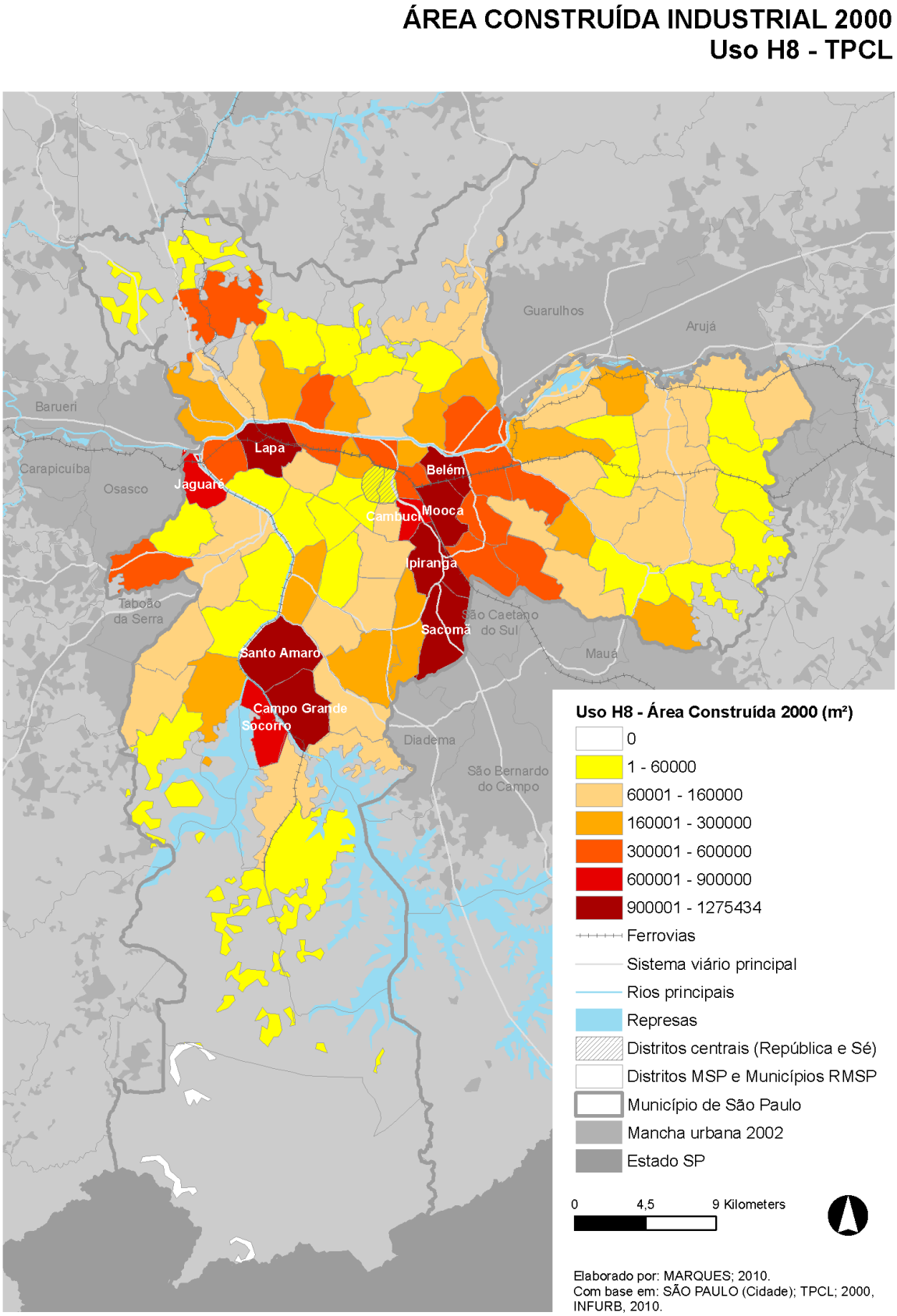
Mapa 20: Área Construída Industrial – 1991



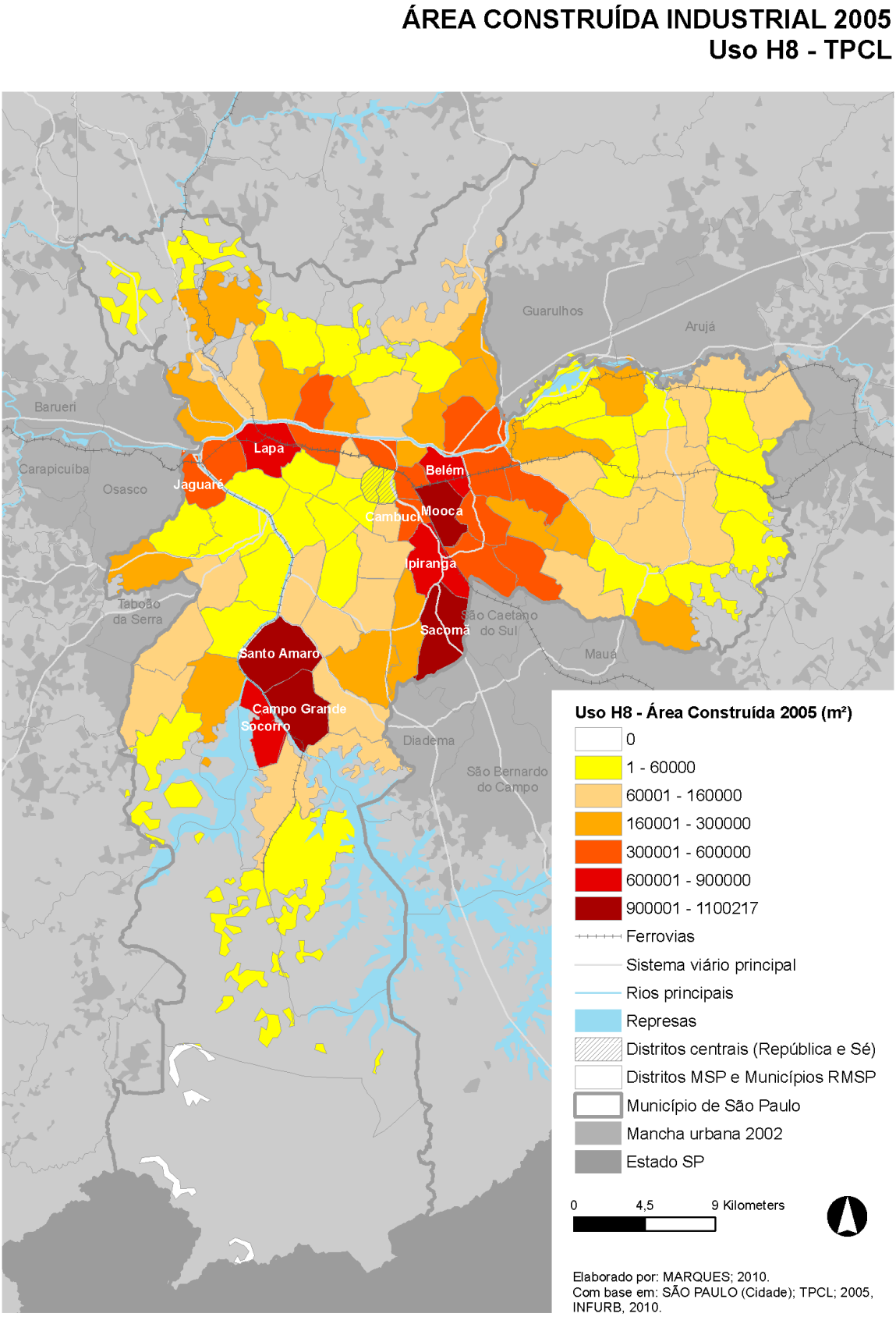
Mapa 21: Área Construída Industrial – 1995



Mapa 22: Área Construída Industrial – 2000



Mapa 23: Área Construída Industrial – 2005



Portanto, pela análise dos dados de área construída industrial fornecidos pelo TPCL observa-se que o Município de São Paulo, no geral, perdeu área construída industrial significativamente entre os anos de 1991 e 2005.

A análise do número de estabelecimentos industriais localizados no Município de São Paulo também aponta queda no número de indústrias entre 1991 e 2005. Em 1991 havia 31.465 estabelecimentos industriais no município, enquanto que em 2005 esse número caiu para 26.450 (SEADE, 2006).

A mesma tendência de queda aparece na análise do Valor Adicionado da indústria, porém entre os anos 1985 e 1995. Logo depois, no ano 2000 já se observa aumento do Valor Adicionado da indústria do município. Em 1985 a porcentagem do Valor Adicionado da indústria do total de Valor Adicionado produzido na Região Metropolitana de São Paulo era de 75,7% caindo para 58,0% em 1995. A queda no Valor Adicionado industrial foi ainda maior para o Município de São Paulo, que caiu de 69,1% do valor adicionado total em 1985 para 49,1% do valor adicionado total em 1995 (SCHIFFER, 2002).

Entre os anos de 2002 e 2005, no entanto, a participação da indústria no Valor Adicionado total do município aumentou de 23,99% em 2002 para 24,53% em 2005.

Na análise do setor terciário, por outro lado, a porcentagem do Valor Adicionado do terciário no total produzido vem crescendo desde 1985, tanto na Região Metropolitana quanto no Município de São Paulo. Em 1985, a porcentagem era de 20,5% no caso da Região Metropolitana de São Paulo passando para 37,7% em 1995. No caso do Município a porcentagem do Valor Adicionado do terciário no total produzido cresceu de 28,8% para 46,2, no mesmo período (SCHIFFER, 2002).

Portanto, esses números mostram que apesar da queda no número de estabelecimentos e da queda em área construída industrial, a cidade de São Paulo continuou a exercer sua posição de liderança na economia industrial no ano 2000 no que diz respeito a sua capacidade de produção de riquezas e, mais ainda, que o setor de serviços adquiriu importância fundamental nas últimas décadas.

Pode-se extrair que o Município passou por um processo de diminuição do número estabelecimentos industriais, que como também visto no capítulo anterior, realmente ocorreu com algumas plantas, principalmente as de grande porte e voltadas aos setores mais tradicionais da economia, ou foi resultado do processo de fusão de empresas, típico do período neoliberal.

A saída de plantas de grande área industrial se confirma na análise histórica, via dados do TPCL, de perda de área construída industrial entre os anos de 1991 e 2005 no município.

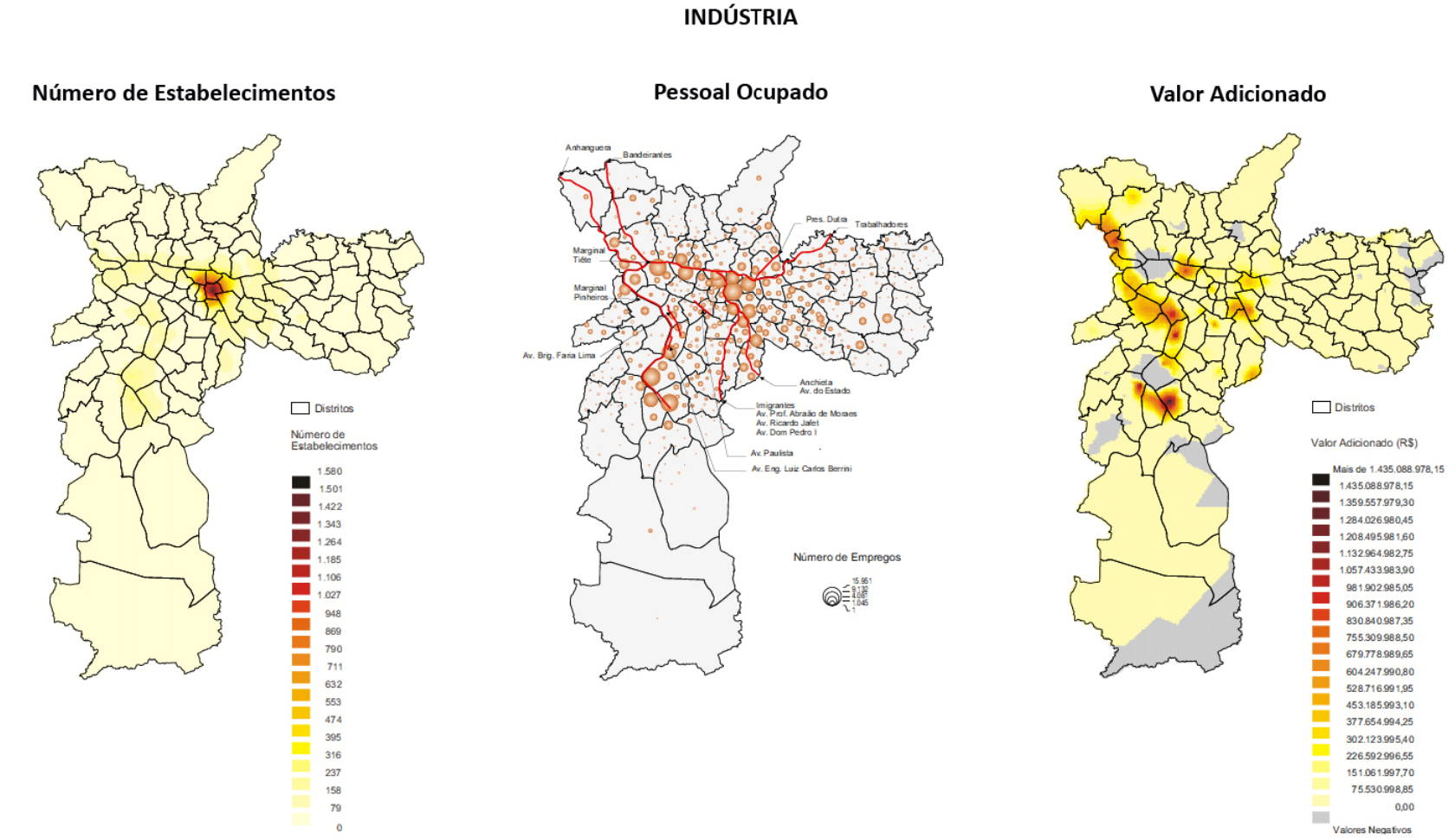
A pesquisa elaborada pela Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo (PMSP/Sempla) intitulada "Município em Mapas", série "Economia Urbana" desenvolveu um diagnóstico do Município de São Paulo quanto à distribuição das atividades econômicas (indústria, comércio e serviços) para o ano de 2004.

Segundo essa pesquisa, pode-se comparar a distribuição dos estabelecimentos industriais, do pessoal ocupado na indústria e do Valor Adicionado do setor secundário. Os mapas a seguir mostram essa comparação.

Na análise dos mapas apresentados a seguir, pode-se entender que a maior quantidade de estabelecimentos industriais no início do século XXI ainda estava concentrada a leste do centro da cidade, principalmente no distrito do Brás, e espalhadas também pelos distritos do Bom Retiro, Pari, Belém, Mooca e Cambuci.

A grande concentração de empregos na indústria estava localizada nos eixos viários do Município, além da alta concentração nos mesmos distritos que concentravam a maior parte do número de estabelecimentos industriais da cidade. As maiores concentrações de pessoal ocupado na indústria estavam nos eixos da Rodovia dos Bandeirantes e Aanhanguera, Via Anchieta, Marginal Pinheiros e Marginal Tietê.

Figura 1: Localização industrial no Município de São Paulo - comparação entre número de estabelecimentos (2004), pessoal ocupado (2004) e Valor Adicionado (2001) da indústria.



Fonte: PMSP/SEMPLA, 2006, com base nos dados da RAIS/MTE, 2004 e Paep/SEADE, 2001.

Juliana Di Cesare Margini Marques

Quanto ao Valor Adicionado industrial observa-se que as maiores concentrações estavam no eixo que se estende do distrito de Campo Grande, irradiando para Socorro e Jardim São Luís, passando pelos distritos de Itaim Bibi e Pinheiros, como grande foco, e pelos distritos de Morumbi, Butantã, Jaguaré, Vila Leopoldina e Jaguará, até chegar em um foco de concentração em São Domingos, que também se irradia para o Jaraguá. No restante da cidade os demais focos de concentração de Valor Adicionado na indústria estavam no distrito da Barra Funda e nos distritos da Mooca e Cambuci.

Com base nessa análise, pode-se concluir que no início do século XXI os distritos que concentravam a maioria do número de estabelecimentos industriais e a maioria do pessoal ocupado na indústria não eram os mesmos distritos que concentravam a produção da maior parte do Valor Adicionado na indústria.

Essa constatação aliada à análise dos dados do TPCL e dos dados do SEADE reitera a afirmação de que a partir de 1990 o processo de reestruturação produtiva pelo qual passou a economia brasileira gerou impactos significativos na estrutura e distribuição da indústria no Município de São Paulo. Não são mais os estabelecimentos industriais de grande porte (com maior número de funcionários) que geram as maiores produtividades e maiores riquezas. Pelo contrário, os distritos com menor número de estabelecimentos e menor número de pessoal ocupado são os que apresentam maior Valor Adicionado, ou seja, as indústrias mais modernas e mais intensivas em capital.

Ao mesmo tempo, esses dados mostram que o vetor sudoeste da cidade, apesar de não possuir a maior concentração de estabelecimentos industriais, concentrava a maior produção industrial.

Portanto, a dualidade da estrutura urbana que já era uma característica que vinha se desenvolvendo historicamente se concretizou e se expandiu a partir da década de 1990:

> (...) regiões fartamente atendidas por infra-estrutura de ponta convivem com áreas desprovidas de serviços básicos; aos salários mais altos do País se contrapõe uma imensa massa de desempregados com baixa qualificação; edificações luxuosas (residenciais e comerciais), equipadas com toda sorte de tecnologia eletrônica, convivem com um número crescente de pessoas morando em favelas (SCHIFFER, 2004b:173).

Segundo Schiffer, São Paulo ao mesmo tempo em que se modernizou e se tornou a principal localização para os investimentos externos diretos a partir da década de 1990, também sofreu os efeitos negativos do processo de modernização produtiva e internacionalização da economia, como aumento do desemprego, aumento da exclusão social e aumento da violência urbana.

Schiffer (2004b) analisou os impactos do processo de globalização na estrutura urbana de São Paulo, especialmente sobre a Região Metropolitana e o Município de São Paulo. Segundo a autora, tanto a Região Metropolitana quanto o Município de São Paulo enfrentaram entre 1991 e 1996 uma queda nas taxas de crescimento populacional, apesar do aumento constante no número absoluto de habitantes entre 1980 e 1996.

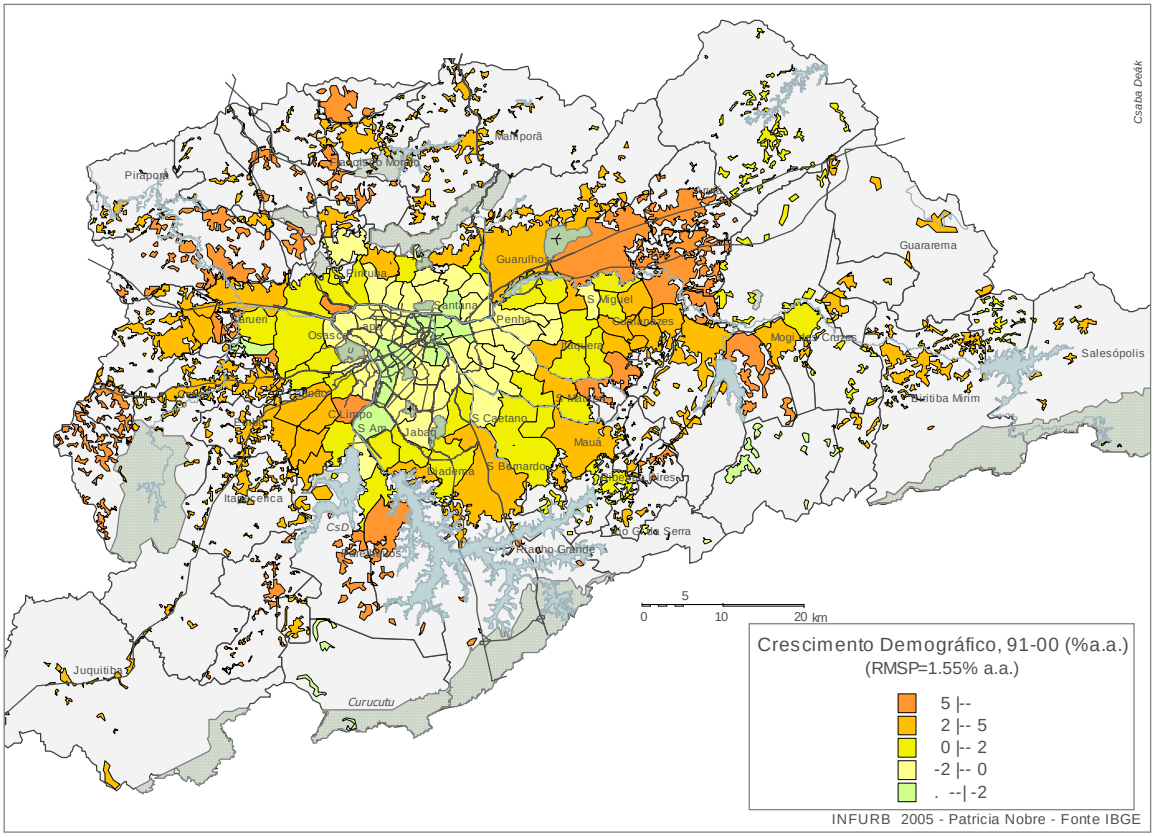
Na distribuição da população dentro do Município de São Paulo a autora notou desigualdades entre os diferentes distritos. Enquanto os distritos mais centrais e de renda mais alta apresentaram taxas de crescimento negativas ou muito baixas, os distritos mais periféricos apresentaram taxas de crescimento populacional positivas. O Mapa 25 a seguir evidencia a continuidade desse quadro em 2000.

Meyer, Grostein e Biderman (2004), que fizeram uma extensa análise sobre a Região Metropolitana de São Paulo, mostraram diferenças nas taxas de crescimento entre os municípios da Região Metropolitana.

Segundo os autores, enquanto a taxa de crescimento da capital paulista era de 1,18% ao ano em 1980 e depois de apenas 0,88% ao ano em 1990, os demais municípios da Região Metropolitana cresceram em média 2,9% ao ano em 1990. A acentuação do processo de periferização nos anos 1990 pode ser então definida, ainda mais com as taxas de crescimento acima de 5% de alguns municípios metropolitanos, como Embu-Guaçu, Caieiras, Francisco Morato, Arujá e Santana do Paranaíba.

Mapa 25: Crescimento demográfico da Região Metropolitana de São Paulo – 1991 a 2000.

Região Metropolitana de São Paulo



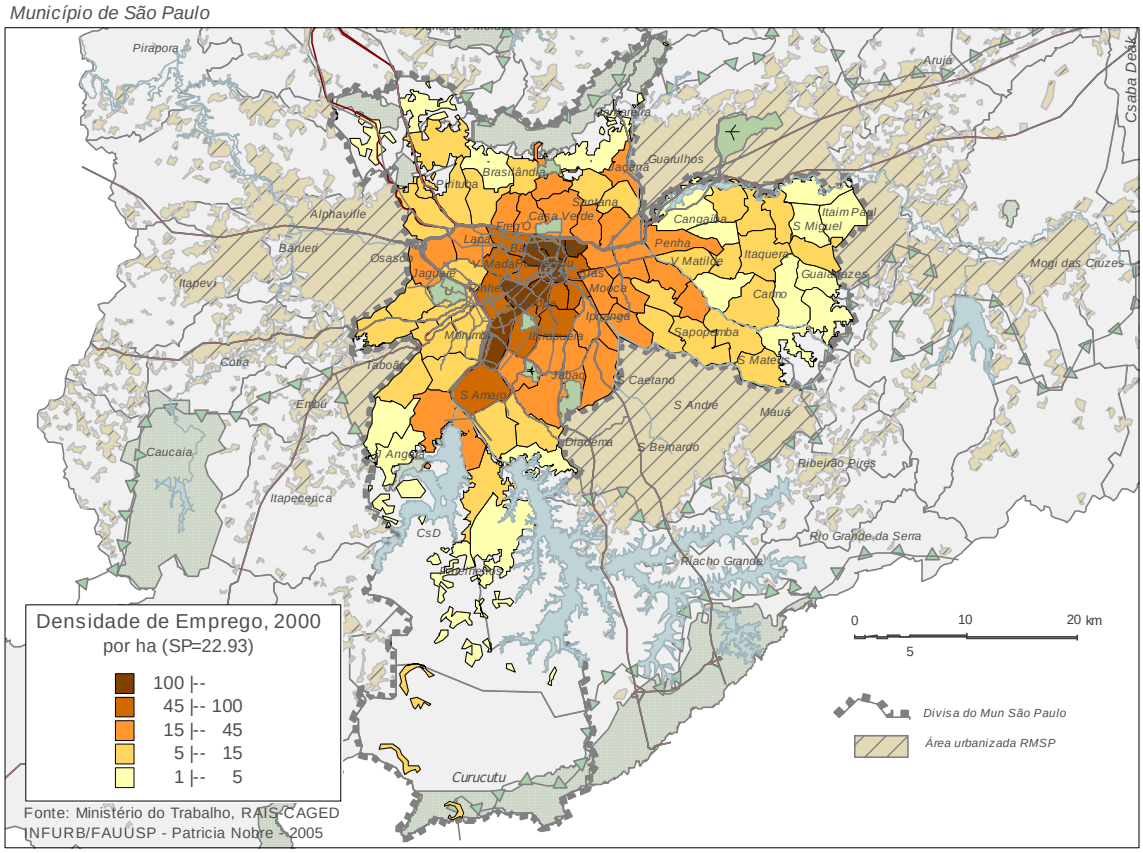
Fonte: Infurb, 2005, com base em dados da FIBGE, 1991 e 2000.

Uma das grandes conseqüências do processo de reestruturação produtiva para a cidade de São Paulo foi o aumento expressivo da taxa de desemprego industrial. Segundo Schiffer (2002), a taxa de desemprego industrial que era de 7,5% em Março de 1989 no Município de São Paulo aumentou para 16,8% em Março de 1999.

Na análise do emprego, Schiffer (2004b) apontou que o aumento de pessoal ocupado no setor terciário foi proporcionalmente menor do que essa perda de pessoal ocupado no setor secundário. A taxa de emprego no Município de São Paulo, por exemplo, aumentou de 9% em 1988 para 14% em 1996.

A estrutura do emprego no Município, mostrada pelo Mapa 26, também demonstra o crescimento e a polarização das riquezas no vetor sudoeste, o que provoca sérios problemas de mobilidade na cidade, tendo em vista as deficiências do sistema de transporte público e do movimento pendular entre casa e trabalho praticado pela maioria dos trabalhadores da cidade diariamente.

Mapa 26: Densidade do emprego em 2000.



Fonte: Infurb, 2005, com base em dados da RAIS-CAGED.

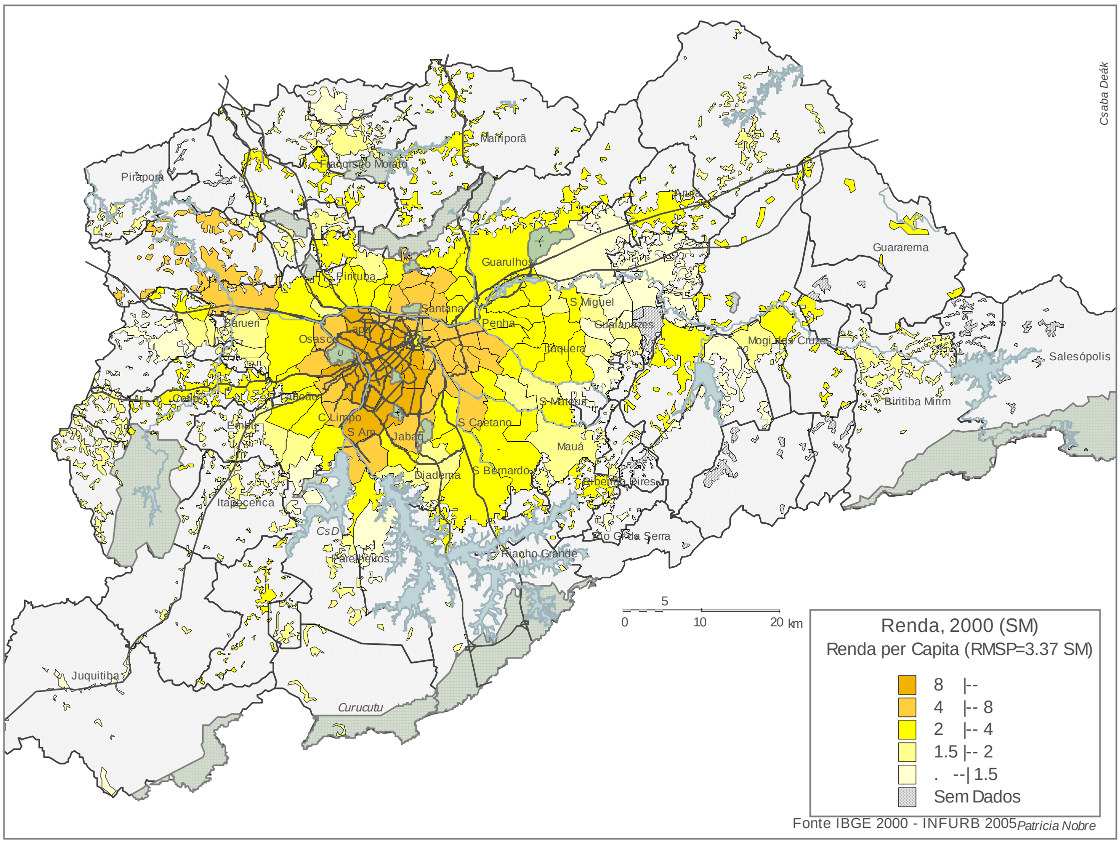
A renda média familiar também diminuiu consideravelmente entre 1989 e 1996. Segundo dados do SEADE (1999) apontados por Schiffer (2002), em 1989 a renda média familiar no Município de São Paulo era de R$ 2.654,00, que caiu para R$ 1.681,00 em 1996.

No tocante à distribuição de renda média dos chefes de família por distrito da Capital paulista, a análise de Schiffer (2004b) sobre os dados do Censo Demográfico de 1991 mostrou alta concentração de renda média dos chefes de família nos distritos localizados na região sudoeste da cidade, tida como a mais consolidada, e menores concentrações de renda média dos chefes de família nos distritos mais periféricos.

O mesmo se manteve em 2000, como pode ser analisado pelo Mapa 27 a seguir.

Mapa 27: Renda per capita em 2000

Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: Infurb, 2005, com base em dados da FIBGE, 2000.

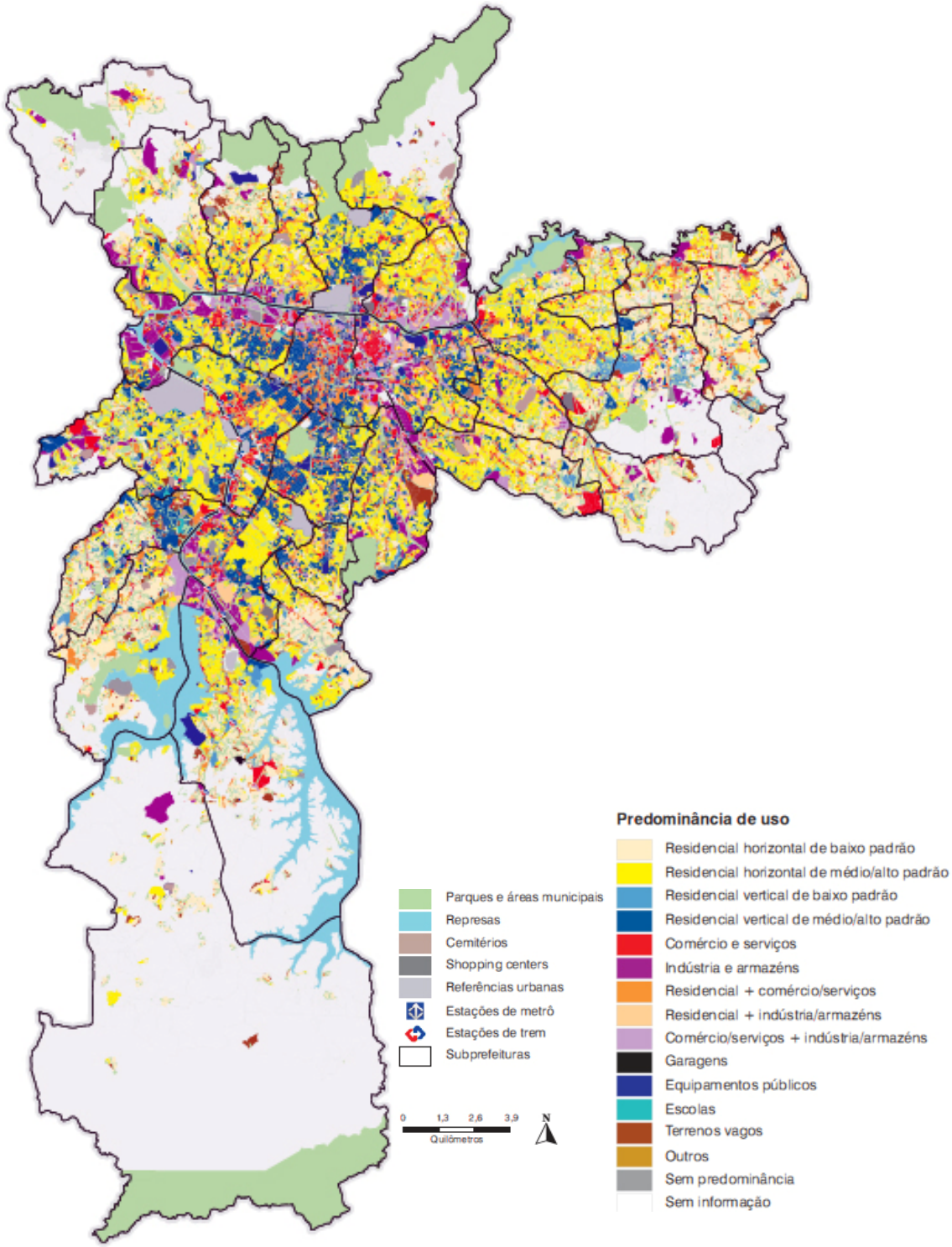
Quanto ao uso do solo, Schiffer (2004b) notou, com base na análise do Cadastro de Taxa Predial de Conservação e Limpeza (TPCL), um acréscimo significativo de área construída nos distritos mais consolidados no início da década de 1990.

Entre 1990 e 1995, os distritos da capital que apresentaram maiores acréscimos porcentuais de área construída (para todos os usos) foram Itaim Bibi, Moema, Jabaquara e Santo Amaro. Dentre esses distritos, a maioria está localizada na porção sudoeste da cidade. Quanto ao uso industrial, os distritos com maiores acréscimos foram Lapa, Santo Amaro, Socorro e Limão (SCHIFFER, 2004b).

No ano de 1995, os distritos com maior concentração de área industrial da cidade eram, em ordem decrescente, Santo Amaro, Campo Grande, Belém, Lapa, Ipiranga, Cambuci e Santa Cecília. E os distritos com maior concentração de área construída residencial eram, também em ordem decrescente, Jardim Paulista, Moema, Vila Mariana, Itaim Bibi, Jabaquara, Saúde e Bela Vista (SCHIFFER, 2004b).

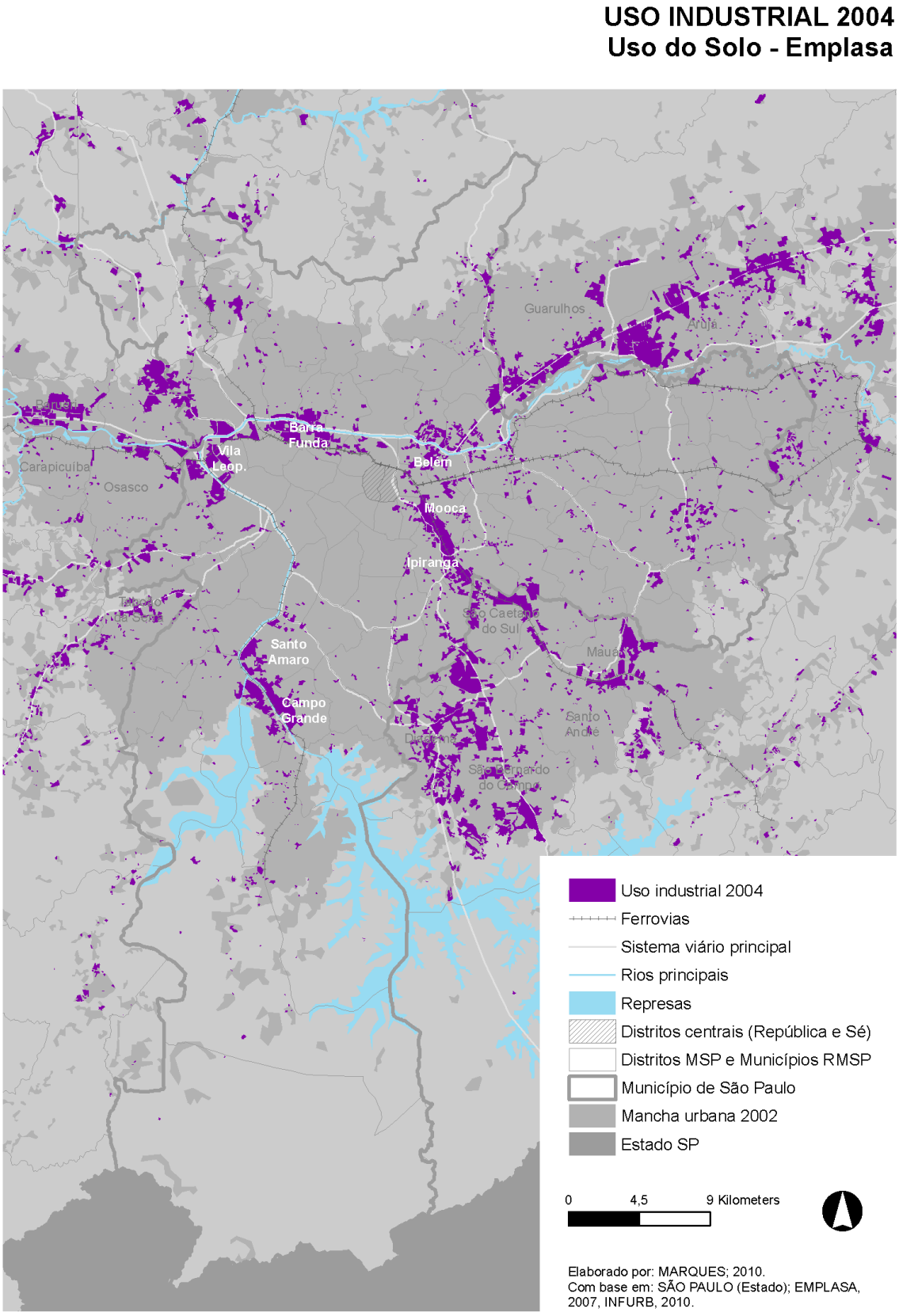
O Mapa 28 a seguir mostra as predominâncias de uso no Município de acordo com o Cadastro do TPCL para o ano de 2005 e o Mapa 29 mostra somente as áreas de uso industrial.

Mapa 28: Mapa de Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo – 2005.



Fonte: PMSP/SEMPLA, com base em dados do TPCL, 2005.

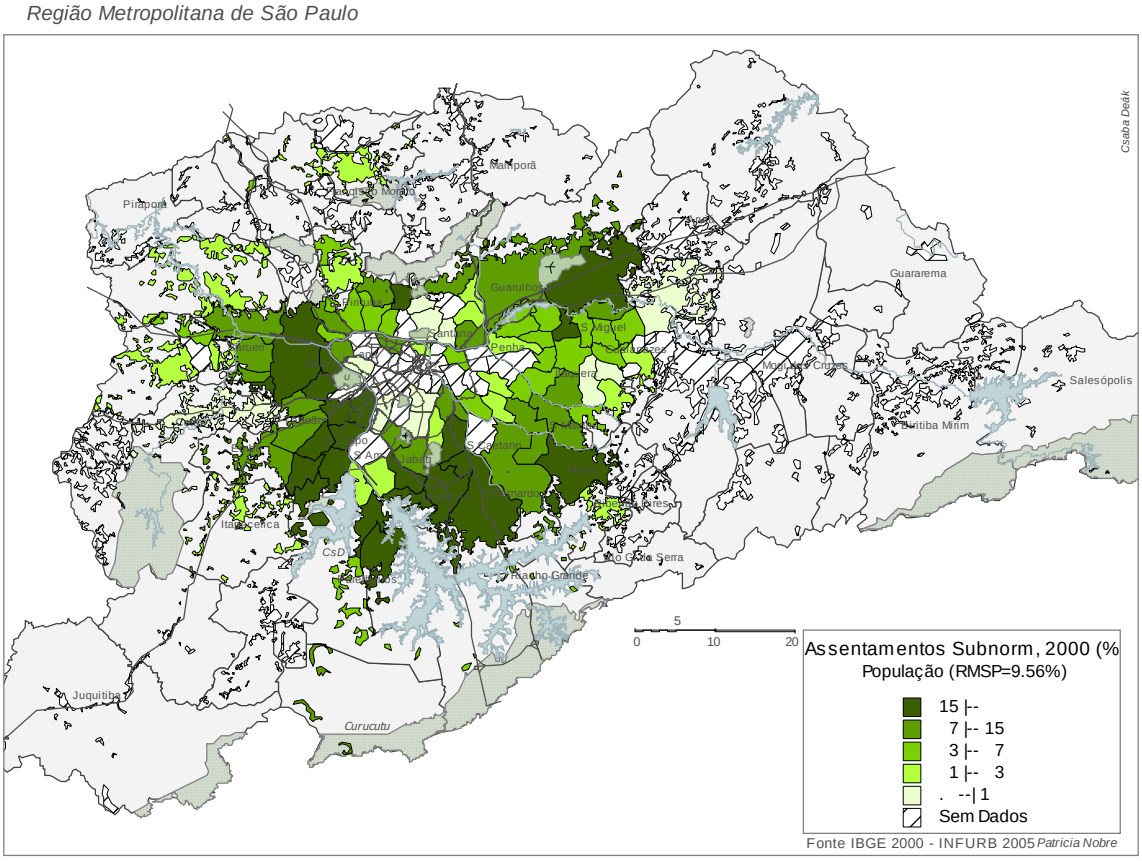
Mapa 29: Uso do solo industrial no Município de São Paulo – 2004.



A porcentagem da população residente morando em favelas era bastante alta em 1993. Segundo Fipe/Seade (apud Schiffer, 2004a), nesse ano pouco mais que 19% da população total do Município de São Paulo tinha as favelas como moradia. Quanto aos cortiços, a pesquisa de Taschner (2001 apud Schiffer, 2004b) apontou aproximadamente 6% da população total do Município morando em cortiços em 1993.

Meyer, Grostein e Biderman (2004) utilizaram a pesquisa de Marques, Saraiva e Torres (2003) para mostrar que na década de 1990 a taxa de crescimento da população morando em favelas (2,97% a.a.) foi bem maior do que a taxa de crescimento da população da cidade como um todo (0,88% a.a.). A pesquisa também apontou que tanto a área de ocupação por favelas quanto sua densidade demográfica aumentaram 24% e 380hab/ha, respectivamente. O Mapa 30 a seguir mostra as ocupações dos setores subnormais na Região Metropolitana de São Paulo para o ano 2000.

Mapa 30: Assentamentos subnormais em 2000.



Fonte: Infurb, 2005, com base em dados da FIBGE, 2000.

O processo de reestruturação produtiva gerou, portanto, no Município de São Paulo (e não só nele) impactos sociais graves, como o aumento da pobreza, a diminuição da média dos salários e a diminuição dos empregos formais, principalmente daqueles de baixa qualificação.

A análise da estrutura urbana de São Paulo a partir da década de 1990 mostrou a crescente dualidade existente entre as mais sofisticadas e modernizadas áreas da cidade e as mais precárias. A forma radial se manteve desde os primórdios da urbanização da cidade, assim como se manteve o padrão de segregação sócio-espacial, onde a porção sudoeste esteve historicamente favorecida pela melhores ofertas de infra-estrutura, serviços, emprego e sistema de transportes.

O poder público, apesar de inúmeras propostas, pouco atuou historicamente no sentido de diminuir essa situação de desigualdade.

No que diz respeito às políticas estaduais, o governo do Estado entre 1987 e 1991 deu continuidade aos reforços dos governos estaduais anteriores no sentido de incentivar o processo de desconcentração industrial em direção ao Interior. Nesse período foram feitos investimentos públicos em infra-estrutura no Interior e aprovadas linhas de crédito para estabelecimentos industriais que desejassem se localizar no estado de São Paulo, mas fora da Capital.

A seguir são mostradas as diferentes políticas públicas municipais que legislaram sobre São Paulo a partir de 1985, com enfoque na questão da localização do uso industrial no Município.

Políticas Municipais

A partir do final da década de 1970, o Brasil passou a rejeitar a adoção do planejamento urbano, no sentido de plano global visando o desenvolvimento urbano, a favor de planos setoriais mais específicos. Com a disseminação dos preceitos neoliberais, mais adiante, o discurso da ineficiência do Estado como principal provedor dos serviços sociais e de infra-estrutura veio reforçar a desqualificação do planejamento enquanto instrumento para ordenar a organização espacial das cidades brasileiras.

Especialmente durante o período do Milagre Econômico (1968-1974) a concepção de plano se torna desacreditada e os que foram concebidos nesse período ou no período até a década de 1990 envolviam meros diagnósticos sem ou com poucas ações propositivas efetivas (SCHIFFER & DÉAK, 2007).

Foi nesse cenário que o Plano Diretor do Município de São Paulo foi elaborado em 1985, no final da administração do prefeito Mario Covas, com vistas a substituir o PDDI de 1971, mas que não chegou a ser aprovado em lei.

O PD 85, que não chegou a propor medidas efetivas, tinha como discurso combater a precariedade da qualidade de vida, os problemas econômicos que se agravaram como resposta a crise desde o início da década, e os problemas ambientais cada vez mais contundentes.

Nesse sentido, algumas de suas principais preocupações eram os altos custos da urbanização, a expansão desenfreada de periferias com baixa densidade populacional, a retração das atividades industriais e o aumento do desemprego no setor secundário. Para isso, defendia a ocupação dos vazios urbanos, identificados nas áreas centrais da cidade, em detrimento da continuidade da ocupação das periferias, e a consideração da inserção da cidade em sua Região Metropolitana.

Dentre suas principais propostas estavam a definição da estrutura urbana em anéis concêntricos, reforçada pela ocupação dos vazios urbanos; a criação de subcentros espalhados na cidade, em função da constatação do aumento da importância do setor terciário e da tentativa de melhoria da circulação em São Paulo; e a tentativa de incorporação das questões relativas à participação da sociedade civil nas tomadas de decisão do Plano Diretor, tendo em vista o processo de redemocratização em curso no país, e da proposta de descentralização político-administrativa da cidade.

O Plano Diretor de 1985 se preocupava (ao menos na retórica) com a precariedade das condições de vida na cidade no início da década de 1980.

Segundo o PD 1985 (baseado em dados estimados pela Secretaria Municipal de Planejamento na elaboração do Plano Habitacional do Município), 5% da população

viviam em favelas, 23% moravam de aluguel em cortiços ou casas em condições precárias de habitabilidade e 22% viviam em casa própria autoconstruída. No total, isso significava que 55% da população do Município viviam em condições subnormais em 1983.

No início da década de 1980, o Poder Público também focou na desconcentração das atividades produtivas e suas conseqüências para o Município:

> A contração das atividades industriais provocou uma retração no mercado de trabalho, sem precedentes na economia paulista, sendo uma das conseqüências o rebaixamento das condições de vida da população (PMSP, 1985:55).

O Plano Diretor de 1985 (PMSP, 1985:23) considerava que:

> (...) as áreas industriais constituem elemento importante da organização espacial da cidade, pois em função da localização das atividades industriais e do sistema de transportes é que se instala grande parte das demais atividades econômicas e a habitação.

Este mesmo Plano já diagnosticava a concentração de estabelecimentos industriais de menor porte e ligados aos setores mais tradicionais na área central do Município, principalmente nos distritos Brás e Bom Retiro. Os estabelecimentos de porte maior e relacionados aos setores mais modernos estavam espalhados nas porções oeste e sul da cidade, principalmente nos distritos Lapa e Santo Amaro e ao longo das marginais Tietê e Pinheiros.

Quadro 2: Número de estabelecimentos e de empregos dos principais gêneros industriais nas zonas do Município de São Paulo

Zona	Gêneros	Número de Estabelecimentos	Número de Empregados	%
Centro	Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	1.177	42.170	29,26
	Editorial	355	17.224	11,95
	Têxtil	223	12.065	8,37
Total da Zona Centro		3.107	144.145	15,28
Norte	Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	160	9.625	12,17
	Metalurgia	160	9.002	11,38
	Mecânica	143	8.451	10,68
Total da Zona Norte		1.270	79.093	8,39
Sul	Material Elétrico e de Comunicação	346	48.080	15,90
	Metalurgia	453	39.677	13,12
	Mecânica	351	36.151	11,95
Total da Zona Sul		3.252	302.422	32,07
Leste	Têxtil	231	33.294	16,86
	Metalurgia	580	31.976	16,19
	Material Elétrico e de Comunicação	167	18.001	9,11
Total da Zona Leste		3.036	197.520	20,94
Oeste	Metalurgia	303	30.637	13,93
	Material Elétrico e de Comunicação	132	22.412	10,19
	Mecânica	222	23.372	10,17
Total da Zona Oeste		2.150	219.958	23,32
Total das Zonas		**12.815**	**943.138**	**100,00**

Fonte: Plano Diretor do Município de São Paulo (PMSP, 1985:24).

Nesse sentido, o PD 1985 (PMSP, 1985:187) adotou como diretriz:

Do ponto de vista da implantação industrial, não se prevê a construção, no Município, de novas indústrias grandes, em face da escassez de espaço adequado e do custo da terra, se comparado com outras ofertas em municípios vizinhos. Contudo, estimular-se-á a ocupação industrial de áreas no Vale do Aricanduva, assim como de áreas legalmente destinadas a tal fim em Itaquera. Não prosseguirá a ocupação industrial em Santo Amaro, utilizando-se algumas áreas destinadas a este fim e ainda vazias, para fins habitacionais. Admite-se o incentivo e a adequada dispersão de indústrias médias e pequenas – não poluentes – em todo o tecido urbano, com o objetivo de ampliar oportunidades de emprego e de reduzir o número de viagens entre a habitação e o trabalho.

Em relação a que áreas da cidade deveriam ser mantidas ou desenvolvidas para o uso industrial, o PD 1985 definiu as áreas em São Miguel, Ermelino Matarazzo, Vila Carmosina, em Itaquera e Vale do Aricanduva, na porção leste da Capital; as áreas do Vale do Tamanduateí e Sapopemba, na porção sudeste da cidade; o canal do Rio Pinheiros, a sul; as áreas em Butantã, Jaguaré, Vila Leopoldina, Perus, Vila Jaguará e Vila Anastácio, a oeste; uma parte da Barra Funda, do Bom Retiro e da Casa Verde, ao norte; e parte do Belenzinho e Vila Maria, a nordeste do centro da Capital (PMSP, 1985).

As áreas industriais, ativas ou obsoletas, foram consideradas pelo PD 1985 como áreas diferenciadas. Para tal estava prevista uma política de desenvolvimento urbano, que seguia as diretrizes do Quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Política de Desenvolvimento Urbano por Áreas Diferenciadas –as áreas industriais

TIPO DE ÁREA Características atuais	OBJETIVO	ESTRATÉGIA	AÇÃO
7. ÁREAS INDUSTRIAIS A MANTER OU DESENVOLVER			
7.1 Zonas a manter o uso industrial. - área ocupada por indústrias	manter e estimular a geração de empregos industriais	manter o padrão industrial da área	manter o zoneamento e regulamentar as áreas industriais não conformes
7.2 Zonas a incentivar a ocupação industrial. - áreas industriais vazias e com potencial de localização situadas na Av. Aricanduva	localizar empregos próximos a áreas residenciais consolidadas e a eixos preferenciais de transporte coletivo	incentivar a implantação de indústrias	
7.3 Zonas a controlar a expansão industrial e a incentivar a recuperação por habitações de interesse social - área industrial de Santo Amaro	desetimular o uso industrial em função da atratividade que ele exerce sobre a ocupação habitacional da área de proteção dos mananciais	coibir o uso industrial nas áreas vazias e reaproveitá-las para assentamento de população de baixa renda	programas habitacionais destinados a população a ser removida de outras áreas da região
7.4 Zona a definir a possibilidade de uso industrial. - zona regulamentada como Z7 com ocupação incipiente (Itaquera)	compatibilizar as legislações municipal e estadual	promover estudos no sentido de rever a implantação de uso industrial na área, tendo em vista a proteção de recursos naturais	

Fonte: Plano Diretor do Município de São Paulo de 1985 (PMSP, 1985).

Para viabilizar esse plano de desenvolvimento urbano nas áreas diferenciadas da cidade, o PD 1985 propôs a delimitação de 35 áreas de operação urbana[8], definidas como "*conjuntos integrados de intervenções desenvolvidas em áreas determinadas da cidade, sob a coordenação do poder público, visando a obtenção de resultados relevantes para os objetivos do Plano Diretor*" nos bairros de São Miguel São Matheus, Vila Matilde, Vila

[8] Leituras críticas sobre as operações urbanas não são objeto desse trabalho, mas podem ser feitas com base em Fix (2001); Schiffer e Deak (2007) e Castro (2007), entre outros.

Maria, Campo de Marte, Centro, Santo Amaro, Pinheiros, Barra Funda, Vila Nova Cacheirinha, Paraisópolis e Campo Limpo.

Uma das diretrizes das operações urbanas era: "(...) acelerar as transformações urbanísticas (físicas e funcionais) em determinadas áreas urbanas, particularmente no sentido indicado na Política de Desenvolvimento Urbano por Áreas Diferenciadas" (PMSP, 1985:293).

No entanto, o PD de 1985 não chegou a ser debatido pelo poder legislativo municipal e foi sucedido em 1988 pelo Plano Diretor do Município de São Paulo de 1988, aprovado pela Câmara Municipal por decurso de prazo com a Lei 10.676 de 7 de Novembro de 1988.

O chamado PD 1988, instituído pela gestão Jânio Quadros, incorporou o diagnóstico realizado para a construção do PD de 1985, por ter sido tão recentemente elaborado, o qual foi utilizado como suporte para o desenvolvimento das diretrizes e objetivos do plano de 1988.

No tocante aos objetivos das atividades econômicas do Município, além de incentivar a implantação de comércio e serviços de forma descentralizada no território municipal, estimulando a criação de subcentros regionais, e de fomentar a criação de novos empregos, o PD 1988 também incentivava a atividade industrial. Como exposto no Artigo 9 (PMSP, 1988: 2), cabia ao Plano Diretor de São Paulo de 1988: "*ordenar a instalação, em locais acessíveis, de estabelecimentos industriais, com o propósito de estimular o desenvolvimento urbano, garantindo a qualidade de vida e preservando o meio ambiente*". Quanto às diretrizes, cabia ao PD 1988 (PMSP, 1988:3):

- promover a compatibilização entre as normas municipais e estaduais referentes ao uso e ocupação do solo, para fins industriais, em especial para possibilitar a instalação de indústrias não poluentes de grande porte em zonas definidas pela Municipalidade;
- estimular a implantação de indústrias de pequeno porte, não poluentes, em toda a área urbanizada, preservando as áreas predominante e estritamente residenciais;

- incentivar a instalação das indústrias de tecnologia de Ponta, não poluentes, sobretudo na área consolidada, como tal definida no artigo 13, item I, da presente Lei;
- estimular a implantação de indústrias de grande e médio porte, não poluentes, na sub-região leste do Município, através da implantação de zonas industriais;
- manter e consolidar as áreas industriais existentes ao longo dos rios Tietê, Tamanduateí e Pinheiros;
- rever a oferta de áreas industriais nas zonas sul e sudoeste do Município, estimulando o uso residencial, mediante mecanismo de troca, referidos no artigo 27, item I, desta Lei.

Semelhante ao PD de 1985, o PD de 1988 também instituiu Áreas Diferenciadas de Planejamento, porém ao invés de considerá-las como perímetros específicos de planejamento, as áreas diferenciadas do PD de 1988 representavam todo o território municipal dividido em três setores de acordo com suas potencialidades e diretrizes de atuação, a saber: Área Consolidada, aquela com elevado potencial urbano, Área Intermediária, com potencial urbano limitado devido a certa escassez de infra-estrutura e sistema de transportes, e Área periférica, caracterizada pelo baixo padrão de urbanização.

Quanto ao uso do solo na Área Consolidada ficou estabelecido como diretriz "*privilegiar a instalação de atividades comerciais e de serviço de caráter metropolitano e regional e ordenar a instalação de atividades industriais*" e, especificamente sobre o uso industrial, "*estimular a localização disseminada de indústrias de pequeno porte, não poluentes, sobretudo as de tecnologia de ponta*" (PMSP, 1988: 6).

Já na Área Intermediária, ao invés de privilegiar a implantação do uso comercial e de serviços, como aconteceu na Área Consolidada, foi dado o mesmo peso para os usos industriais e para os comerciais e de serviços, pois foi estipulado como diretriz do PD 1988 "*ordenar e estimular a implantação de atividades industriais e de comércio e serviço de âmbito local e diversificado*". Especificamente quanto ao uso industrial, ficou estabelecido como diretriz "*estimular a implantação de estabelecimentos industriais de médio e pequeno porte, sobretudo no quadrante leste do Município, delimitado pelos rios Tietê e Tamanduateí"* e "*estimular a implantação disseminada de pequenas e medias indústrias não poluentes*" (PMSP, 1988: 6-7).

Na Área Periférica ficou estipulado que o PD 1998 iria "orientar a localização das atividades comerciais e de serviços de âmbito local e estimular a implantação de atividades industriais" para dar apoio aos assentamentos habitacionais de baixa renda, estimulados pelo Plano. Em relação às áreas industriais seriam criados "*incentivos a instalação de grandes e médias indústrias não poluentes, sobretudo no quadrante leste, ao longo da Estrada do Pêssego" e estimulada "a implantação disseminada de pequenas indústrias não poluentes*" (PMSP, 1988: 7-8).

O PD de 1988 esteve em vigor no Município de São Paulo até o ano de 2002, quando foi aprovado o Plano Diretor Estratégico (PDE 2002-2012). Nesse meio tempo, em 1991, foi elaborado pela administração municipal Luiza Erundina o Plano Diretor de 1991, após a nova Constituição Federal de 1988, mas que não foi aprovado pelo legislativo.

O Plano de 1991 tinha como princípio a idéia de reforma urbana, com base na função social da propriedade, e se baseava no entendimento da "cidade real", ou seja, aquela que englobava os assentamentos irregulares e precários, e da apropriação do plano pela população. No âmbito desse plano, foi proposta a alteração da legislação de uso e ocupação do solo e introduzido o conceito de solo criado[9] (ANTONUCCI, 2002).

O novo plano diretor para o Município de São Paulo, o Plano Diretor Estratégico (PDE 2002-2012), carrega no nome "estratégico" os conceitos introduzidos pelo neoliberalismo de ineficiência do Estado como provedor maior de infra-estrutura e serviços sociais. Em consonância com o modelo neoliberal em vigor, o PDE 2002 trouxe como modelo de gestão a divisão da cidade em 31 subprefeituras e introduziu o conceito de governança participativa, ou seja, a participação da sociedade civil nas decisões a serem tomadas na gestão do território.

Segundo Schiffer e Déak (2007), esses conceitos colocam em evidência o foco adquirido com a adoção dos preceitos neoliberais nas políticas locais, dissociadas muitas vezes do planejamento geral. Como iniciativas fragmentadas, também expressam o interesse privado, em consonância com o modelo de desenvolvimento brasileiro em que os interesses da classe dominante prevalecem sobre os interesses da coletividade.

[9] Estabelecer-se-ia um coeficiente de aproveitamento único para toda a cidade e o que fosse construído a mais deveria ser adquirido na forma de potencial construtivo da Prefeitura.

Alguns conceitos que nortearam a elaboração do Plano Diretor Estratégico (2002), e que tendem a prevalecer apenas como discurso, foram a mistura de usos, a diminuição da segregação sócio-espacial, o controle dos problemas ambientais e a manutenção da posição hegemônica de São Paulo no tocante a sua posição econômica de liderança no país. Como foi apontado no plano, estimula-se a *"(...) convivência harmônica da moradia com a pulsação das atividades socioeconômicas*" e fomenta-se que *"(...) São Paulo desenvolva e consolide sua posição hegemônica de capital financeira e pólo econômico dinâmico continental"* (PMSP, 2002: VII).

Em relação às atividades econômicas, o PDE 2002 salienta no Artigo 8 (PMSP, 2002: 4) que seu objetivo é: "*(...) consolidar o papel da cidade de São Paulo como centro regional, capital estadual, pólo internacional e como sede de atividades produtivas e terciárias geradoras de emprego*". E também no Artigo 14: *"(...) são diretrizes no campo do Desenvolvimento Econômico: (I) desconcentrar as atividades econômicas do Município*". Quanto ao uso do solo, o plano coloca, em seu Artigo 57 (PMSP, 2002: 49) que:

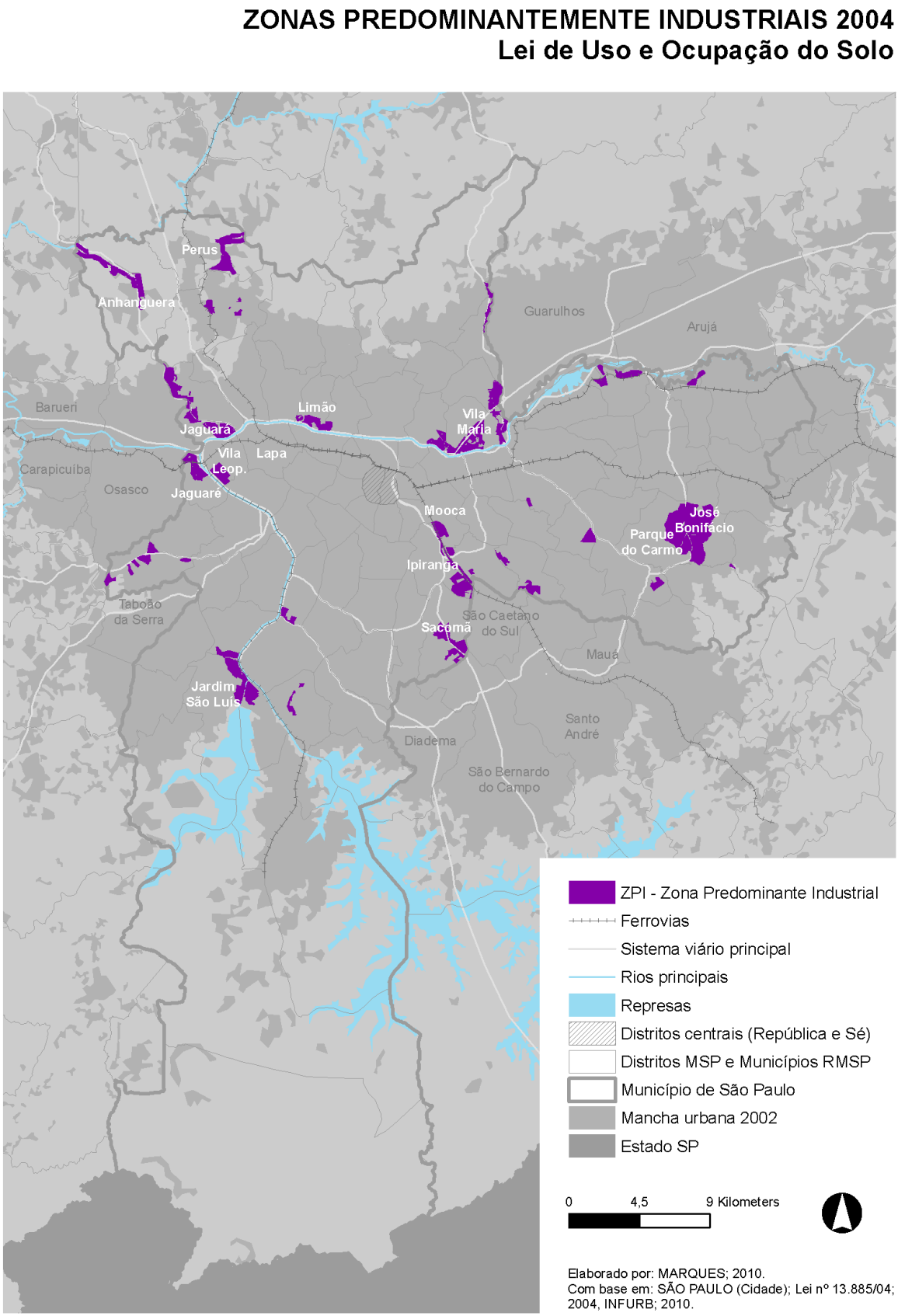
> (...) são objetivos da Política de Urbanização e Uso do Solo: (I) evitar a segregação de usos na cidade, promovendo sua diversificação e mesclagem, de modo a reduzir os deslocamentos e equilibrar a distribuição dos locais de emprego e trabalho no Município.

Também são diretrizes *"(...) rever a Legislação de Uso e Ocupação do Solo*" (Artigo 58) e *"(...) revitalizar a orla ferroviária: Pirituba – Água Branca – Luz – Vale do Tamanduateí, mediante Operações Urbanas*" (Artigo 59).

O Mapa 31, a seguir, mostra as zonas predominantemente industriais estabelecidas pela nova Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2004, elaborada com base no PDE 2002. Depois do Mapa 31, o Mapa 32 compara as áreas definidas como industriais pela legislação de uso e ocupação do solo com o uso industrial presente no Município em 2004.

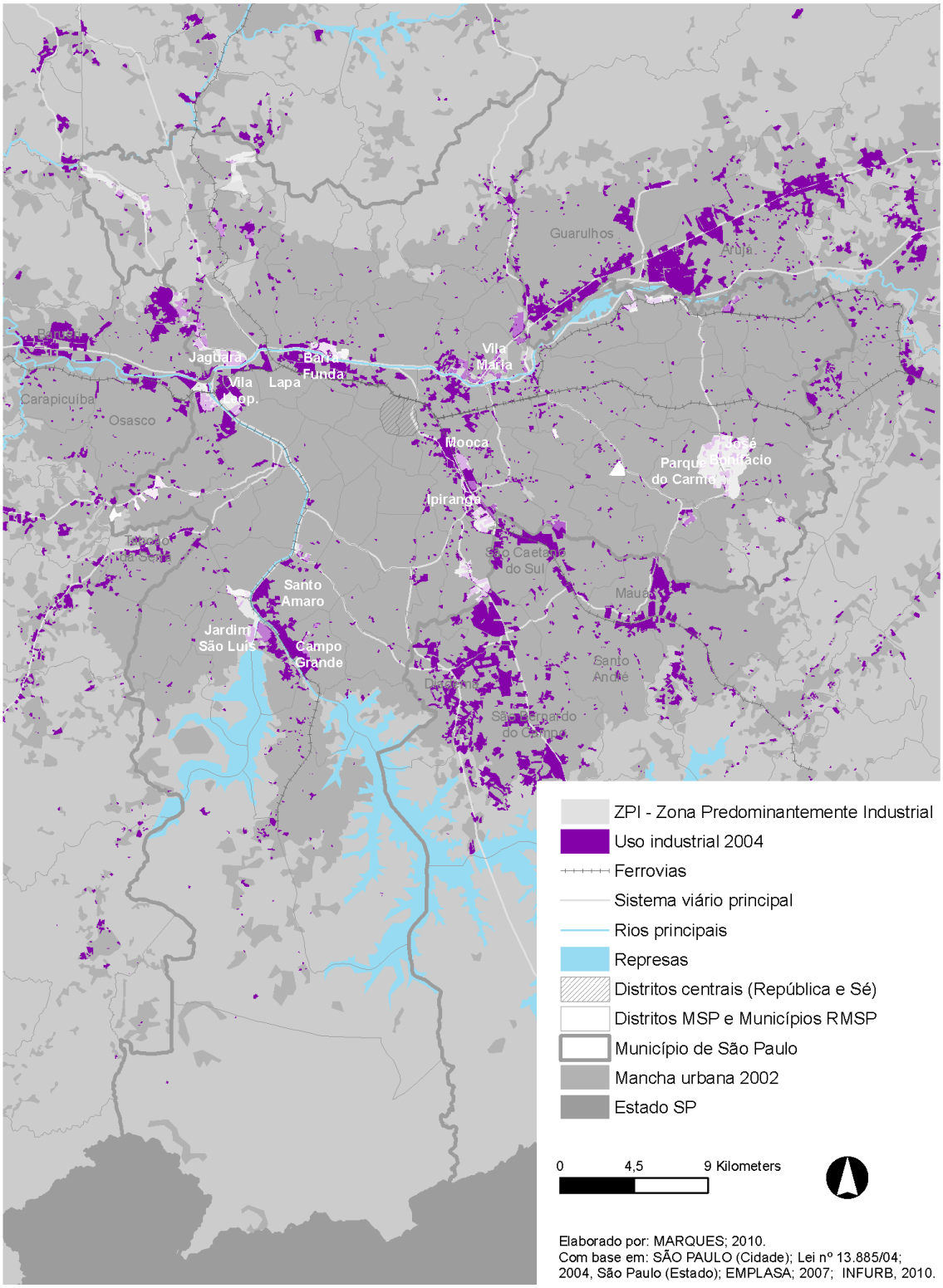
A legislação de uso e ocupação do solo tem sido, segundo Baldoni (2002), um suporte à industrialização fordista da cidade, ou seja, aquela voltada para o desenvolvimento de grandes plantas industriais de organização verticalizada da produção. Segundo o autor, historicamente não houve políticas públicas que puderam estimular uma distribuição mais equitativa do emprego e renda no município de São Paulo.

Mapa 31: Leis de Uso e Ocupação do Solo - Zonas Predominantemente Industriais – 2004.



Mapa 32: Leis de Uso e Ocupação do Solo – 2004 e Zonas de uso Industriais.

ZONAS PREDOMINANTEMENTE INDUSTRIAIS x USO INDUTRIAL
Lei de Uso e Ocupação do Solo x Uso do Solo



Elaborado por: MARQUES; 2010.
Com base em: SÃO PAULO (Cidade); Lei nº 13.885/04; 2004, São Paulo (Estado); EMPLASA; 2007; INFURB, 2010.

Como visto anteriormente, desde as primeiras intenções de atribuir um zoneamento para a cidade, o objetivo da ordenação de uso e ocupação do solo tem sido o de proteger as zonas residenciais, principalmente as de alto padrão.

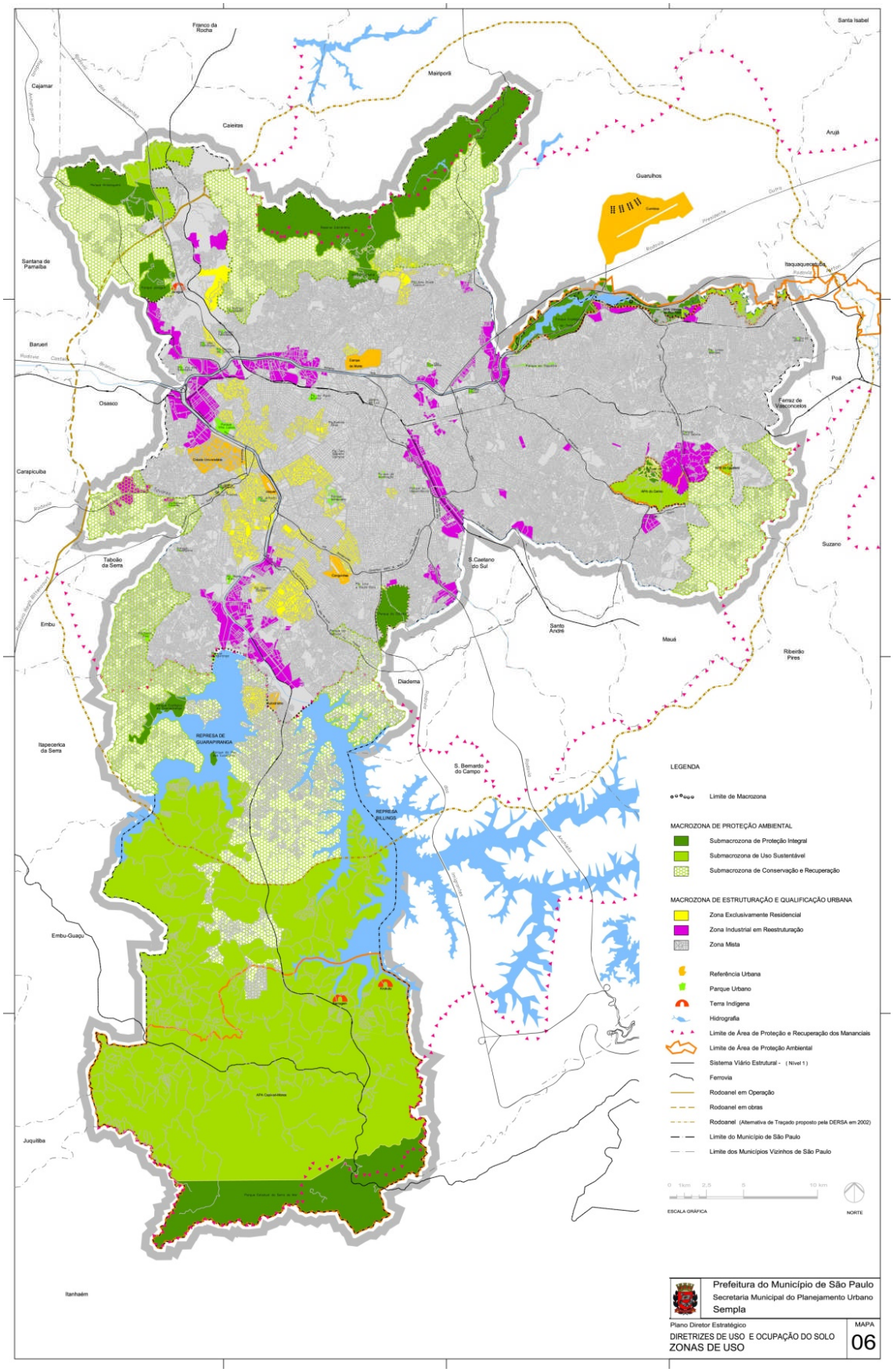
Baldoni (2002) apontou, entretanto, que essa segregação de usos, imposta desde o início da formação da cidade, também favoreceu a indústria, na medida em que essa pode se desenvolver plenamente dentro das zonas industriais, sem se preocupar com o controle de geração de poluição ou ruídos, por exemplo, até a implantação de restrições ambientais impostas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) a partir da década de 1970.

Segundo o autor, essa liberdade às indústrias foi ainda mais efetiva com a Lei de Zoneamento de 1972, pois essa garantiu certa "imunidade" às áreas industriais do município com a adoção de parâmetros urbanísticos restritivos à verticalização. Essas grandes glebas ou lotes industriais se tornaram ao longo dos anos áreas de reserva na cidade que puderam ser recentemente incorporadas por usos horizontais, como hipermercados, shopping centers e depósitos para o comércio atacadista ou para a indústria.

Essa característica do zoneamento paulistano só foi revista em 2002, com a aprovação do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE 2002) e da nova lei de zoneamento. Apesar do Poder Público já ter identificado a existência da chamada "indústria limpa" na cidade, ou seja, daquela que polui menos e que gera menos incomodidade, a mesclagem e compatibilidade de usos, entre atividades industriais e residências, apesar de já ter sido adotada como diretriz (sem ações correspondentes) nos planos diretores de 1985 e de 1988, só pode ser realmente incentivada com a alteração da Lei de Uso e Ocupação do Solo pelo PDE 2002.

No tocante à revisão da Legislação de Uso e Ocupação do Solo, o PDE 2002 instituiu a divisão da cidade em duas Macrozonas: (I) Macrozona de Proteção Ambiental e (II) Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana. A segunda macrozona foi dividida em três grandes zonas, a saber: (1) Zona Exclusivamente Residencial (ZER); (2) Zona Predominantemente Industrial (ZPI); e (3) Zona Mista (ZM).

Mapa 33: Macrozonas do Município de São Paulo segundo PDE 2002



Fonte: PMSP/SEMPLA, 2002.

No que diz respeito ao uso industrial, o PDE (2002) adotou duas diretrizes de ocupação. Uma baseada na transformação das antigas áreas industriais para novos usos e outra no incentivo de novos estabelecimentos industriais, modernos, que possam estar distribuídos de forma dispersa pela malha urbana do município.

Baldoni (2002) ressaltou que, apesar das vantagens oferecidas à ocupação das glebas e lotes industriais, não foi contemplado no PDE (2002) a adoção de índices urbanísticos capazes de garantir a proteção, e conseqüente preservação, da paisagem industrial das zonas Z6 e Z7. Como elementos culturais reveladores da história da cidade, esses traços da antiga industrialização estão fadados ao desaparecimento frente à forte concorrência com outros usos atualmente mais lucrativos na dinâmica da cidade, como os usos verticais.

O PDE 2002, no que diz respeito às áreas industriais, define em seu Artigo 139 as zonas industriais como *"(...) porções do território destinadas predominantemente ao uso industrial e atividades correlatas*" (PMSP, 2002:94). As zonas industriais, na realidade, são resultado de incorporações das antigas zonas Z6 e Z7, zonas industriais definidas pela antiga legislação de uso e ocupação do solo municipal de 1972, e da incorporação das ZUPI, antigas zonas industriais definidas pela legislação estadual de uso e ocupação do solo.

Uma alteração feita pelo PDE 2002, em relação às atividades industriais do Município, foi a redefinição do critério de classificação de uso industrial. Antes definido pelo porte da edificação, atualmente passou a ser definido pelo seu processo produtivo. O PDE 2002 revogou também o critério de área máxima das edificações industriais não-incômodas localizadas na cidade, que antes era de até 500 m^2, definido pela Lei 8.001/1973.

O PDE 2002 incorporou conceitos do Estatuto da Cidade[10], lei federal aprovada em 2001, como Direito de Preempção, Utilização Compulsória, Outorga Onerosa e Operação Urbana. Com base na utilização desses instrumentos foram definidas na cidade Áreas de

[10] A lei 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, regulamenta os artigos 182 e 183 da constituição Federal no que diz respeito à definição e diretrizes da política urbana e "*estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental*" (BRASIL, 2001).

Intervenção Urbana (AIU), que são perímetros onde esses instrumentos podem ser aplicados na cidade[11].

De acordo com o Artigo 154 (PMSP, 2002), as AIUs compreendem Áreas de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, Áreas de Incidência do Direito de Preempção, Áreas Passíveis de Outorga Onerosa do Direito de Construir e Áreas de Operação Urbana. No que diz respeito às áreas industriais obsoletas, muitas delas incidem no Artigo 155, que define as Áreas de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios como:

> (...) aquelas delimitadas por esta lei, compreendendo imóveis não edificados, subutilizados, ou não utilizados, para os quais, mediante lei específica, os respectivos proprietários serão notificados a dar lhes melhor aproveitamento de acordo com o Plano Diretor Estratégico em prazo determinado, sob pena de sujeitar-se ao IPTU progressivo no tempo e à desapropriação com pagamento em títulos, conforme disposições dos artigos 5º a 8º da Lei Federal no. 10.257/01 – Estatuto da Cidade (PMSP, 2002: 106).

O Artigo 156 também trata das áreas subutilizadas:

> São consideradas Áreas de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios os imóveis incluídos nos distritos municipais Sé, Brás, Pari, Bom Retiro, Santa Cecília, Barra Funda, e que representem alguma das seguintes características:
>
> - Terrenos ou eventualmente glebas, se houver, totalmente desocupados;
> - Terrenos não edificados ocupados por estacionamentos, em um só nível;
> - Edifícios total ou parcialmente desocupados há mais de um ano;
> - Edifícios ou galpões subutilizados; e
> - Terrenos ocupados com edifícios ou galpões ociosos ou subutilizados (PMSP, 2002: 106).

O instrumento do PDE 2002 que mais interfere nas áreas industriais obsoletas do Município é a Operação Urbana, pois atua no sentido de estimular a renovação dessas áreas quando aumenta as possibilidades em termos da regulamentação de uso e

[11] Para uma crítica sobre esses instrumentos ver Schiffer & Déak, 2007 e Déak & Schiffer 2007.

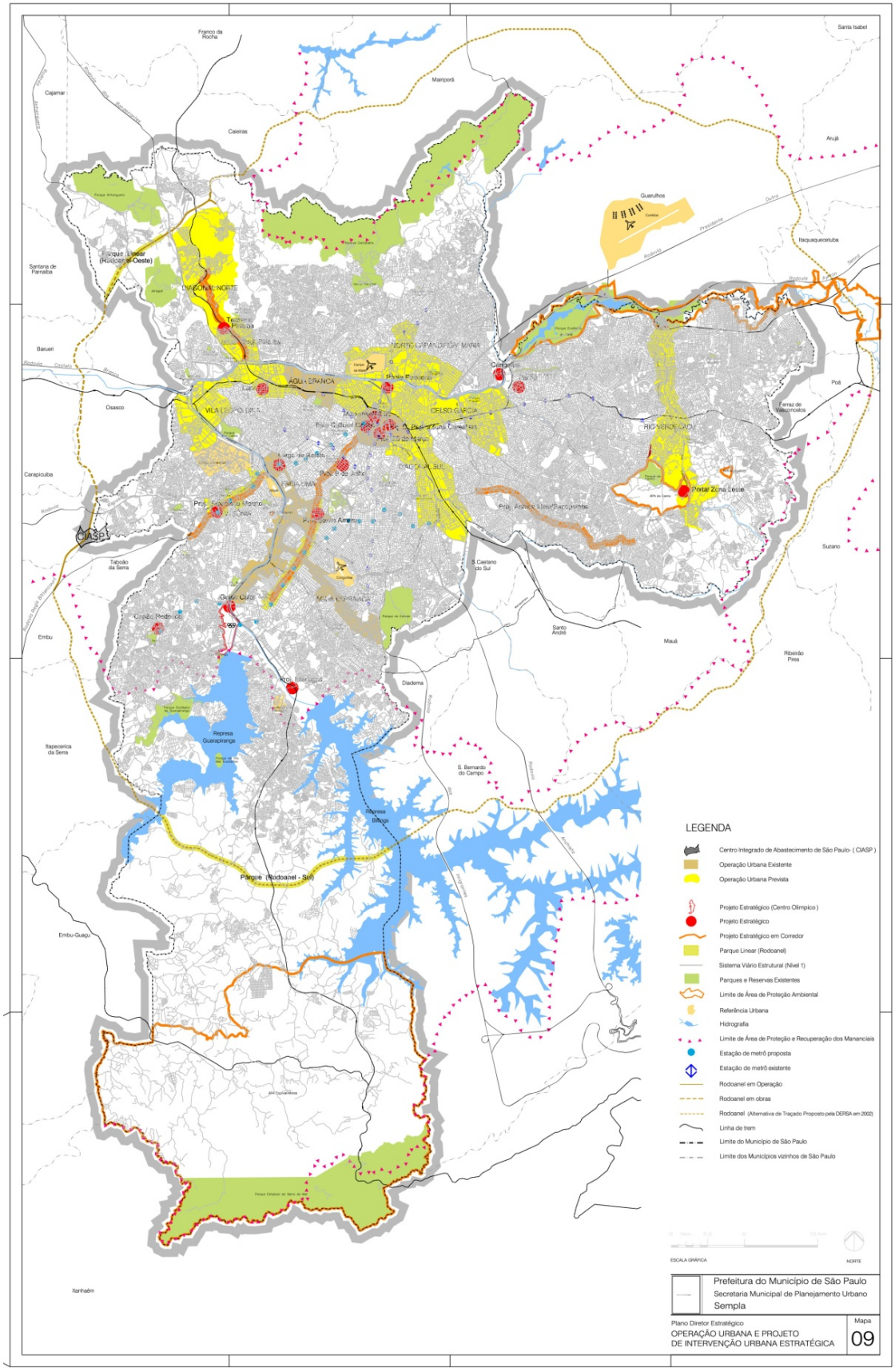
ocupação do solo, possibilitando a utilização de todos os instrumentos de política urbana definidos no Estatuto da Cidade.

Segundo o Artigo 159 do PDE 2002, as Áreas de Operação Urbana são:

> Aquelas definidas como objeto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o sistema viário, implantando programas habitacionais de interesse social e de melhorias de infra-estrutura (PMSP, 2002: 108).

O Mapa 34 a seguir mostra os perímetros definidos pelo PDE 2002 como Operações Urbanas.

Mapa 34: Operações Urbanas propostas para o Município de São Paulo segundo PDE 2002



Fonte: PMSP/SEMPLA, 2002.

As mudanças ocorridas na cidade após 1985 resultaram também no aparecimento de áreas ociosas ou degradadas, o que as habilitavam como áreas possíveis de transformação. No caso, as operações urbanas[12] estão sendo utilizadas como o instrumento principal para o tratamento de transformação dessas áreas, via regulamentação pelo PDE 2002.

No entanto, como alerta Menegon (2004), o discurso da desativação completa do parque industrial paulistano tem sido utilizado como motivo para a ocupação das áreas industriais do Município com outros usos, principalmente daqueles de boa localização e acessibilidade, como as situadas ao longo das linhas férreas. Segundo a autora, as extensas áreas de Operação Urbana propostas no PDE 2002 utilizam o discurso da desativação do parque industrial e tratam a questão de forma "generalista". Ou seja, como se a cidade toda estivesse sofrendo o mesmo tipo de processo em todas as áreas industriais, o que, como visto por nós anteriormente, não é verdade, pois as indústrias não responderam da mesma maneira ao processo de reestruturação produtiva, o que tornou o parque industrial paulistano e suas áreas industriais, ociosas ou ativas, bastante heterogêneas.

> (...) o que buscamos demonstrar nessa dissertação é que a demarcação do instrumento Operação Urbana Consorciada partiu de generalizações sobre as transformações da indústria no Município (MENEGON, 2008: 155).

Segundo Menegon (2008) o Poder Público sempre tratou as áreas industriais como elementos consolidados na cidade de São Paulo. As propostas envolvendo essas áreas foram apenas de cunho normativo e regulador, o que também pode ser concluído por nós na análise histórica do processo de construção do zoneamento industrial da cidade, desde os primórdios até a constituição do PDE 2002.

Nesse sentido, é que cabe a essa tese analisar com profundidade a trajetória da atividade industrial do Município de São Paulo apontando dentro da dinâmica dos distritos, as alterações ocorridas entre 1985 e 2005, como possíveis ferramentas para a elaborações de propostas de políticas públicas mais precisas e direcionadas às

[12] Para uma leitura crítica sobre as operações urbanas ver os trabalhos já recomendados anteriormente nesse capítulo.

diferenças no padrão de localização das áreas industriais da cidade ao longo das últimas décadas.

Foi visto até aqui a trajetória da estrutura industrial do Município de São Paulo após 1985 e sua relação com a estrutura urbana e com as políticas públicas urbanas adotadas pelo Poder Público até recentemente.

No Capítulo 5, a seguir, será analisado novamente o período de 1985 a 2005, porém sob o ponto de vista de dados inéditos em nosso campo de pesquisa, em relação ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado e setor industrial predominante, analisados por distrito do Município de São Paulo, com base em dados extraídos da base RAIS (do Ministério do Trabalho e Emprego) para os anos 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005. Esses dados levantados por distrito e de cinco em cinco anos nos permitirá quantificar e analisar o processo de localização da atividade industrial no Município de acordo com uma dinâmica intra-urbana, tendo como finalidade o levantamento de diretrizes para futuras políticas públicas urbanas que possam ser adotadas pelo Poder Público para conduzir os assentamentos industriais na cidade de São Paulo.

Capítulo 5

Fonte: SHOJI, 2008.

Caracterização do processo recente da atividade industrial do Município de São Paulo

5.1 O Município de São Paulo

Nos quatro capítulos anteriores foi analisado do ponto de vista histórico o processo de transformação do parque industrial paulistano, desde seus primórdios, entre meados do século XIX e início do século XX, até o período pós-1985, depois do auge do processo de desconcentração da atividade industrial no Município de São Paulo que ocorreu entre 1975 e 1985.

Para analisar esse processo de transformação, foi utilizada uma periodização bastante recorrente na análise do desenvolvimento industrial brasileiro, que compreende majoritariamente três grandes fases: a primeira, que se estende do final do século XIX até 1930 e engloba a gênese da indústria na cidade; a segunda, que vai de 1930 até meados da década de 1970, e trata do processo do franco desenvolvimento da indústria e sua concentração em São Paulo; e a terceira fase, que se desenvolve de 1975 até os dias atuais e que vem sendo analisada

como um processo de desconcentração e como uma fase de reestruturação do parque industrial da cidade.

Nessa pesquisa, no entanto, optou-se por destrinchar essa terceira fase do processo de transformação industrial do Município de São Paulo. Dessa forma, considerou-se que o período pós-1975 deveria ser redefinido em fases temporais menores. De acordo com a revisão bibliográfica e com a análise de dados secundários, notou-se que foi entre 1975 e 1985 que ocorreu o auge do processo de desconcentração da indústria em São Paulo. Após 1985, o processo industrial do município foi marcado, não mais pela simples saída de plantas industriais, mas também por um processo generalizado de reestruturação do parque industrial que resultou na modificação significativa de sua estrutura e de suas características até então sólidas e definidas ao longo de mais de um século de industrialização.

Para analisar essa importante fase que se estabeleceu pós-1985 e suas novas características, optou-se pela construção e análise do banco de dados apoiado em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), importante banco de dados sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, que vem sendo desenvolvido pelo Ministério do Trabalho (MTE) desde 1975 e que veio substituir o banco de dados antes utilizado para analisar as transformações no mercado de trabalho brasileiro e suas empresas, que era elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A RAIS foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 2 de Dezembro de 1975. Como registro administrativo, ela foi "*criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social*" (PDET, 2010) e constitui desde então em um importante instrumento para auxiliar na caracterização do mercado de trabalho formal no Brasil.

Esse registro tem periodicidade anual, abrange todo o território nacional e cobre cerca de 97% do universo do mercado formal brasileiro. As principais desagregações geográficas da RAIS são: Brasil, Regiões Naturais, Mesoregiões, Microregões, Unidades Federativas (estados) e municípios.

Alguns indicadores disponíveis são o total dos estabelecimentos existentes em 31/12, segundo Estoque (quantidade de empregos em 31/12), atividade econômica, natureza jurídica, tamanho do estabelecimento e nível geográfico.

A RAIS é preenchida obrigatorialmente por todos os estabelecimentos inscritos no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) uma vez ao ano com vistas a informar sobre os empregados com vínculo formal.

Segundo o Art. 2 da portaria 2.590, de 30 de dezembro de 2009, estão obrigados a declarar a RAIS:

> I - empregadores urbanos e rurais, conforme definido no art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e no art. 3º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, respectivamente;
> II - filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior;
> III - autônomos ou profissionais liberais que tenham mantido empregados no ano-base;
> IV - órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal;
> V - conselhos profissionais, criados por lei, com atribuições de fiscalização do exercício profissional, e as entidades paraestatais;
> VI - condomínios e sociedades civis; e
> VII - cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas.

No tocante a essa pesquisa interessa-nos os dados da RAIS relativos ao número de estabelecimentos industriais e número de pessoal ocupado na indústria. Apesar de a RAIS disponibilizar as diferentes classificações industriais construídas até então, como Classe CNAE 1.0 e Classe CNAE 2.0, que são classificações industriais de maior nível de desagregação das atividades, a classificação industrial utilizada nessa pesquisa foi a correspondente ao Subsetores industriais estabelecidos pelo IBGE. Essa necessidade apareceu tendo em vista nosso objetivo de construir uma análise comparativa histórica desde 1985, o que exigia a mesma classificação para todos os anos de análise.

O levantamento da RAIS considera estabelecimento as unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, com endereços distintos. A RAIS entende por vínculo

empregatício as relações de emprego estabelecidas quando ocorre trabalho remunerado. De acordo com a RAIS, o número de empregos em determinado período de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. O número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego.

Cabe a esse Capítulo 5 a análise do banco de dados da RAIS, construído por nós para essa pesquisa, com a finalidade de entender as especificidades do processo de transformação da atividade industrial do Município de São Paulo após 1985.

Para o melhor entendimento dessa fase, optou-se por dividir o período em cinco marcos de análise: 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005. Esse banco de dados compreende o número de estabelecimentos existentes na cidade para cada ano estudado, assim como o número de pessoal ocupado.

Esses dados serão analisados por setor do IBGE, como apontado acima, a saber: indústria extrativa mineral, indústria de minerais não-metálicos, indústria metalúrgica, indústria mecânica, indústria de madeira e mobiliário, indústria de materiais elétricos e de comunicação, indústria de borracha, fumo e couro, indústria química, indústria têxtil, indústria de material de transporte, indústria de calçados e indústria de alimentos e bebidas.

O nível de desagregação geográfica estabelecido nessa pesquisa foram os distritos do Município de São Paulo, a saber aqueles estabelecidos a partir de 1991. Para a análise dos dados, também foi padronizada a distribuição e o número de distritos para oa anos anteriores ao estabelecido na lei, ou seja, para 1985 e 1990, a fim de nos possibilitar um método de comparação histórica, da mesma maneira que foi estabelecido para a classificação das atividades industriais.

Esse nível de desagregação por distrito da capital nos possibilita analisar os dados relativos à atividade industrial paulistana (número de estabelecimentos, número de pessoal ocupado e setores predominantes) sob o ponto de vista de uma unidade territorial ainda não analisada para esse período o que, portanto, confere a essa análise

um caráter de investigação científica de relevância para o entendimento da dinâmica espacial das atividades produtivas no Município nos últimos vinte anos.

A Tabela 39 mostra a alteração do número de estabelecimentos e do número de pessoal ocupado na indústria no Município de São Paulo entre 1960 e 2005 e é apresentada no início desse capítulo para que seja utilizada como referência às análises que virão a seguir, pois permite uma comparação histórica entre o período analisado nesse capítulo, de 1985 a 2005, e os períodos anteriores a ele.

Tabela 39: Número de estabelecimentos e número de pessoal ocupado na indústria – Município de São Paulo – de 1960 a 2005

	1960	1970	1975	1985	1990	1995	2000	2005
Estabelecimentos	14.576	20.543	25.444	22.410	29.049	26.526	25.501	25.661
Pessoal Ocupado	463.867	643.672	836.621	809.614	791.239	462.723	453.154	465.594

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da FIBGE (Censos 1960, 1970 e 1975) e dados da RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

A seguir são analisados os setores industriais presentes no Município de São Paulo e sua dinâmica de transformação nos anos 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005. Logo depois, no item 5.2, é a vez da análise feita para os distritos da capital, de maneira geral, ou seja, englobando todos os distritos e realizando uma análise de forma mais abrangente. No item 5.3, or sua vez, é apresentada uma análise mais específica de alguns distritos selecionados com base na análise geral e com base na revisão de literatura feita nos capítulos anteriores.

5.1.1 Análise geral dos setores industriais no Município de São Paulo entre 1985 e 2005

A seguir são apresentadas as análises gerais dos setores industriais presentes no Município de São Paulo e sua dinâmica de transformação nos anos 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Essa análise é feita primeiramente tendo como referência o número de estabelecimentos; depois, tendo como referência o número de pessoal ocupado e, por último, tendo a média de pessoal ocupado por estabelecimento como referência.

No conjunto dessas análises são apresentados, além de tabelas e gráficos, mapas temáticos que nos auxiliam a entender a dinâmica de transformação da atividade industrial no Município de São Paulo de 1985 a 2005.

Análise dos setores industriais por número de estabelecimentos

A cidade de São Paulo possuía 22.410 estabelecimentos industriais em 1985, segundo os dados da RAIS.

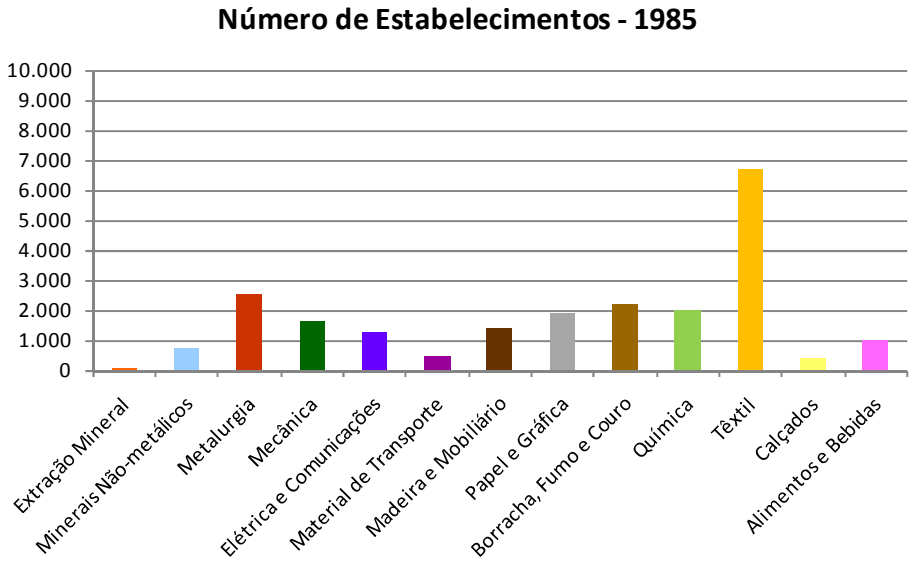
A indústria Têxtil era o setor industrial com maior número de estabelecimentos concentrados na cidade de São Paulo em 1985. Ao todo, o setor têxtil representava 30% de todos os estabelecimentos localizados na cidade. No total eram 6.696 estabelecimentos distribuídos pelos 94 distritos, pois dois deles, Iguatemi e Anhanguera, não possuíam nenhum estabelecimento da indústria têxtil nesse ano.

A indústria metalúrgica tinha 2.521 estabelecimentos na cidade de São Paulo em 1985, sendo o segundo setor de maior concentração de estabelecimentos industriais na cidade, ficando atrás apenas da indústria têxtil.

A indústria de Borracha, Fumo e Couro era o terceiro setor com maior número de estabelecimentos concentrados na cidade em 1985. Com 2.225, o setor ficava atrás apenas da indústria têxtil e da indústria metalúrgica. Os setores com menor representatividade em termos de número de estabelecimentos eram a indústria extrativa mineral e a indústria de calçados.

A comparação entre o número de estabelecimentos dos diferentes setores industriais presentes no Município pode ser feita com base no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1: Setores industriais por número de estabelecimentos– Município de São Paulo, 1985



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da RAIS, 1985.

Em 1990, a cidade de São Paulo passou a ter 29.049 estabelecimentos industriais, segundo os dados da RAIS. Em relação a 1985, houve um aumento de 6.639 estabelecimentos na cidade, ou seja, um aumento de pouco menos de 30% em cinco anos. A Tabela 40 compara o número de estabelecimentos de cada setor em 1985 e 1990.

Tabela 40: Setores industriais por número de estabelecimentos - 1985

1985		1990	
Setor	**No de Estab.**	**Setor**	**No de Estab.**
Ind. Têxtil	6.696	Ind. Têxtil	9.789
Metalúrgica	2.521	Borracha, Fumo e Couro	3.179
Borracha, Fumo e Couro	2.225	Metalúrgica	2.834
Ind. Química	1.985	Papel e Gráfica	2.412
Papel e Gráfica	1.912	Ind. Química	2.309
Mecânica	1.634	Mecânica	1.991
Madeira e mobiliário	1.441	Madeira e mobiliário	1.777
Mat. Elétrico e de Comunicação	1.277	Mat. Elétrico e de Comunicação	1.695
Alimentação e Bebidas	1.014	Alimentação e Bebidas	1.103
Mineral não-metálico	735	Mineral não-metálico	857
Mat. de Transporte	473	Mat. de Transporte	528
Ind. Calçados	389	Ind. Calçados	479
Extrativa Mineral	108	Extrativa Mineral	96
Total	**22.410**	**Total**	**29.049**

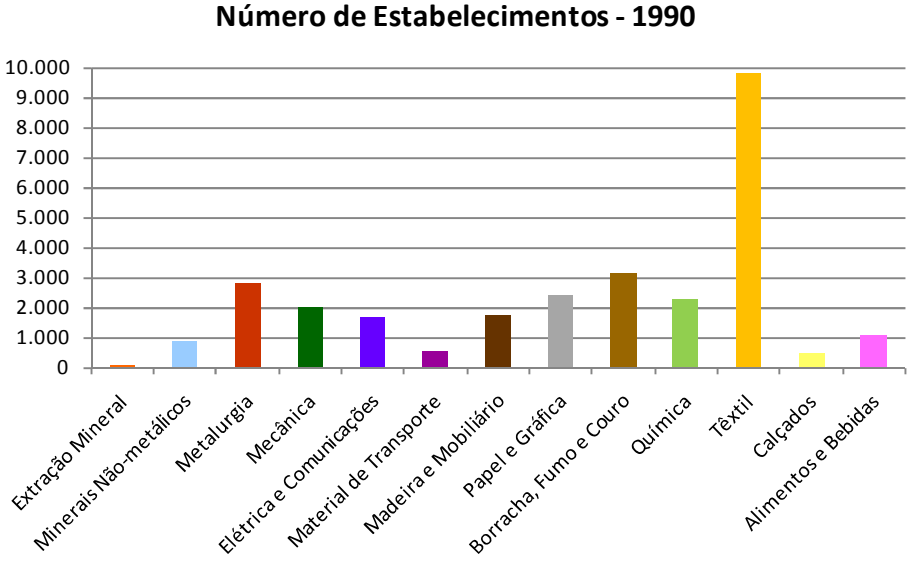
Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985 e 1990.

Segundo a tabela acima, a indústria têxtil representava em 1990 o setor com maior número de estabelecimentos na cidade, assim como em 1985. A têxtil possuía em 1990 aproximadamente três vezes mais estabelecimentos concentrados na cidade do que a indústria de borracha, fumo e couro, que aparecia em segundo lugar.

O setor de metalurgia perdeu a posição que tinha em 1985 de segundo setor com maior número de estabelecimentos na cidade, caindo o terceiro lugar em 1990 e cedendo a posição para o setor de borracha, fumo e couro.

Em quarto lugar aparecia o setor de papel e gráfica e, em quinto, a indústria química, que era o último setor com mais de 2.000 estabelecimentos na cidade. O Gráfico 2 a seguir mostra a diferença entre números de estabelecimentos de cada setor.

Gráfico 2: Setores industriais por número de estabelecimentos– Município de São Paulo, 1990



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1990.

Em 1995, a cidade de São Paulo possuía 26.526 estabelecimentos industriais, segundo os dados da RAIS, o que representou uma diminuição de aproximadamente 9% no número de estabelecimentos fabris em relação a 1990.

Tabela 41: Setores industriais por número de estabelecimentos – 1990 e 1995

1990		1995	
Setor	**No de Estab.**	**Setor**	**No de Estab.**
Ind. Têxtil	9.789	Ind. Têxtil	8.095
Borracha, Fumo e Couro	3.179	Metalúrgica	3.104
Metalúrgica	2.834	Ind. Química	2.739
Papel e Gráfica	2.412	Papel e Gráfica	2.724
Ind. Química	2.309	Alimentação e Bebidas	2.148
Mecânica	1.991	Borracha, Fumo e Couro	1.910
Madeira e mobiliário	1.777	Mecânica	1.522
Mat. Elétrico e de Comunicação	1.695	Madeira e mobiliário	1.454
Alimentação e Bebidas	1.103	Mat. Elétrico e de Comunicação	1.192
Mineral não-metálico	857	Mat. de Transporte	719
Mat. de Transporte	528	Mineral não-metálico	553
Ind. Calçados	479	Ind. Calçados	291
Extrativa Mineral	96	Extrativa Mineral	75
Total	**29.049**	**Total**	**26.526**

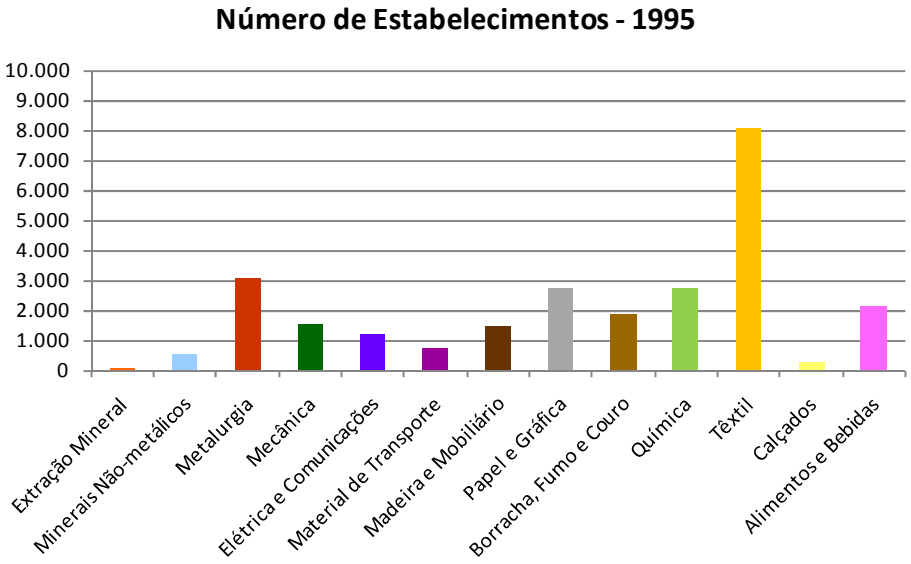
Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1990 e 1995.

A Tabela 41 acima mostra a diferença entre o número de estabelecimentos de cada setor entre 1990 e 1995. A indústria têxtil e a indústria de borracha, fumo e couro tem queda no número de estabelecimentos, sendo que o setor de borracha, fumo e couro tem uma queda significativa de mais de 1.000 estabelecimentos em cinco anos.

Apesar da queda geral em número de estabelecimentos fabris na cidade, a indústria metalúrgica, a indústria de papel e gráfica, a indústria química e a indústria de alimentos e bebidas tiveram aumento no número de estabelecimentos. Vale destacar o aumento da indústria de alimentos e bebidas, que quase dobrou em número de estabelecimentos nesses anos.

Entre 1990 e 1995 nota-se também uma mudança nos setores com maior concentração de estabelecimentos na cidade. Enquanto em 1990, os setores com maior número de estabelecimentos eram Têxtil, Borracha, Fumo e Couro e Metalurgia, em 1995 houve a permanência do setor têxtil em primeiro lugar, porém o setor de metalurgia assumiu o lugar do setor de borracha, fumo e couro, e o setor químico assumiu a terceira colocação. O Gráfico 3 a seguir mostra a distribuição dos estabelecimentos entre os setores industriais em 1995.

Gráfico 3: Setores industriais por número de estabelecimentos– Município de São Paulo, 1995



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1995.

A cidade de São Paulo possuía 25.501 estabelecimentos industriais em 2000, segundo os dados da RAIS. O setor têxtil manteve sua posição de liderança como o setor com maior número de estabelecimentos na cidade, apesar da queda em números absolutos em relação a 1995.

O setor de metalurgia manteve sua segunda colocação e teve um pequeno aumento no número de estabelecimentos. A indústria química, no entanto, que estava em terceiro lugar em 1995, caiu para quarto lugar em 2000, apesar de ter aumentado também em número de estabelecimentos. O setor de papel e gráfica superou a indústria química em número de estabelecimentos, assumindo a terceira colocação, com 3.041 estabelecimentos. A indústria de alimentos e bebidas também teve aumento no número de estabelecimentos concentrados na cidade, enquanto que o restante dos setores industriais teve perdas.

Tabela 42: Setores industriais por número de estabelecimentos – 1995 e 2000

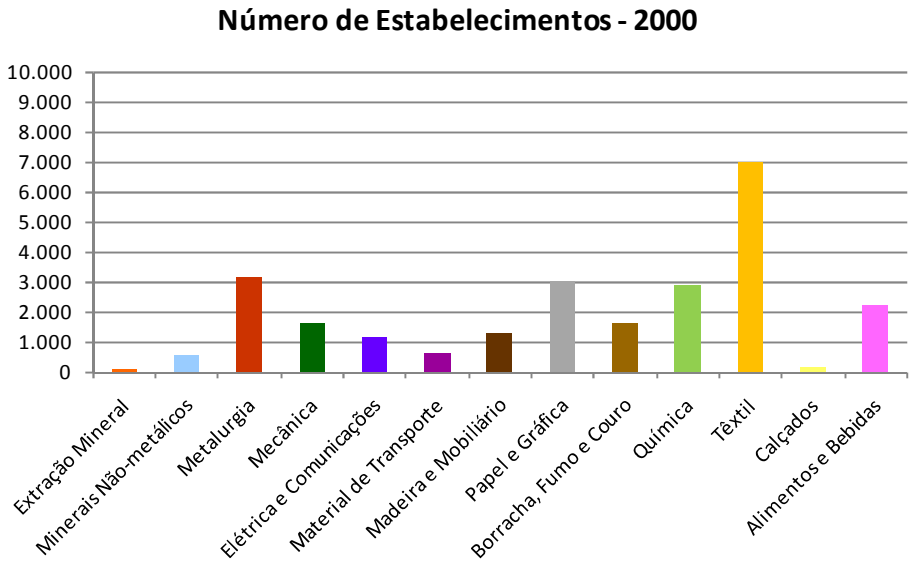
1995	
Setor	**No de Estab.**
Ind. Têxtil	8.095
Metalúrgica	3.104
Ind. Química	2.739
Papel e Gráfica	2.724
Alimentação e Bebidas	2.148
Borracha, Fumo e Couro	1.910
Mecânica	1.522
Madeira e mobiliário	1.454
Mat. Elétrico e de Comunicação	1.192
Mat. de Transporte	719
Mineral não-metálico	553
Ind. Calçados	291
Extrativa Mineral	75
Total	**26.526**

2000	
Setor	**No de Estab.**
Ind. Têxtil	7.023
Metalúrgica	3.167
Papel e Gráfica	3.041
Ind. Química	2.878
Alimentação e Bebidas	2.209
Borracha, Fumo e Couro	1.644
Mecânica	1.644
Madeira e mobiliário	1.312
Mat. Elétrico e de Comunicação	1.159
Mat. de Transporte	617
Mineral não-metálico	579
Ind. Calçados	160
Extrativa Mineral	68
Total	**25.501**

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1995 e 2000.

O Gráfico 4 a seguir mostra a distribuição dos setores em relação ao número de estabelecimentos.

Gráfico 4: Setores industriais por número de estabelecimentos– Município de São Paulo, 2000



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2000.

Em 2005, a cidade de São Paulo possuía 25.661 estabelecimentos industriais, segundo os dados da RAIS.

Mais uma vez o setor têxtil era o setor industrial com maior número de estabelecimentos na cidade e, diferente dos dois últimos anos analisados, a indústria têxtil teve aumento no número de estabelecimentos.

A indústria metalúrgica praticamente se manteve estável ao final de cinco anos e a indústria de papel e gráfica teve um leve acréscimo no número de estabelecimentos de 2000 a 2005, como pode ser observado na Tabela 43, a seguir.

Tabela 43: Setores industriais por número de estabelecimentos – 2000 e 2005

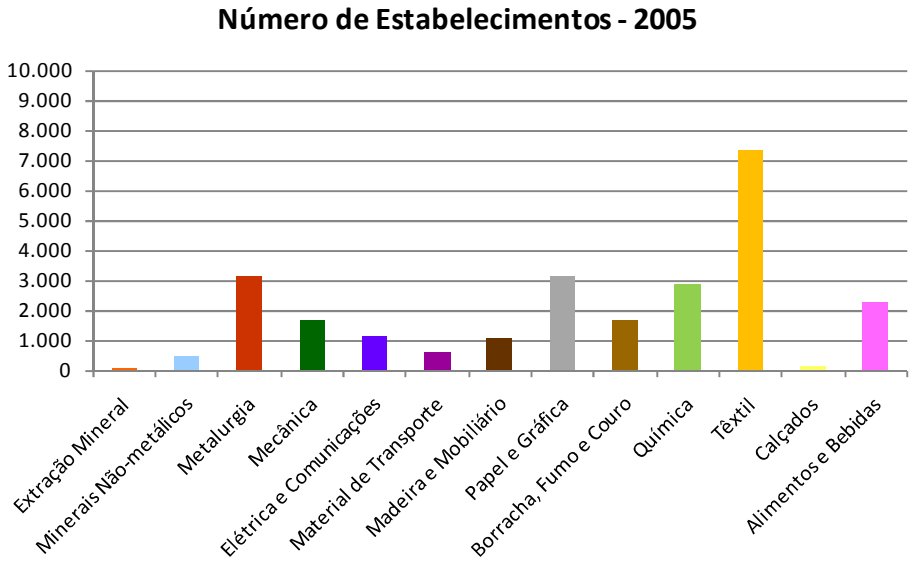
2000		2005	
Setor	**No de Estab.**	**Setor**	**No de Estab.**
Ind. Têxtil	7.023	Ind. Têxtil	7.367
Metalúrgica	3.167	Metalúrgica	3.168
Papel e Gráfica	3.041	Papel e Gráfica	3.162
Ind. Química	2.878	Ind. Química	2.872
Alimentação e Bebidas	2.209	Alimentação e Bebidas	2.268
Borracha, Fumo e Couro	1.644	Mecânica	1.693
Mecânica	1.644	Borracha, Fumo e Couro	1.678
Madeira e mobiliário	1.312	Mat. Elétrico e de Comunicação	1.160
Mat. Elétrico e de Comunicação	1.159	Madeira e mobiliário	1.055
Mat. de Transporte	617	Mat. de Transporte	595
Mineral não-metálico	579	Mineral não-metálico	451
Ind. Calçados	160	Ind. Calçados	124
Extrativa Mineral	68	Extrativa Mineral	68
Total	**25.501**	**Total**	**25.661**

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2000 e 2005.

A indústria química, apesar de perder alguns estabelecimentos, se manteve na quarta colocação. Os setores que também tiveram aumento no número de estabelecimentos foram a indústria de alimentos e bebidas, o setor de borracha, fumo e couro, a indústria mecânica e a indústria de material elétrico e de comunicação. Por outro lado, a indústria de madeira e mobiliário, de material de transporte, de mineral não-metálico, de calçados e extrativa mineral perderam estabelecimentos entre 2000 e 2005.

O Gráfico 5 a seguir mostra ainda a predominância do setor têxtil na cidade em 2005 e a importância assumida pelos setores de metalurgia, papel e gráfica, químico e de alimentos e bebidas.

Gráfico 5: Setores industriais por número de estabelecimentos– Município de São Paulo, 2005



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2005.

Na análise geral dos setores industriais presentes no Município de São Paulo, por número de estabelecimentos, foi visto que ao longo dos vinte anos entre 1985 e 2005 o setor que se destacou foi, em primeiro lugar, o setor têxtil, que não perdeu a posição de liderança em nenhum dos anos analisados.

Os setores de papel e gráfica, químico e de alimentos e bebidas foram os que apresentaram maior crescimento ao longo do período analisado e o setor metalúrgico conseguiu se manter entre os setores com maior número de estabelecimentos no Município ao longo desses anos.

A Tabela 44 a seguir reúne as informações de número de estabelecimentos por setor industrial para todos os anos analisados (1985, 1990, 1995, 2000 e 2005) para o Município de São Paulo e nos permite concluir que após 20 anos, a indústria têxtil se manteve como o setor de maior número de estabelecimentos industriais do Município.

Tabela 44: Setores industriais por número de estabelecimentos – Município de São Paulo

Setor	Número de Estabelecimentos				
	1985	1990	1995	2000	2005
Ind. Têxtil	6.696	9.789	8.095	7.023	7.367
Metalúrgica	2.521	2.834	3.104	3.167	3.168
Borracha, Fumo e Couro	2.225	3.179	1.910	1.644	1.678
Ind. Química	1.985	2.309	2.739	2.878	2.872
Papel e Gráfica	1.912	2.412	2.724	3.041	3.162
Mecânica	1.634	1.991	1.522	1.644	1.693
Madeira e mobiliário	1.441	1.777	1.454	1.312	1.055
Mat. Elétrico e de Comunicação	1.277	1.695	1.192	1.159	1.160
Alimentação e Bebidas	1.014	1.103	2.148	2.209	2.268
Mineral não-metálico	735	857	553	579	451
Mat. de Transporte	473	528	719	617	595
Ind. Calçados	389	479	291	160	124
Extrativa Mineral	108	96	75	68	68
Total	**22.410**	**29.049**	**26.526**	**25.501**	**25.661**

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985.

A indústria metalúrgica, apesar da queda no número de estabelecimentos entre 1985 e 1990, se manteve nos anos seguintes como o segundo setor com maior número de estabelecimentos do Município até 2005.

A indústria de papel e gráfica estava perto do setor metalúrgico em número de estabelecimentos em 2005, ficando com o terceiro lugar. O número de estabelecimentos desse setor teve aumento significativo de pouco mais de 65% entre 1985 e 2005.

Em quarto estava a indústria química, com um crescimento de 45% em número de estabelecimentos entre 1985 e 2005, e em quinto estava a indústria de alimentos e bebidas, que mais do que dobrou em número de estabelecimentos de 1985 a 2005.

Outra conclusão é a retração de alguns setores industriais, como o setor de borracha, fumo e couro, que diminuiu 25% de 1985 a 2005, em número de estabelecimentos. A indústria de calçados e a indústria extrativa mineral foram os outros setores que diminuíram em número de estabelecimentos presentes no Município no período analisado.

Conclui-se, portanto, que os setores em destaque no Município de São Paulo em 2005, de acordo com o número de estabelecimentos, eram o têxtil, o metalúrgico, a indústria de papel e gráfica, a indústria química e a indústria de alimentos e bebidas. Juntos, esses

setores representavam 61% do total de estabelecimentos industriais presentes no Município de São Paulo em 2005.

A Tabela 45 abaixo compara o número de estabelecimentos por setor industrial para os anos de 1985 e 2005.

Tabela 45: Comparação entre o número de estabelecimentos entre 1985 e 2005

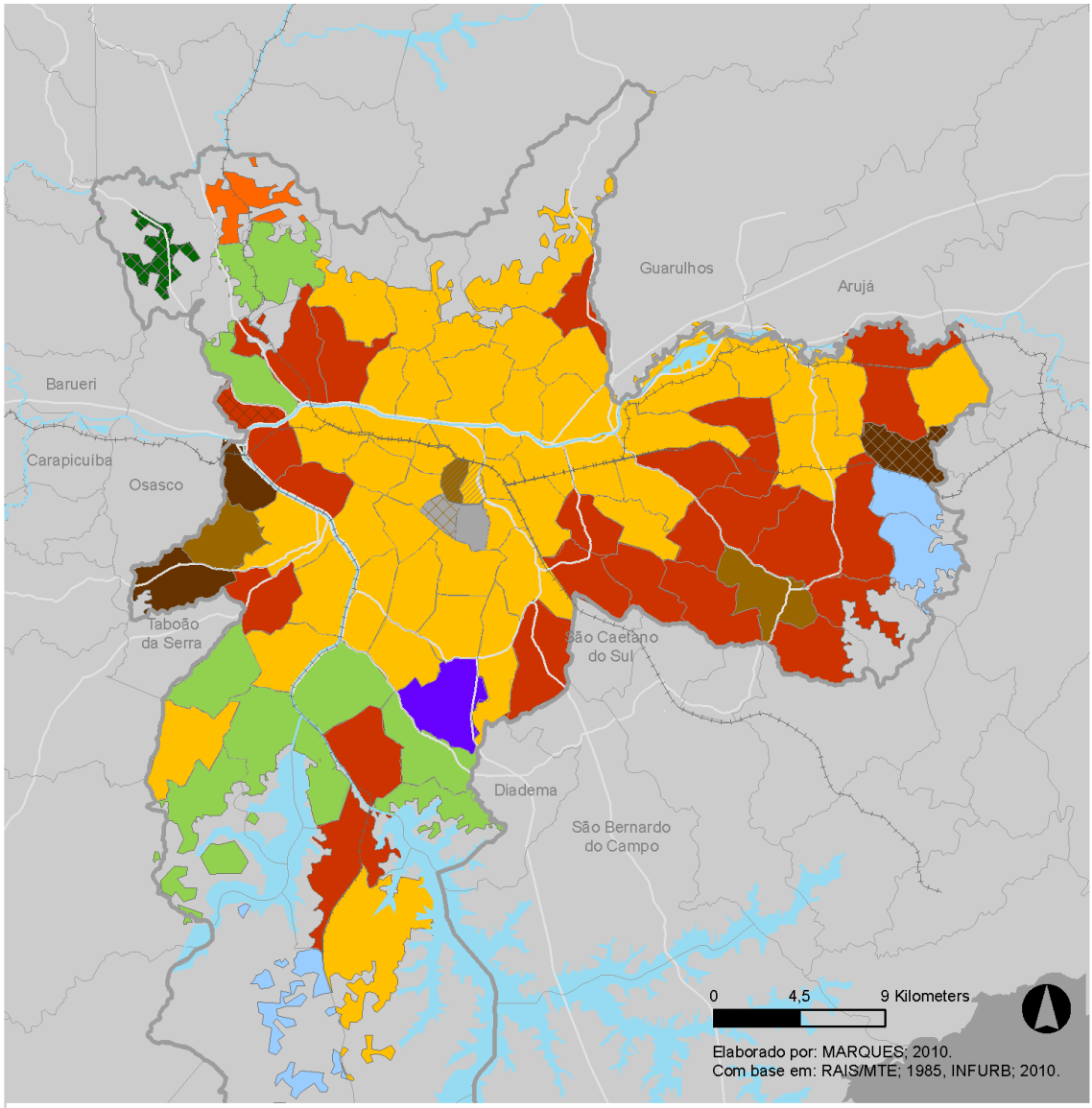
Setor industrial	Número de Estabelecimentos	
	1985	2005
Ind. Têxtil	6.696	7.367
Metalurgia	2.521	3.168
Borracha, Fumo e Couro	2.225	1.678
Ind. Química	1.985	2.872
Papel e Gráfica	1.912	3.162
Mecânica	1.634	1.693
Madeira e mobiliário	1.441	1.055
Mat. Elétrico e Comic.	1.277	1.160
Alimentação e Bebidas	1.014	2.268
Mineral Não-metálico	735	451
Mat. De Transporte	473	595
Ind. De Calçados	389	124
Extrativa Mineral	108	68
Total	**22.410**	**25.661**

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985.

A seguir apresentamos uma série de mapas temáticos que mostram essa tendência no Município e apontam também a distribuição desses setores pelos distritos da capital. A análise por distrito, no entanto, será feita mais adiante.

Mapa 35: Setores industriais predominantes por número de estabelecimento, Município de São Paulo - 1985.

SETOR INDUSTRIAL PREDOMINANTE POR NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS 1985
por distritos do Município de São Paulo

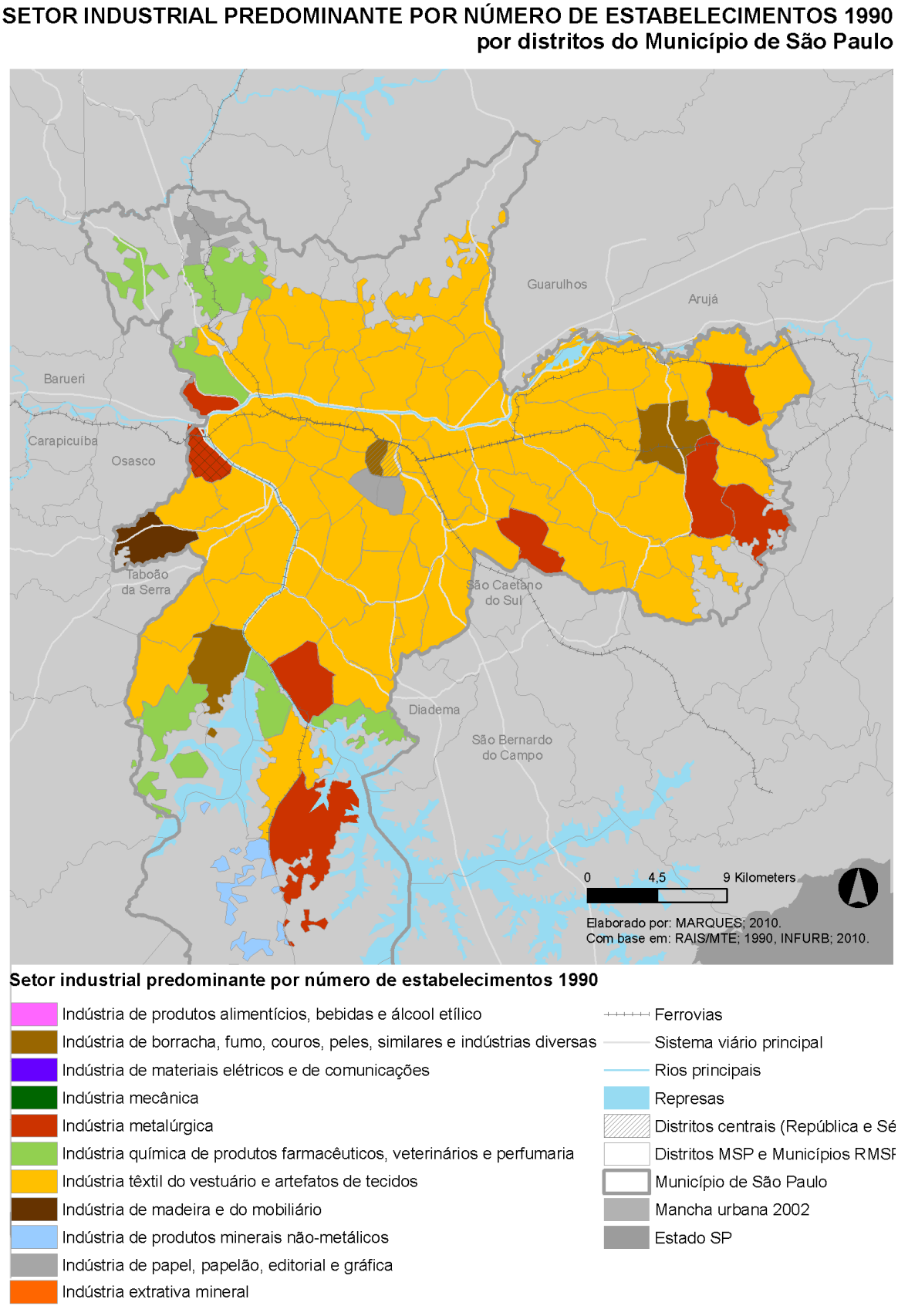


Setor industrial predominante por número de estabelecimentos 1985

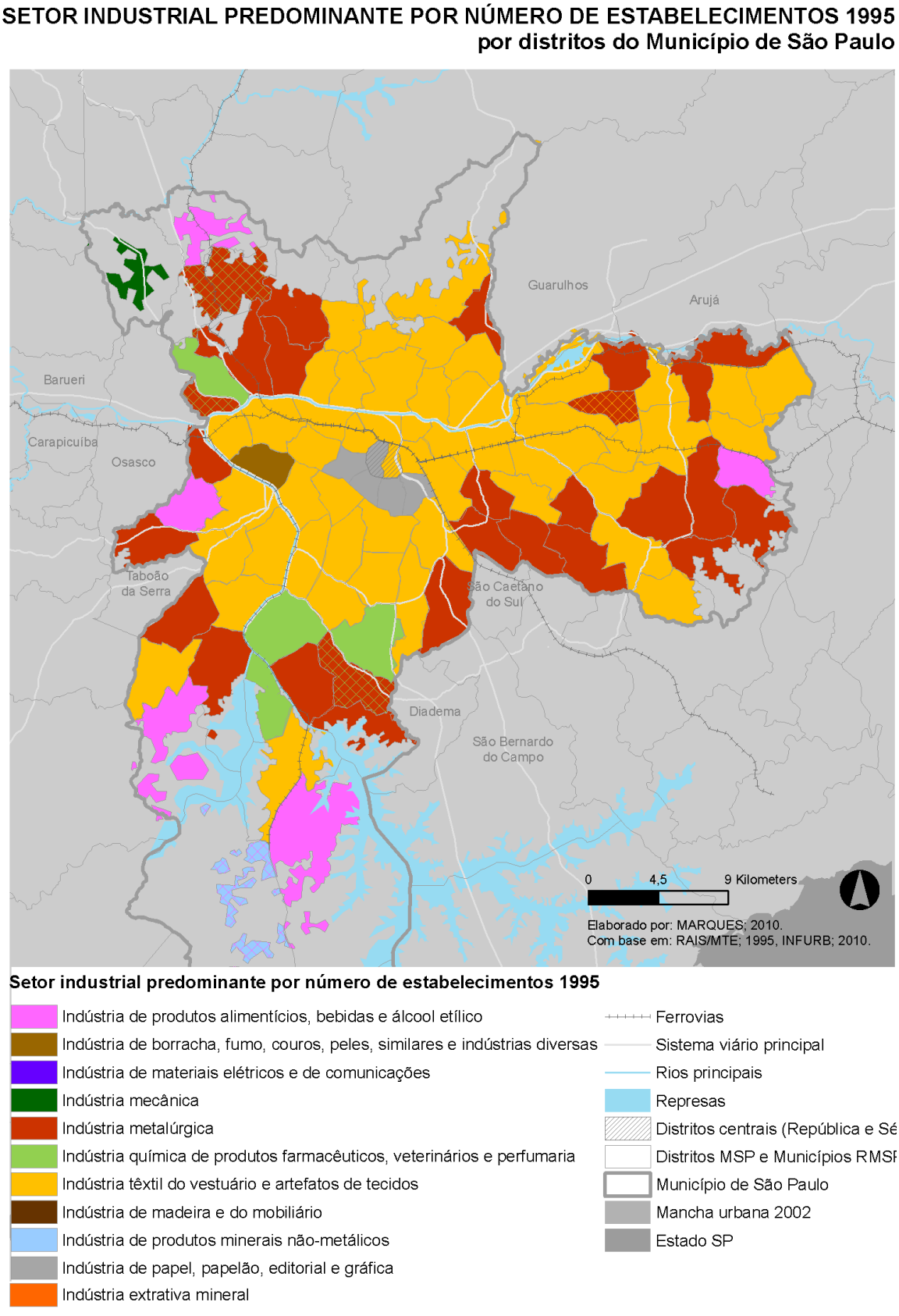
- Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico
- Indústria de borracha, fumo, couros, peles, similares e indústrias diversas
- Indústria de materiais elétricos e de comunicações
- Indústria mecânica
- Indústria metalúrgica
- Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria
- Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos
- Indústria de madeira e do mobiliário
- Indústria de produtos minerais não-metálicos
- Indústria de papel, papelão, editorial e gráfica
- Indústria extrativa mineral

- Ferrovias
- Sistema viário principal
- Rios principais
- Represas
- Distritos centrais (República e Sé
- Distritos MSP e Municípios RMSP
- Município de São Paulo
- Mancha urbana 2002
- Estado SP

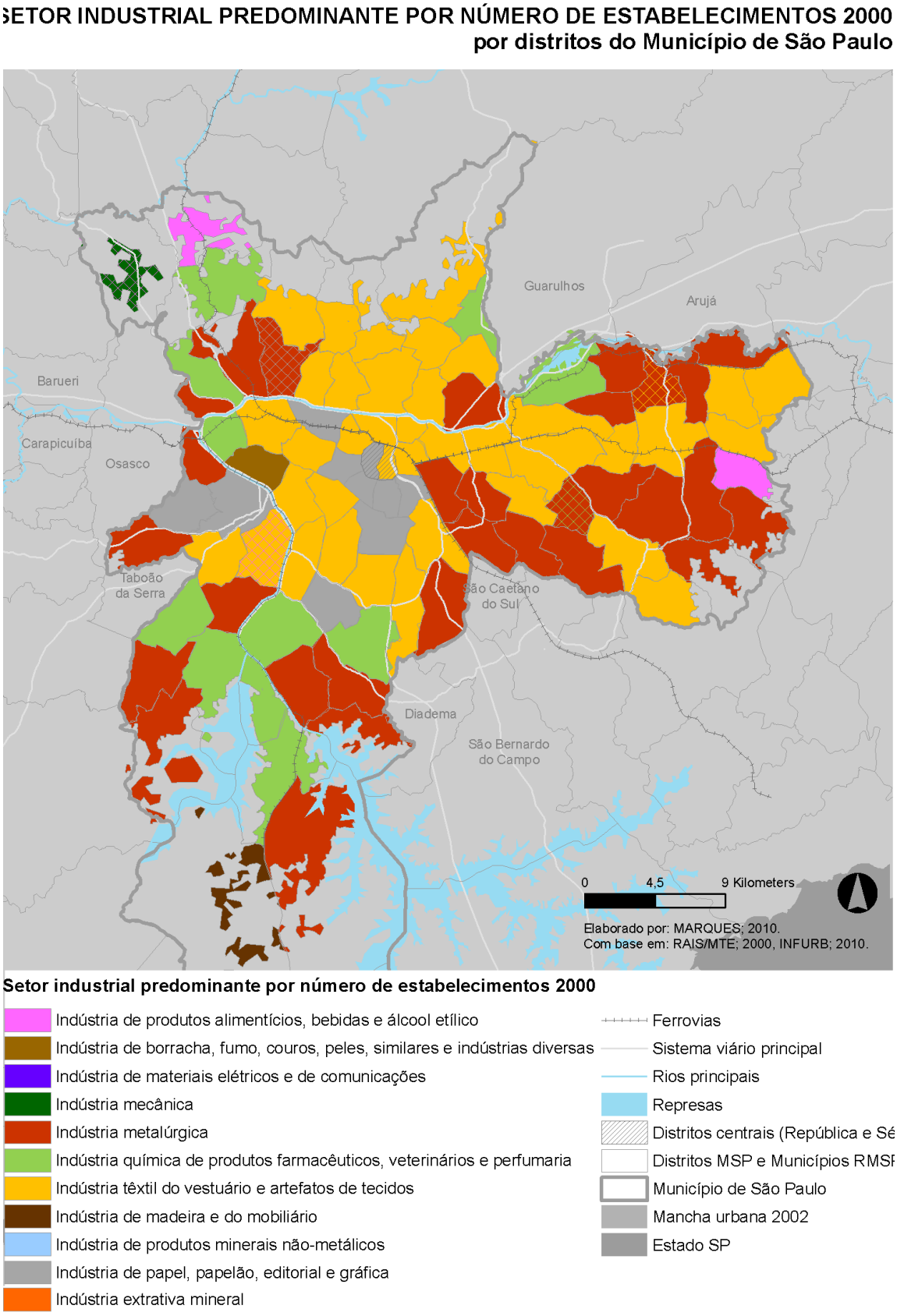
Mapa 36: Setores industriais predominantes por número de estabelecimento, Município de São Paulo – 1990



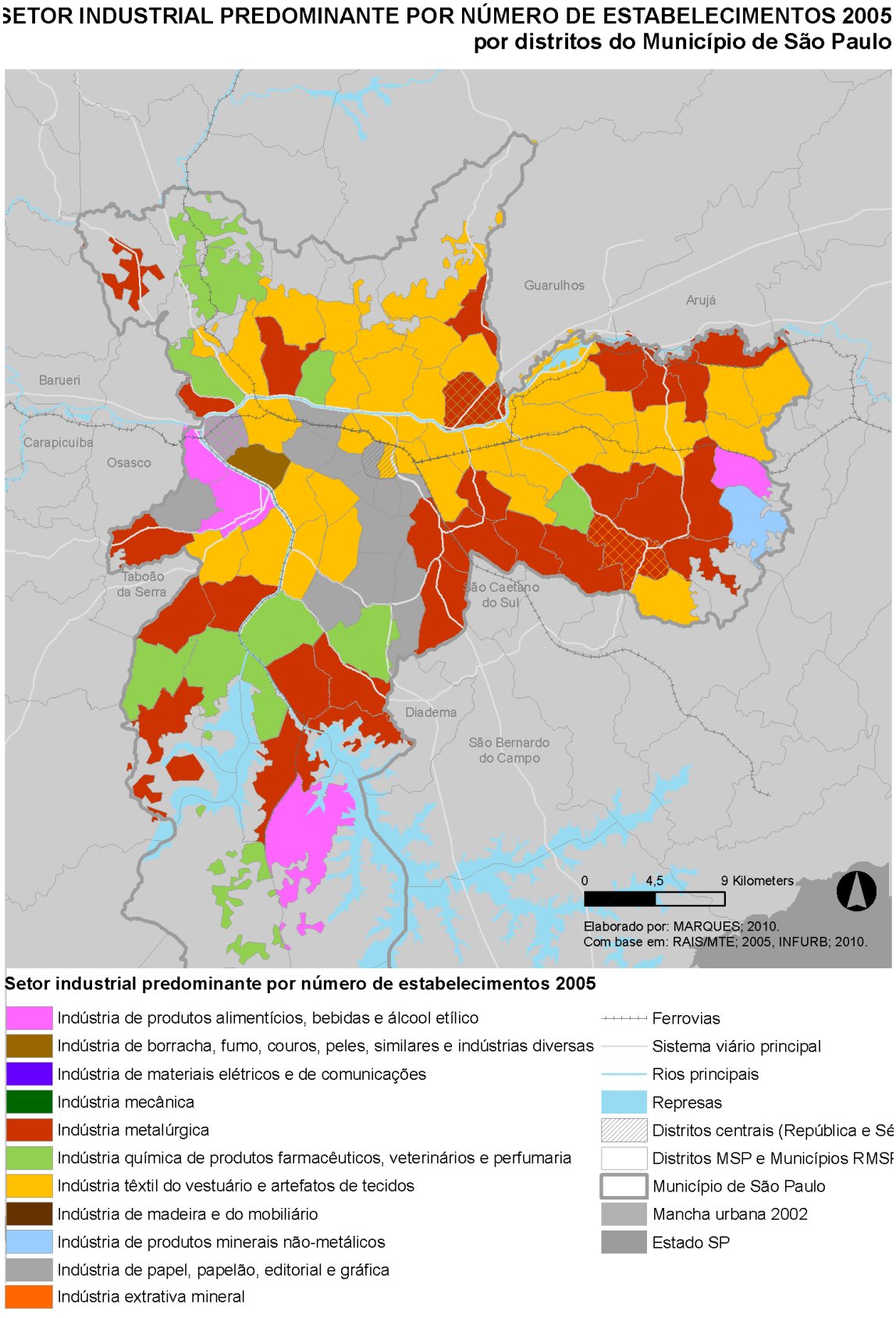
Mapa 37: Setores industriais predominantes por número de estabelecimento, Município de São Paulo – 1995



Mapa 38: Setores industriais predominantes por número de estabelecimento, Município de São Paulo - 2000



Mapa 39: Setores industriais predominantes por número de estabelecimento, Município de São Paulo - 2005

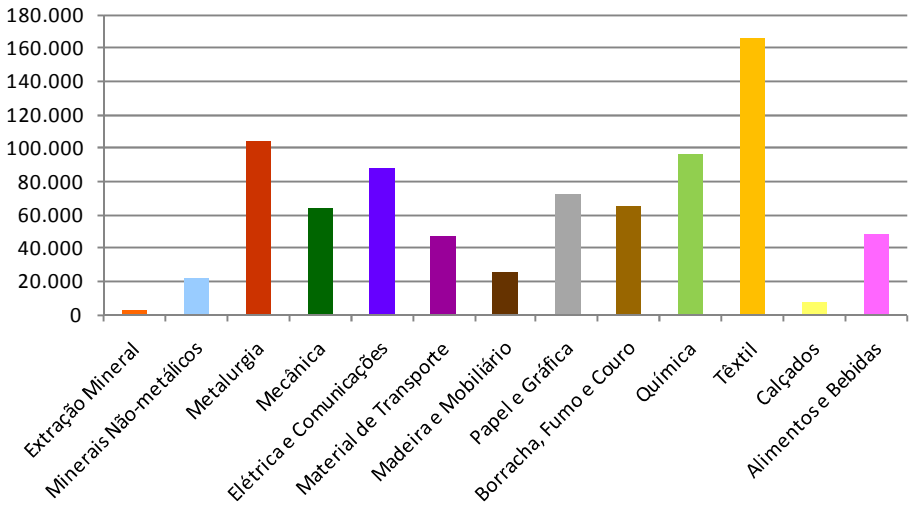


Análise geral dos setores industriais por número de pessoal ocupado

Em 1985, o Município de São Paulo tinha 809.614 empregos no setor industrial.

O setor industrial que possuía o maior número de pessoal ocupado era o setor têxtil, com 165.293 empregos, ou seja, pouco mais de 20% da mão-de-obra empregada no setor secundário do Município estava empregada no setor têxtil. Em seguida vinham os setores de metalurgia, com 104.423 empregos, química, com 96.786 empregos, material elétrico e comunicação, com 87.613 empregos, papel e gráfica, com 72.111 empregos, borracha, fumo e couro, com 65.017 empregos, e mecânica, com 63.026 empregos. O Gráfico 6 a seguir mostra a relação entre o número de empregos nos setores analisados.

Gráfico 6: Setores industriais por número de pessoal ocupado– Município de São Paulo, 1985



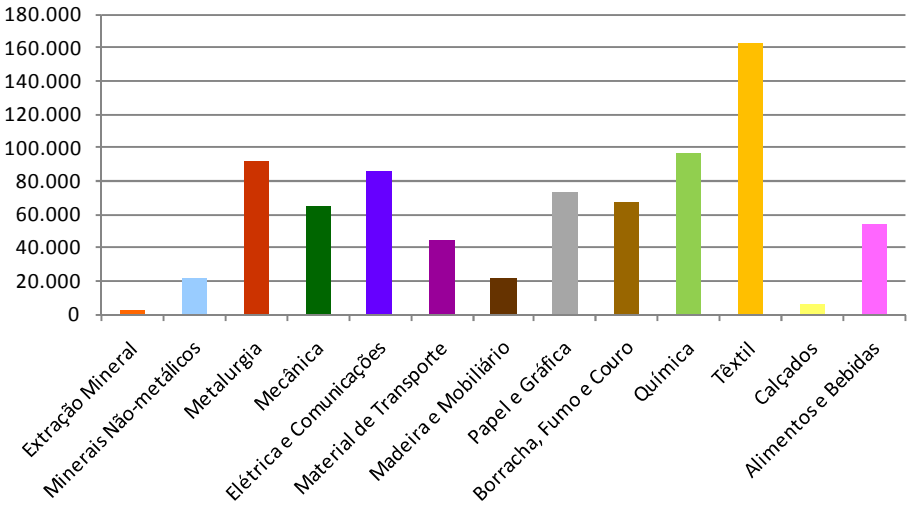
Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985.

Em 1990, houve queda no número de mão-de-obra empregada no setor industrial do Município. Dos pouco mais de 800.000 empregos em 1985, o Município passou a abrigar 791.239 empregos, uma redução pequena, mas que não deixou de existir.

O setor têxtil continuou sendo em 1990 o setor que empregava a maior parte do pessoal ocupado na indústria, com 162.581 empregos. O setor químico passou o setor metalúrgico em número de pessoal ocupado, com 95.641 empregos, enquanto que o metalúrgico tinha 90.924 empregos.

Em seguida, os setores que mais empregavam eram material elétrico e comunicação, com 85.248 empregos, e papel e gráfica, com 73.331 empregos, ambos os setores que mantiveram suas posições de 1985 quanto a número de empregos. O Gráfico 7 a seguir mostra a distribuição entre os setores do pessoal ocupado na indústria para o Município em 1990.

Gráfico 7: Setores industriais por número de pessoal ocupado – Município de São Paulo, 1990



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1990.

A grande mudança no número de pessoal ocupado na indústria no Município se deu entre 1990 e 1995, quando o número de mão-de-obra empregada caiu drasticamente. Dos pouco mais de 790.000 existentes em 1990, o Município passou a contar com 462.723, ou seja, houve queda de 41,5% do número de pessoal ocupado entre 1990 e 1995.

A indústria têxtil continuou sendo a que mais empregava, mas teve seu pessoal ocupado reduzido em quase 38% nesses cinco anos. Reduções drásticas também aconteceram nos demais setores. A indústria de minerais não-metálicos, por exemplo, reduziu mais da metade de seu pessoal ocupado, passando de 21.805 em 1990 para 9.204 em 1995, assim como a indústria de borracha, fumo e couro, que passou de 66.989 para 31.537 empregos. A indústria de material elétrico e de comunicação teve grande redução, pois passou de 85.248 empregos em 1990 para 31.615 em 1995, ou seja, foi uma redução de 63%. A indústria mecânica quase reduziu seu pessoal pela metade e as indústrias de

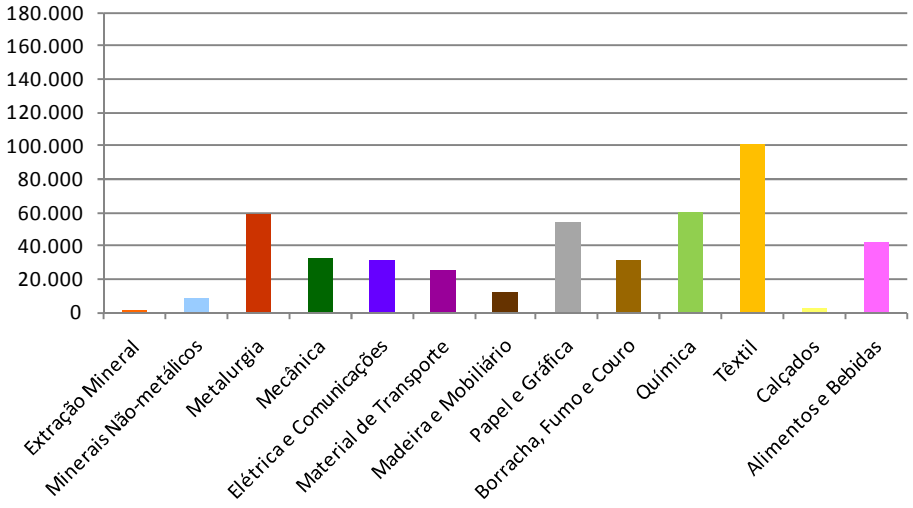
material de transporte, de madeira e mobiliário e de calçados reduziram seu pessoal ocupado em quase um terço.

As indústrias que tiveram menor redução foram a indústria metalúrgica, a indústria de papel e gráfica, a indústria química, a indústria de alimentos e bebidas e a indústria têxtil, que já mencionamos acima. O Gráfico 8 a seguir mostra a nova relação estabelecida em 1995 entre o número de pessoal ocupado nos setores presentes no Município.

Em 1995, os setores que mais empregavam mão-de-obra industrial no Município de São Paulo eram têxtil, com 101.312 empregos, químico, com 59.839 empregos, metalúrgico, com 58.880 empregos, papel e gráfico, com 54.272 empregos, e alimentos e bebidas, com 41.733 empregos.

Nesse novo panorama, o setor de papel e gráfica assumiu a posição de quarto setor com maior número de pessoal ocupado no Município de São Paulo em 1995. Lugar que era do setor de material elétrico e comunicação em 1990 e que passou para sétima posição em 1995.

Gráfico 8: Setores industriais por número de pessoal ocupado – Município de São Paulo, 1995



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1995.

Em 2000, o setor industrial no Município chega empregando bem menos mão-de-obra do que no início da década de 1990. Houve mais redução de pessoal ocupado na

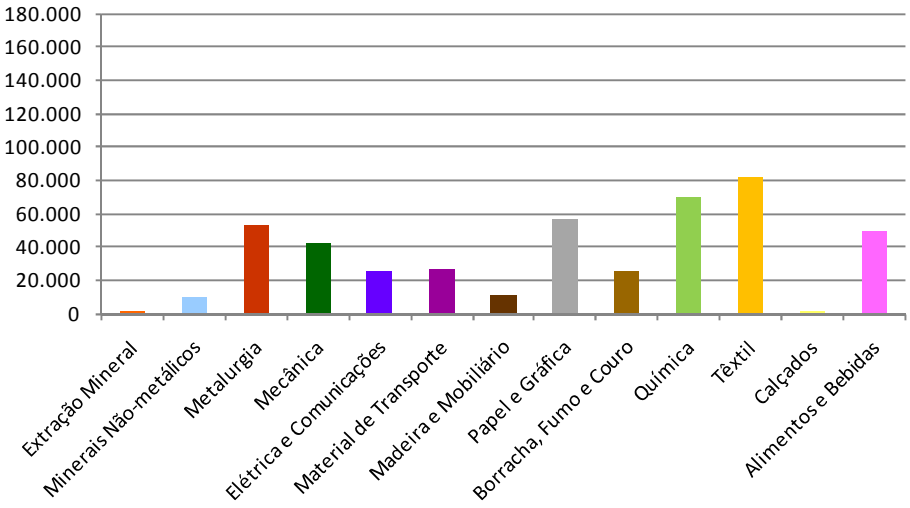
indústria do Município nos cinco anos que se passaram da última análise em 1995. O total do número de operários do Município de São Paulo passou dos 462.723 em 1995 para 453.154 empregos em 2000. Diferente dos anos anteriores, essa redução se deu majoritariamente pela redução no número de pessoal ocupado na indústria têxtil, que passou de 101.312 empregos em 1995 para 81.805 em 2000, ou seja, uma redução de aproximadamente 19%.

O setor de calçados também teve redução de pessoal ocupado, assim como a indústria de borracha, fumo e couro, a indústria de madeira e mobiliário, a indústria de material elétrico e de comunicação, a indústria metalúrgica e a indústria extrativa mineral.

As indústrias que tiveram aumento de pessoal ocupado foram a indústria de material não-metálico, a indústria mecânica, a indústria de material de transporte, a indústria de papel e gráfica, a indústria química e a indústria de alimentos e bebidas.

O Gráfico 9 a seguir mostra a predominância, em número de pessoal ocupado, dos setores têxtil, químico, metalúrgico, papel e gráfica e alimentos e bebidas no Município de São Paulo em 2000. Nota-se, pela primeira vez, que o setor têxtil passa a empregar um número de pessoal ocupado semelhante a outros setores, como o químico, por exemplo.

Gráfico 9: Setores industriais por número de pessoal ocupado – Município de São Paulo, 2000



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2000.

Em 2000, os setores que empregavam o maior número de mão-de-obra no Município de São Paulo eram têxtil, com 81.805 empregos, químico, com 69.405 empregos, papel e gráfica, com 57.000 empregos, metalúrgico, com 52.761 empregos, alimentos e bebidas, com 49.120 empregos, e mecânica, com 41.693 empregos.

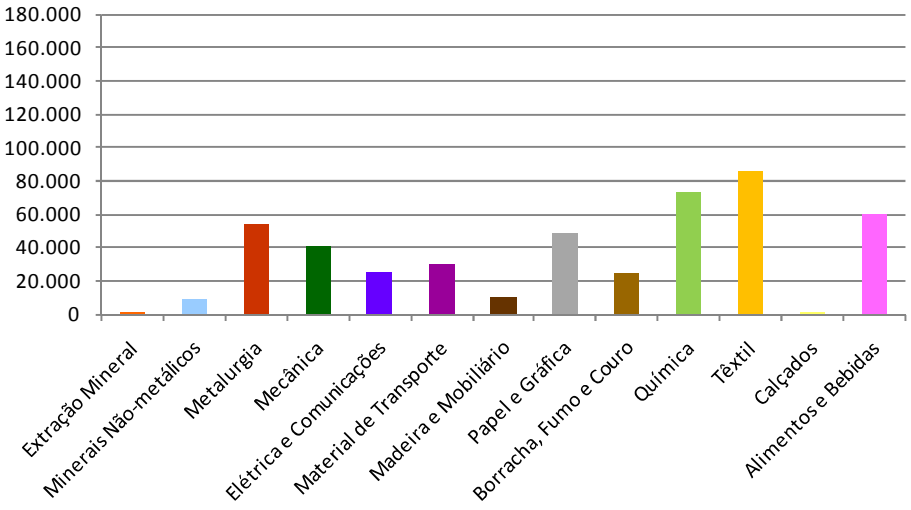
Entre 1995 e 2000, portanto, a indústria de papel e gráfica continuou crescendo e assumiu a posição da indústria metalúrgica como terceiro setor empregando o maior número de pessoal ocupado no Município de São Paulo em 2000.

Após a drástica redução no número de pessoal ocupado entre 1990 e 1995, e a seqüência de redução entre 1995 e 2000, entre 2000 e 2005 o número de pessoal ocupado na indústria do Município passou novamente a crescer. De 453.154 empregos em 2000 passou a 465.594 empregos em 2005.

Os setores que tiveram aumento foram o extrativo mineral, o metalúrgico, o de material de transporte, o químico, o têxtil, o de calçados e o de alimentos e bebidas, que representou a maior porcentagem de aumento, com cerca de 23%.

Outros setores tiveram redução do número de mão-de-obra ocupada, como o de minerais não-metálicos e o de papel e gráfica, e o restante praticamente teve seu número de pessoal ocupado estagnado. Foi o que aconteceu com a indústria mecânica, a indústria de material elétrico e de comunicação, a de madeira e mobiliário e a indústria de borracha, fumo e couro. O Gráfico 10 a seguir mostra a configuração dos setores em relação ao número de pessoal ocupado.

Gráfico 10: Setores industriais por número de pessoal ocupado – Município de São Paulo, 2005



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2005.

Em 2005, os setores que mais empregavam mão-de-obra eram têxtil, com 85.912 empregos, químico, com 72.991 empregos, alimentos e bebidas, com 60.281 empregos, metalúrgico, com 54.221 empregos, e papel e gráfica, com 48.266 empregos.

Portanto, de 2000 para 2005 os setores têxtil e químico se mantiveram nas primeiras posições como os setores que mais empregavam mão-de-obra industrial no Município de São Paulo. O setor de papel e gráfica, no entanto, que havia crescido significativamente entre 1995 e 2000, perdeu posição para o setor de alimentos e bebidas, e caiu para quinta posição. O setor metalúrgico permaneceu na quarta colocação e o setor mecânico permaneceu na sexta posição.

Conclui-se, então, que o Município de São Paulo entre 1985 e 2005 alterou parcialmente a dinâmica dos setores que mais empregavam mão-de-obra industrial. Enquanto em 1985, os três setores industriais que mais empregavam eram têxtil, metalúrgico e químico, em 2005 passaram a ser têxtil, químico e alimentos e bebidas, setor esse que em 1985 nem estava entre os sete setores que mais empregavam mão-de-obra industrial no Município.

O setor metalúrgico caiu de posição, mas o setor que mais reduziu pessoal ocupado na indústria foi o de material elétrico e de comunicação, que estava em quarto lugar em 1985 e que não apareceu na lista em 2005.

A relação entre o setor mecânico e o setor de papel e gráfica e os demais setores, em relação à mão-de-obra empregada, se manteve praticamente inalterada entre 1985 e 2005. O mesmo ocorreu com a indústria têxtil e a indústria química, que saíram de 1985 com as duas primeiras posições e que chegaram em 2005 também ocupando as duas primeiras colocações.

O Município de São Paulo chega, portanto, em 2005 com os setores têxtil, químico, alimentos e bebidas, metalúrgico e papel e gráfica empregando o maior número de pessoal ocupado na indústria. Juntos, esses setores representavam 69% do total de pessoal empregado na indústria no Município de São Paulo em 2005.

A Tabela 46 a seguir mostra a comparação entre os diversos setores por número de pessoal ocupado.

Tabela 46: Comparação por número de pessoal ocupado entre 1985 e 2005

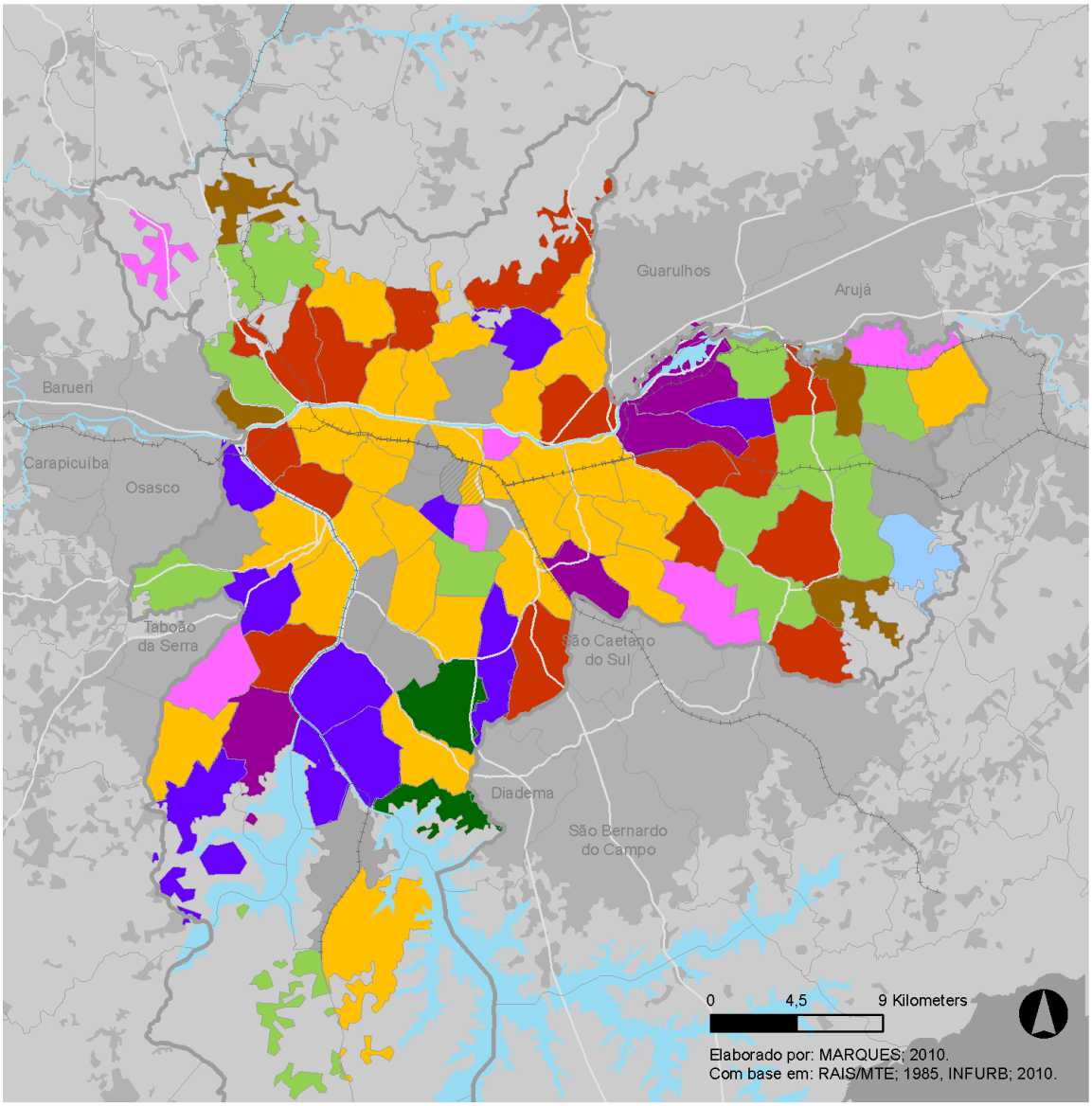
Setor industrial	Pessoal Ocupado	
	1985	2005
Ind. Têxtil	165.293	85.912
Metalurgia	104.423	54.221
Ind. Química	96.786	72.991
Mat. Elétrico e Comic.	87.613	25.601
Papel e Gráfica	72.111	48.266
Borracha, Fumo e Couro	65.017	24.810
Mecânica	63.626	41.484
Alimentação e Bebidas	48.756	60.281
Mat. De Transporte	47.197	30.000
Madeira e mobiliário	25.936	10.150
Mineral Não-metálico	21.694	8.642
Ind. De Calçados	7.986	1.736
Extrativa Mineral	3.176	1.500
Total	**809.614**	**465.594**

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985 e 2005.

A seguir apresentamos uma série de mapas temáticos que mostram essa tendência no Município e apontam também a distribuição desses setores pelos distritos da capital de acordo com o pessoal ocupado na indústria. A análise por distrito, no entanto, será feita mais adiante.

Mapa 40: Setores industriais predominantes por pessoal ocupado – Município de São Paulo, 1985

SETOR INDUSTRIAL PREDOMINANTE POR NÚMERO DE EMPREGADOS 1985
por distritos do Município de São Paulo

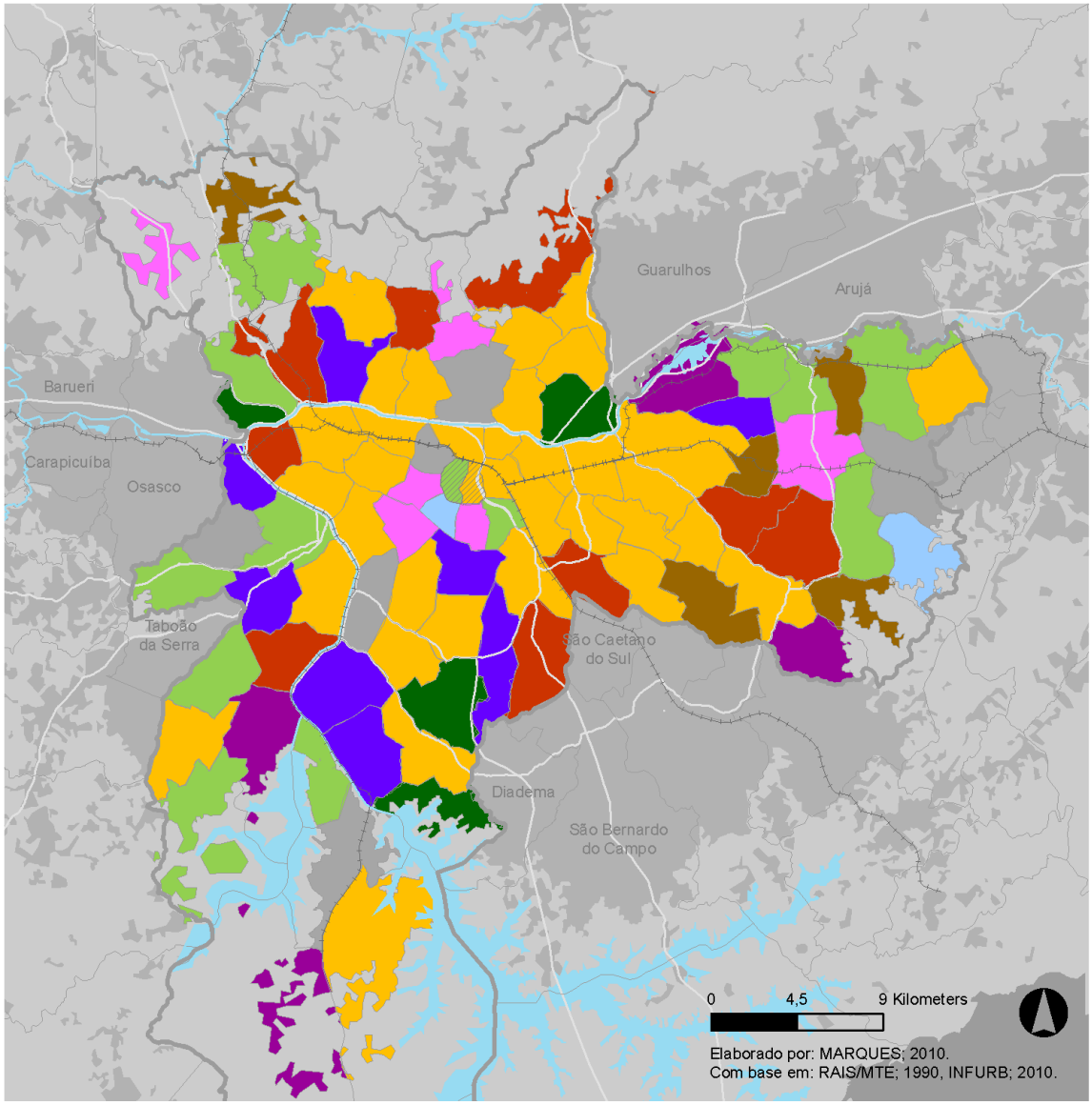


Setor industrial predominante por número de empregados 1985

- Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico
- Indústria de borracha, fumo, couros, peles, similares e indústrias diversas
- Indústria de materiais elétricos e de comunicações
- Indústria mecânica
- Indústria metalúrgica
- Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria
- Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos
- Indústria de material de transporte
- Indústria de produtos minerais não-metálicos
- Indústria de papel, papelão, editorial e gráfica
- Ferrovias
- Sistema viário principal
- Rios principais
- Represas
- Distritos centrais (República e Sé
- Distritos MSP e Municípios RMSF
- Município de São Paulo
- Mancha urbana 2002
- Estado SP

Mapa 41: Setores industriais predominantes por pessoal ocupado – Município de São Paulo, 1990

SETOR INDUSTRIAL PREDOMINANTE POR NÚMERO DE EMPREGADOS 1990
por distritos do Município de São Paulo

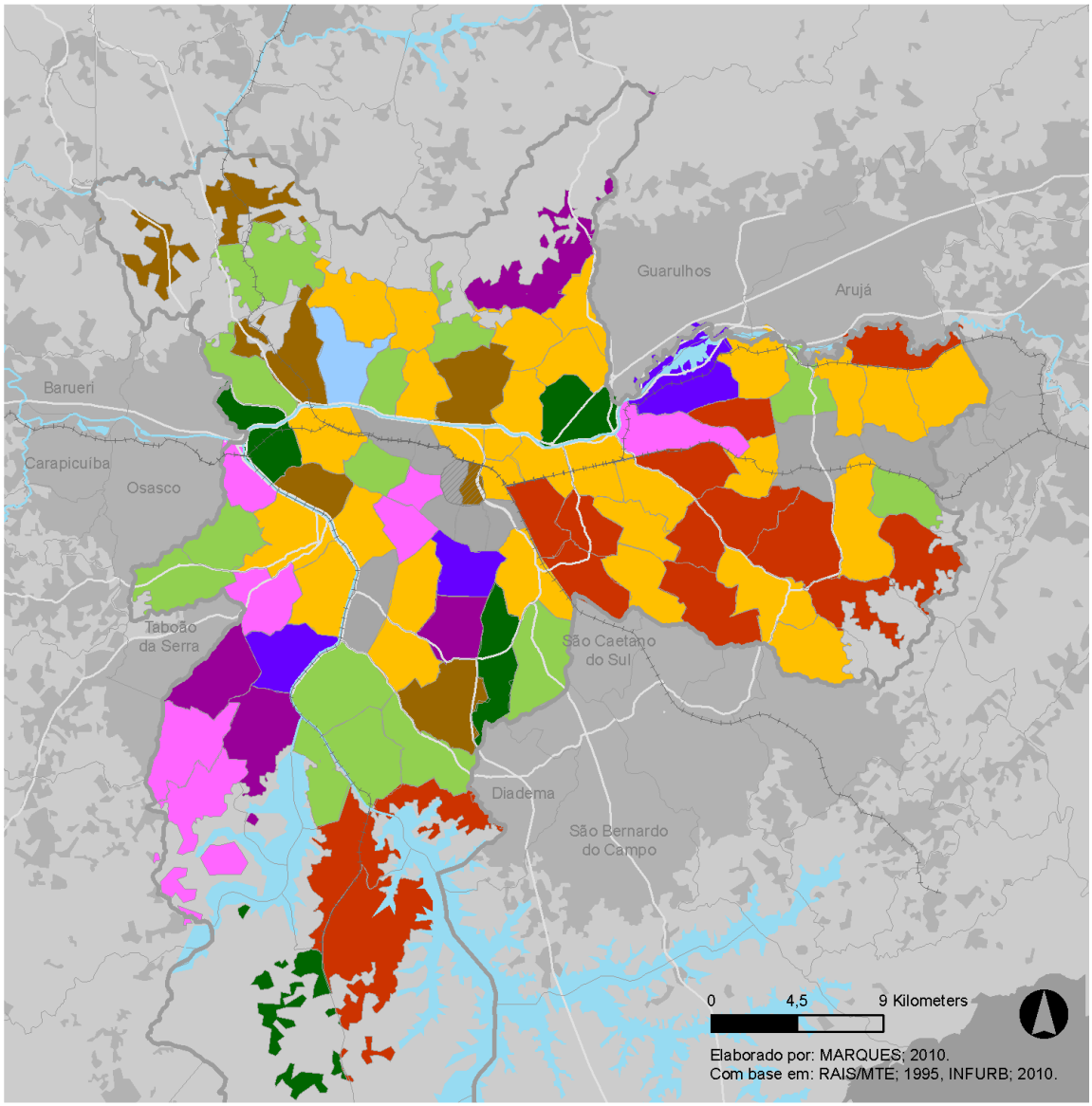


Setor industrial predominante por número de empregados 1990

- Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico
- Indústria de borracha, fumo, couros, peles, similares e indústrias diversas
- Indústria de materiais elétricos e de comunicações
- Indústria mecânica
- Indústria metalúrgica
- Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria
- Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos
- Indústria de material de transporte
- Indústria de produtos minerais não-metálicos
- Indústria de papel, papelão, editorial e gráfica
- Ferrovias
- Sistema viário principal
- Rios principais
- Represas
- Distritos centrais (República e Sé
- Distritos MSP e Municípios RMSF
- Município de São Paulo
- Mancha urbana 2002
- Estado SP

Mapa 42: Setores industriais predominantes por pessoal ocupado – Município de São Paulo, 1995

SETOR INDUSTRIAL PREDOMINANTE POR NÚMERO DE EMPREGADOS 1995
por distritos do Município de São Paulo

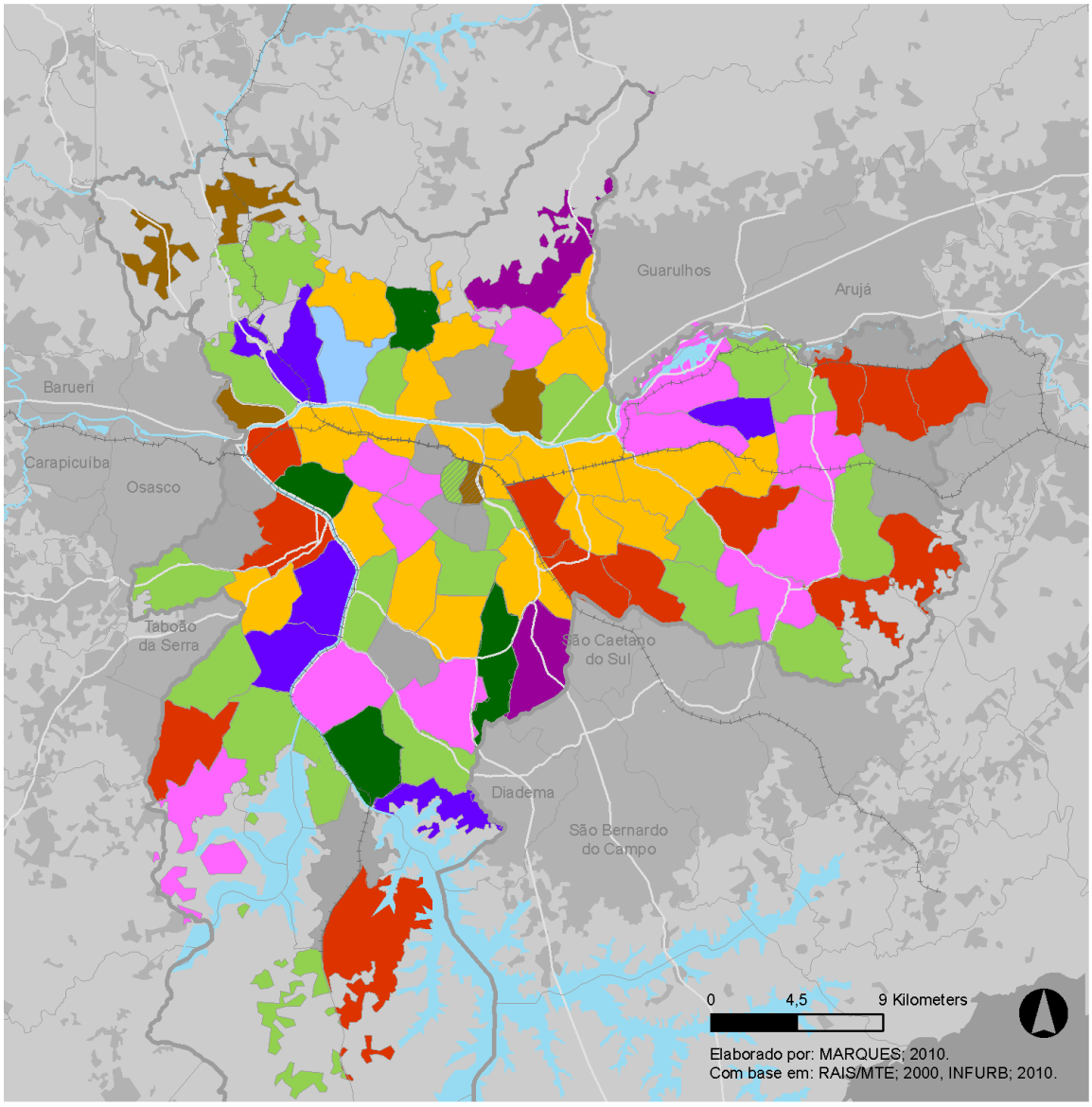


Setor industrial predominante por número de empregados 1995

- Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico
- Indústria de borracha, fumo, couros, peles, similares e indústrias diversas
- Indústria de materiais elétricos e de comunicações
- Indústria mecânica
- Indústria metalúrgica
- Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria
- Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos
- Indústria de material de transporte
- Indústria de produtos minerais não-metálicos
- Indústria de papel, papelão, editorial e gráfica
- Ferrovias
- Sistema viário principal
- Rios principais
- Represas
- Distritos centrais (República e Sé
- Distritos MSP e Municípios RMSP
- Município de São Paulo
- Mancha urbana 2002
- Estado SP

Mapa 43: Setores industriais predominantes por pessoal ocupado – Município de São Paulo, 2000

SETOR INDUSTRIAL PREDOMINANTE POR NÚMERO DE EMPREGADOS 2000
por distritos do Município de São Paulo

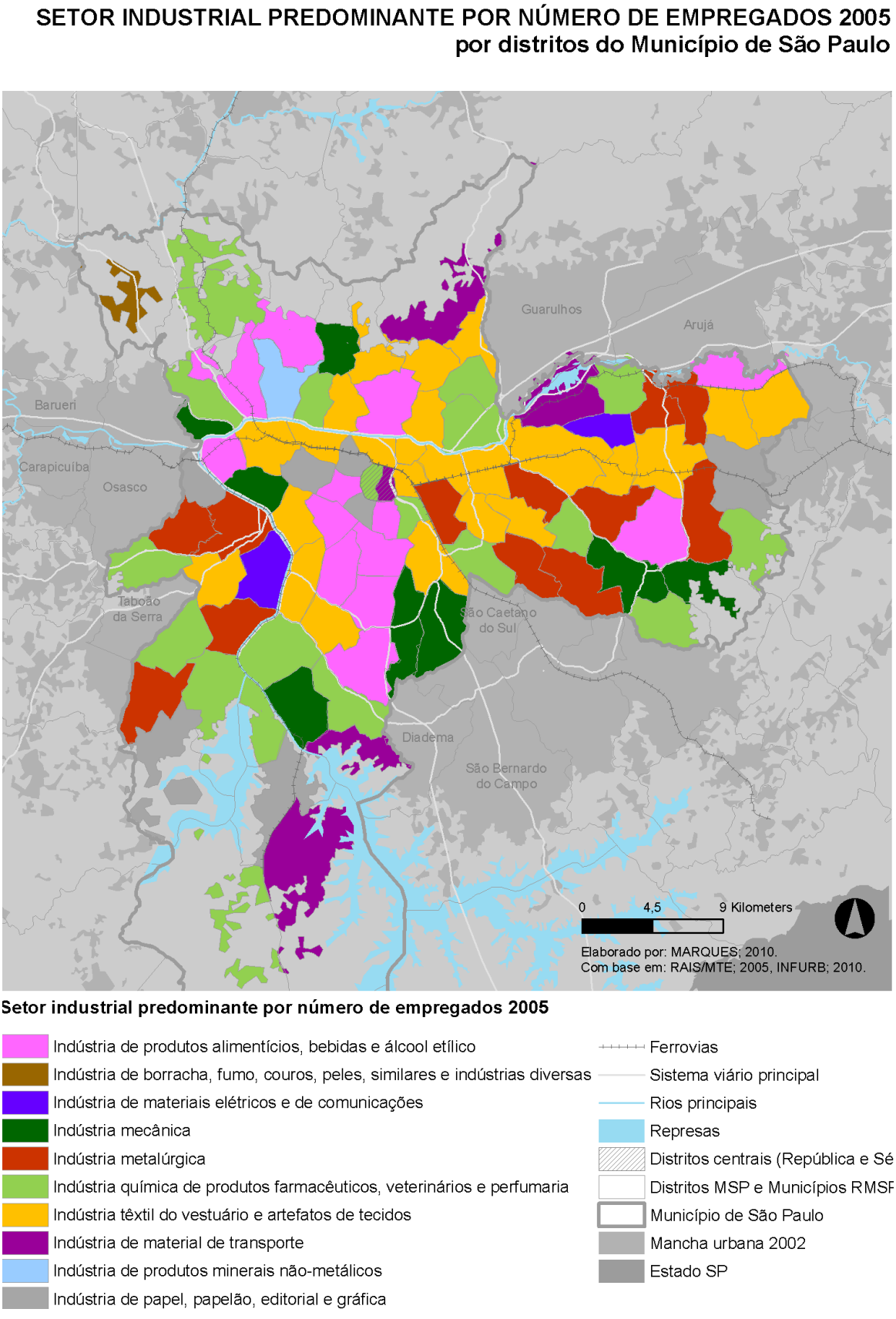


Setor industrial predominante por número de empregados 2000

- Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico
- Indústria de borracha, fumo, couros, peles, similares e indústrias diversas
- Indústria de materiais elétricos e de comunicações
- Indústria mecânica
- Indústria metalúrgica
- Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria
- Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos
- Indústria de material de transporte
- Indústria de produtos minerais não-metálicos
- Indústria de papel, papelão, editorial e gráfica

- Ferrovias
- Sistema viário principal
- Rios principais
- Represas
- Distritos centrais (República e Sé
- Distritos MSP e Municípios RMSF
- Município de São Paulo
- Mancha urbana 2002
- Estado SP

Mapa 44: Setores industriais predominantes por pessoal ocupado – Município de São Paulo, 2005



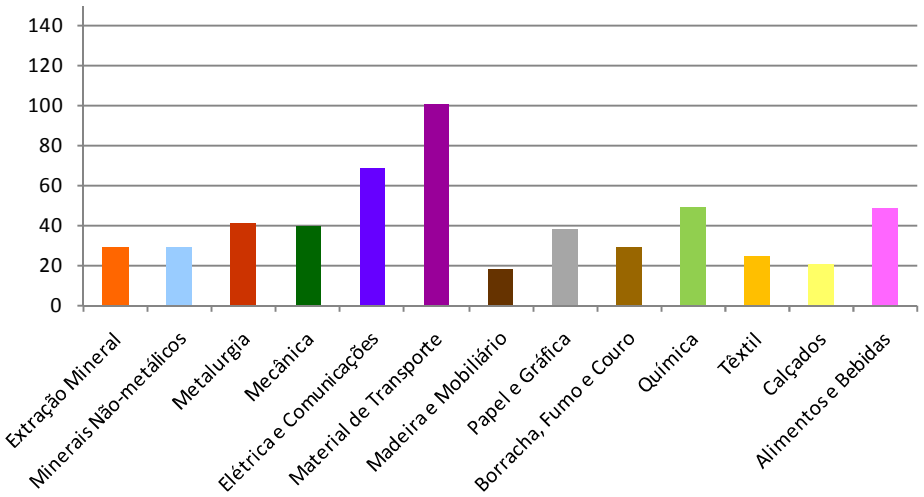
Análise geral dos setores industriais por média de pessoal ocupado por estabelecimento

Em 1985, os setores industriais presentes no Município de São Paulo que apresentavam elevado número de pessoal ocupado por estabelecimento eram material de transporte, com uma média de 100 empregos por estabelecimento e o setor de material elétrico e de comunicação, com uma média de 69 empregos por estabelecimento.

Em seguida, vinham o setor químico e o setor de alimentos e bebidas, com uma média de 49 e 48 empregos por estabelecimento, respectivamente. Indiretamente, pode-se deduzir que esses eram os setores que possuíam estabelecimentos de maior porte (em número de empregos) no Município em 1985.

A média geral de empregos por estabelecimento em 1985 para o Município era de 36 empregos por estabelecimento. O Gráfico 11 a seguir mostra a predominância do setor de material de transporte, seguido pelo de material elétrico e de comunicação.

Gráfico 11: Setores industriais por média de empregos por estabelecimento – Município de São Paulo, 1985



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985.

Por outro lado, os setores que se caracterizavam por porte menor eram Madeira e Mobiliário, com uma média de 18 empregos por estabelecimento, Calçados, com uma média de 21, e a indústria Têxtil, com uma média de 25 empregos por estabelecimento. Curioso analisar que a indústria têxtil, apesar de ser o setor que tinha o maior número de estabelecimento no Município e o maior número de pessoal ocupado, tinha uma

média baixa de número de empregos por estabelecimento, o que a caracteriza como uma indústria de pequeno porte.

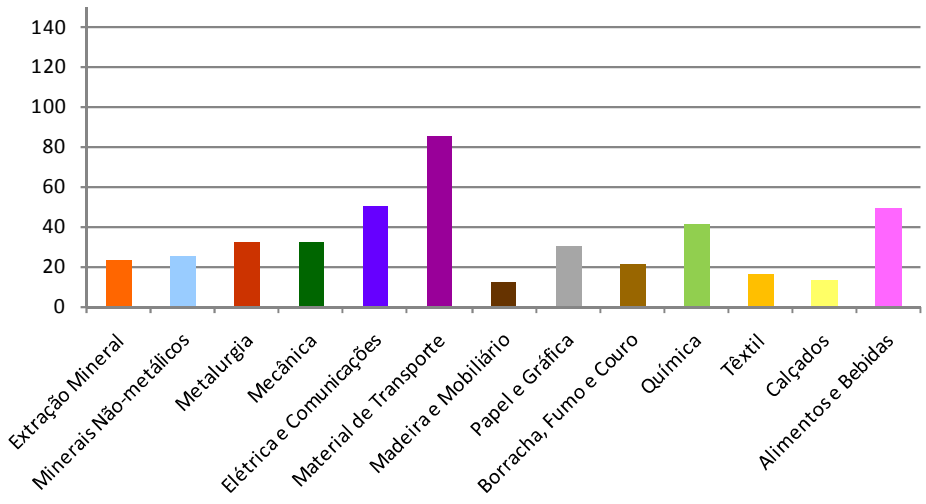
Em 1990, todos os setores analisados tiveram redução da média de empregos por estabelecimento, com exceção apenas do setor de alimentos e bebidas, que praticamente se manteve estável, passando de 48 empregos por estabelecimento para 49 empregos por estabelecimento.

A média geral do Município caiu significativamente entre 1985 e 1990, pois passou de 36 empregos por estabelecimento em 1985 para 27 empregos por estabelecimento em 1990.

O setor que teve maior redução na média do número de empregos por estabelecimento foi o de material elétrico e comunicação, que reduziu de uma média de 69 para 50 empregos por estabelecimento. Em seguida, o setor de material de transporte também teve alta reestruturação, reduzindo de 100 para 85 empregos por estabelecimento, na média.

O Gráfico 12 a seguir mostra ainda a predominância do setor de material de transporte como o setor que mais empregava por estabelecimento no Município em 1990, seguido pelo setor de material elétrico e comunicação e pela indústria de alimentos e bebidas.

Gráfico 12: Setores industriais por média de empregos por estabelecimento – Município de São Paulo, 1990

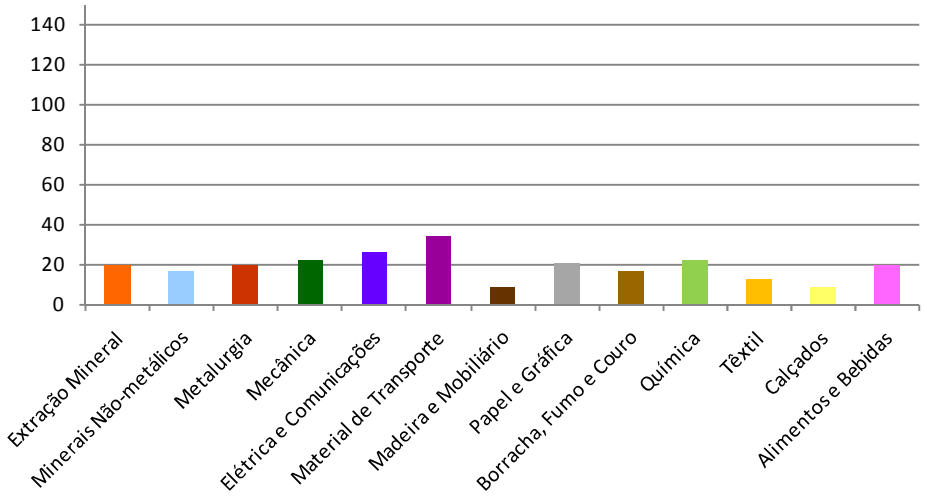


Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1990.

De 1990 para 1995 todos os setores, sem exceção, tiveram a média do número de empregos por estabelecimento reduzida. Essa redução, diferentemente do que ocorreu entre 1985 e 1990, foi bem acentuada. O setor de material de transporte, por exemplo, reduziu de 85 para 35 empregos por estabelecimento em média. A indústria de alimentos e bebidas também foi um dos setores que mais reduziu, passando de 49 empregos por estabelecimento, na média, para 19 empregos por estabelecimento. O terceiro setor que mais reduziu foi o de material elétrico e comunicação, que caiu de 50 empregos por estabelecimento, na média, para 27 empregos por estabelecimento.

O Gráfico 13 a seguir mostra essa nova configuração do porte dos estabelecimentos, definido pela média do número de empregos por estabelecimento. Nota-se que, mesmo com a redução, o setor de material de transporte ainda era o que mais empregava por estabelecimento, seguido do setor de material elétrico e de comunicação. O gráfico também mostra que as indústrias de extração mineral, metalúrgica, mecânica, papel e gráfica, química e alimentos e bebidas tinham o mesmo padrão de número de empregos por estabelecimento.

Gráfico 13: Setores industriais por média de empregos por estabelecimento – Município de São Paulo, 1995



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1995.

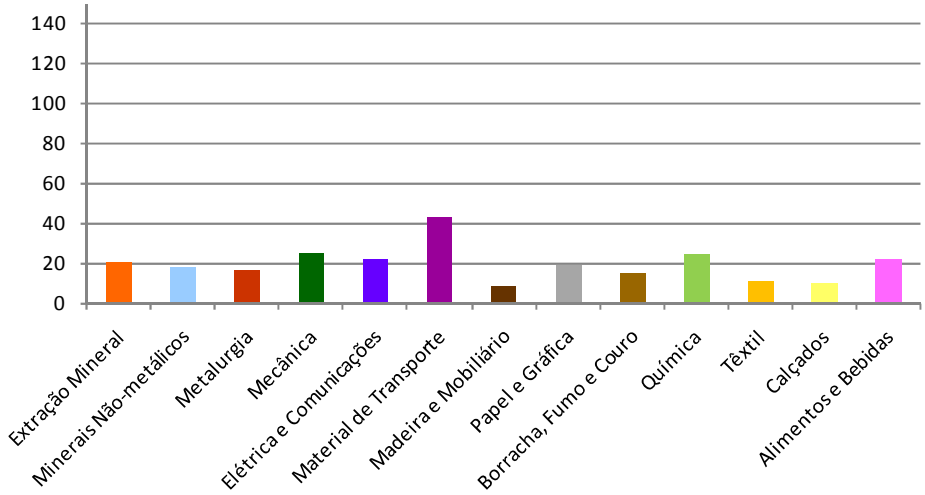
Em 2000, a média geral de empregos do setor industrial por estabelecimento do Município se manteve praticamente igual a 1995. De 17 empregos por estabelecimento

passou para 18. A média desses dois anos foi bem diferente de 1990 e de 1985, quando a média era 27 e 36 empregos por estabelecimento, respectivamente.

Para a manutenção dessa média geral, muitos setores reduziram o número de empregos por estabelecimento e muitos outros aumentaram. Os setores que reduziram foram metalurgia, material elétrico e comunicação, madeira e mobiliário, papel e gráfica, borracha, fumo e couro e indústria têxtil. Já os que aumentaram a média do número de empregos por estabelecimento foram o de extração mineral, o de minerais não-metálicos, o setor de mecânica, de material de transporte, químico, calçados e alimentos e bebidas.

O Gráfico 14 a seguir mostra a predominância do setor de material de transporte, ainda com a maior média de empregos por estabelecimento, apesar de sua boa redução desde 1985. Em seguida apareciam o setor de mecânica, material elétrico e comunicação, química e alimentos e bebidas.

Gráfico 14: Setores industriais por média de empregos por estabelecimento – Município de São Paulo, 2000



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2000.

O ano de 2005 manteve o mesmo padrão da média de número de empregos por estabelecimento do ano 2000 e de 1995, com 18 empregos por estabelecimento. Ou seja, essa média se manteve como padrão estável nos últimos dez anos.

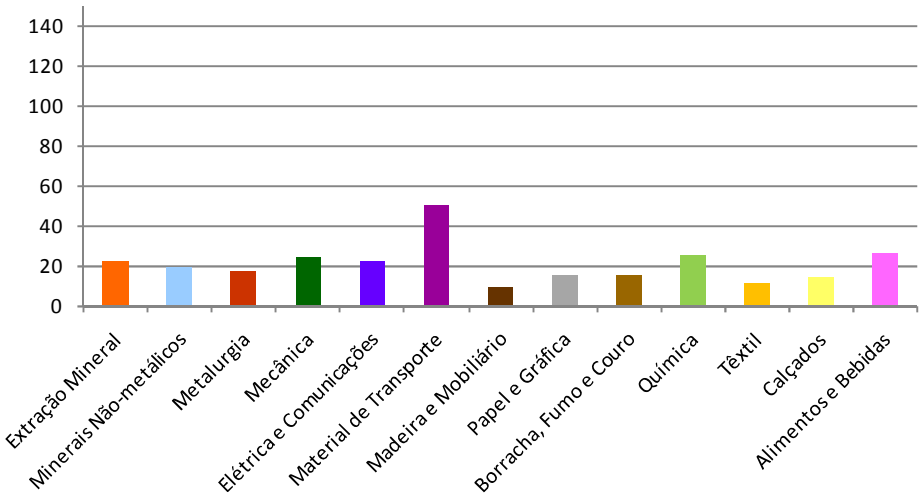
De 2000 para 2005 apenas o setor de papel e gráfica reduziu a média de empregos por estabelecimento, de 19 para 15 empregos. Sete setores, extração mineral, minerais não-

metálicos, material de transporte, madeira e mobiliário, química, calçados e alimentos e bebidas, aumentaram essa média. Os outros setores mantiveram suas médias do ano 2000. Foram eles: metalúrgico, material elétrico e comunicação, borracha, fumo e couro e têxtil.

O Gráfico 15 a seguir mostra a indústria de material de transporte como o setor que mais emprega por estabelecimento no Município, mesmo com as sucessivas reduções que ocorreram ao longo dos anos anteriores. O restante dos setores aparece com uma média geral de 18 empregos por estabelecimento, que se manteve nos últimos dez anos, e que configura São Paulo com um parque industrial formado por estabelecimentos de pequeno porte.

O Município de São Paulo chega em 2005 com os setores de material de transporte, alimentos e bebidas, química e mecânica, material elétrico e comunicação, mineral não-metálico e metalurgia como sendo os seis setores industriais com maior média de empregos por estabelecimento.

Gráfico 15: Setores industriais por média de empregos por estabelecimento – Município de São Paulo, 2005



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2005.

Conclui-se, em relação à análise pela média de empregos por estabelecimento, que entre 1985 e 2005 o setor de material de transporte manteve-se como sendo o setor industrial com maior média de empregos por estabelecimento no Município. Entretanto,

mesmo esse setor, com uma média em 2005 de 50 empregos por estabelecimento não é configurado como uma indústria de médio ou grande porte.

A Tabela 47 abaixo faz a comparação entre os setores que tinham maior média de empregos por estabelecimento entre 1985 e 2005.

Tabela 47: Comparação por média de empregos por estabelecimento entre 1985 e 2005

Setor industrial	Média de emprego por estabelecimento	
	1985	2005
Mat. De Transporte	100	50
Mat. Elétrico e Comic.	69	22
Ind. Química	49	25
Alimentação e Bebidas	48	27
Metalurgia	41	17
Mecânica	39	25
Papel e Gráfica	38	15
Mineral Não-metálico	30	19
Extrativa Mineral	29	22
Borracha, Fumo e Couro	29	15
Ind. Têxtil	25	12
Ind. De Calçados	21	14
Madeira e mobiliário	18	10
Média geral	**36**	**18**

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS,1985 e 2005.

Em 1985 o setor de material elétrico era o segundo setor com maior média de empregos por estabelecimento no Município, mas perdeu a posição para o setor de alimentos e bebidas em 2005, e caiu para o quarto lugar nesse ano. O setor químico manteve-se em terceiro, mas o setor mecânico o alcançou e permaneceu empatado em terceiro lugar com o setor químico.

5.1.4 Considerações sobre as análises dos setores

O conjunto de análises acima, feitas sobre os setores industriais presentes no Município de São Paulo entre 1985 e 2005, mostrou que o Município passou por transformações do ponto de vista da atividade industrial nesse período. São Paulo tinha em 1985 como os cinco setores industriais predominantes o setor têxtil, metalúrgico, químico, borracha, fumo e couro, material elétrico e comunicação e papel e gráfica. E chegou em 2005 com destaque para cinco setores industriais predominantes, apontados tanto por número de estabelecimentos quanto por número de empregos. São eles: indústria têxtil, setor metalúrgico, indústria química, indústria de papel e gráfica e indústria de alimentos e bebidas.

Quadro 4: Setores industriais predominantes – Município de São Paulo, 1985

Setores industriais predominantes no MSP em 1985			
por número de estabelecimentos		**por número de pessoal ocupado**	
1	Têxtil	1	Têxtil
2	Metalúrgico	2	Metalúrgico
3	Borracha, Fumo e Couro	3	Químico
4	Químico	4	Material Elétrico e Comunicação
5	Papel e Gráfica	5	Papel e Gráfica

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985.

Quadro 5: Setores industriais predominantes – Município de São Paulo, 2005

Setores industriais predominantes no MSP em 2005			
por número de estabelecimentos		**por número de pessoal ocupado**	
1	Têxtil	1	Têxtil
2	Metalúrgico	2	Químico
3	Papel e Gráfica	3	Alimentos e Bebidas
4	Químico	4	Metalúrgico
5	Alimentos e Bebidas	5	Papel e Gráfica

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2005.

Ou seja, entre 1985 e 2005 alguns setores deixaram de configurar entre os setores industriais predominantes no Município de São Paulo, como foi o caso do setor de material elétrico e comunicação e do setor de borracha, fumo e couro.

Outros setores adquiriram importância nesse período, do ponto de vista do número de estabelecimentos e de pessoal ocupado na indústria, como o setor de alimentos e bebidas. E outros ainda se mantiveram como setores predominantes. Foi o caso da indústria têxtil, da indústria química, metalúrgica e papel e gráfica.

A seguir serão analisados os distritos do Município de São Paulo para entender quais distritos concentravam a maior parte dos estabelecimentos industriais e/ou a maior parte do pessoal ocupado na indústria.

5.2 Avaliação por distritos do Município de São Paulo

A seguir são apresentadas as análises gerais dos distritos do Município de São Paulo e sua dinâmica de transformação da atividade industrial nos anos 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005. Essa análise é feita primeiramente tendo como referência o número de estabelecimentos, depois, tendo como referência o número de empregos e, por último, tendo a média de empregos por estabelecimento como referência.

Análise geral dos distritos por número de estabelecimento

Na análise por distritos nota-se que, em 1985, a maior parte dos estabelecimentos estava concentrada nos distritos do Brás e Bom Retiro. O Brás, com 1.680 estabelecimentos, concentrava 7,5% do total de estabelecimentos da cidade, e o distrito do Bom Retiro, com 1.615 estabelecimentos, concentrava 7,2%.

Depois do Brás e Bom Retiro, os distritos com maior concentração de número de estabelecimentos eram Ipiranga e Itaim Bibi, com 731 e 617 estabelecimentos, respectivamente. Na faixa entre 500 e 600 estabelecimentos estavam os distritos de Vila Maria, Saúde e Santo Amaro.

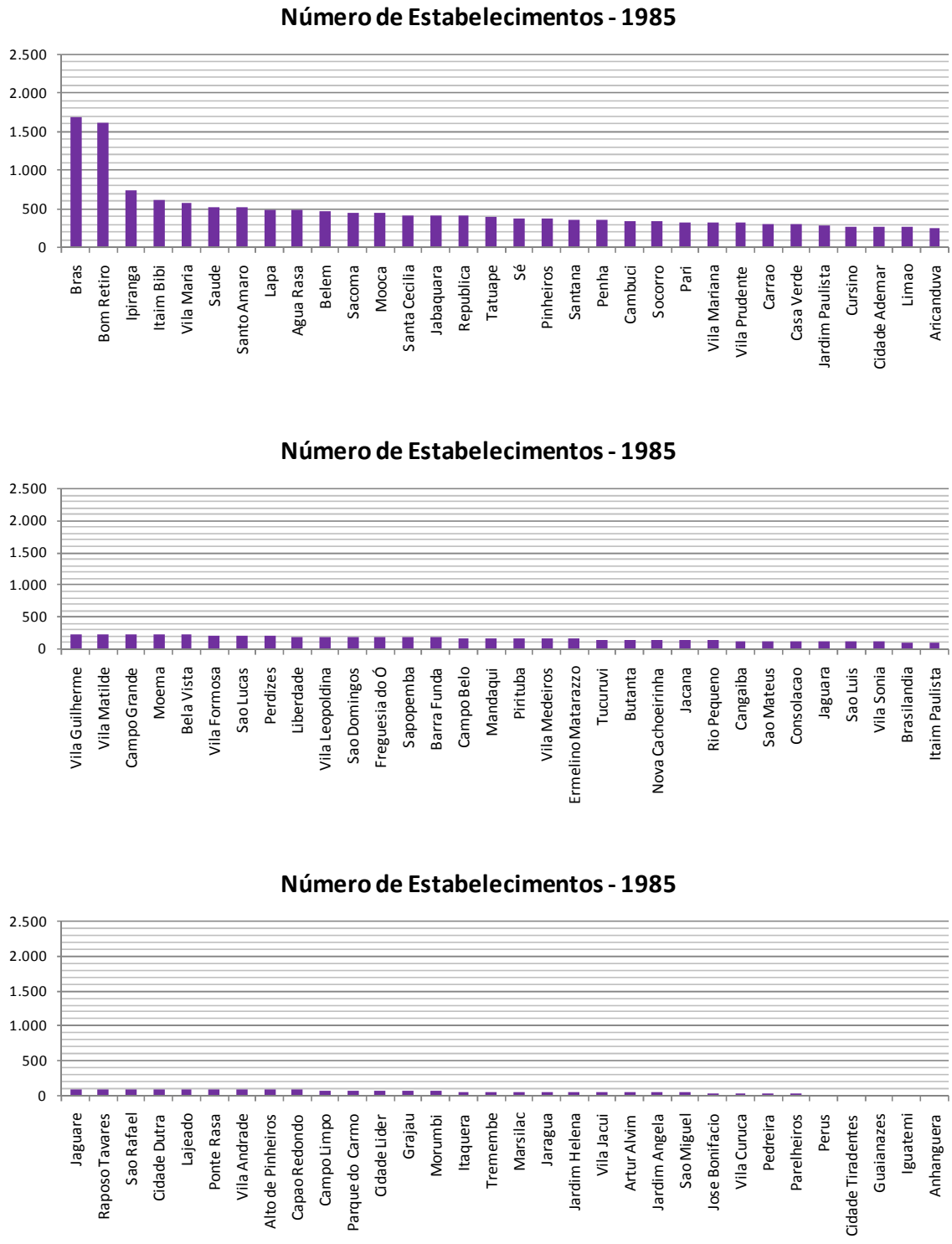
Nove distritos estavam na faixa entre 400 e 500 estabelecimentos, onze distritos estavam na faixa entre 300 e 400 estabelecimentos e treze distritos estavam na faixa entre 200 e 300 estabelecimentos. Havia 24 distritos que concentravam entre 100 e 200 estabelecimentos em 1985 e 32 distritos que concentravam abaixo de 100 estabelecimentos.

Em 50 dos 96 distritos da capital o setor têxtil era o setor industrial predominante em número de estabelecimentos. A indústria metalúrgica predominava em 28 distritos e a indústria metalúrgica em 11 distritos.

A indústria de Materiais Elétricos e Comunicação era predominante, em número de estabelecimentos, nos distritos de República e Campo Grande, além do Jabaquara, que também tinha o mesmo número de estabelecimentos da indústria metalúrgica.

Os gráficos a seguir mostram o número de estabelecimentos de todos os distritos do Município em 1985 e destacam a predominância do Brás e Bom Retiro.

Gráfico 16: Distritos por número de estabelecimentos – Município de São Paulo, 1985



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985.

Em 1990 os distritos do Brás e Bom Retiro continuam na liderança dos distritos que concentram o maior número de estabelecimentos no Município. Tanto o Brás quanto o Bom Retiro aumentaram em número de estabelecimentos em relação a 1985. O Brás

tinha 1.680 em 1985 e passou a ter 1.962 em 1990. Já o Bom Retiro tinha 1.615 e passou a ter 1.853 estabelecimentos em 1990.

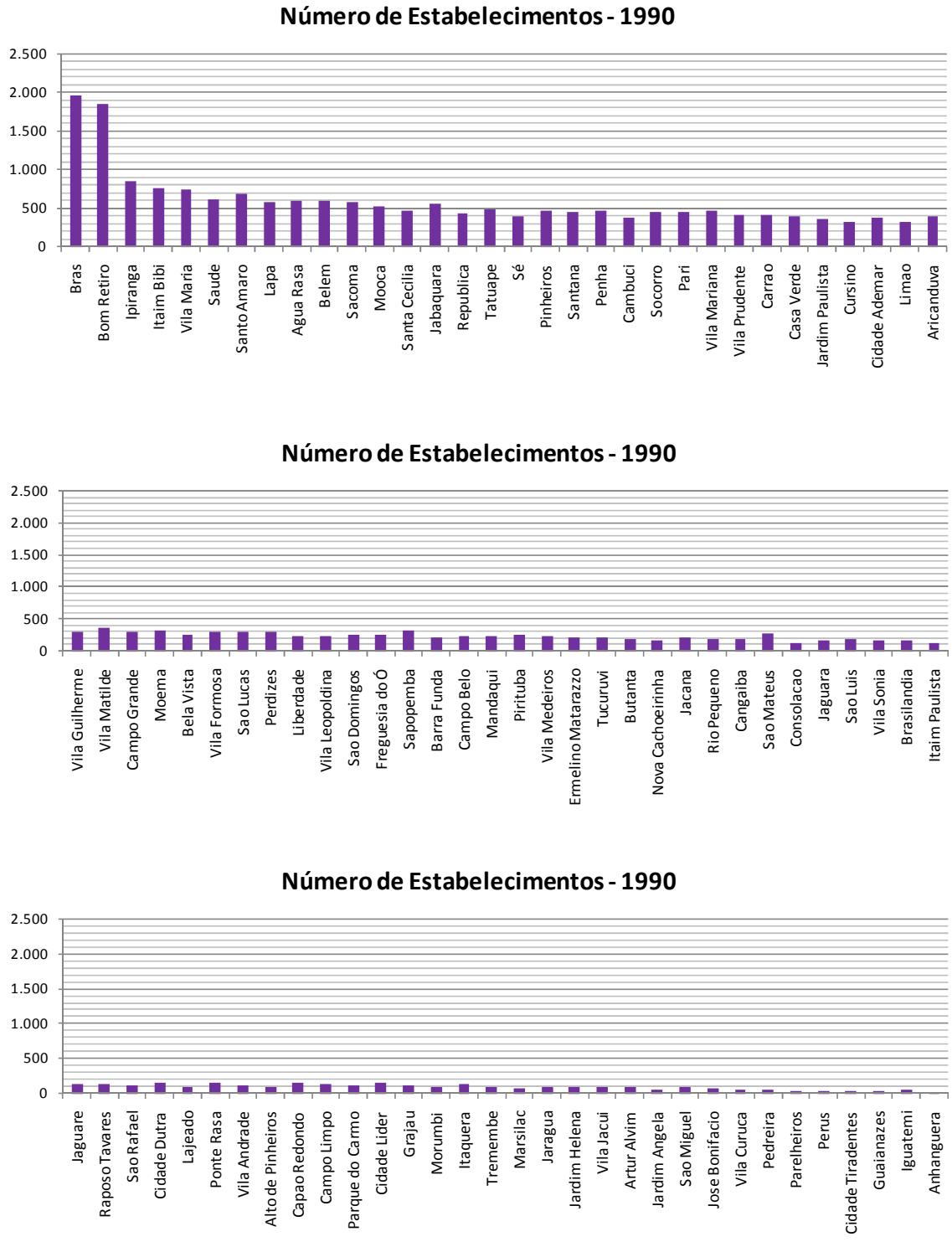
Os distritos de Ipiranga, Itaim Bibi e Vila Maria também aumentaram em número de estabelecimentos industriais e mantiveram as mesmas posições que ocupavam em 1985 de segundo, terceiro e quarto lugar, respectivamente, entre os distritos com maior número de estabelecimentos fabris.

O distrito da Saúde perdeu estabelecimentos industriais e, com isso, a posição que ocupava em 1985 de sexto distrito com maior número de estabelecimentos industriais, caindo para sétima posição em 1990. Com isso, o distrito de Santo Amaro passou a ocupar a sexta posição, com um aumento significativo de estabelecimentos que passaram de 522 em 1985 para 684 em 1990.

Dos distritos com mais de 500 estabelecimentos industriais presentes no Município em 1990 ainda faziam parte, em ordem de importância, Água Rasa, com 593 estabelecimentos, Belém, com 585 estabelecimentos, Lapa, com 574 estabelecimentos, Sacomã, com 570 estabelecimentos, Jabaquara, que passou de 411 estabelecimentos em 1985 para 563 em 1990, e Mooca, com 526 estabelecimentos. Água Rasa e Belém superaram a Lapa, em 1990, em número de estabelecimentos e o Jabaquara foi um dos distritos que teve aumento mais significativo de número de estabelecimentos entre 1985 e 1990.

Os gráficos a seguir têm como referência a ordem de importância dos distritos de 1985, o que possibilita a comparação dos distritos que ganharam ou perderem posição em 1990.

Gráfico 17: Distritos por número de estabelecimentos – Município de São Paulo, 1990



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1990.

Entre 1990 e 1995, como já apontou o estudo acima para o quadro geral do número total de estabelecimentos no Município, houve diminuição de estabelecimentos

industriais em todos os distritos que configuravam em 1990 com mais de 500 estabelecimentos.

O Brás e o Bom Retiro ainda ocupavam a liderança, mesmo tendo reduzido o número de estabelecimentos de 1.962 para 1.683, no caso do Brás, e de 1.853 para 1.567, no caso do Bom Retiro.

O distrito do Ipiranga, que reduziu de 845 em 1990 para 750 estabelecimentos em 1995, perdeu a posição de terceiro distrito com maior número de estabelecimentos fabris para o Itaim Bibi, que também reduziu em número de estabelecimentos de 753 em 1990 para 751 em 1995.

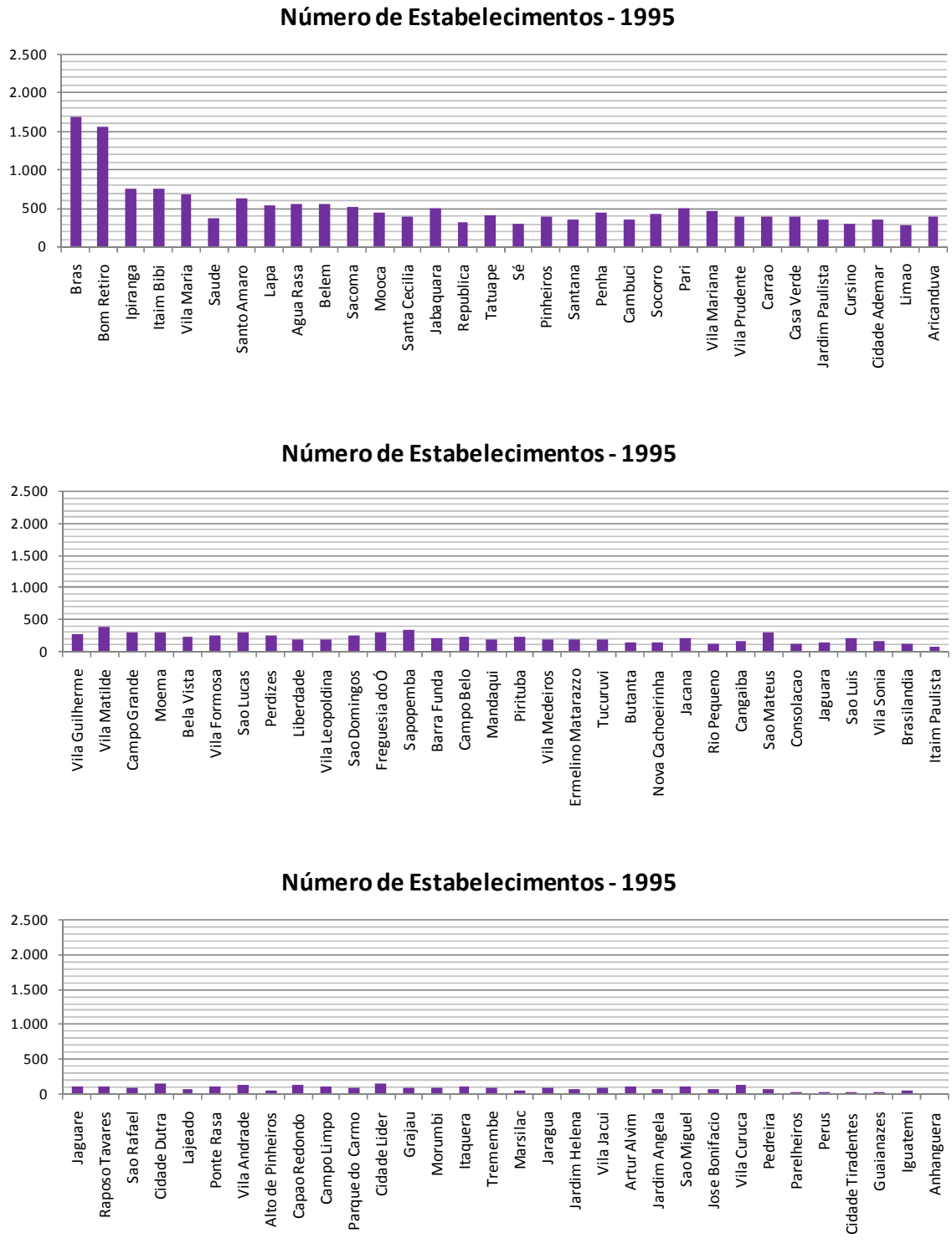
Em quinto lugar continuava o distrito de Vila Maria, mesmo tendo reduzido o número de estabelecimentos industriais, e em sexto também se manteve o distrito de Santo Amaro.

O distrito da Saúde, que ocupava a sexta colocação em 1990, teve redução drástica do número de estabelecimentos, de 607 em 1990 para 381 em 1995, perdendo posição entre os dez distritos com maior número de estabelecimentos industriais em 1995.

Ainda com mais de 500 estabelecimentos industriais em 1995 estavam os distritos de Belém, Água Rasa, Lapa e Sacomã, que ocupavam a sétima a décima colocação. Os distritos do Jabaquara e Mooca, que em 1990 tinham mais de 500 estabelecimentos industriais, deixaram esse grupo de distritos por terem reduzido o número de estabelecimentos para menos de 500 em 1995.

Os gráficos a seguir também mantêm como referência a ordem de importância dos distritos em 1985, o que nos permite uma melhor comparação entre eles.

Gráfico 18: Distritos por número de estabelecimentos – Município de São Paulo, 1995



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1995.

De 1995 para 2000 também houve queda no número de estabelecimentos industriais, principalmente nos distritos com mais de 500 estabelecimentos em 1995. Mesmo assim, o Brás e o Bom Retiro continuavam com sua posição de liderança isolada, sendo os distritos com maior número de estabelecimentos industriais em 2000. O Brás reduziu de

1.683 estabelecimentos em 1995 para 1.598 estabelecimentos em 2000 e o Bom Retiro reduziu de 1.567 para 1.451 estabelecimentos no mesmo período.

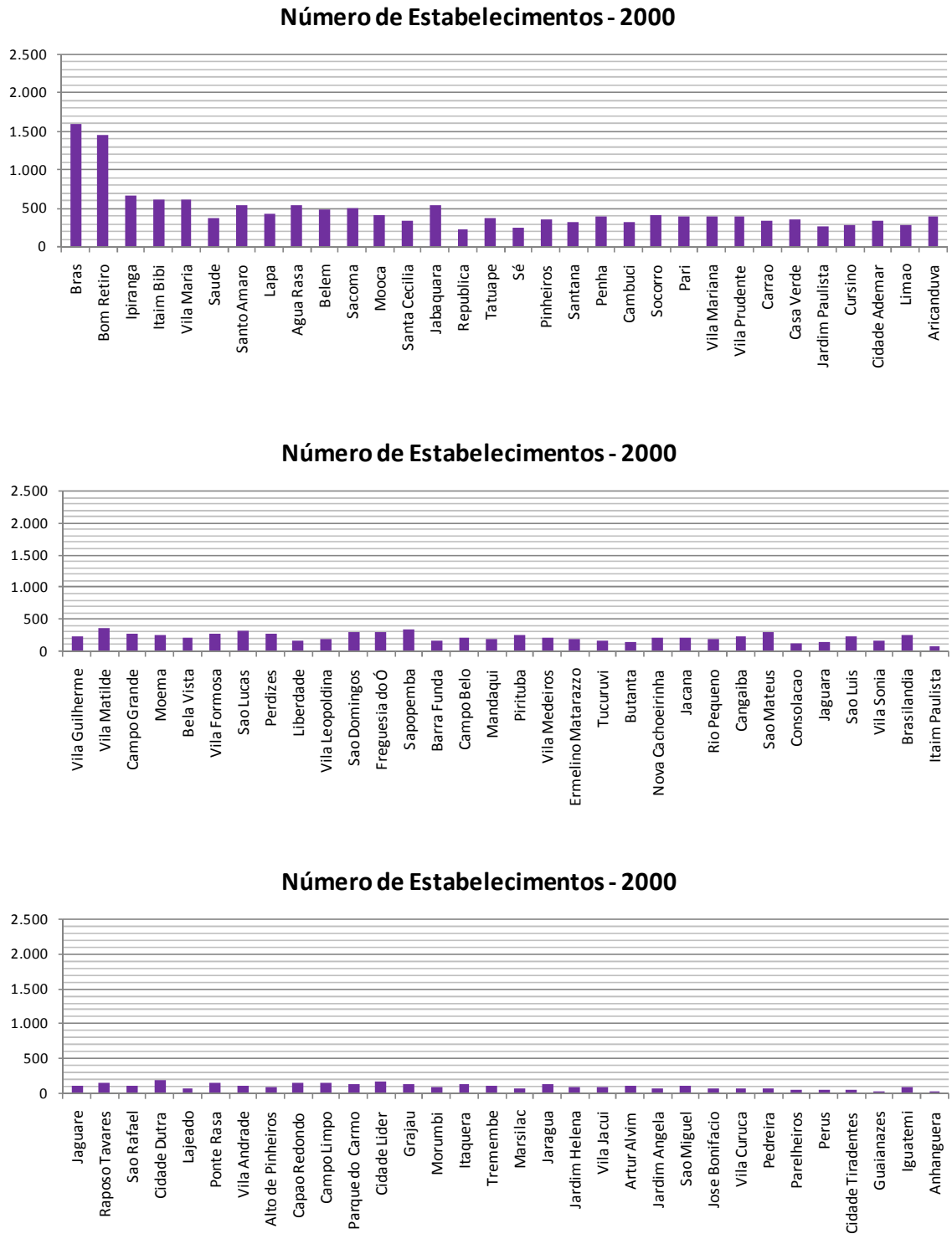
O distrito do Ipiranga recuperou sua posição de terceiro lugar, mesmo tendo perdido 92 estabelecimentos entre 1995 e 2000. Vila Maria, que passou de 689 estabelecimentos para 613 estabelecimentos, ocupou a quarta posição e o Itaim Bibi caiu para a quinta colocação quando reduziu de 751 estabelecimentos em 1995 para 608 estabelecimentos em 2000.

Santo Amaro continuava com a sexta colocação, apesar da redução de 628 estabelecimentos para 536 estabelecimentos em cinco anos. Os distritos de Lapa e Belém, no entanto, deixaram de ter mais de 500 estabelecimentos em 2000 e perderam suas posições para Jabaquara, Água Rasa e Sacomã.

O distrito do Jabaquara foi o único entre esses nove distritos com mais de 500 estabelecimentos que aumentou o número de estabelecimentos industriais no período de 1995 e 2000. Água Rasa reduziu de 552 estabelecimentos para 531 e Sacomã reduziu de 522 estabelecimentos para 500.

Lapa e Belém, que saíram da lista dos distritos com mais de 500 estabelecimentos em 2000, reduziram de 536 estabelecimentos para 432 estabelecimentos, no caso da Lapa, e de 561 para 479 estabelecimentos, no caso do Belém. O distrito da Saúde, que já havia saído da lista dos 500 em 1995, teve redução de estabelecimentos em 2000. Os gráficos a seguir mostram essa movimentação, tendo como referência os distritos de 1985.

Gráfico 19: Distritos por número de estabelecimentos – Município de São Paulo, 2000



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2000.

Diferente dos dois períodos anteriores, entre 2000 e 2005 houve aumento no número de estabelecimentos dos distritos com mais de 500 estabelecimentos presentes no Município de São Paulo. Brás, que aumentou de 1.598 para 1.867 estabelecimentos entre 2000 e 2005, e Bom Retiro, que aumentou de 1.451 para 1.474 estabelecimentos

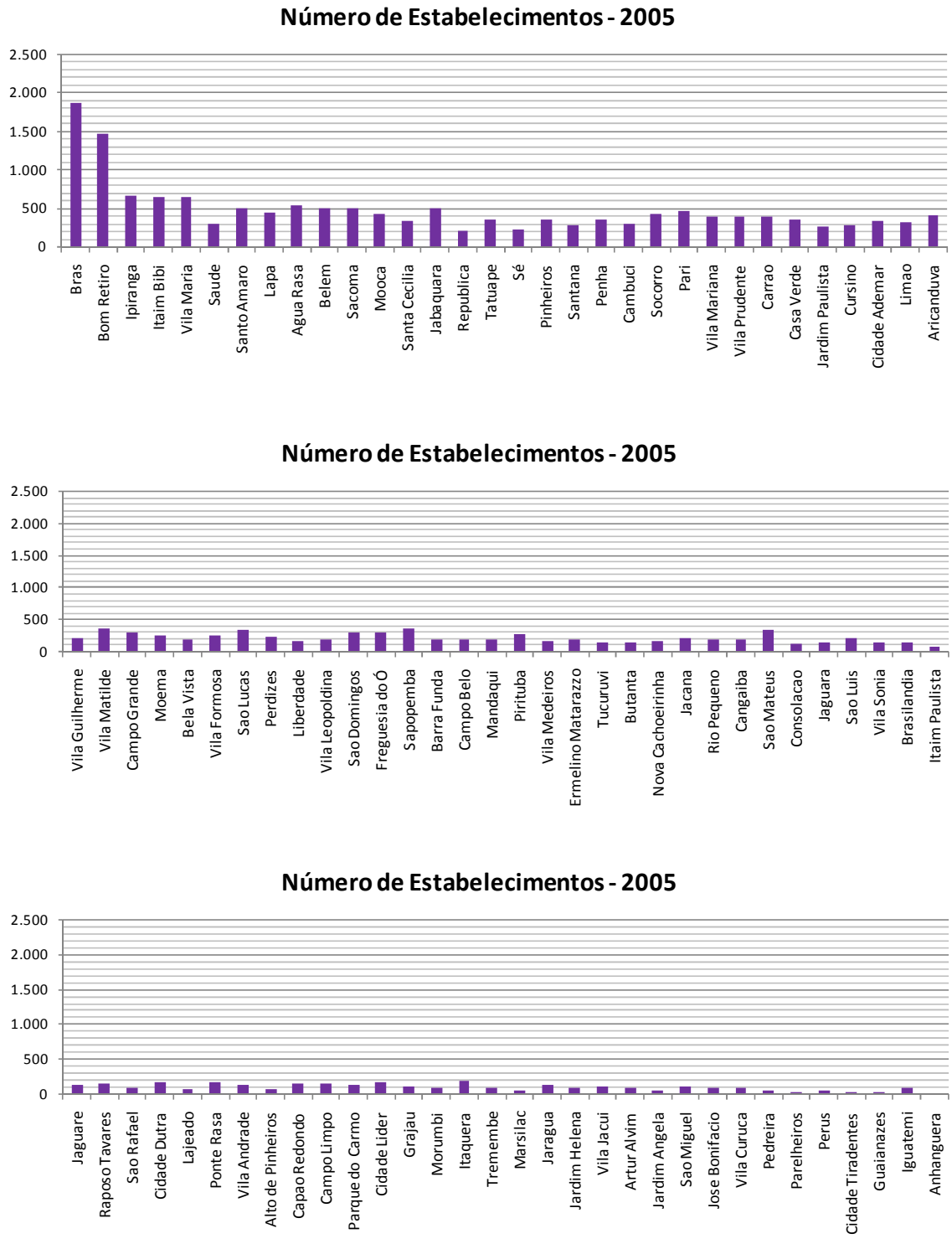
no mesmo período, continuaram sendo os distritos com maior número de estabelecimentos industriais no Município em 2005.

O distrito do Ipiranga também manteve sua colocação de terceiro distrito com maior número de estabelecimentos do Município, com um aumento de 658 para 664 estabelecimentos entre 2000 e 2005. O distrito do Itaim Bibi recuperou sua posição de quarto lugar que havia perdido para o distrito de Vila Maria em 2000 e, por conseqüência, o distrito de Vila Maria passou de quarta para a quinta colocação. Em seguida, Santo Amaro, que reduziu o número de estabelecimentos de 536 para 508, perdeu sua colocação para o distrito da Água Rasa, que aumentou o número de estabelecimentos de 531 para 547, e passou para a sétima posição.

O distrito do Belém voltou à lista dos 500 distritos com maior número de estabelecimentos em 2005, pois passou de 479 para 508 estabelecimentos. Atrás do Belém vinha o Jabaquara e depois o Sacomã que, em cinco anos, perdeu apenas um estabelecimento industrial e estatisticamente saiu da lista dos 500 distritos com maior número de estabelecimentos em 2005, pois passou a ter 499 estabelecimentos.

O Jabaquara, que ocupava a sétima colocação em 2000, foi, entre esses distritos, o que mais perdeu estabelecimentos. Passou de 534 para 499 estabelecimentos entre 2000 e 2005 e, assim como o Sacomã, estatisticamente saiu da lista dos distritos com mais de 500 estabelecimentos em 2005. Saúde e Lapa continuaram reduzindo o número de estabelecimentos e se mantiveram fora da lista dos distritos com mais de 500 estatisticamente saiu. Os gráficos a seguir mostram essas transformações.

Gráfico 20: Distritos por número de estabelecimentos – Município de São Paulo, 2005



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2005.

Com base na análise acima dos dados da RAIS, podem-se obter os distritos com maiores concentrações de estabelecimentos industriais no Município de São Paulo no período de 1985 a 2005. O quadro 6 abaixo mostra essa relação e possibilita a comparação entre os diferentes anos de análise.

Quadro 6: Distritos do Município de São Paulo com maior concentração de estabelecimentos industriais de 1985 a 2005

Distritos de maior concentração industrial no MSP - 1985 a 2005									
1985		1990		1995		2000		2005	
1	Brás	1	Brás	1	Brás	1	Brás	1	Brás
2	Bom Retiro	2	Bom Retiro	2	Bom Retiro	2	Bom Retiro	2	Bom Retiro
3	Ipiranga	3	Ipiranga	3	Itaim Bibi	3	Ipiranga	3	Ipiranga
4	Itaim Bibi	4	Itaim Bibi	4	Ipiranga	4	Vila maria	4	Itaim Bibi
5	Vila Maria	5	Vila Maria	5	Vila Maria	5	Itaim Bibi	5	Vila Maria
6	Saúde	6	Santo Amaro	6	Santo Amaro	6	Santo Amaro	6	Água Rasa
7	Santo Amaro	7	Saúde	7	Belém	7	Jabaquara	7	Santo Amaro
8	Lapa	8	Água Rasa	8	Água Rasa	8	Água Rasa	8	Belém
9	Água Rasa	9	Belém	9	Lapa	9	Sacomã	9	Jabaquara
10	Belém	10	Lapa	10	Sacomã	10	Belém	10	Sacomã

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

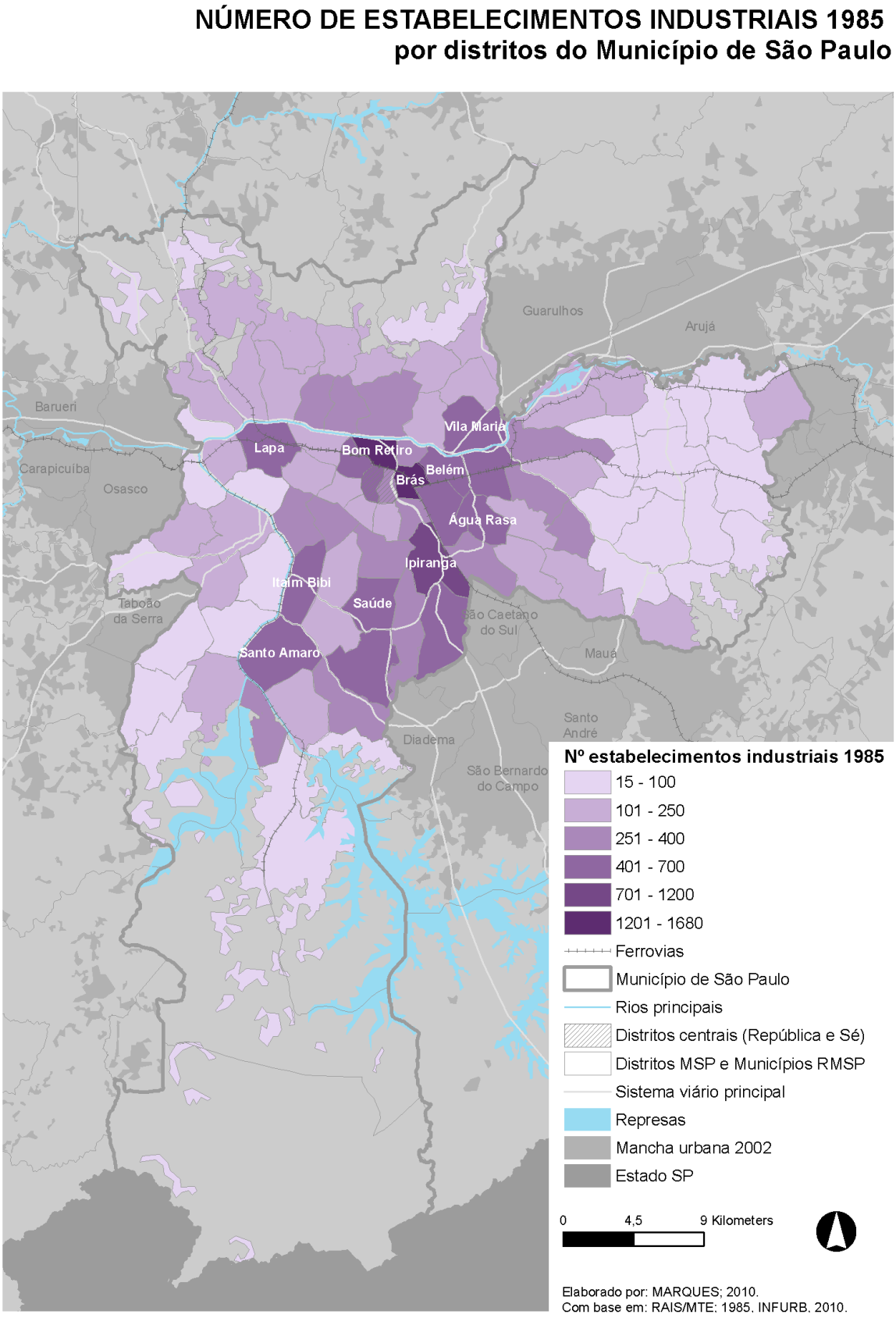
Com base no Quadro 6, observa-se que o distrito do Brás e do Bom Retiro se mantém na liderança entre os distritos de maior concentração de estabelecimentos industriais no Município de São Paulo de 1985 a 2005.

O distrito do Ipiranga, apesar de perder posição para o Itaim Bibi em 1995, também manteve sua terceira colocação na maioria dos anos estudados. Também na maioria dos anos, o distrito do Itaim Bibi preservou sua quarta colocação, da mesma maneira que o distrito da Vila Maria preservou sua quinta posição.

O distrito de Santo Amaro se manteve em sexto lugar em 1990, 1995 e 2000 e esteve em sétimo em 1985 e em 2005. Abaixo da sétima colocação até a décima posição entre os anos de 1985 a 2005 os distritos de Lapa, Belém e Água Rasa se revezavam.

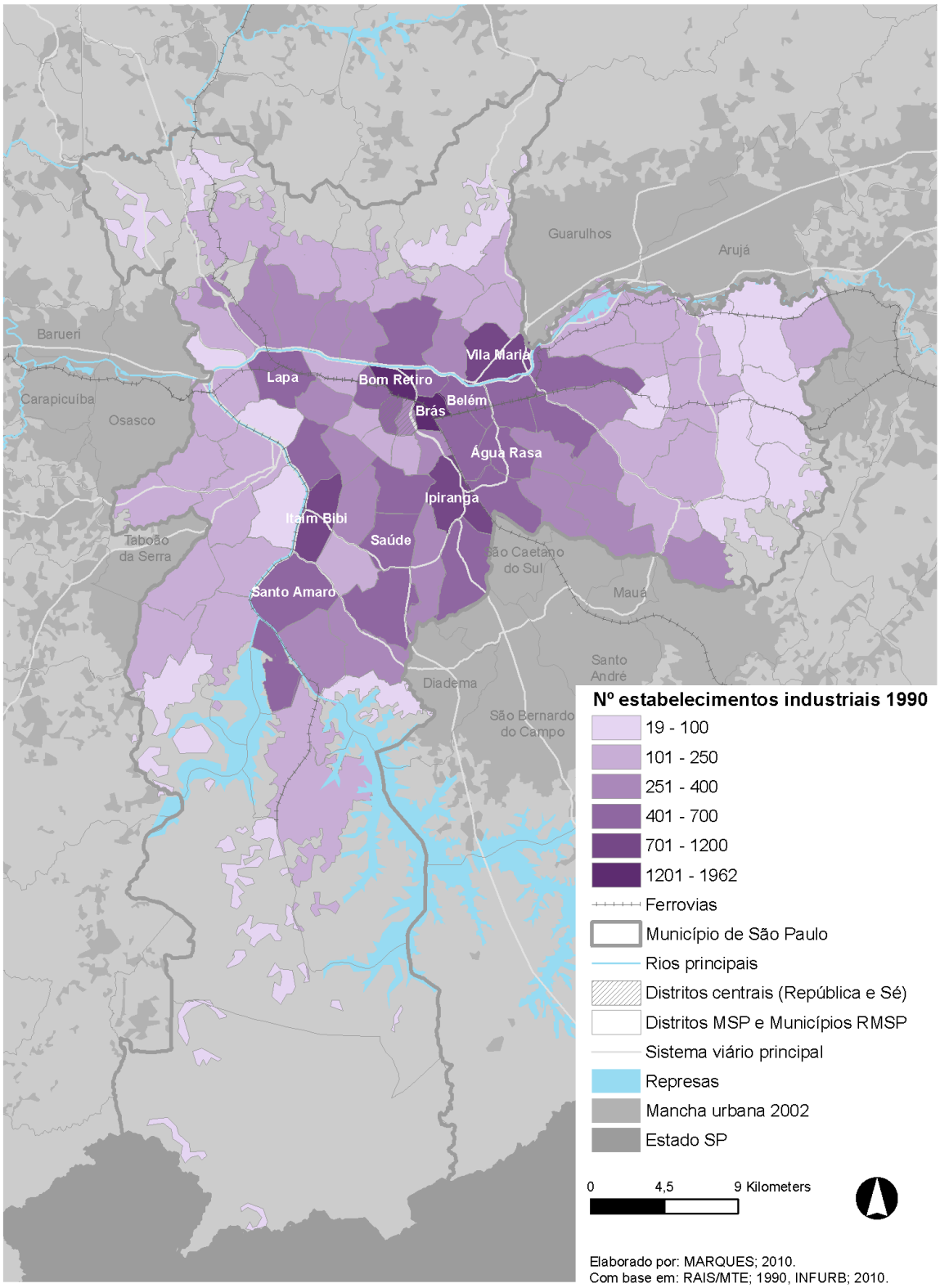
A seguir os mapas 45, 46, 47, 48 e 49 mostram os distritos do Município de São Paulo em função do número de estabelecimentos industriais presentes em cada um para os anos de 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Mapa 45: Número de estabelecimentos Industriais - Município de São Paulo, 1985



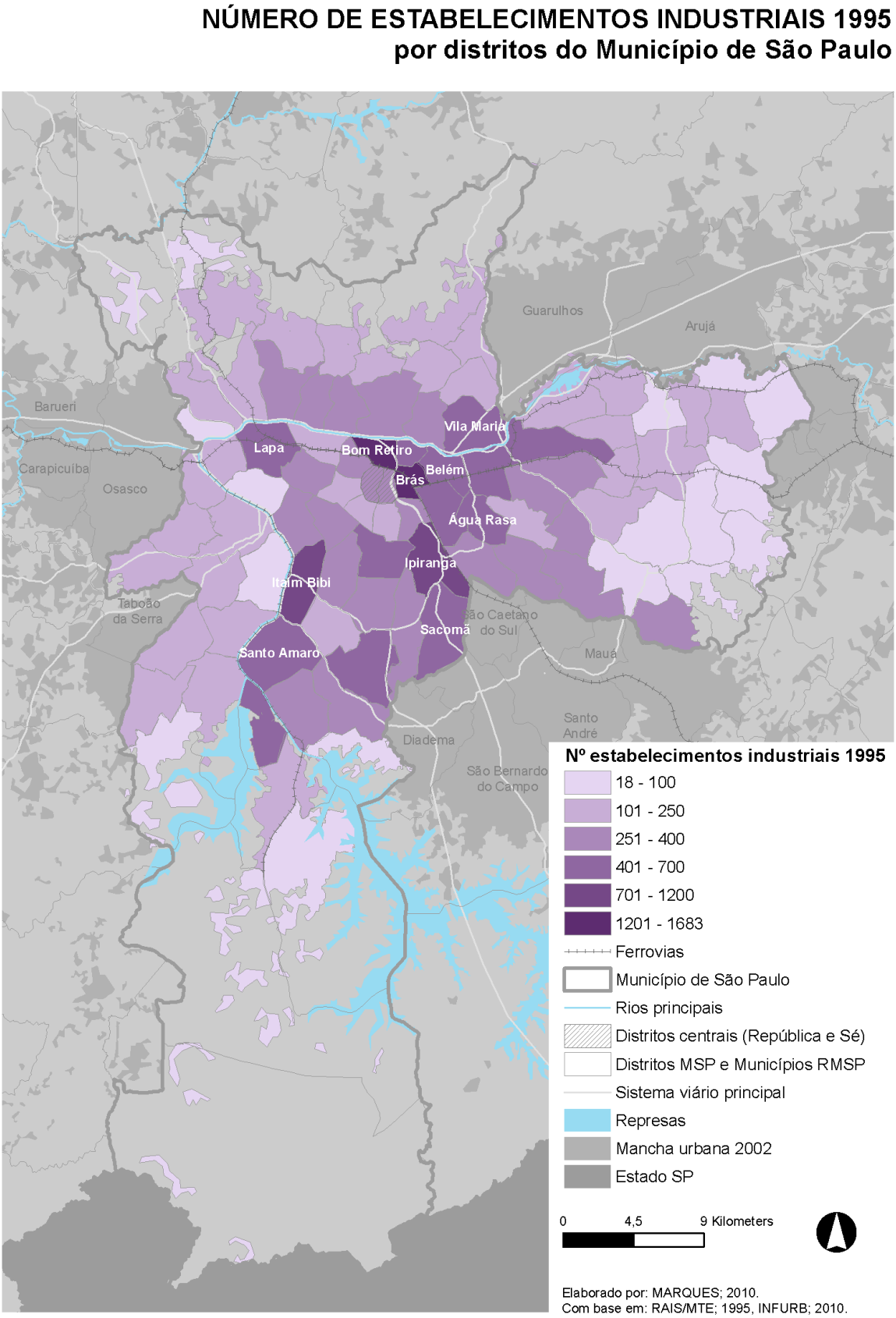
Mapa 46: Número de estabelecimentos Industriais – Município de São Paulo, 1990

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS 1990 por distritos do Município de São Paulo



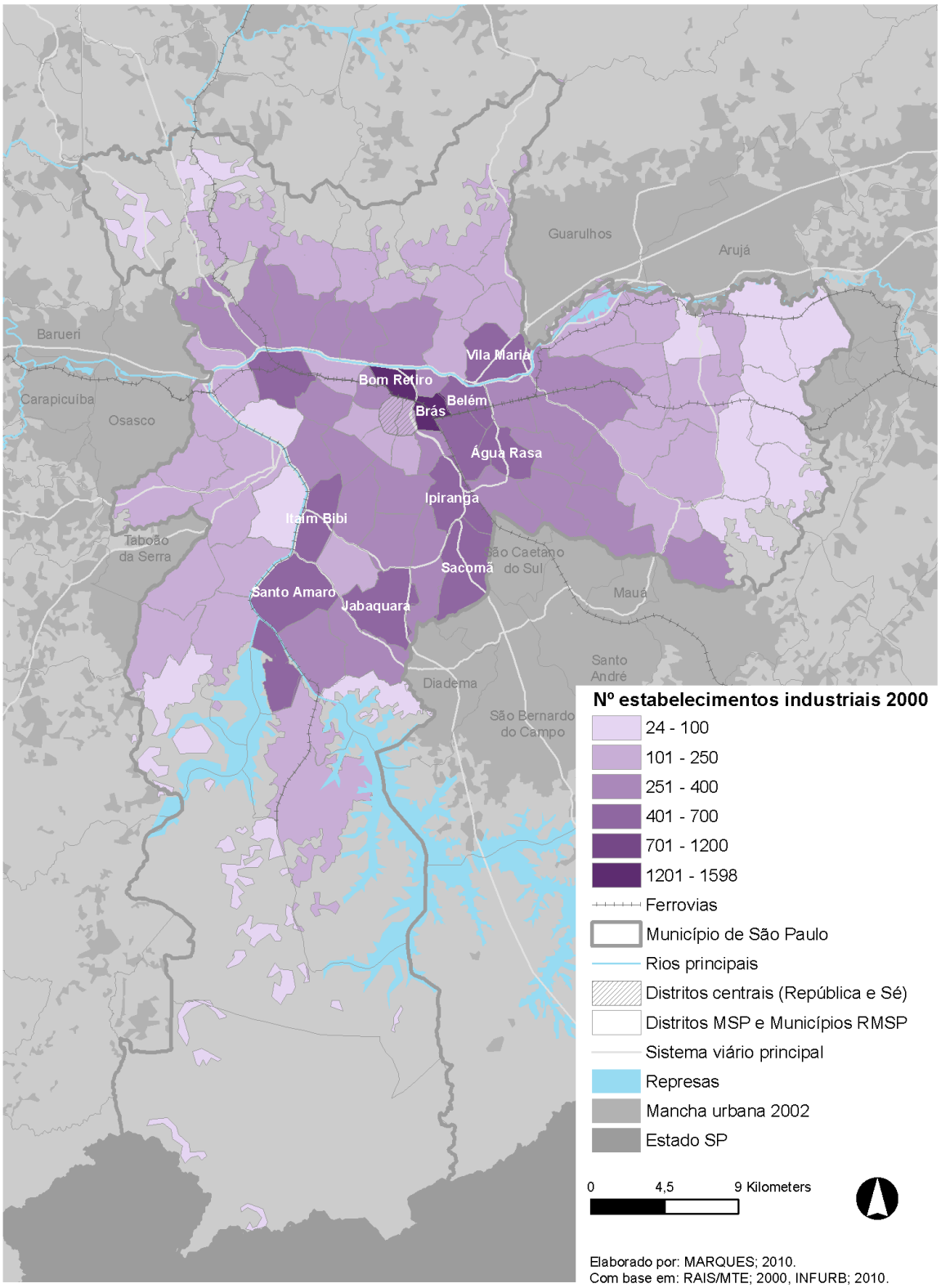
Elaborado por: MARQUES; 2010.
Com base em: RAIS/MTE; 1990, INFURB; 2010.

Mapa 47: Número de estabelecimentos Industriais – Município de São Paulo, 1995

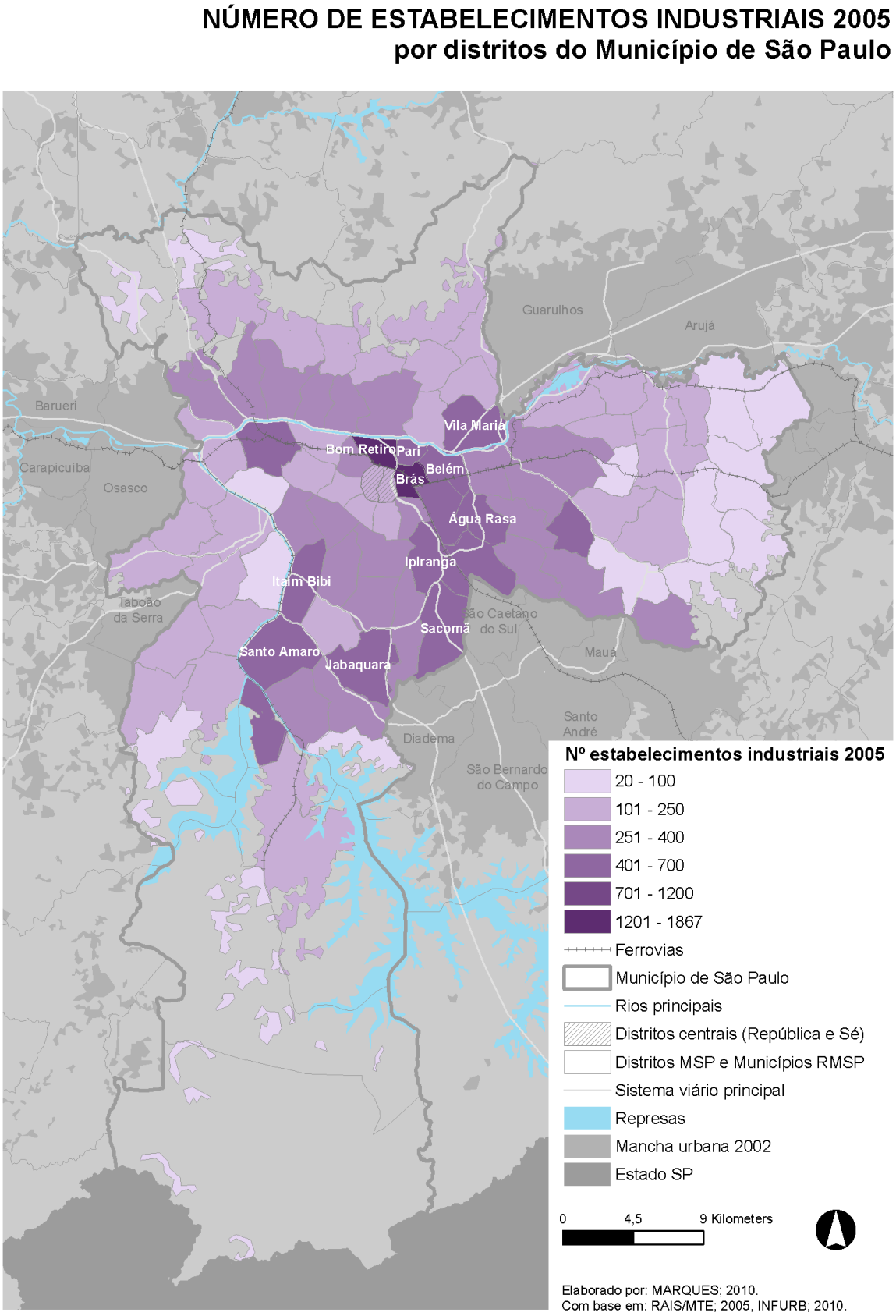


Mapa 48: Número de estabelecimentos Industriais – Município de São Paulo, 2000

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS 2000 por distritos do Município de São Paulo



Mapa 49: Número de estabelecimentos Industriais – Município de São Paulo, 2005



Análise geral dos distritos por número de empregos

Na análise por número de empregos, os distritos que mais concentravam pessoal ocupado na indústria em 1985 eram Santo Amaro, com 39.426 operários, e Bom Retiro, com 33.181 operários. O distrito do Ipiranga vinha em terceiro lugar, com 30.545 empregos, e o do Brás em quarto, com 27.887 empregos.

Santo Amaro, com esse número de operários, correspondia em 1985 a 5% de todo o pessoal ocupado na indústria do Município, que totalizava 809.614 pessoas. O distrito do Bom Retiro abrangia mais 4% e o distrito do Ipiranga mais 3,5%.

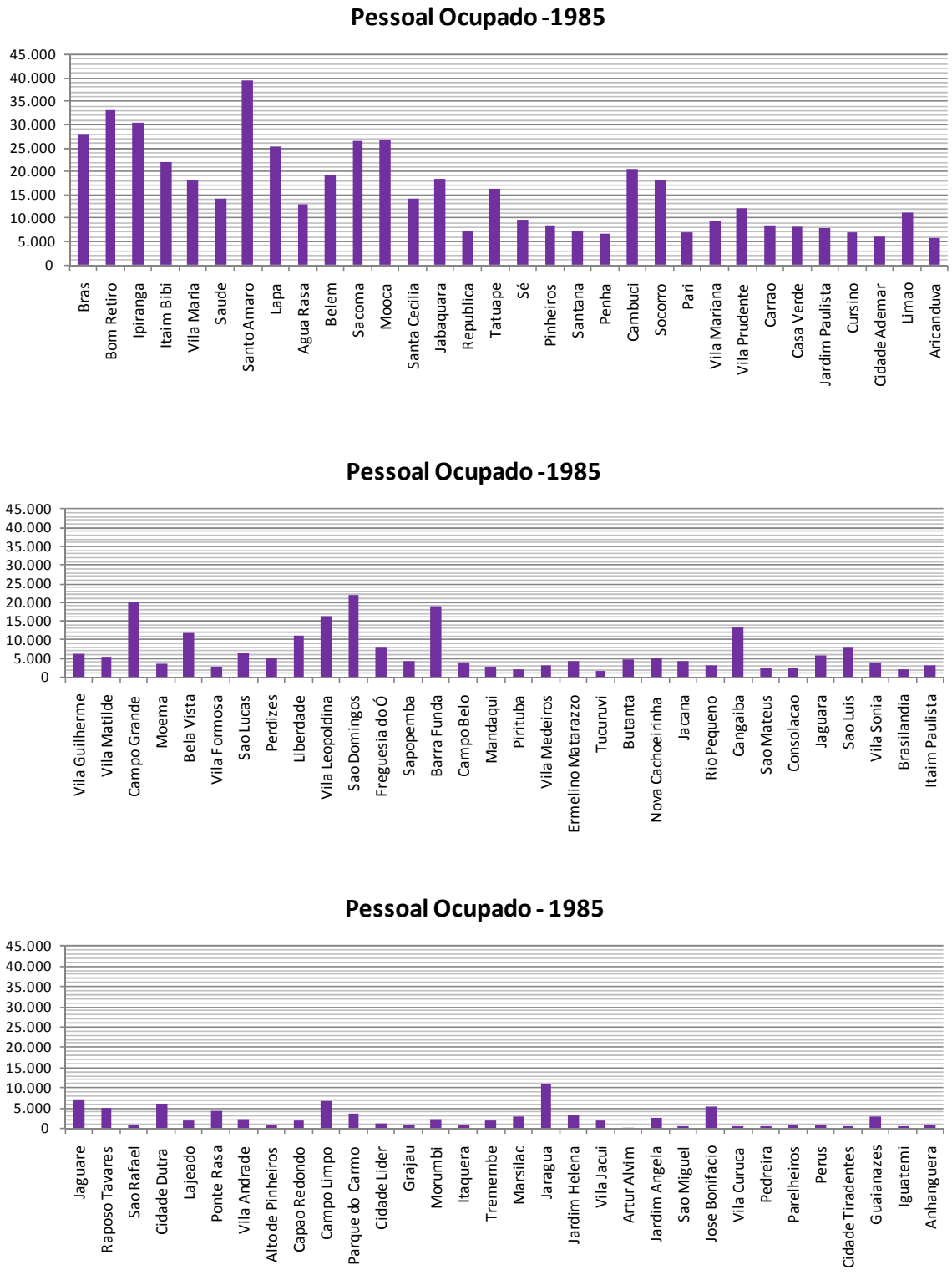
Para a análise do número de empregos selecionou-se os distritos com mais de 20.000 empregos, como referência para a análise. No entanto, todos os distritos aparecem nos gráficos abaixo, a fim de contemplar as informações não presentes na análise mais detalhada.

Sendo assim, atrás do Brás vinham Mooca, com 26.763 empregos, Sacomã, com 26.621 empregos, Lapa, com 25.402 empregos, Itaim Bibi, com 22.153 empregos, São Domingos, com 22.095 empregos, e Cambuci, com 20.589 empregos.

Os gráficos a seguir comparam o número de empregos por distrito, utilizando como base de referência a ordem de importância dos distritos por número de estabelecimentos de 1985.

Dessa maneira, acredita-se enriquecer a análise a partir do momento em que se facilita a comparação entre os distritos que tinham maior relevância pelo maior número de estabelecimentos e os distritos que tinham maior relevância pelo maior número de pessoal ocupado.

Gráfico 21: Distritos por número de empregos – Município de São Paulo, 1985



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985.

De 1985 para 1990, Santo Amaro manteve sua posição de liderança, com um aumento do número de operários, que passou para 40.286. O Bom Retiro também se manteve na vice-liderança, apesar da diminuição do número de empregos que foi reduzido de 33.181 operários em 1985 para 32.628 operários em 1990.

No total, o Município de São Paulo diminuiu a quantidade de empregos na indústria, pois passou de 809.614 em 1985 para 791.239 empregos em 1990.

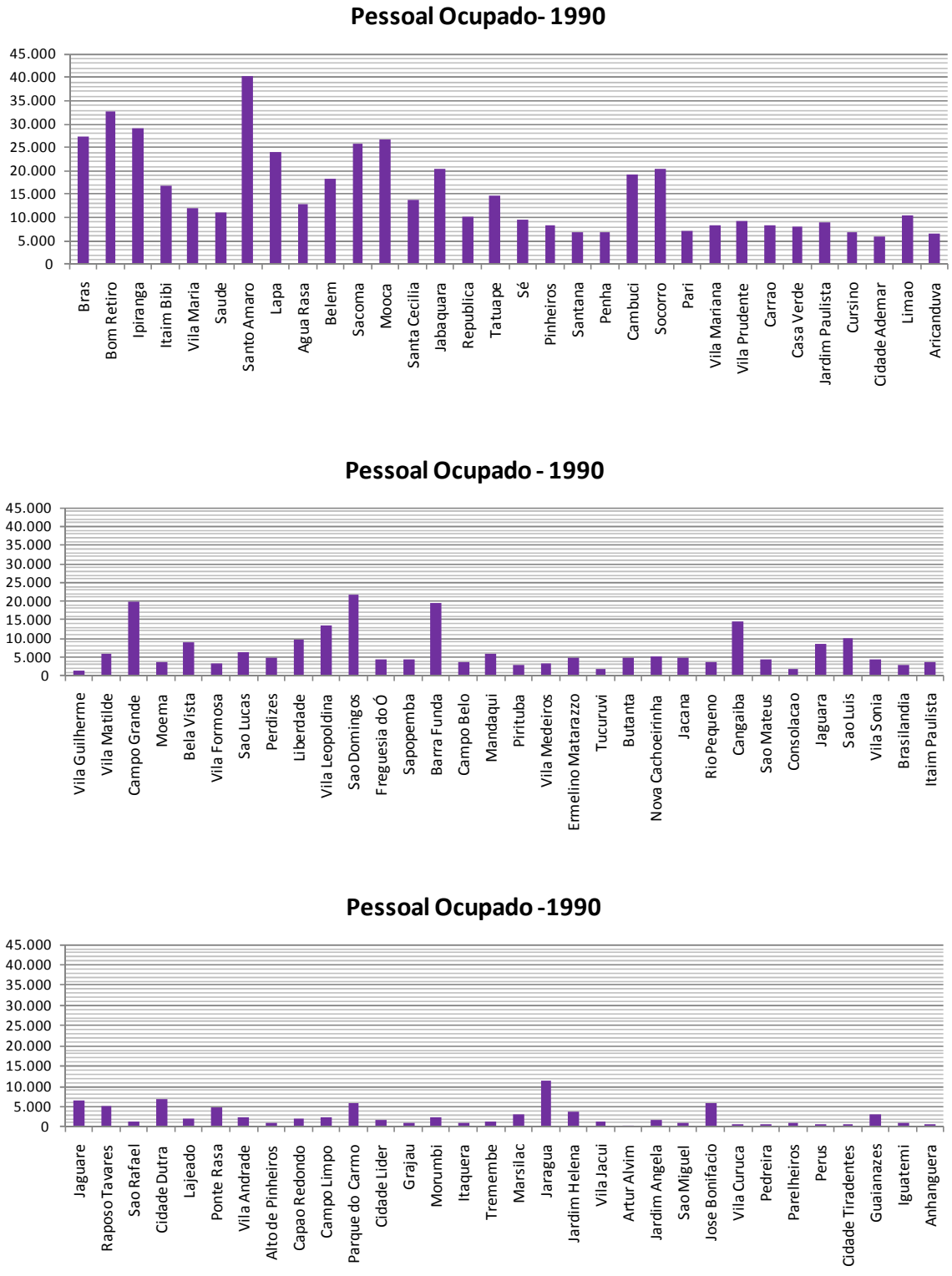
Também mantiveram suas posições os distritos do Ipiranga, com 29.167 empregos, Brás, com 27.274 empregos, Mooca, com 26.688, Sacomã, com 25.771, e Lapa, com 24.129 empregos.

São Domingos, com 21.727 empregos, no entanto, assumiu o lugar do Itaim Bibi, e Socorro, com 20.532 empregos, assumiu o lugar do Cambuci. Itaim Bibi saiu da lista dos distritos com mais de vinte mil operários, pois passou em 1990 a ter 16.709 empregos.

Tanto Jabaquara, que tinha 18.451 empregos em 1985 passou a ter 20.356 empregos em 1990, quanto Campo Grande, que tinha 19.977 empregos em 1985 passou a ter 20.005 empregos em 1990, aumentaram a lista de distritos com mais de 20 mil operários em 1990.

Os distritos de Barra Funda, com 19.471 empregos, e de 19.204 empregos, estavam no limiar de atingir os vinte mil operários em 1990. Os gráficos a seguir mostram a dinâmica de transformação dos distritos em relação ao número de operários.

Gráfico 22: Distritos por número de empregos – Município de São Paulo, 1990



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1990.

O número de operários total empregado na indústria do Município de São Paulo caiu drasticamente entre 1990 e 1995, passando de 791.239 empregos em 1990 para 462.723 empregos em 1995. Ou seja, foi uma redução de 41,5% em cinco anos.

Como resultado dessa redução, apenas dois distritos permaneceram com mais de vinte mil operários em 1995. Foram eles: Santo Amaro, que continuou com a posição de liderança, mas reduziu o número de pessoal ocupado na indústria de 40.286 operários em 1990 para 25.486 operários em 1995; e Ipiranga, que assumiu a posição do Bom Retiro, pois a redução do seu número de pessoal ocupado foi menor. De 29.167 empregos que possuía em 1990 passou para 21.158 empregos em 1995.

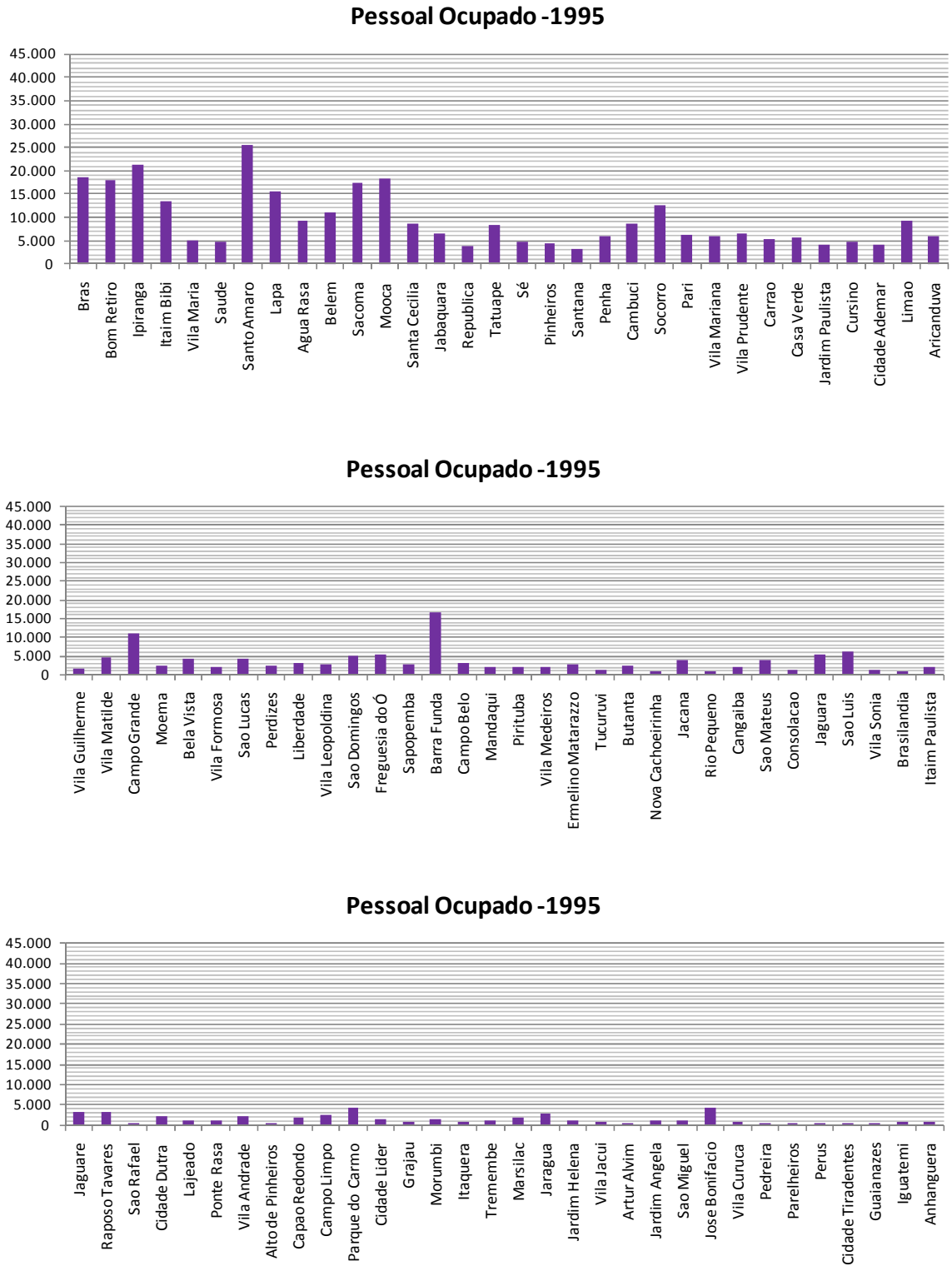
O Bom Retiro, que assumia a segunda colocação em 1990, caiu para a quinta colocação, passando a ter 18.057 operários em 1995, bem abaixo dos 32.628 que possuía em 1990.

Atrás do Ipiranga vinham Brás, com 18.503 operários, Mooca, com 18.225 operários, Bom Retiro, com 18.057 operários, Sacomã, com 17.280 operários, e Barra Funda, com 16.799 operários. Todos esses eram os distritos que estavam na faixa dos distritos que possuíam entre 15 e 20 mil operários em 1995.

Os distritos que possuíam mais de 20 mil operários em 1985 e/ou em 1990 e caíram para abaixo de 15 mil operários em 1995 eram Itaim Bibi, que passou de 22.153 operários em 1985 para 13.580 operários em 1995, Jabaquara, que passou de 20.356 operários em 1990 para 6.627 operários em 1995, Socorro, que passou de 20.532 operários em 1990 para 12.640 operários em 1995, Campo Grande, que passou de 20.005 operários em 1990 para 11.187 operários em 1995, e São Domingos, que passou de 21.727 operários em 1990 para 5.151 operários em 1995.

Os gráficos a seguir apontam os distritos com maior e menor número de operários em 1995.

Gráfico 23: Distritos por número de empregos – Município de São Paulo, 1995



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1995.

De 1995 para 2000 caiu ainda mais o número de operários na indústria do Município de São Paulo. De 462.723 empregos em 1995 passou para 453.154 empregos em 2000. Com essa diminuição apenas o distrito do Bom Retiro permaneceu com mais de 20 mil operários em 2000.

Na faixa dos distritos com número de empregos na indústria entre 15 e 20 mil operários estavam os distritos de Santo Amaro, que passou de 25.486 empregos em 1995 para 18.999 empregos em 2000, Ipiranga, que passou de 21.158 empregos em 1995 para 16.592 empregos em 2000, e São Domingos, que foi um dos distritos que mais cresceu, passando de 5.151 empregos em 1995 para 15.075 empregos em 2000.

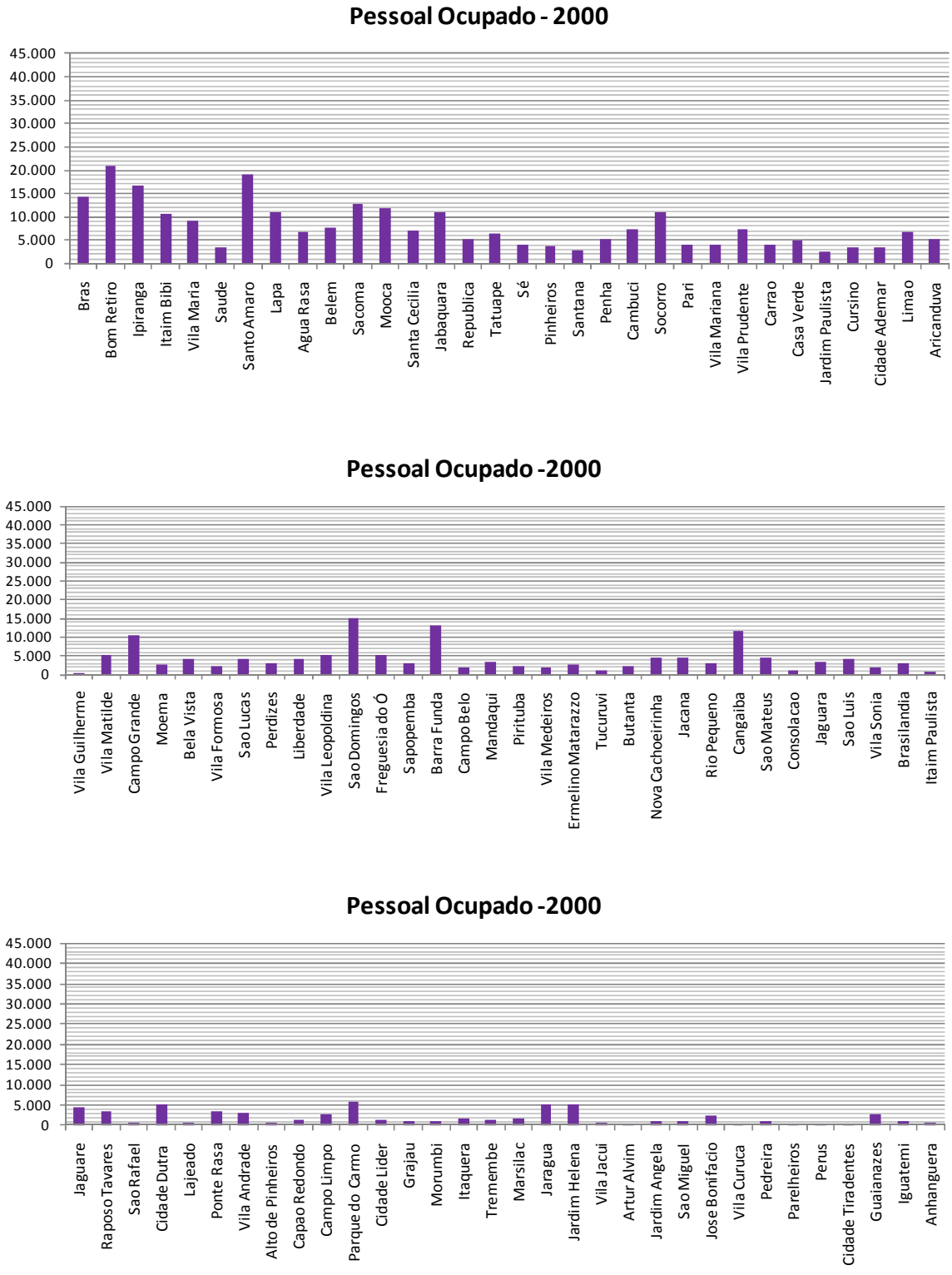
Em 2000, na faixa entre 10 e 15 mil operários na indústria estavam os distritos de Brás, com 14.206 empregos, Barra Funda, com 13.084 empregos, Sacomã, com 12.746 empregos, Mooca, com 11.838 empregos, Cangaíba, com 11.628 empregos, Socorro, com 10.930 empregos, Jabaquara, com 10.930 empregos, e Itaim Bibi, com 10.705 empregos.

O Bom Retiro, então assumiu a liderança em 2000 em termos de número de pessoal ocupado na indústria do Município de São Paulo, seguido de Santo Amaro, Ipiranga, São Domingos, Brás, Barra Funda, Sacomã, Mooca, Cangaíba e Lapa.

O Brás, que estava em terceiro lugar em número de operários em 1995, caiu para quinto lugar. A Barra Funda, que estava em sétimo, subiu para sexto, trocando de posição com o distrito do Sacomã. A Mooca, que estava em quarto lugar, caiu para oitavo em cinco anos.

Os gráficos a seguir mostram os distritos de maior e menor relevância em termos de número de empregos no Município de São Paulo para o ano 2000.

Gráfico 24: Distritos por número de empregos – Município de São Paulo, 2000



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2000.

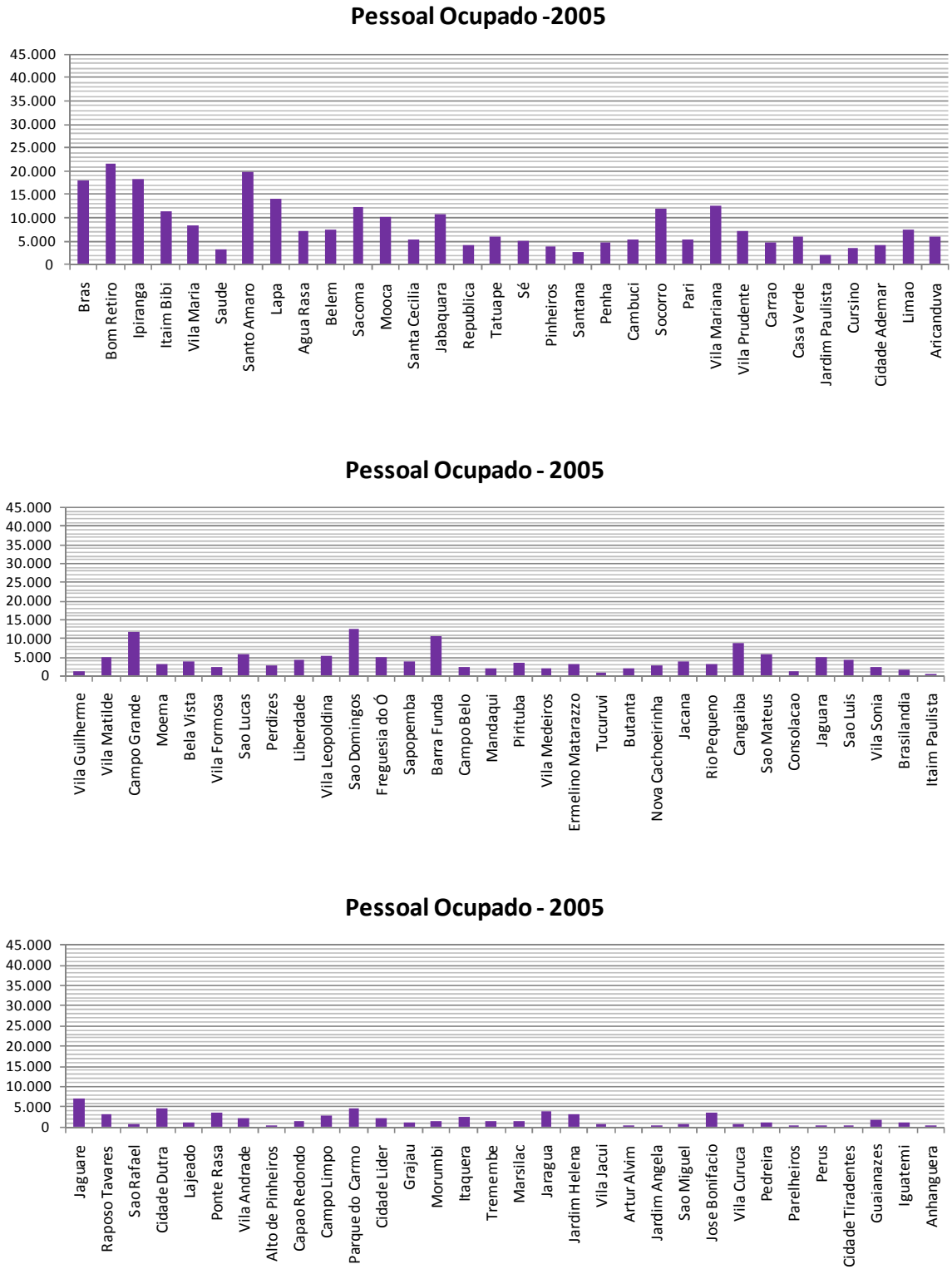
De 2000 para 2005, no entanto, o número total de empregos na indústria do Município de São Paulo aumentou. De 453.154 empregos em 2000 cresceu para 465.594 empregos em 2005. O distrito do Bom Retiro, com 21.559 operários, definitivamente assumiu a posição do distrito de Santo Amaro e permaneceu na liderança no que diz respeito ao maior número de empregos na indústria. Bom Retiro também continuou sendo o único distrito do Município com mais de 20 mil empregos na indústria em 2005.

Depois do Bom Retiro, já na faixa entre 15 e 20 mil empregos, estavam os distritos de Santo Amaro, com 19.739 empregos, Ipiranga, com 18.330 empregos, e Brás, com 17.901 empregos. O Brás saiu da quinta posição em 2000, com 14.206 empregos, e subiu para quarta posição em 2005. Santo Amaro se manteve na segunda posição, assim como o distrito do Ipiranga se manteve na terceira colocação.

Na faixa entre 10 e 15 mil empregos na indústria apareceram os distritos da Lapa, com 14.098 empregos, São Domingos, com 12.554 empregos, Vila Mariana, com 12.446 empregos, Sacomã, com 12.371 empregos, Socorro, com 11.952 empregos, Campo Grande, com 11.768 empregos, Itaim Bibi, com 11.243 empregos, Jabaquara, com 10.858 empregos, Barra Funda, com 10.727 empregos, e Mooca, com 10.045 empregos.

O distrito da Vila Mariana pela primeira vez no período analisado apareceu com mais de 10 mil operários. A Lapa, que não estava na lista em 2000, ganhou força em número de empregos e se estabeleceu na quinta posição. São Domingos caiu da quarta para a sexta colocação e o Sacomã da sétima para a oitava. O distrito de Socorro subiu da décima para a nona. Barra Funda e Mooca caíram de posição e o distrito de Campo Grande, que não aparecia na faixa acima dos 10 mil empregos em 2000, ganhou a décima posição, acima dos distritos do Itaim Bibi, Jabaquara, Barra Funda e Mooca.

Gráfico 25: Distritos por número de empregos – Município de São Paulo, 2005



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2005.

Com base na análise acima dos dados da RAIS, podem-se obter os distritos com maiores concentrações de emprego industrial no Município de São Paulo no período de 1985 a 2005. O Quadro 7 abaixo mostra essa relação e possibilita a comparação entre os diferentes anos de análise.

Quadro 7: Distritos do Município de São Paulo com maior concentração de emprego industrial – 1985 a 2005

Distritos de maior concentração de emprego industrial no MSP - 1985 a 2005									
1985		1990		1995		2000		2005	
1	Santo Amaro	1	Santo Amaro	1	Santo Amaro	1	Bom Retiro	1	Bom Retiro
2	Bom Retiro	2	Bom Retiro	2	Ipiranga	2	Santo Amaro	2	Santo Amaro
3	Ipiranga	3	Ipiranga	3	Brás	3	Ipiranga	3	Ipiranga
4	Brás	4	Brás	4	Mooca	4	São Domingos	4	Brás
5	Mooca	5	Mooca	5	Bom Retiro	5	Brás	5	Lapa
6	Sacomã	6	Sacomã	6	Sacomã	6	Barra Funda	6	São Domingos
7	Lapa	7	Lapa	7	Barra Funda	7	Sacomã	7	Vila Mariana
8	Itaim Bibi	8	São Domingos	8	Lapa	8	Mooca	8	Sacomã
9	São Domingos	9	Socorro	9	Itaim Bibi	9	Cangaíba	9	Socorro
10	Cambuci	10	Jabaquara	10	Socorro	10	Lapa	10	Campo Grande

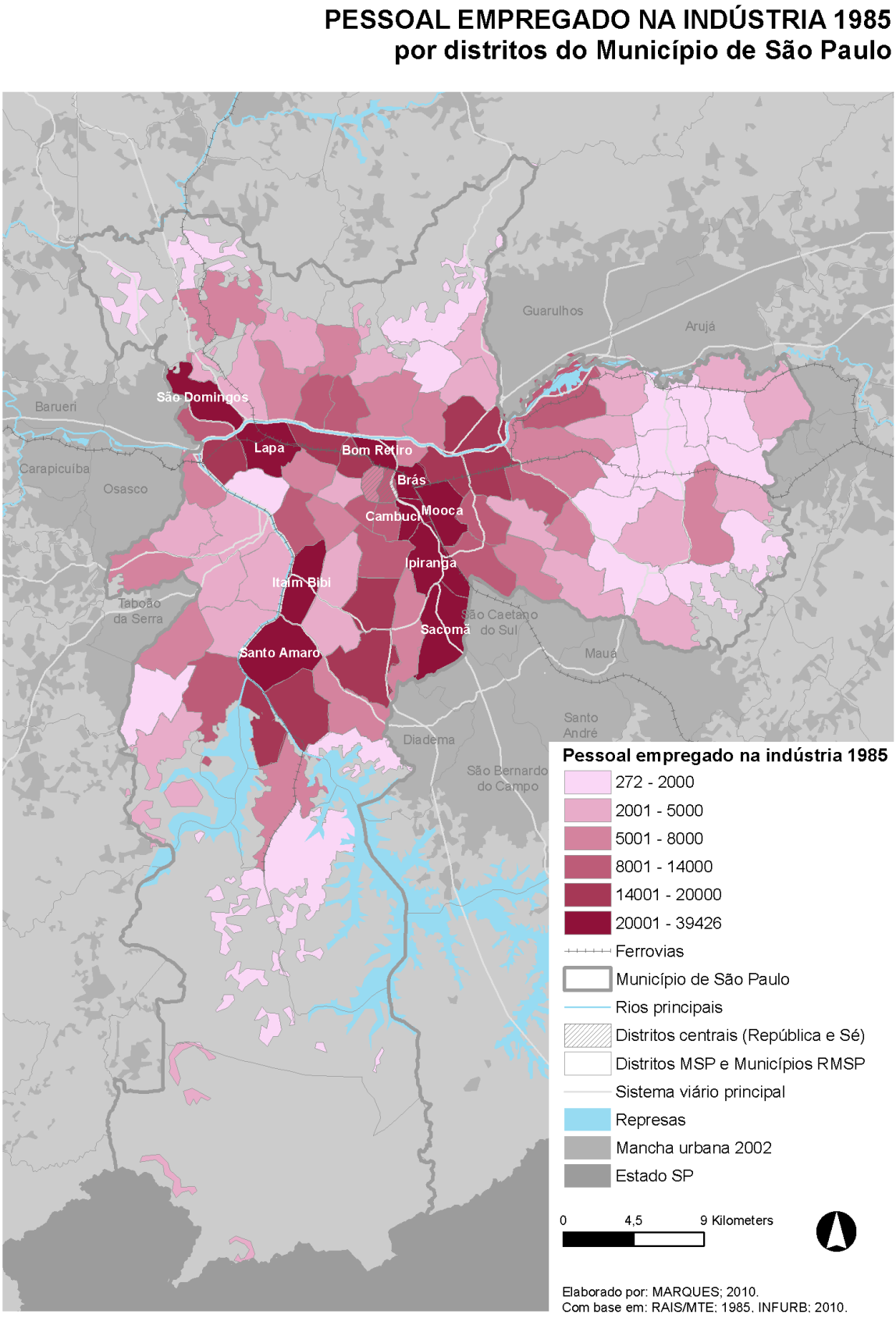
Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Com base no quadro acima, pode-se observar que o distrito de Santo Amaro se manteve na liderança de número de empregos industriais no Município de São Paulo de 1985 até 1995. Em 2000, ele perdeu a liderança para o distrito do Bom Retiro e passou para a segunda colocação.

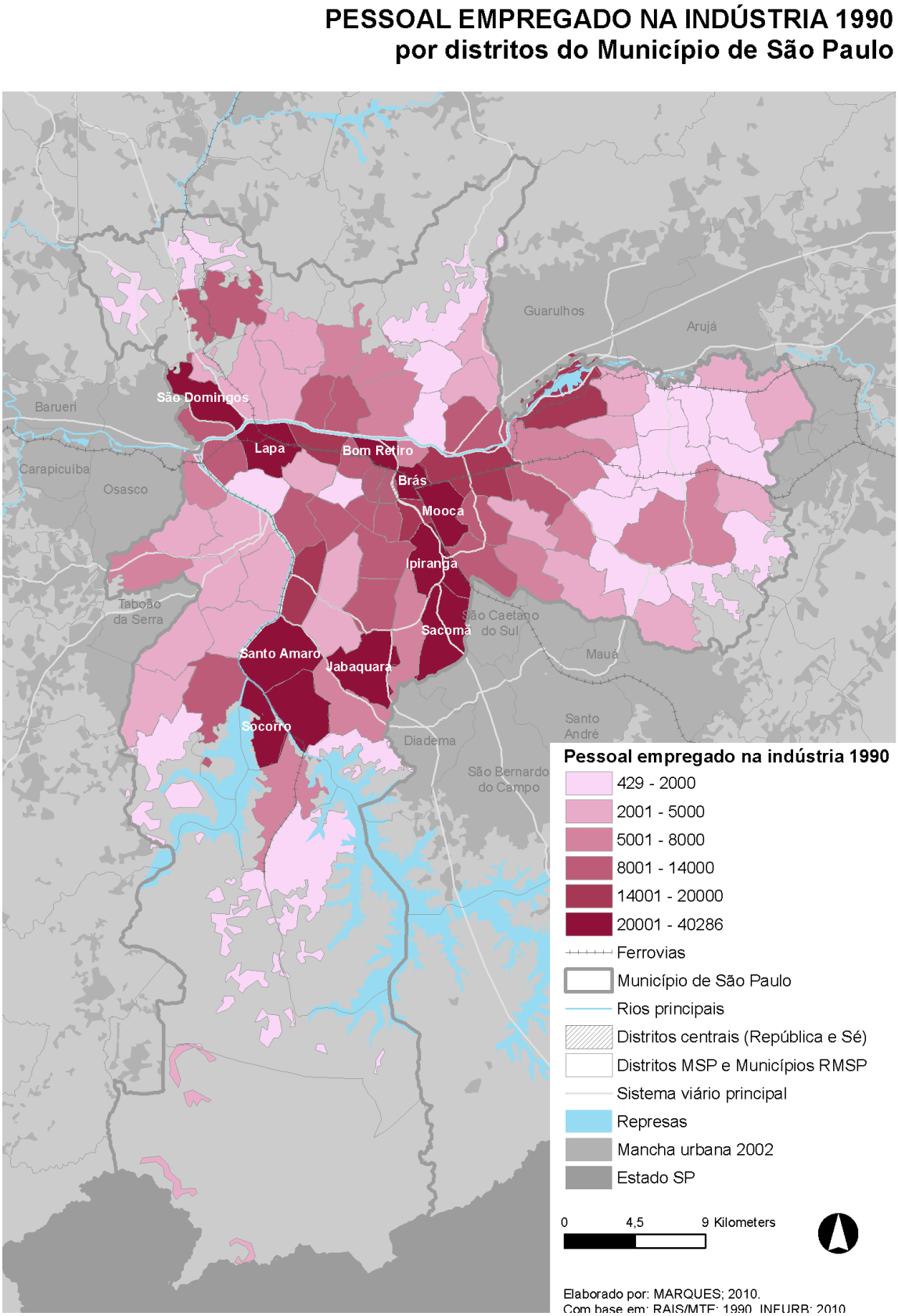
Além de Santo Amaro e Bom Retiro outros distritos que permaneceram como grandes concentradores de mão-de-obra industrial do Município foram Ipiranga, Brás, Mooca e Sacomã. Lapa, Barra Funda, Socorro e São Domingos também se alternaram entre 1985 e 2005 como distritos de grande concentração de empregos industriais e no último ano o distrito de Campo Grande surgiu como novidade na décima colocação.

A seguir, os mapas dos distritos com maior número de pessoal ocupado na indústria evidenciam as análises feitas acima.

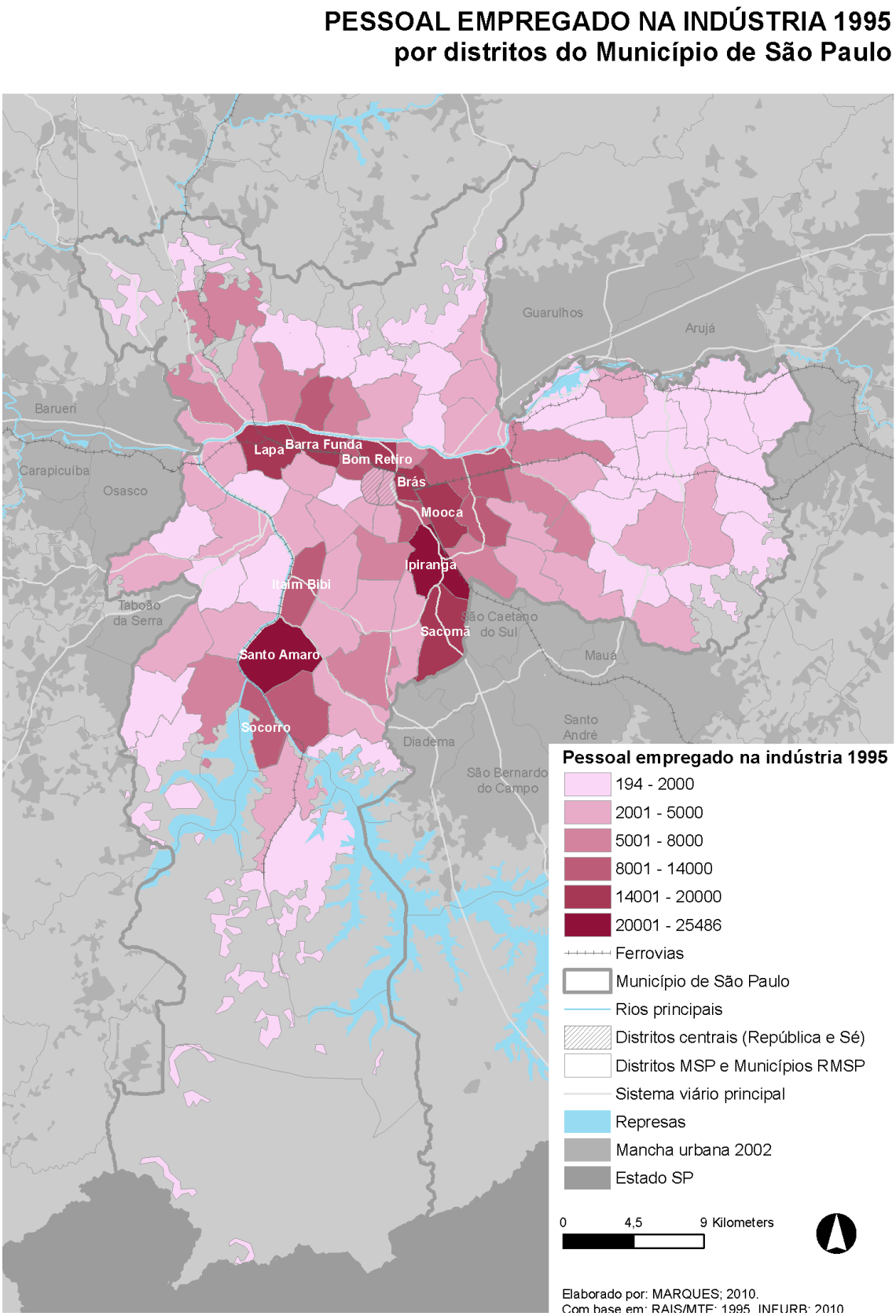
Mapa 50: Pessoal ocupado na indústria – Município de São Paulo, 1985



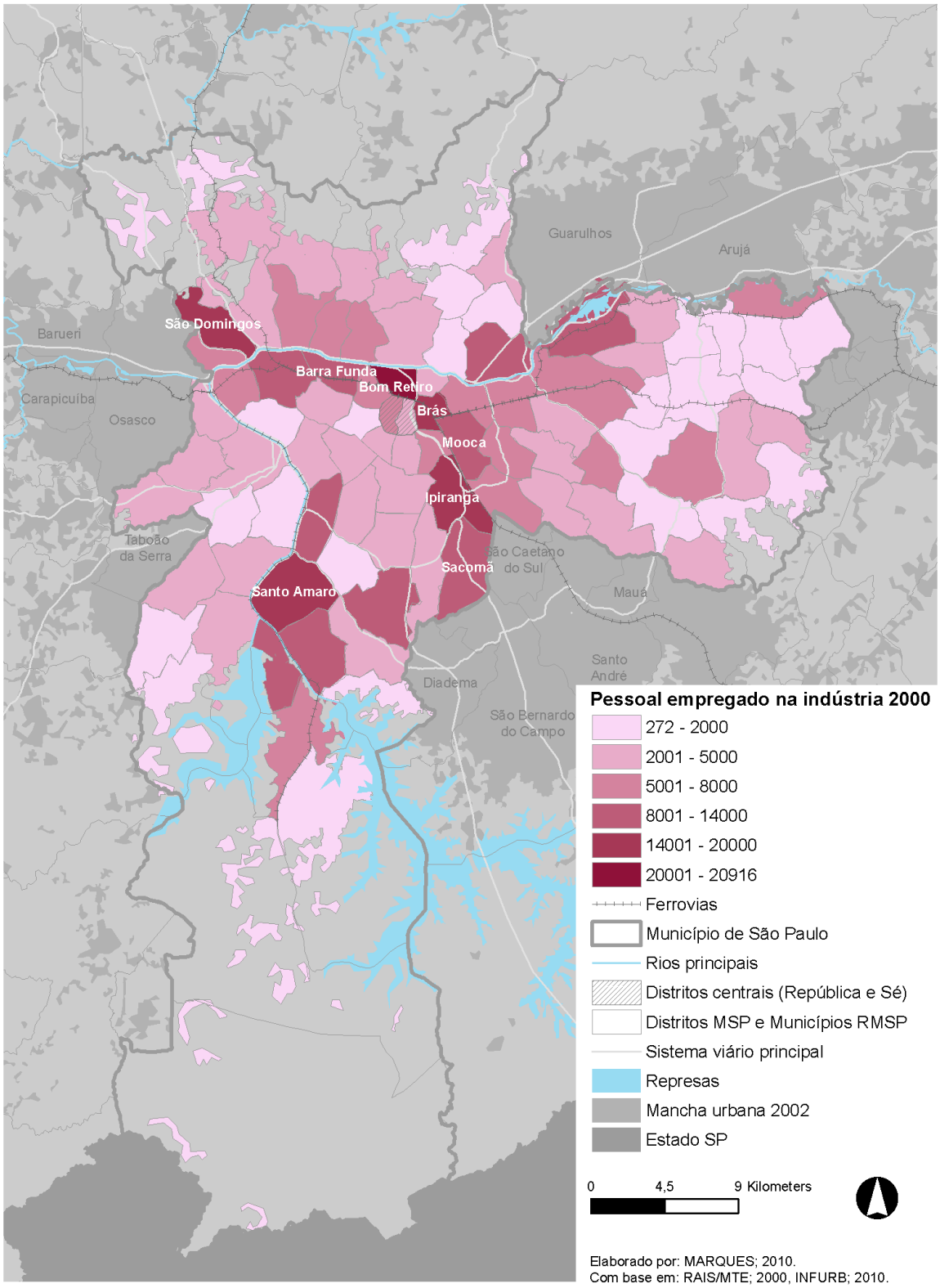
Mapa 51: Pessoal ocupado na indústria – Município de São Paulo, 1990



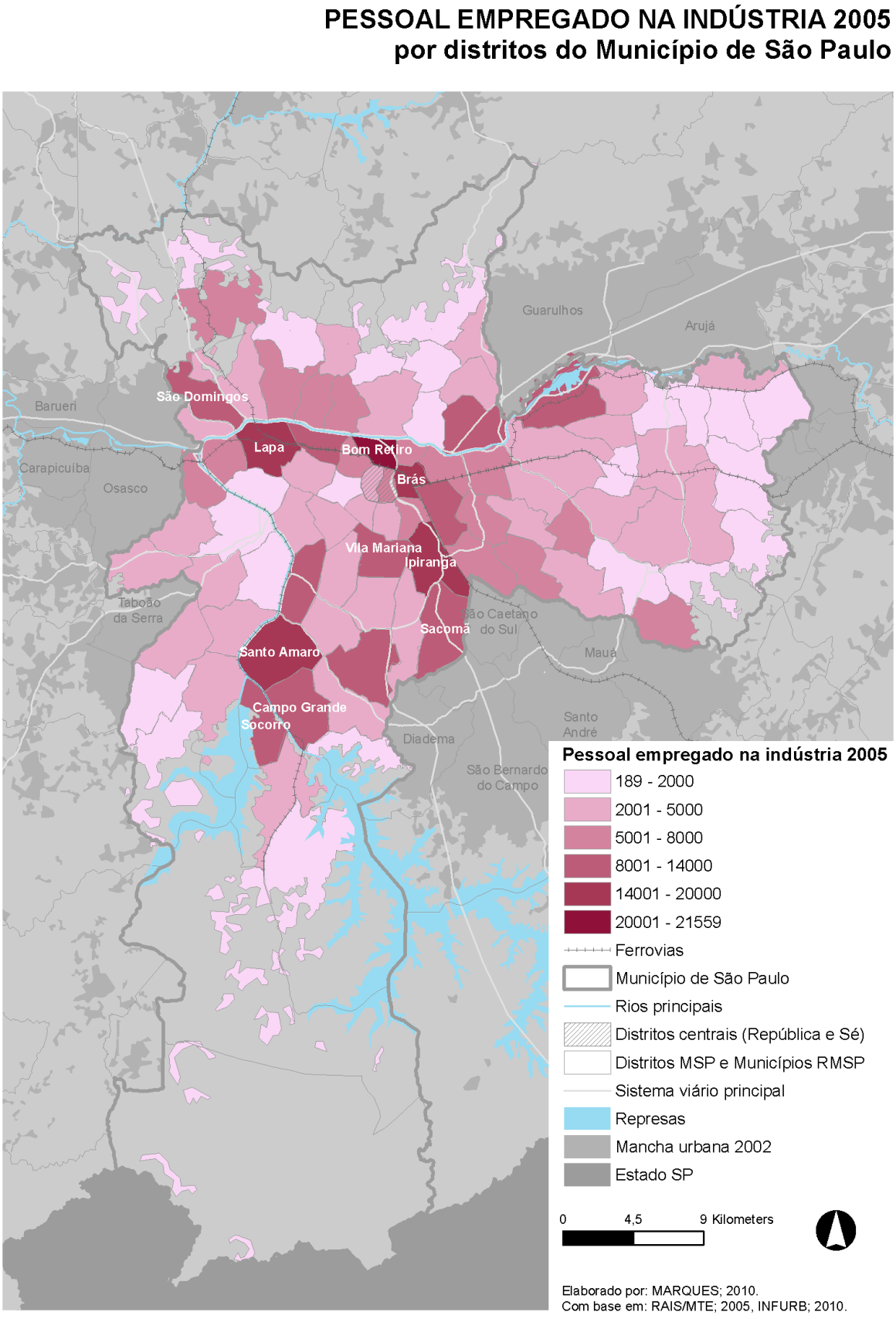
Mapa 52: Pessoal ocupado na indústria – Município de São Paulo, 1995



Mapa 53: Pessoal ocupado na indústria – Município de São Paulo, 2000



Mapa 54: Pessoal ocupado na indústria – Município de São Paulo, 2005



Análise geral dos distritos por média de número de empregos por estabelecimento

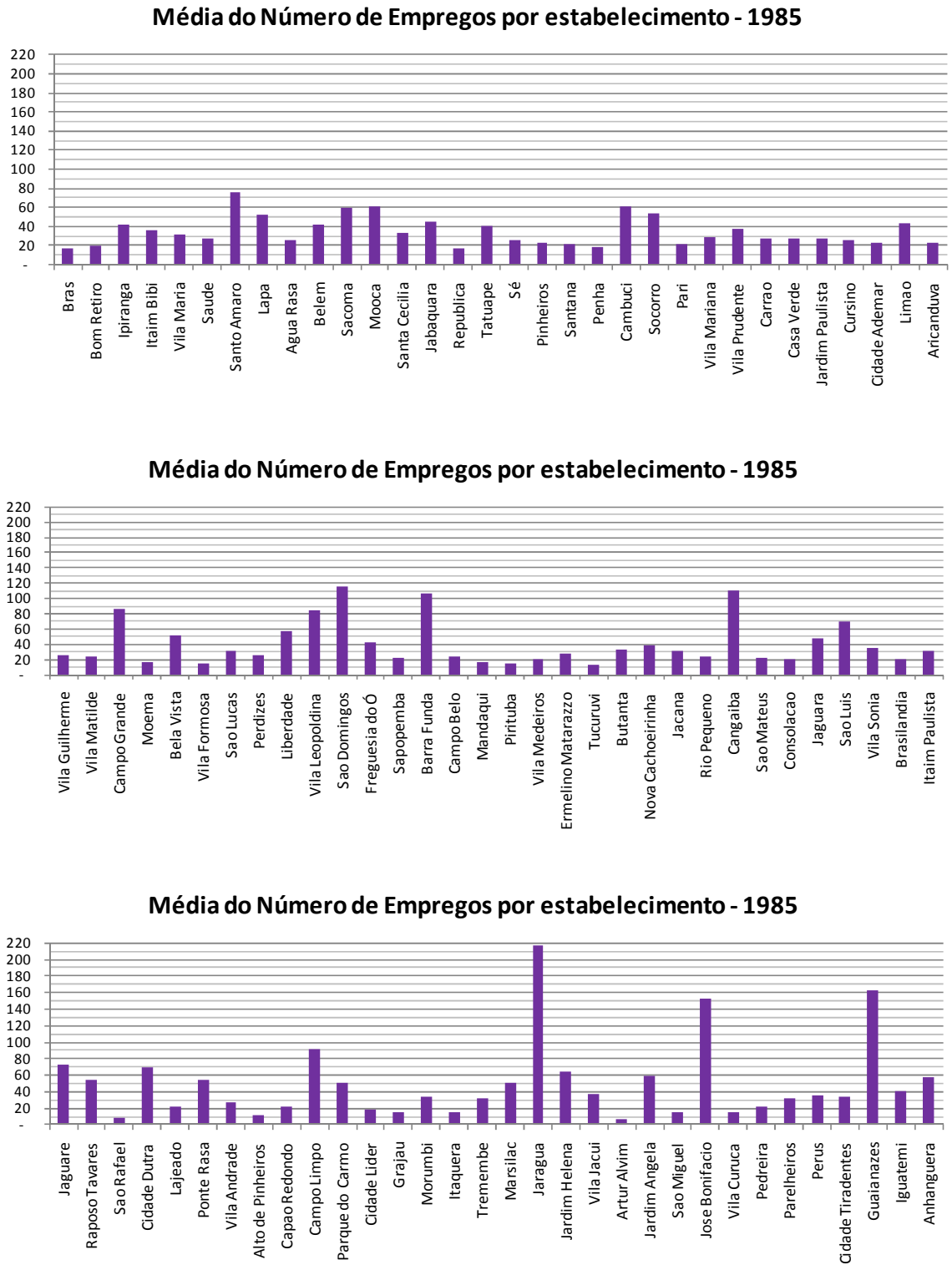
A média de empregos por estabelecimento para o ano de 1985 considerando o total de empregos e o total de estabelecimentos do Município era de 36 empregos por estabelecimento. Essa média aparecia em detrimento de um grande número de distritos com pequeno número de empregos por estabelecimento e pela presença de alguns distritos com uma média alta de empregos por estabelecimento.

Os distritos com média maior de 100 empregos por estabelecimento em 1985 eram Jaraguá, com 217 empregos por estabelecimento, Guaianazes, com 163 empregos por estabelecimento, José Bonifácio, com 153 empregos por estabelecimento, São Domingos, com média de 115 empregos por estabelecimento, Cangaíba, com 110 empregos por estabelecimento e Barra Funda, com 106 empregos por estabelecimento.

É interessante colocar que a maioria desses distritos, com exceção da Barra Funda e de São Domingos, não estava entre os distritos com maior número de empregos nem entre os distritos com maior número de estabelecimentos no Município em 1985, o que nos leva a considerar a possibilidade de serem casos em que poucos estabelecimentos concentram um grande número de empregos, o que aumenta a média, mas não os classifica como distritos com grande número de empregos, em relação aos outros, nem com grande número de estabelecimentos.

Com uma média entre 50 e 100 empregos por estabelecimento estavam em 1985 os distritos de Campo Limpo, Campo Grande, Vila Leopoldina, Santo Amaro, Jaguaré, São Luís, Cidade Dutra, Jardim Helena, Cambuci, Mooca, Sacomã, Jardim Angela, Anhanguera, Liberdade, Socorro, Ponte Rasa, Raposo Tavares, Lapa e Parque do Carmo.

Gráfico 26: Distritos pela média de empregos por estabelecimentos – Município de São Paulo, 1985



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985

A média de empregos por estabelecimento em 1990 caiu em relação a 1985, de 36 para 27 empregos por estabelecimento. O único distrito que manteve uma média de empregado por estabelecimento maior do que 100 foi o distrito do Jaraguá, que tinha uma média anterior de 217 empregos por estabelecimento.

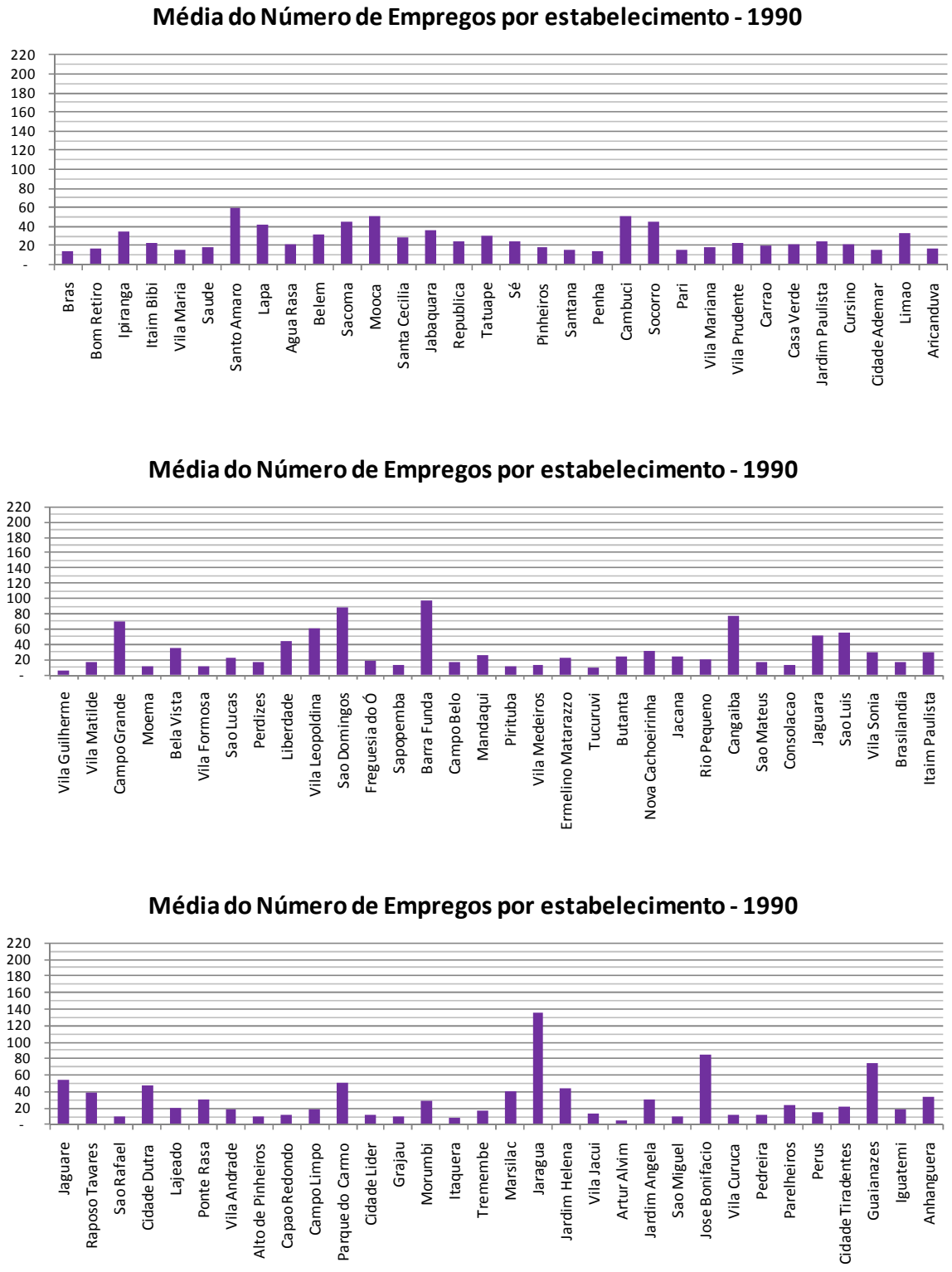
A Barra Funda manteve uma média relativamente alta de 97 empregos por estabelecimento, assim como São Domingos, com uma média de 88 empregos por estabelecimento, José Bonifácio, com 85 empregos por estabelecimento, Cangaíba, com 77 empregos por estabelecimento, Guaianazes, com 74 empregos por estabelecimento, e Campo Grande, com 70 empregos por estabelecimento.

Vila Leopoldina passou para 60 empregos por estabelecimento e Santo Amaro para 59 empregos por estabelecimento. Com 55 empregos por estabelecimento estava o distrito de São Luís, e com 54 empregos por estabelecimento estava o Jaguaré.

Logo depois, com uma média de 52 empregos por estabelecimento estava Jaguará, e, em seguida, com 51 empregos por estabelecimento estavam empatados Mooca e Cambuci. Por último, na faixa entre 50 e 100 empregos por estabelecimento, estava o distrito de Parque do Carmo, com 50 empregos por estabelecimento.

Os gráficos a seguir mostram a predominância dos distritos de Santo Amaro, Mooca, Sacomã, Cambuci, Socorro, Campo Grande, Vila Leopoldina, São Domingos, Barra Funda, Cangaíba, Jaraguá, José Bonifácio e Guaianazes em relação aos outros distritos do Município de São Paulo no que diz respeito a média de empregos por estabelecimento em 1990.

Gráfico 27: Distritos pela média de empregos por estabelecimentos – Município de São Paulo, 1990



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1990

A média de empregos por estabelecimento industrial do Município de São Paulo entre 1990 e 1995 caiu de 27 empregos por estabelecimento em 1990 para 17 empregos por estabelecimento em 1995.

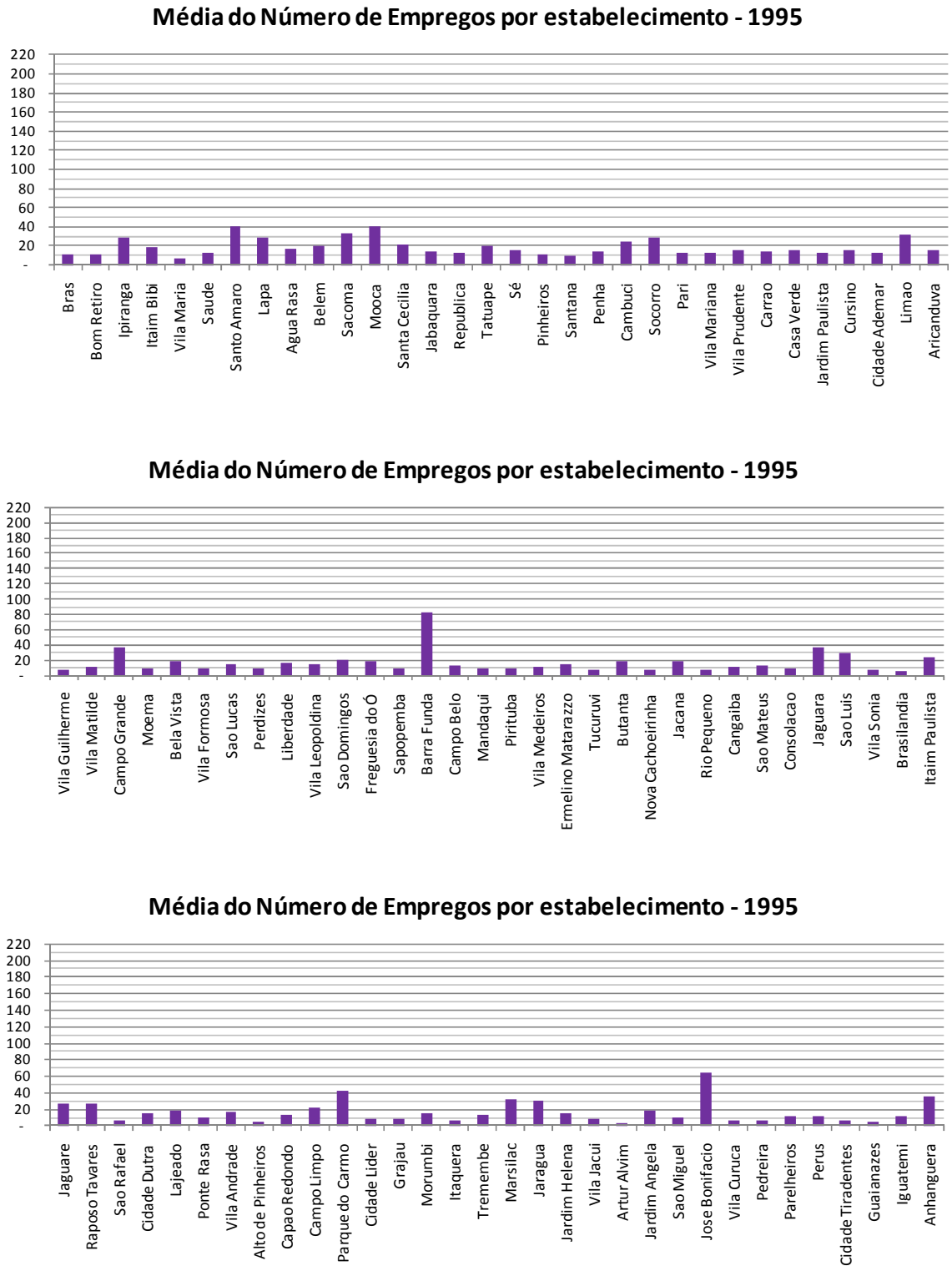
O distrito da Barra Funda, com 82 empregos por estabelecimento, e o distrito de José Bonifácio, com 65 empregos por estabelecimento, eram os únicos distritos do Município na faixa entre 50 e 100 empregos por estabelecimento. Em 1995, diferente dos anos anteriores, não havia nenhum distrito com uma média maior do que 100 empregos por estabelecimento na cidade.

Dos 96 distritos presentes no Município, 48 tinham entre 10 e 20 empregos por estabelecimento em 1995 e 13 tinham entre 21 e 30 empregos por estabelecimento. Seis distritos tinham entre 31 e 40 empregos por estabelecimento e apenas dois tinham entre 41 e 50 empregos por estabelecimento.

Números diferentes de 1990, quando 38 distritos tinham entre 10 e 20 empregos por estabelecimento e 23 tinham entre 21 e 30 empregos por estabelecimento. Na faixa entre 31 e 40 empregos por estabelecimento, em 1990, havia oito distritos e entre 41 e 50 empregos por estabelecimento havia sete distritos, e não apenas dois como em 1995.

Os gráficos a seguir mostram que apenas os distritos Barra Funda e José Bonifácio mantinham o padrão de elevado número de empregos por estabelecimento. O restante dos distritos do Município abaixou bastante essa média, como mostram os dados da pesquisa RAIS.

Gráfico 28: Distritos pela média de empregos por estabelecimentos – Município de São Paulo, 1995



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1995

A média de empregos por estabelecimento se manteve praticamente estável entre 1995 e 2000, subindo apenas de 17 para 18 empregos por estabelecimento.

Assim como no período anterior, não havia nenhum distrito com mais de 100 empregos por estabelecimento no Município. Entre 50 e 100 estabelecimentos havia apenas quatro distritos, Guaianazes, com 98 empregos por estabelecimento, Barra Funda, com 77 empregos por estabelecimento, Jardim Helena, com 55 empregos por estabelecimento, e São Domingos, com 51 empregos por estabelecimento.

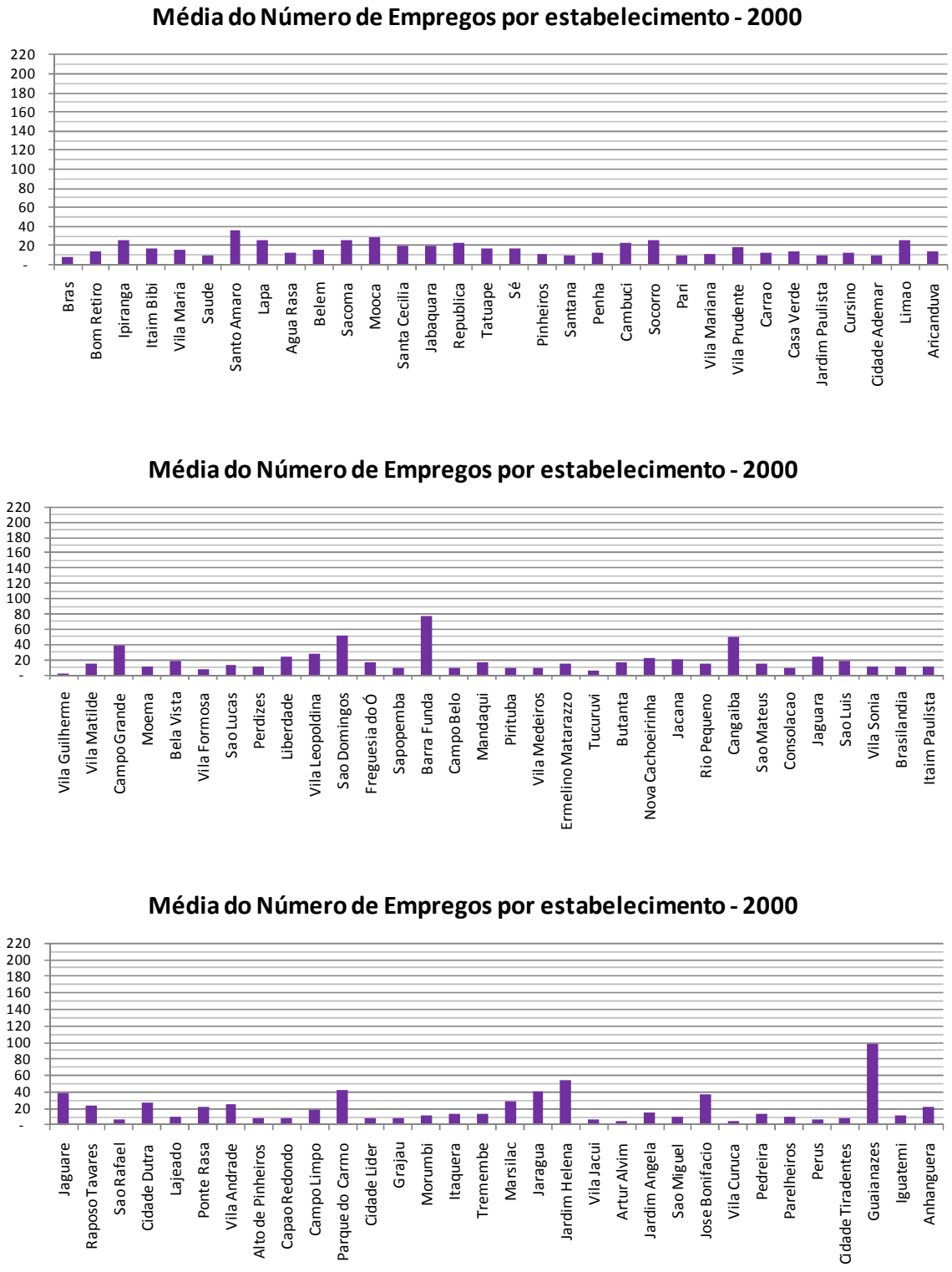
O distrito de Guaianazes, por exemplo, teve sua média aumentada de 5 empregos por estabelecimento em 1995 para 98 empregos por estabelecimento em 2000, indicando o surgimento de algum estabelecimento industrial de médio ou grande porte instalado no distrito nesse período.

Semelhante a 1995, em 2000 48 distritos apresentavam média entre 10 e 20 empregos por estabelecimento. Na faixa entre 21 e 30 empregos por estabelecimento havia 19 distritos em 2000, mais do que os 13 distritos que havia nessa faixa em 1995. Apenas os distritos de Santo Amaro, Campo Grande e Jaguaré estavam na faixa entre 31 e 40 empregos por estabelecimento em 2000 e apenas Cangaíba e Parque do Carmo estavam na faixa entre 41 e 50 empregos por estabelecimento.

Ou seja, assim com em 1995, a maioria dos distritos da capital tinha uma média de 10 a 20 empregos por estabelecimento em 2000.

Os gráficos a seguir mostram o destaque dos distritos da Barra Funda e de Guaianazes no que diz respeito à média de empregos por estabelecimento em 2000.

Gráfico 29: Distritos pela média de empregos por estabelecimentos – Município de São Paulo, 2000



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2000

Assim como de 1995 para 2000, a média de empregos por estabelecimento se manteve estável entre 2000 e 2005, permanecendo em 18 empregos por estabelecimento.

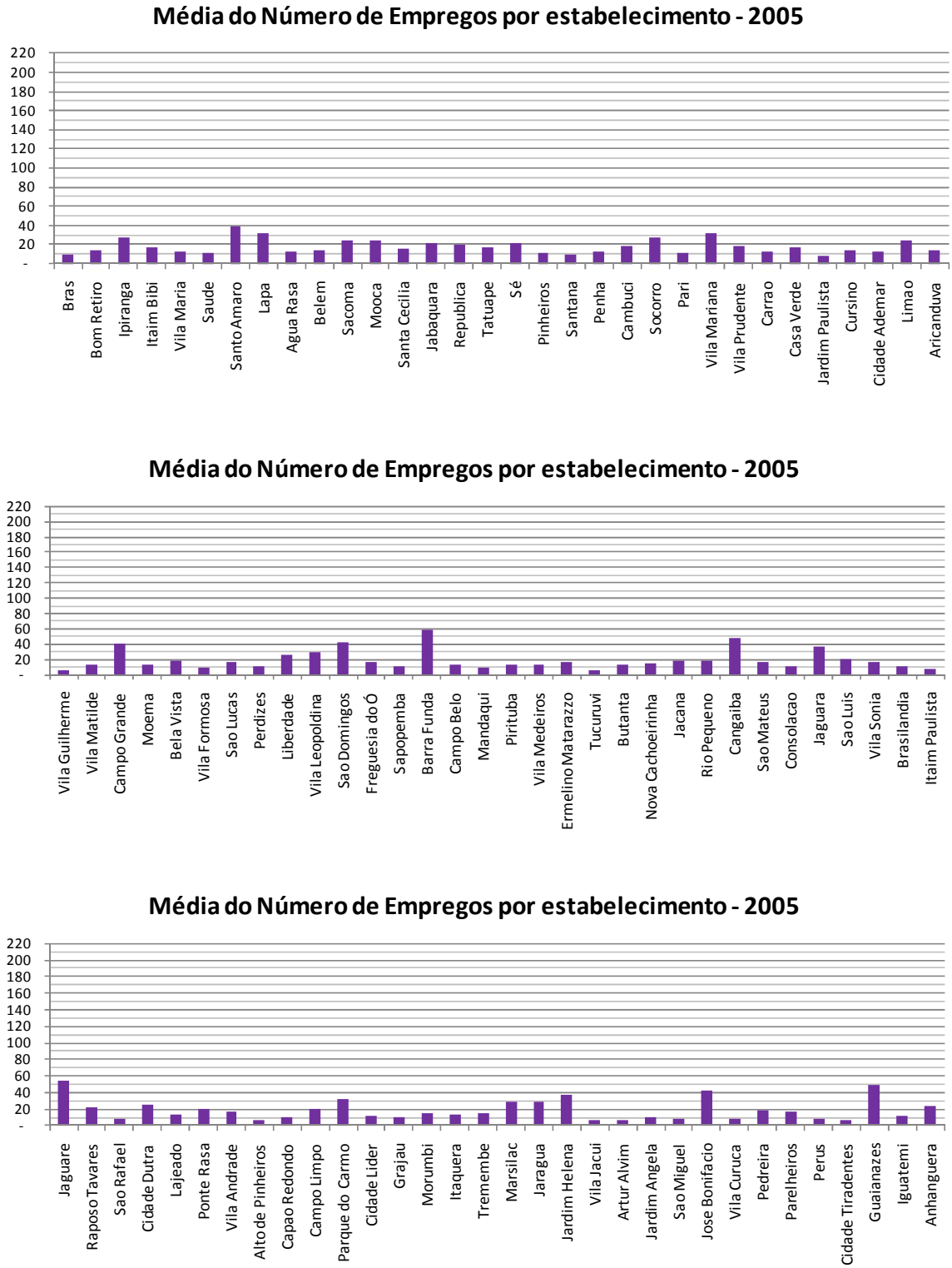
Da mesma forma como em 1995 e 2000, não havia no Município de São Paulo em 2005 nenhum distrito com média maior do que 100 empregos por estabelecimento industrial.

Na faixa entre 50 e 100 empregos por estabelecimento havia em 2005 apenas os distritos da Barra Funda, com 58 empregos por estabelecimento e Jaguaré, com 55 empregos por estabelecimento. No limiar estava o distrito de Guaianazes, com 49 empregos por estabelecimento, e que em 2000 contava com 98 empregos por estabelecimento.

Em 2000 aumentou o número de distritos em São Paulo que estavam na faixa entre 10 e 20 empregos por estabelecimento em média. De 48 distritos em 2000 passaram para 54 distritos em 2005. Dos 19 distritos na faixa entre 21 e 30 empregos por estabelecimento em 2000 passaram para 16 distritos em 2005. Seis distritos estavam na faixa entre 31 e 40 empregos por estabelecimento em 2005, mais do que três que havia em 2000; e três estavam na faixa entre 41 e 50 empregos por estabelecimento em 2005, a saber, São Domingos, Cangaíba e José Bonifácio.

Os gráficos a seguir mostram o distrito da Barra Funda como o distrito em evidência quando se considera a média de empregos por estabelecimento no Município de São Paulo em 2005.

Gráfico 30: Distritos pela média de empregos por estabelecimentos – Município de São Paulo, 2005



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2005.

O conjunto de análises acima, feitas sobre os distritos de maior concentração industrial do Município de São Paulo entre 1985 e 2005, mostrou que o Município passou também por transformações do ponto de vista espacial da localização da atividade industrial nesse período. São Paulo tinha em 1985 como os cinco distritos de maior concentração de estabelecimentos industriais Brás, Bom Retiro, Ipiranga, Itaim Bibi e Vila Maria. E chegou em 2005 com destaque para a concentração de estabelecimentos industriais nos mesmos cinco distritos de 1985, a saber, Brás, Bom Retiro, Ipiranga, Itaim Bibi e Vila Maria.

Em 1985 os cinco distritos de maior concentração de empregos industriais eram, por sua vez, Santo Amaro, Bom Retiro, Ipiranga, Brás e Mooca. E em 2005, a única alteração foi no quinto distrito de maior concentração de empregos industriais: ao invés da Mooca passou a ser a Lapa. O restante dos distritos, Santo Amaro, Bom Retiro, Ipiranga e Brás mantinham em 2005 as mesmas posições de 1985.

Quadro 8: Distritos de maior concentração industrial– Município de São Paulo, 1985

Distritos de concentração industrial no MSP em 1985			
por número de estabelecimentos		**por número de pessoal ocupado**	
1	Brás	**1**	Santo Amaro
2	Bom Retiro	**2**	Bom Retiro
3	Ipiranga	**3**	Ipiranga
4	Itaim Bibi	**4**	Brás
5	Vila Maria	**5**	Mooca

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985.

Quadro 9: Distritos de maior concentração industrial– Município de São Paulo, 2005

Distritos de concentração industrial no MSP em 2005			
por número de estabelecimentos		**por número de pessoal ocupado**	
1	Brás	**1**	Bom Retiro
2	Bom Retiro	**2**	Santo Amaro
3	Ipiranga	**3**	Ipiranga
4	Itaim Bibi	**4**	Brás
5	Vila Maria	**5**	Lapa

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 2005.

Além disso, os distritos do Brás, Bom Retiro e Ipiranga aparecem tanto na análise por número de estabelecimentos quanto na análise de número de empregos, em 1985 e em 2005 como os distritos mais importantes do ponto de vista da concentração industrial no Município de São Paulo.

A seguir serão analisados especificamente alguns distritos do Município de São Paulo considerados pelo conjunto das análises desse capítulo e da literatura revisada nos capítulos anteriores como os distritos de maior relevância em termos de concentração industrial para o Município de São Paulo. Será analisada sua trajetória particular entre 1985 e 2005 também sob o ponto de vista da concentração de determinados setores da indústria a fim de entender o papel desempenhado por cada um no desenvolvimento industrial do Município.

Alguns distritos que concentraram grande número de estabelecimentos industriais ou grande número de pessoal ocupado entre 1985 e 2005, mas que não eram distritos que historicamente desempenharam papel importante no processo de industrialização não fazem parte dessa análise específica mostrada a seguir, como é o caso do distrito do Itaim Bibi e de São Domingos. Outros distritos perderam consideravelmente importância na atividade industrial, foram eles, por exemplo, Barra Funda, que teve queda acentuada entre 2000 e 2005, Vila Maria e Água Rasa. O foco do trabalho, no entanto, foi salientar os distritos que permaneceram importantes do ponto de vista industrial desde o século XX até o início do XXI. É por esse motivo, que esses distritos mencionados acima não fazem parte da análise a seguir.

5.3 Análise específica de alguns distritos do Município de São Paulo

No Capítulo 1, foi visto que os primeiros distritos da cidade de São Paulo que concentraram atividade industrial, lá atrás no final do século XIX e início do século XX, eram Santa Ifigênica, Luz, Liberdade e Bela Vista. Logo depois, com a chegada das ferrovias, os distritos do Brás, Mooca, Belenzinho e Tatuapé passaram a ser a preferência dos estabelecimentos industriais. Mais próximo da década de 1930, distritos como os de Ermelino Matarazzo e São Miguel Paulista apareceram como bairros industriais periféricos.

No Capítulo 2, analisou-se que os distritos Brás, Mooca, Ipiranga, Cambuci, Belenzinho e Tatuapé eram a preferência da localização industrial entre 1930 e 1955, aliados aos distritos da Lapa, Água Branca, Freguesia do Ó, Casa Verde, Bom Retiro, Pari, Penha, Vila Carrão e Vila Prudente.

Com a chegada das rodovias a partir de 1940, os distritos da Vila Leopoldina, Jurubatuba, Indianópolis, Jabaquara e Itaim Bibi passaram a desempenhar um papel importante em termos de localização industrial em São Paulo. Com a construção da Via Dutra, distritos como os de Vila Maria, João Clímaco e Rudge Ramos adquiriram importância industrial, assim como também se sobressaíram industrialmente com a inauguração da Marginal Pinheiros os distritos de Capela do Socorro, Vila Olímpia e Ibirapuera.

O Plano Urbanístico Básico (1968) identificou com base nas viagens atraídas por emprego industrial que os distritos mais importantes na época eram: Brás, Tatuapé e Mooca; Santo Amaro, Cambuci, Ipiranga. Bom Retiro, Barra Funda e Lapa; Ibirapuera, Vila Mariana, Vila Hamburguesa e Ermelino Matarazzo; Jaguaré, Casa Verde, Vila Maria, Socorro, Pinheiros e Vila Prudente.

O Plano Urbanístico Básico (1968) também identificou os distritos mais importantes do ponto de vista industrial por número de estabelecimentos. Segundo eles, os vinte maiores distritos eram: Brás, Bom Retiro, Ipiranga, Lapa, Tatuapé, Alto da Mooca, Belenzinho, Vila Prudente, Mooca, Santana, Santo Amaro, Saúde, Santa Ifigência, Pari, Cambuci, Barra Funda, Liberdade, Penha, Vila Maria e Tucuruvi.

O balanço dessas informações históricas foi realizado com a finalidade de identificar os distritos do Município de São Paulo que ao longo da história da industrialização se caracterizaram como os distritos industriais mais importantes e de maior significado dentro do processo fabril da cidade.

O objetivo desse levantamento é o de poder comparar os distritos historicamente importantes para o processo de industrialização paulistana com os distritos mais importantes do ponto de vista industrial após 1985, ou seja, após o chamado período auge do processo de desconcentração industrial do Município e durante o período de reestruturação da produção industrial que se iniciou fortemente após 1990.

Será que os distritos historicamente importantes perderam importância em termos de atividade industrial após 1985? Será que novos distritos passaram a configurar como distritos industriais? Ou seja, o que aconteceu com os distritos historicamente importantes do ponto de vista da indústria após 1985?

Nossa primeira etapa consistiu, portanto, na identificação dos distritos de maior importância ao longo da história da industrialização paulistana até o período de desconcentração industrial. Foram definidos os distritos de: Barra Funda, Belenzinho, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Ipiranga, Lapa, Mooca, Santo Amaro, Vila Maria e Vila Prudente.

Por outro lado, a análise realizada nesse Capítulo 5, com base nos dados da RAIS/MTE, apontou a predominância de determinados distritos como concentradores do maior número de estabelecimentos industriais e/ou maiores concentradores de empregos na indústria no Município de São Paulo entre 1985 e 2005.

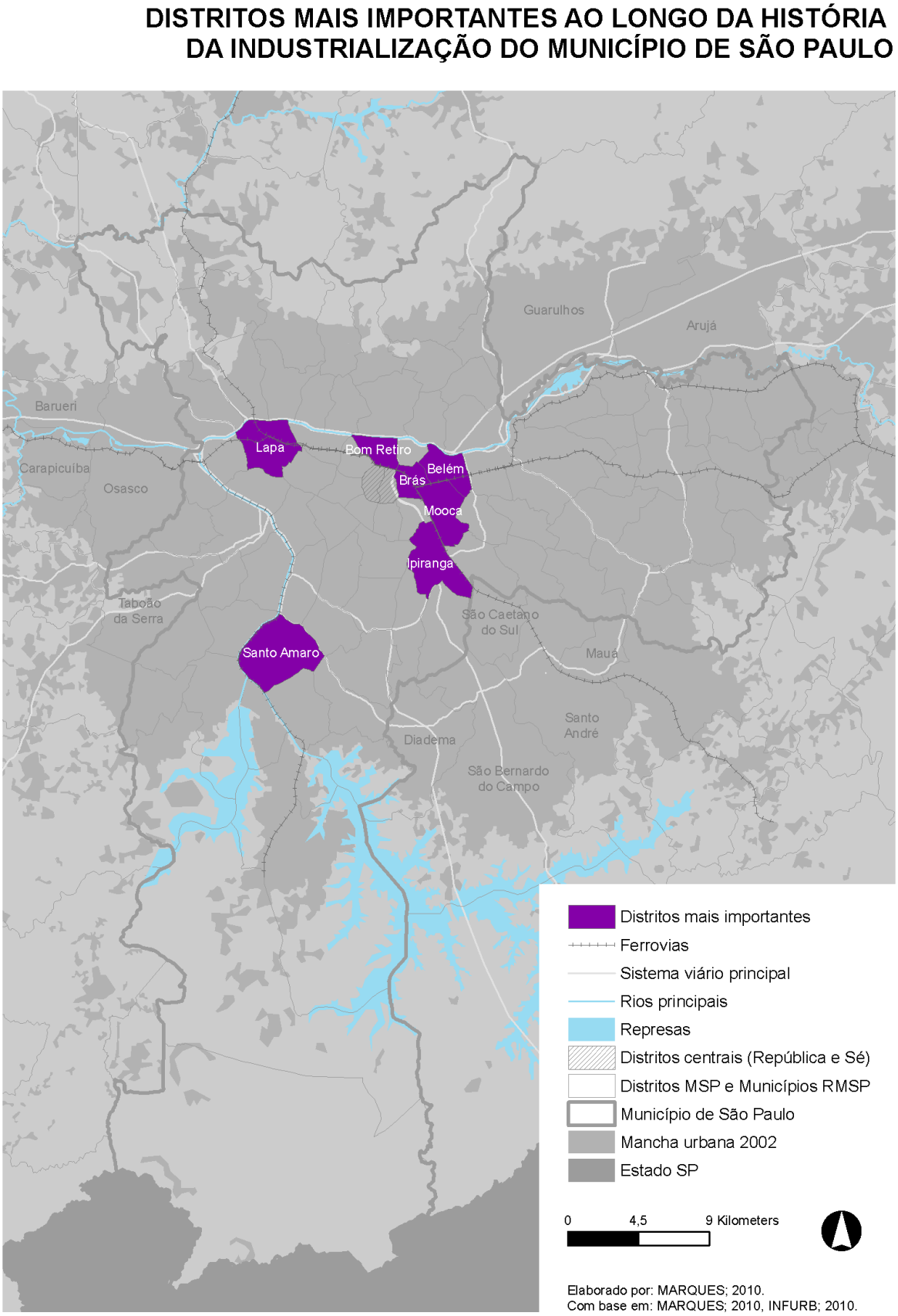
 Na análise dos vinte distritos com maior número de estabelecimentos entre 1985 e 2005, doze distritos se repetem, mesmo que em diferentes posições de importância ao longo dos anos, entre esses vinte distritos em 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005. São eles: Brás, Bom Retiro, Ipiranga, Itaim Bibi, Vila Maria, Santo Amaro, Água Rasa, Belém Sacomã, Mooca e Jabaquara.

Na análise dos vinte distritos com maior número de empregos na indústria entre 1985 e 2005, quinze distritos se repetem, mesmo que em diferentes posições de importância ao longo dos anos, entre esses vinte distritos em 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005. São eles: Santo Amaro, Bom Retiro, Ipiranga, Brás, Mooca, Sacomã, Lapa, Itaim Bibi, São Domingos, Cambuci, Campo Grande, Belém, Barra Funda, Jabaquara, Socorro.

Na comparação entre os doze distritos que se reptem em número de estabelecimentos e os quinze distritos que se repetem em número de empregos, dez são comuns às duas análises. São eles: Belém, Bom Retiro, Brás, Ipiranga, Itaim Bibi, Jabaquara, Lapa, Mooca, Sacomã e Santo Amaro.

Uma análise dos distritos reincidentes ao longo dos vinte anos analisados aliada à comparação com os distritos historicamente diagnosticados como “distritos industriais” nos capítulos anteriores, permitiu selecionar os distritos que permaneceram como os mais importantes do ponto de vista da atividade industrial ao longo da História da industrialização do Município de São Paulo, desde seus primórdios até 2005. Esses distritos são **Belém, Bom Retiro, Brás, Ipiranga, Lapa, Mooca e Santo Amaro**, apontados no Mapa 55 a seguir.

Mapa 55: Distritos mais importantes ao longo da história da industrialização no Município de São Paulo



Para a melhor compreensão desses territórios quanto ao número de empregos, número e porte dos estabelecimentos, por setor da indústria, a trajetória de cada distrito selecionado será analisada a seguir.

Mas antes selecionamos os sete distritos mais relevantes do ponto de vista da atividade industrial para comparar entre eles a média de área construída industrial por estabelecimentos em cada distrito.

A tabela a seguir, portanto, mostram essa variação. Nela observa-se como os distritos do Brás e Bom Retiro, por exemplo, possuem uma média de 90 metros quadrados de área construída por estabelecimentos, bem menor do que a média dos demais distritos, que passa dos 300 metros quadrados.

Mooca e Santo Amaro são os distritos com maior área construída por estabelecimento, cerca de 380 metros quadrados.

Nas páginas seguintes a **Tabela 48: Média da área construída industrial por estabelecimento**, cuja fonte utilizada foi RAIS/MTE (1985, 1990, 1995, 2000 e 2005) e TPCL (1991, 1995, 2000 e 2005), está dividida em duas páginas. Não existe os dados para a média do ano de 1985 porque não temos o dado de área construída industrial para esse ano no TPCL.

Belém

Ano	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transport	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas	Total	Área Coinstruída	Média (m²/estab.)
1985	0	10	37	29	17	11	16	56	53	35	166	15	19	2449	-	-
1990	1	13	33	27	28	13	17	66	57	40	247	15	18	2575	920.230	357
1995	0	14	50	27	16	11	14	64	40	48	239	12	26	2556	975.128	382
2000	0	16	34	17	21	5	12	62	31	58	203	4	16	2479	943.702	381
2005	1	12	41	27	17	5	9	46	27	49	257	4	12	2512	856.469	341

Bom Retiro

Ano	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transport	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas	Total	Área Coinstruída	Média (m²/estab.)
1985	0	3	37	77	20	5	23	55	57	30	1266	19	13	3600	-	
1990	0	6	26	93	24	6	26	61	74	37	1469	14	17	3643	304.205	79
1995	2	7	39	50	16	9	14	69	39	38	1252	11	21	3562	335.817	94
2000	0	3	26	37	12	7	12	64	40	30	1189	8	23	3451	341.927	99
2005	0	2	20	33	5	4	8	52	37	34	1240	4	35	3479	318651	92

Brás

Ano	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transport	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas	Total	Área Coinstruída	Média (m²/estab.)
1985	0	9	58	40	15	14	29	70	50	33	1281	34	37	3665	-	
1990	0	8	55	42	15	12	25	70	57	40	1575	31	32	3552	536.252	130
1995	1	4	35	26	8	16	18	59	30	41	1405	18	22	3678	536.306	146
2000	1	5	44	23	5	11	24	48	20	35	1352	9	21	3598	436.062	121
2005	1	4	52	24	4	11	13	49	17	40	1610	12	30	3872	354708	92

Ipiranga

Ano	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transport	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas	Total	Área Coinstruída	Média (m²/estab.)
1985	3	17	108	62	40	20	54	66	73	75	183	11	19	2716	-	
1990	4	18	107	65	49	25	52	89	96	78	223	13	26	2835	1.012.723	357
1995	2	14	110	49	50	29	34	99	64	80	175	2	36	2745	1.068.174	389
2000	2	11	102	53	38	16	36	95	53	82	125	3	42	2658	1.030.551	391
2005	1	9	126	54	42	19	14	96	56	91	110	2	44	2669	898.496	337

Lapa																
Ano	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transport	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas	Total	Área Coinstruída	Média (m^2/estab.)
1985	0	16	51	48	40	14	32	56	59	47	100	5	23	2476	-	
1990	1	16	48	52	42	10	38	62	92	42	142	7	22	2564	1.162.718	453
1995	0	10	70	34	32	25	29	53	57	59	124	4	39	2531	1.197.496	473
2000	1	10	45	33	27	11	26	61	35	46	94	3	40	2432	1.094.008	450
2005	1	7	42	33	23	12	13	79	35	63	85	1	47	2446	889.314	364

Mooca																
Ano	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transport	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas	Total	Área Coinstruída	Média (m^2/estab.)
1985	1	8	74	37	19	14	27	40	54	44	93	8	21	2425	-	
1990	0	11	87	44	25	20	36	43	60	50	118	9	23	2516	1.167.799	464
1995	0	4	91	21	21	20	16	64	31	52	101	8	26	2450	1.168.997	477
2000	0	7	93	27	18	15	13	58	22	53	73	7	30	2417	983.391	409
2005	0	2	84	27	18	15	16	52	27	58	91	4	30	2430	936.526	385

Santo Amaro																
Ano	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transport	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas	Total	Área Coinstruída	Média (m^2/estab.)
1985	3	16	60	60	79	20	25	36	42	94	70	1	16	2507	-	
1990	4	17	70	76	87	18	28	56	71	97	129	4	27	2674	1.312.882	491
1995	1	11	75	69	51	24	27	61	34	108	96	3	68	2623	1.359.058	518
2000	1	15	55	55	48	10	23	66	43	90	75	1	54	2536	1.140.120	450
2005	3	7	57	44	40	14	19	70	39	92	67	0	56	2513	972.431	387

Juliana Di Cesare Margini Marques

Belém

Número de Estabelecimentos

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	0	10	37	29	17	11	16	56	53	35	166	15	19
1990	1	13	33	27	28	13	17	66	67	40	247	15	18
1995	0	14	50	27	16	11	14	64	40	48	239	12	26
2000	0	16	34	17	21	5	12	62	31	58	203	4	16
2005	1	12	41	27	17	5	9	46	27	49	257	4	12

Número de Empregados

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	0	741	1206	509	363	491	59	1553	4784	2086	5789	351	1388
1990	60	442	1171	623	766	661	81	1803	3634	1846	5932	268	1089
1995	0	414	775	339	422	75	545	1166	582	1566	3768	170	1191
2000	0	393	444	265	774	37	65	919	396	946	2297	42	970
2005	3	231	371	769	514	14	99	717	445	793	3195	47	175

Média de empregados por estabelecimento

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	-	74	33	18	21	45	4	28	90	60	35	23	73
1990	60	34	35	23	27	51	5	27	54	46	24	18	61
1995	-	30	16	13	26	7	39	18	15	33	16	14	46
2000	-	25	13	16	37	7	5	15	13	16	11	11	61
2005	3	19	9	28	30	3	11	16	16	16	12	12	15

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005

O distrito do Belém está localizado a leste do centro do Município de São Paulo, contíguo aos distritos do Brás, Mooca e Pari e próximo a linha férrea Santos-Jundiaí e ao eixo Tamanduateí. Em função de sua localização privilegiada em termos de transporte sobre trilhos o Belém foi um dos primeiros bairros a ser ocupado por estabelecimentos industriais na cidade.

Hoje o distrito possui 6km^2 e uma população de 39.622 habitantes, ou seja, tem uma densidade de cerca de 6.600 hab/km^2. Desde a década de 1970, o distrito vem perdendo população. Em 1970, havia 60.031 habitantes e em 1991 eram 49.697, chegando aos 39.622 em 2000 (IBGE, 1970, 1991 e 2000).

Em termos de renda, em 2000, a renda média domiciliar era R$2.694,08, considerando que o distrito continha 11.678 domicílios (Microdados IBGE, 2000). Banhado pelo Rio Tietê, o Belém é acessível por transporte público, principalmente pelo metrô.

Ou seja, o Belém é um dos distritos centrais que vem perdendo população ao longo dos anos e que apresenta uma renda média domiciliar baixa em relação aos outros seis distritos analisados.

Junto com o distrito da Mooca, o distrito do Belém começou a ser intensamente povoado no final do século XIX após a instalação das ferrovias Santos-Jundiaí e Sorocabana. Em função disso, o Belém passou a ser uma das preferências de localização das fábricas e conseqüentemente da população operária e de suas famílias.

A indústria têxtil foi um fator primordial no desenvolvimento da região. O distrito ainda conta com a vila operária construída pelo industrial Jorge Street para abrigar os trabalhadores de sua indústria Companhia Nacional dos Tecidos de Juta, criada em 1911.

A revisão da literatura nos capítulos anteriores mostrou que o distrito do Belém se manteve como distrito predominantemente industrial pelo menos até a década de 1970 e os dados da RAIS aqui analisados mostraram que essa importância se manteve até 2005.

Em termos de número de estabelecimentos, o gráfico a seguir mostra a predominância do **setor têxtil** no distrito do Belém. Os estabelecimentos têxteis cresceram até 1990, quando tiveram uma redução até 2000 e depois voltaram a crescer até 2005. Em 1985 o Belém era o sexto distrito com maior número de estabelecimentos têxteis na cidade. Em 1990 e em 1995 o distrito ocupava o quinto lugar e em 2000 passou para a quarta posição, quando se manteve até 2005, atrás apenas do Brás, Bom Retiro e Pari.

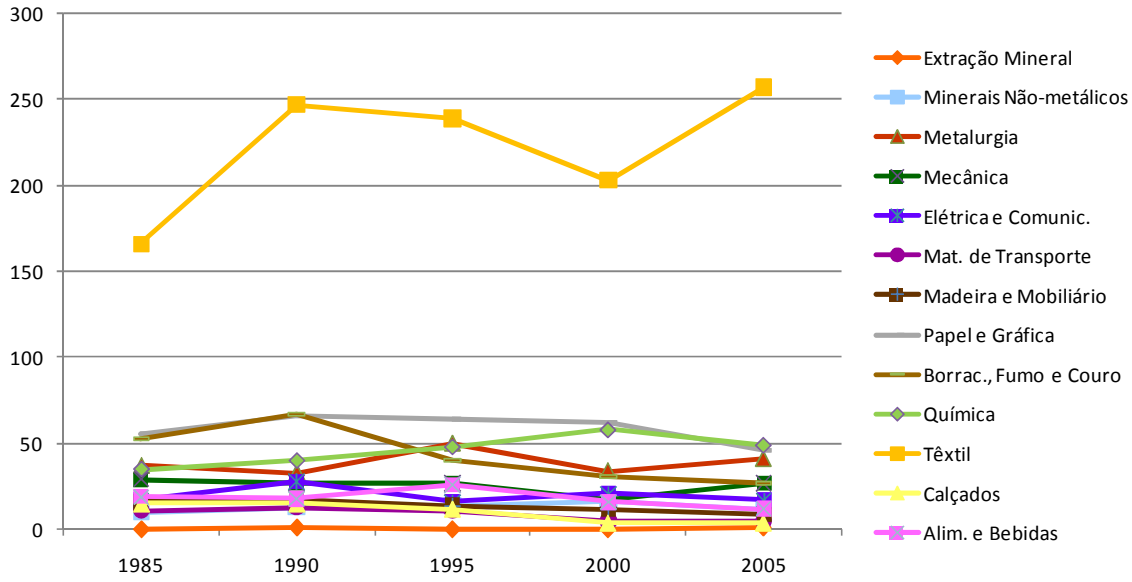
Em termos de número de estabelecimentos, o Belém também se sobressaiu no **setor de minerais não-metálicos** em 2000, quando foi o distrito com o maior número de estabelecimentos desse setor na cidade. Em 1985 e em 1990 o Belém também assumiu a quarta posição entre os distritos da capital com a maior concentração de estabelecimentos do **setor de papel e gráfica**. Entretanto, a partir de 1995 o Belém perdeu posição para outros distritos nesse segmento industrial.

O Belém esteve entre os dez distritos com maior número de estabelecimentos da **indústria de borracha, fumo e couro** em 1985 e 1995, mas também perdeu posição nos

anos seguintes. Na **indústria de calçados**, o distrito esteve em quinto lugar entre os distritos com maior número de estabelecimentos desse segmento em 1990 e em 1995, caiu para décima colocação em 2000 e depois reassumiu o quinto lugar em 2005. O Gráfico 31 a seguir mostra a dinâmica dos estabelecimentos industriais no distrito do Belém de acordo com os setores industriais.

Em termos de números de empregos, o Gráfico 32 a seguir mostra a queda significativa de empregos no distrito do Belém na indústria têxtil entre 1990 e 2000, e a leve recuperação entre 2000 e 2005. O **setor de madeira e mobiliário** também era um setor importante para o distrito do Belém em termos de número de empregos em 1985, mas enfrentou queda significativa no período até 2005.

Gráfico 31: Número de estabelecimento do Distrito do Belém

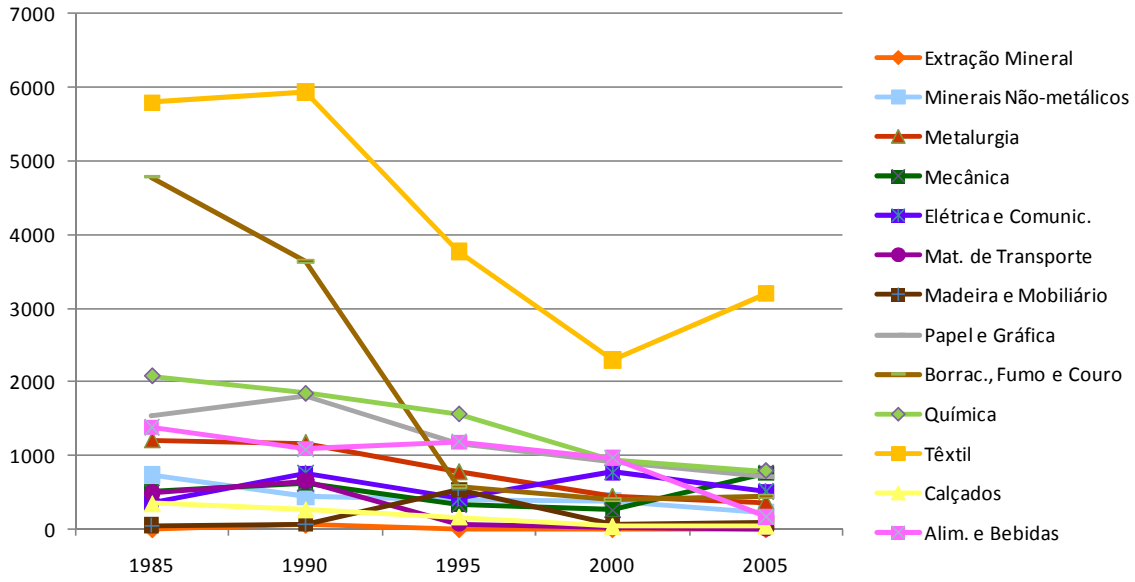


Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005

Em termos de média de empregos por estabelecimento o Gráfico 33 mostra a tendência do município na diminuição do número de empregos por estabelecimento. Os setores que mais tiveram queda no período foram os de alimentos e bebidas, que a média de 73 empregos por estabelecimento em 1985 caiu para 15 empregos por estabelecimento em 2005, o de material de transporte, que a média de 45 empregos por estabelecimento em 1985 caiu para 3 empregos por estabelecimento em 2005 e o de minerais não-metálicos, que a média caiu de 74 empregos por estabelecimento em 1985 caiu para 19 empregos por estabelecimento em 2005.

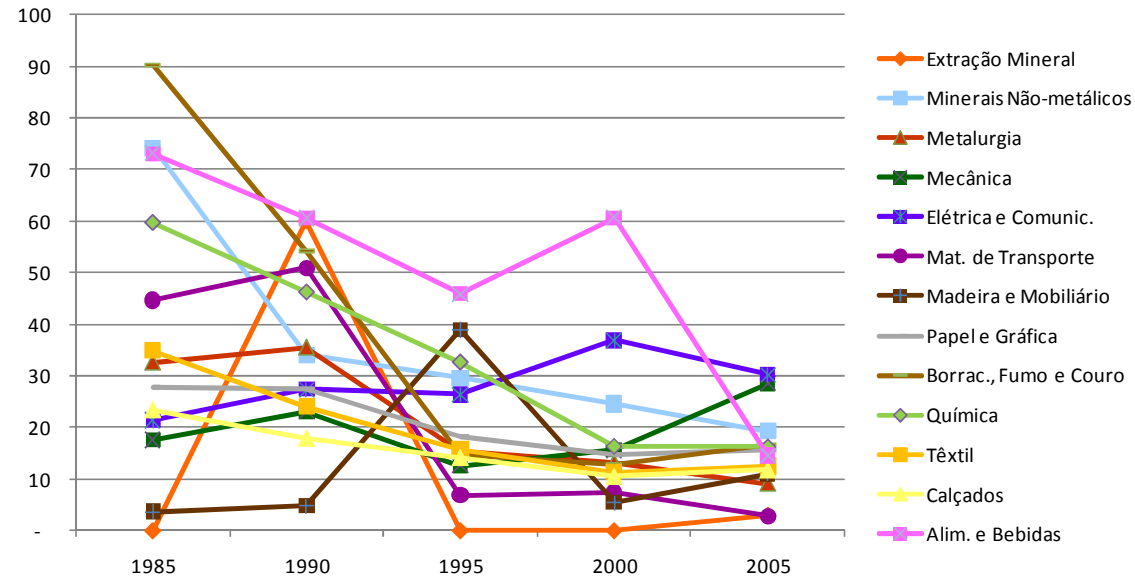
O setor predominante no distrito de Belém, o setor têxtil, também reduziu a média do número de empregos por estabelecimento de 35 em 1985 para 12 em 2005, mas, o Gráfico 33 mostra, ao mesmo tempo, que esse era um setor que desde 1985 não apresentou média alta de empregos por estabelecimento, o que caracterizava o setor no Município de São Paulo com estabelecimentos de pequeno porte.

Gráfico 32: Número de empregos na indústria no Distrito do Belém



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005

Gráfico 33: Média do número de empregos por estabelecimento no Belém



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Bom Retiro

Número de Estabelecimentos

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	0	3	37	77	20	5	23	55	67	30	1266	19	13
1990	0	6	26	93	24	6	26	61	74	37	1469	14	17
1995	2	7	39	50	16	9	14	69	39	38	1252	11	21
2000	0	3	26	37	12	7	12	64	40	30	1189	8	23
2005	0	2	20	33	5	4	8	52	37	34	1240	4	35

Número de Empregados

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	0	55	1007	866	1707	41	281	1113	5473	448	20850	339	1001
1990	0	89	663	943	1910	63	251	1303	5604	521	19219	171	1891
1995	13	41	394	408	318	144	87	980	569	514	14261	114	214
2000	0	20	295	2428	467	72	102	774	2313	339	12977	65	1064
2005	0	28	215	2092	140	61	63	471	1934	393	14275	52	1835

Média de empregados por estabelecimento

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	-	18	27	11	85	8	12	20	82	15	16	18	77
1990	-	15	26	10	80	11	10	21	76	14	13	12	111
1995	7	6	10	8	20	16	6	14	15	14	11	10	10
2000	-	7	11	66	39	10	9	12	58	11	11	8	46
2005	-	14	11	63	28	15	8	9	52	12	12	13	52

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

O distrito do Bom Retiro está localizado a nordeste do centro do Município de São Paulo, contíguo aos distritos do Brás, Pari, República e Sé e próximo a linha férrea Santos-Jundiaí e ao eixo Tamanduateí. Em função de sua localização privilegiada em termos de transporte sobre trilhos o Bom Retiro também foi um dos primeiros bairros a ser ocupado por estabelecimentos industriais na cidade.

Por sediar as estações da SP Railway e da Sorocabana, além do Jardim da Luz, o Bom Retiro foi importante ponto de encontro de imigrantes no final do século XIX e primeira metade do século XX.

Assim como o distrito do Belém, o Bom Retiro perdeu consideravelmente população a partir da década de 1970. Em 1970, o distrito possuía 45.662 habitantes, em 1991 caiu para 36.136 habitantes, chegando em 2000 com 26.598 habitantes em uma área de 4km^2, o que dava uma densidade demográfica de 6.650hab./ km^2 (IBGE, 1970, 1991 e 2000).

Quanto à renda, o distrito do Bom Retiro tinha uma renda média domiciliar de R$2.052,37, considerando que o distrito possuía 8.213 domicílios (Microdados FIBGE, 2000). Junto com os distritos do Belém e do Brás, o Bom Retiro possuía as menores rendas médias domiciliares dos sete distritos estudados. Além disso, era um dos distritos com maior taxa de população residente morando em favelas, 1,3% (SEMPLA/DEINFO, 1995).

A revisão da literatura nos capítulos anteriores mostrou que o distrito do Bom Retiro se manteve como distrito predominantemente industrial pelo menos até a década de 1970 e os dados da RAIS aqui analisados mostraram que essa importância se manteve até 2005.

Em termos de número de estabelecimentos, o Gráfico 34 a seguir mostra a predominância isolada do **setor têxtil** no distrito do Bom Retiro, que juntamente com o distrito do Brás eram os distritos com maior concentração de estabelecimentos têxteis na cidade até 2005. No Bom Retiro, o número de estabelecimentos têxteis cresceu até 1990, quando teve uma redução em 1995 e em 2000 e depois voltou a crescer até 2005.

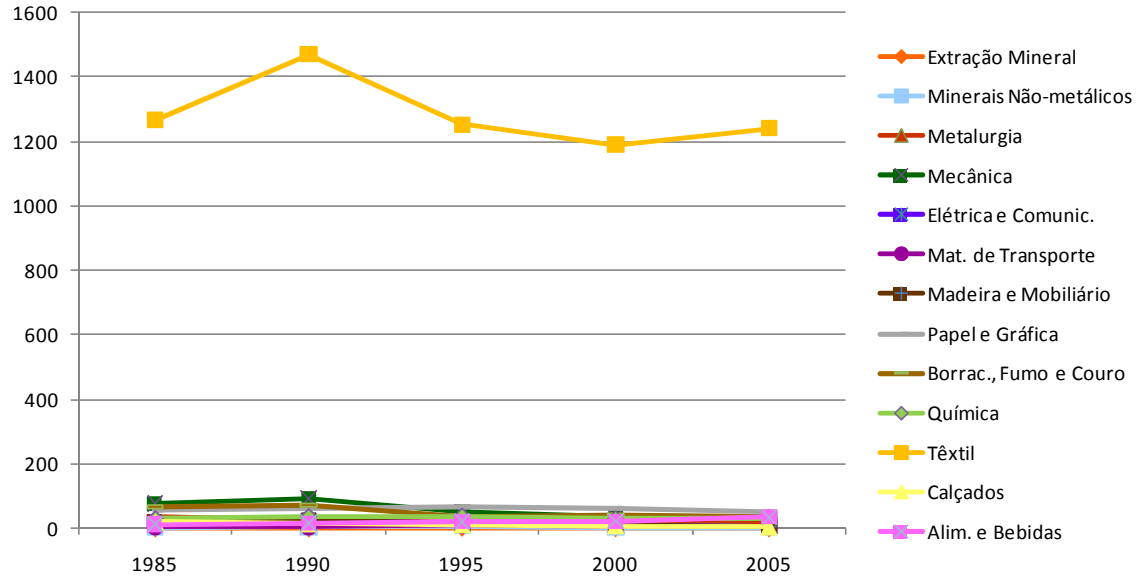
Em 1985 e em 1990 o Bom Retiro era líder na capital entre os distritos com maior número de estabelecimentos da **indústria mecânica**. Em 1995 o distrito caiu para o quarto lugar, em 2000 caiu para a nona colocação e em 2005 já não configurava entre os dez distritos com maior número de estabelecimentos da indústria mecânica da cidade de São Paulo.

Entre 1985, 1990 e 1995 o Bom Retiro ocupou o sétimo lugar em termos da concentração de estabelecimentos da **indústria de papel e gráfica** na cidade. Em 2000 e em 2005, no entanto, ele já não estava mais entre os dez distritos com maior número de estabelecimentos desse setor.

Na **indústria de borracha, fumo e couro**, o distrito do Bom Retiro também se sobressaiu. Em 1985 ocupava o quarto lugar entre os distritos de São Paulo com maior concentração de estabelecimentos desse setor. Em 1990 caiu para oitavo lugar e em 1995 saiu da lista dos dez distritos com maior concentração do setor. No entanto, em 2000 assumiu a sexta colocação e em 2005 caiu de novo para a nona posição.

Comportamento oscilante também ocorreu com o distrito do Bom Retiro no que diz respeito aos estabelecimentos da **indústria de calçados**. Em 1985, o distrito ocupava o quarto lugar, mas caiu para sétimo em 1990. Em 1995, subiu para sexto e em 2000 ocupou o lugar da vice-liderança. Em 2005, no entanto, já estava na sexta colocação novamente.

Gráfico 34: Número de estabelecimentos no distrito do Bom Retiro



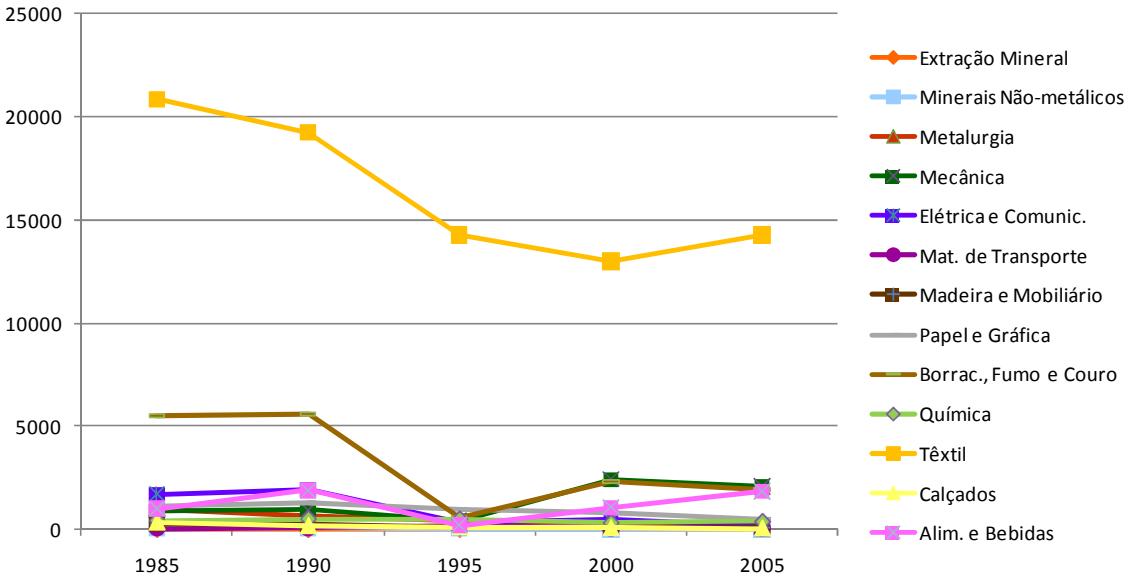
Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Em termos de número de empregos, o Gráfico 35 mostra a queda no número de empregos da indústria têxtil, assim como sua posição de liderança entre os empregos do distrito entre 1985 e 2005. Outra queda significativa foi no número de empregos do setor de borracha, fumo e couro e do setor de papel e gráfica.

O aumento no número de empregos no período ficou por conta da indústria mecânica e da indústria de alimentos e bebidas.

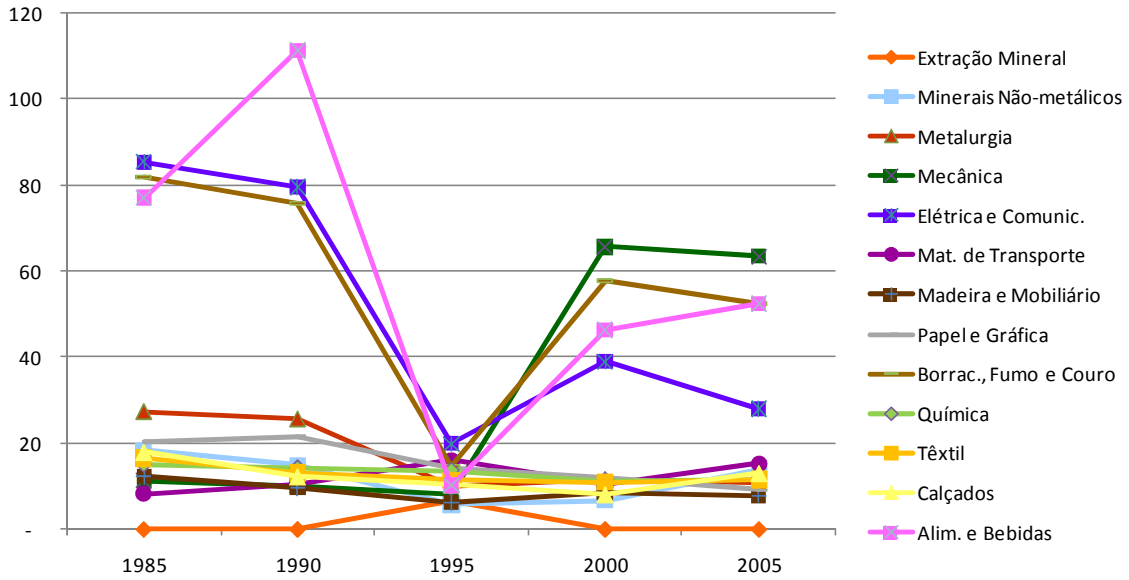
Em termos da média de empregos por estabelecimento, ficou claro no distrito do Bom Retiro a baixa média de empregos por estabelecimento no setor têxtil, assim como foi caracterizado o setor têxtil do distrito do Belém. O Gráfico 36 mostra a inversão significativa entre a média do número de empregos por estabelecimento que ocorreu em 1995, principalmente para os setores de alimentos e bebidas, material elétrico e comunicação e borracha, fumo e couro.

Gráfico 35: Número de empregos na indústria no distrito do Bom Retiro



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Gráfico 36: Média do número de empregos por estabelecimento no Bom Retiro



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Brás

Número de Estabelecimentos

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	0	9	58	40	15	14	29	70	60	33	1281	34	37
1990	0	8	55	42	15	12	25	70	57	40	1575	31	32
1995	1	4	35	26	8	16	18	59	30	41	1405	18	22
2000	1	5	44	23	5	11	24	48	20	35	1352	9	21
2005	1	4	52	24	4	11	13	49	17	40	1610	12	30

Número de Empregados

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	0	266	2345	401	795	834	512	2122	1936	777	15521	728	1650
1990	0	304	1007	488	609	827	195	2013	1838	1068	16519	435	1971
1995	27	127	408	248	125	334	154	1709	1433	420	12143	212	1163
2000	24	26	371	240	75	205	131	1104	304	290	10715	92	629
2005	26	33	489	300	70	301	68	731	197	520	14440	187	539

Média de empregados por estabelecimento

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	-	30	40	10	53	60	18	30	32	24	12	21	45
1990	-	38	18	12	41	69	8	29	32	27	10	14	62
1995	27	32	12	10	16	21	9	29	48	10	9	12	53
2000	24	5	8	10	15	19	5	23	15	8	8	10	30
2005	26	8	9	13	18	27	5	15	12	13	9	16	18

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

O distrito do Brás também está localizado a leste do centro do Município de São Paulo, contíguo ao distrito do Pari, Belém e Mooca e próximo a linha férrea Santos-Jundiaí e ao eixo Tamanduateí. Em função de sua localização privilegiada em termos de transporte sobre trilhos o Brás, junto com o Bom Retiro e o Belém, foi um dos primeiros bairros a ser ocupado por estabelecimentos industriais na cidade.

Papel importante no desenvolvimento da região do Brás foi desempenhado pela presença da Hospedaria dos Imigrantes, que era o ponto de encontro dos imigrantes que vinham de trem de Santos até o Brás e do Brás até as lavouras de café no Interior.

Com o passar dos anos, as fábricas também foram aumentando e crescendo e os próprios imigrantes passaram a abrir suas indústrias. Em 1886, a população do Brás era de 6 mil habitantes e em apenas 7 anos, em 1893, já chegava a 30 mil pessoas.

Como o Belém e o Bom Retiro, o Brás também perdeu população consideravelmente a partir de 1970. Em 1970, eram 41.006 habitantes, passando para 33.536 habitantes em

1991 e chegando a 25.158 habitantes em 2000, em uma área de 3,5km^2, o que dava uma densidade demográfica de 2.053hab/km^2 (IBGE, 1970, 1991 e 2000).

Também como os dois outros distritos mencionados acima, o Brás manteve em 2000 uma das menores rendas médias domiciliares entre os sete distritos estudados, com R$1.839,81, considerando 8.167 domicílios (Microdados IBGE, 2000). A taxa da população residente morando em favelas, no entanto, era bem baixa, de apenas 0,1% (SEMPLA/DEINFO, 1995).

A revisão da literatura nos capítulos anteriores mostrou que o distrito do Brás se manteve como distrito predominantemente industrial pelo menos até a década de 1970 e os dados da RAIS aqui analisados mostraram que essa importância se manteve até 2005.

Em termos de número de estabelecimentos, o Gráfico 37 a seguir mostra a predominância do **setor têxtil** no distrito do Brás. Os estabelecimentos têxteis cresceram até 1990, quando tiveram uma redução em 1995 e em 2000 e depois voltaram a crescer até 2005. O Brás foi o distrito com maior número de estabelecimentos têxteis na cidade de São Paulo entre 1985 e 2005. A predominância do setor entre os estabelecimentos do distrito pode ser vista no Gráfico 37 a seguir.

Além do setor têxtil, o Brás concentrou a maior parte dos estabelecimentos do **setor de calçados** da cidade entre 1985 e 2005. O distrito só deixou a liderança em 1990, quando caiu para a segunda colocação, mas em 1995 já havia retomado a liderança.

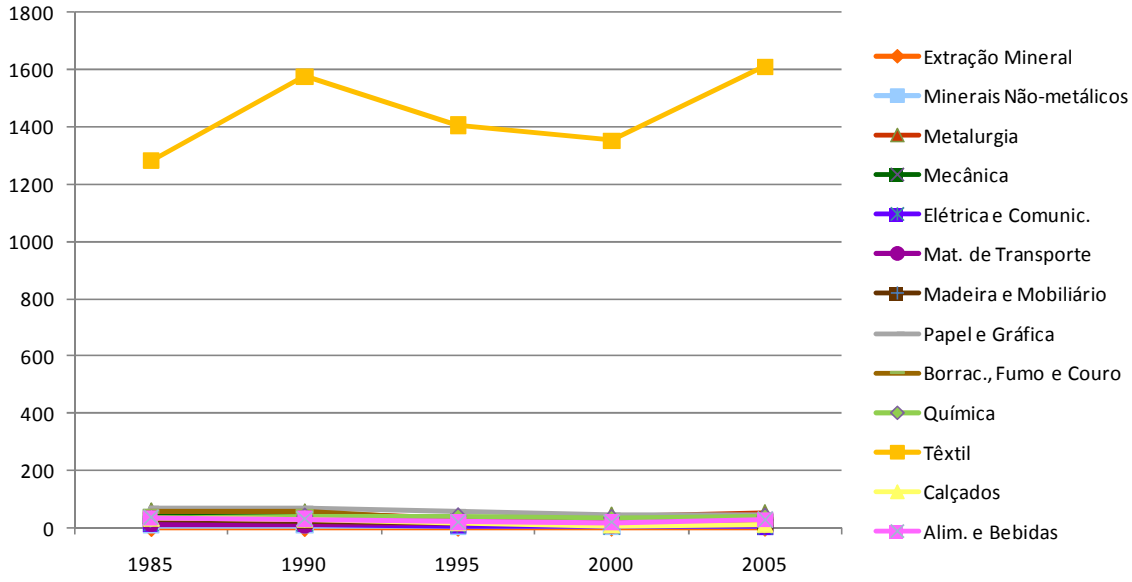
Entre 1985 e 1990, outro setor industrial que foi importante em número de estabelecimentos no Brás foi o **setor de papel e gráfica**. Nesse setor, o Brás era o segundo distrito da capital com o maior número de estabelecimentos em 1985 e o terceiro com maior número de estabelecimentos em 1990. Entretanto, após 1990 deixou de configurar entre os dez distritos com maior número de estabelecimentos da indústria de papel e gráfica da cidade.

Em 1985, o Brás era o oitavo distrito co maior número de estabelecimentos da **indústria metalúrgica** em São Paulo, mas depois disso, nos anos seguintes até 2005, deixou de

configurar entre os dez distritos com maior número de estabelecimentos desse setor na cidade. Também em 1985, o Brás era o sétimo distrito com maior número de estabelecimentos da **indústria de material de transporte**, mas caiu para a décima colocação em 1995 e depois deixou de ser representativo da indústria de material de transportes nos anos seguintes até 2005. Assim como no setor metalúrgico e de material de transporte, o distrito do Brás também foi importante em número de estabelecimentos do **setor de borracha, fumo e couro** em 1985, deixando de sê-lo nos anos seguintes.

Em 1985, o Brás também tinha a liderança do número de estabelecimentos do setor de alimentos e bebidas. Entretanto, a partir de 1990 esse setor deixou de se concentrar majoritariamente no Brás se deslocando para o distrito do Itaim Bibi.

Gráfico 37: Número de estabelecimentos no distrito do Brás

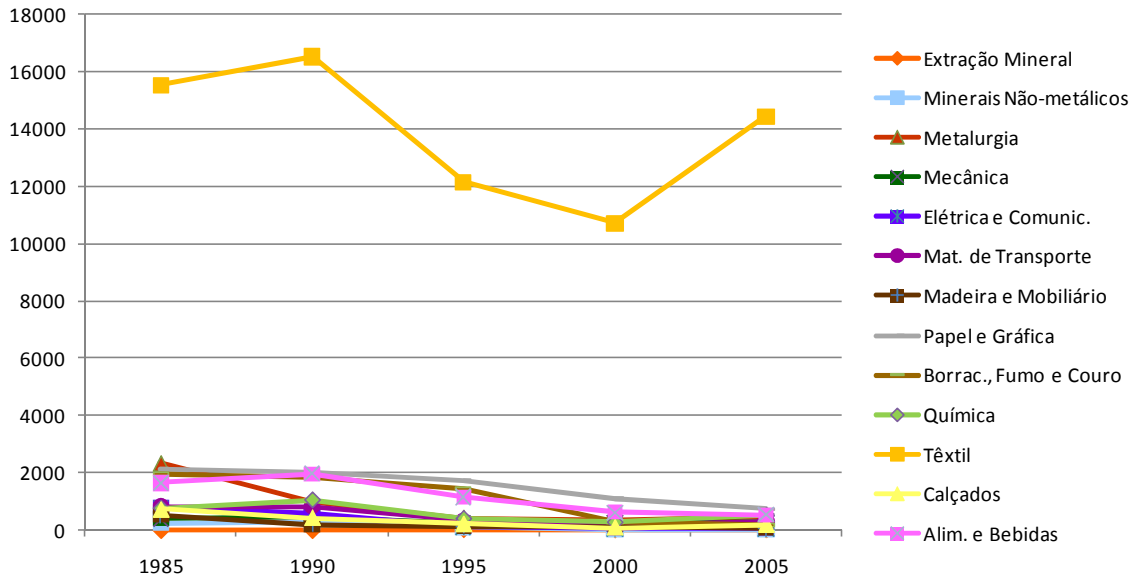


Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Em termos de número de empregos, o Brás era também um distrito representativo da indústria têxtil. Assim como no número de estabelecimentos, o número de empregos na indústria têxtil teve queda entre 1990 e 2000, mas deixou voltou a crescer entre 2000 e 2005. Todos os setores presentes no Brás tiveram queda no número de estabelecimentos. Os mais expressivos foram os setores de metalurgia, a indústria de alimentos e bebidas, borracha, fumo e couro, papel e gráfica e indústria de material elétrico e de comunicação.

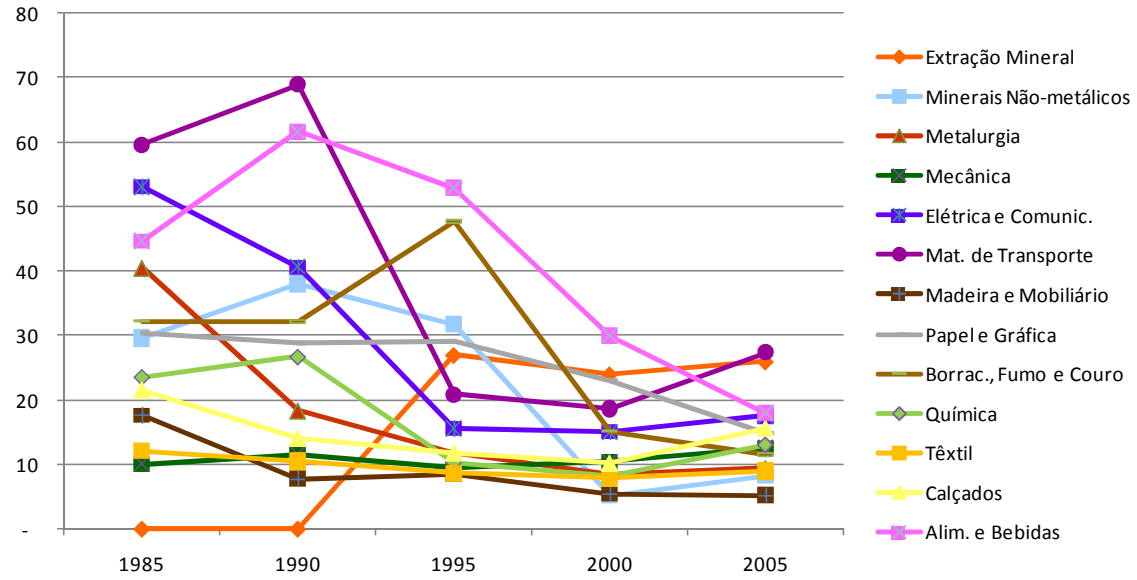
Quanto a média de empregos por estabelecimento, o setor têxtil também se configurava, como no Belém e no Bom Retiro, como um setor de estabelecimentos de pequeno porte.

Gráfico 38: Número de empregos na indústria no distrito do Brás



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Gráfico 39: Média do número de empregos por estabelecimento no Brás



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Ipiranga

Número de Estabelecimentos

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	3	17	108	62	40	20	54	66	73	75	183	11	19
1990	4	18	107	65	49	25	52	89	96	78	223	13	26
1995	2	14	110	49	50	29	34	99	64	86	175	2	36
2000	2	11	102	53	38	16	36	95	53	82	125	3	42
2005	1	9	126	54	42	19	14	96	56	91	110	2	44

Número de Empregados

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	5	222	6489	2488	1673	2394	1148	3714	2256	1392	7397	190	1177
1990	11	175	3983	2349	1691	4013	754	3647	2897	1752	6800	60	1035
1995	7	108	3282	1246	1594	1515	609	2895	1497	1860	5174	2	1369
2000	7	171	2207	605	1159	2761	390	1787	733	1812	3684	84	1192
2005	8	149	2595	1088	978	3719	113	1469	555	1908	3856	88	1804

Média de empregados por estabelecimento

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	2	13	60	40	42	120	21	56	31	19	40	17	62
1990	3	10	37	36	35	161	15	41	30	22	30	5	40
1995	4	8	30	25	32	52	18	29	23	22	30	1	38
2000	4	16	22	11	31	173	11	19	14	22	29	28	28
2005	8	17	21	20	23	196	8	15	10	21	35	44	41

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

O distrito do Ipiranga está localizado a sudeste do centro do Município de São Paulo, contíguo ao distrito de Vila Prudente, Mooca e Cambuci a leste e próximo a linha férrea Santos-Jundiaí e ao eixo Tamanduateí. Em função de sua localização privilegiada em termos de transporte sobre trilhos o Ipiranga também foi um dos primeiros bairros a ser ocupado por estabelecimentos industriais na cidade.

O Ipiranga está no caminho entre o Interior de São Paulo e a Serra do Mar, alcançando a Baixada Santista. Originalmente um bairro industrial, em função da proximidade com a ferrovia Santos-Jundiaí, sua ocupação fabril foi intensificada com a inauguração da Rodovia Anchieta, em 1947, que colaborou para o desenvolvimento do transporte industrial feito pelo sistema rodoviário.

Em 2000, o distrito do Ipiranga tinha uma população de 98.863 habitantes distribuídos em uma área de 10,50km^2, o que gerava uma densidade demográfica de 9.415 hab/km^2, bem diferente das baixas densidades demográficas do Brás, que pouco passavam de 2.000 hab/km^2 (IBGE, 2000).

Entretanto, a renda média domiciliar do Ipiranga se assemelhava a renda média domiciliar do Brás, e assim também do Bom Retiro e do Belém, com R$2.406,08, considerando a existência de 30.647 domicílios (Microdados IBGE, 2000). A tendência atual da ocupação urbana no distrito do Ipiranga é a verticalização de condomínios residenciais. A taxa de população residente em favelas era baixa, apenas 0,3% (SEMPLA/DEINFO, 1995).

A revisão da literatura nos capítulos anteriores mostrou que o distrito do Ipiranga se manteve como distrito predominantemente industrial pelo menos até a década de 1970 e os dados da RAIS aqui analisados mostraram que essa importância se manteve até 2005.

Em termos de número de estabelecimentos, o Gráfico 40 a seguir mostra que, apesar da predominância do **setor têxtil** também no distrito do Ipiranga, esse era um distrito bastante heterogêneo do ponto de vista dos setores industriais de seus estabelecimentos fabris.

Em relação aos estabelecimentos têxteis, eles cresceram até 1990, mas logo em seguida tiveram uma redução a partir de 1995 que se prosseguiu até 2005. Entretanto, em relação aos outros setores presentes no Município, muitos deles mantiveram o número de estabelecimentos e outros até aumentaram.

O Ipiranga estava entre os dez distritos com maior número de estabelecimentos da **indústria extrativa** em 1985, 1990 e em 2000. O distrito estava também presente entre os dez distritos com maior número de estabelecimentos da **indústria de minerais não-metálicos** de 1985, quando estava em quarto lugar, até 2000.

Na **indústria metalúrgica**, o Ipiranga não ficou abaixo da terceira colocação entre 1985 e 2005. Em 1985 estava em primeiro lugar entre os dez distritos com maior número de estabelecimentos da indústria metalúrgica na cidade. O distrito caiu para a segunda posição em 1990 e depois para a terceira em 1995 e em 2000, mas voltou para a primeira colocação em 2005.

Na **indústria mecânica**, o distrito do Ipiranga também esteve sempre dez distritos com maior número de estabelecimentos na cidade entre 1985 e 2005, assim como foi com a **indústria de material elétrico e de comunicação**, com a **indústria de material de transporte**, onde o Ipiranga foi o primeiro distrito com maior número de estabelecimentos do setor em 1985 e em 1990, e com a **indústria de madeira e mobiliário**, onde o Ipiranga também foi o primeiro distrito com maior número de estabelecimentos do setor em 1985, caindo para a vice-liderança em 1990 e em 2000. Em 2005, no entanto, o distrito não estava mais entre os dez distritos com maior número de estabelecimentos da indústria de madeira e mobiliário da cidade.

Grande importância para o distrito do Ipiranga tinha a **indústria de papel e gráfica**. O distrito era o terceiro com maior número de estabelecimentos do setor em 1985, mas logo em seguida, em 1990, assumiu a posição do distrito com o maior número de estabelecimentos da indústria de papel e gráfica até 2005.

Notável também era a importância do distrito do Ipiranga no **setor de borracha, fumo e couro**. Em 1985, o Ipiranga era o segundo distrito com maior número de estabelecimentos desse setor, atrás apenas da República. Ele permaneceu na segunda colocação em 1990 e em 1995. Em 2000 assumiu a liderança no lugar do Itaim Bibi e em 2005 perdeu a colocação novamente para o distrito do Itaim Bibi, mas manteve-se em segundo lugar.

Nos setor químico, o distrito do Ipiranga não ficou abaixo da quarta colocação entre 1985 e 2005 e no setor de calçados permaneceu entre os dez distritos com maior número de estabelecimentos do setor em 1985 e em 1990. No setor de alimentos e bebidas, o Ipiranga foi expressivo apenas em 1990, quando obteve a sexta colocação.

Em termos de número de empregos na indústria, os setores mais expressivos no distrito do Ipiranga eram o têxtil e o metalúrgico. Ambos, no entanto, perderam grande parte do número de empregos após 1985, como se pode analisar pelo Gráfico 41.

O setor de material de transporte teve queda drástica em 1995, mas logo se recuperou. O número de empregos da indústria mecânica caiu quase pela metade nesses vinte anos, entre 1985 e 2005, assim como ocorreu com os empregos da indústria de material

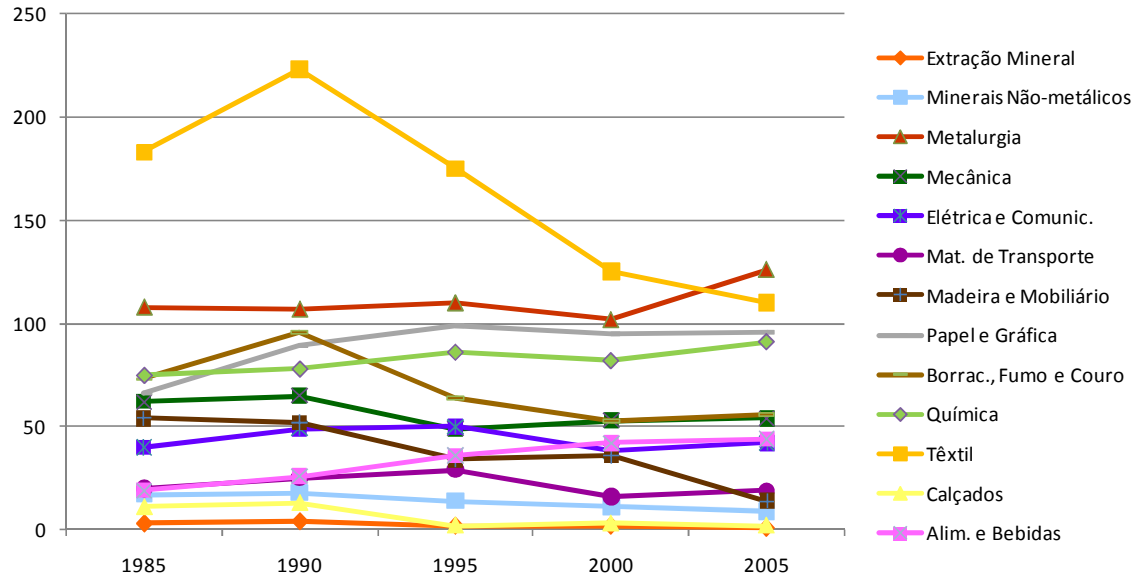
elétrico e de comunicação. Também foi significativa a queda no emprego do setor de papel e gráfica e do emprego do setor de borracha, fumo e couro, mas o mais significativo foi a perda de empregos no setor de madeira e mobiliário.

Em termos da média de empregos por estabelecimento, o distrito do Ipiranga teve alteração bastante significativa no setor de material de transportes. A queda na média de empregos por estabelecimento foi drástica entre 1990 e 1995, mas logo se recuperou em 2000, chegando em 2005 a superar a média que tinha em 1985.

As quedas mais acentuadas na média de empregos por estabelecimento no distrito do Ipiranga aconteceram nos setores de metalurgia, mecânica, material elétrica e comunicação, madeira e mobiliário, papel e gráfica e borracha, fumo e couro.

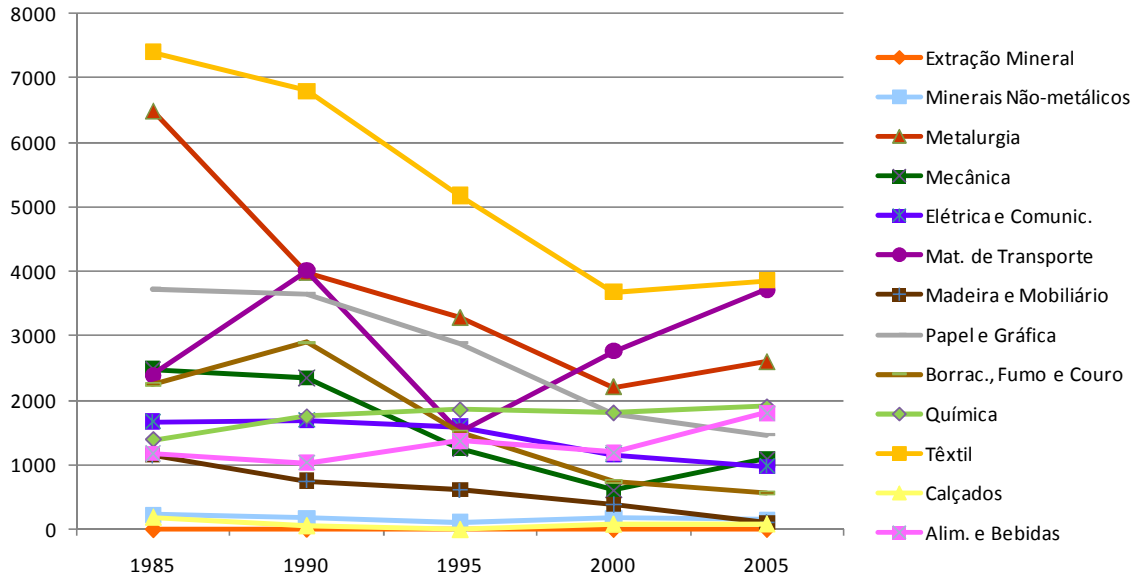
O Gráfico 42 mostra a dinâmica da média de empregos por estabelecimento no distrito do Ipiranga de acordo com cada setor industrial analisado.

Gráfico 40: Número de estabelecimentos no distrito do Ipiranga



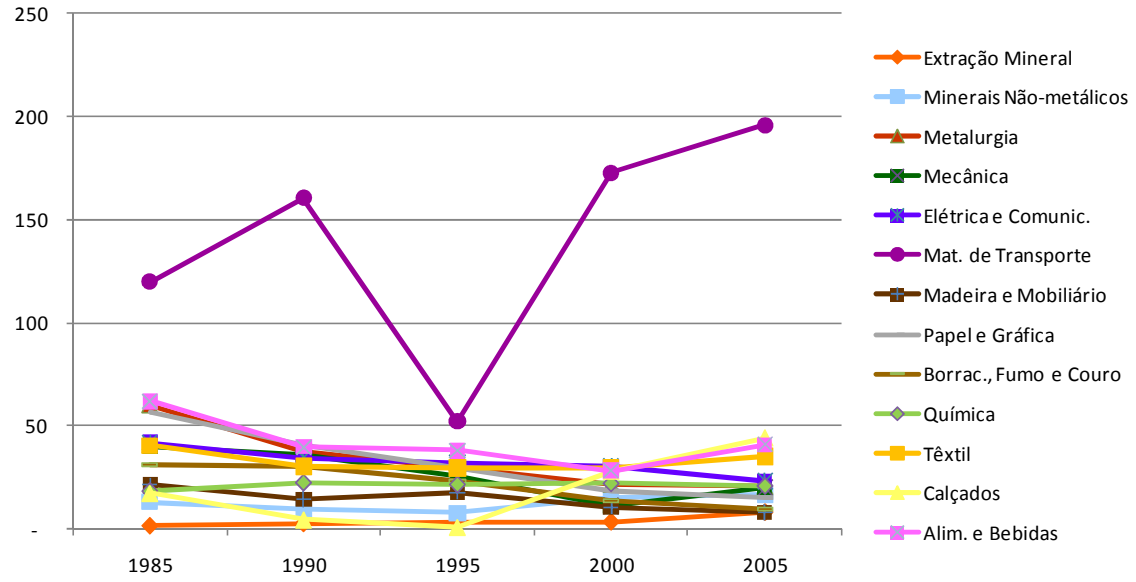
Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Gráfico 41: Número de empregos na indústria no distrito do Ipiranga



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Gráfico 42: Média do número de empregos por estabelecimento no Ipiranga



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Lapa

Número de Estabelecimentos

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	0	16	51	48	40	14	32	56	59	47	100	5	23
1990	1	16	48	52	42	10	38	62	92	42	142	7	22
1995	0	10	70	34	32	25	29	53	57	59	124	4	39
2000	1	10	45	33	27	11	26	61	35	46	94	3	40
2005	1	7	42	33	23	12	13	79	35	63	85	1	47

Número de Empregados

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	0	317	3552	1186	2485	1574	592	3551	1173	2025	6861	34	2052
1990	0	255	3185	1468	3349	669	465	3157	2275	1650	6439	259	958
1995	0	156	2686	869	687	769	233	2574	1916	1254	3897	56	480
2000	2	291	894	836	340	1381	182	1682	629	900	3249	16	647
2005	17	275	1407	591	378	3304	73	2107	589	1109	3507	5	736

Média de empregados por estabelecimento

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	-	20	70	25	62	112	19	63	20	43	69	7	89
1990	-	16	66	28	80	67	12	51	25	39	45	37	44
1995	-	16	38	26	21	31	8	49	34	21	31	14	12
2000	2	29	20	25	13	126	7	28	18	20	35	5	16
2005	17	39	34	18	16	275	6	27	17	18	41	5	16

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

O distrito da Lapa está localizado a oeste do centro do Município de São Paulo, entre os distritos de Barra Funda e Vila Leopoldina e próximo a linha férrea e ao eixo da Marginal Tietê. Em função de sua localização privilegiada em termos de transporte sobre trilhos a Lapa foi um dos bairros ocupados por estabelecimentos industriais na cidade de São Paulo, principalmente no período do auge da expansão industrial do Município.

A Lapa se desenvolveu, portanto, com base na instalação de indústrias e de famílias operárias que predominantemente se localizavam no entorno das fábricas. Essa característica era marcante da chamada Lapa de Baixo, que se localiza ao norte da linha férrea, e é diferente da porção ao sul da linha férrea, onde se localizam bairros de residências mais nobres de uma faixa social mais alta.

A Lapa perdeu parte de seu território em 1948 para a criação da Vila Madalena e mais tarde perdeu novamente para a criação da Vila Leopoldina, em 1986. O principal acesso à região para o transporte público de massa é via trem.

Em 2000, a Lapa possuía 60.281 habitantes, distribuídos em 10,28km2, o que gerava uma densidade demográfica de 5.864 hab/km2 (IBGE, 2000). Diferente dos distritos analisados anteriormente, a saber, Belém, Bom Retiro, Brás e Ipiranga, a renda média domiciliar do distrito da Lapa é bastante elevada, se comparada a dos outros seis distritos analisados, com R$4.046,68, considerando a existência de 19.867 domicílios (Microdados IBGE, 2000). A população residente em favelas é bastante baixa, de 0,1% (SEMPLA/DEINFO, 1995).

A revisão da literatura nos capítulos anteriores mostrou que o distrito da Lapa se manteve como distrito predominantemente industrial pelo menos até a década de 1970 e os dados da RAIS aqui analisados mostraram que essa importância se manteve até 2005.

Em termos de número de estabelecimentos, o Gráfico 43 a seguir mostra a heterogeneidade do distrito da Lapa no que diz respeito aos setores industriais. Os estabelecimentos têxteis, apesar de aparecerem em destaque, não garantiram ao distrito da Lapa a posição entre os dez distritos maior concentração de estabelecimentos do setor. A Lapa esteve entre esses dez distritos apenas em 1995, quando alcançou a décima colocação.

A Lapa estava entre os dez distritos com as maiores concentrações de estabelecimentos da **indústria de minerais não-metálicos** apenas em 1985. No caso da **indústria mecânica**, o distrito apareceu entre os dez distritos com as maiores concentrações de estabelecimentos desse setor entre 1985 e 1995. Para a **indústria de material elétrico e de comunicação**, a Lapa configurou entre os dez distritos com maior número de estabelecimentos entre 1985 e 2000.

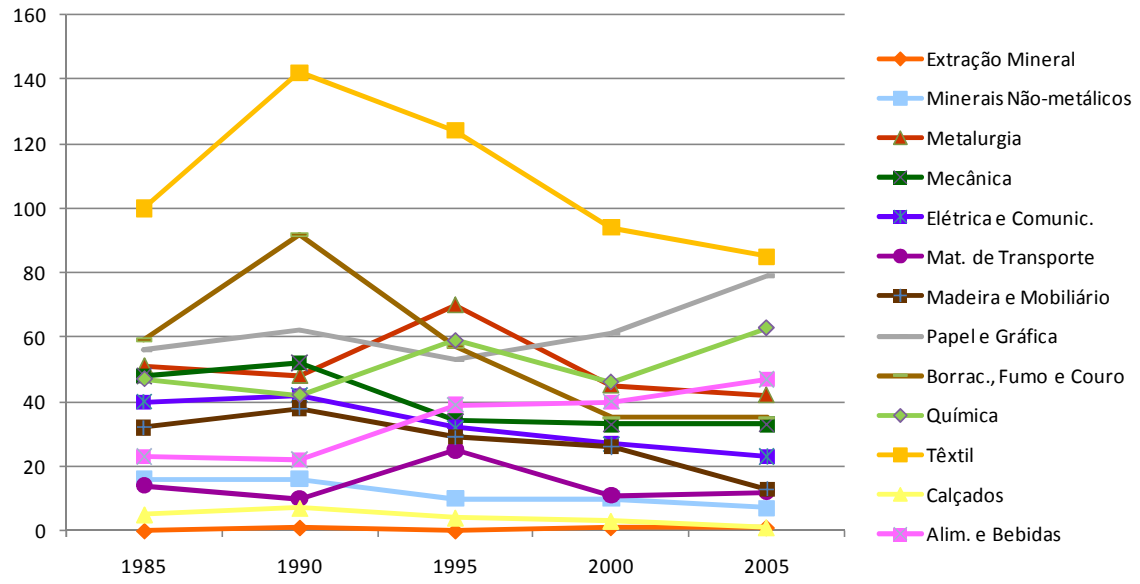
Na **indústria de material de transporte**, a Lapa era um dos dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do setor em 1985 e depois apenas em 1995. No caso da **indústria de madeira e mobiliário**, o distrito da Lapa também esteve entre os dez distritos com as maiores concentrações de estabelecimentos do setor entre 1985 e 2000, deixando essa lista em 2005.

Para a **indústria de papel e gráfica**, a Lapa era o sexto distrito com o maior número de estabelecimentos do setor em 1985, se mantendo nessa colocação em 1990, mas caindo em 1995 e em 2000. Em 2005, no entanto, o distrito recuperou posições, se estabelecendo como sétimo distrito com o maior número de estabelecimentos do setor de papel e gráfica do Município de São Paulo nesse ano.

No caso, da **indústria de borracha, fumo e couro**, o distrito da Lapa configurou entre os dez distritos com as maiores concentrações de estabelecimentos do setor entre 1985 e 1995, sendo que em 1990 o distrito esteve na terceira colocação, atrás do distrito da República e do distrito do Ipiranga.

O distrito da Lapa esteve entre os dez maiores distritos concentradores da indústria química apenas em 1985 e entre os dez distritos de maior concentração de estabelecimentos da indústria de alimentos e bebidas nos anos de 1985, 1995 e 2005.

Gráfico 43: Número de estabelecimentos no distrito da Lapa

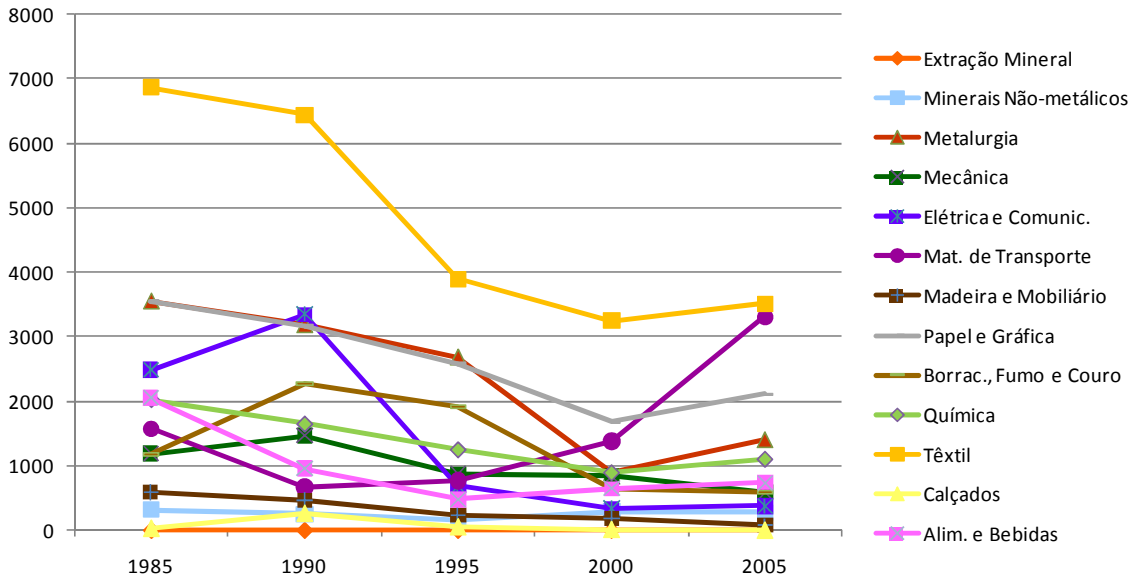


Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Quanto ao número de empregos na indústria no distrito da Lapa, o Gráfico 44 mostra que todos os setores tiveram queda no número de empregos, que tiveram o número reduzido pela metade na maioria dos casos, com exceção do setor de material de transporte que teve aumento de operários no período.

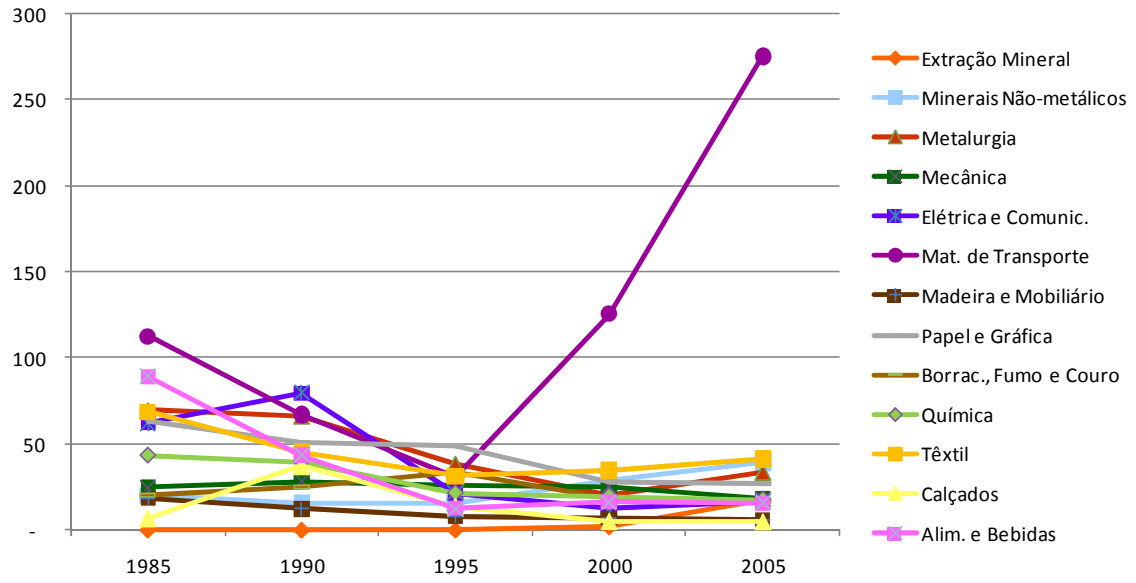
A indústria de material de transporte foi o único setor que teve uma recuperação bastante expressiva da média de empregos por estabelecimento a partir de 1995, quando saiu de 126 empregos para alcançar 275 em 2005.

Gráfico 44: Número de empregos na indústria no distrito da Lapa



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Gráfico 45: Média do número de empregos por estabelecimento no distrito da Lapa



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Mooca

Número de Estabelecimentos

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	1	8	74	37	19	14	27	40	54	44	93	8	21
1990	0	11	87	44	25	20	36	43	60	50	118	9	23
1995	0	4	91	21	21	20	16	64	31	52	101	8	26
2000	0	7	93	27	18	16	13	58	22	53	73	7	30
2005	0	2	84	27	18	16	16	52	27	58	91	4	30

Número de Empregados

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	13	133	4132	1527	313	3618	915	1953	1429	3773	6245	137	2575
1990	0	846	4629	1514	359	4503	679	1793	1061	3016	5367	129	2792
1995	0	622	4506	1298	401	2810	467	1892	681	1742	3006	248	552
2000	0	57	3567	532	293	558	104	1938	414	1408	1881	72	1014
2005	0	9	2781	354	462	734	83	1238	658	1364	1437	118	807

Média de empregados por estabelecimento

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	13	17	56	41	16	258	34	49	26	86	67	17	123
1990	-	77	53	34	14	225	19	42	18	60	45	14	121
1995	-	156	50	62	19	141	29	30	22	34	30	31	21
2000	-	8	38	20	16	35	8	33	19	27	26	10	34
2005	-	5	33	13	26	46	5	24	24	24	16	30	27

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

O distrito da Mooca está localizado a leste do centro do Município de São Paulo, contíguo ao distrito do Brás, Belém, Cambuci, Ipiranga e Vila Prudente e próximo a linha férrea Santos-Jundiaí e ao eixo Tamanduateí. Em função de sua localização privilegiada em termos de transporte sobre trilhos o Bom Retiro também foi um dos primeiros bairros a ser ocupado por estabelecimentos industriais na cidade.

A Mooca se desenvolveu primordialmente depois da instalação das ferrovias, em 1868 e em 1875. Junto com o distrito do Belém, a Mooca foi uma das preferências de localização da atividade industrial e das residências de famílias operárias no Município de São Paulo. Em 1891 a Companhia Antarctica Paulista se instalou no distrito assim como em o Cotonifício Crespi se instalou em 1896.

O distrito da Mooca possui a típica paisagem industrial de grandes galpões horizontais que ocupam muitas vezes quarteirões inteiros. Hoje em dia essa paisagem é mesclada com a crescente verticalização de condomínios residenciais.

A população do distrito também decresceu, mas não intensamente quanto a dos demais distritos. Em 1970, a população da Mooca era de 74.386 habitantes, passando para 71.999 em 1991 e chegando a 63.280 habitantes em 2000 (IBGE, 1970, 1991 E 2000) distribuídos em 7,7 Km^2, o que dava uma densidade demográfica de 8.218 hab/km^2, próxima a densidade demográfica do distrito do Ipiranga e bem distante das baixas densidades do Brás.

A renda média domiciliar no distrito da Mooca é de R$3.227,61, considerando 20.599 domicílios (Microdados IBGE, 2000). Portanto, a renda média domiciliar da Mooca não é tão alta quanto a dos distritos a oeste do centro, como a Lapa, ou a sul, como Santo Amaro, que detém as maiores rendas médias domiciliares entre os sete distritos pesquisados.

A revisão da literatura nos capítulos anteriores mostrou que o distrito da Mooca se manteve como distrito predominantemente industrial pelo menos até a década de 1970 e os dados da RAIS aqui analisados mostraram que essa importância se manteve até 2005.

Em termos de número de estabelecimentos, o Gráfico 46 a seguir mostra a predominância do setor têxtil também no distrito da Mooca, porém a Mooca, diferente dos outros distritos, não esteve entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do setor na cidade entre 1985 e 2005.

O distrito da Mooca estava entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do **setor de metalurgia** da cidade. Em 1985 a Mooca ocupava o quinto lugar, passou para quarto em 1990 e depois para quinto novamente em 1995 e em 2000. Em 2005, no entanto, o distrito perdeu posição e ficou em nono.

No **setor industrial de material de transporte**, a Mooca também esteve em todos os anos analisados entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do setor na cidade. Em 1985, estava em nono, passou para quinto em 1990, caiu para oitavo em 1995 e depois se estabeleceu em sétimo lugar tanto em 2000 quanto em 2005.

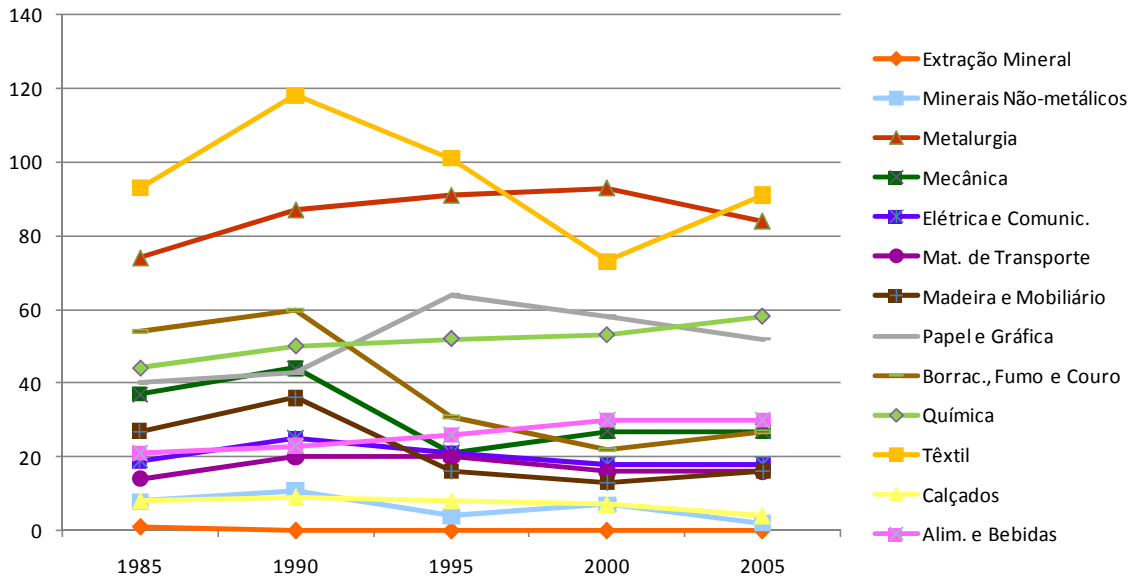
Na **indústria de madeira e mobiliário**, o distrito da Mooca apareceu entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do setor apenas em 1990, quando ocupou a oitava colocação. A Mooca também configurou entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do **setor de borracha, fumo e couro** em oitavo lugar, porém apenas em 1985.

No **setor químico** o distrito da Mooca esteve entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do setor na cidade apenas em 1990, quando ocupou a décima colocação.

Já no **setor de calçados**, a Mooca apareceu em 1995 entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do setor na cidade na nona colocação e subiu para terceiro lugar, atrás apenas do Brás e do Bom Retiro, em 2000. Em 2005, no entanto, voltou a cair, se estabelecendo na nona colocação novamente.

Em 1995 e em 1990, a Mooca configurou entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do **setor de alimentos e bebidas** na cidade de São Paulo. Em 1995 estava na oitava posição e em 1990 havia caído para a nona.

Gráfico 46: Número de estabelecimentos no distrito da Mooca

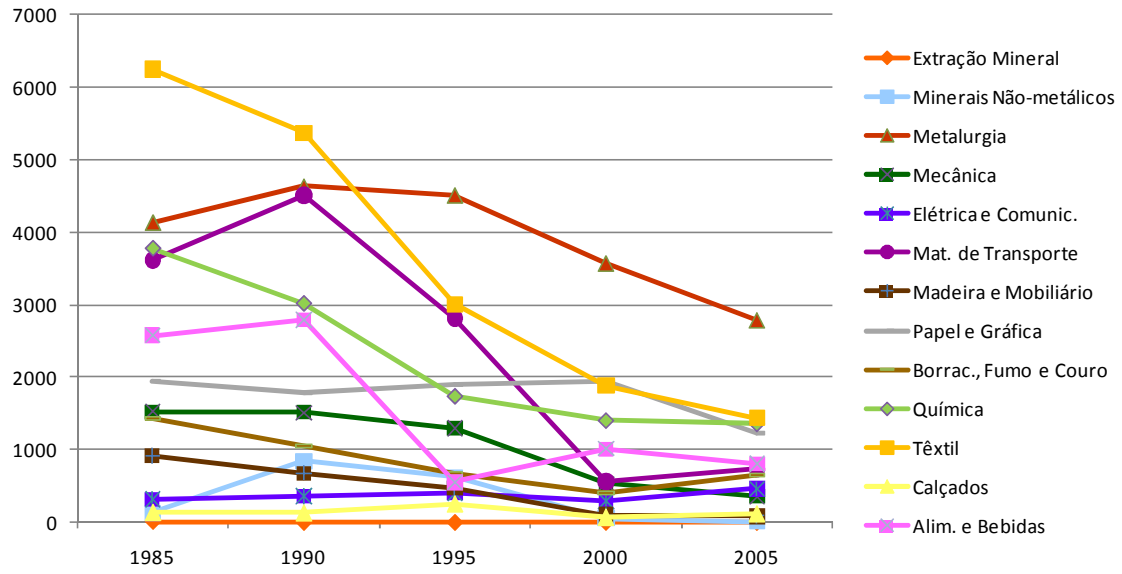


Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Em termos de número de empregos, no distrito da Mooca apenas o setor de material elétrico e comunicação teve aumento de operários no período analisado. Todos os outros setores tiveram redução, como pode ser analisado pelo Gráfico 47 a seguir.

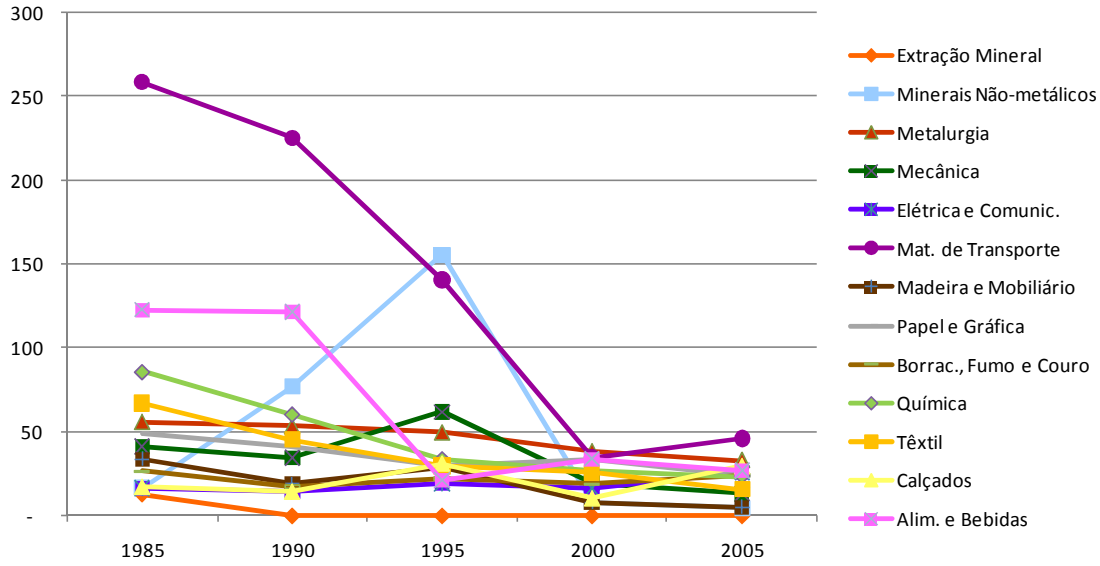
Em relação a média de empregos por estabelecimentos também houve queda, no geral, mas a queda mais significativa foi a do setor de material de transporte. O setor de minerais não-metálicos estava crescendo na média de empregos por estabelecimento até 1995, quando enfrentou uma reversão desse padrão até 2005.

Gráfico 47: Número de empregos na indústria no distrito da Mooca



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Gráfico 48: Média do número de empregos por estabelecimentos na Mooca



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Santo Amaro

Número de Estabelecimentos

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	3	16	60	60	79	20	25	36	42	94	70	1	16
1990	4	17	70	76	87	18	28	56	71	97	129	4	27
1995	1	11	75	69	51	24	27	61	34	108	96	3	68
2000	1	15	55	55	48	10	23	66	43	90	75	1	54
2005	3	7	57	44	40	14	19	70	39	92	67	0	56

Número de Empregados

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	88	2759	2765	2668	8479	4189	415	1233	2281	8011	3512	13	3013
1990	99	2527	3132	2712	9660	5576	320	1357	1946	7284	3217	12	2444
1995	0	291	3166	1553	3812	2577	312	1894	901	5521	1530	16	3913
2000	77	1118	1873	1004	1641	166	181	1368	498	4264	1032	6	5771
2005	115	914	1927	1165	1063	440	168	1020	736	5748	1335	0	5108

Média de empregados por estabelecimento

	Extração Mineral	Minerais Não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Elétrica e Comunic.	Mat. de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borrac., Fumo e Couro	Química	Têxtil	Calçados	Alim. e Bebidas
1985	29	172	46	44	107	209	17	34	54	85	50	13	188
1990	25	149	45	36	111	310	11	24	27	75	25	3	91
1995	-	26	42	23	75	107	12	31	27	51	16	5	58
2000	77	75	34	18	34	17	8	21	12	47	14	6	107
2005	38	131	34	26	27	31	9	15	19	62	20	-	91

Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

O distrito de Santo Amaro está localizado a sudoeste do centro do Município de São Paulo, contíguo ao distrito do Itaim Bibi e Campo Grande, mais ao sul, e próximo a ao eixo da Marginal do Rio Pinheiros. Em função de sua localização privilegiada em termos de transporte rodoviário Santo Amaro foi um dos bairros a ser ocupado por estabelecimentos industriais na cidade com a preferência do sistema rodoviarista.

Santo Amaro foi um município independente do Município de São Paulo até 1935. É o principal centro comercial da zona sul de São Paulo, tendo como referência do Largo 13 de Maio. As indústrias se estabeleceram principalmente ao longo do Rio Pinheiros no trecho entre Santo Amaro e Jurubatuba.

A renda média domiciliar dos moradores de Santo Amaro é a maior de todos os sete distritos analisados, com R$5.847,24, considerando 18.848 domicílios (Microdados IBGE, 2000). A população total em 2000 era de 60.673 habitantes distribuídos em 15,60km^2, o que dava uma densidade demográfica de 3.889 hab/60km^2.

A revisão da literatura nos capítulos anteriores mostrou que o distrito de Santo Amaro se manteve como distrito predominantemente industrial pelo menos até a década de 1970 e os dados da RAIS aqui analisados mostraram que essa importância se manteve até 2005.

Em termos de número de estabelecimentos, o Gráfico 49 a seguir mostra a heterogeneidade de Santo Amaro, no que diz respeito aos setores industriais presentes. Diferente da maioria dos outros distritos analisados, Santo Amaro não configurou entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do setor têxtil.

O distrito de Santo Amaro ao longo dos anos entre 1985 e 2000 esteve na liderança dos dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do **setor de material elétrico de comunicação** na cidade de São Paulo. Apenas em 2005, passou para a terceira colocação, atrás do distrito do Limão e do Sacomã.

Santo Amaro também foi líder na concentração de estabelecimentos do **setor químico**, que inclui a indústria farmacêutica. O distrito esteve em primeiro lugar entre 1985 e 1995, caiu para a terceira posição em 2000, atrás do distrito de Socorro, e depois para a quarta posição em 2005, atrás do distrito de Socorro e do distrito de Vila Maria.

Na **indústria extrativa mineral**, o distrito de Santo Amaro esteve configurado entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do setor em 1990, quando esteve em décimo lugar, e depois em 2005 já com a sexta colocação.

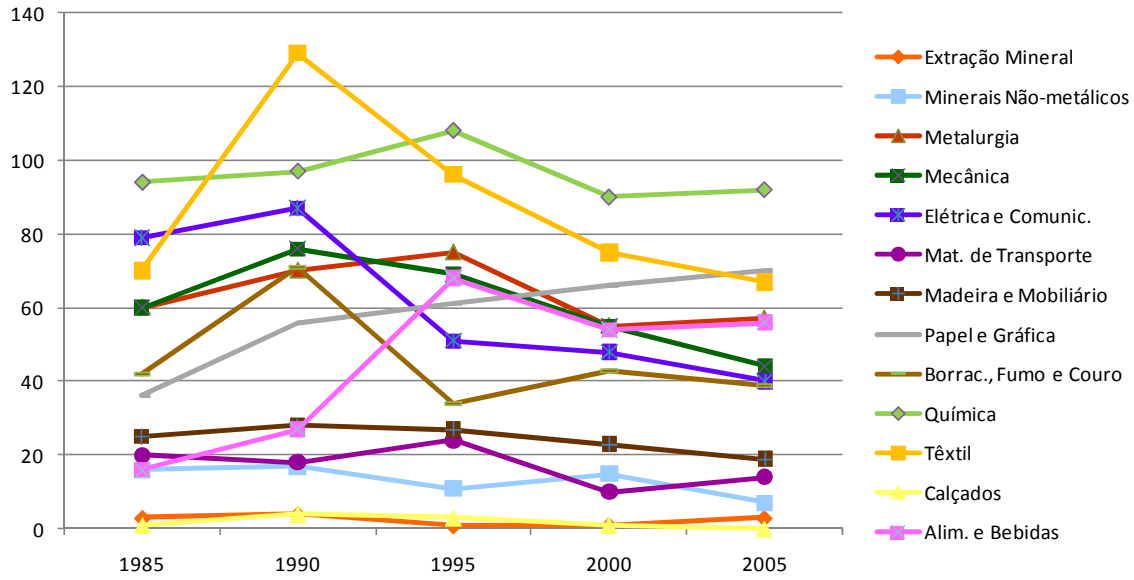
Santo Amaro esteve também entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do **setor de minerais não-metálicos** em 1985 e em 1995, quando estava na décima posição, e em 2000 quando partiu para a segunda colocação, atrás apenas do distrito do Belém.

Entre 1985 e 1995 o distrito de Santo Amaro esteve entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos da **indústria metalúrgica**. Esteve em sétimo lugar em 1985 e 1990 e depois passou para nono lugar em 1995.

No caso da **indústria mecânica**, Santo Amaro esteve presente entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do setor entre 1985 e 2005. Em 1985 o distrito

estava na quarta posição, mas passou para a segunda já em 1990. Em 1995 era o distrito com maior número de estabelecimentos do setor mecânico na cidade. Em 2000 e 2005 teve queda, passando para a terceira posição em 2000 e depois para a sétima posição em 2005.

Gráfico 49: Número de estabelecimentos no distrito de Santo Amaro



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Santo Amaro também esteve entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do **setor de material de transporte** em 1985, 1990, 1995 e 2005. Apenas no ano 2000 o distrito não atingiu esse patamar.

Apesar de não ter tradição nesse setor, o distrito de Santo Amaro apareceu entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do **setor de papel e gráfica** presente na cidade em 2005, com a décima colocação.

Em nossa análise, em 1990 foi o primeiro ano em que Santo Amaro configurou entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do **setor de borracha, fumo e couro**, com a décima posição. O distrito volta à lista dos dez em 2000, com a quarta colocação, mas já em 2005 caiu para a sétima posição.

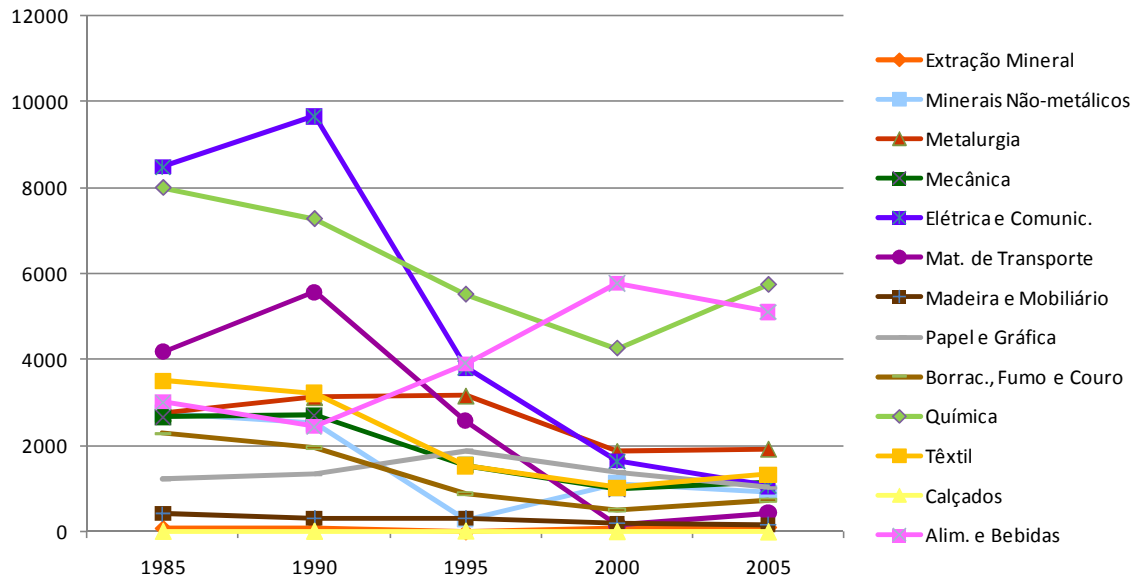
No **setor de alimentos e bebidas**, Santo Amaro esteve na quinta colocação entre os dez distritos com maior concentração de estabelecimentos do setor em 1990. Em 1995, já

estava na segunda colocação, atrás apenas do distrito do Itaim Bibi. Em 2000 e 2005 manteve-se na quarta colocação, atrás do Itaim Bibi, Moema e Jabaquara.

Em termos de número de empregos, Santo Amaro perdeu operários em quase todos os setores industriais, com exceção da indústria de alimentos e bebidas. No caso da indústria de material elétrico e comunicação, a perda foi significativa, como pode ser observado no Gráfico 50 a seguir.

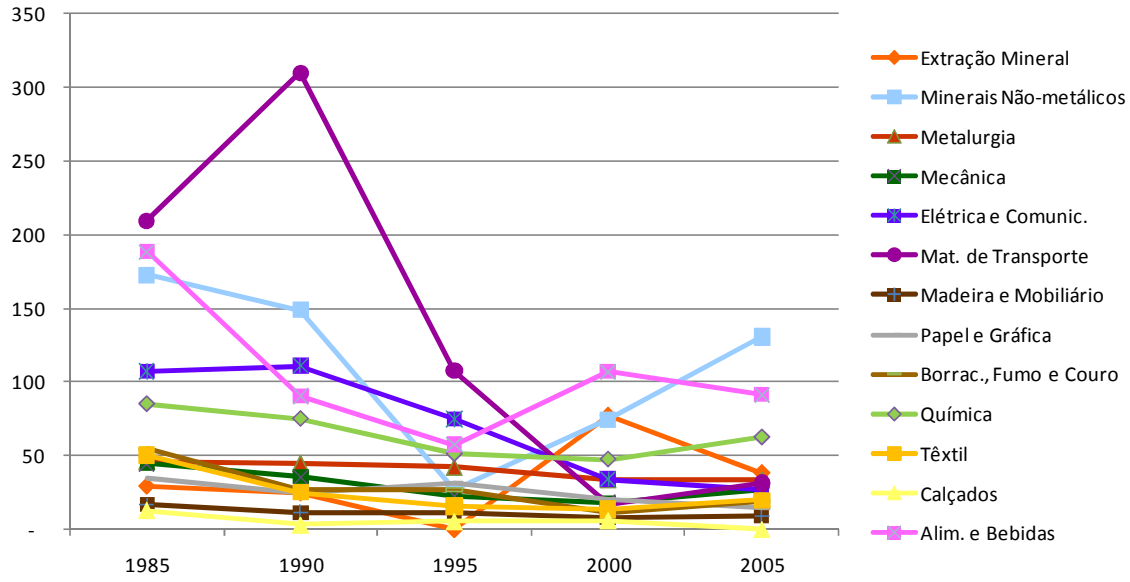
Em termos da média de empregos por estabelecimento, todos os setores diminuíram a média no distrito de Santo Amaro entre 1985 e 2005. O setor de material elétrico e comunicação, por exemplo, teve uma queda significativa da média de 209 empregos por estabelecimento em 1985 para 31 empregos por estabelecimento em 2005. O gráfico 21 a seguir aponta a dinâmica de transformação da média de empregos por estabelecimento para cada setor presente no distrito de Santo Amaro.

Gráfico 50: Número de empregos na indústria no distrito de Santo Amaro



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Gráfico 51: Média do número de empregos por estabelecimentos em Santo Amaro



Fonte: Elaborado pela autora com base na RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

As análises acima permitiram o levantamento de algumas especificidades do processo de transformação da atividade industrial do Município de São Paulo após 1985.

Verificou-se que os setores têxtil, químico, metalúrgico e papel e gráfica se mantiveram como setores industriais importantes para o município entre 1985 e 2005, tanto do ponto de vista do número de estabelecimentos, quanto do ponto de vista do número de pessoal ocupado.

O setor de alimentos e bebidas tornou-se um setor relevante para o Município tanto em número de estabelecimentos, quanto em número de pessoal ocupado no mesmo período. Já o setor de material elétrico e de borracha, fumo e couro perderam importância dentro do Município de São Paulo entre 1985 e 2005.

Quanto à distribuição nos distritos do Município, observou-se que historicamente alguns distritos da capital se tornaram característicos da atividade industrial de São Paulo. Com base nos dados levantados, verificou-se que a maioria desses distritos permaneceu importante para o Município, tanto em número de pessoal ocupado quanto em número de estabelecimentos, mesmo após o período auge de desconcentração industrial, que se deu entre 1975 e 1985.

Para esses distritos, a saber, Belém, Bom Retiro, Brás, Ipiranga, Lapa, Mooca e Santo Amaro, foi realizada uma análise mais específica dos setores industriais presentes em cada um e da importância de cada distrito para cada setor.

Verificou-se que o Brás e o Bom Retiro se caracterizam principalmente pela presença da indústria têxtil. O Brás também concentra importante parcela da indústria de calçados presente na cidade, apesar dessa indústria ter perdido peso ao longo dos últimos anos. O distrito do Belém também se caracteriza pela presença da indústria têxtil e o distrito da Lapa se sobressai ainda pela presença dos setores de metalurgia, material de transportes, calçados e alimentos e bebidas.

Já os distritos do Ipiranga e Santo Amaro se sobressaem quanto à atividade industrial no Município pela heterogeneidade de seu parque industrial.

O Ipiranga se caracteriza pela maior heterogeneidade, pois participou entre 1985 e 2005 das maiores concentrações das indústrias metalúrgica, mecânica, de material elétrico e de comunicação, de material de transporte, de papel e gráfica, química, de borracha, fumo e couro, madeira e mobiliário, extrativa mineral e de mineral não-metálico.

Já Santo Amaro se sobressaiu de 1985 a 2005 entre as maiores concentrações da indústria de material elétrico e comunicação, indústria química, metalúrgica, mecânica, de material de transporte e de alimentos e bebidas.

Essas características levantadas permitiram entender a dinâmica espacial da atividade industrial no Município de São Paulo de 1985 a 2005. Como resultado, verificou-se que os distritos caracteristicamente identificados como industriais durante a história do processo de industrialização de São Paulo permanecem industriais do ponto de vista do número de estabelecimentos e do número de empregos após processos de desconcentração da atividade industrial e reestruturação produtiva.

Identificar esses distritos e entender os setores industriais predominantes em cada um permite que planos e políticas urbanas possam ser elaborados daqui em diante com base na desmistificação do processo de desindustrialização da cidade de São Paulo. Ou

seja, que territórios paulistanos possam ser “planejados” considerando a dinâmica industrial que existe dentro de determinados distritos.

Pretende-se que essas análises e especificações diagnosticadas possam servir de embasamento para o desenvolvimento de políticas públicas mais específicas ao direcionamento da atividade industrial no Município de São Paulo.

Com base nessas informações levantadas dos setores e dos distritos pretende-se estabelecer diretrizes de políticas públicas, a título de exemplo, visando o desenvolvimento desses territórios específicos da cidade no tocante ao futuro da atividade industrial.

CONCLUSÕES

O foco da deste trabalho foi o processo de transformação do parque industrial paulistano, desde seus primórdios, entre meados do século XIX e início do século XX, até o período pós-1985, depois do auge do processo de desconcentração da atividade industrial no Município de São Paulo que ocorreu entre 1975 e 1985.

Para analisar esse processo de transformação foi utilizada uma periodização bastante recorrente na análise do desenvolvimento industrial brasileiro, que compreende majoritariamente três grandes fases: a primeira, que se estende do final do século XIX até 1930 e engloba a gênese da indústria na cidade; a segunda, que vai de 1930 até meados da década de 1970, e trata do processo do franco desenvolvimento da indústria e sua concentração em São Paulo; e a terceira fase, que se desenvolve de 1975 até os dias atuais e que vem sendo analisada como um processo de desconcentração e como uma fase de reestruturação do parque industrial da cidade. Em todas essas fases, a cidade de São Paulo foi o *locus* do desenvolvimento industrial brasileiro.

Observou-se no Capítulo 1 que, até 1920, o processo de industrialização em São Paulo se caracterizou principalmente por uma atividade industrial incipiente, onde um pequeno número de fábricas produzia apenas bens de consumo de primeira necessidade e de pequena complexidade. No início da década de 1920 se deu a consolidação dos setores

industriais tradicionais, como o têxtil, calçados, chapéus, moagem de trigo, cerveja e fósforos.

A crescente necessidade de matéria-prima e equipamentos levou os estabelecimentos fabris a se concentrarem as margens da ferrovia Santos-Jundiaí e da Estrada de Ferro Central do Brasil, em função da ligação com o Porto de Santos e com o Interior do estado e o restante do país. De início os estabelecimentos industriais estavam principalmente nos distritos de Santa Ifigênia, Luz, Liberdade e Bela Vista e logo depois nos distritos Brás, Mooca, Belenzinho e Tatuapé.

No período que se estende de 1915 a 1940 as margens das ferrovias continuaram sendo as localizações preferidas das indústrias. Entretanto, cada vez mais a ocupação se dava para fora do município de São Paulo, em busca de terrenos maiores e mais baratos. O padrão de localização se baseava no tripé “terrenos planos - ferrovia - fartura de água”.

Esse momento foi acompanhado de intensa modernização urbana e de um forte crescimento demográfico. As ferrovias e o leito dos rios consolidaram a segregação espacial e socioeconômica da cidade que se estabelecia entre a zona oeste e leste. De um lado, os bairros nobres da elite e, de outro, a grande maioria das indústrias instaladas ao longo das ferrovias e a população operária residente no entorno, em vilas ou em cortiços.

Como visto no Capítulo 1, o período entre o século XIX e 1930 foi caracterizado por um Estado dominado basicamente por interesses “ruralistas”, marcado pelo poder de uma elite que desenvolveu sua estratégia de desenvolvimento baseada em uma economia agroexportadora e associada aos interesses e à economia de outros países. A partir de 1930 esse cenário se alterou com o desenvolvimento e mudança do papel da indústria na economia brasileira e iniciou-se a fase de consolidação da hegemonia econômica de São Paulo, depois do auge da economia cafeeira.

O principal período de concentração industrial foi analisado no Capítulo 2, aonde vimos como a indústria se diversificou e se qualificou em São Paulo a ponto de transformar a cidade no principal pólo econômico do país. Essa segunda principal fase da industrialização brasileira e paulistana, teve início após a Revolução de 1930 e a Crise de

1929, se caracterizou pelo fim do Estado oligárquico e se estabeleceu o início de um novo Estado comprometido com a elite industrial.

A forte atuação do Estado na esfera econômica nesse período, no entanto, longe de objetivar a defesa dos ideais comuns da nação como um todo, se justificava pela necessidade da elite e do capital estrangeiro em unificar o mercado nacional e desenvolver a industrialização. A ação do Estado, nesses pontos, foi indispensável, tendo em vista sua ação como principal investidor e provedor da rede de infra-estrutura necessária.

A partir das políticas adotadas pelo governo Vargas entre 1930 e 1940 houve um importante crescimento da produção industrial com impulso aos setores não tradicionais da economia, ou seja, houve uma diversificação da estrutura de produção com aumento da participação dos setores mais dinâmicos.

Nas décadas de 1940 a 1950 o ritmo da industrialização brasileira foi bastante acentuado. Esse período significou um maior desenvolvimento dos setores industriais de base. São Paulo concentrava a maioria das indústrias nacionais no período até 1955. Algumas ainda de pequeno porte e dependentes de capital estrangeiro ou apenas atuando no mercado interno. Havia pouco desenvolvimento da indústria mecânica e daquela produtora de máquinas e equipamentos, sendo o Brasil ainda bastante dependente da importação desses artigos. Apesar da diversificação do parque industrial, a maioria dos ramos industriais ainda era daqueles voltados para a produção de bens de consumo não duráveis.

Não existia no país maior concentração de operários do que em São Paulo. Na cidade a preferência de localização se dava nos bairros a Leste e Sudeste. A mais importante área industrial seguia a direção de Osasco e à Sudoeste seguia a direção de São Caetano do Sul e Santo André, principalmente nos eixos Tietê e Tamanduateí. Os principais bairros de concentração industrial eram Lapa, Água Branca, Barra Funda, Freguesia do Ó, Casa Verde, Bom Retiro, Pari, Belenzinho, Tatuapé, Penha, Vila Carrão, Mooca, Ipiranga e Vila Prudente.

A partir das décadas de 1940 e 1950 a ferrovia perdeu o posto de transporte "por excelência" e foi as rodovias entraram como principal meio de transporte de mercadorias no país. Foi quando a dinâmica de localização do assentamento industrial no município de São Paulo passou a privilegiar a proximidade com os eixos rodoviários. Entretanto, até a década de 1940 a maior parte das indústrias ainda estava concentrada nos bairros centrais localizados ao longo das ferrovias, como Brás, Mooca, Ipiranga, Cambuci, Belém e Tatuapé, mesmo que já apontando outros municípios da Região Metropolitana como diferentes focos de expansão, principalmente em bairros populares, junto às vilas operárias, onde residiam as populações de mais baixa renda.

Após 1955 se iniciou o estágio da "industrialização pesada". Essa política econômica deu continuidade à primazia do estado de São Paulo como pólo econômico nacional e como esse processo repercutiu na produção do espaço urbano do município de São Paulo.

A década de 1950 representou uma intensa transformação da indústria brasileira, com grande contribuição da adoção de políticas públicas federais. A partir de 1955, com a política adotada no Plano de Metas, intensificou-se a unificação do mercado nacional e a conseqüente expansão da industrialização. O período pós 1955 foi caracterizado pela grande expansão industrial, que estava voltada agora para a produção também de bens de produção. O período da "industrialização pesada" significou a consolidação da posição de hegemonia do Estado de São Paulo na economia nacional.

A hegemonia do Estado de São Paulo, e principalmente de sua capital e região metropolitana, como pólo econômico nacional foi resultado da intenção política e econômica das classes dominantes, desde o surto do café em meados do século XIX. A construção e manutenção desta hegemonia só foram possíveis com a manutenção do processo de acumulação restrito, com base no desenvolvimento controlado da homogeneização do território paulista e nacional, tendo em vista o aumento da demanda por produtos industrializados. Entretanto, esta homogeneização tinha certo limite, de modo a impedir que outras regiões do país pudessem se desenvolver tão bem quanto ou mais do que São Paulo, o que acarretaria a perda da hegemonia do capital sediado em São Paulo.

O fim da fase anterior da industrialização (1930-1955) também significou a emergência de um novo padrão de localização do assentamento industrial no município de São Paulo. O tripé "terreno plano - ferrovia – fartura de água" passou a conviver com o binômio "terreno plano – rodovia".

No novo padrão de localização industrial, as áreas ao longo de eixos rodoviários, mas ainda sem urbanização, passaram a receber indústrias, como o caso da via Anchieta, Dutra, Anhanguera, Raposo Tavares e Regis Bittencourt. Entretanto, poucas foram as indústrias que se dirigiram para a Raposo Tavares e a Regis Bittencourt neste momento. Novos núcleos industriais foram surgindo com a implantação das rodovias, como a concentração fabril na Vila Maria, no município de Guarulhos, no distrito da Saúde, em São João Clímaco, Rudge Ramos, Vila Leopoldina, Jurubatuba, Indianópolis, Jabaquara, Itaim Bibi, Capela do Socorro, Vila Olímpia e Ibirapuera.

Paralelamente, a cidade de São Paulo como um todo intensificou seu processo de metropolização. Ao mesmo tempo em que os núcleos industriais foram crescendo ao longo das novas rodovias que foram sendo construídas, foram crescendo também novos núcleos residenciais em área periféricas.

No comportamento espacial da indústria brasileira, de um modo geral, observou-se, até meados da década de 1970, a intensa e crescente concentração das atividades produtivas no Estado de São Paulo, majoritariamente na sua Capital São Paulo e sua Região Metropolitana, apesar de ao longo dos anos alguns municípios do interior terem recebido um peso considerável.

Como vimos, a atividade industrial no início da década de 1970 estava localizada em São Paulo ao longo das ferrovias; ao longo das rodovias, principalmente Anhanguera, Dutra, Anchieta e Fernão Dias, ao longo da Marginal Pinheiros e da Av. do Estado e especialmente concentrada nos bairros de Brás, Bom Retiro, Mooca, Belenzinho, Ipiranga, Vila Prudente, Tatuapé, Lapa e Santana. A indústria estava também presente em áreas mais distantes como São Miguel Paulista, São Mateus e Jaraguá.

Demonstra-se no final do Capítulo 2 que essa característica fortemente baseada na concentração e na aglomeração das atividades industriais começou a se alterar em

meados da década de 1970. O que se percebeu no período após 1975 foi a consolidação de um novo padrão, que se intensificou a partir dos incentivos e fomentos por parte do Estado que promoveu a desconcentração das atividades industriais.

No Capítulo 3 foi analisado o período de auge da desconcentração industrial brasileira (1975-1985), com enfoque não só em suas características específicas, mas também nas razões que impulsionaram tal movimento e na distribuição espacial do parque industrial paulistano. O período que se estendeu de 1975 a 1985 se estabeleceu após o fim do chamado "Milagre Econômico" brasileiro (1968-1973), cuja marca foi o alto índice de crescimento econômico aliado a estabilidade e baixa inflação.

O II PND visava o desenvolvimento do parque industrial nacional e uma nova inserção do Brasil nas relações econômicas internacionais, mas foi interrompido em 1976, principalmente porque propunha a ampliação e o fortalecimento das forças produtivas internas do país, o que ameaçava a condição de dominância da elite nacional, liderada ainda pelo capital paulista. Com a interrupção do II PND o país voltou ao modelo de desenvolvimento entravado, que impulsionava minimamente o fortalecimento das forças produtivas nacionais.

A elite paulista, para manter sua posição hegemônica e dar segmento ao processo de reprodução de riquezas, precisava expandir o mercado nacional, diante do esgotamento das condições econômicas existentes até então no Município e Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, essa expansão e unificação do mercado brasileiro não poderia se completar de fato, a ponto de desenvolver de tal modo as forças produtivas internas e acarretar na perda da hegemonia da própria elite paulista.

O principal receptor de estabelecimentos industriais foi o Interior paulista, com vistas a dar continuidade hegemônica à liderança da elite nacional à elite de São Paulo. Após esse primeiro movimento das indústrias em direção ao Interior, muitas indústrias passaram a sair do Estado de São Paulo, se deslocando para outros estados. De fato, o modelo de desenvolvimento nacional desse período baseava-se na desconcentração econômica.

Evidenciou-se aqui o papel do Estado como fator decisivo para o fenômeno de desconcentração industrial. O Estado, como instrumento político da elite, agiu de acordo com os interesses desta, na medida em que incentivou a desconcentração industrial como estratégia para expandir o processo de acumulação de capital da elite, via expansão e unificação dos mercados internos, e manter sua posição de dominância, via controle dessa expansão.

A partir da década de 1960, os governos estaduais tinham como foco resolver os problemas do "caos urbano" das grandes cidades. Com esta justificativa, o poder público estadual atuou fortemente no sentido de conduzir uma política de "descentralização" das atividades industriais.

Em São Paulo o processo se ateve à desconcentração da produção com a ampliação do raio de localização da indústria paulistana sem que tenha havido despolarização. Apesar desse processo de desconcentração dos estabelecimentos industriais, grande parte da produção de riqueza industrial no Brasil ainda estava concentrada no Estado de São Paulo em 1984. Entretanto, é inegável o aumento da importância do Interior do estado de São Paulo.

Em síntese, verificou-se que, apesar de ter ocorrido um processo de relocalização de estabelecimentos industriais e uma nova distribuição do pessoal ocupado na indústria, a queda da porcentagem do VTI do Estado de São Paulo, de sua Capital e RMSP não significou a perda da hegemonia de São Paulo na produção industrial nacional. Mesmo porque, no tocante à concentração das atividades produtivas no Estado de São Paulo, a Capital e sua Região Metropolitana mantiveram nesse período sua posição de liderança entre as regiões de maior concentração dentro do Estado, mesmo com os movimentos de desconcentração em andamento.

Os dados mostraram também que o movimento de desconcentração industrial foi, no geral, seletivo. Ou seja, ao se analisar o processo de desconcentração por ramos industriais, verifica-se que os ramos tradicionais tenderam a sair da RMSP e da Capital e os ramos mais modernos tenderam a permanecer.

São Paulo, estado, região metropolitana e capital, mantiveram sua posição de liderança na economia industrial nacional. No entanto, estabeleceu-se a partir de 1975 uma nova relação entre a cidade, a RMSP e o Estado e suas demais regiões. Essa nova relação, agora baseada na complementaridade, permitiu a continuidade do processo de acumulação de capital em São Paulo e a manutenção de sua posição hegemônica nas relações econômicas nacionais. Essa complementaridade pode ser analisada pela manutenção em São Paulo das sedes de administração e controle das empresas.

A transformação da industrialização do estado de São Paulo não foi um processo de descentralização, já que o controle e o processo decisório continuaram concentrados na capital, mesmo com a efetividade do processo de desconcentração dos estabelecimentos industriais. Foi sim um processo de "*desconcentração-centralização*".

Até a década de 1970, a cidade vinha se estruturando com base no modelo centro-periferia, em um padrão excludente e periférico de crescimento, como uma das características principais da estrutura urbana formada para sustentar a grande etapa de desenvolvimento industrial. Esse padrão de segregação sócio-espacial presumia que o crescimento econômico andasse de mãos dadas com o crescimento da pobreza concentrada nas periferias de baixa densidade da cidade.

O município de São Paulo, a partir da década de 1980, passou a ser a localização preferencial para os pequenos e médios estabelecimentos industriais (em termos de número de empregados), principalmente aqueles voltados aos setores mais modernos e dinâmicos da economia.

Paralelamente, aumentou o número de pequenas e médias indústrias que passaram a se localizar pulverizadas na malha urbana. A mancha urbana teve nesse período poucos acréscimos em sua área urbanizada, já que o principal elemento de crescimento passou a ser o adensamento, como se pode analisar no mapa a seguir observando as novas áreas urbanizadas, que estão destacadas em vermelho.

Esta característica do parque industrial paulistano influenciou também o padrão de localização dos novos estabelecimentos no território do município. Antes preferidos os eixos ferroviários ou rodoviários, a partir da década de 1980 esses pequenos

estabelecimentos encontraram-se dispersos na malha urbana, pulverizados pelos distritos da capital.

Foi visto no Capítulo 3, portanto, o novo padrão de localização industrial que se instaurou em São Paulo entre 1975 e 1985 e as razões e políticas públicas que o incentivaram. Mostrou-se a seletividade da desconcentração industrial, em relação aos ramos que deixaram e os que permaneceram na Capital e RMSP durante esse processo. Mostrou-se também a manutenção da posição de liderança do Estado de São Paulo na economia nacional e a posição de liderança da Capital paulista e de sua Região Metropolitana na economia do Estado de São Paulo. Ou seja, definiu-se que o período auge do processo de desconcentração industrial foi marcado pela desconcentração – centralização das atividades produtivas em São Paulo, dentro de um padrão de seletividade que variava entre a saída de ramos mais tradicionais e a permanência de ramos mais modernos.

Dentro do Município de São Paulo evidenciou-se a manutenção da estrutura morfológica dos galpões e plantas industriais tradicionais, subutilizados, e a proliferação de indústrias de pequeno e médio porte espalhadas pelos distritos da Capital. Foi visto também como a estrutura urbana centro-periférica se alterou e como a cidade teve suas características excludente e segregadora agravadas, mesmo com a ocupação de seus interstícios urbanos mais centrais por parte da população de mais baixa renda.

A principal característica da cidade de São Paulo passou a ser a dualidade urbana, ou seja, uma cidade dotada de infra-estrutura, transporte, boas condições de moradia e elevado padrão socioeconômico convive lado a lado com uma cidade de infra-estrutura precária, péssimas condições de moradia e transporte, problemas ambientais e baixíssimo padrão socioeconômico. Esta nova característica da estrutura urbana fez com que crescesse ainda mais a disputa por terras dentro da cidade, aumentando também a procura e o valor dos terrenos originalmente ocupados pelas grandes indústrias, já que estes foram se tornando os únicos remanescentes de grandes glebas na região central da cidade.

A análise da legislação urbanística do uso industrial na cidade de São Paulo mostrou os interesses da elite por trás do poder público, quando esse decidiu, por exemplo, não

implantar restrições quanto à localização da indústria no município até 1955 (ano da implantação da "Lei dos Ruídos") em contraposição a todas as leis e decretos que foram promulgados estipulando o controle e a proteção às áreas residenciais. Pela elite, não havia a necessidade de regular a localização industrial, desde que as áreas residenciais de alto padrão estivessem protegidas.

Em 1955 foi instituída a Lei municipal 4805, conhecida como "Lei dos Ruídos", que propunha o controle dos ruídos urbanos, de forma a proteger o "*bem-estar e o sossego públicos*". Entretanto, a primeira lei geral de zoneamento de São Paulo só foi implantada em 1972 pela Lei 7.805. Esta lei de zoneamento, que esteve em vigor até 2002 com a implantação do Plano Diretor Estratégico (PDE), estipulou duas zonas de uso industrial para a cidade de São Paulo: a Z6 e a Z7, com parâmetros urbanísticos adotados para receber indústrias de grande porte.

Assim como estabelecido pelo PUB e pelo PDDI, a maioria das áreas onde já havia concentração industrial foi transformada pelo poder público em zonas industriais. Portanto, a produção da legislação urbanística no município de São Paulo veio consolidar a posição de dominância das classes sociais de mais alta renda quanto à produção do espaço legalizado, bem como na proteção de suas áreas residenciais. As classes de mais alta renda no quadrante sudoeste, enquanto que as classes de mais baixa renda se deslocaram cada vez mais a leste da cidade.

Mostrou-se também que a maioria das zonas industriais definidas pelas legislações de uso e ocupação do solo estava sendo superestimada. O uso de serviços passou a ocupar preferencialmente essas áreas, principalmente com a função de depósitos ou como transportadoras.

Como visto nos capítulos dessa tese, a localização industrial brasileira se concentrou no Estado de São Paulo, majoritariamente em sua Capital e Região Metropolitana com maior intensidade até 1975. Foi visto também que entre 1975 e 1985 se consolidou o período de inflexão dessa concentração. Entretanto, São Paulo não perdeu sua posição de líder da economia nacional, mesmo nesse período de auge da desconcentração industrial. É verdade que a Capital e sua Região Metropolitana perderam participação

relativa tanto em valor de produção quanto em número de empregados e em número de estabelecimentos.

Apesar de todo o processo de desconcentração industrial, já debatido no Capítulo 3, fomentado por políticas estatais que vinham em curso desde 1975, o estado de São Paulo chegou em 1985 como principal centro de produção industrial do país.

Na década de 1990, essa tendência que vinha se desenhando durante a segunda metade da década de 1980, de modernização do parque industrial com diminuição de pessoal ocupado e, em média, de diminuição do tamanho dos estabelecimentos com aumento da produtividade, se intensificou.

Nessa trajetória da economia nacional até meados da década de 1980, pautada no desenvolvimento industrial, o Estado desempenhou um papel fundamental. Até então, o poder público assumiu um caráter intervencionista, provendo a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico e estabelecendo taxas de importação que deram condição ao desenvolvimento da indústria brasileira, protegendo alguns setores da competição e da concorrência internacional.

No Capítulo 4 mostrou-se que, no início dos anos 1990, essa situação política e econômica brasileira se alterou, com a abertura da economia para o mercado internacional e a adoção de políticas neoliberais por parte do Estado. Nesse capítulo foi analisado o período entre 1985 e 1995, quando a desconcentração industrial se estagnou na Capital paulista e a cidade passou a reconcentrar determinados ramos industriais, além das sedes administrativas de empresas de médio e grande porte. É quando também a característica de dualidade urbana é seriamente agravada.

A mudança da estratégia histórica do desenvolvimento nacional, teoricamente passando de um Estado interventor para um Estado minimalista, acarretou em uma grande transformação da estrutura produtiva nacional e, como não poderia deixar de ser, gerou impactos profundos na estrutura das cidades, notadamente da cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana que, como líderes da economia brasileira, receberam com maior magnitude os impactos dessa transformação.

Esse foi um dos importantes impactos do processo de reestruturação produtiva sobre o território paulista. Determinados setores industriais (os mais tradicionais que não conseguiram se reestruturar de acordo com as novas exigências impostas pelos novos padrões de competitividade), de determinado porte (na maioria das vezes, médio e grande), encontraram vantagens de localização fora dos grandes centros urbanos, enquanto outros conseguiram se reestruturar e se modernizar a ponto de continuarem localizados no território metropolitano.

O Município de São Paulo a partir da década de 1990, assim como sua região metropolitana, passou por um processo de reorganização de sua estrutura produtiva ao lado de forte terceirização econômica. Esses processos envolveram novos setores da indústria e fizeram surgir novas atividades produtivas, também na forma de serviços produtivos sob diferentes formas de organização.

Assim, concluiu-se que tanto a Região Metropolitana quanto o Município de São Paulo, passaram a reconcentrar alguns setores industriais após o processo de reestruturação produtiva dos anos 1990 e que a heterogeneidade e complexidade do parque industrial paulistano são inegáveis.

O Município de São Paulo no início do século XXI passou a ter duas tendências: uma de reconcentrar estabelecimentos de pequeno porte, que se beneficiaram da proximidade do mercado consumidor e da proximidade com empresas maiores; e outro formado por essas indústrias maiores que, reestruturadas após a década de 1990, formaram uma ampla rede produtiva de empresas terceirizadas.

A cidade de São Paulo, portanto, chegou ao ano 2000 reorganizada após uma década de implementação de processos de reestruturação produtiva e abertura econômica. Alguns distritos, especialmente os “novos centros modernos” da cidade, passaram a abrigar as atividades industriais de comando, as sedes das empresas, enquanto outros passaram a concentrar as atividades produtivas propriamente ditas, notadamente as que mais se beneficiam da nova estrutura econômica da cidade.

Essa articulação da estrutura produtiva garantiu à cidade um caráter complexo, que vai além da simples definição de cidade industrial ou cidade terciária. Ela permitiu que São

Paulo tivesse uma economia fortalecida tanto pelo setor industrial quanto pelo setor terciário (de comércio e serviços) e, portanto, única no sistema nacional.

A análise da estrutura urbana de São Paulo a partir da década de 1990 mostrou a crescente dualidade existente entre as mais sofisticadas e modernizadas áreas da cidade e as mais precárias. A forma radial se manteve desde os primórdios da urbanização da cidade, assim como se manteve o padrão de segregação sócio-espacial, onde a porção sudoeste esteve historicamente favorecida pela melhores ofertas de infra-estrutura, serviços, emprego e sistema de transportes. O poder público, apesar de inúmeras propostas, pouco atuou historicamente no sentido de diminuir essa situação de desigualdade.

Foi visto até aqui a trajetória da estrutura industrial do Município de São Paulo até 1985 e sua relação com a estrutura urbana e com as políticas públicas urbanas adotadas pelo Poder Público até recentemente. Uma análise mais aprofundada sobre o período que se estendeu de 1985 a 2005 foi realizada no Capítulo 5, com base em dados extraídos da base RAIS (do Ministério do Trabalho e Emprego). Esses dados levantados por distrito e de cinco em cinco anos nos permitiu quantificar e analisar o processo de localização da atividade industrial no Município.

As análises do banco de dados da RAIS permitiram o levantamento de algumas especificidades da atividade industrial do Município de São Paulo após 1985.

Verificou-se que os setores têxtil, químico, metalúrgico e papel e gráfica se mantiveram como setores industriais importantes para o município entre 1985 e 2005, tanto do ponto de vista do número de estabelecimentos, quanto do ponto de vista do número de pessoal ocupado. O setor de alimentos e bebidas tornou-se um setor relevante para o Município tanto em número de estabelecimentos, quanto em número de pessoal ocupado no mesmo período. Já o setor de material elétrico e de borracha, fumo e couro perderam importância dentro do Município de São Paulo entre 1985 e 2005.

Quanto à distribuição nos distritos do Município, observou-se que historicamente alguns distritos da capital se tornaram característicos da atividade industrial de São Paulo. Com base nos dados levantados, verificou-se que a maioria desses distritos permaneceu

industrialmente importante para o Município até os dias atuais, tanto em número de pessoal ocupado quanto em número de estabelecimentos, como explicitado no Capítulo 5, mesmo após o período auge de desconcentração industrial.

Os sete distritos apontados por essa pesquisa como os mais relevantes do ponto de vista da atividade industrial para o Município de São Paulo desde o século XX até o início do século XXI foram Belém, Bom Retiro, Brás, Ipiranga, Lapa, Mooca e Santo Amaro.

Para esses distritos a análise mais específica dos setores industriais presentes em cada um e da importância de cada distrito para cada setor revelou que o Brás e o Bom Retiro, por exemplo, se caracterizam principalmente pela presença da indústria têxtil. O Brás também concentra importante parcela da indústria de calçados presente na cidade, apesar dessa indústria ter perdido peso ao longo dos últimos anos. Nesses distritos a predominância é de pequenos estabelecimentos industriais, com média de 90 metros quadrados de área construída.

O distrito do Belém também se caracteriza pela presença da indústria têxtil e o distrito da Lapa se sobressai ainda pela presença dos setores de metalurgia, material de transportes, calçados e alimentos e bebidas. A Mooca se sobressaiu nesse período na concentração da indústria metalúrgica, de material de transportes e de alimentos e bebidas.

Já os distritos do Ipiranga e Santo Amaro se sobressaem quanto à atividade industrial no Município pela heterogeneidade de seu parque industrial e pelo tamanho maior das plantas industriais, que possuem média de 300 e 400 metros quadrados.

O Ipiranga se caracteriza pela maior heterogeneidade, pois participou entre 1985 e 2005 das maiores concentrações das indústrias metalúrgica, mecânica, de material elétrico e de comunicação, de material de transporte, de papel e gráfica, química, de borracha, fumo e couro, madeira e mobiliário, extrativa mineral e de mineral não-metálico.

Já Santo Amaro se sobressaiu de 1985 a 2005 entre as maiores concentrações da indústria de material elétrico e comunicação, indústria química, metalúrgica, mecânica, de material de transporte e de alimentos e bebidas.

Inseridos na estrutura urbana do Município, a maioria desses distritos analisados perdeu população residente ao longo das últimas décadas e possui renda média domiciliar baixa. Ao mesmo tempo, sua localização da malha urbana do Município é excelente, com fácil acessibilidade via transporte público de massa. A melhor acessibilidade quanto ao sistema rodoviário se dá nos distritos que possuem plantas industriais maiores, como é o caso do Ipiranga e de Santo Amaro.

A exceção quanto a renda média domiciliar está nos distritos de Lapa e Santo Amaro, que se localizam na porção sudoeste do Município e agregam também porções residenciais importantes da cidade no que diz respeito aos assentamentos das classes sociais de mais alta renda.

Essas características levantadas permitiram entender a dinâmica espacial da atividade industrial no Município de São Paulo de 1985 a 2005. Como resultado, verificou-se que os distritos caracteristicamente identificados como industriais durante a história do processo de industrialização de São Paulo permanecem industriais do ponto de vista do número de estabelecimentos e do número de empregos após processos de desconcentração da atividade industrial e reestruturação produtiva.

O discurso da desativação completa do parque industrial paulistano tem sido utilizado como motivo para a ocupação das áreas industriais do Município com outros usos, principalmente daqueles de boa localização e acessibilidade, como as áreas situadas ao longo das linhas férreas.

As extensas áreas de Operação Urbana propostas no PDE 2002 utilizam o discurso da desativação do parque industrial e tratam a questão de forma “generalista”. Ou seja, como se a cidade toda estivesse sofrendo o mesmo tipo de processo em todas as áreas industriais, o que, como visto por nós anteriormente, não é verdade, pois as indústrias não responderam da mesma maneira ao processo de reestruturação produtiva, o que tornou o parque industrial paulistano e suas áreas industriais, ociosas ou ativas, bastante heterogêneas.

O Poder Público sempre tratou as áreas industriais como elementos consolidados na cidade de São Paulo. As propostas envolvendo essas áreas foram apenas de cunho

normativo e regulador, o que também pode ser concluído por nós na análise histórica do processo de construção do zoneamento industrial da cidade, desde os primórdios até a constituição do PDE 2002.

Portanto, cabe a esta pesquisa, com base na qualificação das áreas industriais presentes na cidade, sejam elas fruto do processo de desconcentração industrial e reestruturação produtiva, sejam elas áreas industriais ativas de novas características, contribuir para a gestão pública do território, gerando subsídios para o desenvolvimento e a revisão de políticas públicas urbanas, hoje em evidência com o debate da revisão do Plano Diretor Estratégico para o Município de São Paulo (PDE 2002)

Nesse sentido, é que coube a essa tese analisar com profundidade a trajetória da atividade industrial do Município de São Paulo apontando que os distritos mais relevantes do ponto de vista industrial permanecem os mais importantes até hoje, apesar de algumas alterações quanto ao tamanho dos estabelecimentos, seja em número de pessoal ocupado, seja em área construída industrial.

Espera-se que essas informações possam ser possíveis ferramentas para a elaboração de propostas de políticas públicas mais precisas e direcionadas às diferenças no padrão de localização das áreas industriais da cidade. Identificar esses distritos e entender os setores industriais predominantes em cada um permite que planos e políticas urbanas possam ser elaborados daqui em diante com base na desmistificação do processo de desindustrialização da cidade de São Paulo. Ou seja, que territórios paulistanos possam ser “planejados” considerando a dinâmica industrial que existe dentro de determinados distritos.

Essa tese pode ser utilizada com importante instrumento que evidencia o caráter heterogêneo dos assentamentos industriais no Município de São Paulo e que mostra que as mudanças ocorridas nos processos produtivos e a emergência de novos padrões de localização industrial, no caso de São Paulo, não invalidaram as antigas formas de ocupação e funcionamento das atividades industriais. Ou seja, o padrão de localização dos estabelecimentos industriais ao longo da linha férrea não foi substituído pelo padrão rodoviarista, mas o modelo rodoviarista se agregou ao modelo ferroviário, sem anulá-lo. Da mesma forma, ocorreu com os novos padrões de localização de alguns

estabelecimentos no processo de desconcentração industrial. A saída de parte dos estabelecimentos industriais não invalidou o modelo de concentração que havia no Município para toda a atividade industrial. A análise mais específica ao longo dos vinte anos entre 1985 e 2005 mostra isso com clareza.

Nesse sentido, viu-se que intra Município de São Paulo não existe um modelo de atividade industrial que prevaleça. Cada distrito tem sua especificidade e cada setor industrial suas preferências de localização, de acordo com as capacidades de se adaptarem às novas exigências da cidade e da economia como um todo e de acordo com suas necessidades específicas.

Acredita-se que o poder público possa agregar novos conhecimentos também sobre o zoneamento industrial, a fim criar diretrizes mais eficientes para os assentamentos industriais. A cidade de Boston, por exemplo, possui um zoneamento industrial de acordo com as características específicas dos diferentes assentamentos presentes na cidade. Naquela cidade a atividade industrial não é tratada isolada e sim no contexto das diretrizes urbanísticas locais e regionais. Em Boston, cada tipo de assentamento industrial recebe regulamentações e incentivos específicos, por exemplo, quando se avalia o setor de alimentos localizado em determinadas porções da cidade,se estabelecem limitações e possibilidade de atuação específicas, ou ainda, setores mais avançados em tecnologia podem se localizar em determinados lugares. Certos territórios tradicionalmente desenvolvidos com base em determinados setores industriais recebem incentivos para que esses setores se potencializem e se desenvolvam da melhor forma para a coletividade.

Não se pretende, no entanto, ao trazer o exemplo de uma cidade norte-americana, sugerir a adoção de modelos de desenvolvimento norte-americanos ou de qualquer outra realidade dispare da nossa. O intuito é apenas, a título de exemplo, mostrar as possíveis variações que podem haver nas legislações de uso e ocupação do solo, além das especificações básicas quanto ao tamanho máximo dos estabelecimentos ou às restrições ambientais que podem eventualmente serem adotadas em nossa legislação.

Ao desenvolver políticas públicas mais específicas para determinados distritos, regiões ou setores industriais de forma clara e precisa pode-se propiciar um desenvolvimento

mais adequado destas indústrias em consonância à melhor adequação da estrutura urbana, contribuindo para a geração de emprego e renda, o que indiretamente também pode melhorar as condições sociais da população, sem minimizar a importância que o setor industrial tem para a cidade e para o país.

Vale ressaltar que, ao propor a adoção de políticas públicas específicas não estamos negando a importância de políticas urbanas e industriais em níveis regionais e nacionais, já que São Paulo se articula enquanto território macrometropolitano em relação a todas as suas atividades econômicas, pressupondo que qualquer atuação do Estado deva considerar essas esferas territoriais na elaboração de políticas públicas.

Dessa forma, pretende-se que as análises e especificações diagnosticadas nessa tese e que o levantamento da importância industrial para esses sete distritos da capital paulista possam servir de embasamento para o desenvolvimento de políticas públicas mais específicas no direcionamento da atividade industrial no Município de São Paulo.

REFERÊNCIAS

ACCA, Rogério dos Santos. “A dinâmica produtiva recente da metrópole paulista: das perspectivas pós-industriais à consolidação do espaço industrial de serviços”. In: Revista de Ciências Sociais, Vol. 49, no 1. Rio de Janeiro, 2006.

ANTONUCCI, Denise. “O Plano Diretor de 1991: a revolução conceitual”. In: SOMEKH, Nadia; MALTA CAMPOS, Candido. A Cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: MackPesquisa, 2002.

ANAÚ, Roberto. As transformações econômicas no Grande ABC de 1980 a 1999. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

ANTUNES, Ricardo. “Trabalho, reestruturação produtiva e os desafios do sindicalismo e dos movimentos sociais no Brasil”. In: FERNANDES, Édesio; VALENÇA, Márcio (org.). Brasil Urbano. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

ARAÚJO, M. de F. I. “Mapa da estrutura industrial e comercial no Estado de São Paulo”. In: Revista São Paulo em Perspectiva, Vol.13, nº1-2. São Paulo: Fundação Seade, 1999.

ARAÚJO, M. de F. I. Reestruturação Produtiva e Transformações Econômicas: Região Metropolitana de São Paulo. In: Revista São Paulo em Perspectiva, Vol. 15, nº 1. São Paulo: Fundação SEADE, Jan./Mar 2001.

AZZONI, Carlos Roberto. Indústria e Reversão da Polarização no Brasil. Série Ensaios Econômicos, no. 58. São Paulo, s.n., 1986.

BALDONI, Marco Antonio. O lugar da indústria na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

BARDI, Pietro Maria. Lembrança do trem de ferro. Banco São Paulo: Banco Sudameris, 1983.

BLUESTONE, Barry; HARRISON, Bennett. The Deindustrialization of America: Plant Closings, Community Abandonment, and the Dismantling of Basic Industry. Nova York: Basic Books, 1984.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estatuto da Cidade. Lei número 10.257 de 10 de Julho de 2001. Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Base estatística RAIS: relação anual de informações sociais – RAISESTAB - 1985. Brasília, 1985. CDROM.

._____. Base estatística RAIS: relação anual de informações sociais – RAISESTAB-1992. Brasília, 1990. CDROM.

._____. Base estatística RAIS: relação anual de informações sociais – RAISESTAB-2004. Brasília, 1995. CDROM.

._____. Base estatística RAIS: relação anual de informações sociais – RAISESTAB-2004. Brasília, 2000. CDROM.

._____. Base estatística RAIS: relação anual de informações sociais – RAISESTAB-2004. Brasília, 2005. CDROM.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. Reestruturação Produtiva e Localização Industrial: a dinâmica industrial na RMSP entre 1985 e 2000. XXXII Encontro Nacional de Economia de 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br>. Acesso em jan./2007.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Quinta edição. Campinas: Unicamp, 2007.

CANO, Wilson. Subsídios para a Reformulação das Políticas de Descentralização Industrial e de Urbanização do Estado de São Paulo. In: Fundação SEADE: a Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980. Coleção Economia Paulista, v. 1, n°1. São Paulo, s.n.,1988.

CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A.; MACIEL, Cláudio S.; MACEDO, Fernando C. Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005. Campinas/SP: Editora Alínea, 2007.

CARONE, Edgard. A Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930). São Paulo: Editora Senac, 2001.

CASTRO, Luiz Guilherme R. de. Operações urbanas em São Paulo: interesse público ou construção especulativa do lugar. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo, 2007.

COUTINHO, L. O Desenvolvimento Urbano no Contexto das Mudanças Tecnológicas. In: O Novo Brasil Urbano: Impasses, Dilemas e Perspectivas. 1. Ed. Porto Alegre. Vol. 1. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1995, p. 41-62.

DÉAK, Csaba. "Acumulação Entravada no Brasil e a Crise dos Anos 80". In: Espaço & Debates. São Paulo, n. 32, 1991.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli. "São Paulo: The metropolis of an elite society". In: SEGBERS, Klaus (Org.) et alii. The making of global city regions. Baltimore: Johns Hopkins UP, 2007.

DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo (1880-1945). Rio de Janeiro: Corpo e Alma do Brasil, 1991.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. Nova Economia Vol.3. Setembro 1993.

DUPAS, Gilberto (coord.) América Latina no início do século XXI: perspectivas econômicas, sociais e políticas. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FANI CARLOS, Ana. "São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro". In: FANI CARLOS, Ana (org.) e OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografias de São Paulo 2: a metrópole do século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

FELDMAN, Sarah. Planejamento e Zoneamento: São Paulo 1947-1972. São Paulo: Edusp e Fapesp, 2005.

FIX, Mariana. Parceiros da Exclusão. São Paulo: Editora Boitempo, 2001.

FUNDAÇÃO IBGE. Cadastro Industrial - 1965. Estado de São Paulo: município da capital segundo distritos. Volume VII, Tomo II. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

FUNDAÇÃO IBGE. Cadastro Industrial. Censos de 1907, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975 e 1980. Rio de Janeiro: IBGE.

FUNDAÇÃO IBGE. Censos demográficos 1970, 1991 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE.

FUNDAÇÃO SEADE. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep 1996. São Paulo, 1999.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GRILLO, Maria Teresa Oliveira. Industrialização e Desindustrialização no Município de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

HOOVER, E. Location theory and the shoe and leather industries. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1936.

IANNI, Octavio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IWAKAMI, Luiza Naomi. Espaços de reestruturação industrial: alterações urbanas do Grande ABC paulista. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2003.

LANGENBUCH, Juergen Richard. A Estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, 1971.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. “Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial nos Anos 90”. IPEA - Texto para Discussão 629. Brasília: IPEA, fevereiro de 1999.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação Urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: Revista Espaço & Debates, n°38, Ano XIV. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1994.

LIMA, Heitor Ferreira. Evolução industrial de São Paulo. São Paulo: Editora Martins, 1954.

LUZ, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização do Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2004.

MATTOS, Dirceu Lino de. O parque industrial paulistano. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). A Cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana. Vol. III. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

MENEGON, Natasha Mincoff. Planejamento, território e indústria: as operações urbanas em São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2008.

MEYER, Regina M. P.; GROSTEIN, Marta; BIDERMAN, Ciro. São Paulo Metrópole. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial, 2004.

MONBEIG, Pierre. O Crescimento da Cidade de São Paulo (1953). In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) História Econômica da Cidade de São Paulo. São Paulo: Globo, 2004.

MORSE, Richard. Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

NEGRI, Barjas. Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NERY JR, José Marinho. Um século de política para poucos: o zoneamento paulistano 1886 – 1986. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

NOBRE, Eduardo. Reestruturação econômica e território: expansão recente do terciário na marginal do Rio Pinheiros. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

OELSNER, M. “Variáveis que influenciam a localização industrial na área metropolitana”. In: VILLA, Bona de (et. al.) A Problemática da localização industrial na Grande São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 1975.

PEREIRA, José Carlos. Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

PMSP – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Plano Urbanístico Básico de São Paulo –PUB. Grupo Executivo de Planejamento/Secretaria de Obras/PMSP, Consórcio ASPLAN, Daly Montreal, Wilbur Smith. São Paulo, 1968.

PMSP – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI. São Paulo: Grupo Executivo de Planejamento/PMSP, 1971.

PMSP – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Lei de Uso e Ocupacao do Solo do Município de São Paulo número 7.805. São Paulo: Grupo Executivo de Planejamento/PMSP, 1972.

PMSP - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Plano Diretor do Município de São Paulo. Relatório. São Paulo, 1985.

PMSP - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Plano Diretor do Município de São Paulo. São Paulo, 1988.

PMSP - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE). São Paulo, 2002.

PMSP - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA). Série Município em Mapas – Economia Urbana. São Paulo, 2006.

POLENSKE, Karen; YU, Li. "Measuring dispersal economies". In: Anais do International Symposium Entrepreneurship. Spatial Industrial Clusters and Inter-Firm Networks. Sweden, 2003.

PRODESAN. Estudo de Viabilidade Econômica, Física e Financeira para o Distrito Industrial de Santos. Santos, 19?.

RICHARDSON, H. Polarization reversal in developing countries. In: The Regional Science Association Papers. Los Angeles, vol. 45, nov. 1980.

RIGHI, Roberto. O Processo de Industrialização do Estado de São Paulo e seus Interrelacionamentos com a Urbanização de 1940 a 1970. Tese de Doutorado. Curso de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 1981.

RODWIN, Lloyd; SAZANAMI, Hidehiko. Deindustrialization and Regional Economic Transformation: the experience of the United States. Boston: Unwin Hyman, 1989.

ROLNIK, Raquel. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios em transição. Relatório final de pesquisa. São Paulo, 2000. Mimeo.

ROLNIK, Raquel; KOWARICK, Lucio; SOMEKH, Nadia. São Paulo: crise e mudança. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SAES, Flávio. As ferrovias de São Paulo: 1870-1940. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAES, Flávio. São Paulo Republicana: vida econômica. In: PORTA, Paula (org.) História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX 1890-1954. Vol. 3. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

STORPER, Michel. “A industrialização e a questão regional do Terceiro Mundo”. In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond. Reestruturação Urbana: tendências e desafios. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990.

SCHIFFER, Sueli. As Políticas nacionais e a Transformação do Espaço Paulista: 1955 1980. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 1989.

SCHIFFER, Sueli. “O Espaço Paulista: 1955 – 1980”. In: Revista Pós do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo FAUUSP, v.1, n.1. São Paulo: FAUUSP, 1990.

SCHIFFER, Sueli. A territorialidade revisitada: Brasil pós II PND. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 1992.

SCHIFFER, Sueli. “Economic restructuring and urban segregation in São Paulo”. In: MARCUSE, Peter; VAN KEMPEN, Ronald. Of states and cities: the partitioning of urban space. Nova York: Oxford University Press, 2002.

SCHIFFER, Sueli. “São Paulo: articulating a cross-border region”. In: SASSEN, Saskia. Global networks, linked cities. Nova York: Rotledge, 2002.

SCHIFFER, Sueli R. “São Paulo como pólo dominante do mercado nacional unificado”. In: DÉAK, Csaba & SCHIFFER, Sueli (orgs.). O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: FUPAM e Edusp, 2004a.

SCHIFFER, Sueli R. “A dinâmica urbana e socioeconômica da Região Metropolitana de São Paulo: 1975-1995”. In: SCHIFFER, Sueli (org.) Globalização e Estrutura Urbana. São Paulo: Fapesp e Hucitec, 2004b.

SCHIFFER, Sueli; DEÁK, Csaba. "Relevant actors, formal and informal power structures in São Paulo". In: SEGBERS, Klaus et alii (Org) The making of global city regions. Baltimore: Johns Hopkins UP, 2007.

SECRETARIA DO INTERIOR – GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Áreas planejadas para localização industrial. Volume I. São Paulo, 1980.

SECRETARIA DO INTERIOR – GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Identificação e caracterização de agrupamentos industriais como subsídio à política de desenvolvimento regional. São Paulo, 1981.

SERRA, José. “Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de pós-guerra: a crise recente”. In: Revista de Economia Política volume 2 , número 3. São Paulo: julho/setembro de 1982.

SIMONSEN, Roberto C. A Evolução Industrial do Brasil. São Paulo: SAGMACS, 1939.

SINGER, Paul. “Evolução da Economia Brasileira: 1955-1975”. In: Estudos Cebrap. São Paulo, n. 17, jul-set 1976.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SOMEKH, Nadia; MALTA CAMPOS, Candido (org.) A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: MackPesquisa, 2002.

SUZIGAN, Wilson. Estado e Industrialização no Brasil. Revista de Economia Política, Vol. 8, no. 4, out-nov de 1988. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/32-1.pdf>. Acesso em Agosto de 2009.

TINOCO, Alexandre de C. Integração ou fragmentação? O impasse gerado pelo fetichismo da desconcentração. In: Revista Espaço & Debates número 41. São Paulo: Annablume, 2001.

TUNES, Regina Helena. Da Desconcentração à Reconcentração Industrial: a análise da relação entre a dinâmica do espaço e a dinâmica dos ramos industriais no Município de São Paulo no final do século XX. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo: 2004.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp e Lincoln Institute of Land Police, 2001.

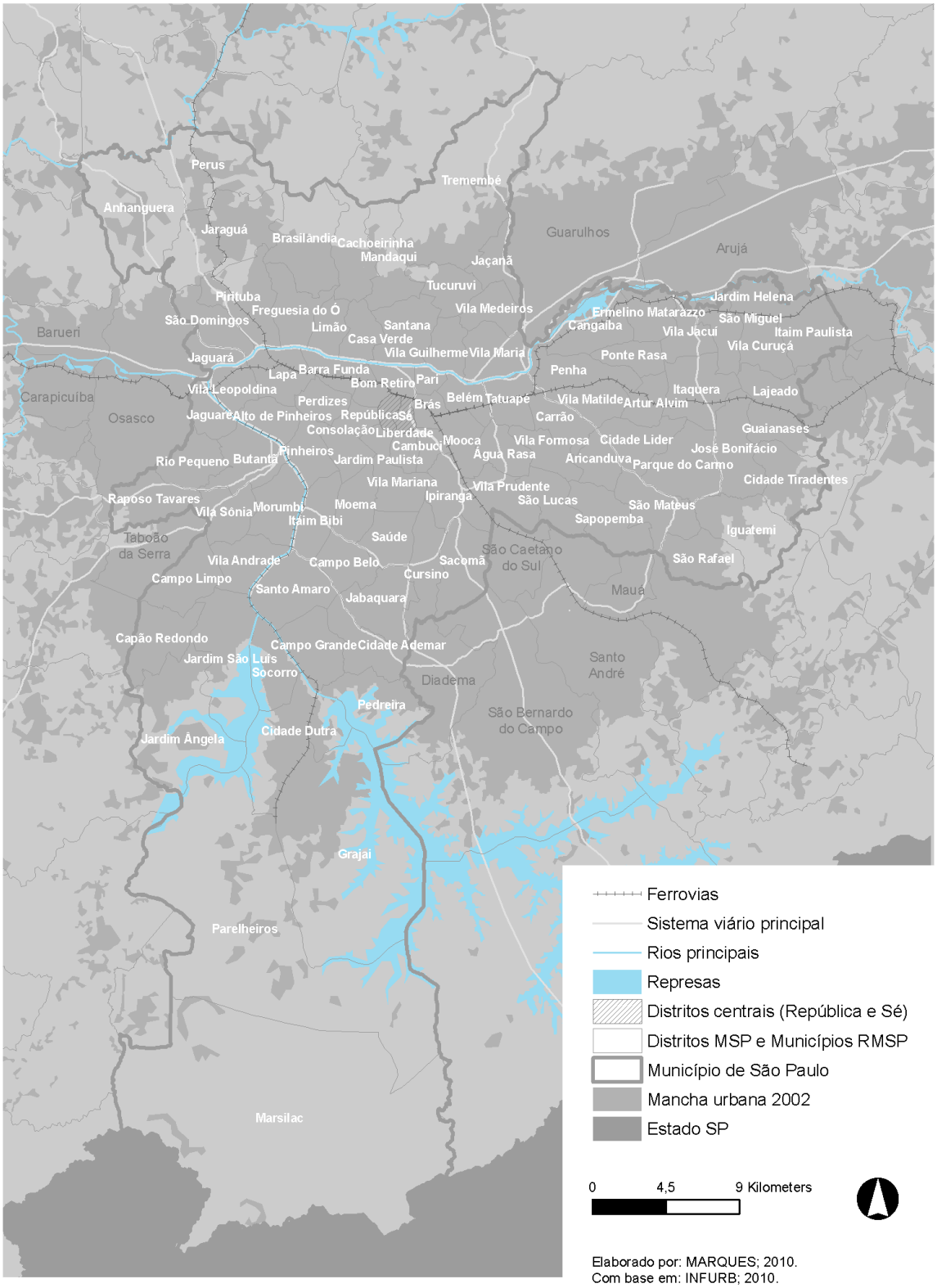
VILLARES, Henrique Dumont. São Paulo Industrial. São Paulo, s.n.,1937.

WHITAKER, João Sette. São Paulo: o Mito da Cidade Global. Tese Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2003.

ANEXOS

ANEXO A –Mapa: Glossário dos Distritos do Município de São Paulo

DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Elaborado por: MARQUES; 2010.
Com base em: INFURB; 2010.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo